

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA - PR
MINISTÉRIO DA FAZENDA - MF
CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - CAIXA

RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2017

Brasília
2018

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA - PR
MINISTÉRIO DA FAZENDA - MF
CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - CAIXA

RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2017

Relatório de Gestão do exercício de 2017 apresentado aos órgãos de controle interno e externo e à sociedade como prestação de contas anual a que esta Unidade Jurisdicionada está obrigada nos termos do parágrafo único do art. 70 da Constituição Federal, elaborado de acordo com as disposições da IN TCU nº 63/2010, da IN TCU nº 72/2013, da DN TCU nº 161/2017, da DN TCU nº 163/2017, da Portaria TCU nº65/2018.

Brasília
2018

LISTA DE SIGLAS E ABREVIÇÕES

ACF	Acordo de Cooperação Financeira
A3P	Agenda Ambiental da Administração Pública
AF	Agentes Financeiros
ATM	Automated Teller Machines (Terminais de autoatendimento)
AUDAE	Auditoria Nacional Atividades Especializadas
AUDAT	Auditoria Nacional Produtos do Governo e Atividades Delegadas
AUDIR	Auditorias Regionais
AUDIT	Auditoria Geral
AUDRE	Auditoria Nacional Integração e Responsabilidade
AUDTI	Auditoria Nacional Processos e Tecnologia da Informação
BACEN	Banco Central do Brasil
BI	<i>Business Intelligence</i>
BMUB	<i>Federal Ministry for the Environment, Nature Conservation, Building and Nuclear Safety</i>
BNH	Banco Nacional de Habitação
CAPMCMV	Comitê de Acompanhamento do PMCMV
CAR	Cadastro Ambiental Rural
CCA	Licenciamento Ambiental Federal
CCAF	Comitê de Compensação Ambiental Federal
CCFCVS	Conselho Curador do FCVS
CCFDS	Conselho Curador do FDS
CCFGTS	Conselho Curador do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço
CEF	Caixa Econômica Federal
CESP	Companhia Energética de São Paulo
CFC	Conselho Federal de Contabilidade
CGGS	Comitê Gestor do Garantia
CGP MANAUS	Comitê Gestor das Parcerias Público-Privadas
CGU	Controladoria Geral da União
CMN	Conselho Monetário Nacional
COFIN	Coordenação Geral de Programação Financeira
CORED	Corregedoria Geral
COSIF	Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional
CTC	Centro Tecnológico de Brasília
CVM	Comissão de Valores Mobiliários
DBR	Declaração de Bens e Rendas
DEFUS	Diretoria Executiva de Fundos de Governo
DEORE	Diretoria Executiva de Organização e Estratégia
DETEC	Diretoria Executiva de Tecnologia da Informação
DFI	Danos Físicos do Imóvel
DN	Decisão Normativa
EAD	Educação à Distância
EIA/RIMA	Estudo de Impacto Ambiental/Relatório de Impacto Ambiental
EO	Entidade Organizadora
FAR	Fundo de Arrendamento Residencial

FCVS	Fundo de Compensação de Variações Salariais
FDS	Fundo de Desenvolvimento Social
FGCN	Fundo de Garantia para a Construção Naval
FGHab	Fundo Garantidor da Habitação Popular
FGP/PR	Fundo Garantidor Das Parceria Público-Privada do Paraná
FGPPP/AM	Fundo Garantidor de Parceria Público-Privada do Estado do Amazonas - FGPPP/AM
FGPSB	Fundo Garantidor de Parcerias Público-Privadas de Serviços de Saneamento Básico do Município de Macaé
FGS	Fundo Garantia Safra
FGTS	Fundo de Garantia por Tempo de Serviço
FI	Fundo de Investimento
FIES	Financiamento
FLORAM	Fundação Municipal de Meio Ambiente de Florianópolis
FPHIS	Fundo Paulista de Habitação de Interesse Social
FUNCEF	Fundação dos Economiários Federais
FUNGEP	Fundo Municipal Garantidor dos Projetos de Parceria Público-Privada
GECOG	Gerência Nacional de Competências Organizacionais
GEDEC	Gerência Nacional de Desenvolvimento e Capacitação
GEING	Gerência Nacional de Informações Corporativas e Negociação Coletiva
GEORC	Gerência Nacional de Orçamento
GERSA	Gerência Nacional de Sustentabilidade e Responsabilidade Socioambiental
GIZ	<i>Gesellschaft für Internationale Zusammenarbeit</i>
IAP	Instituto Ambiental do Paraná
ICMBio	Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade
IFRS	<i>International Financial Reporting standards</i>
IIA	<i>Institute of Internal Auditors</i>
IN	Instrução Normativa
INPE	Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais
INSS	Instituto Nacional do Seguro Social
KfW	<i>Bankengruppe</i>
LDO	Lei de Diretrizes Orçamentárias
LOA	Lei Orçamentária Anual
MIP	Morte e Invalidez Permanente
MMA	Ministério do Meio Ambiente
MN	Manual Normativo
MP	Medida Provisória
MPE	Ministério Público Eleitoral
MPF	Ministério Público Federal
N/A	Não se aplica
NTN-B	Nota do Tesouro Nacional Tipo B
OBR	Ordem Bancária
OGU	Orçamento Geral da União
PAC	Programa de Aceleração do Crescimento
PAR	Programa de Arrendamento Residencial
PCS	Programa de Crédito Solidário
PDG	Programa de Dispêndios Globais
PDTI	Plano Diretor do TI

PETI	Plano Estratégico de TI
PF	Programação Financeira
PIS	Programa de Integração Social
PLS	Plano de Gestão de Logística Sustentável
PMCMV	Programa Minha Casa Minha Vida
PMCMV-E	Programa Minha Casa Minha Vida Entidades
PNHR	Programa Nacional de Habitação Rural
PPA	Plano Plurianual
PROCON	Proteção ao Consumidor
PRSA	Política de Responsabilidade Socioambiental CAIXA
RCC	Responsabilidade Civil do Construtor
REAUD	Representações de Auditoria
REE	Reciclagem de Resíduos Eletroeletrônicos
RG	Relatório de Gestão
RH	Recursos Humanos
RP	Restos a pagar
RSA	Responsabilidade Socioambiental
RVD	Programa de Remuneração Variável
S.A.	Sociedade Anônima
SAC	Serviço de Atendimento ao Cliente
SBPE	Sistema Brasileiro de Poupança e Empréstimo
SCA	Seguro de Crédito ao Adquirente
SEHAB	Secretaria Municipal de Habitação de São Paulo
SFH	Sistema Financeiro de Habitação
SIAFI	Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal
SIC	Serviço de Informação ao Cidadão.
SIOP	Sistema Integrado de Planejamento
SLTI/MPOG	Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento Orçamento e Gestão
SNDC	Sistema Nacional de Defesa do Consumidor
SPE	Sociedade de Propósito Especial
SRF	Secretaria da Receita Federal
STN	Secretaria do Tesouro Nacional
SUDENE	Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste
TCU	Tribunal de Contas da União
TFL	Terminais Financeiros Lotéricos
TI	Tecnologia da Informação
TST	Tribunal Superior do Trabalho
TVM	Títulos e Valores Mobiliários
UC	Universidade CAIXA
UG	Unidade Gestora
UH	Unidade Habitacional
UJ	Unidade Jurisdicionada
UO	Unidade orçamentária
UPC	Unidade prestadora de Conta

LISTA DE ANEXOS

Anexo I - Informações sobre áreas ou subunidades estratégicas	
Anexo II - Macroprocessos finalísticos	
Anexo III - Gestão de riscos e controles internos	
Anexo IV – Plano de capacitação de TI	
Anexo V -Fundo Socioambiental CAIXA- Operações 2017	
Anexo VI - Demonstrações Contábeis - CEF Depósitos Judiciais e Extrajudiciais	
Anexo VII - Demonstrações Contábeis - FAS	
Anexo VIII – Manual Normativo AD244	
Anexo IX - Demonstrações Contábeis CAIXA	

LISTA DE QUADROS

Quadro - Ações “Orçamento de Investimento”.....	17
Quadro - Despesas por Modalidade de Contratação	20
Quadro – Despesas Correntes	21
Quadro – Despesas de Capital.....	21
Quadro – Mandatos Auditorias Nacionais e Regionais.....	33
Quadro – Força de Trabalho da UPC	39
Quadro – Distribuição da Força Efetiva.....	40
Quadro – Detalhamento da Estrutura de cargos em Comissão e Funções Gratificadas da UPC	40
Quadro – Quantidade de Servidores da UPC por nível de escolaridade	42
Quadro – Despesas de Pessoal	43
Quadro – Contratos de prestação de serviços contínuos com mão de obra dedicada	44
Quadro – Composição do quadro de estagiários	45
Quadro – Distribuição geográfica de imóveis cadastrados para venda	47
Quadro – Disponibilização geográfica imóveis da Rede Ferroviária	49
Quadro – Eventos	52
Quadro – Cursos e Treinamentos	52
Quadro – Programa de Gestão de Bens e Serviços.	59
Quadro – Situação das obras do PMCMV AF BB e CAIXA	66
Quadro – Unidades Entregues aos Beneficiários Finais em 2017.....	66
Quadro – Composição do Patrimônio Líquido do Fundo	70
Quadro – Garantias concedidas pelo FGHab	71
Quadro – Desempenho	74
Quadro – Aporte de Recursos	75
Quadro – Transferência de Recursos OGU - PNHR 2017.....	75
Quadro – Contrapartida 2017.....	75
Quadro – Movimentação Financeira	77
Quadro – Repasses 2017	78
Quadro – Contratos 2017	79
Quadro – Gestão Financeira 2017.....	80
Quadro – Metas Físicas dos Programas até 2020.....	87
Quadro – Aportes até 31/12/2017	88
Quadro – Pagamento de Subsídios.....	88
Quadro – Metas Físicas dos Programas até 2017.....	90
Quadro – Aportes	90
Quadro – Pagamentos de Subsídios	91

Quadro – Valores FSA CAIXA comprometidos por Planos de Aplicação e Linhas Temáticas.	94
Quadro –Valores FSA CAIXA Comprometidos e Desembolsados – ACF ² assinados e com desembolso.....	100
Quadro – Ativos FAS.....	100
Quadro – Movimentação.....	100
Quadro –Passivo.....	101
Quadro – Movimentação da taxa de administração	102
Quadro – Receitas/despesas Operacionais	102
Quadro – Contas de Compensação.....	104
Quadro – Áreas/Subunidades estratégicas	106
Quadro – Movimentação financeira	110
Quadro – Total de Reclamações.....	122
Quadro – Total de Reclamações por Milhão de Clientes.....	123
Quadro – Origem.....	123
Quadro – Caixa Operações de Crédito.....	126
Quadro – Indicadores	127
Quadro – Medidas adotadas para apuração e ressarcimento de danos ao Erário	135
Quadro – Despesa com publicidade	137
Quadro – Contratos firmados com agências prestadoras de serviços de publicidade e propaganda.....	138
Quadro – Participações indiretas.....	142
Quadro – Participações indiretas.....	143

LISTA DE FIGURAS

Figura - Organograma da CAIXA.....	14
Figura – Modelo de Governança da CAIXA.....	23
Figura - Organograma da AUDIT	32
Figura – Organograma Funcional do FAS	98
Figura – Organograma Depósitos Judiciais e Extrajudiciais	107
Figura – Página Inicial CAIXA	119
Figura – Denúncias	119
Figura – Denúncias 2	119
Figura – Público Interno	120

SUMÁRIO

1	APRESENTAÇÃO	10
2	VISÃO GERAL DA UNIDADE	11
2.1	Finalidades e Competências.....	11
2.2	Normas e regulamento de criação, alteração e funcionamento da unidade.....	12
2.3	Ambiente de atuação.....	12
2.4	Organograma.....	14
2.5	Macroprocessos finalísticos	15
3	PLANEJAMENTO ORGANIZACIONAL E DESEMPENHOS ORÇAMENTÁRIO E OPERACIONAL	16
3.1	Planejamento Organizacional.....	16
3.1.1	Vinculação dos planos da unidade com as competências institucionais e outros planos	16
3.2	Desempenho Orçamentário.....	16
3.2.1	Execução física e financeira das ações da Lei Orçamentária Anual de responsabilidade da unidade.....	16
3.2.2	Informações sobre a execução das despesas.....	19
3.3	Desempenho operacional	20
4	GOVERNANÇA.....	23
4.1	Descrição das estruturas de governança.....	23
4.1.1	Atendimento à Lei das Estatais	26
4.2	Informações sobre dirigentes e colegiados	27
4.3	Atuação da unidade de auditoria interna	31
4.4	Atividades de correição e apuração de ilícitos administrativos	34
4.5	Gestão de riscos e controles internos	37
4.6	Informações sobre a empresa de auditoria independente contratada pela CAIXA.....	37
5	ÁREAS ESPECIAIS DA GESTÃO	39
5.1	Gestão de pessoas.....	39
5.1.1	Estrutura de pessoal da unidade.....	39
5.1.2	Demonstrativo das despesas com pessoal.....	43
5.1.3	Gestão de riscos relacionados ao pessoal.....	44
5.1.4	Contratação de pessoal de apoio e de estagiários.....	44
5.1.5	Entidades fechadas de previdência complementar patrocinadas	47
5.2	Gestão do patrimônio e infraestrutura.....	47
5.2.1	Gestão do patrimônio imobiliário da União.....	47
5.3	Gestão da tecnologia da informação	50
5.4	Gestão ambiental e sustentabilidade	58
5.4.1	Adoção de critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens e na contratação de serviços ou obras.....	56
5.5	Gestão de fundos e de programas.....	61
5.5.1	Identificação e informações dos fundos na gestão da unidade.....	61
6	RELACIONAMENTO COM A SOCIEDADE.....	116

6.1 Canais de acesso do cidadão	116
6.2 Carta de Serviços ao cidadão	123
6.3 Aferição do grau de satisfação dos cidadãos usuários	123
7 DESEMPENHO FINANCEIRO E INFORMAÇÕES CONTÁBEIS	125
7.1 Desempenho financeiro no exercício	125
7.2 Demonstrações contábeis	128
8 CONFORMIDADE DA GESTÃO E DEMANDAS DOS ÓRGÃOS DE CONTROLE	129
8.1 Tratamento de determinações e recomendações do TCU	129
8.2 Tratamento de recomendações do Órgão de Controle Interno.....	133
8.3 Medidas administrativas para apuração de responsabilidade por dano ao Erário.....	134
8.4 Demonstração da conformidade do cronograma de pagamentos de obrigações com o disposto no art. 5º da Lei 8.666/1993.....	135
8.5 Informações sobre a revisão dos contratos vigentes firmados com empresas beneficiadas pela desoneração da folha de pagamento.....	136
8.6 Informações sobre ações de publicidade e propaganda	136
9 Outras informações relevantes	139
9.1 Caixa Seguridade	139

1 APRESENTAÇÃO

Este Relatório apresenta um conjunto de informações, documentos e demonstrativos financeiros relativos à gestão da Caixa Econômica Federal – CAIXA, no exercício de 2017, e foi organizado de maneira que possibilite a avaliação da conformidade e do desempenho da gestão.

A elaboração do Relatório de Gestão - RG obedeceu ao disposto na Instrução Normativa TCU nº 63/2010 e nº 72/2013 e nas Decisões Normativas do TCU nº 161/2017, nº 163/2017, as quais estabelecem os conteúdos do RG, bem como nas orientações contidas na Portaria TCU nº 65/2018.

Os itens protegidos por sigilo são respaldados pelo Decreto nº 7.724/2012, que regulamenta a Lei de acesso à informação, Lei nº 12.527/2011, determinando no parágrafo 2º do artigo 5º:

[...] Não se sujeitam ao disposto neste Decreto as informações relativas à atividade empresarial de pessoas físicas ou jurídicas de direito privado obtidas pelo Banco Central do Brasil, pelas agências reguladoras ou por outros órgãos ou entidades no exercício de atividade de controle, regulação e supervisão da atividade econômica cuja divulgação possa representar vantagem competitiva a outros agentes econômicos.

Evoca-se o dispositivo ora mencionado, em proteção aos itens relacionados a seguir:

- 3.1.1 Informações referentes ao planejamento estratégico da CAIXA-
- 4.2 Informações sobre a remuneração paga aos administradores da CAIXA (Quadros de remuneração).
- 5.1.5 Informações referentes à FUNCEF
- 5.3 Descrição dos principais sistemas de informação da unidade
- 5.3 Descrição dos projetos de TI desenvolvidos no período
- 5.3 Medidas tomadas para mitigar eventual dependência tecnológica de empresas terceirizadas que prestam serviços de TI para a unidade
- 6.3 Resultado da pesquisa de aferição do grau de satisfação dos usuários.

Essas informações são protegidas por sigilo mas compõe o arcabouço de documentos necessários à Prestação de Contas Anual da CAIXA, referente ao exercício de 2017, e poderão ser disponibilizadas aos órgãos de Controle, caso sejam requisitadas.

2 VISÃO GERAL DA UNIDADE

2.1 Finalidades e Competências

A CAIXA é uma instituição financeira constituída pelo Decreto-Lei nº 759/1969, sob a forma de empresa pública com personalidade jurídica de direito privado, vinculada ao Ministério da Fazenda, com sede em Brasília – Distrito Federal. Sua atuação abrange todo o território nacional e, no exterior, opera por meio de escritórios de representação nos Estados Unidos e Japão.

Seu capital social pertence integralmente à União.

A fim de cumprir seu objeto social, em conformidade com a Lei nº 11.908/2009, a CAIXA constituiu as subsidiárias integrais Caixa Participações S/A – CAIXAPAR, CAIXA Instantânea S/A e CAIXA Seguridade S/A.

Desenvolve suas atividades bancárias por meio da captação e aplicação de recursos em diversas operações nas carteiras comerciais, de operações de câmbio, de crédito ao consumidor, de crédito imobiliário e rural e da prestação de serviços bancários. Inclui ainda a administração de fundos e carteiras de investimento, e de natureza social, além de atividades complementares relacionadas à intermediação de títulos e valores mobiliários além de negócios com cartões de débito e crédito.

Atua também nos segmentos de seguros, previdência privada, capitalização e administração de consórcios por intermédio de participações societárias da CAIXA Seguridade S/A, na Caixa Seguros Holding S/A, na Pan Seguros S/A e na Panamericano Administração e Corretagem de Seguros e de Previdência Privada Ltda.

Como forma de financiamento de longo prazo de suas operações, a CAIXA emite títulos de dívida no mercado internacional por meio de Notas Sênior e de Bônus Subordinados elegíveis a compor o Capital de Nível II sob as regras de Basileia III.

A Instituição exerce papel fundamental na promoção do desenvolvimento urbano e da justiça social no País, é o principal parceiro do Governo Federal na promoção de políticas públicas, na execução dos programas de transferência de renda e na implantação da política nacional de habitação. Sua atuação se estende por diversas áreas, como habitação de interesse social, saneamento básico, infraestrutura, gestão ambiental, geração de trabalho e renda, desenvolvimento rural, e outras vinculadas ao desenvolvimento sustentável e direcionadas à melhoria da qualidade de vida dos brasileiros, principalmente os de baixa renda.

Delegada pelo Governo Federal, a instituição exerce o papel de agente operador de fundos e de programas sociais, dentre os quais se destacam o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), o Fundo de Compensação de Variações Salariais (FCVS), o Programa de Integração Social (PIS), o Fundo de Desenvolvimento Social (FDS), o Fundo de Arrendamento Residencial (FAR), o Fundo Garantidor de Habitação Popular (FGHAB), entre outros, e administra, em caráter de exclusividade, os serviços das loterias federais, bem como exerce o monopólio das operações de penhor civil, em caráter permanente e contínuo.

Os fundos e programas administrados são entidades jurídicas independentes, geridas por regulamentação e estrutura de governança específicas e possuem contabilidade própria.

2.2 Normas e regulamento de criação, alteração e funcionamento da unidade

A Caixa Econômica Federal - CEF é uma instituição financeira sob a forma de empresa pública, de natureza jurídica de direito privado, patrimônio próprio e autonomia administrativa, vinculada ao Ministério da Fazenda, criada nos termos do Decreto-Lei nº 759, de 12 de agosto de 1969.

O Estatuto da Caixa Econômica Federal vigente em 2017 foi aprovado pelo Decreto nº 7.973, de 28 de março de 2013, publicado no DOU de 01/04/2013, com retificação publicada no DOU de 05/04/2013, e alterado pelo Decreto nº 8.199, de 26 de fevereiro de 2014, publicado no DOU de 27/02/2014.

2.3 Ambiente de atuação

A CAIXA é uma instituição financeira sob a forma de empresa pública, integrante do sistema financeiro nacional. A sua trajetória sempre foi marcada pela promoção da cidadania e do desenvolvimento sustentável do País, seja como instituição financeira, seja como agente de políticas públicas ou parceira estratégica do Estado brasileiro.

A Empresa presta serviços bancários por meio de operações ativas, passivas e acessórias, inclusive de intermediação e suprimento financeiro, sob suas múltiplas formas, com foco no incentivo à poupança e fomento ao crédito em todas as regiões do País. Ademais, administra com exclusividade, os serviços das loterias federais, exerce o monopólio das operações de penhor civil, em caráter permanente e contínuo, e atua como agente operador e financeiro do FGTS.

Atualmente, ocupa uma posição consolidada no mercado como uma empresa de grande porte do segmento de varejo e exerce papel fundamental no desenvolvimento urbano e social do Brasil, priorizando setores como habitação, saneamento básico, infraestrutura e prestação de serviços, atuando em prol da melhoria de vida das pessoas de baixa renda.

Sob a ótica do setor público, a CAIXA se propõe à atender todos os clientes Governo em todo o território nacional, por meio de completo portfólio de produtos e serviços, proporcionando soluções para a implementação de políticas públicas, viabilizando novas soluções e antecipando-se às necessidades dos clientes.

Suas estratégias são pautadas nos três pilares da sustentabilidade – econômico, social e ambiental - visando alcançar resultados que prezem pelo desenvolvimento

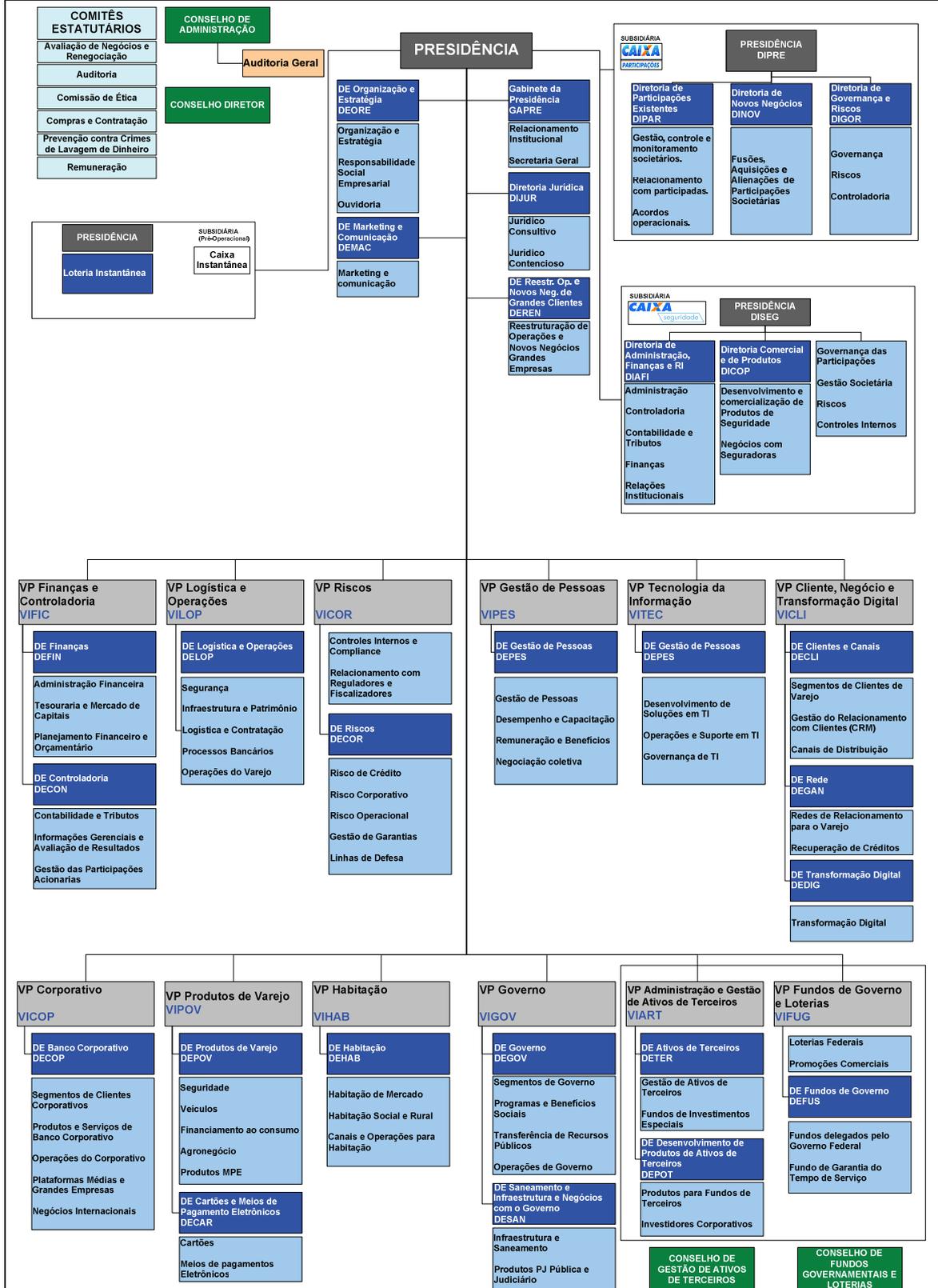
sustentável, pela redução das desigualdades sociais e regionais, além de desempenhar um papel importante no estímulo à retomada do dinamismo da economia do País.

O ambiente competitivo no qual a CAIXA está inserida contempla o cenário político-econômico mundial e os movimentos dos seus principais concorrentes, estes representados não só pelos maiores bancos, mas também pelos novos entrantes no setor financeiro.

Atualmente, a Caixa passa por um grande processo de Transformação Digital que irá modernizar seus processos e incorporar nos negócios novas tecnologias digitais, movimento estratégico que visa oferecer uma experiência integrada de atendimento, adaptada às preferências dos diferentes clientes, sempre com o objetivo de melhor atender à sociedade brasileira.

2.4 Organograma

Figura - Organograma CAIXA



I. A informação sobre áreas ou subunidades estratégicas está apresentada no Anexo

2.5 Macroprocessos finalísticos

As informação relacionadas aos macroprocessos finalísticos estão apresentadas no Anexo II.

3 PLANEJAMENTO ORGANIZACIONAL E DESEMPENHOS ORÇAMENTÁRIO E OPERACIONAL

3.1 Planejamento Organizacional

3.1.1 Vinculação dos planos da unidade com as competências institucionais e outros planos

As informações referentes ao planejamento estratégico da CAIXA tiveram seu sigilo recomendado pela área gestora da matéria no âmbito da Instituição, uma vez que tais informações tem caráter estratégico e se publicados, podem comprometer sua competitividade. Essas informações poderão ser disponibilizadas aos órgãos de controle, caso sejam requisitadas.

3.2 Desempenho Orçamentário

3.2.1 Execução física e financeira das ações da Lei Orçamentária Anual de responsabilidade da unidade

Durante o exercício de 2017, a CAIXA executou 05 iniciativas que integram o Orçamento de Investimento Federal, que estão vinculadas aos Programas Ampliação e Modernização das Instituições Financeiras Oficiais e Investimento das Empresas Estatais em Infraestrutura de Apoio, tendo liberado, R\$ 844 milhões nesse período, consumindo 31,34% do orçamento aprovado para o exercício 2017.

Não houve abertura de novas unidades com orçamento de 2017.

Nos itens de infraestrutura e segurança, foram investidos o montante de R\$ 375 milhões, destacando-se as realizações:

- Adequação e manutenção dos imóveis em **4.024** pontos de atendimento e **2.190** intervenções nos pontos de atendimento referente à substituição e/ou complementação de equipamentos de uso e mobiliário;
- Substituição e/ou complementação de equipamentos de uso e mobiliário em **615** unidades de apoio;
- Manutenção dos equipamentos de segurança e comunicação instalados nos Prédios Administrativos.

A não totalidade da execução do orçamento aprovado foi decorrente:

- Adiamentos nos cronogramas das ações planejadas, em virtude das mudanças na governança da CAIXA (e da revisão das ações que impactam na alocação de capital), e de revisões técnicas nos projetos: Usinas Fotovoltaicas (agências),

expansão do *retrofit* de lâmpadas LED (agências), modernização do padrão de mobiliário em 250 agências, modernização de 1500 guichês de caixa e modernização de 500 guichês de penhor;

- Descartado o projeto de modernização do padrão de mobiliário e otimização da ocupação do Edf. Matriz 2 em virtude de revisões técnicas no projeto e de melhoria na infraestrutura do CTC;
- Foi desconsiderado o projeto de Implantação de 111 Postos bancários de atendimento eletrônico e Salas de autoatendimento Não-Contíguas (PAE SNC) em virtude dos impactos nas rubricas de despesas;
- Também foi descartado o projeto da Reforma e Climatização Edf. 511Norte e Edf. 507 Norte (desocupados e devolvidos);
- Por decisão da Governança, visando melhor estratégia de alocação de capital, foram descartados os projetos: Novo Datacenter (VILOP/VITEC - DF) e Aquisição de prédio administrativo em Brasília (VILOP - DF).
- Houve penalização por atraso de obra e rescisão do contrato original, acarretando na revisão do cronograma de execução da Caixa Cultural em Porto Alegre (RS);
- Ocorreram também reduções dos valores estimados para as contratações, após conclusão das licitações.

Na sequência, apresentam-se os quadros referentes às “Ações sobre o Orçamento de Investimento”.

Quadro – Ações “Orçamento de Investimento”

Identificação da Ação							
Código: 23.122.0807.3286				Tipo: Projeto			
Título:				Instalação de Bens Imóveis			
Iniciativa : Construção, ampliação, aquisição ou instalação de imóveis de uso da administração, bem como das atividades de apoio à área operacional.							
Objetivo: Dotar a área administrativa de condições necessárias para prestar adequado suporte à área operacional.							
Programa: Gestão e Manutenção de Infraestrutura de Instituições Financeiras							
Código: 23.122.0807				Tipo: Gestão e Manutenção Oficiais Federais			
Unidade Orçamentária				25220			
Ação Prioritária (<input checked="" type="checkbox"/>) Sim (<input type="checkbox"/>) Não				Caso positivo: (<input type="checkbox"/>) PAC (<input type="checkbox"/>) Brasil sem Miséria (<input checked="" type="checkbox"/>) Outras			
Execução Financeira e Física							
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física – Meta				
Dotação Inicial	Dotação Final	Valor Realizado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Previsto	Reprogramado	Realizado
281.000.000	281.000.000	3.635.754	Percentual	%	100%	3	1,29%

Identificação da Ação							
Código: 23.122.0807.4101				Tipo: Atividade			
Título:				Manutenção e Adequação de Bens Imóveis			
Iniciativa: Realização de obras de alvenaria, de estruturas e instalações; obras de manutenção nas tubulações de água, esgoto, telefone e energia elétrica etc, em edificações que sejam contabilizadas no imobilizado.							
Objetivo: Realizar despesas com manutenção e obras de adequação que prolonguem a vida útil dos bens imóveis e melhorem a qualidade dos serviços prestados aos usuários.							
Programa: Gestão e Manutenção de Infraestrutura de Instituições Financeiras Código: 23.122.0807 Tipo: Gestão e Manutenção Oficiais Federais							
Unidade Orçamentária				25220			
Ação Prioritária (x) Sim () Não				Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria (x) Outras			
Execução Financeira e Física							
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física – Meta				
Dotação Inicial	Dotação Final	Valor Realizado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Previsto	Reprogramado	Realizado
281.871.108	281.871.108	114.378.992	Percentual	%	100%		40,58%
Identificação da Ação							
Código 23.122.0807.4102				Tipo: Atividade			
Título:				Manutenção e Adequação de Bens Móveis, Veículos, Máquinas e Equipamentos			
Iniciativa: Realização de serviços de manutenção e adequação nos bens móveis, veículos, máquinas e equipamentos de propriedade das empresas estatais que sejam contabilizados no imobilizado.							
Objetivo: Realizar despesas com manutenção e obras de adequação que prolonguem a vida útil dos bens móveis, veículos, máquinas e equipamentos proporcionando melhor qualidade dos serviços prestados aos usuários.							
Programa: Gestão e Manutenção de Infraestrutura de Instituições Financeiras Código: 23.122.0807 Tipo: Gestão e Manutenção Oficiais Federais							
Unidade Orçamentária				25220			
Ação Prioritária (x) Sim () Não				Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria (x) Outras			
Execução Financeira e Física							
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física – Meta				
Dotação Inicial	Dotação Final	Valor Realizado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Previsto	Reprogramado	Realizado
47.078.759	47.078.759	19.541.382	Percentual	%	100%		41,51%
Identificação da Ação							
Código: 23.126.0807.4103				Tipo: Atividade			
Título:				Manutenção e Adequação de Ativos de Informática, Informação e Teleprocessamento			
Iniciativa : Aquisição de bens e serviços de manutenção e adequação de equipamentos das áreas de informática, informação e teleprocessamento de propriedade das empresas estatais que sejam contabilizados no imobilizado.							
Objetivo: Realizar despesas com manutenção e adequação e aquisição de bens nas áreas de informática, informação e teleprocessamento que prolonguem a vida útil dos ativos das respectivas áreas e proporcionem melhor qualidade dos serviços prestados aos usuários.							
Programa: Gestão e Manutenção de Infraestrutura de Instituições Financeiras Código: 23.126.0807 Tipo: Gestão e Manutenção Oficiais Federais							
Unidade Orçamentária				25220			

Ação Prioritária (<input checked="" type="checkbox"/>) Sim (<input type="checkbox"/>) Não			Caso positivo: (<input type="checkbox"/>) PAC (<input type="checkbox"/>) Brasil sem Miséria (<input checked="" type="checkbox"/>) Outras				
Execução Financeira e Física							
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física – Meta				
Dotação Inicial	Dotação Final	Valor Realizado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Previsto	Reprogramado	Realizado
1.094.243.763	1.094.243.763	330.053.170	Percentual	%	100%		30,16%
Identificação da Ação							
Código 23.694.0781.3252			Tipo: Projeto				
Título:			Instalação de Pontos de Atendimento Bancário				
Iniciativa: Instalação de Ponto de Atendimento Bancário.							
Objetivo: Criar novos pontos de atendimento bancário (agências/postos de atendimento bancário) para aumentar a base de clientes e facilitar à população o acesso ao crédito e aos serviços bancários.							
Programa: Programa de Gestão e Manutenção de Infraestrutura de Instituições Financeiras Código: 23.694.0781 Tipo: Gestão e Manutenção Oficiais Federais							
Unidade Orçamentária			25220				
Ação Prioritária (<input checked="" type="checkbox"/>) Sim (<input type="checkbox"/>) Não			Caso positivo: (<input type="checkbox"/>) PAC (<input type="checkbox"/>) Brasil sem Miséria (<input checked="" type="checkbox"/>) Outras				
Execução Financeira e Física							
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física – Meta				
Dotação Inicial	Dotação Final	Valor Realizado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Previsto	Reprogramado	Realizado
0	0	0	Unidade	Unidade	0	0	0
Identificação da Ação							
Código: 23.694.0781.4106			Tipo: Atividade				
Título:			Manutenção da Infraestrutura de Atendimento				
Iniciativa: Manutenção da Infraestrutura de atendimento.							
Objetivo: Manter em condições satisfatórias a Infraestrutura de atendimento.							
Programa: Programa de Gestão e Manutenção de Infraestrutura de Instituições Financeiras Código: 23.694.0781 Tipo: Gestão e Manutenção Oficiais Federais							
Unidade Orçamentária			25220				
Ação Prioritária (<input checked="" type="checkbox"/>) Sim (<input type="checkbox"/>) Não			Caso positivo: (<input type="checkbox"/>) PAC (<input type="checkbox"/>) Brasil sem Miséria (<input checked="" type="checkbox"/>) Outras				
Execução Financeira e Física							
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física – Meta				
Dotação Inicial	Dotação Final	Valor Realizado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Previsto	Reprogramado	Realizado
989.033.945	989.033.945	376.439.336	Percentual	%	100%		38,06%

Fonte: CAIXA/Gerência Nacional de Orçamento - GEORC (Em R\$ Milhões)

3.2.2 Informações sobre a execução das despesas

O quadro a seguir apresenta as despesas por modalidade de licitação, comparando-se os exercícios de 2016 e 2017:

Quadro – Despesas por modalidade de contratação

Unidade orçamentária: 25000	Código UO: 25000			UGO: 25220
Modalidade de Contratação	Qtde	2016	Qtde	2017
1.Modalidade de Licitação (a+b+c+d+e+f+g+h)	5.467	2.965	10.936	3.706,78
a) Convite	-	-	3	0,25
b) Tomada de Preços	1	0,29	2	1,45
c) Concorrência	3	6,05	48	19,69
d) Pregão	4.004	2.959,02	8.383	3.685,38
e) Concurso	-	-	-	-
f) Consulta	-	-	-	-
g) Regime Diferenciado de Contratações Públicas	-	-	-	-
h) Credenciamento	1.459	-	2.500	-
2. Contratações Diretas (h+i+j+k+l+m+n)	1.775	1.002,84	1.686	1.427,76
h) Dispensa por valor	1.535	11,35	1.556	18,54
i) Emergenciais	18	15,81	6	11,59
j) Contrato Firmado com Participadas	-	-	-	-
k) Por Dispensa	24	80,79	31	96,14
l) Por Inexigibilidade	72	854,58	56	1.280,24
m) Por Inexigibilidade - Adesão	-	-	-	-
n) Lei 10.188/01 - Recuperação Imóveis PAR	126	40,31	37	21,24
3. Regime de Execução Especial	-	-	-	-
j) Suprimento de Fundos	-	-	-	-
4. Pagamento de Pessoal (k+l)	-	17.451	-	17.205
k) Pagamento em Folha	-	17.406	-	17.160
l) Diárias	-	44	-	46
5. Outros	-	-	-	-
6. Total (1+2+3+4+5)	7.242	21.419	12.622	22.340

Fonte: CAIXA/Gerência Nacional de Orçamento - GEORC (Em R\$ Milhões)

Os itens 1 e 2 referem-se aos valores efetivamente contratados nos anos de 2016 e 2017, respectivamente.

3.3 Desempenho Operacional

Em 2017, as despesas de pessoal totalizaram R\$ 17,1 bilhões, conforme o conceito do Programa de Dispêndios Globais - PDG, queda de 1,08% na comparação com 2016, influenciadas, principalmente, pelos programas de demissão voluntária e a não contratação de pessoal. Essas despesas correspondem a 50,4% do total das despesas administrativas da CAIXA.

O quadro a seguir apresenta as despesas correntes, comparando-se os exercícios de 2017 e 2016:

Quadro – Despesas correntes

Unidade Orçamentária: 25220				Código UO: 25000		UGO: 25220		
DESPESAS CORRENTES								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	2017	2016	2017	2016	2017	2016	2017	2016
1. Despesas de Pessoal	17.160	17.348	17.160	17.348	-	-	17.160	17.348
Salário Base	9.570	9.628	9.570	9.628	-	-	9.570	9.628
Encargos Sociais	4.606	4.586	4.606	4.586	-	-	4.606	4.586
Benefícios Sociais	2.252	2.293	2.252	2.293	-	-	2.252	2.293
Demais elementos do grupo	732	841	732	841	-	-	732	841
2. Juros e Encargos da Dívida	106.488	127.168	106.488	127.168	52	314	104.841	123.774
Juros e Outros	104.694	123.623	104.694	123.623	52	314	104.841	123.774
Tributos e Encargos Parafiscais	1.794	3.545	1.794	3.545	-	-	-	-
3º elemento de despesa								
Demais elementos do grupo								
3. Outras Despesas Correntes	16.866	15.307	16.866	15.307	72	897	938	897
Serviços Terceiros	8.886	8.751	8.886	8.751	65	587	654	587
Outros Dispêndios Correntes	6.596	5.051	6.596	5.051	2	155	124	155
Utilidades e Serviços	1.385	1.505	1.385	1.505	5	155	160	155
Demais elementos do grupo								

Fonte: CAIXA/ Gerência Nacional de Orçamento – GEORC (Em R\$ Milhões)

Execução de acordo com o regime de competência.

A execução apresentada está de acordo com a execução do Programa de Dispêndios Globais - PDG encaminhado aos Ministério do Planejamento.

Despesa empenhada = realizado contábil.

Despesa Liquidadas = despesa empenhada menos RP não processados.

RP não processados = todas as despesas empenhadas em dezembro do ano corrente e que serão pagas no ano seguinte .

Valores Pagos = despesa liquidada do ano mais RP não processados pagos no exercício

Quadro – Despesas de Capital

Unidade Orçamentária: 25220				Código UO: 25000		UGO: 25220		
DESPESAS DE CAPITAL								

Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não Processados		Valores Pagos	
	2017	2016	2017	2016	2017	2016	2017	2016
4. Investimentos	810	880	810	880	-	-	810	880
Sistema Tecnologia da Informação	469	563	469	563	-	-	469	563
Imóveis de Uso	302	292	302	292	-	-	302	292
Equipamentos de Uso	40	25	40	25	-	-	40	25
Demais elementos do grupo	-	-	-	-	-	-	-	-
5. Inversões Financeiras	-	-	-	-	-	-	-	-
Participação Capital em Subsidiária Integral	-	-	-	-	-	-	-	-
2º elemento de despesa								
3º elemento de despesa								
Demais elementos do grupo								
6. Amortização da Dívida								
1º elemento de despesa								
2º elemento de despesa								
3º elemento de despesa								
Demais elementos do grupo								

Fonte: CAIXA/ Gerência Nacional de Orçamento – GEORC (Em R\$ Milhões)

Execução de acordo com o regime de competência

A execução apresentada está de acordo com a execução do Programa de Dispêndios Globais - PDG encaminhado aos Ministério do Planejamento

Despesa empenhada = realizado contábil

Despesa Liquidadas = despesa empenhada menos RP não processados

RP não processados = todas as despesas empenhadas em dezembro do ano corrente e que serão pagas no ano seguinte

Valores Pagos = despesa liquidada do ano mais RP não processados pagos no exercício

4 GOVERNANÇA

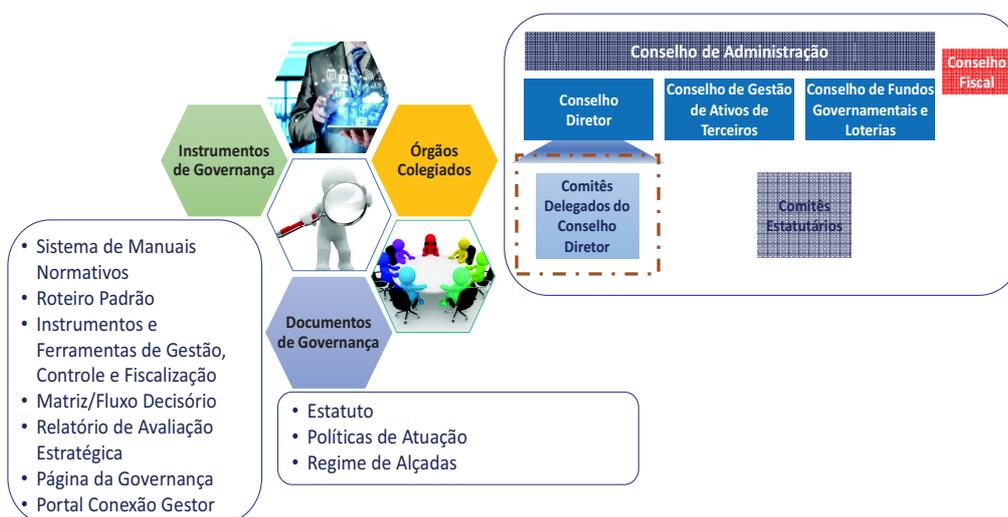
4.1 Descrição das estruturas de governança

A Governança Corporativa é um dos elementos do Modelo de Gestão da CAIXA e permite a definição e organização das atribuições e das relações entre os agentes de governança, promovendo maior agilidade, responsabilização e assertividade no processo decisório, além de avanços significativos no processo de gestão.

Nesse contexto, são aplicadas regras de governança corporativa que privilegiem a deliberação colegiada, ágil, transparente e descentralizada, por meio da constituição de fóruns internos, de nível estratégico, tático ou operacional, que garantam agilidade, qualidade e segurança e favoreçam a necessária sinergia entre as áreas, como forma de evitar o conflito de interesses e resguardar os interesses da CAIXA e de suas subsidiárias. Assim, há equilíbrio entre decisões colegiadas e a autonomia individual dos gestores da CAIXA e de suas subsidiárias.

Conforme a figura abaixo, o Modelo de Governança da CAIXA está estruturado em três eixos:

- A) Instrumentos de Governança
- B) Documentos de Governança
- C) Órgãos Colegiados



Instrumentos de Governança

São ferramentas que auxiliam o fluxo de gestão, entre os quais:

Sistema de Manuais Normativos – Sistema na Intranet que tem por objetivo assegurar aos colaboradores, segundo o correspondente nível de atuação, o acesso tempestivo aos normativos para o exercício de suas atribuições. Nele estão armazenadas e disponíveis as informações normativas padronizadas e estruturadas a todas as unidades da CAIXA, da CAIXAPAR e da CAIXA Seguridade.

Roteiro Padrão – Ferramenta que permite assegurar a conformidade no desenvolvimento e no lançamento de produtos, serviços, operações ou fundos de investimentos, atendendo aos requisitos relativos à aderência ao planejamento estratégico, ao cumprimento de normas externas e internas, ao suporte operacional e tecnológico, à gestão de riscos e ao foco no cliente, bem como a conformidade no processo de elaboração e publicação de normativos que necessitem de qualificação e/ou validação das áreas envolvidas.

Página da Governança – Área do sítio da CAIXA na Internet, com o objetivo de agregar as ações existentes no campo da governança, disseminar informações importantes sobre o assunto e, principalmente, integrar clientes, empregados, governo, parceiros, órgãos controladores e fiscalizadores.

Documentos de Governança

Estatuto – O Estatuto da CAIXA vigente em 2017 foi aprovado pelo Decreto 7.973/2013. Encontra-se em elaboração sua adequação à Lei nº 13.303/2016 e ao seu Decreto de regulamentação, nº 8.945/2016.

Políticas de Atuação – Guiam a atuação e a tomada de decisão da administração da CAIXA. São elaboradas, aprovadas, formalizadas e implementadas em obediência a critérios e regras estabelecidos pelo Conselho Diretor e Conselho de Administração.

Há cerca de 27 Políticas de Atuação, entre as quais:

Gerenciamento de Riscos do Conglomerado CAIXA

Controles Internos e Compliance

Prevenção à Lavagem de Dinheiro e ao Financiamento do Terrorismo

Anticorrupção

Governança Corporativa da CAIXA e suas Subsidiárias

Conglomerado CAIXA

Gerenciamento de Capital e Distribuição de Resultado

Compras Sustentáveis e Relacionamento com Fornecedores

Responsabilidade Socioambiental

Regime de Alçadas – Conjunto de valores e autoridades competentes para aprovação de créditos e negócios, renegociação, aquisição de empreendimentos, contratação de obras e serviços, compra e alienação de bens e materiais, celebração de convênios, entre outros. A competência para fixar alçadas, em seu âmbito de atuação, cabe ao Conselho Diretor, ao Conselho de Gestão de Ativos de Terceiros e ao Conselho de Fundos Governamentais e Loterias.

Há cerca de 42 Regimes de Alçadas, entre as quais:

Serviços de Propaganda e Publicidade, Biblioteca, Programas de Divulgação e Promoções Culturais

Pessoa Jurídica – MGE – Captação e Aplicação

Cobrança e Recuperação de Crédito

Empréstimos/Financiamentos Comerciais Pessoa Física

Cartões e Meios de Pagamentos

Programas Sociais

Crédito Imobiliário

Órgãos Colegiados

São órgãos colegiados da CAIXA:

Órgãos de administração, que compartilham a representação orgânica e a gestão da CAIXA, cujas competências e atribuições estão detalhadas no Estatuto:

Conselho de Administração, órgão de orientação geral dos negócios e serviços da CAIXA, responsável pela definição das diretrizes, desafios e objetivos corporativos e pelo monitoramento e avaliação de seus resultados.

Conselho Diretor, que responde, entre outras competências, por conduzir a execução da estratégia da CAIXA e fixar alçadas em seu âmbito de atuação.

Conselho de Gestão de Ativos de Terceiros, órgão colegiado deliberativo, responsável pela gestão e representação da CAIXA quanto à gestão de ativos de terceiros.

Conselho de Fundos Governamentais e Loterias, órgão colegiado responsável pela gestão e representação da CAIXA quanto à administração ou operacionalização das loterias federais e dos fundos instituídos pelo Governo federal, incluído o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS).

Comitês Delegados do Conselho Diretor, órgãos de caráter deliberativo e propositivo, formados pelo Presidente e por Vice-Presidentes, que têm como missão agilizar o processo decisório da CAIXA em temas de sua competência, no sentido do cumprimento dos objetivos empresariais e alcance da Visão de Futuro.

Órgãos de apoio à gestão, os quais, agindo sinérgica e integradamente, respondem por decisões táticas, operacionais e administrativas, observadas suas competências e alçadas, e subsidiam a tomada de decisão pelos dirigentes da CAIXA:

Comitê de Auditoria: regulamentado pelo Conselho Monetário Nacional, tem por finalidade acompanhar e fortalecer as atividades de auditorias internas e externas e de

controles internos e externos, reportando-se ao Conselho de Administração, em consonância com a legislação vigente.

Comitê de Remuneração: regulamentado pelo Conselho Monetário Nacional, vincula-se ao Conselho de Administração e suas competências estão relacionadas a política de remuneração de administradores da CAIXA.

Comitê de Prevenção Contra os Crimes de Lavagem de Dinheiro: órgão autônomo de caráter deliberativo, com a finalidade de opinar e deliberar, observadas as suas atribuições e abrangência do tema, sobre matérias que tratem da prevenção e combate contra os crimes de lavagem de dinheiro no âmbito da CAIXA.

Comitê de Compras e Contratações: órgão autônomo de caráter deliberativo, com a finalidade de opinar e decidir, nos limites de sua competência, sobre as compras e as contratações com dispensa ou inexigibilidade de licitação, nos termos da legislação específica, e opinar sobre a deflagração de processos licitatórios cuja alçada seja do Conselho Diretor.

Comitê de Avaliação de Negócios e Renegociação; órgão autônomo e de caráter deliberativo, a quem compete opinar e decidir, nos limites de sua competência e alçadas, sobre as concessões de crédito, realização de negócios, renegociações e aquisições em Programa de Arrendamento Residencial.

Comissão de Ética: órgão autônomo de caráter deliberativo, com a finalidade de orientar, aconselhar e atuar na gestão sobre a ética profissional dos dirigentes e empregados da CAIXA, e no tratamento com as pessoas e com o patrimônio público, cabendo-lhe ainda deliberar sobre condutas antiéticas e sobre transgressões das normas da CAIXA levadas ao seu conhecimento.

Conselho Fiscal, órgão de controle e fiscalização dos atos dos administradores e verificação de seus deveres legais e estatutários.

Esses órgãos colegiados têm seu funcionamento regulamentado por regimentos internos, dos quais constam sua finalidade e competências, composição, modelo de funcionamento, forma de assessoramento, procedimentos e obrigações dos membros.

4.1.1 Atendimento às Leis das Estatais

A CAIXA vem adotando as providências necessárias para atendimento à Lei 13.303/2016 (Lei das Estatais) e seu Decreto de regulamentação, nº 8.945/2016, destacando-se:

- Estratégia de longo prazo aprovada em 2016
- Os requisitos, impedimentos e vedações constantes na Lei já vêm sendo aplicados aos dirigentes que foram nomeados após sua publicação

- Criação de Comissão Transitória, composta por representantes das Áreas Jurídica, Gestão de Pessoas e Secretaria Geral, para verificação do processo de indicação de candidatos para integrar a administração da CAIXA, e de Comitê de Elegibilidade, a fim de verificar a conformidade do processo de eleição e de avaliação dos integrantes da administração CAIXA
- Encontra-se em elaboração a adequação do Estatuto da CAIXA, alinhado aos dispositivos constantes da Lei e Decreto de regulamentação
- Elaboração do Regulamento Interno de Licitações e Contratos
- Ações relacionadas à governança das participações
- Código de Conduta e Integridade
- Elaboração de metodologia para avaliação de desempenho, individual e coletiva, de periodicidade anual, dos administradores e dos membros de comitês
- Plano de Capacitação de Dirigentes
- Disponibilização das demonstrações contábeis auditadas na Internet, inclusive em formato eletrônico editável
- Limitação das despesas com publicidade e patrocínio

A CAIXA pretende finalizar o atendimento à Lei antes mesmo do prazo estabelecido, qual seja, MAI/2018. Para tanto, foi constituída a governança da implantação, conduzida pela Diretoria Jurídica (DIJUR) e pela DE Organização e Estratégia (DEORE), que acompanham a execução das necessárias providências pelas áreas responsáveis para atendimento à Lei. Essa governança prevê reportes periódicos ao Conselho Diretor e ao Conselho de Administração.

4.2 Informações sobre dirigentes e colegiados

A CAIXA possui os seguintes dirigentes:

- Presidente;
- Vice-Presidentes;
- Diretores Executivos;
- Diretor Jurídico.

São atribuições específicas dos dirigentes da CAIXA:

I. Presidente: representante da CAIXA em juízo ou fora dele, podendo para tanto constituir prepostos e mandatários e conferir-lhes poderes e prerrogativas, segundo disponham a lei e as normas internas, bem como exercer poderes de direção executiva, dentre outras atribuições.

II. Vice-Presidentes: representantes da CAIXA em juízo ou fora dele e, em especial, em assuntos relacionados à Vice-Presidência de atuação, responsáveis por

executar e fazer executar as deliberações do Conselho de Administração, do Conselho Diretor, do Conselho de Gestão de Ativos de Terceiros e do Conselho de Fundos Governamentais e Loterias, observada sua área de atuação, e exercer as atribuições operacionais no âmbito da Vice-Presidência.

III. Diretores Executivos: responsáveis, dentre outras atribuições, por coordenar a elaboração da estratégia e, depois, a sua execução, bem como administrar, supervisionar e coordenar as atividades da Diretoria e unidades sob sua responsabilidade, na busca dos resultados estabelecidos pelos órgãos da administração.

IV. Diretor Jurídico: responsável, dentre outras atribuições, por representar judicialmente a CAIXA, na forma do Estatuto.

O Presidente e os Vice-Presidentes são nomeados e demitidos ad nutum pelo Presidente da República, por indicação do Ministro de Estado da Fazenda, ouvido o Conselho de Administração.

Além dos Vice-Presidentes que integram o Conselho Diretor, a CAIXA conta com dois Vice-Presidentes, que respondem exclusivamente pelas áreas segregadas, a saber: administração e gestão de ativos de terceiros e administração ou operacionalização das loterias federais e dos fundos instituídos pelo Governo Federal, nestes incluído o FGTS. Esses Vice-Presidentes não integram o Conselho Diretor e não respondem pelas demais atividades da CAIXA e pelas deliberações daquele Colegiado. As atividades das Vice-Presidências segregadas são desenvolvidas em conformidade com as diretrizes estabelecidas pelo Conselho de Gestão de Ativos de Terceiros e Conselho de Fundos Governamentais e Loterias, respectivamente.

Órgãos Colegiados:

São órgãos colegiados da CAIXA:

I. Órgãos de administração, que compartilham a representação orgânica e a gestão da CAIXA, cujas competências e atribuições estão detalhadas no Estatuto:

a) Conselho de Administração, órgão de orientação geral dos negócios e serviços da CAIXA, responsável pela definição das diretrizes, desafios e objetivos corporativos e pelo monitoramento e avaliação de seus resultados;

b) Conselho Diretor, órgão colegiado responsável pela gestão e representação da CAIXA;

c) Conselho de Gestão de Ativos de Terceiros, órgão colegiado deliberativo, responsável pela gestão e representação da CAIXA quanto à gestão de ativos de terceiros;

d) Conselho de Fundos Governamentais e Loterias, órgão colegiado responsável pela gestão e representação da CAIXA quanto à administração ou operacionalização das loterias federais e dos fundos instituídos pelo Governo federal, incluído o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS).

II. Comitês Delegados do Conselho Diretor, órgãos de caráter deliberativo e propositivo, formados pelo Presidente e por Vice-Presidentes, que têm como missão agilizar o processo decisório da CAIXA em temas de sua competência, no sentido do cumprimento dos objetivos empresariais e alcance da Visão de Futuro;

III. Órgãos de apoio à gestão, os quais, agindo sinérgica e integradamente, respondem por decisões táticas, operacionais e administrativas, observadas suas competências e alçadas, e subsidiam a tomada de decisão pelos dirigentes da CAIXA:

a) Comitê de Auditoria: regulamentado pelo Conselho Monetário Nacional, tem por finalidade acompanhar e fortalecer as atividades de auditorias internas e externas e de controles internos e externos, reportando-se ao Conselho de Administração, em consonância com a legislação vigente;

b) Comitê de Remuneração: regulamentado pelo Conselho Monetário Nacional, vincula-se ao Conselho de Administração e suas competências estão relacionadas com a política de remuneração de administradores da CAIXA;

c) Comitê Independente de Riscos: regulamentado pelo Conselho monetário Nacional, tem a finalidade de assessorar o Conselho de Administração nas questões relacionadas à gestão de riscos e de capital, em consonância com a legislação vigente;

d) Comitê de Prevenção Contra os Crimes de Lavagem de Dinheiro: órgão autônomo de caráter deliberativo, com a finalidade de opinar e deliberar, observadas as suas atribuições e abrangência do tema, sobre matérias que tratem da prevenção e combate contra os crimes de lavagem de dinheiro no âmbito da CAIXA;

e) Comitê de Compras e Contratações: órgão autônomo de caráter deliberativo, com a finalidade de opinar e decidir, nos limites de sua competência, sobre as compras e as contratações com dispensa ou inexigibilidade de licitação, nos termos da legislação específica, e opinar sobre a deflagração de processos licitatórios cuja alçada seja do Conselho Diretor.

f) Comitê de Avaliação de Negócios e Renegociação: órgão autônomo e de caráter deliberativo, a quem compete opinar e decidir, nos limites de sua competência e alçadas, sobre as concessões de crédito, realização de negócios, renegociações e aquisições em Programa de Arrendamento Residencial;

g) Comissão de Ética: órgão autônomo de caráter deliberativo, com a finalidade de orientar, aconselhar e atuar na gestão sobre a ética profissional dos dirigentes e empregados da CAIXA, e no tratamento com as pessoas e com o patrimônio público, cabendo-lhe ainda deliberar sobre condutas antiéticas e sobre transgressões das normas da CAIXA levadas ao seu conhecimento.

IV. Conselho Fiscal, órgão de controle e fiscalização dos atos dos administradores e verificação de seus deveres legais e estatutários.

Esses órgãos colegiados têm seu funcionamento regulamentado por regimentos internos, dos quais constam sua finalidade e competências, composição, modelo de funcionamento, forma de assessoramento, procedimentos e obrigações dos membros..

Política de Remuneração dos Membros da Diretoria Estatutária e dos Conselhos de Administração e Fiscal

A política de remuneração dos Dirigentes da CAIXA, bem como dos membros do Conselho de Administração e Conselho Fiscal é regida pela seguinte base normativa:

- Estatuto Social da Caixa Econômica Federal, aprovado pela Assembleia Geral Ordinária, 19/01/2018
- Decreto nº 3.735/01
- Decreto nº 8.578/2015
- Decreto nº 9.003/2017
- Resolução nº 3.921/2010 Conselho Monetário Nacional.
- Lei nº 9.292/96
- Lei n.º 6.404/76

A Resolução 3.921/2010 da CMN e o Estatuto Social da CAIXA determinam que cabe ao Comitê de Indicação e Remuneração elaborar a política de remuneração dos administradores da CAIXA, propondo ao Conselho de Administração as diversas formas de remuneração fixa e variável, além de benefícios e programas especiais de recrutamento e desligamento, na forma da lei.

O Estatuto da CAIXA também prevê que a remuneração dos Administradores, dos membros do Conselho Fiscal e dos Comitês de Auditoria e Independente de Riscos, de Partes Relacionadas e de Otimização de Ativos deve ser fixada anualmente pela Assembleia Geral Ordinária, observados os aspectos legais relativos às convocações e deliberações.

O Comitê Independente de Riscos foi criado em 30/08/2017 e seus membros foram nomeados no dia 18/10/2017.

A Remuneração Global dos Dirigentes da CAIXA é composta por Remuneração Fixa, Variável e benefícios, definidos anualmente pela Assembleia Geral, após proposição do Comitê de Indicação e Remuneração e aprovação do Conselho de Administração da CAIXA, observadas as orientações dos Órgãos Controladores.

A remuneração fixa visa recompensar o dirigente pelo tempo e serviços dedicados, sendo que o valor é estabelecido de acordo com o cargo exercido. A remuneração fixa é paga por meio de honorários mensais e gratificação de natal. No exercício 2017/2018, não houve reajuste dos honorários e rubricas vinculadas, conforme orientação dos Órgãos Controladores.

A remuneração variável anual tem como objetivo fomentar o alcance dos objetivos estratégicos, sem, porém, descuidar de uma política de gestão dos riscos de curto, médio e longo prazo, cujo pagamento fica condicionado ao cumprimento dos indicadores: resultados corporativos, resultado da área de negócio sob gestão de cada dirigente e desempenho individual.

As regras do Programa de Remuneração Variável – RVD da CAIXA seguem as legislações aplicáveis, além das diretrizes estabelecidas pelos Órgãos Controladores.

O montante de Remuneração Variável apurado para cada Dirigente é pago de forma diferida, visando o compromisso com a sustentabilidade da empresa a longo prazo, da seguinte maneira:

- 60% no primeiro exercício seguinte ao alcance das metas;
- 20% no segundo exercício seguinte ao alcance das metas
- 10% no terceiro exercício seguinte ao alcance das metas;

10% no quarto exercício seguinte ao alcance das metas.

De acordo com a premissa de diferimento, a remuneração variável paga em 2017 foi composta de 20% do valor referente ao Programa de RVD, exercício 2015, 10% do valor correspondente ao Programa de RVD, exercício 2014 e 10% do valor correspondente ao Programa de RVD, exercício 2013. O pagamento do valor referente ao exercício 2016, estabelecido em 60% do valor referente ao Programa de RVD está suspenso até a conclusão da avaliação dos dirigentes pelas instâncias competentes.

Para o exercício de 2017, a remuneração global dos dirigentes divide-se nos seguintes percentuais: 69,68% (sessenta e quatro por cento) a título de remuneração fixa, 9,65% (seis por cento) a título de benefícios e 20,67% (trinta por cento) a título de remuneração variável.

No que tange à remuneração dos membros dos Conselhos de Administração e Fiscal, esta corresponde a 10% da remuneração mensal média dos diretores da empresa, conforme diretrizes da Lei 9.292/96.

Por fim, ressaltamos que a provisão e prestação de contas da remuneração fixa, remuneração variável, benefícios e a remuneração dos conselheiros dos Conselhos de Administração e Fiscal, bem como dos Comitês de Auditoria e Independente de Riscos, embora seja aprovada pela Assembleia Geral da CAIXA, também é submetida anualmente ao controle e aprovação do Ministério da Fazenda e SEST/MPOG, que analisa, dentre outros itens, a evolução histórica dos indicadores, a relação com a estratégia da empresa, alcance das metas e o reajuste. A CAIXA por se tratar de empresa pública, considerada estratégica pelo governo, possui a opção de não publicar os dados referentes a informações relativas a remuneração, cargos e funções, com respaldo no Decreto 7.724, publicado em 16/05/2012, que assegura que a divulgação de informações das empresas públicas em regime de concorrência, estará submetida às normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), "a fim de assegurar sua competitividade, governança corporativa e, quando houver, os interesses de acionistas minoritários".

Ademais, a Portaria Interministerial 233, publicada pelo Ministério do Planejamento em 25/05/2012, garantiu que as empresas públicas que atuam em regime de concorrência não são obrigadas a disponibilizar as informações.

4.3 Atuação da unidade de auditoria interna

A Auditoria Interna da Caixa Econômica Federal (CAIXA), instituída com base no Decreto 93.216/1986, substituído pelo Decreto 3.591/2000 - cujos artigos 14, 15, 16 e 17 foram ajustados pelo Decreto 4.440/2002, tem sua atividade disciplinada pela IN CGU nº 3/2017, que aprovou o Referencial Técnico da Atividade de Auditoria Interna Governamental do Poder Executivo Federal, e pela Resolução CMN nº 4588/2017 que regulamenta as atividades de auditoria interna nas instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (Bacen).

Além disso, está sujeita às normas publicadas pela Comissão Interministerial de Governança Corporativa e de Administração de Participações Societárias da União (CGPAR), criada por meio do Decreto nº 6.021/2007.

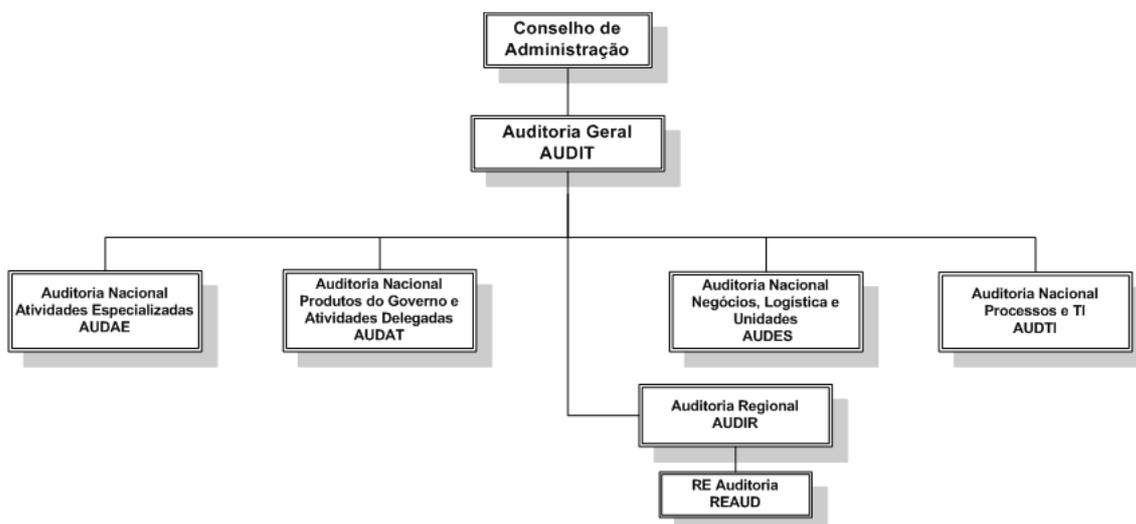
A Auditoria Interna observa também as normas do The Institute of Internal Auditors (IIA), representado no Brasil pelo IIA Brasil - Instituto dos Auditores Internos do Brasil - e, no que forem aplicáveis, as normas e procedimentos de auditoria do Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e os procedimentos do Information Systems Audit & Control Association (ISACA).

O Estatuto da Caixa Econômica Federal, aprovado pelo Decreto nº 7.973/2013, em seu Capítulo IX, Art. 55 estabelece que a “Auditoria Interna da CEF vincula-se ao Conselho de Administração, sujeita-se à orientação normativa e supervisão técnica do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo e tem como finalidade básica comprovar a legalidade e legitimidade dos atos e fatos administrativos e avaliar a eficácia da gestão de risco, do processo de gerenciamento de capital da CEF, do controle e das práticas de governança corporativa, além de executar, acompanhar e monitorar as determinações do Comitê de Auditoria”.

A Auditoria Geral (AUDIT) é a unidade responsável pela atividade de auditoria interna na CAIXA, estabelecimento das políticas, diretrizes e princípios para a área, e fiscalizações acordadas com a Administração.

A AUDIT, como demonstrado na figura 1, vincula-se ao Conselho de Administração por força do Estatuto Social da CAIXA, relaciona-se com o Comitê de Auditoria na forma regulamentada pelo Conselho Monetário Nacional e se sujeita às orientações e determinações dos órgãos federais de controle e de fiscalização, conforme legislação específica.

Figura – Organograma da Auditoria da CAIXA



Para o desenvolvimento de suas atividades, a AUDIT está organizada em unidades estratégicas (auditorias nacionais) e em unidades operacionais, representadas pelas auditorias regionais (AUDIR) e representações de auditoria (REAUD), cujos objetivos descrevemos no quadro a seguir.

Quadro – Mandatos Auditorias Nacionais e Regionais

Auditoria Nacional	Objetivo
Auditoria Nacional Atividades Especializadas (AUDAE)	Gestão das atividades de auditoria no âmbito da Vice-Presidência (VP) Finanças e Controladoria (VIFIC), VP de Riscos (VICOR), VP Gestão de Ativos de Terceiros (VITER), VP Gestão de Pessoas (VIPES), áreas da Presidência (PRESI), Entidade Privada de Previdência Fechada, subsidiárias, controladas e coligadas. Análise da conformidade da instrução e acompanhamento dos processos de Tomadas de Contas Especiais
Auditoria Nacional Produtos do Governo e Atividades Delegadas (AUDAT)	Gestão das atividades de auditoria no âmbito da VP Fundos de Governo e Loterias (VIFUG), VP Governo (VIGOV) e VP Habitação (VIHAB).
Auditoria Nacional Negócios, Logística e Unidades (AUDES)	Gestão das atividades de auditoria no âmbito VP Clientes, Negócios e Transformação Digital (VICLI), VP Corporativo (VICOP), VP Produtos de Varejo (VIPOV) e VP Logística e Operações (VILOP). Gestão das atividades de fiscalização das unidades lotéricas.
Auditoria Nacional Processos e Tecnologia da Informação (AUDTI)	Gestão das atividades de auditoria no âmbito da VP Tecnologia da Informação (VITEC), nas instalações Técnicas da Autoridade de Registro CAIXA atinentes à Certificação Digital, além de auditoria eletrônica e suporte tecnológico às atividades de auditoria.
Auditorias Regionais (AUDIR) e Representações de Auditoria (REAUD)	Execução e acompanhamento das atividades programadas pelas auditorias nacionais e representação da AUDIT no seu âmbito de atuação.

Fonte: CAIXA/AUDIT

A AUDIT possui 382 auditores internos na lotação autorizada de pessoal (LAP), 356 na lotação existente de pessoal (LEP) e 26 vagas a prover, posição de 31/12/2017. Sua equipe de gestores é composta por 1 superintendente nacional, 4 gerentes nacionais, 7 gerentes executivos e 12 gerentes de auditoria. No seu quadro de apoio administrativo estão vinculados 51 empregados, dos quais 12 supervisores de filial.

Conforme Estatuto da CAIXA, Capítulo IX, Art. 55, § 1º, “o titular da unidade de Auditoria Interna da CEF será designado ou dispensado por proposta do Presidente da CEF, aprovada pelo Conselho de Administração, observada a legislação pertinente”.

O Superintendente Nacional da AUDIT participa das reuniões ordinárias e extraordinárias do Conselho de Administração como convidado, regra que possibilita a comunicação tempestiva de assuntos de maior relevância àquela instância.

O planejamento e desenvolvimento das atividades da Auditoria Interna, de exclusiva competência da área no âmbito interno, tem como objetivo o assessoramento à Alta Administração da CAIXA, mediante avaliação independente de atos e fatos, de

forma a conferir credibilidade às informações e segurança às decisões para que os objetivos estratégicos sejam atingidos com ética e eficiência, alinhados ao interesse público.

Ao menos uma vez por ano é realizada sessão executiva do Conselho de Administração, sem a presença do Presidente da CAIXA, para aprovação do Plano Anual de Auditoria Interna (PAINT) e do Relatório Anual das Atividades de Auditoria Interna (RAINT), conforme estabelecido no art. § 4 do art. 19 do Estatuto da CAIXA.

O modelo de atuação da AUDIT se sustenta em três pilares: (1) atuação na 3ª linha de defesa, em consonância com a IN CGU nº 3/2017 na busca pela aplicação eficiente, eficaz e efetiva dos recursos; (2) auditoria em processos críticos; e (3) especialização das equipes nos processos a serem auditados.

A AUDIT realiza auditorias que alcançam processos de negócio, suporte e gestão em unidades da CAIXA, canais parceiros, representados pelos Correspondentes CAIXA Aqui e unidades lotéricas, empresas em que mantém participação ou relacionamento comercial, se previsto em acordo ou contrato, e a Fundação dos Economizadores Federais (FUNCEF).

A comunicação à alta gerência (presidência e vice-presidências) e aos órgãos estatutários (Conselhos de Administração (CA), Diretor (CD) e Fiscal (CF) e Comitê de Auditoria (COAUD)) sobre riscos identificados em trabalhos de auditoria realizados em macroprocessos, produtos e serviços considerados de alta relevância ocorre mediante apresentação do Relatório Síntese de Atividades da Auditoria Interna (RS), trimestralmente ou qualquer tempo, neste caso, se houver apontamento que requeira, na avaliação da AUDIT, comunicação imediata ao CA.

O RS compõe-se de capítulos cujos conteúdos contemplam distintamente os apontamentos dos trabalhos realizados no decorrer do período referência, dos trabalhos de follow-up, dos planos de ação com prazos reprogramados por mais de duas vezes, dos apontamentos em regularização e dos regularizados no período referência e a situação dos apontamentos em regularização relacionados em RS anteriores.

Além disso, são emitidos relatórios distintos sobre trabalhos de auditoria interna realizados nas demonstrações contábeis da CAIXA e sobre aqueles realizados nas empresas subsidiárias (Caixa Seguridade e Caixa Participações), estes últimos destinados aos Conselhos de Administração das empresas participadas.

4.4 Atividades de correção e apuração de ilícitos administrativos

Corregedoria CAIXA - CORED, criada em 23/06/2016, pela Resolução do Conselho Diretor nº. 7068/2015, com o intuito de fortalecer o ambiente de controle nesta instituição financeira, possui a gestão do Processo de Apuração de Responsabilidade Disciplinar e Civil a partir de 04/01/2016, conforme previsão normativa estabelecida no Manual Normativo AE 079, anteriormente sob gestão da AUDRE.

A Apuração de Responsabilidade Disciplinar e Civil é aplicada com fins de investigar fato irregular que venha a ser praticado por empregado, ex-empregado ou empregado aposentado, com a possível aplicação de penalidade administrativa e civil, caso seja confirmado o ilícito cometido, sendo compreendida pela Análise Preliminar e pelo Processo Disciplinar e Civil.

A Análise Preliminar destina-se à investigação de fatos, com indícios de participação de empregado, ex-empregado ou empregado aposentado, quando apresentarem fragilidade de elementos em relação à existência de irregularidade, e para subsidiar a decisão do gestor quanto a instaurar ou não o Processo Disciplinar e Civil.

A fim de avaliar a conveniência ou não de instaurar o Processo Disciplinar e Civil, a Autoridade Instauradora considera, entre outras, a responsabilidade administrativa, ativa ou passiva, da pessoa envolvida, as razões do interesse público, a verossimilhança das informações, a extensão e a complexidade do fato e o eventual valor envolvido, com atenção aos princípios da legalidade, moralidade, economicidade e da relação entre o custo e o benefício do procedimento, bem como as normas e procedimentos específicos de cada ocorrência.

O Processo Disciplinar e Civil destina-se a apurar irregularidades envolvendo empregado, ex-empregado ou empregado aposentado, das quais possam resultar aplicação de penalidade disciplinar e/ou imputação de responsabilidade civil, e compreende as seguintes fases:

- ✓ Instauração;
- ✓ Instrução;
- ✓ Análise Jurídica da Instrução;
- ✓ Defesa Escrita;
- ✓ Decisão de Primeira Instância;
- ✓ Recurso;
- ✓ Decisão de Segunda Instância.

Compete aos dirigentes da CAIXA a instauração e o acompanhamento do Processo Disciplinar e Civil, em suas unidades subordinadas, para investigação de fato irregular de qualquer natureza, origem ou valor, sendo delegada essa competência ao gestor chefe de unidade, à Corregedoria e à Auditoria Interna.

Conforme preconiza o MN AE 079 as competências para instauração do Processo Disciplinar e Civil são definidas da seguinte forma:

Compete à Auditoria Interna e à CORED, nos termos do subitem, a instauração de Processo Disciplinar e Civil em qualquer unidade da CAIXA, quando:

- envolver valor superior a R\$100.000,00 na data de ocorrência;
- houver indício de envolvimento do gestor chefe atual da Unidade;
- envolver concessão de operação de crédito, cujo montante ou a soma das operações deferidas por um mesmo concessor seja superior a R\$100.000,00 na data do lançamento em CA ou, no caso de operações adimplentes, na data da contratação;
- envolver empregado ocupante de função gratificada de Auditor ou ocupante de função gratificada gerencial no âmbito da Auditoria Interna.

Compete ao gestor chefe da unidade ou à chefia hierarquicamente superior instaurar e acompanhar Processo Disciplinar e Civil para apurar fatos ocorridos ou que tenham reflexo na unidade sob sua administração ou subordinada, quando:

- envolver, no máximo, o valor de R\$100.000,00 na data da ocorrência;
- não houver indício de envolvimento do gestor chefe atual da Unidade.

Compete ao Superintendente Regional a instauração de Processo Disciplinar e Civil no seu âmbito de atuação, mesmo que haja envolvimento do gestor chefe atual da Agência ou do PA (Posto de Atendimento) quando:

- envolver concessão de operação de crédito inadimplida, cujo montante ou a soma das operações deferidas por um mesmo concessor, na data de lançamento em CA, seja igual ou inferior a R\$100.000,00;
- envolver concessão de operação de crédito adimplida, cujo valor individual ou a soma das operações deferidas por um mesmo concessor, na data da contratação, seja igual ou inferior a R\$100.000,00.

Informamos que no Portal de Apoio ao Processo de Apuração de Responsabilidade Disciplinar e Civil (APUR), em 2017, houve o registro de instauração de 732 (setecentos e trinta e dois) processos disciplinares em decorrência de, entre outras práticas, furto; contestação de saques e de cheques; roubo; falhas em operações de retaguarda; irregularidades em concessão de financiamento habitacional, em penhor, em lançamentos contábeis, em concessão de crédito, em manuseio de numerário, conforme descrito no quadro abaixo:

Desse rol, 135 (cento e trinta e cinco) processos estão relacionados com as práticas de fraude, sendo 11 externas e internas, 42 externas e 82 internas. Leia-se como fraude interna aquela na qual o empregado CAIXA realiza o fato irregular sem participação de terceiros, mesma lógica devendo ser observada nas fraudes externas.

Ademais, houve o registro de 04 (quatro) ocorrências no Atender. Caixa (sistema interno de ouvidoria, onde são cadastradas as denúncias), em 2017, categorizadas como corrupção ou suspeita de corrupção, das quais (a) 03 (três) foram respondidas diretamente no canal, por tratar-se do mesmo fato, e resultaram na instauração de procedimento de apuração de responsabilidade civil e disciplinar, o qual encontra-se em andamento; e (b) sendo que 01 (uma) resultou na abertura de Análise Preliminar para apuração do fato, com decisão da Autoridade Instauradora pela não instauração de Processo Disciplinar e Civil.

Tipo de Processo	Qtd.
A	1
C	229
D	0
G	502
Total	732

Tipo A: processos de competência da Auditoria;

Tipo C: processos de competência da Corregedoria;

Tipo D: processos de competência do Dirigente;

Tipo G: processos de competência dos gestores de unidade.

Processos finalizados em 2017:

No portal de Apoio ao Processo de Apuração de Responsabilidade Disciplinar e Civil (APUR), registrou-se a finalização, em 2017, de 225 (duzentos e vinte e cinco) processos disciplinares.

- DAS PENALIDADES APLICADAS

Período considerado: 01/01/2017 a 31/12/2017

Advertências: 184 / Suspensões: 94 / Rescisões: 144

Fonte dos dados: SISRH (Sistema de Recursos Humanos)

Observação: as penalidades decorrem de processos de apuração de responsabilidade finalizados em 2017 e não necessariamente instaurados no mesmo ano.

4.5 Gestão de riscos e controles internos

Este item aborda percepção da CAIXA quanto aos riscos que possam comprometer os objetivos institucionais e quanto à qualidade do funcionamento dos controles internos administrativos, principalmente quanto à suficiência desses controles para mitigar os riscos e garantir, com segurança razoável, a confiabilidade das informações financeiras produzidas; a obediência às leis e regulamentos que a regem, ou ao seu negócio; a salvaguarda dos seus recursos, de modo a evitar perdas, mau uso e dano; a eficácia e a eficiência de suas operações frente aos objetivos traçados;

O texto relacionado à Gestão de riscos e controles internos está apresentado no Anexo III deste Relatório.

4.6 Informações sobre a empresa de auditoria independente contratada pela CAIXA

Contrato Vigente até 02/05/2017.

Ernst & Young Auditores Independentes S.S

Sistemática de contratação: Licitação – modalidade Pregão Eletrônico.

Dados da empresa contratada: Ernst & Young Auditores Independentes

S.S, inscrita no CNPJ 61.366.936/0002-06, situada na Praia de Botafogo, nº 370, 8º andar, Rio de Janeiro- RJ, CEP: 22250-040.

Remuneração do contrato: O valor atual, corrigido na 2ª repactuação, é de R\$ 6.051.811,59.

Objeto do contrato: Prestação de serviços especializados de auditoria independente nos processos da CAIXA, das empresas subsidiárias e dos fundos por ela administrados ou operacionalizados e elaborados de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de contabilidade (IFRS – International Financial Reporting Standards) e de outros serviços correlatos, com emissão de pareceres e/ou relatórios.

Contrato Atual a partir: 03/05/2017

PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes

Sistemática de contratação: Licitação – modalidade Pregão Eletrônico.

Dados da empresa contratada: PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes, inscrita no CNPJ -61.562.112/0015, situada no Setor Hoteleiro Sul, Quadra 06, conjunto A, Bloco C, Salas 801 a 811, Edifício Bunsiness Center Tower – Brasília/DF.

Remuneração do contrato: O valor atual é de R\$ 9.055.477,00.

Objeto do contrato: Prestação de serviços de auditoria contábil sobre as demonstrações contábeis do Conglomerado CAIXA e dos Fundos por ela administrados ou operacionalizados e elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de contabilidade (IFRS – International Financial Reporting Standards) e de outros serviços correlatos, pelo prazo de 24 (vinte e quatro meses), com emissão de pareceres e/ou relatórios, devendo ser considerado o perfil, a complexidade, as normas legais específicas aplicáveis e a diversidade do portfólio e atividades do Conglomerado.

PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes

Sistemática de contratação: Contratação Direta com fundamento no art.

25, caput, da Lei nº 8.666/93.

Dados da empresa contratada: PricewaterhouseCoopers Auditores

Independentes, inscrita no CNPJ nº 61.562.112/0001/20, com sede no

Setor Hoteleiro Sul, Quadra 06, Conjunto A, Bloco C, salas 801 a 811,

Edifício Business Center Tower, CEP: 70322-915.

Remuneração do contrato: valor atual é de R\$ 568.612,50.

Objeto do contrato: Prestação de serviços técnicos especializados de auditoria independente para emissão de parecer e/ou relatório relacionados à CAIXAPAR, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e outros serviços correlatos.

5 ÁREAS ESPECIAIS DA GESTÃO

5.1 Gestão de pessoas

5.1.1 Estrutura de pessoal da unidade

O quadro a seguir visa demonstrar a distribuição da força de trabalho da CAIXA.

Quadro – Força de Trabalho na UPC

Tipologias dos Cargos	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada(*)	Efetiva		
1.Servidores em Cargos Efetivos (1.1 + 1.2)	90.000	87.712	418	7.747
1.1.Membros de poder e agentes políticos	0	0	0	0
1.2.Servidores de Carreira (1.2.1+1.2.2+1.2.3+1.2.4)	90.000	87.712	418	7.747
1.2.1.Servidores de carreira vinculada ao órgão	90.000	87.712	418	7.747
1.2.2.Servidores de carreira em exercício descentralizado	Não há	Não há	Não há	Não há
1.2.3.Servidores de carreira em exercício provisório	Não há	Não há	Não há	Não há
1.2.4.Servidores requisitados de outros órgãos e esferas	0	0	0	0
2.Servidores com Contratos Temporários	8	8	4	2
3.Servidores sem Vínculo com a Administração Pública (**)	12	12	8	0
4.Total de Servidores (1+2+3)	90.020	87.732	430	7.749

Fonte: CAIXA/ GENER - Base RH oriundo do SISRH, posição 31.12.2017

(*) Lotação Autorizada para o Quadro Permanente: Portaria nº 26 de 17/11/2017 limita o quadro em 90.000 empregados.

(**) Considerados os requisitados, os dirigentes com e sem vínculo empregatício (incluindo os empregados / dirigentes que estão nas empresas do conglomerado CAIXA), não consideramos os membros do conselho.

Quadro – Distribuição da Lotação Efetiva

Tipologias dos Cargos	Lotação Efetiva	
	Área Meio	Área Fim
1.Servidores de Carreira (1.1)	25.071	62.641
1.1.Servidores de Carreira (1.2.1+1.2.2+1.2.3+1.2.4)	25.071	62.641
1.1.2.Servidores de carreira vinculada ao órgão	25.071	62.641
1.1.3.Servidores de carreira em exercício descentralizado	Não há	Não há
1.1.4.Servidores de carreira em exercício provisório	Não há	Não há
1.1.5.Servidores requisitados de outros órgãos e esferas	0	0
2.Servidores com Contratos Temporários	8	0
3.Servidores sem Vínculo com a Administração Pública	12	0
4.Total de Servidores (1+2+3)	25.091	62.641

Fonte: CAIXA/ GENER - Base RH oriundo do SISRH, posição 31.12.2017

Quadro –Detalhamento da estrutura de cargos em comissão e funções gratificadas da UPC

Tipologias dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas	Lotação		Ingresso no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada(*)	Efetiva		
1.Cargos em Comissão	37	37	8	0
1.1.Cargos Natureza Especial	Não há	Não há	Não há	Não há
1.2.Grupo Direção e Assessoramento Superior	37	37	8	0
1.2.1.Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão	25	25	0	0
1.2.2.Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado	Não há	Não há	Não há	Não há
1.2.3.Servidores de Outros Órgãos e Esferas	Não há	Não há	Não há	Não há
1.2.4.Sem Vínculo	12	12	8	0
1.2.5.Aposentados	Não há	Não há	Não há	Não há
2.Funções Gratificadas	61.094	58.423	0	3.355
2.1.Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão	61.094	58.423	0	3.355
2.2.Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado	Não há	Não há	Não há	Não há
2.3.Servidores de Outros órgãos e Esferas	Não há	Não há	Não há	Não há
3.Total de Servidores em Cargo e em Função (1+2)	61.131	58.460	8	3.355

Fonte de dados: GENER - Base RH oriundo do SISRH, posição 31.12.2017

(*) Lotação Autorizada – consideramos a Lotação Autorizada de Pessoas lançada no sistema SISRH, conforme estratégia da CAIXA

Considerados os requisitados, os dirigentes com e sem vínculo empregatício (incluindo os empregados/ dirigentes que estão nas empresas do conglomerado CAIXA) e não consideramos os membros dos conselhos e comitês de auditoria/risco.

Análise Crítica: Quadro de Pessoal

Desde 2012, as instituições bancárias vêm apresentando contínua redução no número de empregados. Dentre os bancos públicos, o Banco do Brasil seguiu a mesma tendência, enquanto a Caixa Econômica Federal apresentava-se como única instituição com forte geração de emprego e concomitante melhora nos índices de eficiência.

Entre o período de 2011 a 2014, o quadro de pessoal da CAIXA apresentou crescimento em torno de 18%, contudo a partir do ano de 2015 iniciou-se uma forte retração da atividade econômica e, por conseguinte, os principais agentes do segmento bancário vêm investindo em medidas com foco em eficiência operacional, buscando otimizar o orçamento, principalmente, com a redução das despesas administrativas.

Diante do quadro econômico nacional e internacional e do aumento das exigências de capital impostas pelo Acordo de Basileia III, a estratégia adotada pelos bancos privados foi de melhorar eficiência operacional mediante, corte das despesas com pessoal próprio, por meio da redução de postos de trabalho, e aumento das receitas com tarifas, além de terem sido bastante conservadores na concessão de crédito.

Diante disso, e com vistas à redução de custos orientada pela Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais - SEST a toda a Administração Pública, a CAIXA, então, adotou medidas para aumentar a eficiência operacional, promovendo uma cultura de racionalização dos gastos, melhorias dos processos internos e ampliação do relacionamento com os clientes, de modo a garantir seu protagonismo na implementação das Políticas Públicas, como também solvência, liquidez e resultados sustentáveis.

Nesse sentido, diversas transformações foram e estão sendo implementadas, dentre as quais destacam-se:

- Revisão e melhoria de processos, promovendo a centralização e especialização da rede de apoio ao negócio, possibilitando ganhos de escala e de qualidade dos serviços prestados, convergindo esforços para aumento de produtividade e consequente liberação de empregados para atuarem em outros processos na empresa e o que viabiliza a redução estruturada do quadro de pessoal.

- Aquisição de solução tecnológica, com objetivo de automatizar processos de gestão administrativa integrada para infraestrutura, logística e pessoas, que possibilita o reaproveitamento de funcionalidades, reduzindo o tempo de trabalho despendido em soluções tecnológicas aos processos de suporte e permitindo, assim, melhor aproveitamento dos recursos das áreas de tecnologia para as atividades-fim da empresa, além de maior automatização dos processos de logística e de pessoas resultando em maior padronização e direcionamento da força produtiva.

- Mudanças nos processos de agência, obtendo ganhos de especialização em operações, padronização, redução de esforço e ganho de escala, mediante atuação concentrada na melhoria de processos e de automação, resultando na desoneração do trabalho realizado nas agências, impactando no tempo de atendimento, de espera e de execução das atividades.

Com a liberação dos empregados das atividades mais operacionais/administrativas, foi possível direcionar a força de trabalho com maior dedicação ao relacionamento e à geração de negócios, atividades mais especializadas e com necessidade de menor esforço de produção, tendo em vista a simplificação de procedimentos operacionais.

Alinhada à política empreendida pelos maiores bancos do país, de migração dos clientes das plataformas tradicionais de atendimento, como das agências bancárias, para os canais digitais, há na CAIXA há tendência de contínua redução no número de transações em agências físicas, em função, especialmente, do aumento da preferência dos clientes no uso dos canais Internet Banking e Mobile.

Com vistas à adequação às demandas do mercado, visando ainda à sustentabilidade da empresa, melhor eficiência e equilíbrio da folha de pagamento, além de todas as ações de gestão já citadas acima, estão sendo adotadas medidas para otimização da estrutura de pessoal por meio de incentivo de desligamentos (programas de desligamento voluntário).

Qualificação da força de trabalho:

Quadro – Quantidade de Servidores da UPC por nível de escolaridade- Situação em 31/12/2017

Tipologias do Cargo	Quantidade de Pessoas por Nível de Escolaridade								
	1	2	3	4	5	6	7	8	9
1.Provimento de Cargo Efetivo	0	0	0	5	7.905	14.208	6.585	525	44
1.1.Servidores de Carreira	0	0	0	5	7.988	14.207	6.585	525	44
1.2.Servidores com Contratos Temporários	0	0	0	0	7	1	0	0	0
2. Provimento de Cargo em Comissão	0	0	0	2	7.660	28.163	21.705	873	57
2.1. Grupo Direção e Assessoramento Superior	0	0	0	0	12	3	20	1	1
2.2.Funções Gratificadas	0	0	0	2	7.648	28.160	21.685	872	56
3.Totais (1+2)	0	0	0	7	15.545	42.371	28.290	1.398	101
<p><i>Servidores de Carreira: empregados com vínculo que não exercem função gratificada ou cargo de dirigente.</i> <i>Servidores com Contratos Temporários: empregados sem vínculo contratados por prazo – Assessoramento Estratégico.</i> <i>Grupo de Direção e Assessoramento Superior: empregados com ou sem vínculo que exercem cargo de dirigente.</i> <i>Funções Gratificadas: empregados com vínculo que exercem função gratificada efetiva ou por prazo em 31.12.2017.</i></p> <p>LEGENDA: <u>Nível de Escolaridade</u> 1 – Analfabeto 2 - Alfabetizado sem cursos regulares 3 - Primeiro grau incompleto 4 - Primeiro grau 5 - Segundo grau ou técnico 6 – Superior 7 - Aperfeiçoamento / Especialização / Pós-Graduação 8 – Mestrado 9 – Doutorado/Pós Doutorado/PhD/Livre Do</p>									

5.1.2 - Demonstrativo das Despesas com Pessoal

Quadro – Despesas de pessoal

Tipologias/ Exercícios		Vencimentos e Vantagens Fixas	Despesas Variáveis					Despesas de Exercícios Anteriores	Decisões Judiciais	Total	
			Retribuições	Gratificações	Adicionais	Indenizações	Benefícios Assistenciais e Previdenciários				Demais Despesas Variáveis
Membros de poder e agentes políticos											
Exercícios	2017	Não há	Não há	Não há	Não há	Não há	Não há	Não há	Não há	Não há	Não há
	2016	Não há	Não há	Não há	Não há	Não há	Não há	Não há	Não há	Não há	Não há
Servidores de carreira vinculados ao órgão da unidade											
Exercícios	2017	5.335.022.425,41	Não há	5.882.630.410,33	376.633.712,93	974.023.324,89	324.752.172,13	1.214.703.813,21	0,00	170.060.480,16	14.277.826.339,06
	2016	5.381.769.821,36	Não há	6.397.289.100,37	368.176.133,93	764.040.610,15	335.972.966,14	332.046.125,24	0,00	118.118.041,44	13.697.412.798,63
Servidores de carreira SEM VÍNCULO com o órgão da unidade											
Exercícios	2017	Não há	Não há	Não há	Não há	Não há	Não há	Não há	Não há	Não há	Não há
	2016	Não há	Não há	Não há	Não há	Não há	Não há	Não há	Não há	Não há	Não há
Servidores SEM VÍNCULO com a administração pública (exceto temporários)											
Exercícios	2017	5.861.371,78	Não há	1.310.720,34	50.400,00	109.011,31	0,00	49.889,30	0,00	0,00	7.381.392,73
	2016	2.843.019,79	Não há	1.603.574,97	0	121.716,68	0,00	19.776,35	0,00	0,00	4.588.087,79
Servidores cedidos com ônus											
Exercícios	2017	491.591,41	Não há	685.097,36	331.227,85	105.586,63	10.515,60	0,00	0,00	0,00	1.624.018,85
	2016	2.221.523,20	Não há	4.657.762,42	1.525.938,76	740.065,83	49.464,53	2,93	0,00	1.434,58	9.196.192,25
Servidores com contrato temporário											
Exercícios	2017	2.270.466,14	Não há	461.801,89	31.725,00	192.826,62	0,00	15.081,80	0,00	0,00	2.971.901,45
	2016	2.465.493,07	Não há	322.445,14	35.012,81	774.054,03	7.172,92	11.910,64	0,00	-239,09	3.615.849,52

5.1.3 - Gestão de riscos relacionados ao pessoal

No tocante à gestão de riscos relacionados ao pessoal, mais especificamente em relação à paralisação decorrente de movimento paredista, informamos que não houve tal ocorrência em 2017, visto que o Acordo Coletivo de 2016 foi firmado com vigência de 2 anos, de 2016 a 2018. Caso tivesse ocorrido, tal fato não comprometeria de forma grave o cumprimento da missão institucional ao longo do tempo, visto que a CAIXA disponibiliza, para os seus clientes, canais de atendimento alternativos e os gestores da Matriz já possuem orientações em caso de contingências.

Os canais de atendimento alternativos compreendem a rede de lotéricos, internet, autoatendimento, CAIXA Aqui e Banco 24 horas.

O contingenciamento em caso de movimento paredista está normatizado no PC019 PLANO DE CONTINUIDADE CORPORATIVO - MOVIMENTO PAREDISTA;

As orientações aos gestores da matriz em caso de contingências estão previstas no PC005 - PLANO DE RESPOSTA A EMERGÊNCIAS - ATIVIDADES CRÍTICAS PRIORIZADAS - EDIFÍCIOS MATRIZ I E MATRIZ II.

5.1.4 – Contratação de pessoal de apoio e de estagiários

As informações sobre a terceirização regular de mão de obra, que diz respeito às contratações de pessoas para realizar trabalhos secundários em relação às atividades-fim da CAIXA, tais como contratos de prestação de serviços de limpeza, higiene e vigilância ostensiva, estão disponibilizadas no sítio da CAIXA na Internet, para acesso irrestrito, conforme link de acesso abaixo.

<http://www.caixa.gov.br/acesso-a-informacao/Paginas/default.aspx>

Apresentamos quadro abaixo com dados dos contratos de prestação de serviços que envolvem o objeto: “ Serviços contínuos com mão de obra dedicada”, considerando a evolução do número de contratos e seus valores em 2016 e 2017.

Quadro – Contratos de prestação de serviços contínuos com mão de obra dedicada.

Tipo de Serviço	Valores 2016	Valores 2017	Quantidade 2016	Quantidade 2017
Apoio Administrativo	R\$ 90.857.510,64	R\$ 224.050.451,30	21	38
Limpeza e Conservação predial	R\$ 35.128.346,80	R\$ 122.763.731,12	13	20
Segurança	R\$ 172.170.592,42	R\$ 256.768.806,13	25	257

Segurança Patrimonial	R\$ 714.927.976,41	R\$ 332.173.920,32	37	30
Telemarketing	R\$ 56.888.997,57	R\$ 218.765.573,18	1	4
Total Geral	R\$ 1.069.973.423,84	R\$1.154.522.482,05	97	349

Esclarecemos que tratam-se de serviços que constituem necessidade continuada da CAIXA e exigem a disponibilização de empregados da empresa contratada nas dependências da CAIXA ou nas de terceiros indicados pela CAIXA, em horários/turnos preestabelecidos cuja gestão é de responsabilidade da empresa contratadas.

A CAIXA não tem ingerência, tampouco controle sobre os recursos humanos, recursos operacionais, tecnológicos, financeiros e administrativos, pois o objeto do contrato é o serviço a ser prestado

Quanto Política de Terceirização de Serviços, a CAIXA contrata empresas especializadas para a prestação de serviços ligados às suas atividades-meio.

Além de especializada, a empresa contratada possui autonomia, ou seja, ela gerencia, de forma independente da CAIXA, os recursos humanos, operacionais, tecnológicos, financeiros e administrativos necessários à realização do serviço contratado.

Dessa forma, a CAIXA não tem ingerência nem controle sobre os profissionais da contratada, pois o objeto do contrato é o serviço prestado, e é o resultado deste o que nos interessa controlar efetivamente.

Quadro – Composição do quadro de estagiários

Nível de escolaridade	Quantitativo de contratos de estágio vigentes		Despesa no exercício (em R\$ 1,00)	
	2016	2017	2016	2017
1. Nível superior	2.264	1.907	R\$ 30.313.576,72	R\$ 26.131.481,74
1.1 Área Fim	0	0	0	R\$ 0,00
1.2 Área Meio	2.264	1.907	R\$ 30.313.576,72	R\$ 26.131.481,74
2. Nível Médio	8.734	5.262	R\$ 63.037.710,60	R\$ 39.405.826,06
2.1 Área Fim	7.583	4.916	R\$ 53.925.293,54	R\$ 36.702.149,49
2.2 Área Meio	1.151	346	R\$ 9.112.417,06	R\$ 2.703.676,57
3. Total (1+2)	10.998	7.169	R\$ 93.351.287,32	R\$ 65.537.307,80

Fonte: DEPES

Análise: Contratação de Estagiários

A CAIXA oferta estágio como ato escolar supervisionado em ambiente de trabalho com vistas ao aprendizado de competências próprias da atividade profissional e à contextualização curricular.

O objetivo do Programa é contribuir com a educação do estudante para uma vida cidadã e para o trabalho por meio da contextualização curricular no ambiente laboral.

O Estágio, como parte integrante do processo formativo, contribui para a formação do futuro profissional porque permite ao estudante:

- Conhecer a filosofia, diretrizes, organização e funcionamento de empresas e instituições em geral, facilitando sua integração, além de propiciar melhor relacionamento humano e social.
- Amenizar o impacto da passagem da vida estudantil para o mundo do trabalho, proporcionando contato com o futuro meio profissional;
- Adquirir uma atitude de trabalho sistematizado, desenvolvendo a consciência da produtividade, a observação e comunicação concisa de ideias e experiências adquiridas e incentivando e estimulando o senso crítico e a criatividade;
- A aplicação prática de seus conhecimentos teóricos, motivando seus estudos e possibilitando maior assimilação das matérias curriculares;
- Definir-se em face de sua futura profissão, perceber eventuais deficiências e buscar seu aprimoramento.

A CAIXA seleciona, por meio de processo público, com provas online para todos os candidatos, além de provas presenciais para os alunos do nível superior, por meio do agente de integração e, posteriormente, realiza entrevista com os aprovados nas unidades concedentes.

O art. 17 da Lei 11.788/08 estabelece para o estágio de nível médio um percentual máximo de 20% em relação ao quadro de pessoal das Unidades concedentes de estágio. A CAIXA, portanto, atende às seguintes proporções:

- De 1 Até 20 empregados = 1 Estagiário/a
- De 21 a 40 empregados = 2 Estagiários/as
- Acima de 40 empregados = 3 Estagiários/as

Em números gerais, considerando a oferta total de vagas de estágio (nível médio e superior) a CAIXA oferta aproximadamente 08% de vagas em relação ao número de empregados.

O Programa Estágio CAIXA é regido pelo normativo interno denominado Recursos Humanos (RH111), disponível a todos os empregados e colaboradores.

5.1.5 – Entidades Fechadas de Previdência complementar patrocinadas.

As informações referentes à FUNCEF foram consideradas de caráter sigiloso pela unidade responsável pela gestão da matéria no âmbito da CAIXA, mas poderão ser disponibilizadas aos órgãos de controle, caso sejam requisitadas.

5.2 Gestão do patrimônio e infraestrutura

5.2.1 Gestão do patrimônio imobiliário da União

Após a publicação da Lei 13.240/2015 prevendo a alienação dos imóveis da União, foi formalizado instrumento contratual nº 086/2015 entre a CAIXA e a União estabelecendo a prestação de serviço de avaliação dos imóveis e a alienação.

As regras e procedimentos para cadastramento, avaliação e disponibilização para venda estão descritos no MN AD049, estando normatizada também as rotinas de repasse de recursos após a alienação dos imóveis.

Segue abaixo a distribuição geográfica dos imóveis cadastrados para venda, tendo sido alienados 19 imóveis em 2017 perfazendo um valor total de venda de R\$ 1.145.363.000,00 em 2017.

Quadro distribuição geográfica de imóveis cadastrados para venda

UF	QTD_Imoveis
AC	2
AL	1
AM	1
BA	10
CE	4
DF	193
ES	6
GO	8

MG	97
MS	9
MT	5
PA	2
PB	9
PE	5
PI	10
PR	15
RJ	16
RN	5
RS	15
SC	4
SE	2
SP	21
TO	1
TOTAL:	441

Conforme contrato firmado e processo normatizado, quando da apresentação do registro do imóvel, comprovando a transferência da propriedade imobiliária, o valor de venda é repassado à União, já sendo descontados os valores de comissão de venda e despesa com a elaboração de laudo de avaliação.

Informamos também que a CAIXA é responsável pela administração e alienação dos imóveis oriundos do processo de liquidação e extinção da Rede Ferroviária – RFFSA, considerados não-operacionais e destinados à composição do Fundo Contingente.

As normas e procedimentos para administração, alienação e repasse dos valores dos imóveis estão normatizados no Manual Normativo AD142.

O cadastramento dos imóveis no SIMOV, sistema corporativo adotado para administração e alienação dos imóveis, é previsto no normativo anteriormente citado após a publicação de portaria específica e disponibilização da documentação necessárias a alienação pela SPU.

As doze Gerências de Filiais de Alienação de Bens Móveis e Imóveis, distribuídas em 12 municípios (Brasília, Belém, Bauru, Belo Horizonte, Curitiba, Goiânia, Fortaleza, Porto Alegre, Recife, Rio de Janeiro, São Paulo e Salvador) são as responsáveis pelo cadastramento dos dossiês imobiliários recebidos da SPU, regularização da documentação necessária e adoção de todas as providências necessárias para disponibilização dos imóveis à venda.

Os imóveis são alienados por meio de licitação nas modalidades de Leilão ou Concorrência, admitindo-se a Venda Direta, com prazos, procedimentos e documentação previstos no MN AD142. Em 2017 foram vendidos 3 imóveis perfazendo a quantia de R\$ 427.333,50 que foram repassados ao Fundo Contingente.

Caso haja alguma impossibilidade de alienação de imóveis da Rede Ferroviária, contidos no Fundo Contingente, em virtude problemas documentais não passíveis de regularização ou existência de outros impedimentos de venda, a SPU é comunicada para que haja a troca do imóvel no Fundo Contingente por outro passível de venda.

Informamos que em 2017 foi realizado R\$ 5.390,13 em despesa com a manutenção/administração dos imóveis da Rede Ferroviária.

Segue abaixo a disponibilização geográfica dos imóveis da Rede Ferroviária.

Quadro disponibilização geográfica imóveis da Rede Ferroviária

Disponibilização Geográfica	
UF	Total
AL	4
BA	6
DF	2
GO	56
MA	3
MG	213
PB	1
PE	7
PI	4
PR	21
RJ	10
RN	1
RS	29
SE	1

SP	145
Total Geral	503

5.3 Gestão da Tecnologia da Informação

Em maio de 2016 foi publicada a Resolução nº 11/2016 da Comissão Interministerial de Governança Corporativa e de Administração de Participações Societárias da União – CGPAR (instituída pelo Decreto no 6.021/2007), que dispõe sobre governança de TI nas empresas estatais federais e estabelece, dentre outras, a necessidade de vinculação e elaboração do Plano Diretor de TI - PDTI, ao Plano Estratégico de TI – PETI, e este alinhado ao Plano Estratégico Institucional – PEI.

Em junho de 2016 foi publicada a Lei 13.303/2016 (Responsabilidade das Estatais), que torna mandatória a atualização anual da Estratégia de longo prazo do Conglomerado CAIXA.

Após a publicação da legislação em questão a elaboração da estratégia na CAIXA passou a ser responsabilidade da SN Inteligência Corporativa e Estratégia – SUICE, no que diz respeito ao Plano Estratégico Institucional – PEI e ao Plano Estratégico de Tecnologia da Informação – PETI, cabendo à VITEC a elaboração do Plano Diretor de TI – PDTI com caráter executor do PETI e com a responsabilidade de alavancar as iniciativas que endereçam a estratégia contida no PETI.

O Plano Estratégico de TI – PETI, na declaração de seus objetivos e metas, promove o alinhamento da TI aos Objetivos Empresariais da CAIXA, que constam no PEI, e serve de orientação para o melhor uso e promoção dos recursos tecnológicos da empresa.

A execução do PETI se dará por meio do Programa de Transformação Digital e do Plano Diretor de Tecnologia da Informação – PDTI.

O PETI consolidado contém a ambição de TI, quatro macro objetivos e dezoito direcionadores estratégicos. O monitoramento deste será realizado por meio de indicadores e metas.

O PDTI, como instrumento executor do PETI, está estruturado em 3 frentes de atuação, conforme abaixo:

Projetos Estruturantes da VITEC: as iniciativas são apresentadas nos Ciclos Anuais de revisão do PDTI, visando o atingimento dos Direcionadores, Indicadores e Metas definidas no PETI.

Projetos Corporativos: as iniciativas são aprovadas no Conselho Diretor em Ciclos Trimestrais, que endereçam as necessidades estratégicas e negociais da empresa.

Projetos da Transformação Digital: as ações da TD com rebatimento na VITEC e que encontram-se em estruturação pela DEORE.

Diante do exposto fica assegurado que o PDTI será responsável pelo atendimento das iniciativas que alavancam os direcionadores contidos no PETI no decorrer de sua vigência. Considerando a dinamicidade do PDTI, iniciativas serão apresentadas sempre que necessário nos Ciclos de revisão do Plano, visando dar condições de execução das iniciativas aprovadas e inserção de novas que contribuam para o atingimento dos Direcionadores, Indicadores e Metas definidas no PETI.

- Comitê Gestor de T.I.

O Comitê Delegado de Tecnologia e Eficiência é uma instância de caráter deliberativo e propositivo, vinculado ao Conselho Diretor, a quem compete estabelecer a governança corporativa de tecnologia da informação da CAIXA, debater a estratégia de tecnologia da informação, previamente à aprovação pelo Conselho Diretor, bem como deliberar e coordenar as iniciativas de melhoria de eficiência e as ações de integração das Vice-Presidências de Logística/Operações e de Tecnologia da Informação com a estratégia e os negócios da CAIXA, nos limites de suas atribuições e competências delegadas.

O Comitê é composto pelo Presidente da CAIXA e pelos titulares das seguintes

- Vice-Presidências:
- Vice-Presidência Logística e Operações;
- Vice-Presidência Finanças e Controladoria;
- Vice-Presidência Gestão de Pessoas;
- Vice-Presidência Tecnologia da Informação (atualmente Líder do Comitê);
- Vice-Presidência Clientes, Negócios e Transformação Digital;
- Vice-Presidência Riscos

No ano de 2017 foram realizadas 8 reuniões do CDTE, onde foram tratados diversos assuntos que envolvem a área de TI da CAIXA, listados a seguir:

- Planejamento VITEC 2017;
- Programa de Modernização das Arquiteturas de TI para o Digital;
- Projeto Biometria;
- Ações para superação do resultado operacional de 2017;
- Projeto Rede CAIXA – Eficiência e Custos;
- Plano de Ação BACEN;
- Plano Diretor de Tecnologia – PDTI – 2017/2019;
- Prestação de Contas PDTI – 2014/2015;
- Capacidade de Atendimento de TI;
- Atendimento de TI: Projetos Mandatórios

- Plano de capacitação do pessoal de TI

O Plano de Capacitação de TI em 2017 esta disponível no Anexo IV.

Com relação aos treinamentos, destacamos a seguir as ações educacionais realizadas em 2017:

Quadro Eventos

28 EVENTOS COM PARTICIPANTES DA VITEC
2017 LATAM Brazil Symposium/ITxpo - Certificate Of Attendance
1o Fórum AudiCaixa de Governança Corporativa em Estatais
3o Fórum IBGP de Tecnologia da Informação
Agile Brazil 2017
AGILE TRENDS GOV 2017
Conferência Agile Brazil 2017
CONFERENCIA DATA & ANALYTICS
Conferência Gartner Data & Analytics
CONFERENCIA GARTNER SEGURANÇA & GESTAO DE RISCO
Conferência Gartner Symposium/ITxpo 2017
FÓRUM CBEG - INOVAÇÃO COMO DIFERENCIAL COMPETITIVO
GRC+DRIDAY
I FORUM DE GESTÃO DE PESSOAS DA GIPESFO
Métricas 2017
PRO DIA NASCER FELIZ : A ESCOLA QUE TEMOS E A QUE QUERMOS
The Developers Conference 2017
Trilha Management 3.0 - The Developers Conference 2017
X JORNADA DA ADM: Mesa Redonda: Novas Leis Trabalhistas: um desafio aos
CAPACITAÇÃO CPA 20
CONGRESSO C4
CONGRESSO SECURITY LEADERS BRASILIA
GARTNER SYMPOSIUM/ITxpo 2017
HSM EXPO 2017
I CONGRESSO INTERNACIONAL DE DIREITO E TECNOLOGIA
Métricas 2017 (Conferência)
VII Congresso Internacional de Conhecimento e Inovação
XIV Congresso Brasileiro de Identificação e Biometrics HITech 2017

Quadro cursos e treinamentos

210 CURSOS/TREINAMENTOS (destaques)
UX Usability - Facilite a Vida do seu Usuário no Mob...
(.NET) ELEMENTOS DE PROGRAMAÇÃO
(JAVA) ELEMENTOS DE PROGRAMAÇÃO
(JAVA) LÓGICA DE PROGRAMAÇÃO
?Java e JPA: Persista seus objetos com a JPA2 e Hibernate

Agile Scrum Foundation
Alura Certificado - Jogos Mobile com Unity: diversão com a Game Engine
AMAZON EC2 - FAÇA UM DEPLOY DA SUA WEBAPP COM ALTA DISPONIBILIDADE E ESCALABILIDADE
Análise de Negócios e Profissionais de Projeto, de Processos e de Negócios
ANALISE E DESENHO DE ARQUITETURA DE SOFTWARE
ANDROID BÁSICO
Android com Web Service parte 1: Sincronize sua app com o servidor
Android com Web Service parte 2: mais técnicas de sincronização
Android com Web Service parte 3: sincronização em modo offline
ANDROID DESIGN: MASTER UI/UX
Android I - Crie sua app Fantástica com Android Studio
Android II: Integração com apps e recursos do device
Android III: Aprimore sua APP com Fragments, Google Maps e GPS
ANDROID STUDIO
ANDROIDIII:APRIMORE SUA APP COM FRAGMENTS GOOGLE MAPS E GPS
Angular 1: Crie WebAPPs Poderosas
ANGULAR 2: WEBAPPS AINDA MAIS PODEROSAS PARTE 1
Angular 2: webapps ainda mais poderosas parte 2
AngularJS Completo
Aplicações Windows Mobile
Arduino: Do zero ao jogo
ASP.NET MVC 5: O FRAMEWORK PRONTO PARA A WEB
Bootstrap 4 Básico
BOOTSTRAP: CRIAÇÃO DE UMA SINGLE-PAGE RESPONSIVA
C# Exceptions: trabalhando com Exceções em C#
C# I: Fundamentos da Linguagem
C# II: Orientação a objetos
C# III - TOPICOS AVANÇADOS
Capacitação em Programação Orientada a Objetos
Carreira: Desenvolvedor VBA
Certificação ITIL Foundation 1: Introdução ao Gerenciamento de TI
Certificação ITIL Foundation 2: Estratégias e Desenho de Serviços
Certificação ITIL Foundation 3: Transição e Operação de Serviço
CERTIFICACAO PMP E CAPM :PROCESSOS DE GERENCIAMENTO DE PROJETOSA
CIII:RECURSOS AVANÇADOS DA LINGUAGEM
CLOJURE: INTRODUÇÃO A PROGRAMAÇÃO FUNCIONAL
COBIT 5 Foundations Parte 1: Introdução a Governança Corporativa
Cobol II Básico, Avançado com SQL e Ênfase em DB2
COBOL: Algoritmos
COBOL: Lógica de Programação
Configuration Management VMAX All Flash
Construindo Aplicações Web com o Novo Angular 4
Cordova & PhoneGap: Apps mobile com HTML, CSS e JS
Curso Básico de SCRUM para Gerenciamento Ágil de Projetos
Curso Básico de ASP .NET
Curso Completo de PHP 7
CURSO DE ALGORITMO
Curso de ASP.NET MVC
Curso de Automação de Testes para Web com Selenium
Curso de Entity Framework: Primeiros passos
CURSO DE HTML5
Curso de Introdução ao Node.js com Bootstrap e jQuery
Curso de Ionic - Introdução
Curso de JavaScript Completo

Curso de lógica de Programação Básica
CURSO DE PHP
Curso Fundamentos do Scrum - Preparatório para o exame PSM I
DATA ANALYSIS: TRABALHANDO COM DADOS E ESTATÍSTICAS
Data Quality Level 1, Management for Developers
Desenvolvendo na Prática com Spring, Testes, Git e Maven
DESENVOLVIMENTO ANDROID
Desenvolvimento de Aplicações Híbridas Mobile
Design de Apresentação: Princípios e Técnicas Visuais
Design de Sinalização: passo a passo para implementação de um projeto de wayfinding
DESIGN PATTERNS PYTHON I: BOAS PRÁTICAS DE PROGRAMAÇÃO
DESIGN PATTERNS PYTHON II: BOAS PRÁTICAS DE PROGRAMAÇÃO
Design Thinkin Parte 1: Utilize uma metodologia de design para solucionar desafios
DJANGO: PROGRAMAÇÃO WEB COM PYTHON E SIMPLICIDADE
DOCKER: Criando containers sem dor de cabeça
Eclipse: Produtividade extrema na IDE com Java
EJB: O poder da JAVA EE
ELECTRON - CRIE APLICATIVOS DESKTOP COM AS TECNOLOGIAS DA WEB
Engenharia de Requisitos
Entendendo e documentando REST / RESTful APIs
Estatística I: entenda seus dados com R
ESTATÍSTICA II: APROFUNDANDO EM HIPÓTESES E CORRELAÇÕES
EXCEL III: Avançando em Funções e Criando suas Macros
Excel: Domine o editor de planilhas mais famoso do mundo
Fundamentos da linguagem - Desenvolvedor Mobile Multiplataforma Xamarin e Desenvolvedor
ASP.NET
Fundamentos do Teste de Software - Preparatório exame CTFL
GIT: CONTROLE E COMPARTILHE SEU CÓDIGO
GO - INICIANDO COM A LINGUAGEM DO GOOGLE
HTML - Básico
HTML E CSS3 I: SUAS PRIMEIRAS PAGINAS DA WEB
HTML5 E CSS3 II: TURBINANDO AS SUAS PÁGINAS
HTTP: Entendendo a web por baixo dos panos
Imersão Ágil - Ágil, Scrum, Kanban e Inception
INFORMATION STORAGE AND MANAGEMENT V3
INTEGRAÇÃO CONTÍNUA: MATURIDADE E PRODUTIVIDADE NO DESENVOLVIMENTO DE SOFTWARE.
INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL INICIANTE
Introdução a programação com C#
INTRODUÇÃO À PROGRAMAÇÃO ORIENTADA A OBJETOS
Introdução ao Android Studio
Introdução ao Node.js com Bootstrap e jQuery
Ionic 1 Parte 1: Desenvolvimento de Aplicacoes Híbridas Mobile
Ionic 2 parte 2: aplicações híbridas mobile ainda mais poderosas
Java - Elementos de Programação
JAVA ALGORITMOS
Java Avançado
JAVA BÁSICO
JAVA DESENVOLVENDO NA PRATICA COM SPRING E TESTES
JAVA DOMINANDO AS COLLECTIONS
Java e JPA: Otimizações com JPA2 e Hibernate
JAVA e JPA: Persista seus objetos com JPA2 e Hibernate
JAVA e JSF2 - II Componentes Ricos com Primefaces
JAVA e JSFI: Sua Aplicação WEB com JSF2

Java e Orientação a Objetos
JAVA E XML: INTEGRAÇÃO, PARSING E VALIDAÇÃO
JAVA I - Primeiros Passos
JAVA II: ORIENTAÇÃO A OBJETOS
JAVA III - PRINCIPAIS APIs e BIBLIOTECAS
JAVA INTERMEDIÁRIO
Java para Desenvolvimento Web
Java Reflection: mágica e meta programação
JAVA: DOMINANDO AS COLLECTIONS
Java: Laboratório com Testes, JSF e Design Patterns I
JAVA8: TIRE PROVEITO DOS NOVOS RECURSOS DA LINGUAGEM
JAVASCRIPT AVANÇADO I: ES6, ORIENTAÇÃO A OBJETOS E PADRÕES DE PROJETOS
JAX-RS e Jersey : Domine a criação de webservices REST
JB325 - Red hat Jboss Enterprise Development II
JBossEnterpriseApplicationDevelopment
JOGOS COM ANDROID:DESENVOLVA SEU PROPRIO FLAPPY BIRD
JQUERY: AVANCE NA BIBLIOTECA MAIS POPULAR DO MERCADO PARTE 2
JQUERY: Domine a biblioteca mais popular do mercado
JSF 2.2 com Primefaces e Spring
Lean Startup: Primeiros passos da sua startup enxuta
Levantamento e Especificação de Requisitos
LINUX I - FUNDAMENTOS DO SISTEMA
LINUX I: Conhecendo e Utilizando o Terminal
LINUX II - GERENCIAMENTO DE SISTEMA.
LINUX III - ADM. DE APLICAÇÕES DO SISTEMA.
LINUX IV - ADM. DE SERVIÇOS WEB E EMAIL.
LÓGICA DE PROGRAMAÇÃO 1: OS PRIMEIROS PROGRAMAS COM JAVASCRIPT E HTML
Lógica de Programação II: Pratique com desenhos, animações e um jogo
Machine Learning: Introdução ao sistemas de recomendações
Maven: Build do zero a web
Métodos Ágeis: Introdução
Microcopy: a influência do micro copy na experiência do usuario
Modelagem de Banco de Dados Relacional
MySQLI: INICIANDO SUAS CONSULTAS
MySQLII: CONSULTAS PODEROSAS
Nodes.js: Primeiros Passos
O que é .NET?
O que é NuGet ?
Objetos OOAD Express - Análise Orientada a Objetos
Orientação a objetos - Desenvolvedor Mobile Multiplataforma Xamarin e Desenvolvedor ASP.NET
PHP 7 Completo
PHP BÁSICO
PHP E MYSQL I: FUNDAMENTOS PARA CRIAR UM SISTEMA NA WEB
PHP e MYSQL II: Cookies, sessões e mais recursos
PHP I: Orientação a objetos com sua linguagem preferida
POSTGRESQL I: PRIMEIROS PASSOS COM SUAS CONSULTAS
PowerCenter Developer Level 1
Programação COBOL
PROGRAMAÇÃO COM A LINGUAGEM JAVA
Programação com C#
Programação de Computadores e Dispositivos Móveis
Programação Shell Script - Automatizando Rotinas no Linux
PROGRAMANDO O SUCESSO

PYTHON 2: PROGRAMANDO COM A LINGUAGEM
Python 3 - Mundo 01: Fundamentos
SAP ABAP Básico
SAP Business Objects
SAP BusinessObjects Business Intelligence 4.1
SAP NetWeaver PI 7.4 Single Stack
Sass e Compass: Descomplicando o CSS
Scrum parte 1: Gerencie o seu projeto de forma ágil
Scrum Parte 2: O Manifesto Ágil, Liderança e organização em Scrum
SCRUM PARTE 4: PLANEJAMENTO RPOJETOS COM AGILE
SCRUM: AGILIDADE EM SER PROJETO
sCRUM: PARTE 2: O MANIFESTO ÁGIL, LIDERANÇA E ORGANIZAÇÃO EM SCRUM
Segurança web: vulnerabilidades do seu sistema e owasp
Selenium: Sua webapp testada de ponta a ponta em Java
SERVLETS:FUNDAMENTOS DE JAVA NA WEB
SHELL SCRIPTING PARTE 1: COMEÇANDO SEUS SCRIPTS DE AUTOMAÇÃO DE TAREFAS
SHELL SCRIPTING PARTE 2: FAZENDO MONITORAMENTO, AGENDANDO TAREFAS E BACKUP.
SQL Completo
SQL SERVERII CONSULTAS PODEROSAS
SQL: Comando Select
SWIFT 3: Desenvolvendo para iOS no Xcode Parte 3
SWIFT 3: Desenvolvimento para iOS no Xcode Parte 1
SWIFT 3: Desenvolvimento para iOS no Xcode Parte 2
Teste de Software
Teste e Resolução de Problemas
TESTES: TDD COM JAVA
THREADS 1: PROGRAMAÇÃO PARALELA EM JAVA
THREADS 2: PROGRAMAÇÃO CONCORRENTE AVANÇADA
Tópicos Avançados - Desenvolvedor Mobile Multiplataforma Xamarin e Desenvolvedor ASP.NET
Treinamento SCRUM Game Challenge
TypeScript
UX - O que é Experiência de Usuário
UX Design com Axure: protótipo para App mobile
UX Produto - Monitore, Mensure e Teste o seu Projeto...
UX RESEARCH: COMECE A ENTENDER O SEU USUÁRIO
UX Strategy - Divergindo e Afunilando Ideias
UX USABILITY: FACILITE A VIDA DO SEU USUÁRIO NO MOBILE
UX: do briefing ao protótipo
VAGRANT: AUTOMATIZAÇÃO E IMPLEMENTAÇÃO DE ENTREGA CONTINUA
VBA: Automatizando Tarefas no Excel
VMAX All Flash and VMAX3 Business Continuity Management
Vue.js parte 1: construindo Single Page Applications
WEB DEVELOPER - LÓGICA, HTML, PHP COM MYSQL + OO
Workshop Análise de Ponto de Função Básico
Xamarin parte 1: crie aplicativos mobile com Visual Studio

- Força de Trabalho de TI.

O quantitativo de pessoas que compõem a força de trabalho de TI é 2.905 (posição dez/2017), todos empregados CAIXA, ressaltando que hoje não há na CAIXA carreiras específicas, como por exemplo Carreira de TI. Também não há, na TI da CAIXA, empregados efetivos de outros órgãos/entidades, tanto de carreira de TI quanto de outras carreiras.

Com relação à terceirizados, informamos que a CAIXA possui apenas contratos de serviços com Fábricas de Software e, portanto, não possui contrato de terceirização de pessoas. Com relação aos estagiários, informamos que em 2017 a força de trabalho de TI contou com 50 estagiários ativos.

- Processos de gerenciamento de serviços TI implementados na unidade.

Os processos de gerenciamento de serviços TI:

- Estão normatizados no MN TE216 desde outubro de 2015, com definições de papéis e responsabilidades, atividades, terminologias e demais informações, sendo que periodicamente são realizadas melhorias no normativo..
- O modelo/melhores práticas adotado para o gerenciamento de serviços TI é a ITIL.
- Acordos de Níveis de Serviços – ANS são assinados e revisados entre TI e Gestores de Negócios de forma a identificar e gerenciar os principais serviços entregues pela TI, buscando enxergar seu comportamento baseado em visões de TI, Negócio e Usuário com visão em tempo real.
- Estabelecido processo de Melhoria Contínua de forma a identificar e implementar iniciativas/oportunidades de melhoria dos processos.
- Indicadores dos processos estão implantados e medidos de forma sistemática.
- Relatórios estão padronizados, publicados e implantados no serviços.caixa e na solução Analytics.
- São realizadas avaliações e apresentações de resultados dos processos de forma sistemática.
- Foi construído e está operacional o portal do Gerenciamento Integrado de Serviços de TI que contém diversas informações a respeito dos processos, tais como, seus resultados, indicadores, vídeos, entre outras informações de forma a apoiar usuários, clientes entre outros.
- Realização de Treinamentos e Capacitações dos processos para várias equipes de forma a esclarecer, explicar e orientar os usuários e fomentar a cultura organizacional voltada aos processos.
- Estruturado equipe CAIXA e contratada empresa especializada para sustentação de toda solução – serviços.caixa
- Melhoria contínua e atualização da plataforma de sustentação da ferramenta serviços.caixa, aderente às boas práticas de mercado.
- Capacitação das equipes Caixa na ferramenta serviços.caixa

- Melhoria e implantação de novos serviços no processo de gestão de serviços.

As informações referentes aos principais sistemas de Informação da CAIXA, projetos de TI desenvolvidos no período e medidas tomadas para mitigar eventual dependência tecnológica de empresas terceirizadas que prestam serviços de TI para a CAIXA tiveram seu sigilo recomendado pela área gestora no âmbito da Instituição. Essas informações poderão ser disponibilizadas aos órgãos de controle, caso sejam requisitadas.

5.4 Gestão Ambiental e Sustentabilidade

A Caixa publicou em fevereiro de 2015 sua Política de Sustentabilidade e Responsabilidade Socioambiental - PRSA, em cumprimento à Resolução nº 4.327/14 do Banco Central do Brasil, em substituição às anteriores, Política de Meio Ambiente e Política de Responsabilidade Social e Empresarial. A PRSA tem como objetivo assegurar a atuação sustentável da CAIXA e suas subsidiárias, a partir da integração das dimensões social e ambiental na sua estratégia, garantindo a incorporação dos princípios e diretrizes desta Política nos negócios, processos e relacionamentos com as partes interessadas.

Está alicerçada em princípios como a ética, conformidade e combate à corrupção, gestão participativa, promoção do desenvolvimento sustentável, inclusão social, eficiência ambiental, proteção e conservação ambiental e transparência. O documento na íntegra pode ser acessado pelo seguinte endereço: http://www.caixa.gov.br/Downloads/sustentabilidade/Politica_RSA.pdf.

Além disso, A CAIXA desenvolve programa de gestão de resíduos sólidos por meio de projetos conforme discriminado abaixo:

Projeto Lixo Eletroeletrônico: Em parceria com o Instituto GEA - Ética e Meio Ambiente, com apoio financeiro do Fundo Socioambiental CAIXA, o projeto Lixo Eletrônico e Responsabilidade Socioambiental contribuiu para a geração de renda para os catadores de cooperativas de materiais recicláveis nas cidades de Belém, Belo Horizonte, Curitiba, Recife, Fortaleza, Salvador, Rio de Janeiro, São Paulo, Porto Alegre, Goiânia e Brasília.

A iniciativa engloba a capacitação dos cooperados, repasse de informações técnicas e o acompanhamento da doação de materiais que não são mais utilizados pela CAIXA até sua destinação ambientalmente correta. Esses resíduos incluem não somente materiais eletroeletrônicos, como também equipamentos de segurança, de linha branca e mobiliário. Ao todo, a CAIXA doou 38.010 unidades de resíduos, que geraram aproximadamente R\$ 587 mil em vendas para os cooperados.

Coleta Seletiva Solidária CAIXA: Ao promover a conscientização de seus empregados sobre a importância e a utilidade de separar o lixo reciclável, a CAIXA também contribuiu com cooperativas e associações de catadores de material reciclável destinando papelão, metal, plástico e vidro. Também a coleta seletiva solidária passou por remodelagem de seu processo a fim de ampliar e facilitar o acesso de cooperativas e informar os colaboradores sobre a correta separação do lixo.

Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos: O Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos da CAIXA está disponível no site da CAIXA e pode ser acessado pelo seguinte endereço:
http://www.caixa.gov.br/site/paginas/downloads.aspx#categoria_909.

Campanha POUPE O PLANETA: Campanha de sensibilização dos empregados abordando os temas: água, energia, transporte, Coleta Seletiva Solidária CAIXA e emissões de Gases de Efeito Estufa.

Além disso, a CAIXA possui Plano de Compras Sustentáveis que abarca as dimensões: pessoas, fornecedores, indicadores e resultados. Conforme abaixo:

Dimensão Pessoas:

Programa Gestão de Bens e Serviços - Eficiência de Gastos, com conteúdo de sustentabilidade que abrange todos os atores do processo de compra da Caixa, visando o consumo consciente e a qualificação das aquisições da empresa, com eliminação de perdas e desperdícios e redução do impacto socioambiental.

Capacitação sobre Mudanças Climáticas e Crise hídrica para multiplicadores da Política de Compras Sustentáveis e gestores operacionais dos contratos envolvidos no CDP Supply Chain.

Quadro – Gestão de bens e serviços

Programa Gestão de Bens e Serviços – Eficiência de Gastos					
Qtde de empregados					
Nome do Curso	Nº de empregados			% de empregados CAIXA	
	2016	2017	Total	2016	2017
Curso 1: Introdução a Gestão de Bens e Serviços	18.871	8.307	27.178	19,87	9,47
Curso 2 - Usuário do Bem e Serviço	15.202	8.513	23.715	16	9,71
Curso 3 - Antes da Decisão de Contratar	4.702	3.162	7.864	4,95	3,61

Curso 4 - Planejamento da Contratação	3.297	2.341	5.638	3,47	2,67
Curso 5 - Gestão Operacional de Contratos	3.246	1.921	5.167	3,42	2,19

- Dimensão Fornecedores:

Convite aos fornecedores para participação de novo ciclo do CDP Supply Chain e reconhecimento das melhores práticas.

- Dimensão Indicadores e resultados:

Resultados das respostas ao CDP Supply Chain serão utilizados para mensurar o risco relacionado a mudanças climáticas e água na cadeia de fornecimento.

Trade In de equipamentos de informática: Visando o descarte responsável de resíduos eletrônicos a CAIXA incluiu trade in na contratação de novos equipamentos de informática. A solução consiste na retirada de um equipamento inservível no momento em que o fornecedor entrega um novo para a Caixa. O material usado tem preço definido, gerando desconto no preço final ofertado pelo fornecedor. O fornecedor destina o item para reciclagem e apresenta a declaração de destinação correta dos resíduos, o que possibilita a rastreabilidade.

Informamos que a CAIXA, como empresa pública de direito privado, não tem obrigação legal de elaborar PLS (Decreto 7.746/2012)..

Quanto a contratações, o normativo interno MN AD 020 estabelece regras que trata da solicitação de contratação, orientando os gestores da CAIXA a observarem critérios e/ou aspectos de sustentabilidade na especificação técnica do objeto, na execução dos serviços contratados, no fornecimento de bens ou, ainda, nas obrigações da contratada, a fim de atender o previsto no Decreto 7.746/2012.

Ainda, em atendimento às diretrizes de sustentabilidade apresentadas no artigo 4º do referido Decreto, o AD 020 traz orientações para que sejam observados os aspectos de equilíbrio econômico-financeiro e o meio ambiente, a promoção da máxima eficiência no uso dos recursos naturais e de materiais deles derivados, a geração de resultados sustentáveis ao longo do tempo, bem como, consta no normativo a necessidade de se observar na contratação o descarte planejado, o tratamento de resíduos de obras, as implicações da substituição de equipamentos na cadeia de suprimentos, a logística reversa/inversa.

Os artigos 5º e 6º do Decreto 7.746/2012 também estão contemplados no normativo supracitado, que prevê o incentivo à redução, reutilização, reciclagem e destinação adequada de resíduos, bem como à aquisição de bens cujos materiais sejam atóxicos ou biodegradáveis, buscando minimizar os potenciais impactos ambientais negativo, e a economia da manutenção e operacionalização da edificação e a redução do consumo de energia e água nas contratações de obras e serviços de engenharia, por meio de tecnologias, práticas e materiais que reduzam o impacto ambiental.

A regra do artigo 8º do Decreto consta do Normativo AD 020, que disciplina que na solicitação de contratação o Gestor pode indicar que a comprovação das exigências a serem inseridas no edital relacionadas à sustentabilidade poderá ser feita mediante apresentação pela licitante de certificação emitida por instituição oficial ou credenciada, o que atende ao artigo 8º do Decreto em comento.

Além deste, temos o normativo PO 029 - Política de Compras Sustentáveis e Relacionamento com Fornecedores, que preconiza o engajamento e estreitamento do relacionamento com os fornecedores, visando a sustentabilidade na sua cadeia de valor, envolvendo a gestão estratégica dos impactos de matérias-primas e serviços, desde os fornecedores, subfornecedores e prestadores de serviços até o cliente final e etapas pós-consumo.

Em complemento, além das regras normativas, constam nos contratos da CAIXA cláusulas básicas que se aplicam para todas as contratações realizadas no âmbito da GERSA, e que trazem condições com valores voltados à responsabilidade socioambiental, tais como:

- Obrigação da contratada:
 - assegurar a não contratação em condições degradantes ou análogas à escravidão, e não utilização de crianças, exceto dentro de programas com menor aprendiz;
 - manter fiel observância à legislação trabalhista e ao pagamento de direitos trabalhistas devidos aos prestadores de serviços;
 - assegurar a não utilização de práticas discriminatórias em razão de crença religiosa, raça, cor, sexo, partido político, classe social, nacionalidade;
 - manter uma conduta pautada por elevados padrões de ética e integridade, capaz de assegurar relações sustentáveis, compatíveis com a legislação e o interesse público.

A CAIXA atende ainda, à Lei Complementar 123/2006, que estabelece o direito de preferência para as Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, estimulando o desenvolvimento da economia local.

Ações de Responsabilidade Socioambiental da Caixa estão reportadas em seu site, na aba “Sobre a Caixa”, item “Responsabilidade Socioambiental” e também no Relatório de Sustentabilidade Caixa 2016.

5.5 – Gestão de Fundos e de Programas

Como agente de políticas públicas e parceira estratégica do Estado, a CAIXA administra Fundos e Programas Governamentais, com fins específicos, para atender às diversas necessidades da União, Estados, Distrito Federal e Municípios. Os Fundos e Programas atuam em segmentos importantes, garantem a destinação social dos recursos

previstos na legislação, contribuem para a melhoria das condições de vida da população, reduzem externalidades negativas e proporcionam a geração de empregos e renda.

Dentre os Fundos, o FGHab, o FGCN e o FCVS constam como unidades prestadoras de contas no Anexo I da DN TCU nº 161, de 01 de novembro de 2017, sendo que, o FGHab e o FCVS tem prazo até 29/03/2018 para elaboração dos Relatórios de Gestão correspondentes, referente ao exercício 2017, e o FGCN tem prazo até 30/05/2018. Assim, os resultados relevantes decorrentes da gestão econômico-financeira, operacional, orçamentária e administrativa desses Fundos constarão em sua referida prestação de contas.

Os demais Fundos terão o seu Relatório de Gestão/Administração disponibilizados no portal de Fundos de Governo, podendo ser acessado através do endereço - <http://fundosdegoverno.caixa.gov.br/portal-home>.

Abaixo apresentamos as informações dos Fundos:

– Fundo de Compensação de Variações Salariais – FCVS

Natureza Jurídica:	Fundo
CNPJ:	Não se aplica
Órgão de Vinculação:	Ministério da Fazenda
Órgão Gestor:	Conselho Curador do FCVS - CCFCVS

Finalidade e Competências Institucionais:

A responsabilidade institucional do FCVS, criado, no âmbito do Sistema Financeiro de Habitação - SFH, pela Resolução nº 25, de 16/06/1967, do Conselho de Administração do Banco Nacional de Habitação - BNH, e ratificado pela Lei nº 9.443, de 1997, apresenta-se nas finalidades do Fundo, relacionadas a seguir:

- Garantir o limite de prazo para a amortização dos financiamentos habitacionais, contraídos pelos mutuários no âmbito do SFH, assumindo, em nome do mutuário, o saldo devedor residual no decurso do prazo de financiamento contratado;
- Assumir, em nome do mutuário, os descontos concedidos nas liquidações antecipadas, nas renegociações e nas transferências de contratos de financiamento habitacional, observada a legislação de regência;
- Liquidar as operações remanescentes do extinto Seguro de Crédito ao Adquirente - SCA;
- Assumir, em razão da Lei nº 12.409, de 2011, o saldo devedor de financiamento habitacional, total ou parcial, em caso de Morte e Invalidez Permanente - MIP, e assumir, também, as despesas de recuperação ou indenização decorrentes de Danos Físicos do Imóvel - DFI e as perdas de Responsabilidade Civil do Construtor - RCC.

Na consecução dessas finalidades, o FCVS estrutura-se sob dois aspectos, o da gestão, de competência do Ministério da Fazenda, por intermédio do CCFCVS, cuja finalidade consiste em disciplinar as condições gerais de atuação do Fundo, e o da administração, de responsabilidade da CAIXA, conforme Decreto nº 4.378, de 2002.

Na gestão do FCVS, ressalta-se como macroprocesso a emissão de parecer nos processos de novação em face dos valores estabelecidos, para cada exercício, na Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO.

Na administração do FCVS, destacam-se a manifestação quanto à titularidade, à certeza e ao montante da dívida do Fundo, em observância à Lei nº 10.150, de 2000, a instrução de processo de novação e o controle das contraprestações mensais emitidas e recebidas dos sinistros e das despesas comprovadas com os eventos motivadores da participação do FCVS relativos aos sinistros de Morte e Invalidez Permanente - MIP e de Danos Físicos do Imóvel - DFI.

Desempenho:

O FCVS apresentou, em virtude, sobretudo, da reversão da provisão para pagamento das ações judiciais do FCVS, resultado positivo de R\$ 228,826 mil, ante um prejuízo de R\$ 6.547.980 mil em 2016, o que representa 103,49% a mais que o resultado apresentado no exercício anterior;

Rendas de Aplicações Interfinanceiras de Liquidez na ordem de R\$ 1.136.698 mil, ante R\$ 1.3753812 realizado no exercício anterior, 17,38% inferior em relação à 2016 em decorrência da variação da SELIC, que remunera os Títulos Públicos Federais e da redução da Taxa Referencial do Tesouro Nacional – TRTN, que reajusta o saldo da Cota Única do Tesouro;

Recuperação de Despesas – Novação no valor de R\$ 581.104 mil, ante R\$ 3.595.351 mil realizado no exercício de 2016, decorrente da novação de 03 processos;

Despesas com Compromissos Assumidos no montante de R\$ 4.435.471 ante R\$ 5.793.744 mil realizado no exercício anterior, ou seja 23,44% inferior em relação ao exercício de 2016, em decorrência da queda da Taxa Referencial – TR, índice que atualiza monetariamente o saldo desses compromissos;

Provisão Pagamento da Ações Judiciais do FCVS Garantia R\$ 3.634.907 mil ante R\$ 2.268.313 mil do exercício de anterior;

Constituição de Reserva Técnica no valor de R\$ 1.320.533 mil ante R\$ 3.446.425 mil do exercício anterior, o que representou uma redução de 61,68%;

Déficit total acumulado de R\$ 110.577.913 mil, 6,29% superior em relação ao exercício de 2016;

Reembolso às seguradoras de despesas incorridas em processos judiciais envolvendo o FCVS Garantia (ou o extinto seguro habitacional) no montante de R\$ 405,8 milhões ante R\$ 523,380 milhões realizado no exercício de 2016.

Divulgação: E-Contas TCU e site CAIXA

Fundo de Arrendamento Residencial - FAR

Natureza Jurídica: Fundo

CNPJ: 03.190.167/0001-50

Órgão de Vinculação: Ministério das Cidades

Órgão Gestor: Assembleia de Cotistas

Finalidade e Competências Institucionais:

A CAIXA foi autorizada pela MP nº 1.823, de 1999, convertida na Lei nº 10.188, de 2001, e alterações posteriores, a criar o FAR, fundo financeiro privado com o fim exclusivo de segregação patrimonial e contábil dos haveres financeiros e imobiliários destinados ao Programa de Arrendamento Residencial – PAR.

Em 2009, com a criação do PMCMV, nos termos da Lei nº 11.977, de 2009, o FAR que já atendia a necessidade de moradia da população de baixa renda, sob a forma de arrendamento residencial com opção de compra e venda direta, foi autorizado a atuar também no novo Programa do Governo.

Dessa forma, as finalidades institucionais do FAR são: (i) Prover recursos ao PAR e ao PMCMV para a realização de investimentos no desenvolvimento de empreendimentos imobiliários (UH), edificação de equipamentos públicos de educação, saúde e outros complementares à habitação¹, mediante constituição de carteira diversificada de ativos imobiliários, financeiros e/ou modalidades operacionais disponíveis no âmbito do mercado financeiro; (ii) Conceder subvenção econômica ao beneficiário pessoa física do PMCMV; (iii) Remunerar os AF BB, atuando como executor do PMCMV, e à CAIXA, na qualidade de agente executor do PAR e do PMCMV; (iv) Remunerar a CAIXA pela prestação de serviços atuando como agente gestor do FAR, a título de taxa de administração; (v) Garantir a cobertura de MIP e DFI do PMCMV, sem cobrança de contribuição do BF; (vi) Demais despesas necessárias a garantir a integridade dos imóveis dos FAR, conforme previsão no Regulamento do FAR, respeitando os princípios da legalidade, finalidade, razoabilidade, moralidade administrativa, interesse público e eficiência.

O FAR é regido por Regulamento próprio. O seu patrimônio está dividido em cotas, separado do patrimônio dos cotistas e do gestor do fundo. Possui direitos e obrigações próprias, pelas quais responde com seu patrimônio, não respondendo o gestor ou os cotistas por qualquer obrigação do Fundo, salvo pela integralização das cotas que subscreverem.

Para desempenhar o papel institucional do FAR, os recursos do Fundo constituem-se de: (i) Recursos oriundos da integralização de cotas pela União; (ii) Rendimentos obtidos com as ações recebidas pela integralização de cotas pela União, representado

¹ Com a publicação da Portaria do MCidades nº 267, de 2017, a edificação de equipamentos públicos complementares à habitação ficou restrita à equipamentos públicos de educação.

pelos dividendos, bonificações, prêmios, juros recebidos e, ainda, pelos ganhos de capital na venda de ações; (iii) Rendimentos obtidos com a aplicação das disponibilidades financeiras em títulos públicos federais e em ativos com lastros em créditos de base imobiliária; (iv) Os recursos provenientes da recuperação de prestações honradas com recursos do FAR; e (v) Outras fontes de recursos.

O FAR subordina-se à fiscalização do BACEN, e sua contabilidade se sujeita às normas do plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF, aos princípios gerais da contabilidade, no que couber, às demais normas de contabilidade vigentes no País.

Desempenho:

No exercício de 2017 o valor integralizado de cotas pela União somou cerca de R\$ 2,12 bilhões para atendimento aos programas do FAR que corresponde a 57,85% do valor constante na LOA para o exercício, que foi de R\$ 3.66 bilhões.

Em 31/12/2017, o FAR registrou ativo total no montante de R\$ 40,21 bi, e queda de R\$ 4,70 bilhões em relação ao exercício de 2016, com destaque para a Conta de Caixa e Equivalentes de Caixa que apresentou redução de 29,4% em relação ao ano anterior, em decorrência principalmente do volume de liberações de recursos aos AF do PMCMV aquém do planejado para o período, e a redução no valor aportado pela União da ordem de R\$ 2.12 bilhões, representando cerca de 42,97% do orçado.

Em 31/12/2017 o FAR apresentou R\$ 36,55 bilhões de patrimônio líquido, registrando 6,68% de variação negativa em relação a dezembro de 2016, decorrente, basicamente, do resultado negativo do período em R\$ 4,73 bilhões, motivado pela redução das receitas de operações de crédito e aumento nas despesas, principalmente, com subsídio, com participação relativa de 64% no resultado negativo, e despesas com liberações suplementares para obras.

As receitas operacionais apresentaram redução de R\$ 455,53 milhões (34,57%) em relação ao exercício anterior, motivado, principalmente, pelas rendas de operações de crédito que reduziram 68,24%, e rendas de arrendamento mercantil que reduziram em 22,54%, em relação ao exercício anterior, decorrente, preponderantemente, da queda da TR nos períodos.

Cabe ressaltar que a opção do exercício de compra e venda dos imóveis arrendados impactou na baixa da receita de arrendamento nos respectivos períodos anuais.

As despesas operacionais apresentaram incremento de R\$ 922,93 milhões no exercício 2017, 19,75% em relação ao exercício de 2016 e 28,48% acima do orçado, com destaque para as despesas de provisionamento e ajustes patrimoniais apresentaram incremento de 98,93% em relação ao exercício anterior, decorrente, basicamente dos seguintes fatos: (i) constituição da despesa com provisão de obras acima de 180 dias do PMCMV – obras paralisadas da ordem de R\$ 390,04 milhões; (ii) constituição da despesa de provisão para crédito de liquidação dos contratos sub-rogados do AF BB em R\$ 59,97 milhões; e (iii) incremento da provisão de ações judiciais da ordem de R\$ 11,50 milhões apesar da redução na quantidade de ações.

No âmbito do PMCMV, considerando as operações contratadas até 31.12.2017, houve aplicação de recursos em todos os Estados e Distrito Federal, totalizando 3.483 empreendimentos e 1.305.888 UH, das quais 1.009.143 foram entregues aos BF, sendo

943.122 do AF CAIXA e 66.021 do AF BB. O montante do investimento é de R\$ 73,13 bilhões, tendo sido desembolsados cerca de R\$ 67,38 bilhões para as obras, o que representa 92,14% do investimento total executado.

O montante de desembolso relativo aos Programas PAR e PMCMV foi de cerca de 3,03 bilhões.

O quadro abaixo demonstra a situação das obras do PMCMV.

Quadro - Situação das obras do PMCMV AF BB e CAIXA

Situação da Obra	Qtde Empreendimentos				Qtde Unidades Habitacionais			
	BB	CAIXA	TOTAL	%	BB	CAIXA	TOTAL	%
ADIANTEADA	23	50	73	2%	24.683	24.132	48.815	4%
ATRASADA	24	113	137	4%	24.849	45.338	70.187	6%
CONCLUÍDA	85	2.804	2.889	83%	49.740	962.344	1.012.084	79%
NAO INICIADA	20	68	88	3%	22.247	15.240	37.487	3%
NORMAL	28	177	205	6%	20.765	71.739	92.504	7%
PARALISADA	24	67	91	3%	12.374	31.504	12.374	1%
TOTAL	204	3.279	3.483		154.658	1.150.297	1.273.451	100%

Fonte: CAIXA/SIAPF e controle operacional AF BB 28/12/2017

Em 2017, houve a liberação de R\$ 3,02 bilhões para parcelas de obras, terreno e/ou serviços do PMCMV, dos quais R\$ 644,10 milhões pelo Banco do Brasil e R\$ 2,38 bilhões pela CAIXA., que corresponde a 68,41% do orçado para o período.

Foram entregues 84.503 UH aos BF em 2017 pela IF CAIXA e 22.810 UH aos BF em 2017 pela IF BB.

Quadro - Unidades Entregues aos Beneficiários Finais em 2017

PRODUTOS	BB	CAIXA
PMCMV	22.774	72.611
PAC/CALAMIDADES	13	11.892

FAR/FGTS	23	0
TOTAL	22.810	84.503

Fonte: CAIXA_SIACI (28/12/2017).

Das operações contratadas no FAR/FGTS, até 2017 foram entregues 193.985 operações (UH) da modalidade PMCMV FAR/FGTS, sendo 173.151 da CAIXA e 20.834 do BB.

Do total de unidades entregues do FAR/FGTS CAIXA e BB foram sub-rogadas 81.799 do AF CAIXA e 11.937 do AF BB.

Fundo de Desenvolvimento Social - FDS

Natureza Jurídica: Fundo

CNPJ: 11.455.963/0001-04

Órgão de Vinculação: Ministério das Cidades

Órgão Gestor: Conselho Curador do Fundo de Desenvolvimento Social - CCFDS

Finalidade e Competências Institucionais:

O FDS é um fundo contábil de natureza financeira, com prazo indeterminado de existência. Sua instituição foi autorizada pelo Decreto nº 103, de 1991, estando sob a regência da Lei nº 8.677, de 1993.

Os recursos do FDS são provenientes:

- Da aquisição compulsória de quotas de sua emissão pelos fundos de aplicação financeira, na forma da Resolução CMN nº 2.183, de 1995, alterada pela Resolução CMN nº 3.334, de 2005;
- Da aquisição voluntária de quotas de sua emissão por pessoas físicas e pessoas jurídicas;
- Do resultado de suas aplicações financeiras;
- Do aporte de recursos pela União, para viabilizar as operações habitacionais no âmbito do PMCMV-E.

A missão institucional do FDS é contribuir para a melhoria da qualidade de vida da população de baixa renda, por meio de financiamentos de projetos de relevante interesse social nas áreas de habitação popular, sendo permitido o financiamento nas áreas de saneamento e infraestrutura, bem como equipamentos comunitários, desde que vinculadas aos programas de habitação.

Para atender o objetivo do FDS, foi criado em 2004, o Programa de Crédito Solidário - PCS e em 2009 o PMCMV-E.

Os Programas Habitacionais lastreados com recursos do FDS visam:

- Proporcionar o acesso à moradia regular, à população de baixa renda que não tem capacidade de poupança, mediante crédito com condições especiais e subsidiadas;
- Contribuir efetivamente para a redução do déficit habitacional, atingindo famílias de baixa renda;
- Estimular o regime de cooperativismo habitacional e o princípio de ajuda mútua, garantindo a participação da população como protagonista na solução dos seus problemas habitacionais comuns, observadas as necessidades, características, usos e costumes locais.

Desempenho:

O Patrimônio Líquido apresentou crescimento de R\$ 83.550 mil, representando incremento de 6,94%, em relação a DEZ/16, em decorrência do em razão do resultado positivo acumulado no período, principalmente devido à redução de 23,65% nas despesas operacionais.

Rendas de aplicações interfinanceiras de liquidez reduziu em 5,54% em relação ao exercício de 2016, em virtude da queda da Taxa SELIC no exercício (2017 – 9,94% e 2016 – 14,02%).

As Despesas Operacionais diminuíram 28,23% no acumulado do exercício, em decorrência da redução com despesas com Subsídio em consequência da diminuição de contratos habitacionais que entraram na fase de amortização/retorno no âmbito do PMCMV no período.

A despesa com créditos de liquidação duvidosa dos contratos do PMCMV, teve redução de R\$ 21.808 mil em relação a DEZ/16, por motivo da revisão do índice de perda estimada que reduziu de 9,15% para 8,49%.

Situação da Carteira do PCS:

- Financiamento ao beneficiário final de 21.990 UH, no valor de R\$ 392 milhões, em 333 empreendimentos, dentre os quais 277 estão concluídos, totalizando 14.907 UH.
- 56 empreendimentos estão com obras paralisadas;
- Dos contratos em amortização 51% encontram-se adimplentes e 29% com atraso superior a 90 dias;
- No exercício foram assumidas despesas com 26 honras de garantias referentes a MIP.

Situação da Carteira do PMCMV-E:

- Financiamento de 463 empreendimentos com expectativa de construção de 69.678 UH, das quais 49.746 UH estão em construção e 19.932 UH em fase de elaboração de projetos. O valor de financiamento das unidades contratadas corresponde a R\$ 2,8 bilhões;

- Foram cancelados 5 contratos no exercício, correspondente a 1.292 UH em virtude de ausência da apresentação de regularidade dos documentos, dentro do prazo previsto no Programa, bem como cláusulas suspensivas não atendidas.
- 14.531 UH concluídas em 165 empreendimentos, dos quais 40 concluídos em 2017;
- Dos 394 empreendimentos em fase de construção, 72 estão em atraso ou paralisados e 6 com obras ainda não iniciadas;
- Dos contratos em amortização, 52% encontram-se adimplentes e 22% com atraso superior a 90 dias;
- No exercício, foram assumidas despesas com 41 honras de garantias, sendo 37 por evento MIP e 4 por evento DFI.

Fundo Garantidor da Habitação Popular – FGHab

Natureza Jurídica:	Fundo
CNPJ:	10.776.977/0001-20
Órgão de Vinculação:	Ministério da Fazenda
Órgão Gestor:	Assembleia de Cotistas

Finalidade e Competências Institucionais:

O FGHab é um fundo de natureza privada, constituído com patrimônio próprio dividido em cotas, separado do patrimônio dos cotistas, instituído de acordo com o Estatuto aprovado na assembleia de cotistas, realizada em 14/4/2009, e alterações posteriores, sendo a última em 07/11/2016.

A responsabilidade institucional do FGHab, criado pela CAIXA, consoante disposto no art. 22 da MP nº 459, de 2009, convertida na Lei nº 11.977, de 2009, apresenta-se nas finalidades do Fundo, relacionadas a seguir:

- Garantir o pagamento aos Agentes Financeiros - AF de prestação mensal de financiamento habitacional no âmbito do SFH, devida por mutuário final, em caso de desemprego e redução temporária da capacidade de pagamento, para famílias com renda de até R\$ 5.000,00, e
- Assumir o saldo devedor do financiamento imobiliário, em caso de MIP, e as despesas de recuperação relativas a DFI para mutuários com renda familiar de até R\$ 5.000,00.

Na consecução dessas finalidades cabe à CAIXA atuar como administradora, gestora e representante judicial e extrajudicialmente, conforme disposto na Lei nº 11.977, de 2009 e o art. 5º do Estatuto do FGHab.

Na gestão do FGHab, ressalta-se como macroprocesso a concessão de garantia para até 2.000.000 financiamentos imobiliários, contratados exclusivamente no âmbito do PMCMV com recursos do FGTS, em face do estabelecido na Lei nº 11.977, de 2009.

Desempenho:

O Ativo total do FGHab fechou o ano em R\$ 1,89 bilhão e o resultado líquido do período de R\$ 278 milhões indicando boa capacidade de arrecadação, com expectativa de resultado positivo no próximo exercício.

Para o exercício de 2017, não houve concessão de financiamentos habitacionais pelos AF, uma vez que em 2016, o FGHab alcançou a marca de 1.994.098 operações garantidas, representando 99,7% do limite legal de 2 milhões de operações de financiamento imobiliário, autorizados pela Lei nº 13.043, de 2014, no âmbito do PMCMV.

O Fundo finalizou o exercício com 1.830.590 operações garantidas ativas, no montante de financiamentos de R\$ 139,56 bilhões, considerando as liquidações e encerramentos de contratos no período.

Até Dez/2017 foram prestadas 16.386 garantias a contratos de financiamento habitacional, acionados pela via Administrativa e Judicial, no âmbito do PMCMV, totalizando o valor de R\$ 620 milhões, o que reforça a importância do FGHab e a sua finalidade social em benefício dos mutuários do PMCMV.

Integralização/Movimentação de Cotas

As integralizações de cotas ocorreram até 2016, no total de R\$ 139 mil. O montante integralizado pela CAIXA e Banco do Brasil corresponde a 0,2% do valor das operações contratadas no exercício de competência.

Em Janeiro/2017 a Administradora do FGHab efetuou resgate de cotas, em favor da ABGF, no valor de R\$ 250 milhões.

Composição do Patrimônio Líquido do Fundo (Valores em R\$1,00)

Ativo	2013	2014	2015	2016	2017
Patrimônio Líquido	1.391.245.405	1.778.434.470	1.748.077.085	1.786.536.458	1.814.367.492
Cotas da União	971.901.250	971.901.250	571.901.250	160.233.333	160.233.333
Cotas AF CAIXA	166.957.998	210.990.703	262.766.962	265.209.736	265.209.736
Cotas AF BB	8.108.682	23.078.115	36.179.616	36.353.296	36.353.296

Cotas ABGF	-	-	-	393.394.324	280.810.276
Fundo Conta Geral	244.277.474	572.464.402	877.229.256	931.345.768	1.071.760.849,97

Fonte: Caixa Econômica Federal/Diretoria Executiva de Fundos de Governo-DEFUS

Existência de 2.418.031 mutuários, média de 1,32 por financiamento ativo, dos quais 57,02% são solteiros e 52.415 com idade superior a 60 anos;

Prazo médio de amortização de 313 meses para os financiamentos concedidos pela CAIXA e de 354 meses para os financiamentos concedidos pelo Banco do Brasil, com financiamento médio de R\$ 75.327,00 e R\$ 89.534,00, respectivamente.

O quadro a seguir demonstra o consolidado das honras de garantias pelo FGHab, desde sua vigência, em abril de 2009.

Quadro - Garantias concedidas pelo FGHab

Ano	MIP				DFI				PR		Total
	Administrativo		Ações Judiciais		Administrativo		Ações Judiciais		Administrativo		
	Quant.	Valor R\$	Quant.	Valor R\$	Quant.	Valor R\$	Quant.	Valor R\$	Quant.	Valor R\$	
2009	2	83.111	0	-	1	59	0	-	0	-	83.170
2010	43	1.674.046	0	-	42	99.073	0	-	0	-	1.773.119
2011	388	16.845.396	0	-	170	499.754	0	-	7	11.561	17.356.710
2012	817	39.277.363	0	-	509	1.819.307	0	-	53	77.526	41.174.196
2013	1.189	56.527.522	1	58.093	419	1.251.535	1	3.999	8	13.067	57.854.215
2014	1.346	68.188.261	3	83.177	545	2.510.189	1	600	0	-	70.782.227
2015	2.059	108.231.084	3	140.947	692	2.619.358	1	411	22	36.879	111.028.679
2016	2.389	128.703.205	20	1.106.760	715	2.710.115	6	138.916	478	2.000.634	134.659.630
2.017	3.264	176.659.985	38	2.589.842	431	2.251.331	1	10.897	722	3.789.439	185.301.493
Total	11.497	596.189.972	65	3.978.819	3524	13.760.719	10	154.822	1.290	5.929.106	620.013.439

Fonte: Caixa Econômica Federal/Diretoria Executiva de Fundos de Governo - DEFUS

- Lucro de R\$ 277.831 mil (-51,85% em relação a 2016, principalmente em função do resgate de cotas no valor de R\$ 250 milhões);

- As rendas de aplicações em cotas do FI-FGHab, no exercício de 2017, quando comparado com o exercício de 2016, apresentaram decréscimo de R\$ 216.460 mil motivado majoritariamente pelo resgate de cotas para repasse à ABGF no montante de R\$ 250.000 mil e queda do IPCA (DEZ17 – 2,95% e DEZ16 – 6,29%).

- Rendas de Comissão Pecuniária no valor de R\$ 294.012 mil, decréscimo de R\$ 1.197 em relação ao exercício de 2016, decorrente da redução dos recolhimento das comissões pecuniárias Fixa/Variável dos Agentes Financeiros a comissão pecuniária variável do aumento de contratos garantidos, em razão da não garantia de novos contratos pelo FGHab e da redução da carteira de contratos garantidos;

- Despesas com MIP no valor de R\$ 166.793 mil, 29,91% superior em relação ao exercício de 2016, por motivo do aumento do número de ocorrências (2017 – 3.307 pagamentos e 2016 – 2.409 pagamentos);

- Avaliação atuarial, incremento de R\$ 9.336 mil nas despesas com Reserva Técnica, totalizando R\$ 19.638 mil.

Fundo de Garantia para a Construção Naval - FGCN

Natureza Jurídica:	Fundo
CNPJ:	11.604.264/0001-70
Órgão de Vinculação:	Ministério da Fazenda
Órgão Gestor:	Assembleia de Cotistas

Finalidade e Competências Institucionais:

O FGCN, fundo privado com seu patrimônio dividido em cotas, separado do patrimônio dos cotistas e do gestor do fundo. Possui direitos e obrigações próprias, pelas quais responde com seu patrimônio, não respondendo o gestor ou os cotistas por qualquer obrigação do Fundo, salvo pela integralização das cotas que subscreverem.

Fundo destinado a garantir o risco de crédito das operações de financiamento à construção ou à produção de embarcações, e o risco decorrente de performance de Estaleiro Brasileiro. Tem natureza privada e suas fontes de recursos se constituem de aportes da União, da compra compulsória de cotas e comissões pecuniárias pagas pelo estaleiro brasileiro e pelo contratante da construção, do resultado das aplicações financeiras dos recursos, e da recuperação de crédito de operações honradas com recursos por ele providos.

A Lei nº 11.786, de 2008, autoriza a União a aportar até R\$ 5 bilhões em cotas do FGCN. As regras gerais das garantias do FGCN são restritas às embarcações construídas ou produzidas no mercado naval brasileiro, podendo, ser contratadas garantia de risco de crédito e garantia de risco de performance, diferenciando os prazos conforme embarcação.

A garantia de risco de crédito, que corresponde a até 50% do saldo devedor em cada operação de financiamento, está condicionada ao recebimento tempestivo das parcelas do financiamento, atrelando ao cumprimento pelo estaleiro brasileiro do cronograma de construção, podendo ser contratada pelo contratante da construção ou pelo estaleiro brasileiro, e o beneficiário será o agente financeiro.

Com relação à garantia de risco de performance, contratada pelo estaleiro brasileiro cujo beneficiário será o contratante da construção, está relacionada ao cumprimento de todas as obrigações constantes no contrato de construção e a qualidade da embarcação entregue, e o valor da garantia será de, no máximo, 10% do valor constante do Contrato de Construção da embarcação.

Desempenho:

No exercício de 2017 o FGCN apresentou resultado negativo de R\$ 1.044 mil.

Entre 2015 e 2016 foram realizados pagamentos de garantias de crédito decorrentes do inadimplemento das operações pela Sete Brasil, no montante de R\$ 4,8 bi, com sub-rogação nas garantias, em especial a hipoteca das sondas com estágio de avanço físico e já tendo sido constituído a hipoteca de 6 navios sondas. Em 2017 não houve realização de pagamento de garantias.

O Ativo do FGCN no valor de R\$ 50.668 mil está integralmente aplicado em cotas do FI-FGCN que por sua vez tem uma carteira diversificada com montantes de R\$ 41.102 mil aplicados em operações compromissadas em TPF e R\$ 9.396 mil em diversas ações de empresas listadas em bolsa, além de outros valores residuais a pagar e receber.

Ressalta-se que a Sete Brasil se encontra em processo de Recuperação Judicial – RJ com pedido formulado em 29.04.2016, tendo como administrador judicial Licks Contadores Associado.

O Plano de Recuperação Judicial de 12.08.2016 apresenta linhas gerais para obtenção de caixa e disposição de ativos para geração de receitas, ao qual o FGCN apresentou objeção em 24.11.2016.

O FGCN habilitou seus créditos no quadro geral de credores no montante de R\$ 5.001.502.191,68.

Durante o exercício de 2017, foram retomadas as negociações entre a Petrobras e as recuperandas.

Divulgação: E-Contas TCU e site CAIXA

Programa Nacional de Habitação Rural - PNHR

Natureza Jurídica:	Programa
CNPJ:	Não se Aplica (N/A)
Órgão de Vinculação:	Ministério das Cidades
Órgão Gestor:	Comitê de Acompanhamento do Programa Minha Casa Minha Vida - CAPMCMV

Finalidade e Competências Institucionais

O PNHR, instituído pela Lei nº 11.977, de 2009, regulamentado pelo Decreto nº 7.499, de 2011 é integrante do Programa Minha Casa Minha Vida – PMCMV e tem por finalidade subsidiar a produção ou reforma de imóveis aos agricultores familiares e trabalhadores rurais, por intermédio de operações de repasse de recursos do Orçamento Geral da União - OGU ou de financiamento habitacional com recursos FGTS.

O público-alvo do PNHR são os agricultores familiares e trabalhadores rurais, organizados sob a forma coletiva, por intermédio de uma Entidade Organizadora – EO, conforme regulamentação do Programa.

Desempenho:

No período de 2009 a 2017 foram beneficiadas 190.210 famílias, com alocação de recursos pela União, para viabilizar a construção das unidades habitacionais, no montante de R\$ 5,3 bilhões, conforme demonstrado no quadro:

Ano	UH		Valor contratado		Total	
	BB	CAIXA	BB	CAIXA	UH	Valor
2009	0	100	0	1.184.000	100	1.184.000
2010	0	7.242	0	100.200.051	7.242	100.200.051
2011	0	11.678	0	191.767.574	11.678	191.767.574
2012	0	41.067	0	1.086.131.755	41.067	1.086.131.755
2013	3.582	52.836	103.094.345	1.592.267.463	56.418	1.695.361.808
2014	6.290	32.070	186.244.394	978.265.497	38.360	1.164.509.891
2015	4.160	8.257	124.089.363	249.495.674	12.417	373.585.037
2016	4.860	18.068	148.924.950	592.384.046	22.928	741.308.996
Total	18.892	171.318	562.353.052	4.791.696.058	190.210	5.354.049.111

Fonte: AF CAIXA e BB

Desde o início do Programa, já foram aportados pela União, por intermédio do Ministério das Cidades, o montante de R\$ 5,2 bilhões, sendo R\$ 297 milhões no exercício de 2017, equivalente a 6% do desembolsado para todo o Programa.

Quadro - Aporte de Recursos – PNHR 2017 (Valores em R\$)

1º Trimestre	2º Trimestre	3º Trimestre	4º Trimestre	Total
0,00	0,00	48.240.000,00	248.214.899,12	296.454.899,12

Fonte: Caixa Econômica Federal/Diretoria Executiva de Fundos de Governo – DEFUS (SISFIN)

Em 2017, foram transferidos recursos aos agentes financeiros no montante de R\$ 448 milhões, distribuídos conforme o quadro a seguir:

Quadro - Transferência de Recursos OGU - PNHR 2017 (Valores em R\$)

Agente Financeiro	1º Trimestre	2º Trimestre	3º Trimestre	4º Trimestre	Total
CAIXA	113.045.096,69	100.262.743,7	78.157.077,81	69.451.811,42	360.916.729,68
BB	27.461.027,25	21.889.713,99	21.746.069,55	15.285.782,29	86.382.593,08
Total	140.506.123,94	122.152.457,7	99.903.147,36	84.737.593,71	447.299.322,76

Fonte: Caixa Econômica Federal/Diretoria Executiva de Fundos de Governo - DEFUS (SISFIN)

Os agricultores familiares e trabalhadores rurais beneficiários do PNHR aportarão valor de contrapartida equivalente a 4% (quatro por cento) do valor repassado para fins de edificação ou reforma da unidade habitacional. O valor de contrapartida aportado será recolhido pelos Agentes Financeiros, e creditado em favor do Tesouro Nacional pelo Gestor Operacional.

Quadro - Contrapartida 2017 (Valores em R\$)

Agente Financeiro	1º Trimestre	2º Trimestre	3º Trimestre	4º Trimestre	Total
CAIXA	5.846.326,15	3.975.510,76	4.389.081,85	3.766.566,01	17.977.484,77
BB	660.381,11	808.020,24	961.448,41	792.029,75	3.221.879,51
Total	6.506.707,26	4.783.531,00	5.350.530,26	4.558.595,76	21.199.364,28

Fonte: Caixa Econômica Federal/Diretoria Executiva de Fundos de Governo – DEFUS (SISFIN)

Divulgação: A cargo do Ministério das Cidades

Contas de Compensação Ambiental - Acordo Judicial Entre Ministério Público Federal, Ministério Público do Estado de Paraná e Petrobrás

Natureza Jurídica:	Comunhão de Recursos
CNPJ:	Não se Aplica (N/A)
Órgão de Vinculação:	Ministério Público do Estado de Paraná e Justiça Federal
Órgão Gestor:	Ministério Público do Estado de Paraná e Justiça Federal

Finalidade e Competências Institucionais:

Este mecanismo de compensação ambiental cujo apoio financeiro é de responsabilidade da PETROBRÁS decorre de um acordo judicial celebrado entre o MPF; Ministério Público do Estado do Paraná – MPE; o Instituto Ambiental do Paraná - IAP, e Petróleo Brasileiro S. A. – PETROBRÁS, que tem por objeto pôr fim na Ação Civil Pública sob nº 2002.70.08.000260-1 e 0000041-91.2010.404.7008, perante a Vara Federal de Paranaguá – PR.

O compromisso financeiro da Petrobrás refere-se à indenização de R\$ 90 milhões por danos causados com vazamento de óleo na bacia do Rio Iguaçu, ocorrido em abril de 2001, e remediação ambiental da área impactada pelo vazamento, até o limite da realidade técnica e econômica brasileira, atendendo aos parâmetros da regulamentação ambiental do Brasil - mediante a execução, por sua conta e risco, das medidas definidas tecnicamente em conjunto com o IAP, no valor de R\$ 12 milhões.

O arranjo financeiro da compensação ambiental proporciona alocação de capital para aplicação nas ações entendidas como mais relevantes para fazer frente aos danos ambientais, mantendo liquidez conforme as necessidades de caixa monitoradas e, ao mesmo tempo, buscando ampliar a rentabilidade das disponibilidades por meio de operações que atendem aos comandos normativos inerentes às receitas públicas.

As ações nas quais devem ser aplicados os recursos de compensação revelam a preocupação em garantir a recuperação e mitigação dos danos ambientais localizados, a criação de espaços preservados de acordo com os diversos níveis de uso possíveis, mas também indicam o interesse em compatibilizar a preservação com as atividades produtivas. Nas atividades de manutenção e pesquisa, por exemplo, a disponibilidade de recursos em momento adequado é crucial para alcance dos objetivos pretendidos. Aspectos de sazonalidade e emergências podem interferir de modo negativo se não forem prontamente respondidos, o que exige disponibilidade financeira e capacidade operacional fundados no planejamento.

Desempenho:

Em 2017 não houve qualquer desembolso por determinação do ofício nº 7370935 da Vara Federal de Paranaguá.

No final do exercício de 2017 as contas possuíam um saldo total disponível de R\$157.205.199,12 e as movimentações demonstradas no quadro abaixo.

Quadro - Movimentação Financeira (Valores em R\$)

	Conta 958	Conta 959	Conta 960	Conta 961	TOTAL
Remuneração	4.012.030,22	802.406,05	4.814.436,28	4.812.904,21	14.441.776,76
Taxa de Administração	229.219,67	45.843,90	275.063,69	275.063,69	825.190,95

Fonte: Caixa Econômica Federal/Diretoria Executiva de Fundos de Governo – DEFUS

Divulgação: Ministério Público do Estado de Paraná e Justiça Federal

**Contas de Compensação Ambiental - Termo de Ajustamento de Conduta
Companhia Energética do Estado de São Paulo e Ministério Público Federal**

Natureza Jurídica: Condomínio de Recursos

CNPJ: Não se Aplica (N/A)

Órgão de Vinculação: Ministério Público do Estado de São Paulo e Justiça Federal

Órgão Gestor: Ministério Público do Estado de São Paulo e Justiça Federal

Finalidade e Competências Institucionais:

Este mecanismo de compensação ambiental é decorrente de acordo judicial celebrado entre o MPF, MP/SP e a Companhia Energética de São Paulo - CESP, e tem

por objeto pôr fim na Ação de Execução consignada nos autos nº 98.1202665-7 e estabelecer o período, o prazo e os valores devidos pela CESP para a implantação do Parque do Rio do Peixe.

O arranjo financeiro da compensação ambiental proporciona alocação de capital para aplicação nas ações entendidas como mais relevantes para fazer frente aos danos ambientais, mantendo liquidez conforme as necessidades de caixa monitoradas e, ao mesmo tempo, buscando ampliar a rentabilidade das disponibilidades por meio de operações que atendem aos comandos normativos inerentes às receitas públicas.

As ações nas quais devem ser aplicados os recursos de compensação revelam a preocupação em garantir a recuperação e mitigação dos danos ambientais localizados, a criação de espaços preservados de acordo com os diversos níveis de uso possíveis, mas também indicam o interesse em compatibilizar a preservação com as atividades produtivas. Nas atividades de manutenção e pesquisa, por exemplo, a disponibilidade de recursos em momento adequado é crucial para alcance dos objetivos pretendidos. Aspectos de sazonalidade e emergências podem interferir de modo negativo se não forem prontamente respondidos, o que exige disponibilidade financeira e capacidade operacional fundados no planejamento.

Desempenho:

Em 2017 as contas gráficas tiveram remuneração de R\$ 4,5 milhões. Houve desembolsos à CAIXA, a título de taxa de administração no montante de R\$ 1,6 milhões.

No final do exercício de 2017 as contas possuíam um saldo total disponível de R\$ 50.165.103,14.

Foram desembolsados R\$ 890 mil, distribuídos conforme demonstrado a seguir:

Tabela - Repasses 2017

Conta 724	Conta 725	Conta 726	Total
643.975,14	0,00	246.426,00	890.401,14

O volume contratado em 2017 foi de R\$ 2,6 milhões e em contrapartida de R\$ 98 mil, distribuídos conforme o quadro.

Quadro - Contratos 2017 (Valores em R\$)

PROJETO	CONTRATADOS 2017	CONTRAPARTIDA
724 - Socioeconômicos Municipais	643.975,14	22.940,83
725- Socioeconômicos de Interesse Regional	-	-
726- Ambientais de Interesse Regional	2.016.396,00	75.089,24
TOTAL	2.660.371,14	98.030,07

Fonte: Caixa Econômica Federal/Diretoria Executiva de Fundos de Governo – DEFUS

Divulgação: Ministério Público do Estado de São Paulo e Justiça Federal

Projeto Cerrado Jalapão

Natureza Jurídica: Comunhão de Recursos

CNPJ: Não se Aplica (N/A)

Órgão de Vinculação: Ministério do Meio Ambiente

Órgão Gestor: Ministério do Meio Ambiente

Finalidade e Competências Institucionais:

O Projeto Cerrado Jalapão tem por objetivo aprimorar a prevenção e o controle de queimadas irregulares e incêndios florestais no corredor ecológico do Jalapão, visa assim contribuir para a manutenção das funções do cerrado como sumidouro de carbono de relevância global.

O Ministério do Meio Ambiente – MMA, na qualidade de gestor técnico, do projeto, operando no âmbito da Cooperação Brasil-Alemanha, constituiu a CAIXA como sua mandatária para a captação, execução e gestão dos recursos financeiros, por meio de Acordo de Cooperação Técnica, assinado em 21/06/2012.

O doador dos recursos é o KfW Bankengruppe, agência de implementação do Federal Ministry for the Environment, Nature Conservation, Building and Nuclear Safety - BMUB, e entre seus objetivos está a melhoria sustentável das condições de vida nos aspectos econômico, social e ambiental. Nessa linha há grande aderência com os objetivos empresariais da CAIXA, sendo que a cooperação fortalece a sua missão.

No âmbito do MMA, o DPCD promove as ações necessárias para a coordenação da atuação conjunta dos beneficiários. Dada a amplitude da proposta do projeto as instituições envolvidas têm atribuições fundamentais nos aspectos de aparelhamento das linhas de combate e desenvolvimento de técnicas preventivas.

A relação jurídica entre estes atores é feita através de acordos de cooperação técnica. A relação operacional entre os atores será coordenada por um grupo executivo no qual o MMA e co-participantes terão um representante, e onde a Deutsche Gesellschaft für Internationale Zusammenarbeit - GIZ e KfW participarão como observadores.

São coparticipantes:

- Instituto Chico Mendes de Conservação de Biodiversidade - ICMBio;
- Centro Nacional de Prevenção e Combate aos Incêndios Florestais/Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis (Prevfogo/IBAMA);
- Instituto Natureza do Tocantins - Naturatins;
- Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais - INPE;
- Secretaria do Meio Ambiente e do Desenvolvimento Sustentável do Tocantins.

Desempenho:

Dos € 6 milhões doados pelo Banco KfW, € 4,6 milhões foram executados até 31 de dezembro de 2017. Nesse ano foram executados R\$ 2,7 milhões em aquisições para o Projeto. Em contrapartida os beneficiários do projeto colocaram à disposição bens, serviços e horas de trabalho. Durante todo o projeto, foram executados aproximadamente, R\$ 52 milhões em contrapartida.

Quadro - Gestão Financeira 2017 (Valores em R\$)

Rubrica	Em Reais (1,00)
Saldo em caixa na abertura (01/01/2017)	3.051.982,27
Aporte de Recursos	789.848,40
Remuneração	176.108,00
Repasse de valores em pagamentos Efetuados	2.724.181,38
Taxa de Administração CAIXA	78.984,84
Saldo em caixa no fechamento (31/12/2017)	1.214.772,45
Saldo Final	1.214.772,45

Fonte: Sistema SISFIN

Foi assinado um novo Acordo de Cooperação Técnica com o MMA em 2017, de forma a possibilitar a conclusão das contratações previstas para o Projeto.

Divulgação: Ministério do Meio Ambiente e site CAIXA

Projeto Car – Kfw - Regularização Ambiental de Imóveis Rurais na Amazônia e em Áreas de Transição para o Cerrado

Natureza Jurídica:	Fundo
CNPJ:	Não se Aplica (N/A)
Órgão de Vinculação:	Ministério do Meio Ambiente e Banco Alemão KFW
Órgão Gestor:	Ministério do Meio Ambiente

Finalidade e Competências Institucionais:

O CAR é um instrumento criado pelo Código Florestal Brasileiro, Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012, que objetiva integrar as informações ambientais das propriedades e posses rurais, compondo base de dados para controle, monitoramento, planejamento ambiental e econômico, bem como o combate ao desmatamento. Esse cadastro é obrigatório e viabilizará o acesso a políticas públicas e sua ausência implicará em diversas sanções, vedação ao crédito rural inclusive.

Com foco no incremento do cadastro, o Ministério do Meio Ambiente e o Banco Alemão KFW firmaram um acordo de cooperação financeira que abrangerá 50 municípios da Região Norte, estruturado em quatro componentes representando uma relação estreita entre o Ministério do Meio Ambiente - MMA, as Secretarias de Meio Ambiente dos Estados do Pará, Mato Grosso e Rondônia, assim como com a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária - Embrapa. Buscará, por meio da viabilização de condições necessárias à inscrição e validação do CAR, elaboração e aprovação de Planos de Recuperação, assim como da estruturação dos Centros de Referência em Restauração.

Além de ampliar os esforços de inscrição no CAR priorizando o apoio aos pequenos proprietários e posseiros rurais, o projeto também espera contribuir de forma expressiva para facilitar o cumprimento de etapas posteriores à inscrição, por meio da

estruturação de Unidades de Transferência de Tecnologia e de programas de capacitação continuada.

A CAIXA assumiu a gestão financeira e parte das atividades operacionais, cujos desembolsos alcançam € 33 milhões de euros no período de 04 anos, e receberá 5,3% dos valores aplicados como taxa de administração.

Desempenho:

No ano de 2017 houve avanços significativos no que diz respeito a implementação do Projeto, dentre os quais podemos destacar:

- Realização de licitação para contratação de Consultoria Internacional especializada
- Elaboração do Manual Operacional do Projeto
- Primeiro desembolso do Projeto no valor de € 680 mil.

A expectativa é de que ainda no primeiro semestre de 2018 sejam realizadas as primeiras aquisições do Projeto CAR. Neste sentido é de fundamental importância o apoio da Consultoria Internacional, cujas funções abrangem o apoio à coordenação e execução do Projeto, incluindo: (i) apoio ao planejamento operacional, (ii) assistência à gestão físico-financeira, (iii) apoio para a contratação de obras, equipamentos e serviços, (iv) a contratação de consultorias e serviços, (v) acompanhamento dos fornecimentos contratados, e (vi) apoio à confecção de relatórios de progresso.

A necessidade de contratação da Consultoria Internacional está prevista no item 2.2 do Acordo em Separado pertinente ao Contrato de Contribuição Financeira, que é o documento que detalha os pormenores do Projeto, celebrado entre KFW, CAIXA e Ministério do Meio Ambiente.

Divulgação: Ministério do Meio Ambiente e site CAIXA

Fundo Garantia Safra – FGS

Natureza Jurídica:	Fundo de natureza financeira
CNPJ:	Não se aplica (N/A)
Órgão Vinculação:	Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário da Casa Civil da Presidência da República.
Órgão Gestor:	Comitê Gestor do Garantia-Safra – CGGS

Finalidade e Competências Institucionais

O Fundo Garantia Safra - FGS, criado pela Lei nº 10.420/2002, de natureza financeira, tem por finalidade proporcionar recursos para o pagamento do benefício Garantia-Safra, que visa garantir condições mínimas de sobrevivência aos agricultores familiares que não tiveram sucesso com suas safras, com a perda de mais de 50%, em razão do fenômeno da estiagem ou excesso hídrico. Atualmente o FGS está vinculado à Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário da Casa Civil da Presidência da República.

O Programa Garantia-Safra se restringe aos beneficiários (agricultores familiares) localizados na Região Nordeste, norte do Estado de Minas Gerais e Norte do Estado do Espírito Santo, área de atuação da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste – SUDENE, além de cumprir outros requisitos e exigências definidos em lei.

O Fundo constituído com recursos advindos da contribuição individual do agricultor familiar (safrista), dos estados e municípios que aderirem ao programa, da União e dos resultados das aplicações financeiras de seus recursos, observando, no entanto, que o saldo apurado em cada exercício financeiro será transferido para o exercício seguinte, a crédito do Fundo Garantia-Safra.

Requisitos e condições legais para participar do Programa Garantia-Safra:

- Renda média bruta familiar mensal nos 12 (doze) meses que antecederem à inscrição não exceder a 1,5 salários mínimos, excluídos os benefícios previdenciários rurais;
- Não detenha, a qualquer título, área superior a 4 (quatro) módulos fiscais. A unidade de medida do módulo fiscal é o hectare e deve dar condições de subsistência para uma família.
- Assim, a dimensão do módulo é variável em cada município/região, segundo o potencial de produtividade da terra (fertilidade, topografia, microclima etc.);
- A área total plantada com as culturas de feijão, milho, arroz, mandioca e/ou algodão não poderá superar 5 (cinco) hectares, não irrigados. Em virtude da expansão do Programa para municípios não localizados na região do semiárido, o órgão gestor do Fundo poderá definir outras culturas passíveis de cultivo pelos agricultores e cobertas pelo Fundo.

O Benefício Garantia-Safra é custeado com recursos do Fundo Garantia-Safra, o qual recebe contribuições de cada safra agrícola, que compreende o período de julho a junho do ano subsequente.

Para a safra 2016/2017, as contribuições individuais dos agricultores familiares foram de R\$ 17,00; dos Municípios e Estados, R\$ 51,00 e R\$ 102,00, respectivamente, por agricultor que aderiu em sua jurisdição, e da União, no mínimo de R\$ 340,00 por agricultor que aderiu ao Garantia-Safra.

O valor da contribuição dos agricultores, o valor dos benefícios do Garantia-Safra e a quantidade de agricultores a serem segurados são definidos anualmente (cada safra agrícola) pelo Comitê Gestor do Garantia-Safra.

Nesse passo, para as safras 2016/2017 o valor do benefício ficou fixado em R\$ 850,00, a serem pagos em 05 parcelas de R\$ 170,00.

Desempenho:

A Caixa Econômica Federal é a administradora do FGS, desde julho de 2003, cujo contrato tem por objeto a execução operacional do Garantia-Safra, a prestação de serviços de arrecadação e gestão financeira e contábil dos recursos do Fundo.

O resultado dos serviços prestados produziu em receita financeira para a CAIXA, em 2017, o montante líquido de R\$ 2,7 milhões, cujo valor representa redução de 32,3% em relação ao exercício de 2016, por conta principalmente, da diminuição do número de municípios participantes no programa.

Nesse mesmo exercício, o FGS apurou um resultado líquido positivo de R\$ 613,9 milhões, 12,1% superior em relação ao exercício de 2016, que registrou o valor de R\$ 547,6 milhões.

As receitas operacionais (contribuições) registraram o montante de R\$ 1,16 bilhões em 2017, superior portanto, ao exercício de 2016 em 0,48%, cujas contribuições atingiram o valor de R\$ 1,15 bilhões.

As despesas operacionais (folha de pagamento) registraram, em 2017, o montante de R\$ 569,5 milhões para pagamento de benefícios, representando um decréscimo de 9,97% em relação ao exercício de 2016, que liberou o montante de R\$ 632,6 milhões.

Dos 1960 municípios, localizados na área de atuação da SUDENE, que abrange totalmente os Estados do Maranhão, Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Sergipe, Bahia e, parcialmente, os Estados de Minas Gerais e do Espírito Santo, conforme relação divulgada no site da SUDENE (http://www.sudene.gov.br/images/2017/arquivos/Munic%C3%ADpios-%C3%A1rea_da_Sudene.pdf), que podem participar do programa, 1.096 municípios realizaram adesão ao programa, na safra 2016/2017.

Com efeito, aderiram ao programa (safra 2016/2017), 883.902 safristas (agricultores familiares), registrando um número menor comparado com a safra anterior (2015/2016), uma redução de 107.951 safristas, equivalente a 10,88%.

Foram pagos em 2017, 2.931.947 benefícios, ante 3.693.463 pagos no exercício anterior, em face da perda da safra superior a 50%. Neste caso, o segurado (safrista) pôde receber o valor total de R\$ 850,00, em 5 parcelas idênticas de R\$ 170,00, por meio do cartão cidadão, observando contudo, que cada parcela é considerada um benefício.

Na safra 2016/2017, 527 dos 1.096 municípios tiveram perda de safra, o que representa 48,1% dos municípios participantes.

Em 2017, houve o retorno de recursos da ordem de R\$ 10,8 milhões, referentes aos benefícios não sacados no prazo de 120 dias. Por outro lado, em 2017, registra-se a devolução de R\$ 461 mil de safristas considerados não enquadrados nos requisitos legais (pagamento indevido).

Por fim, cabe realçar que em 2017 o FGS apresentou ativo no valor de R\$ 1,96 bilhões, registrando uma variação positiva de R\$ 613,9 milhões na conta depósitos remunerados na Caixa, com destaque para os aportes da União de R\$ 402,8 milhões e dos Estados, principalmente a Bahia (R\$33,99 milhões) e o Ceará (R\$ 23,58 milhões).

Fundos Garantidores de Parcerias Público-Privadas – PPP.

Natureza Jurídica:	Fundos Garantidores, entidade contábil de natureza jurídica privada e patrimônios próprios, separados do patrimônio dos cotistas, e sujeitos a direitos e obrigações próprias.
Órgão de Vinculação:	Órgãos estaduais e municipais.
Órgão Gestor:	Colegiado em forma de comissão, conselho ou comitê de gestão de programas de parcerias público-privadas.

Finalidade e Competências Institucionais:

A Parceria Público-Privada – PPP's, definida pela Lei Federal nº 11.079, de 2004, espelha uma criatividade na solução de investimento para suprir a escassez de recursos dos governos na prestação de serviços públicos, tornando-se um instrumento moderno no esforço de unir forças dos dois setores.

A PPP é um contrato administrativo de concessão, firmado entre os entes da administração pública (da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios) e parceiros privados, visando a concessão de serviços públicos ou de obras públicas, no valor não inferior a R\$ 20 milhões e prazos de execução no mínimo de cinco e no máximo de trinta e cinco anos.

A Parceria Público-Privada é uma modalidade de concessão, mas não se confunde com a concessão comum definida na Lei nº 8.987/1995, que neste caso os investimentos realizados pelo parceiro privado, para viabilizar o fornecimento de um serviço de interesse público, têm como contrapartida as tarifas pagas pelos usuários dos serviços. Ou seja, o investimento do parceiro privado é remunerado pelas tarifas pagas diretamente pelo usuário, sem que sejam necessários aportes orçamentários regulares do poder público.

Entretanto, nos contratos administrativos de PPP, nos moldes da Lei nº 11.079, de 2004, o parceiro privado é remunerado exclusivamente pelo poder concedente, concessão administrativa, ou em um arranjo legal de tarifas cobradas dos usuários dos serviços e de recursos públicos, concessão patrocinada.

O Fundo Garantidor de Parcerias Público-Privadas é um mecanismo de garantia às obrigações pecuniárias contraídas pela administração pública em contratos de parceria público-privada, que tem a função exclusiva de viabilização de PPP's, porquanto objetiva prestar garantia de pagamento de obrigações pecuniárias assumidas e não adimplidas pelo poder concedente (entes da administração pública).

A CAIXA reúne condições legais, administrativas, operacionais, experiência e sucesso comprovados na prestação de serviços de administração de fundos garantidores de PPP. Presta serviços financeiros, contábeis e operacionais com a responsabilidade de controle dos bens e direitos aportados nos Fundos, bem como as análises de viabilidade

das garantias pactuadas, com ênfase nas obrigações e riscos pecuniários do parceiro público, em consonância com as diretrizes de colegiados estaduais ou municipais representados por comissão, conselho ou comitê de gestão de programas de parcerias público-privadas.

Dentre os instrumentos de garantias estabelecidos entre os parceiros públicos e privados, o patrimônio de afetação dos Fundos Garantidores de PPP's, formado, em média, por seis contraprestações mensais, se destaca para garantir o pagamento de obrigações pecuniárias assumidas pelos parceiros públicos e não adimplidas, em virtude de relações jurídico-contratuais com as concessionárias de serviços públicos (parceiras privadas).

Outros formatos de garantias também administrados são as cartas de fianças, a cessão fiduciária em garantia de direitos sobre conta bancária e, ainda, composição de ativos representados por ações de empresas estatais em contratos de cessão onerosa de ações e cessão onerosa de direitos econômicos decorrentes de participações societárias.

Os atuais Fundos Garantidores administrados pela CAIXA garantem parcerias público-privadas em contratos de concessão administrativa de Unidades Básicas de Saúde da Família; Hospital Estadual; Unidades Prisionais e de concessão patrocinada de Serviços Públicos de Esgotamento Sanitário e Infraestrutura e Exploração (pedágio) do Corredor de Trecho Rodovia Estadual.

Desempenho:

Os Fundos Garantidores de PPP's, em 2017, movimentaram uma média de recursos da ordem de R\$ 114,3 milhões, incluindo-se aí o resultado das aplicações financeiras.

O resultado dos serviços prestados produziu uma receita financeira para a CAIXA, em 2017, o montante de R\$ 2,3 milhões. Esse valor representa um acréscimo de 10% em relação ao exercício de 2016.

Fundo Paulista de Habitação de Interesse Social – FPHIS

Natureza Jurídica:	Fundo
CNPJ:	Não se Aplica (N/A)
Órgão de Vinculação:	Governo do Estado de São Paulo
Órgão Gestor:	Governo do Estado de São Paulo

Finalidade e Competências Institucionais:

O FPHIS, criado pela Lei nº 12.801, de 2008, é vinculado à Secretaria de Habitação cujo objetivo é implementar políticas habitacionais direcionadas à população

de baixo poder aquisitivo e viabilizar a produção de unidades habitacionais em programas e ações, a fim de ampliar a oferta e o acesso ao crédito de moradias de interesse social no Estado de São Paulo, com o escopo de complementar os investimentos em obras e serviços.

Trata-se de gestão de recursos oriunda de Parceria com o Governo do Estado de São Paulo, por meio da Agência Paulista de Habitação Social e da Secretaria de Habitação do Estado de São Paulo, para viabilizar a aquisição e produção de unidades habitacionais em programas e ações, a fim de ampliar a oferta e o acesso ao crédito de moradias de interesse social no Estado de São Paulo, com o escopo de complementar os investimentos em obras e serviços.

Os recursos oriundos da Agência Paulista de Habitação Social são recursos orçamentários e destinam-se a aumentar o poder de compra dos servidores públicos do Estado de São Paulo para aquisição da casa própria. Essa parceria foi formalizada em 14/12/2011, por meio de Termo de Cooperação e Parceria entre o Governo do Estado de São Paulo, por intermédio da Secretaria da Habitação, a CAIXA e o FPHIS, por meio da Agência Paulista de Habitação Social.

Os recursos aportados pela Secretaria de Habitação do Estado de São Paulo são oriundos do FPHIS, e destinam-se a beneficiários selecionados pela Secretaria, quando da aquisição da moradia própria, viabilizado por meio de Termo de Compromisso de Cooperação e Parceria entre a CAIXA e o Governo do Estado de São Paulo por intermédio da Secretaria de Habitação, firmado em 12/01/2012.

A parceria com a Secretaria objetiva ampliar a oferta e o acesso ao crédito de moradias de interesse social no Estado de São Paulo, constituindo apoio financeiro complementar ao Programa Minha Casa Minha Vida – PMCMV, Fundo de Arrendamento Residencial – FAR, e Apoio financeiro complementar ao PMCMV – Entidades – Fundo de Desenvolvimento Social – FDS.

Os recursos aportados pela Secretaria de Habitação do Estado de São Paulo são recurso financeiros oriundos do Programa Casa Paulista – Apoio ao Crédito Habitacional – Modalidade Carta de Crédito Individual, destinado à concessão de subsídios às pessoas físicas direcionada a um público alvo, de forma a ampliar o seu poder de compra para que somados aos recursos concedidos pela CAIXA, através de crédito habitacional, viabilizem o acesso à moradia própria, por meio de Termo de Compromisso de Cooperação e Parceria ente a CAIXA e o Governo do Estado de São Paulo, firmado em 04/11/2016 e 12/2017.

Desempenho:

Quadro - Metas Físicas dos Programas até 2020 (Valores em R\$)

Contas Gráficas		UH	Previsão de Aportes
936	Servidor Público	20.000	320.000.000,00
981	PMCMV FAR	83.000	1.660.000.000,00
1002	PMCMV FDS	10.000	200.000.000,00
1045	PMCMV PNHR	4.000	20.000.000,00
1190	CASA PAULISTA	2.156	56.061.000,00

1232 CASA PAULISTA FAR	24.510	490.200.000,00
Total	143.666	2.746.261.000,00

Fonte: Caixa Econômica Federal/Diretoria Executiva de Fundos de Governo – DEFUS
(Termos de Cooperação e Parceria, assinados em 12/11, 01/12, 11/2016 e 12/2017)

Aportes ao Programa

Desde o início do programa até 31/12/2017, foram aportados pelo FPHIS por intermédio da Agência Paulista de Habitação e Secretaria de Habitação, o montante de R\$ 1.639.689.424,35, tendo apenas o aporte de R\$ 145.628.610,00, no exercício de 2017, referente ao novo convenio Casa da Família FAR.

Quadro - Aportes até 31/12/2017 (Valores em R\$)

Conta	Total
963 Servidor Público	64.308.940,00
981 PMCMV FAR	1.174.604.275,33
1002 PMCMV FDS	174.086.599,02
1045 PMCMV PNHR	25.000.000,00
1190 CASA PAULISTA	56.061.000,00
1232 CASA PAULISTA FAR	145.628.610,00
Total	1.639.689.424,35

Fonte: Caixa Econômica Federal/Diretoria Executiva de Fundos de Governo–DEFUS (SISFIN-31/12/2017)

Subsídios Repassados

Desde o início do programa até 31/12/2017 o FPHIS, por intermédio da Agência Paulista de Habitação e Secretaria de Habitação, subsidiou o montante de R\$ 1.531.781.870,86 sendo R\$ 124.719.695.23, foram desembolsado no exercício de 2017.

Quadro - Pagamento de Subsídios (Valores em R\$)

Conta	Total_2017	Total_CG
936 SERV.PÚBL.	0,00	75.404.112,62
981 - FAR	100.942.501,60	1.323.210.284,09
1002 - FDS	11.816.093,63	91.304.657,99
1045 - PNHR	190.000,00	23.316.716,16
1190-CASA PAULISTA	11.771.100,00	18.546.100,00

1232-CASA PAULISTA	0,00	0,00
FAR		
Total	124.719.695,23	1.531.781.870,86

Fonte: Caixa Econômica Federal/Diretoria Executiva de Fundos de Governo – DEFUS (SISFIN - 31/12/2017)

Atualização Monetária

Desde o início do programa até 31/12/2017, o rendimento dos recursos aplicados pelo FPHIS alcançou o montante de R\$ 208.142.761,55 dos quais R\$ 36.033.790,07, foram no exercício de 2017.

Taxa de Administração

Desde o início do programa até 31/12/17, o FPHIS pagou à CAIXA o montante de R\$ 4.446.888,84 a título de taxa de administração/ressarcimento de custos pela gestão financeira dos recursos nas contas gráficas vinculadas ao Programa, sendo no exercício de 2017 o montante de R\$ 1.044.580 mil.

Divulgação: A cargo da Agência Paulista de Habitação Social

Casa Paulistana

Natureza Jurídica: Fundo

CNPJ: Não se Aplica (N/A)

Órgão de Vinculação: Município de São Paulo

Órgão Gestor: Município de São Paulo

Finalidade e Competências Institucionais:

Trata-se de gestão de recursos oriunda de Parceria com a Secretaria Municipal de Habitação de São Paulo - SEHAB, visando o aporte de recursos orçamentários do município, para complementação do subsídio destinado ao PMCMV - FAR e FDS, com o objetivo de ampliar a oferta de moradias à população de baixa renda no Município de São Paulo, nos termos da Lei Municipal nº 16.006, de 2014, regulamentada pelo Decreto Municipal nº 55.584, de 2014.

O valor unitário da subvenção complementar aos investimentos globais de cada empreendimento, em terreno, obras e serviços, será de até R\$ 20.000,00 por unidade habitacional.

O valor total estimado para o aporte da SEHAB no período de 2014 a 2016, e Complementação com novo acordo para o período de 2017 a 2018, no total de

R\$980.000.000,00 e será efetivado por meio de transferências da SEHAB à CAIXA, respeitada a disponibilidade orçamentária, e o desembolso dar-se-á de acordo com o Plano de Trabalho que integra o Termo de Parceria firmado em 24 de outubro de 2014 e 18 de outubro de 2017.

Desempenho:

Quadro - Metas Físicas dos Programas até 2017 (Valores em R\$)

Contas Gráficas	QTDE. UH	Previsão Aporte até 2018
1088 CASA PAULISTANA FAR	50.000	480.000.000,00
1124 CASA PAULISTANA FDS		
1220 CASA DA FAMILIA FAR	25.000	500.000.000,00
1221 CASA DA FAMILIA FDS		
Total	75.000	980.000.000,00

Fonte: Caixa Econômica Federal/Diretoria Executiva de Fundos de Governo – DEFUS

(Termo de Cooperação e Parceria assinado em 03/2017)

Aportes ao Programa

Desde o início do programa até 31/12/2017, foram aportados pela Casa Paulistana, por intermédio da Secretaria Municipal de Habitação de São Paulo - SEHAB, o montante de R\$ 138.809.537,63.

Cabe ressaltar, que os aportes acontecem de forma não linear e dependem da demanda de beneficiários no âmbito do Programa Minha Casa Minha Vida – PMCMV e da disponibilidade de orçamento do município de São Paulo.

Em 2017 foi aportado o valor de R\$ 72.783.686,09, distribuídos nas contas gráficas conforme tabela abaixo.

Quadro - Aportes (Valores em R\$)

Conta	Total_2017	Total -CG
1088 CASA PAULISTANA FAR	14.318.000	40.392.561,26
1124 CASA PAULISTANA FDS	8.571.922,55	48.523.212,83
1220 CASA DA FAMILIA FAR	44.228.607,73	44.228.607,73
1221 CASA DA FAMILIA FDS	5.665.155,81	5.665.155,81
Total	72.783.686,09	138.809.537,63

Fonte: Caixa Econômica Federal/Diretoria Executiva de Fundos de Governo – DEFUS (SISFIN-31/12/2017)

Subsídios Repassados

Desde o início do programa até 31/12/2017, a Casa Paulistana, por intermédio da SEHAB, subsidiou o montante de R\$ 30.075.166,52, sendo R\$ 10.330.623,21, no exercício de 2017.

Quadro - Pagamentos de Subsídios (Valores em R\$)

Conta	Total_2017	Total -CG
1088 - CASA PAULISTANA FAR	980.041,67	15.214.602,93
1124 - CASA PAULISTANA FDS	8.571.922,55	14.081.904,60
1220 -CASA DA FAMILIA FAR	0,00	0,00
1221 - CASA DA FAMILIA FDS	778.658,99	778.658,99
Total	10.330.623,21	30.075.166,52

Fonte: Caixa Econômica Federal/Diretoria Executiva de Fundos de Governo – DEFUS (SISFIN - 31/12/2017)

Atualização Monetária

Desde o início do programa até 31/12/2017, os rendimentos dos recursos aplicados pela Casa Paulistana alcançou o montante de R\$ 9.773.507,60 sendo R\$ 5.130.902,48, no exercício de 2017.

Taxa de Administração

Desde o início do programa até 31/12/17, a Casa Paulistana pagou à CAIXA o montante de R\$ 1.140.000,00 a título de taxa de administração/ressarcimentos e custos pela gestão financeira dos recursos nas contas gráficas vinculadas ao Programa, sendo no exercício de 2017 o montante de R\$ 500 mil.

5.5.2 Informações sobre o Fundo Socioambiental

Criação

Desde sua criação, em 2010, o FSA CAIXA vem apoiando financeiramente, em parceria com órgãos públicos e entidades privadas, projetos socioambientais voltados para o desenvolvimento integrado e sustentável que beneficiam prioritariamente a população de baixa renda e estejam alinhados às estratégias da empresa e às diretrizes do Fundo.

Objetivo

O Fundo Socioambiental CAIXA (FSA CAIXA) tem como objetivo efetuar aplicações não reembolsáveis ou reembolsáveis ainda que parcialmente, destinadas especificamente a apoiar projetos e investimentos de caráter social e ambiental, que se enquadrem em programas e ações da CAIXA, principalmente nas áreas de:

- Habitação de interesse social;
- Saneamento ambiental;
- Gestão ambiental;
- Geração de trabalho e renda;
- Saúde, educação, esporte e cultura;
- Justiça, alimentação e desenvolvimento institucional;
- Desenvolvimento rural;
- Desenvolvimento sustentável;
- Ações sociais que beneficiam a população de baixa renda.

O FSA CAIXA é um fundo financeiro específico, com prazo de duração indeterminado, estruturado sob a forma de fundo de caixa, e visa também receber e aplicar recursos em conformidade com as disponibilidades financeiras e de acordo com as disposições normativas.

Origem dos Recursos

Os recursos do FSA CAIXA são originários das dotações orçamentárias das seguintes fontes:

Até 2% do lucro líquido ajustado da CAIXA, relativo ao ano anterior, apurados após a dedução dos dividendos devidos ao Tesouro Nacional, acrescido do saldo orçamentário não realizado no ano anterior;

Doações e transferências efetuadas à CAIXA para as finalidades do FSA CAIXA;

Repasses de fundos externos, públicos e privados, nacionais e internacionais;

Rendimentos de qualquer natureza, decorrentes de aplicações da parcela de suas disponibilidades sujeita a remuneração;

Retorno de aplicações reembolsáveis.

Estrutura do FSA CAIXA

Para garantir a observância dos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência na aplicação dos recursos, a gestão do FSA CAIXA é estruturada em dois níveis, sendo um de gestão exercido pelo Comitê de Sustentabilidade e Responsabilidade Socioambiental - RSA e o outro técnico-operacional exercido pela Gerência Nacional de Sustentabilidade e Responsabilidade Socioambiental (GERSA).

O Comitê de Sustentabilidade e Responsabilidade Socioambiental – Comitê RSA é um órgão autônomo, de natureza estratégica e caráter deliberativo e propositivo com atuação em âmbito nacional que tem por finalidade assegurar a articulação entre as diversas áreas da CAIXA no processo de desenvolvimento, implantação, avaliação e acompanhamento da Sustentabilidade e Responsabilidade Socioambiental na CAIXA alinhada aos seus negócios.

A operacionalização do Fundo conta também com as unidades regionais de habitação e governo da CAIXA as quais, analisam, acompanham e avaliam os projetos e as prestações de contas, além do relacionamento institucional realizado em conjunto com os canais de atendimento.

Plano de Aplicação

O Plano de Aplicação do FSA CAIXA define a(s) Linha(s) Temática(s), os Eixos de Atuação e a distribuição dos recursos para apoio aos projetos. O Plano é elaborado pela área de apoio técnico do FSA CAIXA, validado pelo Comitê de Sustentabilidade e Responsabilidade Socioambiental e aprovado pelo Conselho Diretor da CAIXA.

Modalidades de Aplicações dos Recursos

Seleção Pública – modalidade de escolha de um conjunto limitado de projetos, nos segmentos ambientais e sociais, selecionados a partir de critérios divulgados em regulamentos específicos, elaborados com base nas diretrizes e linhas temáticas definidas no Plano de Aplicação do exercício.

Apoio a Políticas Internas – caracteriza-se pela proposição de projetos estratégicos por entidades externas, doadores ou repassadores de recursos diretamente ao FSA CAIXA, nos segmentos ambientais e sociais, de acordo com as diretrizes e as linhas temáticas definidas pelo Plano de Aplicação aprovado no exercício.

Incentivo financeiro a negócios sustentáveis – modalidade destinada a contemplar as demandas oriundas das áreas de produto da CAIXA, caracterizadas por solicitação de incentivo financeiro para ampliação de oferta de crédito, em projetos que comprovem adicionalidades socioambientais, os quais devem ser encaminhados ao FSA CAIXA para análise.

Prestação de Contas

A GERSA controla as liberações dos recursos dos projetos apoiados pelo FSA CAIXA e elabora a Prestação de Contas do exercício findo. Esta prestação é avaliada e aprovada pelo Comitê RSA e Conselho Diretor da CAIXA.

Valores Comprometidos e Desembolsados no Exercício por Linha Temática

Quadro 38 – Valores FSA CAIXA comprometidos por Planos de Aplicação e Linhas Temáticas

	Plano de Aplicação 2010 (2% do lucro de 2009)	Plano de Aplicação 2011 (2% do lucro de 2010)	Plano de Aplicação 2012 (2% do lucro de 2011)	Plano de Aplicação 2015 (2% do lucro de 2014)	Plano de Aplicação 2016 (2% do lucro de 2015)
	R\$	R\$	R\$	R\$	R\$
	39.734.019,96	48.654.708,54	35.274.713,13	16.207.940,00	49.389.002,81
Total Aprovado (A)			R\$ 189.260.384,44		
Linha Temática	Valor comprometido				
Cidades sustentáveis	6.468.584,48		21.290.275,21	14.803.505,09	R\$6.691.800,00
Energias limpas e sustentáveis	R\$6.005.707,86	R\$6.046.491,92	R\$2.876.438,47		
Promoção Socioeconômica	R\$ 4.813.090,25	R\$2.235.696,02	R\$ 10.788.181,95	R\$2.055.813,04	R\$2.538.951,75
Sustentabilidade Agro Florestal		R\$0,00	R\$11.440.911,18		
Sustentabilidade Hidrica	R\$3.154.268,91	R\$12.200.205,33		R\$7.980.706,71	
Total Geral			R\$121.390.628,17		
Saldo (A-B)			R\$ 67.869.756,27		

¹O valor total comprometido corresponde ao somatório dos valores dos acordos. Fonte: DEORE/GERSA Posição: DEZ/2017

Quadro 39: Valores FSA CAIXA Comprometidos e Desembolsados – ACF² assinados e com desembolso em 2017

Linha Temática	Valor comprometido - ACF assinados	Total desembolsado no exercício/2017	Total desembolsado até dez/2017
Cidades sustentáveis	R\$ 49.254.164,78	R\$ 9.343.732,13	R\$ 36.864.592,82
Energias limpas e sustentáveis	R\$ 14.928.638,25	R\$ 204.693,90	R\$ 14.677.529,10
Promoção Socioeconômica	R\$ 22.431.733,01	R\$ 2.414.327,58	R\$ 20.614.465,85
Sustentabilidade Agro Florestal	R\$ 11.440.911,18	R\$ 2.470.496,14	R\$ 9.855.450,96
Sustentabilidade Hidrica	R\$ 23.335.180,95	R\$ 2.470.496,14	R\$ 9.855.450,96
Total	R\$ 121.390.628,17	R\$ 15.423.435,64	R\$ 91.991.710,44

²ACF: Acordo de Cooperação Financeira

Fonte: GERSA Posição: DEZ/2017

O detalhamento dos projetos referentes ao exercício de 2017, estão apresentados no Anexo V

5.5.3 Informações sobre o Fundo de Apoio ao Desenvolvimento Social –

5.5.3.1 Informações de identificação do FAS

Poder e Órgão de vinculação ou de supervisão	Ministério da Fazenda		
Nome completo	Fundo de Apoio ao Desenvolvimento Social		
Denominação abreviada	FAS		
Código SIORG	Não se aplica.		
Código na LOA	Não se aplica.		
Situação operacional	Inativa		
Natureza jurídica	Outros fundos que, em razão de previsão legal, devam prestar contas ao Tribunal, incluindo os órgãos e entidades supervisoras ou gestores e os bancos operadores desses fundos. (DN-TCU 062/04, de 27/10/2004)		
Principal atividade econômica	Execução de Política Pública		
Telefones/fax de contato	61-3206-9576	61 3206-4992	
E-mail	gecoa@caixa.gov.br		
Página na internet	www.caixa.gov.br		
Endereço postal	Caixa Econômica Federal Vice-Presidência de Governo(VIGOV) Superintendência Nacional de Negócios de Infraestrutura e Saneamento(SUSAN)		

	SBS QUADRA 4 – Lotes 3 e 4 – 12ºandar – Ed- Sede Matriz I 70.092-900 – Brasília – DF	
Normas de criação e normas relacionadas à gestão e estrutura da UJ	Lei 6.168, de 03/12/1974, regulamentado pelo decreto 75.508 de 18/03/1975	
Manuais e publicações relacionadas às atividades da UJ	Manual de Normas e Procedimentos Operacionais – MN SA059	
Códigos e nomes das Unidades Gestoras no Sistema SIAFI	Nome	Código
	FAS	170380/Gestão 17911

Finalidade e competências institucionais

O FAS, criado pela Lei 6.168, de 09/12/74, constituiu um importante instrumento de apoio financeiro a programas e projetos sociais integrantes dos Planos Nacionais de Desenvolvimento (PND). Em seu campo de atuação, o FAS tinha como finalidade de atender os setores mais carentes da população, fazendo gestão junto às áreas de saúde, previdência e assistência social, trabalho, justiça, educação e cultura.

A referida Lei dispôs, também, que o plano de aplicações do FAS ficaria a cargo do Presidente da República, após proposta do Conselho de Desenvolvimento Social – CD, ficando a CAIXA com a competência das aplicações dos recursos do Fundo, dentro das normas estabelecidas pelo Poder Executivo.

Com adição da Lei nº 8.212, de 24/07/91, que trata da Organização da Seguridade Social, bem como do seu Plano de Custeio, dispôs, no seu Artigo 26, que as receitas líquidas de quaisquer concursos de sorteios de números, loterias, apostas, inclusive as realizadas em reuniões hípcas nos âmbitos federais, estaduais, Distrito Federal e municipal, se constituíam receita da Seguridade Social, os recursos canalizados para o FAS foram redirecionados à Seguridade Social, sendo garantido, apenas o repasse à CAIXA dos valores necessários ao cumprimento dos contratos até então assinados.

Entretanto, a Constituição em 1988, em seu Artigo 36, determinou que os fundos existentes na data de sua promulgação, excetuados aqueles resultantes de isenções fiscais que passem a integrar patrimônio privado e os que interessassem à defesa nacional, seriam extintos se não fossem ratificados pelo Congresso Nacional, no prazo de dois anos.

Os recursos destacados para compor o referido Fundo tiveram suas origens na renda líquida das Loterias Esportivas e Federal, nas parcelas destacadas para esse fim nos

Orçamentos Operacionais da CAIXA, nos montantes consignados nas dotações da União e outros de origem interna e externa, inclusive os provenientes de repasses e financiamentos.

O FAS tinha como finalidade atender os setores mais carentes da população, fazendo gestão junto às áreas de saúde, previdência e assistência social, trabalho, justiça, educação e cultura.

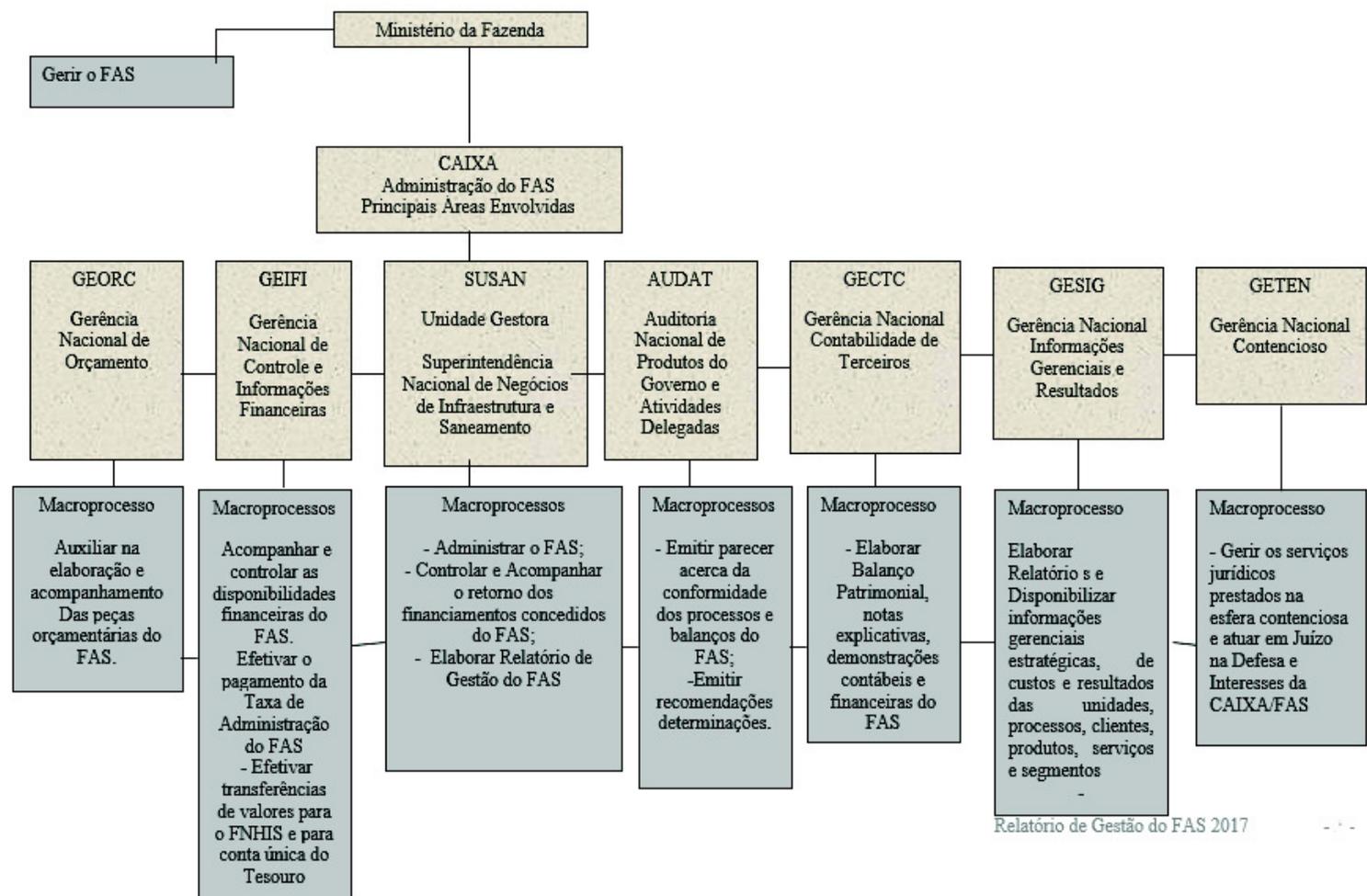
Organograma Funcional do FAS

Quanto à gestão do FAS, os procedimentos operacionais encontram-se na Superintendência Nacional de Negócios de Infraestrutura e Saneamento – SUSAN, vinculada à Diretoria Executiva de Saneamento e Infraestrutura - DESAN e Vice-Presidência de Governo - VIGOV.

A disposição da estrutura funcional do FAS apresenta-se, conforme gráfico a seguir, que também descreve sucintamente os macroprocessos de cada unidade envolvida, diretamente ou na forma de suporte ao gestor.

Figura – Organograma Funcional do FAS

Organograma Funcional



Situação atual do FAS

As operações do FAS foram suspensas em 1991 com edição da Lei nº 8.212, que trata da Organização da Seguridade Social, redirecionando os recursos canalizados para o Fundo para a Seguridade Social.

Na sua condição de extinto, ou seja, sem novas concessões desde 1991, a gestão do Fundo neste exercício concentrou-se basicamente nas tarefas de controle e acompanhamento do retorno dos financiamentos concedidos e demais atividades relacionadas à sua administração, bem como nas tratativas junto à Secretaria do Tesouro Nacional (STN) para recebimento dos contratos do ex-Território de Roraima. No decorrer do exercício de 2017, as operações do FAS evoluíram dentro da normalidade, a exemplo dos anos anteriores, sem eventos que justificassem mudanças no seu processo de administração.

Para a condução das atividades pertinentes à administração do FAS, são utilizados recursos materiais e humanos da CAIXA, na condição de Administradora do Fundo, sendo que os custos decorrentes são cobertos pela taxa de administração à qual a CAIXA faz jus.

Em linhas gerais, o comportamento do patrimônio do Fundo, que apresenta evolução estável ao longo dos últimos exercícios, permite projetar um cenário pouco otimista quanto a redução do índice de inadimplência das suas operações de crédito uma vez que a totalidade das cobranças das operações do segmento “setor privado” encontra-se na esfera judicial, muitas delas com baixa possibilidade de recuperação, e algumas outras do segmento do “setor público” que também se encontram no aguardo de decisões judiciais.

Não houve fato relevante no ano de 2017 nas operações ainda remanescentes do Fundo de Apoio ao desenvolvimento Social – FAS e nenhuma ocorrência referente a denúncias recebidas pela CAIXA, quanto à sua atuação na administração do acervo do Fundo não tendo havido, portanto, registro de nenhum apontamento por parte dos Órgãos de Controle Internos atinentes à matéria.

Quanto às operações do ex-Território Federal de Roraima, cuja assunção da dívida pela União está sedimentada no processo 10168.003897/96-07, corroborado pelo Ofício nº 4729 – STN/COPARP/DICRE, que apresenta o reconhecimento da dívida e posiciona-a em 08/01/1998 e pelo Relatório de Auditoria Especial 002/98, que faz a verificação e a apuração do “quantum”, a CAIXA ainda não obteve sucesso no recebimento dos valores junto à União.

Em manifestação recente, a Coordenação-Geral de Gerenciamento de Fundos e Operações Fiscais da Secretaria do Tesouro Nacional informou à CAIXA que a proposta de decreto presidencial, necessária ao andamento do processo, cumpriu as etapas de

análise e manifestação da Secretaria do Tesouro Nacional, tendo o Ministério da Fazenda assinado a Exposição de Motivos nº110/2017, a qual encontra-se na Casa Civil da Presidência da República para análise e providências necessárias à sua publicação. Esclareceu ainda, que esta obrigação encontra-se Registrada no Balanço Geral da União e constará do documento “Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis 4º Trim/2017”, do Ministério da Fazenda.

Seguem abaixo os comentários dos principais itens patrimoniais e de resultado:

Neste exercício, o FAS demonstrou Ativo no valor de R\$ 25.232 mili, conforme relacionado abaixo:

Quadro 40 – Ativos FAS

ATIVO	Exerc./17	Exerc./16	Δ\$	Δ%
CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA	3.404	6.974	(3.570)	(51,19)
Conta Única - União	1.208	1.093	115	10,52
Depósitos - CAIXA	2.196	5.867	(3.671)	(62,57)
Depósitos CAIXA - Escola Rural	-	14	(14)	(100,00)
Remuneraç	16	3	13	700,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	21.828	21.413	415	1,94
Financiamentos	21.828	21.413	415	1,94
TOTAIS	25.232	28.387	(3.155)	(11,11)

Fonte: CAIXA\ DESAN (em R\$ Milhares)

As contas de Caixa e Equivalente de Caixa registraram decréscimo de 51,19%, resultando no saldo de R\$ 3.404 mil ao final do exercício de 2017, em decorrência das seguintes movimentações:

MOVIMENTAÇÃO	DEPÓSITOS S CONTA ÚNICA	FAS	ESCOLA RURAL	TOTAIS
Saldo Inicial	1.093	5.867	14	6.974
Remuneração de Depósitos	115	28	-	143
Repasse Contratos BNDES/FINSOCIAL (1)	-	-	-	0
Retorno de Financiamentos	-	254	-	254
Liberação - CER	-	-	-	-
Emolumentos Judiciais e Cartorários	-	-	-	-
Recuperação de Prejuízo	-	-	-	-
Transf. para o 'FNHIS	-	(3.039)	-	(3.039)

Taxa de Administração	-	(928)	-	(928)
Transf.da Escola Rural	-	14	(14)	-
Saldo Final	1.208	2.196	-	3.404
VARIAÇÕES	115	(3.671)	(14)	(3.570)

R\$ milhares

Fonte: SISFIN - Sistema Financeiro
SIAFI – Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal

Em janeiro de 2017, houve a recuperação de prejuízo do contrato FAS – 0031015-75 da negociação com o tomador Fundação Navantino Alves, o que propiciou o encerramento da Ação Ordinária processo 2006.38.024376-0 e o recebimento dos encargos vencidos. Foram recuperados o montante de R\$ 254 mil, sendo R\$ 159 mil de encargos e R\$ 95 mil de principal.

Ressaltamos que houve o repasse em ABR/17 ao Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social – FNHIS, no montante de R\$ 3.039 mil, referente às disponibilidades financeiras não comprometidas com obrigações a serem honradas pelo FAS, conforme Item “I” do Artº. 2º do Capítulo I do Decreto 5.796/06, de 06/06/2006.

As Operações de Crédito, referentes a quatro contratos com o ex-território de Roraima, cujo garantidor é a União, registraram variação positiva no período de R\$ 415 mil, em virtude da capitalização da atualização monetária, no valor de R\$ 128 mil, e dos juros, no valor de R\$ 287 mil.ii.

O Passivo e o Patrimônio Líquido Ajustado totalizaram R\$ 25.232 mil no exercício de 2017, conforme demonstrado abaixoiii:

R\$ milhares

PASSIVO	Exerc./17	Exerc./16	Δ\$	Δ%
PASSIVO	37	53	(16)	(30,19)
OUTRAS OBRIGAÇÕES	37	53	(16)	(30,19)
Saldos Credores	-	-	-	-
Taxa de Administração	37	53	(16)	(30,19)
Valores a Repassar ao FNHIS	-	-	-	-
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	25.195	28.334	(3.139)	(11,08)
CAPITAL SOCIAL	23.097	23.097	-	-

FUNDO CONTA GERAL	2.098	5.237	(3.139)	(59,94)
RESULTADO ACUMULADO	(100)	-	(100)	-
TOTAIS	25.232	28.387	(3.155)	(11,11)

Abaixo demonstramos a movimentação da taxa de administração no exercício de 2017^{iv}:

R\$ milhares

Saldo em 31/12/2016	53
Pagamentos efetuados de jan a dez/17	(928)
Provisões de jan a dez/17	912
Regularização da provisão de set/12	-
SALDO	37

O resultado líquido apurado no exercício de 2017 foi negativo em R\$ 100 mil, e decorreu das receitas e despesas demonstradas a seguir:

R\$ milhares

	4T17	4T16	Δ%	Exerc./17	Exerc./16	Δ%
RECEITAS OPERACIONAIS	99	234	- 57,69	812	967	(16,03)
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	73	177	- 58,76	415	701	(40,80)
Rendas de Financiamentos	73	177	- 58,76	415	701	(40,80)
APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ	26	57	- 54,39	143	260	(45,00)
Rendas de Depósitos	26	57	- 54,39	143	260	(45,00)
OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS	-	-	-	254	6	4.133,33
Outras Rendas Operacionais	-	-	-	254	6	4.133,33

DESPESAS OPERACIONAIS	(180)	(158)	13,92	(912)	(830)	9,88
DESPESAS ADMINISTRATIVAS	-	-	-	-	-	-
Emolumentos Judiciais e Cartorários	-	-	-	-	-	-
COMISSÕES E TARIFAS	(180)	(158)	13,92	(912)	(830)	9,88
Taxa de Administração	(180)	(158)	13,92	(912)	(830)	9,88
OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS	0	0	-	0	0	-
Outras Despesas	0	0	-	0	0	-
RESULTADOS LÍQUIDOS	(81)	76	(206,58)	(100)	137	(172,99)

v

As Receitas Operacionais apresentaram no 4T17 o montante de R\$ 99 mil, com variação negativa de R\$ 135 mil, quando comparado com o 4T16 e uma redução de 16,03% na comparação anual, decorrente das rendas de financiamentos e rendas de depósitos.

As Rendas de Financiamentos reduziram em relação ao 4T16 em virtude das rendas de atualização monetária em OUT e NOV/17, basicamente em função da TR – Taxa Referencial, que apresentou índice acumulado no 4T17 - 0,00% a.a. (4T16 – 0,53% a.a.).

As Rendas de Depósitos apresentaram o montante de R\$ 26 mil, com diminuição de R\$ 31 mil, quando comparado com o 4T16, decorrente da redução no saldo de depósitos, em virtude do repasse ao FNHIS, dos pagamentos da Taxa de Administração, em função da TR – Taxa Referencial, que apresentou índice acumulado no 4T17 - 0,00% a.a. (4T16 – 0,53% a.a.).

Na comparação anual, apresentou uma redução de 45,00%, decorrente, principalmente, do saldo de depósitos, em virtude do pagamento das despesas do período, com impacto da TR – Taxa Referencial, que apresentou índice acumulado de 2017 – 0,57% a.a. (2016 – 2,03% a.a.).

As Outras Rendas Operacionais não tiveram valores registrados no 4T17. E o montante de R\$ 254 mil, decorre da recuperação de créditos referente à finalização da negociação com a Fundação Navantino Alves de Minas Gerais, ocorrida em JAN/17.

As Despesas Operacionais, compostas exclusivamente pela Taxa de Administração, apresentaram no 4T17 o montante de R\$ 180 mil, aumento de 13,92% quando comparado com o 4T16, decorrente dos custos administrativos do FAS incorridos pela CAIXA, com destaque para os custos de pessoal, em função de reajuste salarial (ACT 2017) e dos custos com Auditoria Interna de MAI/17.

O valor de R\$ 912 mil no acumulado do exercício de 2017, com uma variação positiva de 9,88%, quando comparado com o exercício anterior, foi decorrente do aumento dos custos administrativos, com destaque para os custos de pessoal e de auditoria, acrescido da consequente da tributação e da margem de ganho.

As contas de compensação apresentaram os seguintes valores:

R\$ milhares

	Exerc./17	Exerc./16	Δ\$	Δ%
CONTAS DE COMPENSAÇÃO ATIVA	97.961	93.457	4.504	4,82
CUSTÓDIA DE VALORES	1	1	-	-
Valores em Garantia	1	1	-	-
CRÉDITOS BAIXADOS COMO PREJUÍZO	5.896	5.962	(66)	(1,11)
Créditos Baixados como Prejuízo	5.896	5.962	(66)	(1,11)
OUTRAS CONTAS DE COMPENSAÇÃO ATIVA	70.236	66.081	4.155	6,29
Encargos por Atraso	70.236	66.081	4.155	6,29
Rdas Aprop Cr Prej Fin Infraestr - Des Urb Priv	0	0	-	0,00
Rdas Aprop Cr Prej Fin Infraestr - Des Urb Publ	0	0	-	0,00
Ações Judiciais	-	-	-	-
OPERAÇÕES DE RISCO	21.828	21.413	415	1,94
Oper. de Créd. Nível de Risco "AA"	21.828	21.413	415	1,94
Oper. de Créd. Nível de Risco "A"	0	0	-	0,00
Oper. de Créd. Nível de Risco "H"	0	0	-	0,00
CONTAS DE COMPENSAÇÃO PASSIVA	97.961	93.457	4.504	4,82
CUSTÓDIA DE VALORES	1	1	-	-
Depósitos de Valores em Garantia	1	1	-	-
BAIXA DE CRÉDITOS LIQUIDAÇÃO DUVIDOSA	5.896	5.962	(66)	(1,11)
Baixa de Créditos Liquidação Duvidosa	5.896	5.962	(66)	(1,11)
OUTRAS CONTAS DE COMPENSAÇÃO PASSIVA	70.236	66.081	4.155	6,29
Encargos em Atraso	70.236	66.081	4.155	6,29
Rdas Aprop Cr Prej Fin Infraestr - Des Urb Priv	0	0	-	0,00
Rdas Aprop Cr Prej Fin Infraestr - Des Urb Priv	0	0	-	0,00

Ações Judiciais	-	0	-	0,00
CARTEIRA DE CRÉDITOS CLASSIFICADOS	21.828	21.413	415	1,94

Auditorias Interna e Externa

Não houve no ano de 2017 nenhuma recomendação do TCU para o Fundo de Apoio ao Desenvolvimento Social – FAS.

Informamos ainda que o relatório de auditoria independente, elaborado pela PwC, foi concluído em 23/03/2018, não havendo apontamentos e recomendações a serem observados.

5.5.2 Demonstrações Contábeis

As demonstrações contábeis do Fundo de Apoio ao Desenvolvimento Social – FAS estão apresentadas no Anexo VII.

5.5.4 Informações sobre depósitos judiciais e extrajudiciais

A GEIFI, subunidade da CAIXA, na qualidade de Gestor Financeiro da UG 179104/0001 é responsável por efetuar as transferências dos valores das devoluções de recursos aos contribuintes, referentes aos depósitos judiciais e extrajudiciais, do INSS e RFB e demais órgãos, para a conta de reserva bancária da CAIXA.

IDENTIFICAÇÃO

Poder e Órgão de Vinculação			
Poder: Executivo			
Órgão de Vinculação: Ministério da Fazenda			Código SIORG: 1929
Identificação da subunidade da CEF			
Denominação Completa: Caixa Econômica Federal			
Denominação Abreviada: CAIXA			
Código SIORG: 0091	Código na LOA: Não se aplica	Código SIAFI: Não se aplica	
Situação: Ativa			
Natureza Jurídica: Empresa Pública		CNPJ: 00.360.305/0001-04	
Principal Atividade: Serviços Financeiros		Código CNAE: 6423-9	
Telefones/Fax de Contato:	(61) 3206-9000	(61) 3206-9817	(61) 3206-9732
Endereço Eletrônico: presidencia@caixa.gov.br			
Página na Internet: http://www.caixa.gov.br			
Endereço Postal: SBS Quadra 04, lotes 3/4, Ed. Matriz I, CEP: 70092-900, Brasília - DF			
Identificação da Unidades Gestora			
Número de Ordem: 1			
Denominação completa: Caixa Econômica Federal/Depósitos Judiciais e Extrajudiciais			
Denominação abreviada: CEF/ Dep. Jud. e Extr.			
Código SIORG: 1929	Código na LOA: Não se aplica	Código SIAFI: 179104	
Situação: Ativa			
Natureza Jurídica: Órgão da Administração Direta do Poder Executivo		CNPJ: -	
Principal Atividade: Executora – mandatária da União		Código CNAE: Não se aplica	
Telefones/Fax de contato:	(61) 3206-8855	(061) 3206-9748	

E-mail: geifi@caixa.gov.br

Página na Internet: <http://www.caixa.gov.br>

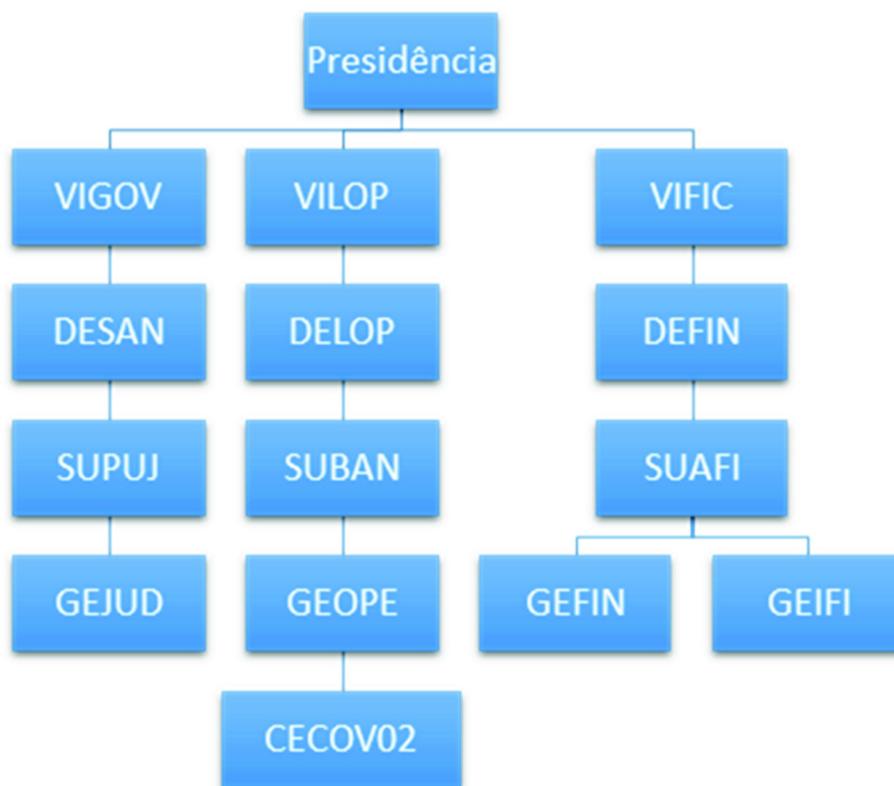
Endereço Postal: SBS Quadra 4, lotes 03/04, Ed.Matriz I, 2º andar, CEP: 70092-900, Brasília - DF

Quadro – Áreas/Subunidades estratégicas

Áreas/ Subunidades Estratégicas	Competências	Titular	Cargo	Contatos
GEJUD	Responsável pela manutenção do índice SELIC e dos códigos (RFB, demais Órgãos e dos depósito do INSS); pela gestão do cadastro e pela prestação de contas dos depósitos e levantamentos aos órgãos.	Marcelo Henrique Espindola Sandes	Gerente Nacional	(61) 3206-6855 – gejud@caixa.gov.br
CECOV02	Responsável pela operacionalização das alterações, conferências, acertos e conciliações dos sistemas SIGDJ e SIADJ;	Valéria Simas Schultz	Gerente de Filial	(61) 3206-1538 – cecov02@caixa.gov.br
GEFIN	Recebe as informações das arrecadações da RFB, demais órgãos e INSS e repassa à Conta Única do Tesouro por meio de mensagens TES (Identificador de modalidade de mensagens ao Tesouro Nacional);	Daniel Henrique Santana de Paiva	Gerente Nacional	(61) 3206-6500 – gefin@caixa.gov.br
GEIFI	Executora da Secretaria do Tesouro Nacional, é responsável pelas devoluções de recursos das contribuições do INSS e RFB por meio da emissão de OBR – Ordens bancárias para conta de reserva bancária da CAIXA	Rodney da Mota Chaves	Gerente Nacional	(61) 3206-8855 – geifi@caixa.gov.br

Fonte : CAIXA/GEIFI

Figura: Organograma



- Base normativa relacionada aos depósitos judiciais e extrajudiciais.

Os depósitos judiciais e extrajudiciais em dinheiro, provenientes de ações ajuizadas perante a Justiça Federal relativas a tributos e contribuições judiciais administradas pela SRF, e as contribuições sociais, administradas pelo INSS, são depositados e administrados pela CAIXA, conforme condições estipuladas pela Lei nº. 9.703, de 17 de novembro de 1998 e Portaria nº 569, de 17 de dezembro de 2001.

Com a promulgação das Leis 12.058/09 e 12.099/09, foi ampliado o escopo e as datas dos depósitos, que passaram a abranger os depósitos judiciais e extrajudiciais, conforme segue:

a) referentes a tributos, contribuições federais e seus acessórios, inclusive os depósitos relativos aos débitos inscritos na Dívida Ativa da União, administrados pela RFB e pelo INSS;

b) não tributários relativos à União e os tributários e não tributários relativos a fundos públicos, autarquias, fundações públicas e demais entidades federais integrantes dos orçamentos fiscal e da seguridade social. Esses depósitos são repassados pela CAIXA

à Conta Única do Tesouro Nacional no mesmo prazo fixado para o recolhimento dos tributos e contribuições federais, que ocorre no primeiro dia útil posterior ao recebimento do depósito.

Após o encerramento da lide ou do processo litigioso mediante ordem de autoridade judicial, ou no caso de depósito extrajudicial, da autoridade administrativa competente, o valor é devolvido ao depositante, pela CAIXA, no prazo mínimo de vinte e quatro horas, quando a sentença lhe for favorável, ou transformado em pagamento definitivo, quando a sentença da devolução ou decisão for favorável à Receita Federal ou ao INSS.

As normas externas que regulamentam a administração desses recursos, além das leis 9.703/98, 12.058/09 e 12.099/09, são Instrução Normativa SRF nº 421, de 10/05/2004 e Portaria MF nº 479, de 29/12/2000.

Internamente, os procedimentos operacionais executados pela CAIXA estão disciplinados nos manuais normativos CO059 – Depósitos Judiciais– Lei 9.703/98 e CO283 – Depósitos Extrajudiciais – Lei 9.703/98.

- Informações sucintas do relacionamento com a Secretaria do Tesouro Nacional para o gerenciamento do fluxo de trabalho de operacionalização dos depósitos:

STN: Responsável em estabelecer os procedimentos para a execução financeira das devoluções dos depósitos judiciais e extrajudiciais, bem como receber o produto da arrecadação dos depósitos judiciais.

COFIN: Acompanha a execução orçamentária e financeira dos recursos da União, disponibilizando-os quando solicitado pela CAIXA nas devoluções dos depósitos judiciais e extrajudiciais.

Para a operacionalização dessas devoluções, foi estipulado pela STN, por meio da Portaria nº 569, de 17 de dezembro de 2001, e de acordo com o previsto no Art. 3º da Lei nº 9.703, os procedimentos para a execução financeira das devoluções dos depósitos judiciais e extrajudiciais.

De acordo com o estabelecido na mencionada Portaria, a CAIXA, na qualidade de executora da STN, é responsável pela devolução dos valores de depósitos judiciais e extrajudiciais, por meio da emissão de OBR, na UG 179104, no SIAFI.

Para viabilizar essa execução financeira, foi criada a UG, no SIAFI, denominada CEF/DEPÓSITOS JUDICIAIS E EXTRAJUDICIAIS, código 179104, Gestão Tesouro (00001), vinculada ao MF.

A CAIXA, na qualidade de executora dos Depósitos Judiciais e Extrajudiciais, UG 179104/Gestão 00001, observadas as normas legais e regulamentares, compete:

Formalizar as solicitações de limites de saques e seus ajustes, por meio de PF, detalhados pelos códigos de vinculação específicos para as devoluções dos depósitos judiciais e extrajudiciais à STN;

Promover as devoluções dos depósitos judiciais e extrajudiciais, por meio de emissão de OBR, para a Conta de Reserva Bancária da CAIXA;

Comprovar que os recursos disponibilizados foram restituídos aos respectivos depositantes;

Prestar à STN, quando solicitada, informações sobre as devoluções dos depósitos judiciais e extrajudiciais.

-Gestão de riscos e controles instituídos para garantir o desempenho da CAIXA na gestão dos depósitos;

A gestão de risco operacional envolve aspectos como identificação, avaliação, mensuração, mitigação e reporte do risco operacional em conformidade com as normas vigentes e as boas práticas de governança corporativa.

O modelo de três linhas de defesa, estabelece o papel e responsabilidade de cada área dentro do sistema de gerenciamento de risco operacional:

- a primeira linha de defesa é responsável pelo gerenciamento do risco operacional em cada Unidade Gestora, sob a responsabilidade do gestor da unidade;
- a segunda linha de defesa é responsável por definir a política de risco operacional, os padrões mínimos e diretrizes, e que estejam em acordo com a estrutura de risco operacional e está sob a responsabilidade da SUCOR/GEROP;
- a terceira linha de defesa provê verificação independente sobre a robustez do modelo de risco operacional e inclui a Auditoria.

Nesse contexto, cabe aos gestores de produtos, serviços e processos a responsabilidade de identificar os riscos e implementar melhoria de controles que representem medidas preventivas, corretivas ou de aprimoramento da gestão.

Adicionalmente, a GEROP definiu que as atividades priorizadas pela Resolução 179/2012 do Comitê Delegado de Riscos e Capital, deverão ser avaliadas anualmente. Na GEJUD, a atividade priorizada pelo critério de impacto na continuidade de negócios é a administração de depósitos judiciais. Em 2014, foi aplicada a metodologia de autoavaliação de riscos operacionais e em 2015, foi criada junto com o gestor a Matriz GUT, ferramenta de priorização de riscos com a categorização da Gravidade, Urgência e Tendência. Consta no planejamento para o primeiro semestre de 2016, a criação dos indicadores para monitoramento dos riscos operacionais associados à atividade.

Além das normas internas, o SIADJ – Sistema de Administração de Depósitos Judiciais da CAIXA passa por melhorias a fim de minimizar as ocorrências de erro, bem como auxiliar na gestão de riscos e controles. As ações de melhoria e controle de risco são acompanhadas no Sistema de Relatórios de Controle Interno.

- Demonstração do fluxo financeiro dos depósitos no exercício, comparativamente ao anterior, demonstrando também, de forma gerencial, os quantitativos de depósitos;

O saldo existente em 31 de dezembro de 2016, no montante de R\$ 13.740.752,10 (treze milhões, setecentos e quarenta mil, setecentos e cinquenta e dois reais e dez centavos), foi transferido para execução no exercício de 2017, sendo R\$ 11.281.678,47 (onze milhões duzentos e oitenta e um mil e seiscentos e setenta e oito reais e quarenta e sete centavos) na fonte de recursos 0100000000 (vinculação de pagamento 950) e R\$ 2.459.073,63 (dois milhões, quatrocentos e cinquenta e nove mil, setenta e três reais e sessenta e três centavos) na Fonte de Recursos 0154000000, destinados às devoluções judiciais relativas ao INSS.

No exercício de 2017, para a realização da devolução dos depósitos judiciais e extrajudiciais, a STN disponibilizou recursos financeiros na UG 179104/Gestão 00001, conta contábil nº. 112160400 – “Limite de Saque com Vinculação de Pagamento”, no montante de R\$ 6.494.678.010,11 (seis bilhões, quatrocentos e noventa e quatro milhões, seiscentos e setenta e oito mil, dez reais e onze centavos), sendo R\$ 5.505.309.775,69 (cinco bilhões, quinhentos e cinco milhões, trezentos e nove mil e setecentos e setenta e cinco reais e sessenta e nove centavos) referentes à na Fonte de Recursos 0100000000 (vinculação de pagamento 950) da SRF, R\$ 989.368.234,42 (novecentos e oitenta e nove milhões, trezentos e sessenta e oito mil, duzentos e trinta e quatro reais e quarenta e dois centavos) referentes à Fonte de Recursos 0154000000 (vinculação de pagamento 960), destinados às devoluções judiciais relativas ao INSS.

A CAIXA, na qualidade de executora da STN, na UG 179104, realizou devolução dos valores referentes aos depósitos judiciais e extrajudiciais, pela emissão de OBR, tendo como favorecida a Instituição Financeira CAIXA, por meio de crédito em sua Conta de Reservas Bancárias, no valor total de R\$ 6.504.065.830,05 (seis bilhões, quinhentos e quatro milhões, sessenta e cinco mil, oitocentos e trinta reais e cinco centavos), sendo R\$ 5.515.448.413,44 (cinco bilhões, quinhentos e quinze milhões, quatrocentos e quarenta e oito mil e quatrocentos e treze reais e quarenta e quatro centavos) na Fonte de Recursos 0100000000 (vinculação de pagamento 950), destinados às devoluções judiciais relativas à SRF, R\$ 988.617.416,61 (novecentos e oitenta e oito milhões e seiscentos e dezessete mil e quatrocentos e dezesseis reais e sessenta e um centavos) na Fonte de Recursos 0154000000 (vinculação de pagamento 960), destinados às devoluções judiciais relativas ao INSS.

Na disponibilidade financeira restou saldo para 2018 de R\$ 4.352.932,16 (quatro milhões, trezentos e cinquenta e dois mil, novecentos e trinta e dois reais e dezesseis centavos), sendo R\$ 1.143.040,72 (um milhão cento e quarenta e três mil, quarenta reais e setenta e dois centavos) na Fonte de Recursos 0100000000 (vinculação de pagamento 950), recursos solicitados para levantamento de depósitos judiciais ou extrajudiciais relativas à SRF, e R\$ 3.209.891,44 (três milhões, duzentos e nove mil e oitocentos e noventa e um reais e quarenta e quatro centavos) na Fonte de Recursos 0154000000 (vinculação de pagamento 960), recursos solicitados para levantamento de depósitos judiciais ou extrajudiciais relativos ao INSS

Demonstramos a seguir o comparativo da movimentação financeira dos exercícios 2016 e 2017

	2016	Total de OBR 2016	2017	Total de OBR 2017
Saldo no Exercício anterior	1.228.104,19	3744	13.740.752,10	3862
Saldo devolvido ao Tesouro	0,00		0,00	
Recursos Extraorçamentários Recebidos	3.823,66		0,00	
Recursos disponibilizados pela STN no exercício	9.413.300.000,00		6.504.065.830,05	
Total devolvido pela SRF	7.844.836.179,79		5.515.448.413,44	
Total devolvido pelo INSS	1.327.867.398,99		988.617.416,61	
Despesas Extraorçamentárias	3.823,66		0,00	
Saldo disponível do Exercício transferido para o exercício seguinte	241.859.036,62		4.352.932,16	

Fonte: SIAFI

AÇÕES DE AUDITORIA – EXERCÍCIO 2017

Durante o exercício 2017 foram realizados 26 trabalhos de auditoria em Depósitos Judiciais, conforme demonstrados na tabela 1:

Resumo dos trabalhos de auditoria nos Depósitos Judiciais executados em 2017

Trabalho	Sigla	Unidade Auditada	Tipo de Auditoria	Qtde trabalhos finalizados em 2017	Qtde trabalhos executados horas 31 DEZ 17	Resultados dos trabalhos finalizados em 2017
Auditoria na Operacionalização dos Depósitos Judiciais – Agência/PA	BPRDJ(REDE)	Agência/PA	Rodada (Operacional)	25	5.987	13 Criticidade Média 11 Criticidade Baixa 01 Sem Criticidade
Auditoria no processo de Depósitos Judiciais - GEJUD	BPRDJ(GEJUD)	GEJUD	Processo	1	1.598	Criticidade Alta
Total	-	-	-	26	7.585	01 Criticidade Alta 13 Criticidade Média 11 Criticidade Baixa 01 Sem Criticidade

Fonte: Sistema de Auditoria Interna (SIAUD)

Descrevemos a seguir os objetivos dos trabalhos realizados durante o exercício:

Os trabalhos de Auditoria operacional nas Agências/PA - BPRDJ(REDE) tiveram como objetivo:

Avaliar a operacionalização do processo de Depósitos Judiciais, identificando as causas de eventuais inconformidades e subsidiar a execução de auditoria no âmbito da matriz.

O trabalho de Auditoria nos processos de Depósitos Judiciais – BPPDJ(GEJUD), teve como objetivo:

Avaliar o processo de Depósitos Judiciais sob os aspectos de aderência à políticas, diretrizes e objetivos empresariais, governança, gerenciamento de riscos e controles, de forma a identificar e recomendar as oportunidades de melhoria para a gestão do processo.

PLANO ANUAL DE AUDITORIA (PAINT 2017)

As fragilidades mais relevantes constatadas nos trabalhos são apresentadas nos subitens a seguir.

A avaliação do Processo de Depósitos Judiciais – BPPDJ(GEJUD), que teve como subsídios a avaliação na operacionalização do processo no âmbito das Agências/PA, foram constatados:

Fragilidade na precificação dos serviços prestados no processo de Depósitos Judiciais e Extrajudiciais das Leis 9.703/98, 12.058/09 e 12.099/09, atualmente deficitário para a CAIXA;

Fragilidade no acompanhamento dos indicadores de desempenho do processo de Depósitos Judiciais, relativamente ao desbalanceamento dos Fundos de Reserva;

Insuficiência na gestão e controle dos registros contábeis:

- Tarifas a receber - Arrecadação Depósitos Judiciais Extrajudiciais - saldo de tarifas a receber, decorrentes de valores devidos pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (SRFB), referentes aos exercícios de 2002 a 2015 e inexistência de teste de impairment (imparidade) para determinação do valor recuperável pelo ativo contabilizado na subconta, descumprindo-se o disposto na Resolução BACEN nº 3.566, de 29/5/2008.

- Ocorrências a Apurar - Insuficiência na gestão e controle dos registros contábeis relativos a perdas dos produtos do processo Administrar Depósitos Judiciais e permanência de registros por prazo superior ao permitido em subcontas de ocorrências a apurar;

- Levantamentos - Pagamentos a Classificar - intempestividade no tratamento das pendências;

- Levantamentos a Devolver – RFB - recursos de depósitos judiciais pendentes de devolução à SRFB desde o ano de 2008, sem correção e atualização monetária.

O Gestor do Processo (GEJUD) informou no plano de ação, como principais ações corretivas:

- Levar à apreciação das instâncias superiores, considerados os volumes envolvidos, a relevância, a complexidade das transações, o risco analisado e as prioridades estratégicas definidas, para decisão quanto à pertinência de se buscar a negociação das tarifas de serviço, de modo a equilibrar os custos com as receitas auferidas com a prestação de serviço para o Tesouro Nacional;
- Finalizar as negociações com o Estado do Ceará e aditar o contrato firmado para viabilizar a retomada da recomposição do fundo de reserva e considerando que os fundos de reserva encontram-se em consonância com a sistemática da legislação, os procedimentos de controle de

balanceamento serão ratificados junto ao Conselho Diretor por meio de Informe;

- Avaliar em conjunto com a GEPEC a viabilidade para realização do test de impermaint e retomar as tratativas para recebimento das tarifas;
- Ativar o envio das mensagens automáticas de cobrança do SICIR ao responsável pelas ocorrências registradas nas Subcontas em três momentos distintos: antes, durante e após o prazo de regularização do registro;
- Realizar em conjunto com a GEOPE e GECOR o mapeamento das informações tempestivas necessárias, para que a CECOB atue prontamente na regularização das pendências;
- Atuar junto à SRFB para devolução dos recursos de depósitos judiciais, em sua completude, solicitados indevidamente ou cuja ordem judicial tenha sido posteriormente revogada/cancelada, e, caso não obtenha êxito nas tratativas, submeter a situação ao Jurídico da CAIXA, buscando alternativa para devolução, de modo a resguardar a empresa de possíveis riscos financeiros e sanções administrativas/judiciais.

Informamos que a Unidade Gestora 179104 – CEF/Depósitos Judiciais e Extrajudiciais não apresenta em seu patrimônio ativos para aplicação dos institutos da depreciação, amortização e da exaustão

No texto a seguir são descritas as principais metodologias adotadas para avaliação e mensuração das contas descritas neste item.

Caixa e equivalentes de caixa

Incluem dinheiro em caixa, conta única, demais depósitos bancários e aplicações de liquidez imediata. Os valores são mensurados e avaliados pelo valor de custo e, quando aplicável, são acrescidos dos rendimentos auferidos até a data das demonstrações contábeis.

A conta única, derivada do princípio de unidade de tesouraria (conforme art. 1º e 2º do Decreto nº 93.872/1986), é mantida no BACEN e acolhe todas as disponibilidades financeiras da União, inclusive dos fundos, das fundações, das autarquias e das empresas estatais dependentes. Ela é subdividida Conta Única recursos Tesouro Nacional, Conta Única recursos Previdenciários e Conta Única recursos Dívida Pública.

Créditos e Dívidas

As obrigações são evidenciadas por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos das variações monetárias e cambiais ocorridas até a data das demonstrações contábeis.

Os passivos circulante e não circulante apresentam a seguinte divisão: (i) obrigações trabalhistas, previdenciárias e assistenciais; (ii) empréstimos e financiamentos; (iii) fornecedores e contas a pagar; (iv) obrigações fiscais; (v) obrigações de repartições a outros entes; (vi) provisões; e (vii) demais obrigações.

As Demonstrações contábeis da CAIXA Depósitos Judiciais encontram-se no anexo VI.

6 RELACIONAMENTO COM A SOCIEDADE

6.1 Canais de acesso do cidadão

A CAIXA disponibiliza, à sociedade e aos seus clientes, os seguintes canais de acesso, para fins de solicitações, reclamações, denúncias, sugestões:

SAC Caixa

- 0800 726 0101
- Reclamações, sugestões, elogios, pedidos de cancelamento, informações sobre produtos e serviços da Caixa.
- O atendimento ocorre 24 horas por dia, 7 dias por semana.
- A ligação pode ser realizada por telefone fixo e celular.

Ouvidoria Caixa

- 0800 725 7474
- Denúncias e reclamações não solucionadas.
- O atendimento ocorre em dias úteis, das 09:00 às 18:00.

De Olho na Qualidade (Exclusivo Minha Casa Minha Vida)

- 0800 721 6268
- Dúvidas, reclamações, elogios e denúncias referentes ao programa Minha Casa Minha Vida.
- O atendimento ocorre 24 horas por dia, 7 dias por semana.
- A ligação pode ser realizada por telefone fixo e celular.

Caixa Cidadão

- 0800 726 0207
- Para atendimento referente a PIS, Benefícios Sociais, FGTS, Cartão Social e Resultado de Loterias.
- O atendimento ocorre de segunda a sexta-feira, das 8h às 21h, e aos sábados, das 10h às 16h, aceitando chamadas originadas de telefones fixos e celulares.
- O serviço de consulta eletrônica está disponível 24 horas por dia, 7 dias por semana.

Atendimento Comercial

- Informações de suas movimentações financeiras.
- 3004.1105 - Capitais e Regiões Metropolitanas e 0800 726 0505 - demais regiões
- A ligação pode ser realizada por telefone fixo e celular.

Renegociação de Dívidas

- 0800 726 8068 – Opção 8 no atendimento automático.

Atendimento aos clientes no exterior

- 55 (71) 3206-9900 (ligação a cobrar – atendimento em português)

Suporte Tecnológico

Suporte para empresas, governo e para você.

- Capitais e regiões metropolitanas - 3004 1104
- Demais regiões - 0800 726 0104
- **Site da Caixa, Internet Banking, Mensagens via celular e Terminais de Atendimento.** O atendimento funciona 24 horas por dia, sete dias por semana.
- **Portal de Compras, Certificado Digital, Farmácia Popular e FIES.** Todos os dias, das 7h às 20h.
- **Convênios, referente a produtos como Convênios, Cobrança, Folha de Pagamento, Pagamento eletrônico, Débito em Conta, Caixa Rápido, Conectividade Social, SEFIP e GRRF.** Segunda a sexta, das 7h às 20h, e sábados, entre 7h e 13h, para suporte empresarial.
- **SIBEC, Bolsa Família, GovConta, GovCorporativo, SISTN, SimBrasil, Cadmut/FCVS, e Cadastro Único para suporte a Empresas e Estados e Municípios.** Segunda a sexta, das 7h às 20h.

Deficiente Auditivo

- 0800 726 2492
- Para esclarecer suas dúvidas sobre produtos e serviços, suporte tecnológico, informações, reclamações, sugestões e elogios.
- O atendimento ocorre 24 horas por dia, 7 dias por semana.

Atendimento Cartões Caixa

SAC Cartão de Crédito

- 0800 726 0101

Cartões Azul, Nacional, Internacional, Gold e Mais 4004 9009 (Capitais e regiões metropolitanas)

- 0800 940 9009 (Demais localidades)

Cartões Platinum, Grafite, Visa Infinite, MasterCard Black e Elo Nanquim

- 4004 9001 (Capitais e regiões metropolitanas)
- 0800 940 9001 (Demais localidades)

Cartões Empresariais

- 4001 9008 (Capitais e regiões metropolitanas)

- 0800 001 2100 (Demais localidades)

Cartão Construcard

- 3004-2100 (capitais e regiões metropolitanas);
- 0800 001 2100 (Demais localidades).

Atendimento a clientes portadores de deficiência auditiva e de fala

- 0800 882 2492 Cartões Pessoa Física
- 0800 728 4462 Cartões Pessoa Jurídica

*Atendimento Caixa no Exterior (ligação a cobrar)**

- 55 21 3506 0999

**A ligação deve ser feita a cobrar. Consulte a forma de ligação a cobrar do país de onde fará a chamada.*

Atendimento Caixa Seguradora

- 0800 702 4000 Serviços e Relacionamento

Fale Conosco CAIXA (<http://fale-conosco.caixa.gov.br/wps/portal/faleconosco>)

- Disponível para registros - 24/7

Atendimento Denúncias – Site CAIXA (<http://fale-conosco.caixa.gov.br/wps/portal/faleconosco/home/formulario/denuncias>)

- Disponível para registros - 24/7

Fale com o Presidente (falecompresidente@caixa.gov.br)

Viva Voz (Ouvidoria Interna)

- Intranet empresarial
- O Canal de Ouvidoria Interna (Viva Voz) está disponível para o corpo funcional realizar o registro de sugestões, reclamações, dúvidas e denúncias.

Formas de divulgação dos canais de denúncia e reclamação

Público Externo:

- Site da CAIXA (Fale Conosco/Fale com o Presidente/Atendimento Denúncias e Ouvidoria CAIXA)
- Folheteria Agências, Unidades Lotéricas e Correspondentes Bancários (Ouvidoria e SAC Caixa)

Dupla de Páscoa

Prêmio estimado em 20 milhões e não acumula! Sorteio dia 31/03.

[Apostel ▶](#)

Mais destaques

- Financiamento da Caixa**
São diversas opções para você sair do aluguel e ter a casa dos seus sonhos >
- Demonstrativos Caixa IR Pessoa Física**
Imprima o comprovante dos contratos de crédito comercial. >
- Pagamento de boletos vencidos**
Saiba tudo o que você precisa para pagar boletos vencidos em qualquer banco com a nova plataforma de cobranças. >
- Fale conosco**
SAC Caixa - 0800 726 0101
Ouvidoria Caixa - 0800 725 7474
Canal de Denúncias >

[Mais destaques >](#)

Página inicial do site www.caixa.gov.br contendo links para registro de demandas SAC, ouvidoria e denúncias.



Denúncias

Canal de comunicação criado para você registrar, com sigilo e segurança, situações que apresentam indícios de fraudes, corrupção, assédio, discriminação, práticas de crimes em atividades internas, além de infrações éticas e disciplinares cometidas por nossos representantes.

[Registre aqui a sua denúncia >](#)

Atendimento Denúncias do Site da Caixa.gov.br

Denúncias

A sua identidade e todas as informações fornecidas são mantidas em completo sigilo e protegidas pela Lei de Acesso à Informação nº 12.527/11. Se preferir, a denúncia pode ser realizada de forma anônima.

Para que possamos apurar com eficiência as denúncias, procure detalhar ao máximo os fatos ocorridos, citando nome(s), data(s), horário(s) local(is) e demais informações importantes.

Registre aqui sua denúncia

1 Identificação

Por favor, informe seus dados caso opte por se identificar

Qual o seu relacionamento com a CAIXA?

Tenho conta Não tenho conta Anônimo

2 Formulário de Denúncias

Público Interno

Canal de Relacionamento com o Empregado (Ouvidoria Interna)

Internet Banking CAIXA | Caixa M@il | Manual Normativo | Portfólio | Estrutura

Atender.caixa

Incluir Ocorrência Interna (VIVA VOZ)

(*) Campos de preenchimento obrigatório
(**)Um desses campos deverá ser preenchido

Matrícula** **Anônimo****

Origem* --Selecione-- **Natureza*** --Selecione--

Classificação*

Assunto* --Selecione--

Item* --Selecione--

Motivo* --Selecione--

Prazo Solução dias [Orientação Preenchimento](#)

Manifesto*

Caracteres Restantes

Usuario:
Unidade: 5500
Perfil: ADMINISTRADOR,
SOLICITANTE INTERNO, GESTOR,
CONSULTA

Intranet CAIXA

Relatório Institucional das Atividades da Ouvidoria

A Ouvidoria da CAIXA publica semestralmente o Relatório Institucional da unidade, que traz informações sobre as atividades desenvolvidas. Os arquivos podem ser consultados no link: <http://fale-conosco.caixa.gov.br/wps/portal/faleconosco> > menu lateral “Outras Informações” > opção “Relatório de Ouvidoria”

CARTA DE SERVIÇOS AO CIDADÃO

Do serviço oferecido

A Ouvidoria presta atendimento focado no coletivo, porém, sem desprezar os interesses individuais. Esse serviço é a última instância para a solução dos conflitos entre empresa/fornecedor e cliente. Além disso, ela possui autonomia de demandar as diversas áreas da empresa, e deve utilizar as reclamações para fomentar mudanças de comportamento e conduta da Empresa. Cumpre ainda à Ouvidoria, o diálogo com os organismos do Sistema Nacional de Defesa do Consumidor (SNDC), como PROCONs, Defensorias Públicas e entidades da sociedade civil.

Requisitos, documentos e informações necessárias para acessar o serviço

Não há requisitos mínimos de acesso à Ouvidoria. Qualquer pessoa, brasileiro ou estrangeiro, pode buscar o atendimento da Ouvidoria CAIXA, contudo, a resposta ao demandante atentar-se-á aos ditames legais sobre sigilo bancário da informação.

Principais etapas para processamento do serviço

As principais etapas do serviço de atendimento da Ouvidoria são: a) Registro (recebimento do manifesto do consumidor; b) Tratamento (busca pela solução definitiva e satisfatória para o demandante); c) Resposta (comunicação acerca dos encaminhamentos e tratamentos dispensados ao caso, bem como de eventuais procedimentos a serem adotados pelas partes).

Prazo máximo para a prestação do serviço

O prazo de resposta às demandas não pode ultrapassar dez dias úteis, podendo ser prorrogado, excepcionalmente e de forma justificada, uma única vez, por igual período, limitado o número de prorrogações a 10% (dez por cento) do total de demandas no mês, devendo o demandante ser informado sobre os motivos da prorrogação, nos termos da Resolução nº.4.433/2015/CMN.

Forma de prestação do serviço

Telefônico (0800 725 7474) e eletrônico (internet)

Forma de comunicação com o solicitante do serviço

Telefone e/ou correspondência (virtual ou tradicional).

Mecanismos de consulta, por parte dos usuários, acerca das etapas, cumpridas e pendentes, para a realização do serviço solicitado

Todos os atendimentos realizados pela Ouvidoria são identificados por número de protocolo e as ligações gravadas, sendo possível a consulta do andamento da demanda.

Tratamento a ser dispensado aos usuários quando do atendimento

A Centralizadora de Ouvidoria recebe e registra no sistema atender.caixa as reclamações e denúncias de pessoas físicas ou jurídicas recebidas por meio de telefone DDG 0800 725 7474, formulário da internet e dos correios, que já tenham passado pelo SAC, e demais demandas de clientes da CAIXA oriundas de órgãos externos.

As demandas recebidas pelos órgãos externos, como PROCON, BACEN, Defensorias Públicas, entre outros, são recebidas por e-mail, correio, fax ou acessadas pela internet.

No ato do registro deve-se dar atenção a alguns pontos importantes. São eles:

- verificar se os dados do cliente estão atualizados;
- utilizar uma classificação que melhor identifique o problema;
- certificar-se que a unidade de destino é a correta.

Caso o documento não apresente requisitos básicos para o registro da ocorrência e não seja possível identificar, nos sistemas da CAIXA, os dados necessários para tal, a Ouvidoria envia a justificativa ao respectivo órgão de defesa do consumidor que expediu o documento.

Requisitos básicos para o sistema de sinalização visual das unidades de atendimento

Não se aplica, tendo em vista inexistir atendimento presencial/físico.

Condições mínimas a serem observadas pelas unidades de atendimento, em especial no que se refere a acessibilidade, limpeza e conforto

Não se aplica, tendo em vista inexistir atendimento presencial/físico.

Procedimentos alternativos para atendimento quando o sistema informatizado se encontrar indisponível

A paralização das atividades da Ouvidoria é gerenciável por até 2 dias. A ocorrência de eventos com duração superior a esse período implicam em perda de prazos e conseqüente descumprimento de normas legais. O mapeamento dos riscos e planos de contingência são realizados anualmente.

Quantidades de reclamações (SAC, Ouvidoria, PROCON, BACEN e Outras origens)

O quadro abaixo apresenta a quantidade total de reclamações na CAIXA nas diversas origens², em que verifica-se a redução de 8,88% no total do 1º semestre para o segundo:

TOTAL DE RECLAMAÇÕES		
1º SEM 2017	2º SEM 2017	Δ%
340.744	335.575	-1,52%

Na tabela a seguir, é demonstrada a evolução semestral do total de reclamações do 1º SEM 2017 em relação ao 2º SEM 2017, relativizado pela base de clientes da CAIXA:

Total de Reclamações por Milhão de Clientes			
	1º SEM 2017	2º SEM 2017	Δ%
Total de Ocorrências	340.744	335.575	-1,52%
Clientes Caixa	85.458.741	87.613.949	2,52%
Ocorrências p/ Milhão	3.987	3.830	-3,94%

Abaixo, apresenta-se a evolução dos registros de reclamações nas diversas origens:

ORIGEM	1º SEM 2017	2º SEM 2017
SAC	279.812	271.570
OUVIDORIA	12.178	11.849
BACEN	23.513	24.990
PROCON	16.339	17.595
CONSUMIDOR.GOV	7.797	8.404
OUTRAS ORIGENS	1.105	1.167
Total Geral	340.744	335.575

6.2 Carta de Serviços ao Usuário

A Carta de Serviços referente as Loterias, publicada em 03 de julho de 2017, pode ser acessada na página: http://www.caixa.gov.br/Downloads/loterias-carta-servicos-cidadao/Carta_de_Servicos_ao_Cidadao.pdf.

6.3 Aferição do grau de satisfação dos cidadãos-usuários

Os produtos de loterias são submetidos a pesquisas com o objetivo de obter junto aos seus clientes a opinião desse serviço público delegado. A última pesquisa foi realizada ao final de 2017 e identificou, dentre outros dados, a preferência/satisfação dos apostadores em relação aos produtos lotéricos.

Destacamos que os dados da referida pesquisa possuem caráter sigiloso, pois suas informações são de cunho comercial.

6.4 Mecanismos de transparência das informações relevantes sobre a atuação da unidade

A CAIXA trabalha para cumprir a plenitude da legislação e das normas emanadas pelos órgãos de controle, bem como legislações específicas de sua área de atuação, buscando constantemente possibilitar aos cidadãos o acesso às informações públicas relativas à Instituição, de forma ágil, transparente, clara e em linguagem de fácil compreensão. Esse acesso é ofertado por meio da divulgação espontânea de informações de interesse coletivo nos meios e instrumentos legítimos, e também contemplando as demandas apresentadas através dos diversos canais da Instituição.

Assim, por meio do endereço <http://www.caixa.gov.br/sobre-a-caixa/Paginas/default.aspx>, são disponibilizados dados importantes que dizem respeito à CAIXA e ao seu papel diante da sociedade e do Estado, como licitações, contratos, programas, estrutura organizacional, a Lei de Acesso à Informação, relatórios de gestão, informações financeiras, responsabilidade socioambiental, dentre outros. E para atender demandas apresentadas pela sociedade, a CAIXA disponibiliza canais para que o cidadão possa contatar a CAIXA e tirar todas suas dúvidas, como SAC, com atendimento 24 horas por dia, nos 7 dias da semana, Ouvidoria, e SIC – Serviço de Informação ao Cidadão.

No menu “Acesso à Informação” do site de CAIXA são publicadas informações acerca dos itens abaixo relacionados:

- Institucional;
- Ações e programas;
- Participação social;
- Relatórios e Auditorias;
- Convênios e Transferências;
- Receitas e Despesas;
- Licitações e Contratos;
- Empregados;
- Informações classificadas e desclassificadas;
- Link de acesso aos relatórios estatísticos referentes à Lei de Acesso à Informação;
- Perguntas frequentes.

Essas informações podem ser acessadas por meio do seguinte link: <http://www.caixa.gov.br/aceso-a-informacao>.

Os documentos que compõem os processos de contas anuais, incluindo os Relatórios de Gestão e respectivas Peças complementares podem ser acessados por meio da seguinte página: <http://www.caixa.gov.br/sobre-a-caixa/informacoes-financeiras/processo-de-contas-anuais>.

Essa página também apresenta link de acesso para os formulários de pedido de informação, recurso, reclamação e reavaliação.

Além disso, a CAIXA também dispõe de estrutura interna para o atendimento de demandas oriundas de transparência passiva em que o Cidadão delimita as informações que deseja que lhe sejam prestadas pela Instituição.

7 DESEMPENHO FINANCEIRO E INFORMAÇÕES CONTÁBEIS

7.1 Desempenho financeiro no exercício

Em 2017, a CAIXA alcançou lucro líquido recorde de R\$ 12,5 bilhões, 202,6% superior ao registrado em 2016. O lucro líquido recorrente totalizou R\$ 8,6 bilhões, alta de 106,9% em 12 meses, e também superou o melhor resultado já alcançado pelo banco. Esse resultado gerou retorno sobre o patrimônio líquido recorrente de 12,9%, crescimento de 6,3 p.p. em 12 meses.

O resultado operacional recorrente alcançou R\$ 10,4 bilhões em 2017, avanço de 157,1% em 12 meses, influenciado pelo crescimento da margem financeira em 14,1%, pela redução nas despesas com Provisão para Devedores Duvidosos (PDD) em 4,2%, pelo avanço nas receitas com prestação de serviços em 11,5% e pelo controle das despesas administrativas e de pessoal.

O índice de inadimplência encerrou o ano com redução de 0,6 p.p em 12 meses, alcançando 2,25%, significativamente abaixo da média de mercado, de 3,25%, influenciado pela estratégia de melhoria da gestão de riscos da CAIXA.

Ao final de 2017, a carteira de crédito da CAIXA alcançou saldo de R\$ 706,3 bilhões, apresentando leve redução de 0,4% em 12 meses, e manutenção da participação de mercado em 22,4%. Esse desempenho ocorreu devido à retração de 15,3% na carteira comercial e foi compensado pelo crescimento de 6,3% das operações de habitação e 5,2% das operações de saneamento e infraestrutura. Essas evoluções estão em linha com o Plano de Capital da Empresa.

Ao final de dezembro, a CAIXA possuía R\$ 2,2 trilhões em ativos administrados, avanço de 1,9% em 12 meses, com destaque para os ativos próprios, que totalizaram R\$ 1,3 trilhão, avanço de 0,4% em 12 meses. O retorno recorrente sobre o ativo avançou 0,3 p.p. em 12 meses, totalizando 0,7% no final do ano.

As receitas com prestação de serviços cresceram 11,5% em 2017, totalizando R\$ 25,0 bilhões.

Os principais destaques foram as receitas de conta corrente, administração de fundos de investimento e convênios e cobrança que cresceram, respectivamente, 31,0%, 21,7% e 7,4% em 12 meses.

As outras despesas administrativas recuaram 2,3% em 12 meses, totalizando R\$ 11,9 bilhões.

Foi a primeira vez na história da CAIXA em que ações de eficiência geraram redução dessas despesas entre os exercícios.

As despesas de pessoal alcançaram R\$ 22,4 bilhões no ano, avanço de 6,6% em 12 meses, impactadas pelo acordo coletivo e pelos planos de demissão voluntária, que geraram despesas não recorrentes de R\$ 863,0 milhões, com o desligamento de 6,9 mil empregados.

Com esse desempenho, o índice de eficiência operacional recorrente alcançou 49,8%, melhora 2,3 p.p. em 12 meses. O índice de cobertura de despesas administrativas alcançou 72,9%, melhora de 5,3 p.p. e o índice de cobertura de despesa de pessoal somou 111,6%, avanço de 4,8 p.p. em 12 meses.

A fim de cumprir os requerimentos mínimos de capital, conforme exigências do Acordo de Basileia III, a CAIXA tem implementado medidas para reforço da sua estrutura de capital, como a redução de despesas, ajuste dos processos de alocação de capital, utilização da métrica do Retorno Ajustado ao Risco no Capital (RAROC) para gestão da carteira de crédito, e disseminação da cultura de risco, entre outras.

Com isso, o índice de Basileia atingiu 17,7%. O índice de Capital Principal e o de Nível I marcaram 11,2%, mantendo-se acima do mínimo exigido de 6,0% e 7,5%, respectivamente.

Os Ativos Ponderados pelo Risco (RWA) totalizaram R\$ 529,5 bilhões em dezembro de 2017, redução de R\$ 44,6 bilhões. O patrimônio líquido avançou 12,2% em 12 meses, e atingiu R\$ 71,4 bilhões.

A carteira imobiliária alcançou saldo de R\$ 431,7 bilhões, aumento de 6,3% em 12 meses. Os créditos concedidos com recursos do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) representam R\$ 237,6 bilhões. As operações de crédito com recursos da CAIXA (SBPE) apresentam saldo de R\$ 194,1 bilhões. A CAIXA ganhou 2,1 p.p. de participação no mercado imobiliário, mantendo a liderança, com 69% de participação.

O saldo da carteira de saneamento e infraestrutura alcançou R\$ 82,7 bilhões em dezembro, alta de 5,2% em 12 meses. Esse segmento continua a ser estratégico para a CAIXA por contribuir para o avanço no desenvolvimento econômico do País, gerando emprego e renda.

Pela primeira vez, em 2017, metade do lucro alcançado pelo Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) em 2016, foi creditado nas contas dos trabalhadores.

Foram distribuídos o total de R\$ 7,3 bilhões para 88 milhões de trabalhadores.

A remuneração do FGTS no ano alcançou 7,14% e foi superior aos principais índices de inflação, sendo o IPCA 6,28% e o INPC = 6,58%.

Após a apuração final do Resultado de 2017, metade do lucro será novamente distribuído aos trabalhadores.

Ao final de dezembro, a CAIXA possuía 88 milhões de correntistas e poupadores, dos quais 85,3 milhões de pessoas físicas e 2,7 milhões de pessoas jurídicas.

A rede da CAIXA possui 56,9 mil pontos de atendimento. São 4,2 mil agências e postos de atendimento, 22,7 mil correspondentes CAIXA Aqui e lotéricos, e 30 mil máquinas distribuídas nos postos e salas de autoatendimento em todo o país.

Quadro - CAIXA Operações de Crédito (Saldo)

Principais Números (R\$ milhões)	2S17	2S16	Δ 12M	2017	2016	Δ 12M
Lucro Líquido Contábil	8,442	1,689	399.8%	12,516	4,137	202.6%
Ativos Totais	1,260,768	1,255,452	0.4%	1,260,768	1,255,452	0.4%
Carteira de Crédito Ampla	706,276	709,289	-0.4%	706,276	709,289	-0.4%
Captações	1,016,155	984,113	3.3%	1,016,155	984,113	3.3%
Depósitos	506,226	512,191	-1.2%	506,226	512,191	-1.2%
Depósitos de Poupança	276,693	252,403	9.6%	276,693	252,403	9.6%
Índice de Basileia	17.7%	13.5%	4.1 p.p.	17.7%	13.5%	4.1 p.p.
Índice de Eficiência Operacional ¹	49.8%	52.1%	-2.3 p.p.	49.8%	52.1%	-2.3 p.p.
Empregados	87,654	94,978	-7,324	87,654	94,978	-7,324

Agências e Postos de Atendimento - unidades	4,198	4,249	-51	4,198	4,249	-51
Caixas Eletrônicos - unidades	29,972	31,212	-1,240	29,972	31,212	-1,240
Pagamento de benefícios sociais	14,455	14,694	-1.6%	28,689	28,234	1.6%
Pagamento de benefícios ao trabalhador	135,356	123,269	9.8%	313,658	242,057	29.6%

Valores em R\$ milhões

Fonte: Caixa Econômica Federal/DECON- Diretoria Executiva de Controladoria

A carteira de crédito ampla somou R\$ 706,3 bilhões em dezembro de 2017, leve queda de 0,4% em relação ao mesmo período de 2016, em função do Plano de Capital da Empresa.

A variação na carteira foi influenciada, principalmente, pela queda de 15,3% no crédito comercial, impactado pelo segmento pessoa jurídica, que reduziu 23,1%, e de pessoa física que reduziu 8,6%.

A carteira imobiliária alcançou saldo de R\$ 431,7 bilhões, crescimento de 6,3% em 12 meses. Desse saldo, R\$ 237,6 bilhões foram concedidos com recursos FGTS, aumento de 16,4%, e com recursos SBPE, que recuaram 3,9% em 12 meses, totalizando R\$ 194,1 bilhões.

As operações de saneamento e infraestrutura também influenciaram a carteira de crédito total, aumentando 5,2% em 12 meses com o alcance de R\$ 82,7 bilhões de saldo em dezembro de 2017. Esse segmento é prioritário para a CAIXA por proporcionar importantes avanços no desenvolvimento econômico do País e gerar relacionamento de longo prazo com os clientes pessoas jurídicas.

O crédito rural teve redução de 4,2% em 12 meses e alcançou saldo de R\$ 6,9 bilhões, o que levou a 2,8% de participação do mercado. A modalidade disponível para Pessoa Física, apresentou 10,7% de aumento em comparação com 2016.

Quadro - CAIXA Indicadores de Desempenho

INDICADORES	2016	2017
Retorno sobre o Ativo médio	0,34	0,67
Índice de Basileia	13,54	17,65
Endividamento do setor público	37,58	29,63
Provisão sobre operações de crédito	5,04	5,31
Cobertura de despesas administrativas	67,56	72,87
Cobertura de despesa de pessoal	106,72	111,57
Retorno sobre o patrimônio líquido médio	6,57	12,86
Índice de eficiência operacional	52,06	49,78

Fonte: Caixa Econômica Federal/Gerência Nacional de Informações Gerenciais e Resultados – SUMAV

Considera resultado recorrente

Em 2017, foram pagos cerca de 158,4 milhões de benefícios sociais, correspondendo a R\$ 28,7 bilhões. Somente o Bolsa Família pagou cerca de 153,8 milhões de benefícios no período, totalizando R\$ 27,8 bilhões.

Em relação aos programas voltados ao trabalhador, a CAIXA foi responsável por realizar 292,3 milhões de pagamentos de benefícios, que totalizaram R\$ 313,7 bilhões, entre eles o Seguro- Desemprego, Abono Salarial e PIS, que corresponderam a R\$ 52,0 bilhões.

A CAIXA também realizou 71,7 milhões de pagamentos de aposentadorias e pensões a beneficiários do INSS, que totalizaram R\$ 94,7 bilhões.

A arrecadação do FGTS atingiu R\$ 123,5 bilhões e os saques, R\$ 166,9 bilhões, incluindo R\$ 44 bilhões de saques das contas inativas.

7.2 Demonstrações contábeis exigidas pela Lei 6.404/76 e notas explicativas

A CAIXA divulga, trimestralmente, as demonstrações contábeis, as respectivas notas explicativas, e o Relatório da Administração, conforme estatui a Lei 6.404/76.

Além da publicação das demonstrações contábeis, a CAIXA também divulga o relatório de Análise Gerencial do Resultado.

Esses documentos são publicados, periodicamente, no site da CAIXA, nas versões português e inglês, e podem ser acessados por meio do seguinte link: <http://www.caixa.gov.br/sobre-a-caixa/informacoes-financeiras/Paginas/balancos-e-demonst.aspx>.

As demonstrações contábeis exigidas pela Lei 6.404/76, as notas explicativas e o Relatório da Administração integram o Anexo IX deste Relatório.

8 CONFORMIDADE DA GESTÃO E DEMANDAS DOS ÓRGÃOS DE CONTROLE

Na CAIXA, a Vice-Presidência de Riscos (VICOR), por meio da Gerência Nacional Relacionamento com Órgãos Reguladores, Fiscalizadores e de Controle (GEROR), possui o mandato do relacionamento com os órgãos reguladores.

Estão sob responsabilidade da GEROR as seguintes atividades:

- Gestão do relacionamento com órgãos reguladores, fiscalizadores e de controle;
- Monitoramento das requisições dos órgãos reguladores, fiscalizadores e de controle;
- Coordenação do atendimento às demandas dos órgãos reguladores, fiscalizadores e de controle;
- Gestão operacional do contrato com a Auditoria Independente;
- Coordenação do atendimento às demandas da Auditoria Independente.

O acompanhamento das demandas é com a utilização do Microsoft Excel e do Microsoft Outlook.

O registro e monitoramento das determinações e recomendações é feito por meio do, sistema departamental, Sistema de Relatórios de Controle Interno (SIRCI).

8.1 Tratamento de determinações e recomendações do TCU

As deliberações do Tribunal de Contas da União (TCU), consubstanciadas em acórdãos e que possuam determinações e/ou recomendações à CAIXA, atendidas, em sua totalidade, por diversos Gestores.

O acompanhamento / controle das deliberações e o respectivo atendimento se dá conforme fluxo a seguir:

- Recepção dos ofícios / acórdãos emitidos pelo TCU, com demandas, determinações e/ou recomendações à CAIXA;
- Identificação e encaminhamento aos Gestores responsáveis pelo atendimento das demandas, determinações e/ou recomendações;
- Registro das demandas em planilhas de controle;
- Registro das determinações e/ou recomendações no SIRCI;
- Acompanhamento do registro das ações saneadoras pelo Gestor responsável pelo atendimento da demanda;
- Acompanhamento da homologação das ações propostas pela unidade hierarquicamente superior ao Gestor responsável pelo atendimento;
- Validação do Plano de Providências proposto pelo Gestor;
- Acompanhamento da finalização das ações propostas;
- Emissão de informes com as ações pendentes e regularizadas no exercício.

Numa visão geral, as deliberações feitas pelo TCU em 2017, num total de 382 acórdãos, trataram dos seguintes aspectos:

- 234 – Relacionadas à Contratos de Repasses
- 36 – Relacionadas à Licitação
- 02 – Relacionadas à denúncias
- 110 – Relacionadas a assuntos diversos, tais como: patrocínios a entidades esportivas, gestão do FI-FGTS e gestão PMCMV.

Quando identificadas deliberações decorrentes do julgamento de contas anuais, consubstanciadas em acórdãos e que possuam determinações e/ou recomendações à CAIXA, são geradas informações para o Relatório de Gestão.

Relacionamos, a seguir, as determinações / recomendações que remeteram a obrigação de informar sobre o andamento das providências para o relatório de gestão:

Processo:

- TC-029.513/2016-2 - ACÓRDÃO Nº3542/2017 - TCU – 2ª Câmara - Representação a respeito de possíveis irregularidades ocorridas em que se detectou a responsabilidade subsidiária do representado supracitado concernente a débitos trabalhistas com empresas contratadas, consoante Processo TRT 006550-88.2007.5.04.0015 (RO).

Trata a presente demanda de ação impetrada por terceirizado que buscou o reconhecimento de vínculo empregatício com a CAIXA, sustentando que prestou serviços, executando atividades de Backoffice nas suas dependências, por meio de empresa terceirizada, no período compreendido entre 12/1999 a 11/2005.

O Acórdão do TCU que tratou da matéria concluiu pelo arquivamento do processo sem julgamento do mérito e determinou o seguinte:

“1.7.1. Encaminhar cópia desta deliberação, acompanhada de reprodução do parecer da Secex/RS, à Presidência da Caixa Econômica Federal, para conhecimento e adoção das providências cabíveis, devendo fazer menção, no próximo relatório de gestão da entidade, das providências adotadas;”

Nesse sentido, apresentamos abaixo as ações adotadas pela CAIXA para regularização da atividade de Backoffice que outrora era realizada por prestadores de serviços, por intermédio de empresas terceirizadas.

Em 30 de junho de 2004, a CAIXA firmou TAC nº 62/2004 com o MPT/DF, no qual se comprometeu a substituir os serviços terceirizados de Backoffice por sistemas de tratamento de documentos e empregados da CAIXA, que foram contratados mediante concurso público.

Inicialmente, o TAC contemplou apenas os serviços de digitadores e tecnologia – serviços especializados, num total de 8.047 postos de serviços, cujo cronograma de substituição deu-se de 2004 a 2007, não tendo sido contemplado naquela oportunidade os postos de serviços das unidades de retaguardas de agências, denominados Backoffice.

Os postos de serviços denominados Backoffice foram tratados no Termo de Conciliação e previa a substituição de 19.025 prestadores de serviços por empregados concursados, na proporção de 3 para 1.

Ao final desse período, a CAIXA firmou Termo Aditivo com o MPT/DF, com a definição de que a partir de 2009 não utilizaria mais postos de serviços terceirizados na sua atividade “FIM”.

No final de 2009, foram desligados 27.462 prestadores de serviços terceirizados, sendo que a reposição ocorreu por meio de concurso público, totalizando a contratação de 11.142 empregados CAIXA.

O TAC 62/2004 teve mais dois Termos Aditivos, sendo um deles para definir quais atividades poderiam ser terceirizadas, e o outro para especificar as atividades de recepcionistas e recepcionistas de autoatendimento.

Em 09 de setembro de 2010, deu-se o arquivamento do procedimento de acompanhamento do TAC pelo MPT/DF, tendo em vista a constatação de que a terceirização ilícita não persistia na instituição concluindo-se pelo cumprimento do TAC 62/2004, mas com o compromisso da CAIXA de não terceirizar a atividade “FIM”.”

- TC 002.793/2015-6 – Acórdão 2045/2017 – Plenário - Monitoramento do Acórdão 2162/2014-Plenário (TC 028.715/2013-6) - avaliação dos controles internos da Caixa nos desbloqueios de recursos mediante contratos de repasse - PAC e NÃO PAC.

Em atenção a este acórdão, conforme orientação do TCU, de que a CAIXA deverá manter este Tribunal de Contas da União atualizado sobre cada etapa até a operacionalização definitiva de todos os módulos do SIWEG, devendo as informações constarem do Relatório de Gestão, apresentamos abaixo as informações atualizadas quanto ao desenvolvimento do sistema em questão:

Módulo Workflow e Licitatório

- a. Em referência, inicialmente, apenas ao primeiro módulo (Workflow com Licitatório) dos 5 módulos que compõem o mínimo produto viável, informamos que o último prazo pactuado foi apresentado pela Tecnologia da CAIXA em jan/2018, prevendo-se a entrega do Módulo em ambiente de produção em 30/03/2018.
- b. Foi realizado Teste do módulo Workflow e Licitatório em ambiente de homologação com usuários finais nos dias 06 a 08/02/2018, sendo necessário correções que estão sendo realizadas.

Módulo Reprogramação

- a. O desenvolvimento do módulo Reprogramação está sendo realizado em metodologia ágil, e a Sprint 1 foi disponibilizada, em parte, para testes em mar/2018.

Módulos Acompanhamento, Alteração Contratual e Prestação de Contas

- a. Previsão de entrega pela tecnologia do módulo Acompanhamento em set/2018.
 - b. Não há previsão para entrega dos demais módulos.
- No quadro abaixo, apresentamos os prazos de entrega dos módulos do SIWEG repactuados.

Módulo	jan/2016	mar/2016	jun/2016	mar/2017	jun/2017	set/2017	jan/2018
1 - Workflow e Processo Licitatório	jun/2016	set/2016	ago/2017	jun/2017	ago/2017	dez/2017	mar/2018
2 - Reprogramação	ago/2016	nov/2016	jun/2017	Sem prazo	Sem prazo	mar/2018	jun/2018
3 - Acompanhamento de obras	out/2016	jan/2017	ago/2017	Sem prazo	Sem prazo	mar/2018	set/2018
4 - Alteração Contratual	dez/2016	mar/2017	out/2017	Sem prazo	Sem prazo	dez/2018	Sem prazo
5 - Prestação de Contas	fev/2017	abr/2017	dez/2017	Sem prazo	Sem prazo	dez/2018	Sem prazo
6 - Análise	abr/2017	jun/2017	jan/2018	Sem prazo	Sem prazo	Sem prazo	Sem prazo
7 - Contratação	jun/2017	ago/2017	mar/2018	Sem prazo	Sem prazo	Sem prazo	Sem prazo

- TC 001.533/2017-7 – Acórdão nº 2833/2017 – Plenário - 1.7. Dar ciência à Caixa Econômica Federal de que deverá constar do seu Relatório de Gestão do exercício de 2017, no campo de Determinações e Recomendações do TCU, referência ao normativo específico para os procedimentos relativos à terceirização de serviços (item 2.1 do Ofício 077/2017/DEPES), abrangendo, nessa análise de custo-benefício, informações sobre condenações judiciais trabalhistas de prestadores de serviços terceirizados, com a anexação de cópia desse documento à respectiva prestação de contas.

Em atenção a este acórdão, informamos que a CAIXA publicou o normativo interno AD 244, que trata da prestação de serviços na CAIXA- análise da solicitação de contratação. O normativo em questão encontra-se reproduzido no anexo VIII.

8.2 Tratamento de recomendações do órgão de controle interno

As recomendações do Ministério da Transparência e Controladoria Geral da União - CGU, consubstanciadas em Relatórios e Notas de Auditoria e que possuam recomendações à CAIXA, são atendidas, em sua totalidade, por diversos Gestores e são geradas informações para o Relatório de Gestão.

O controle das demandas, deliberações e o respectivo atendimento se dá conforme fluxo a seguir.

- Recepcionamento de ofícios ou mensagens eletrônicas, contendo demandas, Relatórios e Notas de Auditorias, emitidos pela CGU;
- Identificação e encaminhamento aos Gestores responsáveis pelo atendimento das demandas, determinações e/ou recomendações;
- Registro das demandas em planilha de controle;
- Registro das determinações e/ou recomendações no SIRCI;
- Acompanhamento do registro das ações saneadoras pelo Gestor responsável pelo atendimento da demanda;
- Acompanhamento da homologação das ações propostas pela Unidade hierarquicamente superior ao Gestor responsável pelo atendimento;
- Validação do Plano de Providências proposto pelo Gestor;
- Acompanhamento da finalização das ações propostas;
- Emissão de informe com as ações pendentes e regularizadas no exercício.

No caso da CGU, além do registro no SIRCI, o monitoramento das determinações e recomendações é feito por meio do sistema MONITOR.

Numa visão geral, as recomendações feitas pelo CGU em 2017, num total de 6 Relatórios, trataram dos seguintes aspectos:

- Auditoria de Integridade;
- Auditoria Projeto PNUD BRA 09/004;
- Auditoria Avaliação de Resultados da Gestão do FCVS;
- Auditoria Anual de Contas – Exercício 2016;
- Auditoria em Financiamentos concedidos e participações acionárias no Grupo J&F

Os apontamentos e recomendações formalizados em relatórios promoveram a melhoria nos controles dos processos auditados.

As quase totalidades das recomendações foram atendidas, contudo, encontram-se em fase de especificação / desenvolvimento algumas recomendações que envolvem soluções tecnológicas, quais sejam:

- Sistema informatizado de patrocínios;
- Expansão, em ambiente web, das funcionalidades Sistema de Apoio à Tomada de Decisão – SIATD que subsidia os Conselhos de Administração e Fiscal, Comitês de Auditoria e de Remuneração;
- Readequação do Sistema de Acompanhamento e Controle de Garantias- SIACG para efetuar controle de garantias de operações de saneamento e infraestrutura/operações estruturadas.

Por fim, a GEROR esclarece que para o controle das demandas está sendo desenvolvido sistema departamental que deverá entrar em produção no primeiro semestre de 2018.

8.3 Medidas administrativas para apuração de responsabilidade por dano ao Erário

A Apuração de Responsabilidade Disciplinar e Civil é aplicada com fins de investigar fato irregular que venha a ser praticado por empregado, ex-empregado ou empregado aposentado, com a possível aplicação de penalidade administrativa e civil, caso seja confirmado o ilícito cometido, sendo compreendida pela Análise Preliminar e pelo Processo Disciplinar e Civil.

Tomadas de Contas Especiais:

Quantidade de Tomadas de Contas Especiais cuja instauração foi dispensada nos termos do art. 6º da IN TCU 71/2012:

- Não há TCE's instauradas e não remetidas ao TCU, estas somente são instauradas em caso de cumprimento dos requisitos previstos no MN RH062 e IN TCU 71/2012.

TCE - Não Remetidas ao TCU em até 180 dias do exercício da Instauração

- Após a instauração, as TCE's são encaminhadas à AUDIR/PO para análise de conformidade e transmitidas para o TCU, de responsabilidade da Corregedoria – CORED.

Instauradas – Remetidas

Quantidades de Tomadas de Contas Especiais instauradas no exercício de 2017, remetidas ao TCU:

- 19 TCE foram instauradas e remetidos ao TCU em 2017

Quadro - Demonstrativo

Medidas adotadas para apuração e ressarcimento de danos ao Erário								
Tomadas de Contas Especiais								
Casos de dano objeto de medidas administrativas Internas	Não instauradas			Instauradas				Remetidas ao TCU
	Dispensadas			Não remetidas ao TCU				
	Débito < R\$ 75.000	Prazo > 10 anos	Outros Casos*	Arquivamento			Não enviadas > 180 dias do Exercício Instauração*	
				Recebimento Débito	Não Comprovação	Débito < R\$ 75.000		
208*								19 TCE Instauradas e remetidas ao TCU (*)

*De acordo com pesquisa feita no APUR (Sistema de Apuração de Responsabilidade) em 2017 há o registro de **208** decisões da maior instância em cada processo (seja somente em 1ª ou somente em 2ª instância) com imputação de responsabilidade civil não passíveis de recurso em processos concluídos (fases “Aguardando providências da unidade cobradora”, “Apuração concluída, aguardando conferência” e “Processo Encerrado”), distribuídas da seguinte forma:

Penalidade	Nº de Ocorrências
Advertência	70
Rescisão	88
Sem penalidade disciplinar	1
Suspensão	49
Total	208

8.4 Demonstração da conformidade do cronograma de pagamentos de obrigações conforme disposto no art. 5º da Lei 8.666/1993

Os pagamentos a fornecedores CAIXA são realizados conforme prazo definido contratualmente, inexistindo um cronograma específico, considerando os diversos prazos compreendidos no decorrer de cada mês.

Esclarecemos que a informação oferecida anteriormente se deu em virtude da existência de diversos cronogramas confeccionados a partir de prazos estabelecidos nos contratos firmados para a prestação de serviços ou fornecimento de bens.

Dessa forma, esclarecemos que os contratos firmados pela CAIXA para o fornecimento de bens e serviços, estabelecem cronograma financeiro de desembolso com os respectivos prazos de pagamento, em cumprimento ao disposto no Art. 5º da Lei 8.666/93.

Os controles instituídos para garantir o cumprimento destes cronogramas decorrem de normas internas específicas de gestão operacional e formal de contratos e pagamentos a fornecedores – AD029 e AD103, cujas orientações demandam estrita observância do cumprimento das obrigações contratuais pelo contratado, bem como dos prazos determinados contratualmente para o seu desembolso, como cediço, em consonância com o que dispõe a Lei 8.666/93, em seu Art. 5º.

Complementando nesta data, 16 MAR 2017, ressaltamos que a CAIXA utiliza sistemas próprios para o controle e execução do orçamento e pagamento a fornecedores, SIPLO e SIGPE – ERP/SAP, este último em fase de implementação e com parte dos contratos já migrados.

Importante destacar que o processo pagamento a fornecedores é instância autônoma para a verificação da conformidade contratual quanto aos prazos para a efetivação dos pagamentos e tem suas responsabilidades e atividades segregadas do gestor operacional de contratos, cabendo a este último acompanhar a execução dos contratos na forma pactuada e promover o pertinente ateste para a realização dos pagamentos dos serviços ou bens prestados e entregues.

Na oportunidade, informamos que está em vigor o Regulamento de Licitações e Contratos da CAIXA, publicado na Seção 3 do Diário Oficial da União, em 03/04/2017.

8.5 Informações sobre a revisão dos contratos vigentes firmados com empresas beneficiadas pela desoneração da folha de pagamento

Informamos que os contratos celebrados entre a Caixa e seus fornecedores já foram desonerados conforme informado no PCA 2014 e PCA 2015. Os contratos assinados em 2017 já foram celebrados com a alíquota correta não sendo passíveis de desoneração.

8.6 Informações sobre ações de publicidade e propaganda

No que se refere à análise de resultados, informamos que a publicidade, não constitui, por si só, um indicador direto e isolado dos resultados negociais e institucionais de uma empresa.

Fatores como, as características de seus produtos, a qualidade de seu atendimento e seu posicionamento perante o mercado e a sociedade, além de fatores externos à

empresa, também corroboram para os resultados financeiros e a construção de sua imagem perante o público.

As campanhas publicitárias da CAIXA são desenvolvidas de forma a dar suporte ao planejamento estratégico da empresa, na divulgação dos produtos e serviços oferecidos aos clientes, fortalecendo seu posicionamento de banco comercial e agente de políticas públicas.

Contudo, o impacto da comunicação na evolução mercadológica dos produtos e serviços não pode ser mensurado somente por este aspecto.

Também são importantes nessa equação, as características do produto/serviço – como atratividade, vantajosidade em relação ao da concorrência - a capilaridade de seus pontos de venda, a região e o público-alvo, dentre outros.

Como um dos objetivos da Publicidade, a melhoria da visibilidade da marca CAIXA pode ser dimensionada nas pesquisas de Avaliação de Imagem realizadas anualmente pela CAIXA, que permitem medir a imagem que a população tem da CAIXA, considerando-se que uma imagem favorável e adequada aos objetivos negociais é propulsora de melhor performance negocial

Para o acompanhamento da efetividade das campanhas publicitárias, são realizadas de forma sistemática, pesquisas mensais que buscam medir e avaliar o desempenho das propagandas televisivas veiculadas pela CAIXA junto ao público e em relação aos bancos concorrentes, denominada Tracking de Comunicação.

Tais ferramentas de pesquisa permitem avaliar a eficiência da comunicação publicitária, sendo os resultados negociais o objetivo final desses esforços de comunicação.

Cabe ainda destacar que os canais digitais permitem uma aferição mais direta dos resultados buscados por uma campanha diante dos objetivos postos em uma contratação de mídia, como alcance, impressões e engajamento.

Todavia, tratam-se de objetivos de mídia específicos de cada ação, não sendo possível, por todo o elencado acima, a sua correlação direta com os resultados negociais da empresa

O quadro a seguir apresenta os valores orçados e realizados em 2017, nas rubricas de publicidade:

Quadro – Despesa com publicidade

Rubrica	Programa/Ação Orçamentária	Orçado (*)	Realizado (*)
Publicidade Institucional	Não se Aplica	100.000.000	54.998.811
Publicações Oficiais/Legais		12.000.000	11.002.634
Publicidade Mercadológica		281.000.000	205.192.948
Propaganda Utilidade Pública		19.000.000	10.741.703
Totais		412.000.000	281.936.096

(*) Valores referentes à 3ª reprog 2017

(**) Valores encaminhados pela GEORC

Fonte: GEORC01

Os dados referentes aos contratos firmados com as agências prestadoras de serviços de publicidade e propaganda são apresentados no quadro a seguir:

Quadro - Contratos firmados com as agências prestadoras de serviços de publicidade e propaganda

Agência de Publicidade	Nº Contrato	Vigência	Total Contrato	Pago (*)
Artplan Comunicação S.A.	1035/2013	22/04/2016 a 21/04/2017 e 22/04/2017 a 21/04/2018	558.005.000,00 (2015 a 2016) 554.005.000,00 (2016 a 2017)	84.731.499,27
Heads Propaganda LTDA	1029/2013	22/04/2016 a 21/04/2017 e 22/04/2017 a 21/04/2018		129.012.547,64
Novas B Comunicação LTDA	1034/2013	22/04/2016 a 21/04/2017 e 22/04/2017 a 21/04/2018		99.526.833,98
PROPEG Comunicação S.A. **	11620/2015	22/04/2016 a 21/04/2017 e 22/04/2017 a 21/04/2018		76.654.534,32
Totais				389.925.415,21

Fonte: CAIXA/Diretoria de Marketing e Comunicação - DEMAC (SISFIN Data: 18/03/2016)

*Valores pagos no período de 01/01/2017 a 31/12/2017

**Agência contratada por determinação judicial

9 Outras Informações Relevantes

9.1 CAIXA Seguridade

CAIXA Seguridade Participações S.A.

- Nome: Caixa Seguridade Participações S.A.
- Marca e nome fantasia: Caixa Seguridade
- CNPJ: 22.543.331/0001-00
- Endereço: Setor Bancário Sul – SBS, Q. 4, Bloco A, Lote ¾, Edifício CEF Matriz 1, 19º andar – Brasília – Distrito Federal - Brasil
- Telefones: (61) 3521-6675 (61) 3521-6674
- E-mail de contato: diseg@caixa.gov.br

A Caixa Seguridade foi criada por meio de Escritura Pública de Constituição em 21/05/2015, conforme deliberação do Conselho Diretor da Caixa Econômica Federal (CAIXA) em reunião ocorrida em 14/04/2015 e aprovação do Conselho de Administração, em reunião ocorrida em 23/04/2015.

A Companhia é uma holding que concentra as participações societárias da CAIXA nos ramos de seguridade e corretagem de seguros. Atualmente, é o quarto maior grupo segurador do país, agregando os negócios da Caixa Seguradora, PAN Seguros e PAN Corretora e tem, como diferencial competitivo, a marca Caixa e o acesso aos seus mais de 80 milhões de clientes. O objetivo da Caixa Seguridade é facilitar o acesso do público a produtos e serviços de seguridade por meio de associações e do uso de canais adequados para comercialização, com uma rede de distribuição que abrange quase a totalidade dos municípios brasileiros. São mais de 65 mil pontos de atendimento entre agências Caixa, correspondentes Caixa Aqui, casas Lotéricas, terminais de autoatendimento, agências-barco e caminhões-agência.

A Caixa Seguridade atua também, por meio da PAN Seguros, na rede de distribuição do Banco PAN, que está presente de forma ativa em mais de 9 mil concessionárias e revendedoras de veículos novos e usados, além de contar com mais de 1,3 mil parceiros imobiliários. Já por meio da PAR Corretora e da PAN Corretora, a Caixa Seguridade conta com uma rede de corretores e empresas parceiras em todo o território nacional.

Em Dezembro de 2015 a Caixa Seguridade obteve autorização da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) para abertura de Capital. Desse modo, a Companhia passou a assumir obrigações de empresa com capital aberto perante o mercado, sujeitando-se aos regimentos e à fiscalização da CVM, mesmo não estando listada na B3 – Brasil Bolsa Balcão.

Por se tratar de uma Holding de capital aberto de participações no ramo de seguridade, a Caixa Seguridade está sujeita, principalmente, a Lei nº 6.404/76 e alterações, aos regramentos da CVM, além da legislação vigente e demais normas afetas a Companhias com capital majoritário da União como, por exemplo, Resoluções da Comissão Interministerial de Governança Corporativa e de Administração de Participações Societárias da União (CGPAR), Lei nº 13.303/16 e Decreto nº 8.945/16.

A Caixa Econômica Federal (CAIXA), controlada pela União, é a controladora da Caixa Seguridade com 100% das ações.

Por ser companhia aberta, a Caixa Seguridade submete-se à Comissão de Valores Mobiliários – CVM e ao Conselho Monetário Nacional – CMN:

A Caixa Seguridade, apesar de ser uma holding de participação exclusiva em empresas de seguros, previdência, capitalização, seguro saúde e odontológico, consórcios e corretagem de seguros, não está submetida, direta ou indiretamente, à legislação e regulamentação dos setores de atuação de suas sociedades operacionais.

As controladas, controladas em conjunto e coligadas submetem-se aos seguintes órgãos normativos e supervisores, especificamente em seus respectivos ramos de atuação: Sistema Nacional de Seguros Privados (SNSP), Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP), Superintendência de Seguros Privados (SUSEP), Sistema Nacional de Capitalização (SNC), Conselho de Recursos do Sistema Nacional de Seguros Privados, de Previdência Privada Aberta e de Capitalização (CRSNSP), Conselho de Controle de Atividades Financeiras (COAF) e Agência Nacional de Saúde Complementar (ANS) e Banco Central do Brasil (BACEN) no tocante a consórcios.

Observada a natureza das participações onde a Caixa Seguridade é sócia ou quotista, este universo de regulação pode afetar decisões da Companhia perante a atuação junto às participadas e aos produtos que são comercializados.

Posicionamento Caixa Seguridade

A Caixa Seguridade Participações S.A. é subsidiária integral da Caixa Econômica Federal, detentora de 100% das ações da Companhia.

A Caixa Seguridade possui participação direta de 100% na empresa Caixa Holding Securitária S.A. (“Caixa Holding”) e de 48,21% na empresa Caixa Seguros Holding S.A. (“Caixa Seguros”) que, por sua vez, têm participações conforme a seguir:

- a) Caixa Seguros Holding S.A.

A empresa Caixa Seguros é uma parceria firmada junto ao grupo francês CNP Assurances, que detém 51,75% do capital. Suas empresas operacionais atuam em diferentes ramos de seguridade, de acordo com sua especialização.

A Caixa Seguradora S.A. (“Caixa Seguradora”) iniciou suas atividades em 22/01/1973 e atua na exploração de seguros elementares e de vida. A participação indireta da Caixa Seguridade no capital da Caixa Seguradora é de 48,21%.

A Caixa Vida e Previdência S.A. (“Caixa Vida e Previdência”) comercializa produtos de previdência complementar, tendo iniciado suas atividades em 14/03/2000. A participação indireta da Caixa Seguridade no capital da Caixa Vida e Previdência é de 48,21%.

A Caixa Capitalização S.A. (“Caixa Capitalização”) iniciou suas atividades em 14/11/1996 e atua na comercialização de produtos de capitalização em parceria com a Sul América Capitalização S.A. e Icatu Seguros S.A.. A participação indireta da Caixa Seguridade no capital da Caixa Capitalização é de 24,59%.

A Caixa Seguros Administradora de Consórcios S.A. (“Caixa Consórcios”) administra grupos de consórcios para aquisição de bens móveis e imóveis, tendo iniciado suas atividades em 24/10/2002. A participação indireta da Caixa Seguridade no capital da Caixa Consórcios é de 48,21%.

A Caixa Seguros Especializada em Saúde S.A. (“Caixa Seguros Saúde”) iniciou suas atividades em 31/01/2011 e atua como seguradora especializada em seguro-saúde. A participação indireta da Caixa Seguridade no capital da Caixa Seguros Saúde é de 48,21%.

A Companhia de Seguros Previdência do Sul S.A. (Previsul) fundada em 1º de agosto de 1906, foi adquirida em maio de 2013 pela Caixa Seguros Holding, tendo sido aprovada em janeiro de 2014 pela SUSEP, por meio da Portaria nº 5.688/14. É subsidiária integral da CAIXA Seguros Participações do Sul Ltda. – e controlada indireta da CAIXA Seguros Holding, tendo como objeto social a exploração de seguros de pessoas (vida, acidentes pessoais, rendas por incapacidade e por internação hospitalar). A participação indireta da Caixa Seguridade no capital da Caixa Seguros Participações do Sul é de 48,21%.

Em 08 de setembro de 2017, foi aprovado pelo Conselho de Administração da CAIXA Seguros Holding a incorporação da PREVISUL Companhia de Seguros Previdência do Sul (PREVISUL) pela Caixa Seguros Participações Securitárias Ltda, com a extinção da Caixa Seguros Participações do Sul Ltda., que tinha por objeto social a participação em outras sociedades. A incorporação da PREVISUL pela Caixa Seguros Participações Securitárias Ltda. não fornece à PREVISUL acesso ao balcão CAIXA.

A Odonto Empresas Convênios Dentários Ltda foi adquirida em setembro de 2014, é subsidiária integral da CAIXA Seguros Participações em Saúde Ltda. e tem como objeto social a atuação como operadora especializada em seguros odontológicos. A participação indireta da Caixa Seguridade no capital da Odonto Empresas é de 48,21%.

A CNPX S.A.S. (CNPX Colômbia) é subsidiária integral da CAIXA Seguros, foi constituída em 11 de setembro de 2015. Situada na Colômbia e ainda em fase pré-operacional, tem como objetivo a participação em empresas seguradoras. A participação indireta da Caixa Seguridade no capital da CNPX S.A.S é de 48,21%. Visto que a Companhia ainda está em fase pré-operacional, a CNPX Colômbia não está exposta no organograma de participações apresentado acima.

No exercício de 2016, foi constituída pela Caixa Seguros Holding a Youse Seguradora Participações Ltda, sendo esta uma empresa subsidiária integral da CAIXA Seguros, sediada em São Paulo/SP, com o objetivo social de participar em outras sociedades como sócia ou acionistas, no país ou no exterior. A CAIXA Seguros ingressou com pedido de autorização de constituição para seguradora denominada Youse, sob o processo Susep nº 15414.630784/2017-67, cuja análise ainda se encontra em andamento, portanto, pendente de aprovação.

A Caixa Seguros Holding possui 25% de participação na WIZ Soluções e Corretagem de Seguros S.A. (WIZ Soluções), uma companhia aberta que desenvolve e implementa soluções para potencializar negócios, combinando serviços financeiros e de seguros com as necessidades dos clientes. A participação indireta da Caixa Seguridade na WIZ Soluções e Corretagem de Seguros é de 12,05%.

Empresa	Participação Indireta
Caixa Seguradora	48,21%
Caixa Vida e Previdência	48,21%
Caixa Capitalização	24,59%
Caixa Consórcios	48,21%
Caixa Seguros Saúde	48,21%
Previsul	48,21%
CNPX Colômbia	48,21%
Youse Seg Participações Ltda.	48,21%
WIZ Soluções	12,05%

b) Caixa Holding Securitária S.A.

A empresa PAN Seguros S.A. (“PAN Seguros”), pertencente ao Grupo Caixa Seguridade desde 19/06/2015, explora os segmentos de seguros de pessoas (físicas e jurídicas), prestamista, habitacional, danos pessoais e em seguros de danos. A participação indireta da Caixa Seguridade no capital da PAN Seguros é de 48,99%.

A empresa Panamericano Administração e Corretagem de Seguros e de Previdência Privada Ltda. (“PAN Corretora”) tem como objeto social a administração, orientação e corretagem de planos previdenciários e de seguros dos ramos elementares e de vida e pertencente ao Grupo Caixa Seguridade desde 29/12/2014. A participação indireta da Caixa Seguridade no capital da PAN Corretora é de 49,00%.

Ambas participações são controladas em conjunto com o BTG Pactual Holding de Seguros Ltda. (“BTG Holding”).

Empresa	Participação Indireta
PAN Seguros	48,99%
PAN Corretora	49,00%

Posicionamento Caixa Seguridade

Os principais negócios, parcerias e participações societárias estão descritos nos itens b e c acima.

A Companhia tem por objetivos participar, direta ou indiretamente, como acionista, sócia ou quotista, do capital de outras sociedades, no Brasil ou no exterior, bem como gerir a comercialização e a distribuição de produtos e serviços dessas participadas, cujo objeto seja:

(i) a estruturação e comercialização de seguros de pessoas, de patrimônio, rural, de crédito, garantia, de automóveis ou qualquer outro tipo de seguro;

(ii) a estruturação e comercialização de planos de previdência complementar bem como demais produtos e serviços admitidos às sociedades de previdência complementar;

(iii) a estruturação e comercialização de planos de capitalização, bem como demais produtos e serviços admitidos às sociedades de capitalização;

(iv) estruturação e administração de grupos de consórcios e comercialização de cotas, próprios ou de outras administradoras de consórcio.

(v) a corretagem de seguros dos ramos elementares, vida e saúde, títulos de capitalização, planos de previdência complementar aberta e a administração de bens;

(vi) a administração, comercialização ou disponibilização de seguros ou planos privados de assistência médica e odontológica a pessoas jurídicas e/ou físicas;

(vii) efetuar operações de resseguro e retrocessão no País e no Exterior;

(viii) a realização de quaisquer atividades reguladas pela Superintendência de Seguros Privados – SUSEP, pela Agência Nacional de Saúde – ANS ou pelo Banco Central do Brasil, relativos a grupo de consórcios;

(ix) a prestação de serviços complementares ou relacionados àqueles compreendidos pelas sociedades citadas nos itens anteriores, bem como serviços a entidades financeiras; e

(x) a participação em sociedades voltadas para as finalidades anteriormente referidas.

A estrutura orgânica da holding está estabelecida no Estatuto Social, conforme apresentado a seguir:

Assembleia Geral - instalada ordinariamente até o final do mês de abril do ano seguinte ao término do exercício social, para os fins previstos em lei e, extraordinariamente, sempre que os interesses da Companhia o exigir.

Administração - A Companhia é administrada por um Conselho de Administração e por uma Diretoria, com os poderes conferidos pela lei e de acordo com seu Estatuto Social e pelos respectivos Regimentos Internos.

Conselho de Administração - é o órgão de orientação superior das atividades da empresa e com funções deliberativas composto por, no mínimo, 5 (cinco) e, no máximo, 6 (seis) membros, dos quais um será o seu Presidente e outro o seu Vice-Presidente, preferencialmente residentes e domiciliados no Brasil, eleitos pela Assembleia Geral e por ela destituíveis a qualquer tempo, com mandato unificado de 2 (dois) anos, sendo permitida a reeleição. Dentre os membros do Conselho de Administração:

(i) os acionistas minoritários poderão eleger, ao menos, 1 (um) dos membros do Conselho de Administração, se número maior não lhes couber pelo processo de voto múltiplo;

(ii) 1 (um) dos membros do Conselho de Administração será indicado pelo Ministro de Estado do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão;

(iii) 1 (um) dos membros do Conselho de Administração será indicado pelo Ministro de Estado da Fazenda; e

(iv) os demais membros do Conselho de Administração serão indicados pela CAIXA.

Diretoria - a sociedade será administrada por uma Diretoria composta por no mínimo, 3 (três) e, no máximo, 5 (cinco) Diretores, brasileiros, preferencialmente residentes e domiciliados no país, eleitos pelo Conselho de Administração, com mandato

de dois anos, permitida a reeleição por iguais períodos, sendo um dos quais o Diretor-Presidente, e os demais denominados Diretores Executivos, dentre eles 1 (um) Diretor responsável por Relações com Investidores. Os cargos de Presidente do Conselho de Administração e de Diretor-Presidente não poderão ser acumulados pela mesma pessoa, ainda que interinamente.

Conselho Fiscal - o Conselho Fiscal funciona de modo permanente, sendo constituído por 3 (três) membros efetivos e igual número de suplentes, acionistas ou não, eleitos pela Assembleia Geral, sendo que, em qualquer hipótese, 1 (um) membro efetivo e seu respectivo suplente serão indicados pelo Ministro de Estado da Fazenda, como representante da Secretaria do Tesouro Nacional. O mandato dos membros do Conselho Fiscal terá duração até a Assembleia Geral Ordinária subsequente à sua eleição, salvo destituição, podendo os mesmos serem reeleitos. Os membros do Conselho Fiscal permanecerão no exercício de seus cargos até a eleição e investidura de seus sucessores. O Conselho Fiscal reunir-se-á, ordinariamente, uma vez por mês e, extraordinariamente, sempre que necessário, por convocação de qualquer de seus membros.

Comitê de Auditoria - a Companhia terá um Comitê de Auditoria com funcionamento permanente e subordinação direta ao Conselho de Administração, este órgão estatutário será composto por 4 (quatro) membros efetivos, com mandatos anuais e renováveis até o máximo de 5 (cinco) anos, sendo que pelo menos um dos integrantes deverá possuir comprovados conhecimentos nas áreas de contabilidade e auditoria. Seus membros serão eleitos e destituídos, na forma do artigo 29, § 1º do Estatuto Social da Companhia, pelo Conselho de Administração, obedecendo aos seguintes critérios: 1 (um) membro indicado em conjunto, pelo(s) Conselheiros de Administração representantes dos acionistas minoritários; e 3 (três) membros indicados pelos demais membros do Conselho de Administração.

Comitê de Transação com Partes Relacionadas - a Companhia terá um Comitê de Transações com Partes Relacionadas, cuja constituição e instalação é deliberada pelo Conselho de Administração, observados os seguintes parâmetros: o Comitê será composto por 3 (três) membros eleitos e destituíveis pelo Conselho de Administração, dentre os quais 1 (um) membro independente, que poderá ser o conselheiro independente do Conselho de Administração, ou, na impossibilidade deste, um membro indicado pelos acionistas não controladores; e os outros 2 (dois) membros, serão indicados pelos demais conselheiros do Conselho de Administração, ambos com comprovados conhecimentos nas áreas de finanças, contabilidade e/ou mercado brasileiro de seguridade.

Auditoria Interna: A Auditoria Interna da Companhia será supervisionada pelo Comitê de Auditoria. A Caixa Seguridade firmou convênio com a Caixa Econômica Federal, com o objetivo de compartilhar estrutura e serviços de auditoria interna. Dessa forma, a Auditoria Geral da CAIXA efetua os trabalhos de auditoria interna na Caixa Seguridade. As ações que compõem o Plano Anual das Atividades de Auditoria Interna – PAINT da Companhia são aprovadas anualmente pelo Conselho de Administração da Caixa Seguridade e envolvem temáticas de Contabilidade e Gestão, cujos objetos auditáveis incluem, dentre outros, Relacionamento com Investidores, Compliance, Governança das Participações e Gerenciamento de Riscos. Os trabalhos anuais de

auditoria são finalizados mediante a entrega de Relatório Anual das Atividades de Auditoria Interna – RAINT ao Conselho de Administração da Caixa Seguridade.

A Caixa Seguridade possui estrutura de governança interna com Administradores (Conselheiros de Administração e Diretores) com responsabilidade delegada conforme a seguir:

Conselho de Administração

Gilberto Magalhães Occhi

Presidente do Conselho de Administração

mandato: de 28/04/2017 até a Assembleia Geral Ordinária de 2019

Atribuições: além das próprias a seu cargo e demais atribuições previstas em Estatuto Social:

- (i) coordenar as atividades do Conselho de Administração;
- (ii) convocar e presidir as reuniões do Conselho de Administração, além de indicar, dentre os demais membros, o secretário;
- (iii) convocar, em nome do Conselho de Administração, a Assembleia Geral e presidi-la;
- (iv) decidir sobre a participação, em reuniões do Conselho de Administração, de pessoas que não sejam do órgão, para prestar esclarecimentos de qualquer natureza; e
- (v) conduzir o processo de avaliação anual do desempenho do Conselho de Administração.

Fábio Lenza

Vice-Presidente do Conselho de Administração

mandato: de 28/04/2017 até a Assembleia Geral Ordinária de 2019

Atribuições: O Vice-Presidente exercerá as funções do Presidente em suas ausências e impedimentos temporários, independentemente de qualquer formalidade.

Arno Meyer

Membro do Conselho de Administração

mandato: de 28/04/2017 até a Assembleia Geral Ordinária de 2019

Luiz Francisco Monteiro de Barros Neto

Membro do Conselho de Administração

mandato: de 28/04/2017 até a Assembleia Geral Ordinária de 2019

Rubens Sardenberg

Membro Independente do Conselho de Administração
mandato: de 28/04/2017 até a Assembleia Geral Ordinária de 2019

Guilherme Estrada Rodrigues
Membro do Conselho de Administração
Mandato: de 28/04/2017 até a Assembleia Geral Ordinária de 2019

Diretoria
Raphael Rezende Neto
Diretor-Presidente
mandato: de 27/06/2016 a 27/06/2018
Atribuições e competências específicas:

a) a representação ativa e passiva da Companhia, em todos os seus negócios e relações com terceiros, firmando contratos, distratos, assinando cheques e outros títulos de crédito, recebendo e dando a respectiva quitação, representando, ainda, a Companhia perante as repartições públicas federais, estaduais e municipais, praticando, enfim, todos os atos inerentes à administração da Companhia, obedecido o disposto no Artigo 23;

b) a implementação das diretrizes e o cumprimento das deliberações tomadas em Assembleias Gerais e nas reuniões do Conselho de Administração e da Diretoria;

c) a responsabilidade geral pelos serviços a serem prestados pela Companhia a seus clientes;

d) O Diretor-Presidente terá, além do voto ordinário, o de qualidade;

e) convocar e presidir as reuniões da Diretoria;

f) conceder licenças de caráter facultativa aos demais membros da Diretoria, indicando os substitutos;

g) coordenar, planejar, supervisionar e presidir as atividades da Companhia;

h) tomar decisões de competência da Diretoria, ad referendum desta, em caráter de urgência;

i) exercer a supervisão geral das competências e atribuições da Diretoria;

j) admitir, promover, reclassificar, designar, licenciar, transferir, remover, punir, demitir e dispensar empregados, na forma da lei e observadas as disposições previstas neste Estatuto e no regimento interno;

k) representar a Companhia nas reuniões do Conselho de Administração e Assembleias Gerais de Acionistas, quando outro Diretor não tenha sido convocado;

l) afastar qualquer membro da Diretoria, devendo informar imediatamente sua decisão ao Conselho de Administração, de forma fundamentada, para que aquele colegiado decida sobre sua destituição; e

m) exercer outros poderes e atribuições que não forem conferidos aos demais diretores e as que lhe forem, de tempos em tempos, conferidos pelo Conselho de Administração.

Paulo Eduardo Cabral Furtado

Diretor Executivo de Governança, Riscos e Controles Internos

Mandato: 28/12/2016 a 28/12/2018

Atribuições e competências específicas dos Diretores Executivos:

a) a representação ativa e passiva da Companhia, em todos os seus negócios e relações com terceiros que envolvam a assunção de obrigações ou direitos pela Companhia, obedecido o disposto no Artigo 23;

b) administração do pessoal, a gestão financeira da Companhia e a organização das ações da empresa, de acordo com as diretrizes e os parâmetros fixados pelo Conselho de Administração e de acordo com a sua implementação pelo Diretor-Presidente;

c) a responsabilidade geral pela gestão financeira e operacional da Companhia, em especial para apoiar os contratos com seus clientes e supervisão dos aspectos financeiros; e

d) as que lhe forem conferidas pelo Conselho de Administração quando da sua eleição.

Gustavo de Moraes Fernandes

Diretor Executivo Comercial e de Produtos

Empossado em 12/01/2017

Mandato: 21/03/2016 a 21/03/2018 - cumpre o restante do mandato do ex-Diretor Aristóteles Alves de Menezes Júnior

Atribuições e competências específicas dos Diretores Executivos:

a) a representação ativa e passiva da Companhia, em todos os seus negócios e relações com terceiros que envolvam a assunção de obrigações ou direitos pela Companhia, obedecido o disposto no Artigo 23;

b) administração do pessoal, a gestão financeira da Companhia e a organização das ações da empresa, de acordo com as diretrizes e os parâmetros fixados pelo Conselho de Administração e de acordo com a sua implementação pelo Diretor-Presidente;

c) a responsabilidade geral pela gestão financeira e operacional da Companhia, em especial para apoiar os contratos com seus clientes e supervisão dos aspectos financeiros; e

d) as que lhe forem conferidas pelo Conselho de Administração quando da sua eleição.

Thiago Souza Silva

Diretor Executivo de Administração, Finanças e Relacionamento com Investidores

Empossado em 28/03/2017

Mandato: 18/04/2016 a 18/04/2018 - cumpre o restante do mandato da ex-Diretora Alexsandra Camelo Braga

Além das atribuições e competências específicas dos Diretores Executivos, ao Diretor de Relações com Investidores compete:

a) representar a Companhia perante a CVM e demais entidades do mercado de capitais e instituições financeiras, bem como órgãos reguladores e bolsas de valores, nacionais e estrangeiros, nas quais a Companhia tenha valores mobiliários admitidos à negociação, além de fazer cumprir as normas regulamentares aplicáveis à Companhia no tocante aos registros mantidos junto à CVM e junto aos órgãos reguladores e bolsas de valores nas quais a Companhia tenha valores mobiliários admitidos à negociação e administrar a política de relacionamento com investidores; e

b) monitorar o cumprimento das obrigações dispostas no Capítulo XI deste Estatuto Social pelos acionistas da Companhia e reportar à Assembleia Geral e/ou ao Conselho de Administração, quando solicitado, suas conclusões, relatórios e diligências.

As Demonstrações Contábeis e Financeiras da CAIXA Seguridade Participações S.A referentes ao exercício social de 2017 foram aprovadas pela Diretoria e Conselho de Administração. O Parecer da Auditoria Independente PricewaterhouseCoopers (PwC) não apresentou ressalvas. A matéria encontra-se em rito para deliberação pela Assembleia Geral Ordinária.

Apresentamos no anexo IX o Relatório da Administração, Demonstrações Contábeis e Financeiras, incluindo as notas explicativas e Pareceres do Conselho Fiscal e da Auditoria Independente e o Release de Resultado – 4º Trimestre 2017 contendo as principais operações desenvolvidas no exercício e os resultados apresentados por meio de indicadores de desempenho.

Todas as demonstrações e informações adicionais encontram-se disponíveis também para consulta através do sítio: www.caixaseguridade.com.br

Relatório de Gestão 2017

Anexo I - Informações sobre áreas ou subunidades estratégicas

Item 3.4 Organograma

Informações sobre Áreas ou Subunidades Estratégicas

Áreas/ Subunidades Estratégicas	Competências	Titular	Cargo	Período de atuação
CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	Órgão de orientação geral dos negócios da CAIXA, responsável por definir diretrizes e objetivos empresariais e por monitorar e avaliar os seus resultados.			
AUDIT – Auditoria Geral	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Auditoria nos atos e fatos administrativos, inclusive com a verificação da legalidade e legitimidade. ▪ Avaliação da eficácia da gestão de risco, do processo de gerenciamento de capital, do controle e das práticas de Governança Corporativa. ▪ Execução e controle das determinações do Comitê de Auditoria. ▪ Gestão das ações estratégicas de auditoria. ▪ Execução, de forma independente, da 3ª linha de defesa. ▪ Acompanhamento das demandas das auditorias independentes e das demandas dos órgãos de fiscalização e controle, sob a perspectiva da Auditoria. 	1.Edmundo Augusto Chamon 2.Marco Antonio Varela	Superintendente Nacional	1. Efetivo, de 01.07.2010 até 03/10/2017; 2. Efetivo, a partir de 04/10/2017.
PRESI – Presidência	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Gestão estratégica, planejamento, organização, processos e governança da CAIXA. ▪ Relacionamento com a Imprensa. ▪ Representação jurídica e institucional da CAIXA. ▪ Comunicação, marketing e imagem da CAIXA. ▪ Coordenação e supervisão das Vice-Presidências ▪ Responsabilidade socioambiental. 	Gilberto Magalhaes Occhi	Presidente	Desde 01/06/2016
GAPRE – Gabinete da Presidência	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Assessoramento à atuação do Presidente. ▪ Cerimonial da Presidência. 	1.Silvani Alves Pereira 2.Luis Antonio Tauffer Padilha	1. Chefe de gab da presidência 2. Chefe gab da presidência	1. Efetivo, de 27.06.2016 até 21.12.2017 2. Por Prazo Determinado, de 22 a 31.12.2017
DIJUR – Diretoria Jurídica	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Regulamentar o funcionamento dos Colegiados da DIJUR. 	Jailton Zanon da Silveira	Diretor Jurídico	Desde 19/04/2011

ANEXO1

	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Promover ações e defesa em juízo da CAIXA e suas subsidiárias ▪ Assessoria técnico-jurídico, de modo a conferir segurança e previsibilidade necessárias às questões e aos negócios da CAIXA e suas subsidiárias. 			
DEORE – Diretoria Executiva Organização e Estratégia	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Modelo de Gestão. ▪ Organização. ▪ Governança corporativa. ▪ Processos. ▪ Planejamento Estratégico. ▪ Inovação. ▪ Inteligência Corporativa. ▪ Responsabilidade Socioambiental. ▪ Ouvidoria. 	<p>1) Osvaldo Bruno Brasil Cavalcante</p> <p>2) Simone da Conceição Pereira Rosa</p>	Diretor Executivo	<p>1) De 28/12/2016 a 03/09/2017</p> <p>2) De 04/09/2017 a 31/12/2017</p>
OUVID – Ouvidoria	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Representação do cliente na CAIXA. ▪ Canal de comunicação e mediação de conflitos entre o cliente e a CAIXA. ▪ Relacionamento com o BACEN, FEBRABAN, PROCON e outros órgãos de atendimento ao cliente. ▪ Controle do tratamento das denúncias recebidas. ▪ Interlocução entre a CAIXA, órgãos reguladores e Ouvidoria Geral da União. 	<p>1. Maurílio Braz Santana Junior</p> <p>2. Paulo Roberto Menezes dos Santos</p> <p>3. Alex von Dentz;</p> <p>4. Jean Rodrigues Benevides</p>	Ouvidor	<p>1. Efetivo, de 27.03.2013 até 10.01.2017;</p> <p>2. Por Prazo Determinado, de 16.01 a 05.02.2017; de 25.02 a 09.07.2017; de 12.07 a 09.08.2017;</p> <p>3. Por Prazo Determinado, de 06 a 24.02.2017 e de 10 a 11.07.2017;</p> <p>4. Efetivo, a partir de 10.08.2017.</p>
DEMAC – Diretoria Executiva Marketing e Comunicação	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Comunicação ▪ Marketing. ▪ Promoções e patrocínios 	<p>1) Mário Ferreira Neto</p> <p>2) Gerson Bordignon</p>	<p>1) Diretor Executivo</p> <p>2) Diretor Executivo Interino</p>	<p>1) 16/06/2011 a 17/06/2017</p> <p>2) a partir de 19/06/2017</p>
DEREN – Diretoria Executiva Reestruturação de Operações e Novos Negócios de Grandes Clientes	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Reestruturação de dívidas e/ou operações de grande porte que oneram ou podem onerar o balanço da CAIXA. ▪ Oferta de soluções de crédito de atacado para reestruturações que envolvam operações complexas. ▪ Intermediação de renegociações que envolvam fusões e aquisições como estratégia de recuperação de crédito. 	Jair Luis Mahl	Diretor Executivo	A partir de 23/06/2016

ANEXO1

	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Acompanhamento, alinhado com as Vice-Presidências gestoras de clientes, além da VIFIC e VICOR, os 100 maiores clientes, com o objetivo de monitorar suas condições de solvência e o seu mercado de atuação, para prevenir eventuais atrasos ou inadimplência das operações contratadas. 			
CORED – Corregedoria	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Gestão do processo de apuração de responsabilidade disciplinar e civil, compreendendo regras relacionadas ao processo, análise preliminar, instauração e instrução do processo. ▪ Gestão da ética e do regime disciplinar. ▪ Prevenção de irregularidades e danos, monitoração do cumprimento de penalidades. ▪ Gestão dos conselhos disciplinares, planejamento e suporte à gestão desses colegiados, proposição para criação/extinção de instâncias decisórias disciplinares. ▪ Prospecção, sinalização, recomendações, orientações e prevenção de incidentes mais comuns. ▪ Sinalização para melhorias de processos e de capacitação, fomento à educação/cultura. ▪ Controle de ocorrências disciplinares. ▪ Controle da recuperação de danos/cobrança. 	Girlana Granja Peixoto	Superintendente nacional	Desde 01.09.2015
VIFIC – Vice-Presidência Finanças e Controladoria	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Gestão e controle econômico-financeiro da CAIXA. ▪ Centralização e interlocação junto à STN para recebimento dos créditos da CAIXA com a União 	Arno Meyer	Vice-Presidente	Desde 13/12/2016
DEFIN – Diretoria Executiva Finanças	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Planejamento, Gestão e Execução Financeira 	Emilio Angelo Carmignan	Diretor Executivo	Desde 28/12/2016
DECON – Diretoria Executiva Controladoria	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Controladoria, Orçamento e Controles Econômico- Financeiros. 	1) Paulo Henrique Bezerra Rodrigues Costa 2) Osvaldo Bruno Brasil Cavalcante	Diretor Executivo	1) De 22/05/2013 a 03/09/2017 2) Desde 04/09/2017

ANEXO1

VILOP – Vice-Presidência Logística e Operações	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Infraestrutura, segurança, operações logísticas, processos bancários e operações do varejo. 	Marcelo Campos Prata	Vice-Presidente	Desde 13/12/2016
DELOP – Diretoria Executiva Logística e Operações	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Infraestrutura, Bens e Serviços ▪ Segurança ▪ Serviços Bancários ▪ Operações do Varejo 	Anacleto Grosbelli	Diretor Executivo	De 28/12/2016 a 30/12/2017
VICOR – Vice-Presidência de Riscos	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Gestão dos controles internos, dos riscos tomador e riscos corporativos da CAIXA. ▪ Relacionamento com órgãos reguladores. 	Paulo Henrique Angelo Souza	Vice-Presidente	Desde 13/12/2016
DECOR – Diretoria Executiva Riscos	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Execução das Estratégias de Riscos 	1) Fábio Soares da Silva 2) Dermeval Bicalho Carvalho	Diretor Executivo	1) De 26/10/2015 a 10/08/2017 2) A partir de 11/08/2017
VIPES – Vice-Presidência Gestão de Pessoas	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Política de gestão de pessoas. 	Marcos Fernando Fontoura Santos Jacinto	Vice-Presidente	Desde 26/08/2015
DEPES – Diretoria Executiva Gestão de Pessoas	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Desenvolvimento e Retenção de Talentos. ▪ Maior efetividade da interlocução entre RH e Negócios/Funções 	1) Márcia Guimarães Guedes 2) José Umberto Pereira	Diretor Executivo	1) De 22/05/2013 a 03/04/2017 2) De 04/04/2017 a 30/12/2017
VITEC – Vice-Presidência Tecnologia da Informação	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Construção, manutenção e disponibilização de soluções de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC) para sustentar as atividades de negócio e funcionais da CAIXA. 	José Antonio Eirado Neto	Vice-Presidente	Desde 13/12/2016
DETEC – Diretoria Executiva Tecnologia da Informação	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Construção, Manutenção e Disponibilidade de Soluções de TIC's. 	Naran Peçanha de Araujo	Diretor Executivo	Desde 28/12/2016
VICLI – Vice-Presidência Cliente, Negócio e Transformação Digital	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Atendimento, estratégia para os clientes varejo e transformação digital. 	José Henrique Marques da Cruz	Vice-Presidente	Desde 07/04/2011
DECLI – Diretoria Executiva Clientes e Canais	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Estratégia de Clientes do Varejo. ▪ Estratégia de Canais. 	Ademir Losekann	Diretor Executivo	Desde 28/12/2016
DEGAN – Diretoria Executiva Rede	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Garantir a execução da estratégia ▪ Atingimento de metas na ponta 	Roberto Carlos Ceratto	Diretor Executivo	Desde 02/08/2015
DEDIG – Diretoria Executiva Estratégia Transformação Digital	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Modelos de Gestão de Ciclos Ágeis de negócios. ▪ Clientes Digitais da CAIXA. ▪ Novos Produtos e Serviços Digitais. ▪ Portfólio de projetos prioritários para o Digital. 	Adriano Assis Matias	Diretor Executivo	Desde 02/08/2016
VICOP – Vice-Presidência Corporativo.	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Atendimento, estratégia, produtos e serviços para clientes médias e grandes empresas. 	Antonio Carlos Ferreira	Vice-Presidente	Desde 16/07/2014
DECOP – Diretoria Executiva Banco Corporativo.	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Garantir a execução de Estratégia. ▪ Atingimento de metas 	Luiz Gustavo Silva Portela	Diretor Executivo	Desde 09/01/2017
VIPOV – Vice-Presidência Produtos de Varejo.	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Estratégia de produtos para o varejo. 	Fábio Lenza	Vice-Presidente	Desde 26/02/2003

ANEXO1

DEPOV – Diretoria Executiva Produtos de Varejo.	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Estratégia de Produtos e Serviços. ▪ Fábrica de Produtos e Serviços. ▪ Gestão e Resultados de Produtos e Serviços do Varejo. 	Humberto José Teofilo Magalhães	Diretor Executivo	Desde 10/08/2016
DECAR – Diretoria Executiva Cartões e Meios de Pagamentos Eletrônicos	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Estratégia de Produtos e Serviços de cartões. ▪ Fábrica de Produtos e Serviços de cartões. ▪ Operações de cartões e meios de pagamentos eletrônicos. 	Márcio Vieira Recalde	Diretor Executivo	Desde 28/12/2016
VIHAB – Vice-Presidência Habitação.	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Produtos e serviços de habitação para os clientes pessoa física e jurídica. ▪ Estratégia e atendimento para os clientes PJ do ramo da Construção Civil. 	Nelson Antonio de Souza	Vice-Presidente	Desde 26/08/2015
DEHAB – Diretoria Executiva Habitação.	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Estratégia de clientes ▪ Produtos de habitação 	Paulo Antunes de Siqueira	Diretor Executivo	Desde 28/12/2016
VIGOV – Vice-Presidência Governo	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Atendimento, estratégia, produtos e serviços para clientes pessoa jurídica pública e de saneamento e infraestrutura. 	Roberto Derzie de Sant’Anna	Vice-Presidente	Desde 13/12/2016
DEGOV – Diretoria Executiva Serviços de Governo.	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Agente de políticas públicas ▪ Parceiro no desenvolvimento Urbano e Social do País. 	Roberto Barros Barreto	Diretor Executivo	Desde 22/05/2013
DESAN – Diretoria Executiva Saneamento e Infraestrutura.	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Financiamento para Saneamento e Infraestrutura. ▪ Estratégia de produtos/serviços de Saneamento e Infraestrutura para PJ Privada. ▪ Estratégia de produtos/serviços e Relacionamento Pessoa Jurídica Pública e Judiciário. 	Antonio Gil Padilha Bernardes Silveira	Diretor Executivo	Desde 28/12/2016
VIART – Vice-Presidência Administração e Gestão de Ativos de Terceiros.	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Gestão dos ativos de terceiros. 	Flávio Eduardo Arakaki	Vice-Presidente Interino	Desde 21/10/2016
DEPOT – Diretoria Executiva Desenvolvimento de Produtos de Ativos de Terceiros	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Administração Fiduciária de ativos de Terceiros. 	Sem titular		
DETER – Diretoria Executiva Ativos de Terceiros.	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Gestão de ativos de terceiros. 	1) Flávio Eduardo Arakaki 2) Alenir de Oliveira Romanello	1) Diretor Executivo – Titular 2) Diretor Executivo Interino	1) Desde 22/05/2013 2) De 01/01/2017 a 31/12/2017
VIFUG – Vice-Presidência Fundos De Governo e Loterias	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Administração dos Fundos e Seguros de Governo delegados à CAIXA. ▪ Administração das Loterias Federais e da distribuição gratuita de prêmios. 	Deusdina dos Reis Pereira	Vice-Presidente	De 13/12/2016 a 31/12/2017
DEFUS – Diretoria Executiva Fundos de Governo	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Agente operador do FGTS e Fundos de Governo. 	Valter Gonçalves Nunes	Diretor Executivo	Desde 22/05/2013

ANEXO1

	▪ Estratégias para o FGTS e Fundos de governo.			
--	--	--	--	--

Relatório de Gestão 2017

Anexo II - Macroprocessos finalísticos

ANEXO II – Macroprocessos Finalísticos

Macroprocessos	Descrição	Produtos e Serviços gerados pelo macroprocesso	Principais clientes (beneficiários dos produtos /serviços gerados- internos ou externos)	Subunidades Responsáveis diretamente pelo desenvolvimento do macroprocesso	Parceiros externos	Insumos e Fornecedores
Gestão de Participações Societárias	Ampliar capacidade negocial e operacional da CAIXA por meio de parcerias	Estratégia integrada e complementares Produtos e serviços desenvolvidos e implementados	CA CD PRESI	Todas as unidades da CAIXA com relacionamento junto às empresas	Subsidiárias Participações diretas Participações indiretas	Subsidiárias Participações diretas Participações indiretas
Gestão Estratégica	Definir, implementar, controlar e avaliar os instrumentos que compõem o processo de Gestão CAIXA	Plano Estratégico e Plano de Negócios Modelo Organizacional e Governança Controle Empresarial Avaliação e ajustes nos rumos da organização	CA CD Comitês PRESI Subsidiárias	CA PRESI AUDIT VICOR VIFIC Subsidiárias		Banco Central Entes Públicos CA PRESI Subsidiárias
Gestão Financeira	Gerir e controlar as disponibilidades financeiras da CAIXA	Planejamento e gestão econômico-financeira Orçamento Execução financeira Contabilização, informações gerenciais e apuração de resultados	CA Subsidiárias Todas as unidades da CAIXA	CA CD PRESI Subsidiárias VIFIC		Banco Central Entes Públicos CA PRESI Subsidiárias Órgãos reguladores e controladores
Gestão de Riscos	Determinar limites de crédito ao tomador e gerir os riscos aos quais a CAIXA está exposta de modo a	Nível de risco do tomador e da operação	CA	Todas as unidades da CAIXA		Banco Central Entes Públicos

Macroprocessos	Descrição	Produtos e Serviços gerados pelo macroprocesso	Principais clientes (beneficiários dos produtos /serviços gerados- internos ou externos)	Subunidades Responsáveis diretamente pelo desenvolvimento do macroprocesso	Parceiros externos	Insumos e Fornecedores
	manter a sustentabilidade dos negócios	Cálculo de limites de crédito ao tomador Controle de exposição aos riscos de crédito, mercado, operacional, câmbio e liquidez Planos de Continuidade de Negócios Segurança da informação Gestão de capital	Todas as unidades da CAIXA			Órgãos reguladores e controladores Judiciário CA PRESI
Gestão de Garantias	Realizar a gestão integrada de garantias das operações de crédito	Gestão de garantias das operações de crédito	Todas as unidades da CAIXA	VICLI VIGOV VICOP VIHAB VICOR VILOP DIJUR		Banco Central
Captação	Captar recursos	Operações de captação, tais como: Depósitos Aplicações Fundos de Investimento LH RDB CDB	Pessoa Física Pessoa Jurídica Privada Pessoa Jurídica Pública Judiciário	VICLI VICOP VIFIC VIGOV VIHAB	Banco Central Entes Públicos	Banco Central Entes Públicos Organismos Internacionais Bancos de Desenvolvimento VILOP

Macroprocessos	Descrição	Produtos e Serviços gerados pelo macroprocesso	Principais clientes (beneficiários dos produtos /serviços gerados- internos ou externos)	Subunidades Responsáveis diretamente pelo desenvolvimento do macroprocesso	Parceiros externos	Insumos e Fornecedores
		Renda Fixa Tesouro Direto Fundo Imobiliário				VITEC VIGOV VICOP VIART VIPOV
Serviços	Prospectar e satisfazer as necessidades de todos os clientes Pessoa Jurídica, com o desenvolvimento, implementação e manutenção de serviços de convênios em canais apropriados	Serviços de convênios para clientes Pessoa Jurídica	Pessoa Física Pessoa Jurídica Privada Pessoa Jurídica Pública Judiciário Organismos Internacionais VIFIC VICLI VIGOV	VICLI VICOR VIFIC VICOP VILOP VIGOV VIHAB		Entes Públicos Entes Internacionais PRESI VIPOV VIFIC VICLI VICOR VICOP VITEC VILOP VIHAB
Fundos de Governo	Administrar e operar Fundos e Seguros Habitacionais, Garantidores Sociais no âmbito do Governo	Fundos do Governo administrados e operados	Pessoa Jurídica Pública	VIFUG VIFIC VICLI	Banco Central	Banco Central Entes Públicos

Macroprocessos	Descrição	Produtos e Serviços gerados pelo macroprocesso	Principais clientes (beneficiários dos produtos /serviços gerados- internos ou externos)	Subunidades Responsáveis diretamente pelo desenvolvimento do macroprocesso	Parceiros externos	Insumos e Fornecedores
					Entes Públicos	Agentes Financeiros PRESI VICOP VIPOV VILOP VITEC
Empréstimos	Aplicar e recuperar recursos financeiros	Concessão de crédito, tais como: Crédito Pessoa Física e Pessoa Jurídica Antecipação de desconto de recebíveis Capital de Giro Crédito rotativo Financiamentos Repasses e transferências de recursos	Pessoa Física Pessoa Jurídica Privada Pessoa Jurídica Pública	VICLI VICOP VICOR VIFIC VILOP VIGOV VIHAB VIPOV	Banco Central Entes Públicos	Banco Central Entes Públicos VITEC VICOP VIGOV VIHAB VIPOV
Habitação	Desenvolver, comercializar e manter produtos de habitação	Habitação comercial Programa Minha Casa Minha Vida Habitação Rural	Pessoa Física Pessoa Jurídica Privada	VIHAB VIFIC VICOR VICLI	Entes Públicos Entidades representativas	Banco Central Entes Públicos VITEC VILOP VIFUG

Macroprocessos	Descrição	Produtos e Serviços gerados pelo macroprocesso	Principais clientes (beneficiários dos produtos /serviços gerados- internos ou externos)	Subunidades Responsáveis diretamente pelo desenvolvimento do macroprocesso	Parceiros externos	Insumos e Fornecedores
					Correspondentes Imobiliários DATAMEC Caixa Imóveis BRANES	
FGTS	Administrar e operar FGTS	FGTS operado conforme determinações legais	Pessoa Física Pessoa Jurídica Privada Pessoa Jurídica Pública Entes Públicos VIGOV VIHAB	Entes Públicos VIFUG VICLI VIFIC	Banco Central Entes Públicos	Banco Central Entes Públicos Agentes Financeiros Pessoa Jurídica Privada VIART VITEC VILOP
Cartões de crédito	Desenvolver, comercializar e manter cartões de crédito	Cartões de crédito para correntistas e não correntistas	Pessoa Física Pessoa Jurídica Privada	PRESI VIPOV VICOP VICOR VIFIC VILOP VICLI		Banco Central ABECS ACREFI FEBRABAN FENABRAVE Banco PAN Bandeiras

Macroprocessos	Descrição	Produtos e Serviços gerados pelo macroprocesso	Principais clientes (beneficiários dos produtos /serviços gerados- internos ou externos)	Subunidades Responsáveis diretamente pelo desenvolvimento do macroprocesso	Parceiros externos	Insumos e Fornecedores
						Adquirentes Emissor Gateways VIPOV
Loterias	Fornecer produtos e serviços que utilizem a rede de lotéricos como canal de atendimento	Jogos lotéricos Serviços bancários relativos a pagamentos diversos	Pessoa Física Pessoa Jurídica Privada	VIFUG VIFIC VICLI PRESI		Banco Central Entes Públicos Órgãos reguladores e controladores
Programas Sociais	Oferecer soluções ao Governo para administrar e operar programas sociais, cadastros sociais, e programas de transferência direta de renda	Benefícios ao trabalhador Transferência direta de renda Cadastros Sociais	Pessoa Física Entes Públicos	VIGOV VIFIC VICLI	Entes Públicos	Banco Central Entes Públicos Órgãos reguladores e controladores Judiciário Pessoa Jurídica Privada
Saneamento e infraestrutura	Financiar e repassar recursos oriundos de órgãos públicos e instituições de desenvolvimento, visando viabilizar programas de saneamento e infraestrutura	Empreendimentos de saneamento Empreendimentos voltados para a infraestrutura Assistência técnica voltada ao desenvolvimento econômico, social e ambiental	Entes Públicos Pessoa Física Pessoa Jurídica Privada Pessoa Jurídica Pública	VIGOV VICOR VIFIC PRESI		Entes Públicos Instituições de Desenvolvimento

Macroprocessos	Descrição	Produtos e Serviços gerados pelo macroprocesso	Principais clientes (beneficiários dos produtos /serviços gerados- internos ou externos)	Subunidades Responsáveis diretamente pelo desenvolvimento do macroprocesso	Parceiros externos	Insumos e Fornecedores
Seguros	Desenvolvimento, comercialização e manutenção de Seguros	Seguros para correntistas e não correntistas (exceto seguros sociais)	Pessoa Física Pessoa Jurídica Privada Concessionárias Revendedoras PAR Corretora Banco PAN VIHAB VICOP VIGOV	VIPOV VICLI VICOR VIFIC VILOP VITEC		Seguradoras (incluindo CAIXA Seguros) Corretoras Banco PAN
Transferência de recursos públicos	Executar programas e repasses definidos pelo Entes Públicos por meio de contratos de prestação de serviços, atuando em atividades como: habitação, saneamento, infraestrutura urbana e programas relacionados à agricultura, entre outros	Transferência de recursos para Empreendimentos e Programas de Governo Assistência técnica voltada ao desenvolvimento econômico, social e ambiental	Entes Públicos Pessoa Física Pessoa Jurídica Privada	VIGOV VIHAB VICOR	Entes Públicos	Banco Central Entes Públicos Órgãos reguladores e controladores Judiciário VIPOV VICLI VICOP VIFUG VIART VIFIC

Macroprocessos	Descrição	Produtos e Serviços gerados pelo macroprocesso	Principais clientes (beneficiários dos produtos /serviços gerados- internos ou externos)	Subunidades Responsáveis diretamente pelo desenvolvimento do macroprocesso	Parceiros externos	Insumos e Fornecedores
Marketing	Tornar públicas as ações de interesse da CAIXA	Imagem institucional valorizada Produtos e serviços mercadologicamente posicionados Ações de comunicação com o público interno efetivadas	Entes Públicos Todas as unidades da CAIXA	VICLI VICOP VIHAB VIPOV VIFUG VIGOV VIART PRESI		

Macroprocessos	Descrição	Produtos e Serviços gerados pelo macroprocesso	Principais clientes (beneficiários dos produtos /serviços gerados- internos ou externos)	Subunidades Responsáveis diretamente pelo desenvolvimento do macroprocesso	Parceiros externos	Insumos e Fornecedores
Jurídico	Orientar e defender a CAIXA nas questões jurídico-legais	Orientações jurídicas Instrumentos de defesa dos interesses da CAIXA	CA Todas as unidades da CAIXA	Todas as unidades da CAIXA	Banco Central Entes Públicos Judiciário	Banco Central Entes Públicos Órgãos reguladores e controladores Judiciário
Pessoas	Prover a CAIXA de corpo funcional adequado às suas necessidades e gerir as relações de trabalhos de seus empregados	Provimento e Gestão de Recursos Humanos Desenvolvimento e Capacitação Remuneração e Benefícios Relacionamento Sindical	Todas as unidades da CAIXA Aposentados Sindicato e Associações	Todas as unidades da CAIXA	Banco Central Entes Públicos Judiciário Sindicatos e Associações	Banco Central Entes Públicos Judiciário Sindicatos e Associações
Operações Corporativas	Fornecer e manter infraestrutura, bens e serviços a toda a empresa	Infraestrutura Bens e serviços	CA Todas as unidades da CAIXA	Todas as unidades da CAIXA		Banco Central Entes Públicos Órgãos reguladores e controladores Judiciário

Macroprocessos	Descrição	Produtos e Serviços gerados pelo macroprocesso	Principais clientes (beneficiários dos produtos /serviços gerados- internos ou externos)	Subunidades Responsáveis diretamente pelo desenvolvimento do macroprocesso	Parceiros externos	Insumos e Fornecedores
Tecnologia da informação	Fornecer e manter a infraestrutura de tecnologia da informação e comunicação (TIC) para a sustentação dos negócios e atividades administrativas da CAIXA	Soluções desenvolvidas e mantidas de tecnologia da informação e comunicação (TIC) Armazenamento, processamento e disponibilização de soluções de TIC com desempenho adequado	Entes Públicos Órgãos reguladores e controladores Órgãos Fiscalizadores e Normativos Entidades representativas Auditoria independente Todas as unidades da CAIXA	Todas as unidades da CAIXA		Entes Públicos Órgãos reguladores e controladores Órgãos Fiscalizadores e Normativos Entidades representativas Auditoria independente Fornecedores de TI CA PRESI AUDIT UF VICOR

Fonte: CAIXA/Superintendência Nacional de Organização, Governança e Processos - SUORG

Relatório de Gestão 2017

Anexo III - Gestão de riscos e controles internos

GESTÃO DE CONTROLES INTERNOS

PREMISSA PARA O SISTEMA DE CONTROLES INTERNOS

OBJETIVOS E METAS

O Modelo de Gestão CAIXA está estruturado em cinco elementos: (i) Estrutura Organizacional; (ii) Governança; (iii) Planejamento Estratégico; (iv) Processos; e (v) Cultura Organizacional.

A Política de Monitoramento e Avaliação Estratégica - MN PO035 - determina a elaboração semestral de reporte, com análise estratégica sobre o alcance dos Objetivos Empresariais, ao Conselho Diretor. Essa Política tem como principal referência o Plano Estratégico CAIXA 2012 - 2022, composto por duas vertentes: Monitoramento Estratégico e Avaliação de Desempenho, conforme a figura a seguir:



O Sistema de Planejamento – MN OR093 - tem o objetivo de cumprir a Missão, materializar Visão de Futuro, alcançar os Objetivos Empresariais, integrar todos os segmentos da Empresa, permitir maior controle da implementação da estratégia e monitoramento dos resultados CAIXA.

A avaliação estratégica é composta pela análise dos ambientes externo e interno e, avaliação dos resultados CAIXA e entrevistas com a alta gestão. Neste momento é construída a Matriz de Avaliação Estratégica ou Matriz SWOT, que apresenta o resultado de análise, onde foram identificadas as Oportunidades e Ameaças e as Forças e Fraquezas, base para a construção do Direcionamento Estratégico.

O desdobramento do Plano Estratégico consiste, em sequência, na elaboração do Plano Executivo, estratégia de mercadologia pelas áreas de negócios, definição de Plano de Metas em conjunto com a Rede de Atendimento e elaboração de Plano Financeiro Orçamentário com a SUPLA - SN Planejamento Financeiro; SUMAV - SN Monitoramento e Avaliação de Resultados; e SUCOR - SN Administração de Risco Corporativo.

O controle da execução do Plano Estratégico é efetuado por meio de indicadores e metas definidas para os Objetivos Empresariais, base para a implementação da gestão focada na performance organizacional.

Os indicadores têm como possíveis funções: a de traduzir a estratégia e as políticas relacionadas ao Objetivo Empresarial; a de orientar os projetos / iniciativas estratégicas que levem ao alcance do Objetivo Empresarial; e a de ser um instrumento de avaliação e monitoramento dos avanços do Plano Estratégico.

A sistemática de acompanhamento de indicadores do Plano Estratégico CAIXA está em processo de revisão diante da homologação da ferramenta BSC Oracle que sistematizará o processo de monitoramento dos indicadores.

Em atendimento à Lei 13.303 foram aprovadas pelo CA as novas diretrizes estratégicas de longo prazo as quais serão evidenciadas na definição de uma nova visão e objetivos estratégicos durante o 1º semestre de 2017.

CAPÍTULO I – AMBIENTE DE CONTROLE

1.1 COMPROMISSO COM A ÉTICA E A INTEGRIDADE

O Código de Ética da CAIXA – MN RH103 - está em conformidade com o Código de Ética da Administração Pública Federal, Decreto nº 1.171/1994, e alinhado à Resolução CMN nº 2.554/1998 - art. 4º, que incumbiu às Diretorias de Instituições Financeiras a promoção de elevados padrões éticos, de integridade e de cultura organizacional sobre a importância dos controles internos a todos os funcionários.

O MN RH103, que se encontrava, em 31/12/2017, na versão 040, foi publicado pela primeira vez em 16/08/2002, identificando como valores da Empresa: Respeito; Honestidade; Compromisso; Transparência; e Responsabilidade.

O comportamento esperado dos empregados é balizado pelos seguintes documentos institucionais: o Código de Ética da CAIXA - MN RH103, o Regulamento de Pessoal - MN RH053 e o Código de Conduta dos Empregados e Dirigentes da CAIXA – MN RH200.

As sanções passíveis de aplicação na eventualidade de ocorrências estão disciplinadas em normativos CAIXA, como: MN RH062 – Recuperação de Danos ou Prejuízos Causados à CAIXA; MN AE079 – Apuração de Responsabilidade Disciplinar e Civil; e MN RH098 – Contrato de Trabalho – Rescisão por Justa Causa.

As situações que violam o Regime Disciplinar, previstas no Regulamento de Pessoal, são analisadas pelas Comissões de Apuração e encaminhadas para os Conselhos Disciplinares, responsáveis por aplicar as penalidades.

1.2 COMPETÊNCIA TÉCNICA

1.2.1 Modelo de Competências

O Modelo de Competências CAIXA compreende um conjunto de princípios e elementos que orientam o desenvolvimento das competências das pessoas para a consecução das estratégias empresariais, tomando como referência o Plano Estratégico da organização e os processos de trabalho.

Esse modelo identifica e fortalece as competências que contribuem para o alcance dos objetivos estratégicos da CAIXA, com base em oportunidades de desenvolvimento e, principalmente, no reconhecimento e valorização dos conhecimentos, habilidades e

atitudes de que cada empregado dispõe para potencializar os recursos da Empresa. As normas referentes ao Modelo de Competências CAIXA são definidas no MN RH071.

A identificação das Competências Corporativas visa extrair o conjunto de qualificações e tecnologias necessárias ao alcance dos Objetivos Empresariais e à concretização da Visão de futuro da CAIXA. As Competências das Pessoas são identificadas a partir do Mapa Estratégico, das Competências Corporativas e dos macroprocessos.

As Competências das Pessoas consistem na mobilização recorrente que o empregado faz das suas capacidades (conhecimentos, habilidades, atitudes), agregando valor à Empresa e a si mesmo. Dividem-se em Fundamentais e Específicas:

Competências Fundamentais – representam contribuições esperadas dos empregados, são comuns a todas as áreas da CAIXA e revelam aspectos importantes das estratégias e dos valores da Empresa. Estão divididas em Fundamentais de Liderança e Fundamentais de Equipe.

Competências Específicas – representam contribuições esperadas para a execução dos processos, responsabilidades e mandatos das áreas, variando de acordo com a natureza dos processos de trabalho da área.

As competências Fundamentais de Liderança, que se aplicam a empregados detentores de função gratificada com características de gestão, são: Lidera pelo Exemplo, Domina seus Assuntos, Desenvolve a si mesmo e a Equipe, Atua como Dono da CAIXA, Foca o Cliente e Incentiva e Pratica a Inovação.

As competências Fundamentais de Equipe, que se aplicam a empregados que exercem função gratificada sem características de gestão e àqueles que não exercem função gratificada, são: Age como Exemplo, Domina seus Assuntos, Desenvolve a si mesmo, Atua como Dono da CAIXA, Foca o Cliente e Incentiva e Pratica a Inovação.

1.2.2 Competências no Recrutamento

As competências requeridas pela estratégia são verificadas no recrutamento e seleção interna conforme descrito no MN RH040 – Programa de Seleção Interna por Competências – que tem por objetivo identificar empregado com as competências necessárias ao exercício de Função Gratificada objeto do certame, para composição e manutenção de equipes qualificadas para o alcance dos resultados da CAIXA, em conformidade com o MN RH071 – Modelo por Competências CAIXA e de acordo com a especificidade da área.

1.2.3 Modelo de Competências e Desenvolvimento/Capacitação

O mapeamento de competências tem o objetivo de orientar o desenvolvimento das competências no ambiente de trabalho de forma que os empregados utilizem Modelo de Competências CAIXA como uma prática contínua.

O mapeamento de competências é realizado mediante a atribuição de um conceito da escala definida para o mapeamento, com base na observação dos comportamentos de entrega de expressos pelo empregado durante a execução de suas atividades. Esse processo de observação auxilia o líder a aprimorar o desenvolvimento da equipe a partir da reflexão, individual e em conjunto, sobre a manifestação dos comportamentos de entrega e sobre as alternativas para desenvolvê-los ou potencializá-los.

A rotina de identificação das competências requeridas a cada função gratificada/cargo está descrita no MN RH071 – Modelo de Competências CAIXA, sendo

o SIGDP – Sistema de Gestão do Desempenho de Pessoas - utilizado para o mapeamento de competências, que gera como resultado a identificação do nível de desenvolvimento nas competências.

1.2.4 Contrato de Experiência e Avaliação Periódica para Promoção por Mérito

O MN RH002 – Admissão – define que, durante o contrato de experiência, o qual tem duração de 90 dias consecutivos, o empregado é avaliado formalmente em dois momentos, sendo a primeira avaliação de 35 a 40 dias e a segunda de 60 a 70 dias a contar da data de admissão do empregado.

Estas avaliações visam subsidiar a decisão do gestor quanto à permanência ou não do empregado na CAIXA e devem ser realizadas, preferencialmente, pela mesma equipe de avaliação, de forma a possibilitar maior fidedignidade do processo evolutivo do empregado. Esclarecemos que estas ações são de responsabilidade da SUSEC - SN Serviços Compartilhados de Gestão de Pessoas/GERET - GN Relações do Trabalho e Provisamento.

A Promoção por Mérito possibilita a obtenção de até duas referências salariais no cargo efetivo (deltas), com base em uma sistemática cujos critérios são definidos em negociação coletiva com as entidades representativas dos empregados. Este processo está sob gestão da GECOD – GN Competências e Avaliação de Desempenho de Pessoas, conforme RH 176 – Promoção por Sistemática Anual.

TREINAMENTO E CONSCIENTIZAÇÃO DO CORPO FUNCIONAL - RISCOS E CONTROLES INTERNOS

A Universidade CAIXA disponibiliza Trilhas de cursos construídas para orientar a aprendizagem com foco em competências essenciais à trajetória desejada, sendo que, dentre estes cursos, destacam-se os assuntos para formação de conhecimento relacionados a Controles Internos, Gestão de Risco, Práticas de Prevenção à Lavagem de Dinheiro, Autorregulação Bancária, Gestão de Competências, Planejamento Estratégico e Segurança da Informação.

No que se refere ao tema Prevenção à Lavagem de Dinheiro, com o objetivo de qualificar os novos gerentes de agência, foi instituída uma ação educacional específica, denominada “Formação Carreira Gerencial”, na qual o tema PLD integra o módulo “Legalidade e Responsabilidade” e aborda a necessidade de qualificação das informações relativas ao princípio “Conheça seu Cliente” nas comunicações de situações suspeitas de Lavagem de Dinheiro.

Adicionalmente, foi desenvolvido o Programa Continuo de Capacitação dos Empregados em PLD, abordando a importância do tema PLDFT e a necessidade da qualificação das informações inseridas nas ocorrências com indícios de lavagem de dinheiro, principalmente aquelas relativas ao princípio “Conheça seu Cliente”, priorizando a sua aplicação nas áreas de fronteira e as de maior risco.

O curso específico sobre Risco Operacional compõe a Trilha Fundamental CAIXA e tem o objetivo de disseminar a todos os empregados da CAIXA o que é Risco Operacional e a metodologia de gestão de risco na Empresa. O Módulo Avançado, que compõe a Trilha Fundamental Conhecimentos em Gestão, é direcionado preferencialmente ao corpo gerencial e agrega a importância do papel do gestor na mitigação de riscos na sua unidade.

1.4 POLÍTICAS INSTITUCIONAIS

As 31 Políticas institucionais, no Tomo PO - Políticas, e as 3 Políticas na CAIXA Participações S.A., no Tomo XP - CAIXAPAR, e as 09 Políticas na CAIXA Seguridade Participações S.A., no Tomo XS – CAIXA SEGURIDADE têm por objetivo guiar a atuação e a tomada de decisão da administração das empresas do Conglomerado.

A formulação de Políticas tem como pressuposto, dentre outros, minimizar os efeitos da descontinuidade administrativa, sendo, portanto, divulgadas por meio do SISMN.

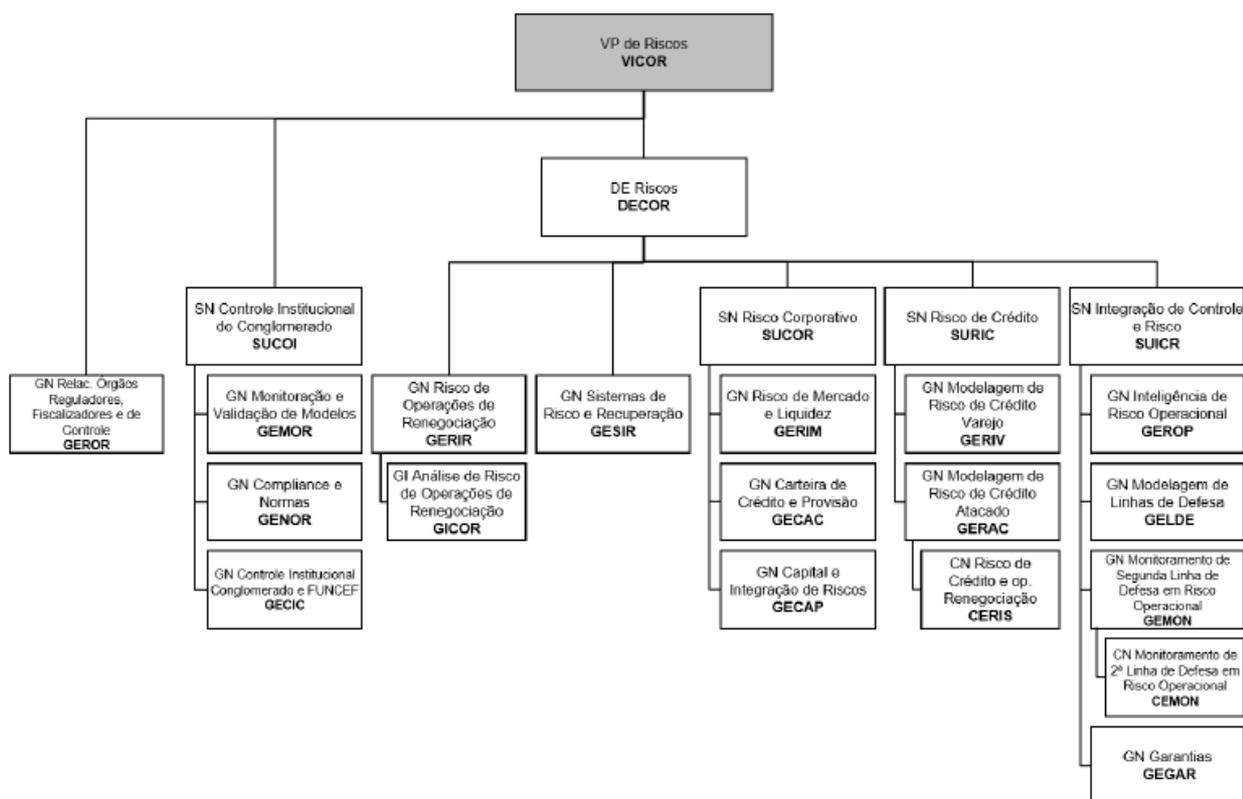
A elaboração e publicação de Políticas seguem o definido no MN PO001 - Elaboração, Formalização e Implementação de Políticas CAIXA, que institui critérios e regras, de forma a estabelecer padrões para a elaboração, formalização e implementação de Políticas de atuação da CAIXA.

1.5 ESTRUTURA ORGANIZACIONAL DE CONTROLES INTERNOS E AUDITORIA INTERNA

Estrutura organizacional do Sistema de Controles Internos

Consta do MN OR005 o desenho da estrutura da VICOR - VP de Riscos, que tem como mandato a “gestão dos controles internos, dos riscos tomador e riscos corporativos da CAIXA e Relacionamento com órgãos reguladores”, bem como o fluxo do macroprocesso “Controle Empresarial”, no qual está prevista nas fases Risco e Controle Institucional, na cadeia do processo “Gestão Estratégica”, “Definir Sistema de Controle”.

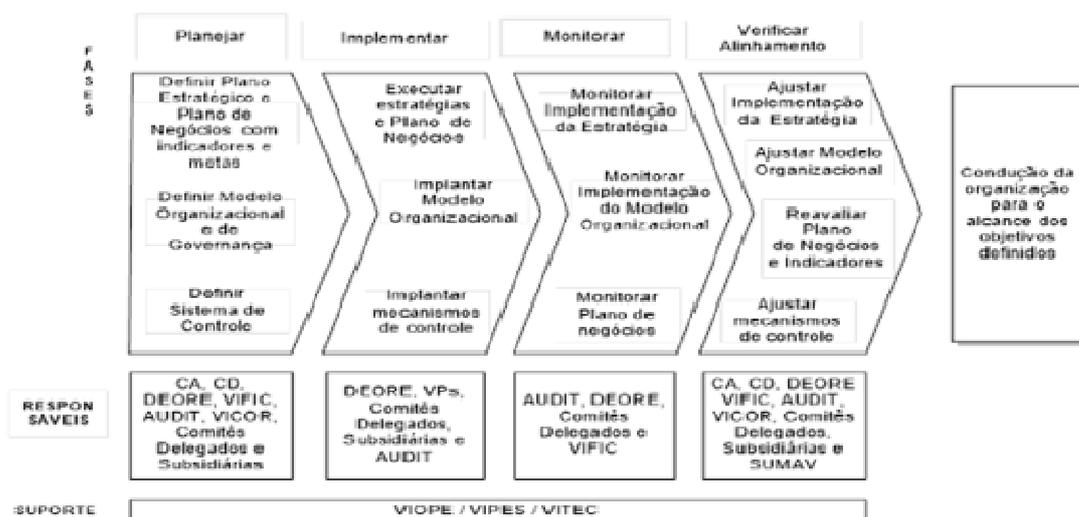
Organograma VICOR 2017:



Fonte: MN OR005

O macroprocesso “Gestão Estratégica” tem por objetivo definir, implementar, controlar e avaliar os instrumentos que compõem o processo de gestão da CAIXA e apresenta como produtos: Plano Estratégico e Plano de Negócios; Modelo Organizacional e Governança; Controle empresarial; Avaliação e ajustes nos rumos da Organização.

As áreas responsáveis e de suporte envolvidas na Cadeia de Valor – Gestão Estratégica – estão demonstradas a seguir:



Fonte: MN OR129002

Estrutura organizacional da Unidade de Controle Institucional

A área responsável pela gestão do Sistema de Controle Interno é a SUCOI, vinculada à VICOR – Vice-Presidência de Riscos. A seguir, as responsabilidades das áreas vinculadas à SUCOI:

GENOR – GN Normas e Gestão Regulatória:

Gestão do Compliance.

Prevenção e combate à ilícitos de lavagem de dinheiro, financiamento ao terrorismo e corrupção.

Gestão do Programa de Integridade abrangendo avaliação do tratamento das ocorrências do canal de denúncias.

Controle da adequação dos processos e normas internas da CAIXA à regulamentação externa.

Conformidade do lançamento, reposicionamento e extinção de produtos.

Gestão do Padrão Normativo Interno.

Monitoramento e distribuição da mensageria do BC correio – Sistema de correio Eletrônico do BACEN.

GECIC – GN Controle Institucional Conglomerado e FUNCEF:

Gestão do ambiente de controle das subsidiárias, participações e FUNCEF.

Avaliar a existência e efetividade do sistema de controles internos.

Propor correções e ajustes nos sistemas de controle e risco.

Monitorar a implantação de ações para o fortalecimento do ambiente de controle.

Disponibilizar informações e prestar contas sobre o ambiente de controle.

Subsidiar a tomada de decisão em relação a temas de controle e risco.

Atuar como elo entre o ambiente de controle das empresas e da CAIXA contribuindo para mitigar riscos de contágio e fortalecer o ambiente de controle do Conglomerado.

Gestão do Sistema de Controle Interno.

Monitoramento de controles internos das subsidiárias integrais.

Monitoramento do plano de previdência complementar patrocinados.

GEMOR – GN Monitoração e Validação de Modelos de Risco:

Monitoramento e validação dos modelos de risco de crédito, mercado, liquidez, operacional, e demais riscos relevantes a que o conglomerado CAIXA está exposto.

Monitoramento e validação dos modelos de cobrança.

Validação do Processo Interno de Avaliação da Adequação de Capital - ICAAP e do relatório anual do ICAAP.

ESTRUTURA ORGANIZACIONAL DA AUDIT - AUDITORIA GERAL

A Auditoria Interna vincula-se ao Conselho de Administração e se sujeita à orientação normativa e supervisão técnica do Sistema de Controles Internos do Poder Executivo, e seu titular é designado ou dispensado por proposta do Presidente da CAIXA, aprovada pelo Conselho de Administração.

Os fundamentos, a regulamentação e as diretrizes de relacionamento institucional da auditoria estão definidos no MN AE001 – Auditoria Interna.

A Auditoria Interna tem como finalidade básica comprovar a legalidade e legitimidade dos atos e fatos administrativos, avaliar a eficácia da gestão de risco, do processo de gerenciamento de capital, do controle e das práticas de governança corporativa, executar e controlar as determinações do COAUD - Comitê de Auditoria, Gestão das ações estratégicas de auditoria, Executar, de forma independente, a 3ª linha de defesa e Acompanhar as demandas das auditorias independentes e as demandas dos órgãos de fiscalização e controle, sobre a perspectiva da Auditoria.

É atribuição do auditado, possibilitar ao auditor o livre acesso a quaisquer dependências, documentos, processos, informações, sistemas e pessoas relacionadas ao trabalho em execução.

CONSELHOS, COMITÊS E COMISSÕES

Além dos Conselhos Fiscal, Diretor e de Administração, estão constituídos os comitês, conselhos e comissões a seguir listados:

DENOMINAÇÃO
Conselho de Gestão de Ativos de Terceiros (órgão de administração)
Conselho de Fundos Governamentais e Loterias (órgão de administração)
Comitê de Auditoria
Comitê de Remuneração
Comitê de Prevenção Contra os Crimes de Lavagem de Dinheiro
Comitê de Avaliação de Negócios e Renegociação (Pelo OR004, são 5 Comitês: das Agências e Postos de Atendimento; das Superintendências Regionais; das Plataformas Regionais de Negócios; das Superintendências Grandes Empresas e da Matriz.)
Comitê de Compras e Contratações (Pelo OR 004, são 2 Comitês: das Gerências de Filiais Logística e da Matriz)
Comissão de Ética
Comitê de Investimento dos Recursos do FGTS por meio de Fundos Especiais e Carteiras Administradas
Comitê de Seleção de Projetos
Comitê Delegado de Risco e de Capital
Comitê Delegado de Negócios Ativos e Passivos
Comitê Delegado de Crédito e Negócios
Comitê Delegado de Pessoas e Atendimento
Comitê Delegado de Tecnologia e Eficiência
Comitê de Sustentabilidade e Responsabilidade Socioambiental
Comitês de Reconhecimento e Valorização
Comitê de Renegociação das GIREC
Comitês da VITER - Vice-Presidência de Gestão de Ativos de Terceiros
Comissões Deliberativas para Operações de Mercado de Capitais,

DENOMINAÇÃO
Comissão Consultiva das Operações de Tesouraria
Comitê de Marcação a Mercado da Custódia Qualificada

1.9 ENVOLVIMENTO DA ALTA ADMINISTRAÇÃO COM FOCO NAS QUESTÕES DE CONTROLE INTERNO E GESTÃO DE RISCOS

Estatutariamente, o Conselho Diretor deve aprovar e apresentar ao Conselho de Administração, por meio do Presidente da CAIXA, o Sistema de Controles Internos e suas revisões periódicas, apresentando semestralmente os relatórios de situação ao Conselho de Administração, que irá avaliá-los. O Conselho Diretor conta com a obrigatoriedade de participação do Vice-Presidente responsável pelas funções de controle e do Diretor Jurídico, ou os seus substitutos para deliberação colegiada.

O Conselho de Administração aprova e revisa as políticas de atuação da CAIXA, inclusive as políticas de gerenciamento de riscos e de gerenciamento de capital da CAIXA e manifesta-se acerca das ações a serem implementadas para correções tempestivas de eventuais deficiências de controle e de gerenciamento de riscos, bem como, é o responsável pelas informações divulgadas no relatório anual a respeito da estrutura de gerenciamento de riscos e de gerenciamento de capital da CAIXA.

CAPÍTULO II – IDENTIFICAÇÃO E AVALIAÇÃO DE RISCOS

2.1 GOVERNANÇA CORPORATIVA EM GESTÃO DE RISCOS

O gerenciamento de riscos e de capital da CAIXA está pautado em boas práticas de mercado e no cumprimento das normas do Conselho Monetário Nacional – CMN e Banco Central do Brasil – BACEN, sendo realizado por meio de estruturas de gerenciamento de riscos e de capital compatíveis com a dimensão da exposição aos riscos de crédito, operacional, mercado, liquidez e demais riscos relevantes aos quais a CAIXA está exposta.

O conglomerado CAIXA e cada uma das subsidiárias reconhecem que a assunção e o gerenciamento de riscos é parte integrante e fundamental de suas atividades e que a gestão rigorosa e abrangente de riscos produz estabilidade nos resultados financeiros e contribui para a geração de valor e para a consolidação da imagem de banco público sólido, integrado, rentável, socialmente responsável e eficiente.

Além dos riscos de crédito, operacional, de mercado e de liquidez, também são considerados relevantes os riscos de taxa de juros das operações não classificadas na carteira de negociação, de crédito de contraparte, de concentração, de estratégia, de reputação, atuarial e socioambiental.

O gerenciamento de riscos e de capital é realizado por estruturas dedicadas que abrangem sistemas, rotinas, procedimentos e modelos, e são responsáveis pela identificação, mensuração, avaliação, monitoramento, controle, mitigação e comunicação à Alta Administração, visando suportar a tomada de decisão.

Vinculado ao Conselho Diretor, a CAIXA possui o Comitê Delegado de Risco e de Capital – CDRC, onde delibera-se sobre a gestão e controle dos riscos e do capital do conglomerado financeiro CAIXA, garantindo o alinhamento com as demais Vice-Presidências, nos limites de suas atribuições e competências delegadas, estabelecidas em seu Regimento Interno.

A Vice-Presidência de Riscos tem mandato de gestão dos controles internos, do risco do tomador e dos riscos corporativos, sendo estes dois últimos subordinados à Diretoria Executiva de Riscos.

A Superintendência Nacional de Risco Corporativo é responsável pelo gerenciamento de capital e dos riscos considerados relevantes pela CAIXA, e possui unidades de Gerenciamento de Capital, de Risco de Carteira e Provisão e de Risco de Mercado e de Liquidez.

A estrutura de gerenciamento de riscos corporativos da CAIXA é composta pela estrutura organizacional, pelos processos, normas, ferramentas e recursos necessários para a realização das funções que lhe foram atribuídas. Os processos de identificação de riscos são amparados por Políticas e Normativos da área, sendo que os modelos são validados pela GEMOR.

A Auditoria Interna é responsável por realizar, com periodicidade mínima anual, testes de avaliação dos sistemas e procedimentos implantados para medir, monitorar, controlar e reportar a exposição aos riscos de crédito, mercado, liquidez, operacional e de modelagem.²

O Comitê Delegado de Riscos e de Capital aprova novos modelos para mensuração do risco de crédito, mercado, liquidez e operacional, e também, as alterações nos modelos vigentes.

Também, cabe a esse Comitê coordenar a construção do apetite a risco com demais áreas da CAIXA e subsidiar a decisão do Conselho Diretor.

Em 24/04/2015, foi aprovada pelo Conselho Diretor a Declaração Geral de Apetite a Risco da Caixa Econômica Federal, tendo sido emitida a RD nº 7.024/2015, a qual foi apreciada pelo Conselho de Administração em 27/05/2015 - Resolução nº 222/2015.

Segundo a Política de Gerenciamento de Riscos do Conglomerado CAIXA, modelos de risco de crédito, mercado/liquidez e operacional utilizados no processo de gerenciamento de riscos da instituição são validados antes da entrada em produção e monitorados continuamente, a fim de que se mantenham aderentes à finalidade para a qual foram desenvolvidos. O processo de monitoração e validação é exercido por unidade segregada daquelas que desenvolvem e utilizam os modelos.

Esta validação independente tem por objetivo verificar a adequação e conformidade dos modelos às finalidades a que se propõe, e, consonância com as normas internas e externas de forma a preservar o capital intelectual da CAIXA e viabilizar a monitoração dos resultados. O processo avalia elementos quantitativos e qualitativos, contemplando os cálculos usados para o desenvolvimento do modelo e testes realizados, entradas e saídas de dados, avaliação do entorno tecnológico e toda documentação descritiva da modelagem.

Os modelos são inventariados e acompanhados continuamente quanto a sua adequação, conformidade, desempenho e parâmetro de aceitação de acurácia, e os resultados reportados periodicamente à Alta Administração. Testes e estudos de acompanhamento de desempenho segundo melhores práticas do mercado são aplicados na monitoração, observando os parâmetros do órgão regulador e de limites de exposição.

²

2.1.1 Políticas de Gerenciamento de Riscos e de Capital

A Política de Gerenciamento de Riscos da CAIXA visa promover a gestão dos riscos de crédito, operacional, de mercado de liquidez, de taxa de juros das operações não classificadas na carteira de negociação, de crédito de contraparte, de concentração, de estratégia, de reputação, atuarial e socioambiental, visando manter a exposição a esses riscos em níveis considerados aceitáveis pela administração da Instituição, por meio de limites claramente definidos.

Essa política unifica e alinha o gerenciamento dos riscos, tornando efetiva e tempestiva a revisão pelas áreas responsáveis, inclusive no que tange à sua avaliação pelo Conselho Diretor e pelo Conselho de Administração, uma vez que consolida os princípios, diretrizes e responsabilidades no mesmo documento.

A identificação, avaliação e gestão de riscos encontram-se previstas no MN PO003 – Política de Gerenciamento de Risco do Conglomerado CAIXA, com a revisão de 2017 publicada em 06/07/2017.

Estatutariamente, a CAIXA respeita os princípios constitucionais – legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência, e entre os demais preceitos, ressalta-se o da administração de negócios direcionada pelo gerenciamento de risco.

A identificação, avaliação e tomada de decisão quanto à mitigação, transferência, ou assunção do risco, têm atuação efetiva do gestor responsável, e, quando se tratar de exposição relevante, toda decisão tem a anuência por parte do Comitê Delegado de Risco e de Capital ou colegiado pertinente – PO003.

A CAIXA estabelece limites de exposição e de perdas para cada categoria de risco visando preservar a sua solvência, liquidez, rentabilidade e estrutura de capital, observando as normas regulatórias, determinações do controlador e as boas práticas de mercado.

As regras e os limites de exposição a riscos são revisados no mínimo anualmente, ou sempre que modificações nas condições macroeconômicas, no mercado financeiro, na capacidade de cada subsidiária de assumir riscos e suportar perdas e na estrutura de capital ou na estratégia da CAIXA justifiquem.

A violação de limites de exposição estabelecidos para a liquidez e para as operações classificadas na carteira de negociação é reportada ao Comitê Delegado de Riscos e de Capital em até 24 horas após a identificação da ocorrência, com detalhamento dos motivos que levaram à extrapolação e com proposta para adequação da exposição aos níveis definidos, de aceitação da violação por um prazo definido ou por revisão do limite existente.

A extrapolação de limites estabelecidos para as operações classificadas na carteira bancária é reportada imediatamente ao CDRC. Se necessário, os motivos da extrapolação e o plano de ação, serão apresentados na reunião do Colegiado no segundo mês subsequente à data-base da ocorrência.

A Política de Gerenciamento de Capital da CAIXA estabelece os princípios e diretrizes que norteiam o gerenciamento de capital do seu conglomerado.

As políticas e estratégias para o gerenciamento de riscos e de capital do conglomerado CAIXA são revisadas e aprovadas pelo Conselho Diretor e pelo Conselho de Administração no mínimo anualmente, com o objetivo de mantê-las adequadas à

natureza, complexidade e dimensão das exposições a riscos e compatíveis com os objetivos estratégicos da CAIXA.

Com relação à administração de recursos de terceiros, os limites de exposição a riscos e valores máximos admitidos de prejuízo potencial (perdas) para os Fundos de Investimento e Carteiras Administradas, visando preservar a solvência, a liquidez e a rentabilidade, se encontram normatizados no MN CR245 - Limites de Exposição aos Riscos de Mercado, Crédito e Liquidez para Recursos de Terceiros.

2.2 ESTRUTURAS DE GERENCIAMENTO DE RISCOS

A CAIXA mantém estruturas de gerenciamento de risco de crédito, operacional, mercado e liquidez adequadas à natureza e complexidade de suas operações e produtos, e à dimensão de sua exposição a cada tipo de risco.

Compõem as estruturas de gerenciamento de riscos sistemas, rotinas, procedimentos e modelos que possibilitam identificação, mensuração, avaliação, monitoramento, controle, mitigação e comunicação dos riscos relevantes incorridos pela CAIXA, inclusive simulações em condições normais e de estresse.

As novas estratégias, produtos, serviços, processos, canais e atividades têm seus riscos avaliados previamente e é analisada sua adequação ao nível de risco aceito e aos controles da Instituição.

A tomada de decisão quanto à mitigação, transferência, ou assunção do risco tem atuação efetiva por parte do gestor responsável, e quando se tratar de exposição relevante toda decisão tem a anuência do Comitê Delegado de Risco e de Capital ou do colegiado pertinente.

Os critérios para definir as exposições relevantes são aprovados pela Alta Administração e revisados com o objetivo de compreender suas fontes e identificar formas de reduzi-las ao estritamente necessário para a consecução dos objetivos estratégicos da CAIXA.

A CAIXA controla, monitora e mitiga as exposições aos riscos de crédito, operacional, mercado, liquidez e demais riscos relevantes, a fim de minimizar os impactos de eventos inesperados e indesejados na sua capacidade de geração de resultado e no cumprimento dos seus objetivos estratégicos, considerando a relação custo-benefício decorrente de sua implantação.

Os sistemas, rotinas, procedimentos e modelos utilizados no processo de gerenciamento de riscos na CAIXA são previamente validados e monitorados de forma sistemática e criteriosa para garantir a qualidade do modelo e conformidade às normas internas e externas.

O modelo de Linhas de Defesa corresponde a uma forma simples e eficaz de melhoria do gerenciamento de riscos e controles, por meio do esclarecimento de papéis e responsabilidades essenciais de cada unidade.

O modelo visa a simplificação e eficácia da comunicação do gerenciamento dos riscos em todos os níveis da empresa e é composto por três linhas que desempenham um papel distinto dentro da estrutura da organização, conforme descrito abaixo:

1ª Linha de Defesa: é composta por todas as unidades da Caixa. É responsável por identificar, avaliar, monitorar, reportar e mitigar os riscos inerentes aos processos sob sua gestão e atuar transversalmente, visando construir ações para tratamento dos riscos

identificados que perpassam sua unidade e que impactam em seus processos. Desta forma, possui como atribuição o gerenciamento dos seus processos sobre a ótica de controles e riscos, em todas as etapas dos seus processos/produtos/serviços, o estabelecimento de controles e mitigadores, além da elaboração de indicadores dos controles, limites e reportes para monitoramento de 2ª linha de defesa.

2ª Linha de Defesa: corresponde às unidades da VP Riscos. Tem como responsabilidade o monitoramento dos controles de 1ª linha de defesa, a avaliação da existência e da efetividade dos indicadores de primeira linha, a elaboração de indicadores de segunda linha para as principais fragilidades da CAIXA, bem como a avaliação da efetividade de ações mitigadoras.

3ª Linha de Defesa: é executada pela Auditoria, a quem caberá auditar tanto os processos das Unidades que exercem o papel de 1ª linha de defesa, quanto os de 2ª linha de defesa. Desta forma, avalia a eficácia de governança, do gerenciamento de riscos e dos controles internos, incluindo a forma como a 1ª e a 2ª linha de defesa alcançam os objetivos de gerenciamento de riscos e controle.

A validação e o monitoramento são realizados de forma contínua e, caso apresentem resultados que não sejam satisfatórios às boas práticas e normas internas e externas, são revistos e adequados para que se mantenham aderentes à finalidade para a qual foram desenvolvidos.

Os parâmetros de aceitação da acurácia dos modelos de risco são estabelecidos de acordo com os testes de acurácia realizados nos modelos de risco, em sintonia às boas práticas e em conformidade às normas internas, e são revisados anualmente.

Os modelos de gerenciamento de riscos são documentados de forma padronizada, íntegra, abrangente e adequada ao tipo de modelo, com nível de detalhamento necessário para o completo entendimento e preservação do capital intelectual da CAIXA.

A implementação desses modelos é realizada prioritariamente em solução tecnológica, observados requisitos de segurança de acesso, com validação e testes precedentes à liberação para geração de avaliações e monitoramento sistemático que visa detectar e corrigir eventuais inconsistências.

As informações sobre o gerenciamento de riscos são geradas periodicamente e fornecidas aos gestores de produtos, serviços, processos e canais, às instâncias deliberativas, ao regulador e ao mercado.

Os relatórios gerados a partir dos modelos de risco são divulgados, conforme sua natureza, diária, semanal e mensalmente, e apresentam informações qualitativas e quantitativas sobre os resultados apurados de forma a subsidiar a tomada de decisão dos gestores da CAIXA na condução dos negócios da empresa.

2.3 RISCO DE CRÉDITO

O Risco de Crédito, na forma como é definido pela Resolução CMN nº 4.557, de 23/02/2017, é traduzido como a possibilidade de ocorrência de perdas associadas ao não cumprimento pela contraparte de suas obrigações nos termos pactuados; à desvalorização, redução de remunerações e ganhos esperados decorrentes da deterioração da qualidade creditícia da contraparte, do interveniente ou do instrumento mitigador; à reestruturação de instrumentos financeiros; ou à custos de recuperação de exposições caracterizadas como ativos problemáticos.

A CAIXA adota modelos de avaliação, classificação e mensuração do risco de crédito suportados por métodos estatísticos, especialistas ou fundamentalistas, aplicados às propostas de crédito, à prospecção de clientes, quer sejam pessoas físicas ou pessoas jurídicas de direito privado ou público, com ou sem fins lucrativos, conforme o segmento e natureza da avaliação de risco e decisão técnica da área de risco de crédito.

A avaliação do risco de crédito considera diversos fatores como a carteira de crédito, o tomador ou emissor dos títulos/valores mobiliários, os dados demográficos, o histórico de comportamento de crédito, a capacidade econômico-financeira, o cenário macroeconômico e setorial, o grupo econômico/conglomerado, a estrutura da operação e a liquidez e suficiência das garantias, entre outros.

Para essa finalidade são utilizadas informações disponibilizadas pelo mercado, por bureau de informações, pelas agências de classificação de risco especializadas, por bancos oficiais federais, pelo BACEN, além de informações prestadas pelo próprio tomador e dados internos da CAIXA.

O gerenciamento do risco de crédito adota como pressuposto o zelo e o sigilo das informações coletadas/disponibilizadas pelos clientes, visando resguardar a confidencialidade e o sigilo dos tomadores de crédito.

Todas as avaliações de risco de crédito do tomador e da operação possuem prazo de validade, que visam promover a integridade dos resultados gerados pelos modelos de risco de crédito.

O risco de crédito é reavaliado periodicamente em observância às normas estabelecidas pelos órgãos reguladores, contemplando a natureza, prazo, situação do contrato e relevância da operação.

A unidade de risco de crédito possui Grupos Técnicos de Classificação do Risco de Crédito para estabelecimento de rating, definição de conglomerado/grupo econômico, limites máximos de crédito e enquadramento do modelo de análise, segregadas por instâncias decisórias, de acordo com o valor das operações e características do tomador de crédito.

Os níveis de classificação do risco de crédito utilizados pela CAIXA são aplicados conforme regulamentação legal estabelecida pelo Conselho Monetário Nacional - CMN e Banco Central do Brasil - BACEN.

A descrição dos níveis de classificação do risco de crédito é realizada tanto para o tomador quanto para a operação.

Os limites máximos de crédito são definidos considerando o tomador de forma individual, o grupo econômico/conglomerado ou o projeto apresentado.

Ainda que o monitoramento dos limites de exposição a risco de crédito seja realizado em periodicidade mensal, a área de risco é consultada tempestivamente para aprovação e simulação quanto ao enquadramento de operações de volumes expressivos.

A violação de qualquer limite de exposição deve ser reportada no prazo máximo de 24 horas da identificação da ocorrência ao Comitê Delegado de Risco e de Capital, com detalhamento dos motivos que levaram à extrapolação e com proposta para adequação da exposição aos níveis definidos, de aceitação da violação por um prazo definido ou por revisão do limite existente.

Refletindo os princípios das políticas vigentes, os limites de exposição e procedimentos operacionais envolvidos nas etapas do ciclo de crédito são documentados e disponibilizados ao corpo funcional através de sistema eletrônico de normatização.

O tratamento de situações excepcionais às Políticas vigentes depende de aprovação formal do Conselho de Administração.

As regras e os limites de exposição a riscos são revisados no mínimo anualmente, ou sempre que modificações nas condições macroeconômicas, nas condições do mercado financeiro, na estrutura de capital ou na estratégia da CAIXA justificarem.

São disponibilizados relatórios periódicos sobre a situação dos limites de exposição a riscos da CAIXA ao Conselho de Administração, ao Conselho Diretor e ao Comitê Delegado de Risco e de Capital.

O controle do risco de crédito ocorre por meio do monitoramento de indicadores de atraso, inadimplência, perda realizada, esperada e inesperada, provisão e exigência de capital regulatório e econômico, em diversas granularidades e segmentações, possibilitando, a partir da informação de cada contrato, ampla visão do perfil das exposições, por tomador, operação, segmentos da carteira, região geográfica e setor de atividade, entre outros.

A perspectiva da inadimplência das carteiras da CAIXA é mensurada por meio de modelos de projeção que utilizam tanto informações internas da CAIXA, do comportamento de seus clientes e projeções de crescimento das carteiras, quanto informações macroeconômicas.

A cobrança e a recuperação dos créditos em atraso são realizados em conformidade com a Política de Cobrança e Recuperação da CAIXA, cujo objetivo é estabelecer princípios e diretrizes norteadores da gestão da cobrança e recuperação de crédito que promovam o retorno do ativo aplicado, a geração de resultados sustentáveis e o cumprimento dos objetivos estratégicos da CAIXA, englobando operações de crédito do portfólio CAIXA, originadas de pessoas físicas e jurídicas, bem como operações de crédito com empresas em Recuperação Judicial observando ainda a perda real de capacidade de pagar do tomador, com o acompanhamento dos níveis de inadimplência.

A cessão de crédito é utilizada quando identificada como alternativa viável para recuperação de créditos em atraso.

Os processos de provisionamento e de lançamento a prejuízo de operações de crédito cumpre a regulamentação vigente e está alinhado às boas práticas de gestão de risco.

A definição de regras de provisão para devedores duvidosos tem como resultado níveis de provisão alinhados aos níveis de perda da carteira e à solidez financeira da Instituição.

Cabe à área de risco corporativo disponibilizar relatórios periódicos ao Comitê Delegado de Risco e de Capital, Conselho Diretor e Conselho de Administração sobre o nível de provisão para devedores duvidosos com base nos modelos vigentes

Na avaliação do risco de crédito da operação são verificados aspectos da contraparte, observando-se a natureza/estrutura da operação, inclusive, garantias, grupo econômico/conglomerado e políticas internas.

A alocação de capital para risco de crédito de contraparte no modelo padronizado, atualmente utilizado pela Instituição, é realizada no escopo do cálculo da parcela de

Ativos Ponderada pelo Risco de Crédito – RWACPAD, conforme Circular BACEN nº 3.644/2013.

2.3.1 Estrutura de Gerenciamento de Risco de Crédito

A CAIXA possui unidades especializadas na modelagem e avaliação do risco dos tomadores de crédito, além de unidade responsável pelo gerenciamento do risco de carteira de crédito, monitoramento dos indicadores de risco de portfólio e cumprimento dos limites de exposição vigentes.

O ciclo do crédito também conta com unidade de risco de renegociação e com unidade de cobrança e recuperação de crédito, cujas políticas e estratégias de atuação retroalimentam o processo contínuo de análise, concessão, manutenção e finalização das operações de crédito

Além disso, existe estrutura independente de validação e monitoramento dos modelos utilizados no gerenciamento do risco de crédito, visando, dessa forma, evitar conflitos de interesse e resguardar a imparcialidade dos trabalhos executados.

2.3.2 Modelos e Gestão

Os modelos de mensuração dos indicadores utilizados no gerenciamento das exposições a risco de crédito são analisados e validados previamente à implantação e têm sua capacidade preditiva permanentemente monitorada, por unidade interna e segregada funcionalmente da unidade de desenvolvimento, de forma a garantir a segregação de atividades e a independência na decisão sobre a adequação desses modelos ao perfil de risco da CAIXA.

A diretriz estratégica de manter a qualidade da carteira de crédito sem comprometer sua expansão, alinhada às políticas de risco e de crédito, exige aprimoramento contínuo dos processos relacionados à Estrutura de Gerenciamento de Risco de Crédito – EGRC.

A CAIXA utiliza modelos para concessão de empréstimos e financiamentos e reavaliação do risco de crédito suportados por métodos estatísticos, especialistas ou fundamentalistas, de acordo com o segmento, natureza e/ou porte de faturamento do proponente e aplicados às propostas de crédito ou à prospecção de clientes, quer sejam pessoas físicas ou pessoas jurídicas.

Os métodos utilizados são:

Método Estatístico – é o conjunto de técnicas e métodos de pesquisa que utilizam a Estatística para análise de informações com o objetivo de fazer inferências em situações sujeitas a incertezas.

Método Especialista – metodologia de avaliação de risco de crédito utilizada quando não se obtém informações suficientes para o desenvolvimento de um modelo estatístico. Nesta avaliação, o conhecimento especializado é fundamental para a realização de um julgamento, onde são atribuídos pesos aos fatores avaliados, com a finalidade de classificar o tomador e/ou operação.

Análise Fundamentalista – forma de mensurar e classificar o risco do tomador/operação de crédito, que não pode ser representada por um modelo padronizado. Caracteriza-se por avaliações qualitativas e quantitativas baseadas na experiência do analista, e referenciadas em manuais internos de procedimentos operacionais. Neste caso, a avaliação baseia-se nos fundamentos da empresa. Destina-se à mensuração do equilíbrio econômico-financeiro, fluxo de caixa e cadastro das empresas tomadoras de crédito e seus

sócios dirigentes. Nesta análise, são atribuídos pesos a cada fator apurado para a decisão final.

A avaliação do risco do tomador/operação de crédito compreende o tipo de pessoa, os dados demográficos, as informações cadastrais, o histórico de comportamento de crédito interno e externo, as condições do crédito pleiteado, a capacidade econômico-financeira, a gestão da empresa, o cenário macroeconômico e setorial, o grupo econômico/conglomerado, a governança corporativa e as garantias oferecidas.

A avaliação pode se utilizar de informações de mercado, fornecidas por bureau de informações, por dados de agências de classificação de risco especializadas, pela central de risco do BACEN, além das informações colhidas e pesquisadas do tomador. Para cada fase do ciclo de crédito são utilizadas metodologias diferenciadas para a estratégia de modelagem.

Na concessão de crédito são utilizados modelos de Application Scoring compostos por variáveis de perfil cadastral, experiência de crédito externa com base em informações de bureaus, capacidade de poupança, informação patrimonial e nível de endividamento, dentre outras que possibilitam identificar por meio de uma nota ou escore, a probabilidade de pagamento da proposta de crédito.

No processo de desenvolvimento desses modelos são utilizadas diferentes metodologias, a exemplo da Regressão Logística de resposta binária, cujas fórmulas obtidas são testadas por meio de backtesting na base de tomadores que já obtiveram crédito, para avaliar a acurácia do modelo em acertar a previsão.

Dentre as fórmulas geradas, é escolhida aquela que obtém os melhores resultados dos indicadores estatísticos de avaliação de qualidade do modelo, dentre os quais destacam-se o teste de Kolmogorv-Smirnov – KS para duas amostras, Area under Receiver Operating Characteristic – AUROC, que são bem difundidos para mensurar a capacidade do modelo em separar os bons dos maus pagadores.

Os proponentes que tiveram crédito concedido são acompanhados mensalmente por meio do modelo de Behaviour Scoring, que se diferencia do Application Scoring por se utilizar de variáveis que identificam o comportamento de pagamento e utilização dos produtos de crédito contratados.

Assim como os modelos de Application Scoring, os modelos de Behaviour Scoring são testados quanto à acurácia e capacidade de predição por meio de backtesting.

Para identificação do nível de risco do tomador e da operação, a CAIXA se utiliza de uma escala de rating, que traduz a expectativa de risco para o tomador/exposição.

Periodicamente, a perspectiva da inadimplência das carteiras da CAIXA é mensurada por meio de modelos de projeção que utilizam tanto informações internas da CAIXA, do comportamento de seus clientes e projeções de crescimento das carteiras, quanto informações macroeconômicas, que tem reconhecido impacto em projeções desse gênero.

Os modelos de mensuração do risco da carteira de crédito se fundamentam nos parâmetros de risco que influenciam a ocorrência de perda.

No processo de validação realizado pela unidade desenvolvedora, as etapas de desenvolvimento do modelo são replicadas no todo ou em parte, utilizando-se de dados obtidos por meio de amostragem out-of-time, ou seja, de um período diferente daquele utilizado para desenvolver o modelo, e out-of-sample, do mesmo período utilizado para

desenvolver o modelo mas composto de outros dados que não foram utilizados no desenvolvimento.

Tanto o processo de desenvolvimento quanto o de validação são documentados e ficam à disposição da Alta Administração, Auditorias interna e externa e da autoridade reguladora/supervisora para fins de comprovação e avaliação do processo e preservação do capital intelectual da CAIXA.

Além disso existe uma segunda linha de defesa que é a validação realizada por unidade independente.

Quando do lançamento e reposicionamento de produtos ou da análise de proposta de novas exposições em produtos já existentes, é obrigatório o posicionamento das unidades relacionadas ao ciclo de crédito, sendo avaliados os aspectos de conveniência, oportunidade, perda e demais indicadores de risco de crédito a serem considerados em sua precificação, além do capital regulatório exigido. No caso de novas exposições, são ainda verificados os limites de exposição.

A área responsável pelo controle e acompanhamento do risco de crédito monitora mensalmente as carteiras de crédito da CAIXA, realizando análises a partir de indicadores de exposição, atraso, provisão e perda, possibilitando a adoção de medidas tempestivas de gestão, caso sejam identificados indícios de deterioração, como aumento da inadimplência. As ações adotadas podem envolver medidas de cobrança e/ou a adoção de postura mais conservadora ou de rotinas especiais, suspendendo as contratações para as unidades ou regiões com maior deterioração nos indicadores.

Também são avaliadas rotineiramente a qualidade da carteira e sua capacidade de geração de resultados frente aos riscos incorridos, servindo de referencial para a otimização dos seus resultados.

A resposta dos indicadores de monitoramento às alterações no ambiente de negócios e no cenário econômico é simulada, sendo os resultados considerados no processo de revisão dos limites de exposição e, caso necessário, se constituem em subsídios para a revisão das políticas.

A exposição ao risco de crédito é mitigada por meio da estruturação de garantias, adequando, a partir das características do tomador e da operação, o nível de risco a ser incorrido.

O monitoramento e o controle das exposições ao risco de crédito abrangem todas as fontes relevantes desse risco. Soma-se a isso a emissão de relatórios tempestivos à Alta Administração da Instituição.

São atribuídas responsabilidades para os órgãos e unidades envolvidas no processo de gerenciamento do risco de crédito, cabendo à unidade responsável pelo gerenciamento do risco de carteira de crédito:

Identificar, mensurar, monitorar, reportar e propor alternativas de mitigação do risco de carteira de crédito das operações comerciais, habitacionais e de saneamento, em condições normais e de estresse;

Desenvolver e implementar instrumento de análise e acompanhamento de alocação de capital econômico e regulamentar para risco de crédito;

Desenvolver e implementar teste de estresse e de aderência para gestão de riscos de crédito da carteira CAIXA;

Identificar e gerir a exposição a risco de crédito dos recursos oriundos de Fundos e Programas administrados pela CAIXA;

Monitorar e reportar os limites de crédito definidos pelos Órgãos Reguladores e os limites de exposição a riscos de crédito de carteira estabelecidos na política de riscos da CAIXA.

As práticas, os processos, os procedimentos, os modelos, os parâmetros e as réguas de cobrança são fundamentados nas boas práticas bancárias do mercado nacional e internacional.

Cabe à unidade responsável pela gestão de risco na recuperação de crédito:

Propor e rever periodicamente as políticas de cobrança e recuperação de crédito;

Desenvolver modelagem e metodologia para operações e clientes em renegociação;

Controle e monitoramento das operações reestruturada.

Cabe à unidade responsável pela estratégia tática e operacional da cobrança e recuperação de crédito:

Desenvolver estratégias de cobrança e recuperação de crédito;

Prospectar, desenvolver e customizar soluções, meios e canais de cobrança;

Promover a implantação de ferramentas que deem suporte ao processo de cobrança e recuperação;

Contratar e gerir empresas terceirizadas de cobrança administrativa.

2.3.3 Limites de Exposição e de Concentração

A CAIXA estabelece limites de exposição e de concentração de risco de crédito, por tomador, para aquisição de ativos financeiros, por setor de atividade econômica e por segmento de atuação.

São monitoradas as exposições por tomador pessoa jurídica ou conglomerado econômico-financeiro considerando a totalidade das operações on balance e off balance e para o percentual de exposição por tomador pessoa física nas contratações das operações de agronegócios, considerando a totalidade das operações on balance e off balance.

As exposições off-balance são compromissos ou direitos não registrados em contas patrimoniais (ativo ou passivo), mas geralmente em contas de compensação. São exemplos desses registros os derivativos financeiros, fianças, seguros, prestação de garantias, inclusive via Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS, Fundo de Investimento do FGTS – FI-FGTS ou carteiras administradas do FGTS – residencial de saneamento e transporte e limites de crédito. As exposições on-balance referem-se a exposições a risco de crédito registradas em balanço, como operações de crédito.

A CAIXA também estabelece limites de risco e exposições para aquisição de ativos financeiros, carteira de crédito, setor de atividade econômica e segmento de atuação.

São estipulados ainda, limites de risco e exposição para operações que envolvam o FGTS em que a CAIXA atue como agente financeiro ou como repassador de recursos,

ou que preste garantia ao FI-FGTS ou às suas carteiras administradas – residencial, de saneamento e de transportes.

O monitoramento dos limites de exposição a risco de crédito é realizado em periodicidade mensal. Entretanto, a área de Risco é consultada tempestivamente para aprovação e simulação quanto ao enquadramento de operações de volumes expressivos.

Caso se constate violação de qualquer limite de exposição, este deve ser reportada no prazo máximo de 24 horas da identificação da ocorrência ao Comitê Delegado de Risco e de Capital, com detalhamento dos motivos que levaram à extrapolação e com proposta para adequação da exposição aos níveis definidos, de aceitação da violação por um prazo definido ou por revisão do limite existente.

Refletindo os princípios das políticas vigentes, os limites de exposição e procedimentos operacionais envolvidos nas etapas do ciclo de crédito são documentados e disponibilizados ao corpo funcional através de sistema eletrônico de normatização.

O tratamento de situações excepcionais depende de aprovação formal pelo Conselho de Administração.

As regras e limites de exposição a riscos devem ser revisados, no mínimo, anualmente ou sempre que modificações nas condições macroeconômicas, nas condições do mercado financeiro, na estrutura de capital ou na estratégia da caixa justificarem.

A área de Riscos disponibiliza relatórios periódicos, sobre a situação dos limites de exposição a riscos da CAIXA, ao Conselho de Administração, ao Conselho Diretor e ao Comitê Delegado de Risco e de Capital.

2.3.4 Risco de Crédito de Contraparte

O risco de crédito de contraparte, conforme definição constante na Resolução CMN nº 4.557/2017, é entendido como a possibilidade de perdas decorrentes do não cumprimento de obrigações relativas à liquidação de operações que envolvam fluxos bilaterais, incluindo a negociação de ativos financeiros ou de derivativos.

Na avaliação do risco de crédito da operação são verificados aspectos da contraparte, observando-se a natureza/estrutura da operação, inclusive garantias, grupo econômico/conglomerado e políticas internas.

A contraparte deve possuir condição cadastral e, via de regra, resguardadas as características e demais garantias de cada operação, patrimônio suficiente para a cobertura do equivalente ao valor do principal mais os encargos decorrentes do empréstimo/financiamento.

Ainda que se trate de um risco típico de Pilar 2, a norma padronizada exige alocação de capital para o risco de contraparte. A alocação de capital para risco de crédito de contraparte no modelo padronizado atualmente utilizado pela Instituição é realizada no escopo do cálculo da parcela dos Ativos Ponderados pelo Risco relativos às exposições ao risco de crédito – RWACPAD, conforme Circular BACEN nº 3.644/2013.

Cabe destacar que o valor das exposições referentes ao risco de contraparte não é significativo quando comparado às demais exposições, uma vez que a maior parte é realizada com o Tesouro Nacional, Sistema de Liquidação e Câmaras e Instituições Financeiras, sendo ainda, lastreadas por títulos públicos.

O cálculo da qualidade creditícia da contraparte – CVA é realizado utilizando-se a fórmula simplificada permitida pela Circular BACEN nº 3.644/2013.

As operações de swap na CAIXA, atualmente são realizadas em câmaras de compensação, as quais não atuam como contraparte central. A requisição de garantias junto às contrapartes é definida individualmente através de contratos assinados que estabelecem a obrigatoriedade de depósito de títulos públicos em conta caução da contraparte do valor devedor do swap, após um determinado limite. Caso a contraparte devedora não honre o pagamento devido do swap, o credor tem o direito de resgatar os títulos públicos depositados.

No caso das operações compromissadas a entrega e o recebimento do dinheiro e das garantias são realizados automaticamente no sistema SELIC ou CETIP no formato de liquidação DVP (delivered versus payment).

Todas as garantias dadas em títulos públicos têm haircut definido pela metodologia da Resolução PU550, não possuindo a CAIXA acordos para compensação e liquidação de obrigações e derivativos de crédito.

2.4 RISCOS de LIQUIDEZ

2.4.1 Estrutura de Gerenciamento do Risco de Liquidez

O risco de liquidez é definido como a possibilidade de a Instituição não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, inclusive as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas; e na possibilidade de a Instituição não conseguir negociar a preço de mercado uma posição, devido ao seu tamanho elevado em relação ao volume normalmente transacionado ou em razão de alguma descontinuidade no mercado.

Os princípios e diretrizes da gestão do risco de liquidez estão explicitados na Política de Gerenciamento de Riscos do Conglomerado CAIXA.

Com o objetivo de adimplir as obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, inclusive as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas, foram estabelecidas pelo Comitê Delegado de Risco e de Capital regras para a administração do risco de liquidez, envolvendo práticas, processos, procedimentos, modelos e reportes.

No gerenciamento da liquidez de curto prazo é realizado o monitoramento da liquidez intradia e da relação entre os títulos de alta convertibilidade, que são os ativos disponíveis para negociação e/ou realização de operações compromissadas, e o colchão de risco de liquidez, que é definido como a reserva estratégica mínima de recursos para fazer frente a uma situação de crise, composta por ativos de alta qualidade de liquidez em carteira, necessários para assegurar a capacidade da Instituição de cumprir com as obrigações do fluxo de caixa previstas para 30 dias.

Visando manter a exposição ao risco de liquidez em níveis aceitáveis e evitar que ocorram desequilíbrios entre os ativos negociáveis e os passivos exigíveis que possam afetar a sua capacidade de pagamento, a CAIXA desenvolveu modelos proprietários para projetar os fluxos das operações da carteira de negociação e do banking e para mensurar o potencial diário de negociação de títulos líquidos da carteira de Títulos e Valores Mobiliários – TVM em situações de normalidade e de estresse.

O cenário de normalidade consiste em projetar para os próximos 3 meses o fluxo de liquidez da CAIXA, partindo do caixa inicial na data, da projeção do fluxo de banking, do valor do vencimento de títulos no período, das operações compromissadas e do potencial de negociação dos Títulos Públicos Federais - TPF considerados líquidos. No

cenário de estresse, considera-se não haver possibilidade de negociação de TPF no mercado secundário.

O potencial diário de negociação é a quantidade máxima de títulos públicos que a CAIXA pode negociar no mercado secundário sem que ocorra alteração substancial no mercado e sem que tenha que negociar títulos com perda de valores.

Conforme Resolução CMN nº 4.401/2015, a CAIXA implementou em OUT/15 o cálculo do indicador de Liquidez de Curto Prazo (LCR), que mensura se o estoque de ativos de alta liquidez (HQLA) é suficiente para cobrir as saídas líquidas que a instituição poderá incorrer durante um período de até trinta dias, conforme cenário de estresse padronizado.

Neste cenário, os fatores de ponderação representam a expectativa de saídas e entradas de recursos e a possibilidade de não renovação de operações ativas e passivas.

Adicionalmente, foi estabelecido o Plano de Contingência de Liquidez com definição de limites para avaliação e antecipação de possíveis problemas ou crises de liquidez. A ocorrência de quaisquer extrapolações dos limites de liquidez é comunicada tempestivamente ao Conselho Diretor (CD) para avaliação quanto à decretação do regime de contingência de liquidez.

No Plano são definidas as responsabilidades das unidades e instâncias envolvidas na sua execução, as estratégias e ações para o incremento da liquidez, e os procedimentos a serem seguidos para enfrentar a situação de crise no intuito de conduzir a CAIXA a uma situação aceitável em seu nível de liquidez.

2.4.2 Modelos e Gestão

A mensuração e monitoramento das exposições a esta categoria de risco visam preservar a solvência, liquidez, rentabilidade e adequada estrutura de capital em consonância à estratégia e ambiente de negócios, fatores macroeconômicos e a capacidade da CAIXA de assumir riscos e suportar perdas.

A CAIXA desenvolveu e implementou modelos proprietários para a projeção dos fluxos de caixa das operações bancárias em cenário de normalidade e de estresse e para a mensuração do potencial diário de negociação dos títulos e do colchão de risco de liquidez.

Adicionalmente, foi estabelecido o Plano de Contingência de Liquidez com definição de Alertas para avaliação e antecipação de possíveis problemas ou crises de liquidez. A ocorrência de qualquer dos alertas é comunicada tempestivamente ao Comitê Delegado de Risco e de Capital para avaliação quanto à decretação ou não de regime de contingência de liquidez.

No Plano são definidas as responsabilidades das unidades e instâncias envolvidas na sua execução, as fontes de recursos e os procedimentos a serem seguidos para conduzir a CAIXA a uma situação aceitável ou restabelecer o seu nível de liquidez anterior ao início da crise.

As novas operações, produtos ou atividades têm seus riscos avaliados previamente e analisada sua adequação ao nível de risco de liquidez aceito pela Instituição.

As atividades de administração do risco de liquidez são segregadas e independentes das negociais, de registro e liquidação de operações, de monitoramento de modelos e de auditoria, de forma a evitar conflitos de interesses e resguardar a imparcialidade dos trabalhos executados.

2.4.3 Indicador Liquidez de Curto Prazo (LCR)

O cálculo do indicador entrou em vigor em outubro de 2015 e sua observância, no Brasil, é obrigatória para as Instituições Financeiras que possuem ativo total superior a cem bilhões de reais.

O LCR identifica o montante em ativos livres considerados como de alta liquidez, confrontado com o montante necessário para suprir saídas de caixa projetadas sob um severo cenário de estresse no horizonte de 30 dias.

A mensuração e monitoramento das exposições a esta categoria de risco visam garantir a liquidez, auxiliar na preservação da solvência, rentabilidade e adequada estrutura de capital em consonância à estratégia, ao ambiente de negócios, aos fatores macroeconômicos e à capacidade da CAIXA de assumir riscos e suportar perdas.

O LCR do Conglomerado Prudencial CAIXA registrou o índice médio de 269,0% para o 4º Trimestre de 2017, o que evidencia uma situação confortável da instituição para suportar o cenário de estresse de liquidez padronizado proposto pelo regulador.

2.5 RISCOS DE MERCADO

2.5.1 Estrutura de Gerenciamento de Risco de Mercado

O gerenciamento de risco de mercado é atribuição da Gerência Nacional de Risco de Mercado e Liquidez – GERIM, subordinada à Superintendência Nacional de Risco Corporativo – SUCOR, vinculada à Diretoria Executiva de Riscos – DECOR e à Vice-Presidência de Riscos – VICOR.

As atividades de administração do risco de mercado são segregadas e independentes das negociais, de registro e liquidação de operações, de monitoramento de modelos e de auditoria, de forma a evitar conflitos de interesses e resguardar a imparcialidade dos trabalhos executados.

A estrutura de gerenciamento do risco de mercado implementada na CAIXA estava aderente às determinações das Resoluções CMN nº 3.464/2007 e nº 4.388/2014. Com a publicação da Resolução CMN n.º 4.557/2017 que revogou a Resolução n.º 3.464/2007, o gerenciamento de risco incorporou como premissas a visão prospectiva com monitoramento contínuo e integrado dos riscos, considerando o apetite ao risco e a importância sistêmica da Instituição; a compatibilidade com o modelo de negócio, com a natureza das operações e com a complexidade dos produtos e serviços e das atividades e processos da Instituição.

Nos termos da Resolução 4.557/2017, o risco de mercado é a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado dos instrumentos financeiros que a Instituição detém. Essa definição inclui as operações sujeitas ao risco de variação das taxas de juros, dos preços de ações, da variação cambial e dos preços de mercadorias (commodities), classificados na carteira de negociação ou na carteira bancária.

Carteira de negociação - é composta por instrumentos financeiros e mercadorias, inclusive derivativos, realizadas com a intenção de negociação – revenda, arbitragem ou especulação - ou destinados a hedge de outros elementos da carteira e que não estejam sujeitos a limites de negociabilidade.

A mensuração do risco de mercado da carteira de negociação é realizada diariamente pela metodologia do Value at Risk - VaR.

Carteira bancária – compreende os instrumentos financeiros mantidos até o vencimento e com horizonte de tempo de médio e longo prazos. Para atender às exigências da Resolução n.º 4.557/2017, a CAIXA adotou uma nova metodologia de cálculo para gerenciamento do risco de mercado da carteira bancária – IRRBB – em agosto/17.

A metodologia é uma métrica de análise de curto prazo – 252 dias úteis – que considera no cálculo o valor econômico e o resultado da intermediação financeira.

A abordagem de valor econômico avalia o impacto de alterações nas taxas de juros sobre o valor presente dos fluxos de caixa dos instrumentos classificados na carteira bancária e a abordagem do resultado de intermediação financeira avalia o impacto de alterações nas taxas de juros sobre o resultado da intermediação financeira da carteira bancária.

São realizados teste de estresse, inclusive da quebra de premissas, cujos resultados são considerados na revisão da política de riscos, dos limites e da adequação de capital da CAIXA.

2.5.2 Modelos e Gestão

A mensuração e monitoramento das exposições ao risco de mercado visam minimizar os impactos de eventos inesperados e indesejados na capacidade de geração de resultados e cumprimento dos objetivos estratégicos da Instituição, bem como preservar a adequada estrutura de capital.

O nível de risco de mercado aceito pela Instituição é definido por meio de um conjunto de limites de exposição aprovados pela Alta Administração.

As estratégias e os limites de risco de mercado são revisados no mínimo anualmente, a fim de manter sua aderência aos objetivos institucionais e empresariais e as exposições em níveis adequados às estratégias de negócios, aos resultados e à estrutura de capital da CAIXA.

Os riscos de mercado associados a novos produtos ou operações são identificados previamente ao seu lançamento ou reposicionamento, quando é realizada análise da necessidade de sua adequação aos procedimentos e controles adotados pela Instituição.

2.5.3 Carteira de Negociação

A mensuração do risco de mercado das operações classificadas na carteira de negociação ocorre por meio da marcação a mercado dos títulos e valores mobiliários - preços de negociação diária dos instrumentos.

No processo de marcação a mercado, as posições mantidas pela Instituição são identificadas e precificadas por meio de seus fluxos de caixa trazidos a valor presente, descontados pelas taxas de juros de mercado de cada instrumento financeiro. As curvas de juros são estruturas a termo de taxas de juros, estimadas a partir de informações de taxas ou preços obtidos em fontes primárias e servem de base para a precificação de instrumentos de renda fixa.

Para a marcação a mercado de papéis de baixa ou nenhuma liquidez são utilizadas taxas que buscam refletir da melhor forma possível o provável preço de negociação, de maneira conservadora e considerando as melhores práticas de mercado.

A CAIXA utiliza a abordagem Delta-Normal para o cálculo do VaR modelo interno, metodologia paramétrica baseada no modelo analítico de matriz de covariância, que supõe que os retornos da carteira são normalmente distribuídos. O sistema de

mensuração de risco de mercado utiliza técnica de ponderação dos dados Exponentially Weighted Moving Average – EWMA, método de suavização exponencial que pondera as observações conforme o parâmetro lambda escolhido, desde que o resultado do VaR seja mais conservador que o resultado calculado pela variância amostral.

A acurácia desse modelo é monitorada diariamente por meio da execução do programa de testes de aderência, por meio de duas metodologias que contam o número de violações, um procedimento padrão estabelecido no Acordo de Basileia e o teste de proporção de falhas proposto por Kupiec. A violação ocorre quando as perdas não realizadas forem maior que o VaR projetado para o dia, conforme intervalo de confiança estabelecido pelo modelo.

Os testes são realizados a partir dos resultados efetivos, que consideram as variações diárias dos preços de mercado dos instrumentos financeiros e dos ganhos ou perdas resultantes das compras e vendas, e hipotéticos, calculados a partir das variações diárias das curvas de mercado.

O programa de testes de aderência é importante ferramenta para a melhoria contínua dos modelos de VaR e da metodologia de marcação a mercado.

Os resultados dos testes de estresse são considerados em todo o processo de gerenciamento do risco de mercado, inclusive para estabelecer ou rever as políticas e limites de exposição a risco.

Tendo em vista as limitações do modelo de VaR, a CAIXA estabeleceu um Programa de Testes de Estresse em que adota as abordagens de cenários históricos e prospectivos para reproduzir períodos históricos e simular adversidades baseadas em características da carteira e do ambiente macroeconômico que representem condições severas.

A análise de cenários históricos se utiliza dos piores cenários de curvas de juros já ocorridos (a partir de JAN/2004) para mensurar os efeitos que provocariam no valor do portfólio da instituição, caso se repetissem.

São utilizados dois cenários para avaliação dos impactos:

Uma Data - consiste em encontrar a pior data existente na base de dados para definir o valor em risco de estresse;

Fator de Risco - consiste em encontrar a pior data para cada fator de risco existente na carteira somando os resultados deles e incluindo uma possível quebra de premissa.

A análise de cenários prospectivos prevê impactos sobre o valor do portfólio da instituição, caso determinado cenário ocorra. Eles são propostos pela Vice-Presidência de Finanças e Controladoria – VIFIC e aprovados pelo Comitê Delegado de Risco e de Capital. São utilizados dois tipos de cenários prospectivos para o gerenciamento do risco de mercado:

Estresse de alta, ponderando possíveis adversidades internas e externas que impactem em elevação da taxa de juros acima das taxas do cenário de referência;

Estresse de baixa, considerando hipóteses alternativas que impactem em redução da taxa de juros para patamares abaixo das taxas do cenário de referência.

Adicionalmente, a CAIXA realiza análise de sensibilidade, que pode ser definida como uma técnica que permite verificar as variações no valor da carteira de negociação com o uso de um modelo de simulação a partir de alterações nas taxas dos fatores primitivos de risco. É realizada com a aplicação de pontos percentuais à estrutura a termo

de cada um dos fatores de risco, de maneira a simular a elevação nas taxas e a consequente redução dos preços dos ativos.

2.5.3.1 Limites de Exposição

O monitoramento dos limites de exposição a riscos de mercado relativos às exposições da carteira de negociação é realizado com periodicidade diária, e a área de risco corporativo reporta a extrapolação de limite definido para a carteira de negociação ao Comitê Delegado de Risco e de Capital (CDRC) e à área de finanças e controladoria, no prazo máximo de 24 horas da identificação da ocorrência, com detalhamento dos motivos que levaram à extrapolação e proposta para adequação da exposição aos níveis estabelecidos, de aceitação da violação por prazo definido ou por revisão do limite. No ano de 2017, os limites de exposição e concentração foram respeitados.

2.5.4 Risco de Taxa de Juros da Carteira Bancária - IRRBB

Com o propósito de assegurar que o Patrimônio de Referência seja suficiente para fazer frente aos riscos de taxas de juros assumidos, conforme estabelecido pela Circular BACEN nº 3.365/2007, a CAIXA adota modelo proprietário para o cálculo do requerimento de capital para as operações classificadas na carteira bancária sujeitas ao risco de taxas de juros – Parcela RBAN.

A nova metodologia de cálculo da RBAN implementada a partir de agosto/17 contempla variáveis sob a perspectiva de valor econômico e do resultado da intermediação financeira. O modelo adota as variáveis como o EaR – possível perda na margem financeira decorrente de variação na taxa de juros – o Economic Value of Equity – ΔEVE – valor do patrimônio econômico em risco para o horizonte de 252 dias úteis, a partir da aplicação de variações nas taxas de juros – e o Ganhos e Perdas embutidos, apurados por meio da diferença entre os valores dos ativos e passivos registrados em balanço contábil e seus respectivos valores marcados a mercado.

As operações classificadas na carteira bancária abrangem os títulos e valores mobiliários classificados nas categorias II e III, as operações compromissadas, as operações ativas das carteiras comercial, habitacional e de saneamento e infraestrutura e as operações passivas de captações e depósitos.

Os fluxos de caixa das operações são obtidos mediante a decomposição delas em uma estrutura temporal equivalente de recebimentos e pagamentos, considerando as datas de vencimento contratadas. Os valores dos ativos e passivos que compõem os fluxos de caixa compreendem o principal, os juros e os demais valores relacionados a cada operação, sendo marcados a mercado mediante a utilização da estrutura temporal das taxas de juros que represente as taxas em vigor no mercado no dia útil imediatamente anterior.

Os testes de estresse são realizados em conformidade ao estabelecido na Circular BACEN nº 3.365/2007. Adicionalmente, realiza-se análises de sensibilidade, que permitem verificar a variação no valor da carteira banking a partir da aplicação de pontos percentuais à estrutura a termo de cada um dos fatores de risco, simulando a elevação nas taxas e a consequente redução dos preços dos ativos.

2.5.4.1 Limites de Exposição

Os limites de risco de mercado das operações classificadas na carteira bancária são estabelecidos para exigência de capital, fator primitivo de risco e zonas temporais.

O monitoramento dos limites de exposição das operações classificadas na carteira bancária é realizado mensalmente e reportado por meio de Relatório Executivo. A área de Risco Corporativo reporta imediatamente ao CDRC as extrapolações de limites estabelecidos. Caso necessário, os motivos da extrapolação e o plano de ação são apresentados em reunião do Colegiado no segundo mês subsequente à data-base da ocorrência.

2.5.5 Exposição a Instrumentos Financeiros Derivativos

A CAIXA utiliza os Instrumentos Financeiros Derivativos – IFD registrados em contas patrimoniais e contas de compensação destinados a atender necessidades próprias para administrar a sua exposição. Essas operações envolvem contratos futuros DI, dólar, cupom cambial e contratos de swaps.

As operações com derivativos são mantidas exclusivamente para hedge das operações ativas e passivas, predominantemente da carteira de negociação.

O hedge deve ser efetivado com a utilização de derivativos, por meio de operações de compra ou de venda de contratos futuros, operações de swap e/ou com ativos ou passivos que tenham fluxo de pagamentos compatível com o fluxo do ativo ou passivo objeto de hedge.

Em relação ao risco de mercado associado às variações de taxas de juros, a CAIXA opera no mercado de derivativos financeiros, principalmente com contratos futuros de DI de 1 dia e swap, visando aumentar a rentabilidade da carteira de negociação, se beneficiando das oscilações de preço dos ativos em mercado, tendo como base os cenários elaborados pela área de planejamento financeiro e das consultorias contratadas pela CAIXA, assim caracterizando um hedge financeiro.

2.6 Risco Operacional

A gestão do risco operacional está integrada à gestão dos demais riscos, com o objetivo de mitigar a exposição da CAIXA a riscos e reduzir perdas financeiras, e está alicerçada nas seguintes linhas de defesa: atuação do gestor do produto/área, atuação independente na gestão corporativa do risco operacional e submissão a revisões independentes pela auditoria interna e externa.

A gestão do Risco Operacional envolve aspectos como identificação, avaliação que pode ser qualitativa e quantitativa, mensuração, monitoramento, controle, mitigação e reporte do risco operacional em conformidade com as normas vigentes e as boas práticas de governança corporativa.

2.6.1 Estrutura de Gerenciamento de Risco Operacional

A Resolução CMN nº 4.557/2017 define o Risco Operacional como a possibilidade da ocorrência de perdas resultantes de eventos externos ou de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas ou sistemas. Essa definição inclui o risco legal; associado à inadequação ou deficiência em contratos firmados pela instituição, bem como a sanções em razão de descumprimento de dispositivos legais e a indenizações por danos a terceiros decorrentes das atividades desenvolvidas pela instituição.

O gerenciamento do risco operacional considera os fatores internos (pessoas, processos e sistemas) e externos que podem afetar adversamente a realização dos objetivos da CAIXA, e em caráter preventivo gera informações qualitativas associadas às perdas operacionais.

Essas informações estão armazenadas em banco de dados estruturado e hospedadas em servidor de grande porte. São apresentadas por meio de Sistema Corporativo e sua construção, manutenção e operacionalização estão documentadas em Manuais Normativos na CAIXA.

A gestão do risco operacional integra também a gestão de crises, de segurança da informação e de continuidade dos negócios, atuando esta última frente a possíveis interrupções nos serviços e atividades, como fator fundamental para o sucesso de qualquer iniciativa de preservação ou recomposição da capacidade de realizar negócios.

2.6.2 Ambiente Adequado e Processo de Gerenciamento

A estrutura de gerenciamento do risco operacional da CAIXA é compatível com a natureza e a complexidade dos produtos, serviços, atividades, processos e sistemas da instituição e as macro atividades executadas a fim de garantir o efetivo gerenciamento são:

Gestão do risco operacional.

Gestão da continuidade de negócios da CAIXA.

Gestão de crises.

Metodologia para mapeamento de Riscos Operacionais.

Estabelecimento dos limites de exposição de Riscos Operacionais.

Limites de exposição para 1ª e 2ª linhas de defesa.

Reporte à estrutura de Governança quanto ao funcionamento para 1ª linha de defesa.

Gestão estratégica, diretrizes e coordenação em segurança da informação e comunicações, integrando as demais áreas envolvidas.

Consolidação e reporte à estrutura de Governança quanto à segurança da informação e comunicações.

2.6.3 Disseminação da Cultura de Gerenciamento do Risco Operacional

Como forma de disseminar internamente a cultura de gerenciamento do Risco Operacional na CAIXA, encontram-se disponíveis dois cursos na Universidade CAIXA, sendo um módulo básico e outro avançado.

Estão disponíveis, ainda, normas internas referentes à Política de Segurança da Informação, Política de Continuidade dos Negócios, além de outros normativos sobre os procedimentos associados ao ciclo de gestão do risco operacional e aos planos de ação para mitigação desse risco.

2.6.4 Programa de Continuidade dos Negócios

O Programa de Continuidade dos Negócios da CAIXA – PCN CAIXA é um programa evolutivo contínuo que prepara a Instituição para atuar frente às possíveis interrupções nos serviços e atividades, como fator fundamental para o sucesso de qualquer iniciativa de preservação ou recomposição da capacidade de realizar negócios da CAIXA. Desde sua criação, baseia-se nas boas práticas de mercado, nas normas ISO 22301 e NBR 15999, e nos modelos adotados pelos institutos internacionais Disaster Recovery Institute International – DRII e Business Continuity Institute – BCI.

O PCN CAIXA é composto por um grupo de ações estruturadas que visam conhecer a organização, definir as estratégias de continuidade dos negócios, desenvolver e implementar ações para respostas tempestivas a interrupções, realizar testes e manter os planos, promovendo as revisões necessárias e desenvolver cultura de continuidade dos negócios.

O desenvolvimento destas ações, de forma sistemática, possibilita que a CAIXA atue preventivamente, por meio da prospecção de cenários e do desenvolvimento de planos e de mecanismos que reduzem a exposição aos riscos, possibilitando atuação rápida e eficaz quando da ocorrência de uma interrupção, garantindo aos clientes alto grau de disponibilidade dos serviços e segurança nos negócios realizados.

O PCN CAIXA define as necessidades de pessoal, de infraestrutura, de recursos tecnológicos e documenta os procedimentos operacionais e de contingência que permitem à CAIXA manter sua capacidade de funcionamento mesmo após a ocorrência de um desastre.

2.6.4.1 GESTÃO DE CONTINUIDADE DOS NEGÓCIOS

A gestão da continuidade dos negócios é parte essencial do gerenciamento de risco operacional e tem sido foco de atuação da CAIXA, por meio do Programa de Continuidade dos Negócios da CAIXA

A Política de Continuidade dos Negócios da CAIXA - MN PO013 - tem por objetivo estabelecer princípios e diretrizes norteadores da Gestão de Continuidade dos Negócios na CAIXA, visando assegurar a continuidade de suas atividades críticas na ocorrência de eventos que impossibilitem a utilização, parcial ou total, de sua infraestrutura operacional e de recursos de Tecnologia da Informação e Comunicações, no intuito de evitar que os prejuízos financeiros e os impactos negativos à imagem institucional atinjam níveis inaceitáveis.

A Gestão de Crise é um componente da Gestão de Continuidade dos Negócios, que busca gerenciar de forma efetiva eventos de impacto significativo que abalem um ou mais pilares: pessoas, negócios, infraestrutura, informações, TI e fornecedores. Esta gestão envolve ações de preparação, identificação, resposta, resolução e, ao final, a observação das lições aprendidas, o chamado pós-crise.

NA CAIXA, o gerenciamento de crise está estruturado num modelo que contempla premissas, responsabilidades e formas de atuação, estas, sempre coordenadas por um Grupo de Gestão.

2.6.4.2 Planos de Resposta a Emergências

Como componentes do PCN CAIXA, são adotados Planos de Resposta a Emergências - PRE com o objetivo de garantir a capacidade de operar da CAIXA, de forma a reduzir possíveis perdas, minimizando impactos e prejuízos decorrentes da interrupção de suas atividades críticas.

Os PRE se constituem em normas e procedimentos que preparam a unidade para incidentes ou desastres, com ações de resposta, de comunicação, de proteção das pessoas e de continuidade das atividades críticas.

A identificação, elaboração e testes dos Planos de Resposta a Emergências para os processos críticos aos negócios da CAIXA são ações contidas na diretriz dos controles preventivos, e na sua execução, para garantir o restabelecimento imediato das atividades,

inclusive registros eletrônicos ou físicos, em caso de interrupções imprevistas, como diretriz dos controles reativos.

2.6.5 Mensuração de Risco Operacional

O cálculo da exigência de capital para risco operacional no Brasil pode ser realizado por uma das três metodologias definidas pelo BACEN: Abordagem do Indicador Básico – BIA, Abordagem Padronizada Alternativa – ASA e Abordagem Padronizada Alternativa Simplificada – ASA2.

Na Abordagem BIA, a exigência de capital é estabelecida pela média do resultado bruto positivo dos três últimos exercícios, ponderado por um fator alfa de 15%.

Na Abordagem ASA, a exigência de capital é estabelecida pela média para os três últimos períodos anuais da soma do Indicador Alternativo de Exposição – IAE, saldo positivo das linhas de negócio comercial e varejo e do Indicador de Exposição – IE, resultado, positivo das demais linhas de negócio, ambos multiplicados por um fator de ponderação beta definido para cada uma dessas linhas, conforme Circular BACEN nº 3.640/13.

A utilização deste método pressupõe que todas as operações estejam distribuídas nas linhas de negócio, de acordo com critérios consistentes e passíveis de verificação e, se uma operação não puder ser distribuída em uma das linhas de negócio, essa operação é alocada em uma das linhas de negócio cujo fator de ponderação beta corresponda a 0,18.

Na Abordagem ASA2, a exigência de capital é estabelecida pela média para os três últimos períodos anuais da soma do IAE positivo das linhas de negócio comercial e varejo agregadas e um IE positivo das demais linhas de negócio multiplicadas, respectivamente pelos fatores 0,15 e 0,18. A utilização deste método pressupõe que todas as operações estejam distribuídas entre o IAE e o IE, de acordo com critérios consistentes e passíveis de verificação.

A CAIXA desenvolveu os três modelos de cálculo em ferramenta interna e adota a metodologia da Abordagem Padronizada Alternativa – ASA. A partir de janeiro de 2015, as instituições financeiras estão também obrigadas a calcular a exigência de capital para risco operacional do Conglomerado Prudencial com o objetivo de melhor refletir as posições econômica, financeira e patrimonial dos grupos financeiros e os riscos decorrentes das operações consolidadas.

Os métodos avançados são baseados em metodologia desenvolvida pela própria Instituição com base em critérios qualitativos e quantitativos estabelecidos pelo BACEN, sendo que a adoção dessa abordagem requer um estágio avançado de gestão de risco operacional, período de avaliação dos resultados e prévia autorização do órgão regulador.

A CAIXA possui modelo interno desenvolvido para ser utilizado, em princípio, como requisito de Pilar II, ou seja, para avaliação da adequação do seu capital alocado (ICAAP). O modelo integra 3 elementos, quais sejam: 1. Dados internos de perdas operacionais, 2. Indicadores relativos ao ambiente de negócios e aos controles internos e 3. Cenários, e sua utilização para mensuração do Capital Econômico e realização de Testes de Estresse são de extrema importância para o aprimoramento contínuo da gestão de Risco Operacional da CAIXA.

2.7 DEMAIS RISCOS RELEVANTES

2.7.1 Risco de Estratégia

De acordo com a Circular BACEN nº 3.846/17, o risco de estratégia decorre de mudanças adversas no ambiente de negócios ou de utilização de premissas inadequadas de decisão.

Na visão da CAIXA, quanto mais consistentes as ferramentas de monitoramento e controle do Plano Estratégico e quanto melhor for sua capacidade de adequar-se às mudanças do ambiente de negócios para continuar cumprindo sua missão rumo à visão de futuro, menor será o seu risco de estratégia.

Neste sentido, o risco de estratégia na CAIXA é mitigado por meio das ferramentas e instrumentos de monitoramento e controle do Planejamento Estratégico.

O monitoramento e aferição dos resultados do planejamento estratégico levam, sempre que necessário, a revisões e correções de rumo, tanto no nível estratégico como no operacional. Essa atividade tem a capacidade de minimizar os efeitos de mudanças adversas no ambiente de negócios da CAIXA permitindo que a Instituição adote medidas específicas para assegurar sua sobrevivência, impondo revisões periódicas de seus Planos Estratégicos.

Diante das evidências mapeadas acerca da consistência da estrutura do Planejamento Estratégico da CAIXA, atrelados a um processo de monitoramento contínuo que possibilita identificar possíveis mudanças adversas no ambiente de negócios e implementar ações estratégicas capazes de transformar ameaças em oportunidades, até o momento, não foram identificados eventos ou ocorrências que justifiquem a necessidade de alocação de capital específico para cobertura do Risco de Estratégia.

2.7.2 Risco de Reputação

Para a CAIXA, o risco de reputação decorre da percepção dos seus clientes internos e externos em relação aos serviços e produtos disponibilizados e, ainda, em relação às atividades e projetos nos quais está envolvida.

Ao longo dos últimos anos a CAIXA empenhou esforços para criação e implementação do procedimento de avaliação da necessidade de capital para o Risco de Reputação.

A análise qualitativa deste risco permite o mapeamento e o reconhecimento de diversas atividades internas que contribuem para a formação da sólida imagem da instituição e para a mitigação de ocorrências que poderiam gerar percepção negativa em seus stakeholders e impactar sua reputação.

A mitigação do risco de reputação da CAIXA é essencialmente preventiva, ancorada em ações e políticas de relacionamento que contribuem para otimizar a percepção dos seus stakeholders em relação aos serviços e produtos disponibilizados e, ainda, em relação às atividades e projetos nos quais está envolvida.

Em 2017, a marca CAIXA foi reconhecida como Alto Renome pelo Instituto Nacional da Propriedade Industrial (Inpi) e integra, agora, o grupo do qual fazem parte as marcas Pirelli, McDonald's, Visa, 3M, Natura, Fiat, Hollywood, entre outras.

A análise do INPI levou em conta a comprovação do uso e da proteção da marca no Brasil por um período de tempo considerável; a imediata e espontânea vinculação, pelo consumidor, do produto ou serviço à marca CAIXA; além da amplitude geográfica da comercialização e expressivo volume de vendas da empresa.

Considera-se alto renome a marca registrada que possui uma autoridade incontestável, conhecida por ampla parcela do público, com qualidade, reputação e prestígio a ela associados, e capacidade de atrair consumidores em razão de sua simples presença.

Assim, diante da sólida imagem da Instituição e das ações que as diversas áreas da CAIXA realizam para mitigar o risco de reputação, até o momento não foram identificados eventos ou ocorrências que justifiquem a necessidade de alocação de capital específico para cobertura deste risco.

2.7.3 Risco Atuarial

Entre demais riscos relevantes aos quais a CAIXA está exposta há o risco atuarial, proveniente da condição de patrocinadora de planos de previdência geridos pela Fundação dos Economistas Federais – FUNCEF (REG/REPLAN, REB e Novo Plano), de plano de saúde (Saúde CAIXA) e de auxílio alimentação, além do EX-PREVIHAB administrado pela CAIXA.

O conceito de risco atuarial pode ser caracterizado pela impossibilidade de acumular e/ou manter recursos compatíveis com os compromissos assumidos com os participantes de um plano de previdência, com os beneficiários de planos de saúde e com outros beneficiários.

O risco atuarial surge, especialmente, da inadequação de hipóteses e premissas atuariais estabelecidas, que podem trazer volatilidade aos planos de benefícios.

A CAIXA considera o risco atuarial como um risco de pilar 2 relevante e, por esse motivo, revisou a metodologia do modelo de risco atuarial, dimensionando adequadamente a abrangência das premissas adotadas, a volatilidade dos ativos e a variação do passivo atuarial. O modelo foi validado pelas instâncias internas e encontra-se implementado.

2.7.4 Risco Socioambiental

Para a CAIXA, o risco socioambiental é a possibilidade de ocorrência de perdas financeiras decorrentes de potenciais danos socioambientais relacionados aos produtos, serviços e processos da Instituição. As ações de controle do risco socioambiental implementadas na CAIXA estão atreladas às estratégias da Empresa e compõem a gestão do risco dos seus negócios.

A CAIXA entende que o risco decorrente da exposição a danos socioambientais gerados por suas atividades é considerado, identificado e mitigado dentro dos processos e operações das diversas áreas da empresa e reconhece que a construção da “cultura de sustentabilidade” dentro da organização é o caminho para alcançar a adequada gestão e controle dessa categoria de risco.

A permanente atualização das suas normas de conteúdo que busquem a proteção do meio ambiente e o respeito aos direitos humanos e do trabalho, e o atendimento aos protocolos nacionais e internacionais, evidenciam que a CAIXA mitiga o risco decorrente da exposição a danos socioambientais gerados por suas atividades.

Neste sentido, em 2015 a CAIXA publicou a nova Política de Sustentabilidade e Responsabilidade Socioambiental, em cumprimento à Resolução CMN nº 4.327/2014.

O objetivo da Política é assegurar a atuação sustentável da CAIXA e suas subsidiárias, a partir da integração das dimensões social e ambiental na sua estratégia, garantindo a incorporação dos princípios e diretrizes desta Política nos negócios, processos e relacionamentos com as partes interessadas.

Assim, a CAIXA adota práticas de governança que têm possibilitado o desenvolvimento de um modelo de gestão compatível com os desafios centrais das organizações modernas, onde o desenvolvimento socioambiental é responsabilidade de todas as áreas e prática de todos os empregados, como tema transversal que atinge tanto a Alta Administração como o corpo funcional.

2.8 ADEQUAÇÃO DO CAPITAL

O Processo Interno de Avaliação da Adequação de Capital (ICAAP) foi regulamentado no Brasil pela Resolução CMN nº 3.988, de 30/06/2011, que dispõe sobre a implementação da Estrutura de Gerenciamento de Capital.

Os procedimentos e parâmetros relativos ao Processo Interno de Avaliação da Adequação de Capital (ICAAP) - foram instituídos na Circular BACEN nº 3.547/2011.

O ICAAP foi implementado na CAIXA em consonância com o disposto na norma e é objeto de relatório anual, com data-base de 31 de dezembro, validado por unidade independente e aprovado pelo Conselho Diretor e Conselho de Administração antes da disponibilização ao BACEN, e tem como objetivo avaliar a suficiência do capital mantido pela CAIXA, considerando seus objetivos estratégicos e os riscos a que está sujeita no período de 01 ano, normatizado no manual OR125.

Resumidamente, o ICAAP compreende dois aspectos principais: a identificação e mensuração dos riscos incorridos (cálculo da necessidade de capital) e a avaliação da suficiência do capital para suportar tais riscos (comparação entre o capital efetivamente mantido pela Instituição e a sua necessidade de capital), considerando os objetivos estratégicos da Instituição.

A CAIXA acompanha a suficiência do seu capital por meio da 1) avaliação e cálculo da necessidade de capital para cobertura dos riscos de crédito, mercado,

operacional, de taxa de juros das operações não classificadas na carteira de negociação, de crédito da contraparte e de concentração; 2) avaliação da necessidade de cobertura dos demais riscos relevantes, considerando, no mínimo, os riscos de liquidez, estratégia, reputação e socioambiental; e, ainda, 3) simulações de eventos severos e de condições extremas de mercado (testes de estresse).

Conforme CR389, cabe à GECAP a elaboração do Relatório ICAAP, com periodicidade anual, no qual são descritos os resultados advindos do Processo Interno de Avaliação da Adequação de Capital. O Relatório é disponibilizado ao BACEN e deve ser aprovado pelo Conselho Diretor ou Comitê Delegado de Risco e Capital e pelo Conselho de Administração.

O ICAAP na CAIXA é validado de forma independente pela GEMOR e este processo de validação avalia, no mínimo:

As metodologias e premissas utilizadas nas estimativas de necessidade de capital;

As estimativas de correlação, quando utilizadas;

A inclusão de todos os riscos relevantes;

A abrangência, a consistência, a integridade e a confiabilidade dos dados de entrada, bem como a independência de suas fontes;

A adequação dos testes de estresse;

A consistência e confiabilidade das informações que compõem o relatório.

Os relatórios de gerenciamento de capital demonstram o comportamento do capital, principais eventos para variação do PR, dos Ativos Ponderados pelo Risco (RWA) e Margem, bem como os principais parâmetros e indicadores de capital (Basileia, Nível I, Capital Principal), apresentando análise das variações. Estes reportes evidenciam, também, a composição do RWA total e projeção de comportamento para os próximos meses em um horizonte de um ano a partir do Plano de Capital e das possibilidades relacionadas à gestão de capital, comparando o projetado com o realizado para o período de referência.

Além de relatórios mensais sobre o gerenciamento de capital, são elaborados Informes de Capital ao Comitê Delegado de Risco e de Capital caso haja necessidade de esclarecimentos sobre mudanças normativas e/ou operações que possam refletir no gerenciamento de capital da Instituição e/ou implicar em mudanças no Plano de Capital estabelecido.

Os reportes internos são levados às diversas instâncias envolvidas e fornecem à Alta Administração subsídios para a tomada de decisão, inclusive de ordem estratégica, constituindo também uma das formas de disseminação da cultura de gerenciamento de riscos e de capital na CAIXA.

Para operações e negócios superiores aos limites estabelecidos nas políticas e alçadas estabelecidas, a área de risco corporativo é instada a emitir parecer para a Alta Administração com análise ampla sobre os riscos e eventuais reflexos no capital.

Os processos e procedimentos, modelos, metodologias e indicadores de gerenciamento dos riscos e de capital estão documentados em normativos internos, disponíveis a todos os empregados.

CAPÍTULO III – ATIVIDADES DE CONTROLE E CONFORMIDADE

3.1 SEGREGAÇÃO DE ATIVIDADES

A Política de Gerenciamento de Riscos do Conglomerado CAIXA – MN PO003, alterada em setembro/2016, em virtude da Resolução do Conselho de Administração nº 334 - Ata 412, de 25/08/2016, entre outros princípios relacionados, estabelece o princípio de “Segregação de Atividades” onde as atividades de gerenciamento de riscos são segregadas das atividades negociais e da auditoria interna, mantendo unidades independentes de desenvolvimento e de validação e monitoramento de seus modelos de forma a preservar a imparcialidade dos trabalhos executados e evitar conflitos de interesses.

A CAIXA prevê em seu Estatuto - Decreto nº 7.973, de 28/03/2013 - regras específicas de segregação a fim de evitar o conflito de interesses, como se observa no § 2º, inciso III do Art. 8º, do Capítulo Da Administração e Organização, que entre outras situações, prevê que as unidades responsáveis pela formulação de políticas e gestão de risco de crédito devem ser segregadas das unidades de negociação e da unidade executora da atividade de auditoria interna.

O Estatuto da CAIXA define, em seu art. 24º, inciso IX, que a competência para aprovar as alçadas propostas pelo Presidente e pelos Vice-Presidentes, é do Conselho Diretor, exceto as relativas à gestão de ativos de terceiros e de administração ou operacionalização das loterias federais e dos fundos instituídos pelo Governo Federal, incluindo o FGTS. É reservado ao Conselho Diretor deliberar sobre qualquer operação, independente dos limites de Alçadas fixados, ao seu exclusivo critério.

Em consonância ao MN PO002 - Política de Controles Internos, em particular, relacionado à diretriz que trata da “segregação de funções”, o SISMN dispõe do Tomo AL – Regime de Alçadas que apresenta o conjunto de valores que definem os limites atribuídos à decisão da autoridade competente, em função da natureza da operação, com vistas ao ordenamento dos negócios da CAIXA - MN AL001, hoje constituído por 42 normativos.

Estatutariamente, a prestação de contas anual é apresentada segregada, com detalhamento dos investimentos e custos das áreas de negócios da CAIXA, destacando especialmente os custos sociais e públicos assumidos pela Empresa e relacionados a programas e serviços delegados pelo Governo Federal, sendo sua forma de elaboração orientada pelo MN OR124.

Os Vice-Presidentes responsáveis pelas áreas segregadas não integram o Conselho Diretor e não respondem pelas demais atividades da CAIXA e deliberações daquele Colegiado, sendo suas atividades, contudo, desenvolvidas em conformidade com as diretrizes estabelecidas pelos Conselhos de Administração, de Gestão de Ativos de Terceiros e de Fundos Governamentais e Loterias.

3.2 POLÍTICAS E PROCEDIMENTOS

A identificação e monitoração de mudanças em leis, regulamentos externos são acompanhados por meio de divulgações no Diário Oficial da União e correios recebidos do BACEN, em que a unidade é instada a se manifestar se há impacto nas suas atividades por meio da ferramenta “Roteiro Padrão” aberto pela área SUCOI/GENOR, informando no caso de impacto as ações de adequação, detalhando o tipo de adequação seja no normativo interno, ou sistema e/ou rotinas. Após identificação do impacto por meio da ferramenta Roteiro Padrão, o apontamento é incluído e também acompanhado na ferramenta Sistema de Relatório de Controles Internos (SIRCI).

As adequações também ocorrem por meio de solicitações de auditoria de órgãos externos. Assim, os requisitos para atendimento às demandas legais identificados pelas

respectivas unidades afetas e quando aplicáveis às rotinas da CAIXA são internalizados em orientações normativas internas de cada segmento de atuação. Por meio de processo interno esses normativos são submetidos a avaliação das demais unidades da CAIXA impactadas pelos ajustes implementados, por meio da ferramenta Roteiro Padrão, citada anteriormente.

A garantia de conformidade aos requisitos externos (legais e normativos) ocorre ao longo dos processos instituídos na CAIXA. Tais processos são operacionalizados na estrutura organizacional da CAIXA que conta com Unidades Administrativas com papéis, responsabilidades e atribuições específicas. Além disso a CAIXA possui comitês estatutários que tem a responsabilidade de avaliar e aprovar, dentro de alçadas pré-estabelecidas. Esses procedimentos são regulados por normativos internos e são produzidos documentos (Pareceres e notas técnicas) detalhados, além de contar com avaliação pelas equipes jurídicas dos aspectos legais, quando o caso requer.

Como medida adicional, por amostragem, são realizadas auditorias internas com foco em avaliar se todos os requisitos estabelecidos (normas internas) foram cumpridos com o rigor necessário, atuando como indutor na melhoria continuada do processo.

Dentro de suas atribuições, a GENOR acompanha as ações informadas pelo gestor no projeto aberto para avaliação da norma, até que seja identificada ou informada como concluída, sendo reportadas ao Conselho Diretor e ao Conselho de Administração as normas que se encontram vigentes e não estão plenamente atendidas, até a conclusão de todas as ações necessárias ao seu atendimento. Caso seja identificada a insuficiência de alguma informação, durante a tramitação do projeto no Roteiro Padrão a unidade e/ou empregado responsável é instado a complementar e/ou retificar as informações prestadas.

3.2.2 DIVULGAÇÃO INTERNA DE NORMAS E PROCEDIMENTOS

Com a criação da Intranet CAIXA, a partir de 16/11/1999, a distribuição das normas e procedimentos internos, que seguem o padrão normativo definido, passou a ser realizada de forma eletrônica, por meio do SISMN, que foi a primeira aplicação corporativa da Intranet CAIXA. A qualificação e atualização das normas internas revela a preocupação da empresa com a clareza e completude da norma, uma vez que possibilita análise e validação prévia das minutas de normativos antes da sua publicação no SISMN. Há processo de verificação proativa das normas a serem divulgadas internamente, por meio do Roteiro Padrão, por ele transitam os normativos novos, aqueles que passam por 'revisão geral' ou por reestruturação da norma e normativos que definam ou alterem regras/procedimentos a serem observados por outras unidades. Excluem-se da verificação os normativos de maior sigilo (#30 ou #20), de cunho estratégico, que tratem de Políticas, Alçadas e modelos de Risco e normativos em que as unidades corresponsáveis e a unidade gestora são vinculadas a mesma Superintendência Nacional.

3.3 ELABORAÇÃO DE RELATÓRIOS – CONTÁBEIS E ADMINISTRATIVOS

3.3.1 Relatórios Mandatórios

O MN OR065 - Elaboração de Relatórios Mandatórios - tem como objetivo o estabelecimento dos procedimentos para elaboração dos relatórios mandatórios de forma a otimizar tempo, recursos e qualidade das informações e dados. Para elaboração dos relatórios financeiros, a CAIXA segue as normas publicadas pelo CMN, BACEN e diretrizes emitidas pela CVM e CFC.

Os princípios e práticas contábeis, segundo as normas brasileiras de contabilidade para instituições financeiras, encontram-se divulgadas internamente no MN CR251 – Princípios e Práticas Contábeis segundo as Normas Brasileiras de Contabilidade para Instituições Financeiras e os princípios e práticas contábeis, segundo as normas internacionais de contabilidade – IFRS, estão disponíveis no MN CR250 - Princípios e Práticas Contábeis segundo as Normas Internacionais de Contabilidade - IFRS. Por sua vez, os procedimentos a serem observados pelas unidades da CAIXA, no que diz respeito à utilização, emissão, assinatura e ao arquivamento dos documentos e relatórios contábeis, encontram-se descritos no MN CR082 - Documentação Contábil.

Estão estabelecidos procedimentos, diretrizes e responsabilidades que devem ser observados pelas GEINC – GN Contabilidade CAIXA e GICET – Gerências de Filial Contabilidade e Tributos quando da disponibilização da especificação contábil para análise dos aspectos inerentes ao processo de conciliação, controle e sistemas, bem como quando da solicitação de cadastro de parâmetros nos sistemas de gestão da SUCON – SN Contabilidade e Tributos, em observância às normas externas, tais como: Circular BACEN nº 1.273/1987, Lei 6.404/1976, Lei 11.638/2007, Lei 11.941/2009 – MN NS137.

Também, estão estabelecidos os procedimentos, diretrizes e responsabilidades que devem ser cumpridas pelos gestores dos diversos segmentos de atuação da CAIXA com vistas a assegurar o fornecimento de informações operacionais de forma a viabilizar a correta definição e homologação de procedimentos contábeis – MN CR256.

O MN NS165 – Registro das Informações Contábeis da CAIXAPAR tem o objetivo de assegurar que as informações contábeis da subsidiária integral CAIXAPAR sejam fornecidas seguindo padrões estabelecidos pela GECTC – GN Contabilidade de Terceiros.

À GEIFI – GN Controle e Informações Financeiras cabe o registro e o controle financeiro das operações ativas e passivas da CAIXA e de Fundos e Programas por ela administrados; a gestão de depósitos compulsórios e Fundo Garantidor de Crédito – FGC; o controle de funding habitacional, rural e microcrédito; o controle dos lastros LCI, LCA, DII, CIR e DIM; e as informações financeiras mandatórias e das participações societárias da CAIXA.

3.4 PROCESSOS DE REVISÃO E CONCILIAÇÃO CONTÁBIL

3.4.1 Pendências Operacionais e Contábeis

O Relatório Mensal da Conciliação Contábil CAIXA, elaborado pelas SUCON - SN Contabilidade e Tributos e SUBAN - SN Processo Bancários, apresenta um panorama da conciliação contábil na CAIXA, a evolução da quantidade de registros incoerentes por segmento, com destaque para os principais problemas e soluções implantadas no período, e, também, relaciona as ações e demandas de tecnologia a serem executadas com vistas à redução das incoerências.

O Novo Modelo de Conciliação Contábil da CAIXA contempla: definição de conceitos e critérios; definição de responsabilidades dos agentes envolvidos no processo de conciliação; política de consequências; fluxo de informações; definição de controles efetivos; capacitação e reciclagem das equipes que desempenham a atividade; elaboração de normativos; indicadores de desempenho; definição de prazos para envio de informações; definição de prazos para regularização de registros pendentes de conciliação.

3.4.2 Conciliação Contábil x Inspeção Física - Ativos

A CAIXA prevê o registro, por meio da verificação física dos bens e valores de propriedade da CAIXA e de terceiros, em custódia, garantia, cobrança e controle, em poder ou sob responsabilidade da agência ou de unidades que operem com valores, que devem ser inventariados, utilizando-se do Termo de Verificação de Valores – TVV - conforme orientações definidas no MN CR060.

No caso de agência, o TVV é confeccionado por comissão composta por no mínimo 03 empregados de áreas distintas daquela a ser verificada, nomeada pelo Gerente Geral da agência, ou pelo responsável pela unidade. As unidades providenciam, obrigatoriamente:

a verificação dos valores disponíveis, mensalmente, e emitem dois TVV, sendo um em data incerta, a ser definida pelo Gerente Geral ou Gerente responsável pela Agência e outro no último dia útil de cada mês, após o encerramento do movimento, e deve abranger os itens: Dinheiro em Caixa, Moedas Estrangeiras Disponíveis e Cheques Devolvidos pela COMPE, exceto o item dinheiro em ATM/CD, cujo levantamento é efetuado de acordo com o MN OR099 – Autoatendimento Manutenção;

a verificação dos valores em custódia na unidade, semestralmente, e emitem um TVV no último dia útil de cada semestre civil, após o encerramento do movimento;

a verificação dos valores em garantia, semestralmente, e emitem um TVV no último dia útil de cada semestre civil, após o encerramento do movimento diário.

O levantamento das garantias do PENHOR para o TVV, nas Agências com a guarda compartilhada e centralizada é realizado semestralmente, sendo realizado de forma que cada Agência seja verificada pelo menos uma vez no semestre.

Quando ocorre sinistro, desativação/absorção de Agência/PA ou substituição do Gerente Geral, Gerente responsável pela agência/PA ou substituição do responsável pelas garantias, a confecção do TVV é obrigatória e abrange todos os itens, podendo ser considerado o TVV realizado em data incerta na unidade no mês.

As diferenças apontadas no campo conciliação, exceto numérico, são regularizadas/justificadas até o 10º dia útil do mês subsequente, e quando estas diferenças forem a menor, são recolhidas conforme MN RH053, item 12.3.1, do ANEXO I – Regulamento de Pessoal.

Caso, até o 10º dia útil do mês subsequente, a regularização da ocorrência registrada no levantamento do TVV não seja efetuada, o gestor de vinculação do empregado onde foi constatada a diferença instaura processo disciplinar e civil, conforme AE079 – Apuração de Responsabilidade Disciplinar e Civil, até o 15º dia útil do mês subsequente.

3.5 CONTROLES RELATIVOS AO GERENCIAMENTO DE RISCOS

A Política de Gerenciamento de Riscos do Conglomerado CAIXA – MN PO003 - institui 8 indicadores de efetividade, relacionados ao índice de monitoramento dos limites de exposição a riscos e de perdas; reporte interno; reporte externo; desempenho dos modelos de risco de crédito; desempenho dos modelos de risco de mercado; validação dos modelos dos riscos; monitoramento dos modelos de riscos; e de monitoramento de avaliação dos riscos relevantes.

Os limites máximos de crédito são definidos considerando o tomador de forma individual, o grupo econômico/conglomerado ou o projeto apresentado, e têm como

premissa fundamental a capacidade de pagar, considerando as operações contratadas, compromissadas e a contratar.

No MN CR173 - Limites de Exposição a Risco de Mercado, de Carteira de Crédito, de Liquidez e Operacional, a CAIXA estabelece limites de:

exposição e de concentração de risco de crédito, por cliente, garantia, produto e segmento;

exposição e concentração a riscos de mercado e de liquidez em zonas temporais, por fator primitivo de risco, valor em risco de mercado - VaR de mercado, nível de liquidez e alocação de capital para cobertura do risco das operações sujeitas à variação de taxas de juros classificadas na carteira bancária;

perdas decorrentes de risco operacional em relação ao resultado bruto, apurado conforme os métodos básico e padronizado do Novo Acordo de Capitais da Basileia.

As regras para identificar, avaliar, mensurar, mitigar e acompanhar o risco do tomador de crédito, em consonância com a Política de Risco da CAIXA, estão disciplinadas no MN CR172 – Risco do Tomador de Crédito.

3.6 SEGURANÇA FÍSICA

3.6.1 Agências/PA

As regras e medidas de segurança física que devem ser observadas pelas instituições financeiras encontram-se regulamentadas e fundamentadas na Lei 7.102/83 e Portaria DPF 3.233/2012, que estabelece, com destaque no Capítulo V – Da Fiscalização da Segurança de Estabelecimentos Financeiros, os requisitos do Plano de Segurança, com os elementos constitutivos do sistema de segurança das Instituições Financeiras.

3.6.3 Prevenção contra Fraudes

A rotina de alertas de segurança na abertura de contas de depósito envolve dois sistemas: SICOW – Sistema de Controle de Ocorrências Web/Módulo Informações de Segurança - e SIACN – Sistema de Acompanhamento da Conformidade. O SICOW é uma solução sob a gestão da GESED – GN Segurança Eletrônica e Documental – que abriga 3 módulos para consulta das seguintes ocorrências: Informações de Segurança; Notificação – Proibição de Contratar com o Poder Público e Interdição Judicial; Pessoa Politicamente Exposta – PEP.

O módulo Informações de Segurança é um módulo do SICOW que disponibiliza informações de segurança cadastradas para CPF/CNPJ, que possuam ou não relacionamento com a CAIXA, sinalizando possíveis indícios de fraude/golpe em documentos, dados cadastrais e/ou na movimentação da conta depósito e sua titularidade que possam comprometer a segurança de produtos e serviços da CAIXA, incluindo lista de pessoas falecidas.

O SIACN consiste na verificação de conformidade de abertura de contas, sob a gestão da GEBAN - GN Padrão para Processos Bancários, onde foi inserida a geração de “alerta de segurança” para os CPF/CNPJ que constam nas ocorrências do “Módulo de Segurança do SICOW”.

Para minimizar as fraudes em produtos e serviços a SUSEG - SN Segurança Empresarial utiliza o programa de prevenção contra fraudes. A CESEG - Centralizadora de Prevenção, Monitoramento e Combate à Fraude atua na mitigação de risco de fraude nas transações eletrônicas em conta de depósito, mediante ações operacionais de prevenção, monitoramento, combate e recuperação de valores, bem como análise técnica

de processos com indícios de fraude. As ações realizadas contribuem para a redução de fraudes eletrônicas originadas no uso do Cartão de Débito e do Internet Banking CAIXA - IBC.

3.7 PLANOS DE CONTINUIDADE E DE CONTINGÊNCIA

Na CAIXA são adotados planos de continuidade dos negócios com o objetivo de garantir a capacidade de operar da CAIXA, de forma a reduzir possíveis perdas, minimizando impactos e prejuízos decorrentes da interrupção de suas atividades.

Há estratégia de continuidade para as unidades dos Edifícios do Matriz I e Matriz II – Brasília e Ed. São Luis Gonzaga – São Paulo, com a publicação dos Planos de Resposta a Emergência e dos Planos de Continuidade Operacional das unidades. Quanto às ações de TI relacionadas ao assunto, estão sob a responsabilidade da GESET – GN Segurança e Continuidade de Negócios em TI.

3.7.1 Planos de Continuidade

A gestão da continuidade dos negócios é parte essencial do gerenciamento de risco operacional e tem sido foco de atuação da CAIXA, por meio do Programa de Continuidade dos Negócios da CAIXA, que permite a atuação frente a possíveis interrupções nos serviços e atividades, com o objetivo de preservar ou recompor a capacidade de realizar negócios da CAIXA.

A Política de Continuidade dos Negócios da CAIXA - MN PO013 - tem por objetivo estabelecer princípios e diretrizes norteadores da Gestão de Continuidade dos Negócios na CAIXA, visando assegurar a continuidade de suas atividades críticas na ocorrência de eventos que impossibilitem a utilização, parcial ou total, de sua infraestrutura operacional e de recursos de Tecnologia da Informação e Comunicações, no intuito de evitar que os prejuízos financeiros e os impactos negativos à imagem institucional atinjam níveis inaceitáveis.

A GEROP elabora o PCC – Plano de Continuidade Corporativo - contendo informações e procedimentos que preparam e orientam todas as unidades ou um conjunto de unidades da CAIXA para o enfrentamento de uma crise.

A identificação, elaboração e testes de planos de continuidade para os processos críticos aos negócios da CAIXA são ações contidas na diretriz dos controles preventivos, e na sua execução, para garantir o restabelecimento imediato das atividades, inclusive registros eletrônicos ou físicos, em caso de interrupções imprevistas, como diretriz dos controles reativos.

3.7.2 Planos de Contingência

Conforme o MN PO003, a gestão do risco operacional está integrada à gestão de crises, continuidade de negócios e segurança da informação, com o objetivo de mitigar a exposição da CAIXA a riscos, reduzir perdas financeiras e assegurar que o atendimento ao público/clientes e a realização das atividades e operações, consideradas críticas, ocorra de forma ininterrupta.

O Plano de Contingência de Liquidez encontra-se disponível no MN CR221 – PCL - Plano de Contingência de Liquidez da CAIXA e tem como objetivo aumentar a capacidade da CAIXA de identificar situações de crise de liquidez, definir procedimentos para a tomada de decisão durante as crises e levantar alternativas para a saída da situação, visando minimizar as perdas financeiras e de imagem decorrentes, e garantir o funcionamento da Instituição.

O MN PO039 – Política de Gerenciamento de Capital - estabelece o conjunto de princípios e diretrizes que norteiam o gerenciamento de capital do Conglomerado CAIXA, que considera os seus objetivos estratégicos e os riscos a que está sujeita na avaliação da suficiência do capital, por meio do Processo Interno de Avaliação da Adequação de Capital (ICAAP – Internal Capital Adequacy Assessment Process) e da elaboração de Plano de Capital no horizonte de 3 anos.

Para definir os procedimentos alternativos a serem adotados nos casos de impedimento de utilização dos sistemas de avaliação de risco de crédito do tomador e de operação, tem-se o MN CR190 – Manual de Procedimentos para Situações de Contingência dos Sistemas de Risco de Crédito.

3.8 CONTROLE - PREVENÇÃO CONTRA CRIMES DE LAVAGEM DE DINHEIRO

A Prevenção à Lavagem de Dinheiro (PLD) é um processo desenvolvido com o objetivo de evitar que a CAIXA seja utilizada para a prática dos crimes de lavagem de dinheiro e de financiamento do terrorismo, especificados em lei e normas decorrentes. A GENOR atua na Prevenção à Lavagem Dinheiro por meio de uma célula específica, composta por trinta e cinco empregados, sendo dois gerentes e trinta e três técnicos.

O Comitê Estatutário de Prevenção contra os Crimes de Lavagem de Dinheiro - CPLD, órgão autônomo, de caráter deliberativo, com a finalidade de opinar e deliberar sobre matérias que tratem sobre o tema no âmbito da Instituição, foi criado em 16/05/2002, conforme Resolução de Diretoria (RD) – Ata nº 1.582, e, a partir do Decreto nº 6.473, de 05/06/2008, passou a ser estatutário e composto por até cinco membros indicados pela Presidência da CAIXA, conforme determina o §1º do Art. 32 do referido Decreto, que aprovou o Estatuto da CAIXA. Atualmente o referido Comitê é formado pelas Vice-Presidências de Clientes, Negócios e Transformação Digital - VICLI, de Riscos – VICOR, Corporativo – VICOP, de Produtos de Varejo – VIPOV e de Logística e Operações – VILOP. A CAIXA conta, ainda, com o Sistema de Prevenção à Lavagem de Dinheiro - SIPLD, desenvolvido internamente para detectar e controlar as ocorrências com indícios de lavagem de dinheiro. Esse sistema possui interfaces com diversos sistemas corporativos e, atualmente, está operando com os módulos de detecção e tratamento de movimentações atípicas em contas de depósito e Registros de Movimentação em Espécie – RME.

Os parâmetros de detecção do SIPLD, os quais são definidos pela GENOR, detectam automaticamente as movimentações com indício de lavagem de dinheiro transitadas em conta de depósito e aplicações financeiras. O SIPLD permite, ainda, o cadastramento manual de ocorrências consideradas como suspeitas, inclusive propostas. Os módulos específicos para tratamento das detecções envolvendo os produtos Ações on-line e Cartões de Crédito permanecem no SIPLA, sistema que vem sendo substituído pelo SIPLD, a medida que as rotinas são implantadas no novo sistema. As ocorrências atípicas detectadas para os produtos Cartões de Crédito e Ações Online são parametrizadas pela GENOR no Sistema de Processamento de Cartões e Serviços - SIPCS e no Sistema de Negociação de Ações – SINAC, respectivamente, e enviadas para o SIPLA, onde são tratadas e analisadas pelos empregados da área de PLD da Matriz.

No tocante ao processo de monitoramento, as Agências e as Superintendências Regionais são responsáveis pela análise preliminar das movimentações suspeitas detectadas e a GENOR, além de supervisionar o trabalho de análise, centraliza as comunicações de operações com indícios de lavagem de dinheiro aos órgãos supervisores. São comunicadas, também, as transações realizadas em espécie de valores iguais ou superiores a R\$ 50 mil, desde 27/12/2017, quando entrou em vigor a Circular Bacen 3839/2017.

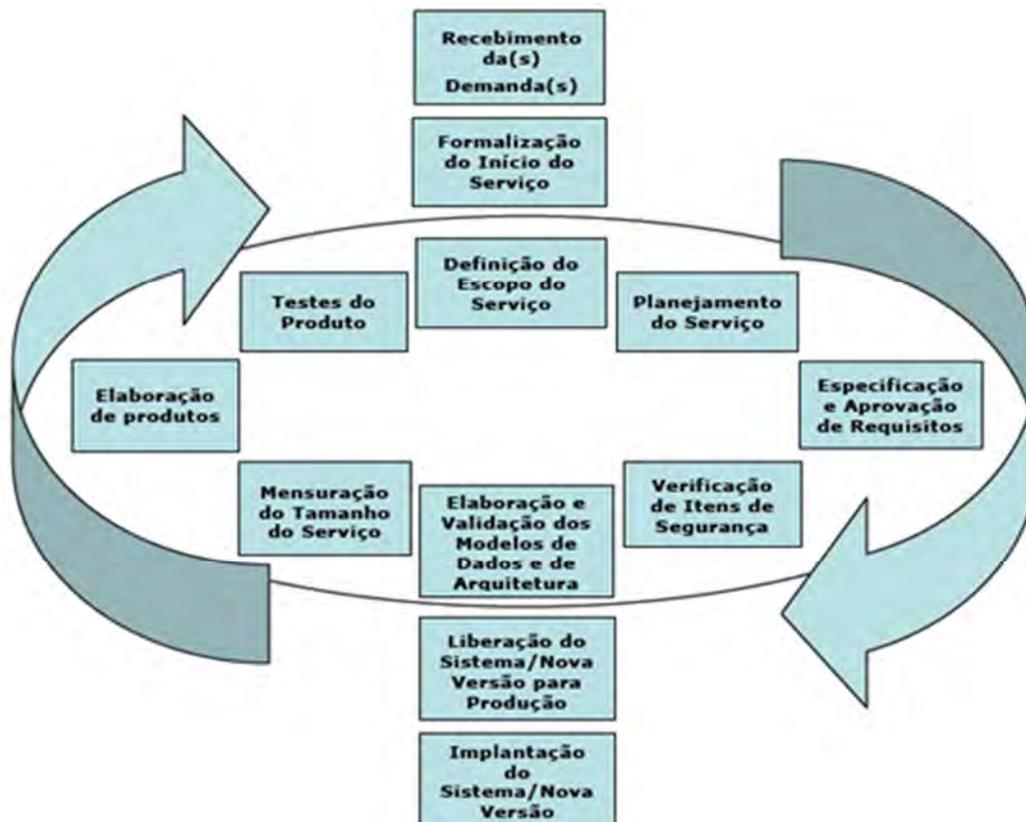
Na Política de Prevenção à Lavagem de Dinheiro e ao Financiamento do Terrorismo – PO006 constam os princípios de Autenticidade; Confidencialidade; Conformidade; Conheça seu cliente; Conheça seu empregado; Due Diligence; Efetividade e Ética.

As normas e procedimentos relacionados ao assunto PLDFT encontram-se descritos nos MN AD006 - Prevenção Contra os Crimes de Lavagem de Dinheiro e MN CO325 - Pessoas Expostas Politicamente – PEP.

CAPÍTULO IV – INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO

SEGURANÇA DOS SISTEMAS

A CAIXA estabelece diretrizes e controles institucionais de processo para a execução de serviços de desenvolvimento e manutenção de sistemas, disponível no MN TE177 - Diretrizes e Controles do Processo de Desenvolvimento de Sistemas, conforme esquema abaixo.



A Política de Segurança da Informação da CAIXA – MN PO027 - contém princípios e diretrizes para proteção e disciplina do uso dos ativos de informação da

CAIXA ou sob sua custódia, assegurando a confidencialidade, integridade, autenticidade e disponibilidade.

O processo de qualificação de dados na CAIXA adota a metodologia PrQD – Processo de Qualificação de Dados, descrita no MN TE178.

Para o Processo de Qualificação de Dados em bases corporativas compreende-se que o Gestor da Informação é o responsável pela geração da informação interna ou externa à CAIXA, definição dos perfis de acesso e classificação da informação dos sistemas sob sua responsabilidade; representado por unidade que responde por um ou mais segmentos de negócio da Empresa.

4.1.1 Processamento de informações – Contabilidade CAIXA

A descrição a seguir corresponde à migração dos dados dos sistemas operacionais para o Sistema de Contabilidade - SICTB, identificação de sistemas de baixa/alta plataforma e sua interface - batch/online - e arrazoadado sobre as exceções - rotina operacional; processo de conferência – automática ou não – dos dados coletados, de tal forma que assegurem a qualidade das informações contábeis frente aos registros operacionais.

As operações diárias da CAIXA originam-se em diversas unidades, principalmente nas Agências, Agentes Lotéricos e Correspondentes Bancários. Os sistemas operacionais -transacionais - que tratam as operações realizadas nas diversas unidades da CAIXA são de responsabilidade dos gestores de negócios, os quais devem garantir sua integridade e qualidade. São aproximadamente 103 sistemas operacionais que disponibilizam dados para o processo contábil, tais como: SISAG - Sistema Automação do Ponto de Venda; SIDEC - Sistema de Depósitos; SISPL - Sistema de Loterias; SIAPI - Sistema de Aplicações; SIACI - Sistema Integrado de Administração da Carteira Imobiliário; SIAPF - Sistema de Acompanhamento de Programas de Fomento.

As entradas de dados são realizadas em baixa plataforma interconectadas com os sistemas de grande porte da CAIXA e tem migração eletrônica automática para a plataforma IBM. Os sistemas operacionais têm crítica própria de digitação e consistência e seu processamento se dá no período noturno nos sites de grande porte da CAIXA: São Paulo, Rio de Janeiro, Brasília e Belo Horizonte (UNISYS/Datamec).

Esses sistemas geram em processo batch, normalmente noturno, interfaces para registro contábil, os quais são recepcionados e processados pelo SINAF - Sistema de Interfaces da Área Financeira, em processo batch noturno. Do processamento desses dados resulta a contabilização dos fatos operacionais associados a eventos contábeis previamente cadastrados, contabilidade por eventos, e dentro de layout padrão de entrada de dados. No processamento diário do SINAF, os movimentos recebidos são submetidos a uma série de críticas internas que visam dar consistência ao registro, observando os dados gerados pelo sistema operacional e também com base nas tabelas cadastrais internas, tais como: Plano de Contas, Tabela de Roteiros Contábeis, Tabela de Eventos Contábeis, Tabela de Produtos, Tabela de Unidades. Após as críticas alguns registros podem não atender aos requisitos estabelecidos, podendo ocorrer duas destinações: registros a regularizar e registros rejeitados.

A segurança dos sistemas segue ao padrão de segurança estabelecido pela TI CAIXA, com controle de acesso em camadas, autenticação de usuário de rede seguido de autenticação na aplicação. Em conformidade com a normatização da Empresa, a Matriz

de Acessos dos sistemas de contabilidade é revisada e validada a cada 6 meses ou em caso de mudança substancial em aplicação do sistema.

Os registros que podem ser objeto de regularização são armazenados na Base de Dados SINAF – Tabela de Registros a Regularizar, onde é permitido comando de correção do dado não acatado e o registro é novamente submetido ao processo de crítica. Para os lançamentos rejeitados, por se tratar de erros impeditivos, não é permitida a regularização, devendo, nestes casos, ser solicitada a geração de novo movimento pelo sistema operacional.

O SINAF processa diariamente, em D+1, cerca de vinte e dois milhões de registros, os quais são armazenados na Base de Dados SINAF - Tabela de lançamentos, por um período de 20 anos, considerando informações on-line e arquivadas pela TI. Os dados contábeis armazenados ficam disponíveis para os sistemas usuários, quais sejam: SICTB - Sistema de Contabilidade CAIXA; SICRS - Sistema de Apuração Custos, Receitas e Resultados; SIPLO - Sistema de Execução Orçamentária; SIMCN - Sistema de Conciliação Contábil; SINAT - Sistema de Administração Tributária; SICOF - Sistema de Contabilidade de Fundos Administrados.

Após a atualização do SINAF, os sistemas usuários da informação buscam os movimentos do dia e atualizam suas bases de dados próprias e executam as rotinas específicas de cada sistema.

O SINAF é a base da contabilidade da CAIXA, no que se refere a escrituração dos lançamentos. Os sistemas da contabilidade recebem dados exclusivamente do SINAF, que efetua críticas e gera base de dados onde o SICTB busca informações necessárias para atualização ou apuração dos saldos e a geração dos demonstrativos contábeis e relatórios de acompanhamento.

Como ferramenta auxiliar do processo de consistência de registros e de saldos contábeis, o sistema de conciliação contábil - SIMCN - busca do SINAF os registros de contas que são objeto de conciliação e efetua a conciliação automática destes registros ou aponta, para as unidades responsáveis pela conciliação, os registros incoerentes para tratamento, além de efetuar eletronicamente o batimento do saldo contábil, representado em contas contábeis, com o saldo informado pelo sistema operacional.

O processo contábil é constituído de algumas fases de verificação da consistência dos dados recebidos pelo SINAF, ocorrendo, na primeira etapa, as críticas automáticas do sistema e a separação dos eventos que carecem de análise individual pelo responsável pela rotina contábil, ou seja, os movimentos a regularizar.

Numa segunda fase, há a conciliação contábil dos registros em subcontas que caracterizam movimentos a classificar, repassar, comandar ou contas de natureza semelhante em sua grande maioria. Para o grupo de subcontas que tem por natureza a manutenção de saldo, há a comparação da posição operacional com a contábil, por meio do batimento de saldos operacionais e contábeis.

Por fim, na elaboração dos balancetes, há a verificação da coerência da variação dos saldos contábeis, mediante comparação com as informações operacionais, nos casos em que a oscilação extrapole os parâmetros estabelecidos para determinada subconta. Em qualquer destas fases, quando detectada alguma anomalia, o responsável pelo controle da subconta na SUCON é acionado, para que providencie a regularização da pendência ou a apresentação de justificativa para o fato ocorrido.

O SICTB trata somente saldos e é a contabilidade oficial da CAIXA, sendo responsável pela geração de todas as informações prestadas a órgãos internos, externos e fiscalizadores.

As unidades de retaguarda são responsáveis pelo tratamento do movimento das agências, além de comandos operacionais, estas unidades são responsáveis pela conciliação das contas contábeis movimentadas pelas agências e acertos contábeis de situações ocorridas nestes movimentos. São ao todo 78 unidades de retaguarda, que consolidam agências de uma determinada região do país.

PROCESSO DE DIVULGAÇÃO DA POLÍTICA DE CONTROLES INTERNOS

A Política de Controles Internos do Conglomerado CAIXA, em sua versão atual, foi aprovada pelo Conselho Diretor, em 11/09/2017, por meio da RD 7.753/2017, e pelo Conselho de Administração, em 14/09/2017, Ata 478, na forma de Resolução e se encontra divulgada por meio do MN PO002 – Política de Controles Internos do Conglomerado CAIXA, tendo por objetivo promover a efetividade e o fortalecimento do Sistema de Controles Internos - SCI - de modo a garantir, com razoável segurança, o alcance dos objetivos do Conglomerado CAIXA..

O MN PO001 – Elaboração, formalização e implementação de Políticas CAIXA - institui que o escopo da política deve ser claramente delimitado e esta deve conter entre seus elementos “indicadores de efetividade”. O indicador estabelecido para a Política de Controles Internos é obtido a partir da atividade de Monitoramento do SCI, que consiste na avaliação de um conjunto de indicadores que são mensurados e pontuados, semestralmente, baseado nos 5 componentes do COSO, entre eles, o que é relacionado à Informação & Comunicação.

COMUNICAÇÃO E INFORMAÇÃO SOBRE RISCOS E CAPITAL

Periodicamente são produzidos relatórios de risco para a Alta Administração, sejam estes relacionados ao risco de crédito, mercado, liquidez e operacional, além de relatório de gerenciamento de capital.

A área gestora do risco de crédito de carteira reporta mensalmente e tempestivamente ao Comitê Delegado de Risco e Capital e gestores de produtos de crédito o comportamento da carteira de crédito e dos produtos, em relação aos indicadores de risco, incluindo informações sobre a evolução e volume da exposição, provisão e sua composição, atraso, perda e concentração, além de limites, apontando sugestões e recomendações quanto à mitigação do referido risco.

Ainda, nos relatórios de risco de crédito de carteira apresentados à Alta Administração são abordadas informações quanto a qualidade do crédito concedido, perda realizada, perda esperada, capital alocado para o risco de crédito, matriz de transição do risco, de forma comparativa e evolutiva por segmento de crédito. Assim, permanecem disponíveis informações nas diversas granularidades de monitoramento de risco.

São elaborados relatórios sobre os riscos de mercado e de liquidez apresentando posição de risco, VaR, instrumentos por categoria, Patrimônio de Referência Mínimo Requerido para o RWAJUR, títulos de tesouraria, fluxo de liquidez, dentre outras informações relevantes, com periodicidade pré-estabelecida e encaminhados para a Alta Administração e gerências que participam de processos/rotinas relacionadas aos riscos de

mercado e de liquidez, além de encaminhar as informações regulamentares ao BACEN nos prazos estabelecidos.

A exposição ao risco de liquidez é comunicada às Vice-Presidências de Riscos e de Finanças e Controladoria por meio de relatórios diários.

Semanalmente, o Conselho Diretor recebe relatório detalhado dos Programas de Testes de Aderência e de Estresse e da Análise de Sensibilidade dos modelos de risco de mercado.

Trimestralmente, é disponibilizado ao Conselho de Administração o Relatório de Gerenciamento de Riscos com demonstração dos níveis de exposição e dos riscos de mercado e de liquidez assumidos pela CAIXA, considerando cenários de normalidade e de estresse, e sua adequação aos limites estabelecidos pela Alta Administração.

Mensalmente há reporte ao Comitê Delegado de Risco e Capital por meio de Sumário Executivo com o objetivo de apresentar os fatos relevantes, a situação atual e os resultados das medidas adotadas em relação aos riscos operacionais, a análise dos indicadores de perda e risco, e a avaliação sobre a necessidade da adoção de medidas pelos conselhos superiores.

Especificamente quanto ao risco operacional, mensalmente há reporte ao Comitê Delegado de Risco e Capital por meio de um Painel de Perdas, que apresenta a evolução e a variação, bem como os indicadores e as projeções.

Trimestralmente são apresentados relatórios de Risco Operacional que contém informações quanto aos principais trabalhos de identificação e análise de risco, as perdas mais relevantes de forma comparativa e evolutiva, por evento, as ações de mitigação realizadas e os resultados esperados.

Adicionalmente, esses relatórios abordam as ações de Gestão de Continuidade de Negócios, as ações relativas à gestão de crises, os valores relativos à alocação de capital e os métodos de cálculo do capital necessário para fazer frente aos riscos operacionais que a CAIXA está exposta.

Em um cenário hipotético de violação do limite de perdas operacionais estabelecido, é realizado reporte extraordinário ao Comitê Delegado de Risco e Capital, explicando as causas que deram origem à extrapolação, bem como plano de ação para regularização da situação. Ainda, se as perdas atingirem a faixa de contingência estabelecida, será feito um alerta de Risco Operacional explicando as causas e processos envolvidos.

Os relatórios de gerenciamento de capital demonstram o comportamento do capital, principais eventos para variação do PR, Margem e RWA, bem como os principais parâmetros e indicadores (Basileia, Nível I, Capital Principal), apresentando análise das variações. Estes reportes evidenciam, também, a composição do RWA total e projeção de comportamento para os próximos meses em um horizonte de um ano a partir do Plano de Capital e das possibilidades relacionadas à gestão de capital, comparando o projetado com o realizado para o período de referência.

Além de relatórios mensais sobre o gerenciamento de capital, são elaborados Informes de Capital ao Comitê Delegado de Risco e de Capital caso haja necessidade de esclarecimentos sobre mudanças normativas e/ou operações que possam refletir no gerenciamento de capital da instituição e/ou implicar em mudanças no Plano de Capital estabelecido.

Os reportes internos são levados às diversas instâncias envolvidas e fornecem à Alta Administração subsídio para a tomada de decisão, inclusive de ordem estratégica, constituindo também uma das formas de disseminação da cultura de gerenciamento de riscos e de capital na CAIXA.

Para operações e negócios superiores aos limites estabelecidos nas políticas e alçadas estabelecidas, a área de risco corporativo é instada a emitir parecer para a Alta Administração com análise ampla sobre os riscos e eventuais reflexos no capital.

Os processos e procedimentos, modelos, metodologias e indicadores de gerenciamento dos riscos e de capital estão documentados em normativos internos, disponíveis a todos os empregados.

CAPÍTULO V – MONITORAMENTO E APERFEIÇOAMENTO

ATUALIZAÇÃO DE PREMISSAS, DAS METODOLOGIAS E DOS MODELOS DE GESTÃO DE RISCOS

A GN Monitoração e Validação de Modelos de Risco – GEMOR – possui os seguintes mandatos:

Monitoramento e validação dos modelos de risco de crédito, mercado, liquidez, operacional, e demais riscos relevantes a que o conglomerado CAIXA está exposto;

Monitoramento e validação dos modelos de cobrança; e

Validação do Processo Interno de Avaliação da Adequação de Capital - ICAAP e do relatório anual do ICAAP.

As atividades de validação e monitoração dos modelos de risco utilizados na CAIXA observam, entre outros, os princípios de segregação das atividades e de revisão independente e são desempenhadas pela GEMOR, cujos normativos estabelecem princípios, requisitos mínimos, padrões e procedimentos para validação e monitoração dos modelos, a saber:

CR166 – Validação e Monitoração dos Modelos de Risco de Crédito, Carteira de Crédito, Mercado, Liquidez e Operacional;

CR146 – Manual Operacional de Validação Prévia e Tratamento da Documentação dos Modelos de Risco;

CR145 – Sistema de Mensuração do Risco de Mercado – Carteira de Negociação: Validação e Monitoramento;

CR192 – Monitoração dos Modelos de Risco de Crédito;

CR262 – Validação dos Sistemas Utilizados nos Modelos de Riscos da CAIXA;

CR260 – Parâmetros de Aceitação da Acurácia dos Modelos de Risco de Crédito, Mercado e Operacional.

CR446 – Validação do Processo Interno de Avaliação da Adequação de Capital - Icaap

CR447 - Validação e Monitoramento da Metodologia de Marcação a Mercado das Operações não Classificadas na Carteira de Negociação

Os Normativos de Documentação dos Modelos de Gerenciamento de Risco têm por finalidade consolidar o conjunto de informações teóricas, técnicas e práticas usadas,

bem como as metodologias que fundamentam a construção/alteração do modelo, a fim de manter o registro histórico e preservar o capital intelectual da CAIXA.

A GEMOR realiza avaliação do conteúdo e abrangência dos relatórios estratégicos de mensuração de risco de crédito, carteira de crédito, mercado, liquidez e operacional quando elaborados para atender à Alta Administração da CAIXA: Comitê Delegado de Risco e Capital, Conselho Diretor e Conselho de Administração.

Os relatórios estratégicos são registrados no Normativo de Inventário dos Modelos de Risco da CAIXA.

O processo de validação prévia do Modelo, módulo e procedimento de gerenciamento de risco, consiste em avaliar se o modelo da CAIXA ou adquirido, está adequado às finalidades a que se propõe, por meio da análise da consistência da documentação encaminhada pelo gestor e práticas de mercado aplicadas.

Tanto os resultados das validações prévias quanto os resultados da monitoração têm por destinatários primários os respectivos gestores dos modelos de risco e reporte mensal, elaborado pela GEMOR, à Alta Administração (VICOR e Comitê Delegado de Risco e Capital) contendo síntese desses trabalhos.

Monitoramento de Modelos de Risco

A monitoração ou validação contínua consiste em um conjunto de rotinas sistemáticas e técnicas aplicadas com o objetivo de acompanhar e avaliar o desempenho dos modelos por meio da comparação entre os resultados previstos e aqueles observados (medida de acurácia), além da avaliação face aos limites de exposição definidos, histórico de comportamento, adequação do entorno tecnológico e documentação do modelo. As monitorações podem ter periodicidade mensal, anual, bienal ou outra determinada pelas características inerentes a cada modelo.

O princípio da “Validação Prévia”, do MN PO003, é o processo de verificação da adequação e conformidade dos modelos, inclusive modelos adquiridos, às finalidades a que se propõem antes da entrada em produção de implantação ou alteração de modelos.

O regimento interno do Comitê de Risco de Capital (Comitê Delegado do Conselho Diretor) dentre suas competências aprova novos modelos para mensuração do risco de crédito, mercado, liquidez e operacional, assim como, as alterações nos modelos vigentes.

Validações Prévias

No MN CR146, estão estabelecidos critérios e padrões para a elaboração dos Normativos de Documentação dos Modelos de Gerenciamento de Risco de Crédito, Carteira de Crédito, Mercado, Liquidez e Operacional para consolidar o conjunto de informações que fundamentaram a construção do modelo, módulo/funcionalidade ou procedimento.

AUDITORIA INTERNA – ATRIBUIÇÕES RELATIVAS AOS CONTROLES INTERNOS, À GESTÃO DE RISCOS E À FREQUÊNCIA DOS TRABALHOS DE AUDITORIA NOS ÚLTIMOS 12 MESES

Para atender ao BACEN, em função das exigências do CMN, aí incluídas as inerentes ao Acordo de Basiléia, e cumprir o Plano Anual de Atividades da Auditoria Interna – PAINT, aprovado pelo Ministério da Transparência, Fiscalização e Controle (MTFC), antiga Controladoria-Geral da União (CGU) e pelo Conselho de Administração, a Auditoria Interna avalia, semestralmente, entre outros itens de auditoria, o Sistema de

Controles Internos e, anualmente, o gerenciamento de risco de crédito, de mercado e operacional.

As ações com vistas à solução das ocorrências apontadas em Relatórios de Auditoria (RA) e os respectivos prazos para sua implantação, outrora informados pela unidade auditada em plano de ação no Sistema de Auditoria de Unidades (SIAUD), passam a ser incluídas no Sistema de Relatório de Controle Interno (SIRCI), a partir de trabalhos de auditoria iniciados em 2017, sendo acompanhados pela 2ª linha de defesa sob gestão da GEMON.

ATIVIDADES DE MONITORAMENTO CONTÍNUO REALIZADAS DURANTE O DESENVOLVIMENTO DAS OPERAÇÕES

Monitoramento do SCI

O monitoramento do Sistema de Controles Internos - SCI tem por objetivo avaliar o cumprimento dos princípios da Política de Controles Internos do Conglomerado CAIXA – MN PO002 - e sua estrutura básica de indicadores está baseada na estrutura do COSO, com a inclusão do componente “Linhas de Defesa”: Ambiente de Controle, Avaliação de Risco, Atividades de Controle, Comunicação & Informação, Atividades de Monitoramento e Linhas de Defesa.

A avaliação é reportada à Alta Administração da CAIXA semestralmente, por meio do Relatório de Controles Internos - RCI, e permite evidenciar o nível de maturidade do SCI da CAIXA. A implementação dos indicadores ocorre de forma gradual, considerando a disponibilidade, tempestividade, atualização, consistência e aplicabilidade das informações.

Matriz de Conformidade

Instrumento que tem o objetivo de avaliar e divulgar o índice de Conformidade das Unidades de Matriz e de Rede nos indicadores definidos, com a finalidade de estimular a melhoria contínua, a disseminação da cultura de controle e compliance e a busca para atingir a meta de 100% de conformidade. Na Matriz de Conformidade, quanto maior a pontuação atribuída a uma UG, maior o seu nível de conformidade e, portanto, menor o nível de exposição da CAIXA a riscos. A SUCOI divulga a Matriz de Conformidade até o 10º dia útil do mês subsequente, no endereço <http://www.sucoi.mz.caixa>.

TESTES PERIÓDICOS DE SEGURANÇA DOS SISTEMAS DE INFORMAÇÕES, EM ESPECIAL DOS MANTIDOS EM MEIO MAGNÉTICO

Segurança para o Desenvolvimento e Manutenção de Sistemas

As Vice-Presidências, a partir do Novo Modelo de Gestão, passaram a contar com Gerências Executivas para aprimoramento dos processos, o que vem a contribuir para o desenvolvimento e manutenção de sistemas. No Novo Modelo de Gestão, a Tecnologia da Informação é um “macroprocesso” com o objetivo de fornecer e manter a infraestrutura de tecnologia da informação e comunicação, para a sustentação dos negócios e atividades administrativas da CAIXA.

Abaixo, destacam-se alguns normativos com diretrizes e procedimentos que abrangem as atividades de manutenção e desenvolvimento de novos sistemas:

MN PO027 – Política de Segurança da Informação da CAIXA - estabelece princípios e diretrizes para proteção e disciplina do uso dos ativos de informação da

CAIXA ou sob sua custódia, assegurando a confidencialidade, integridade, autenticidade e disponibilidade;

MN TE197 – Segurança para o Desenvolvimento e Manutenção de Sistemas - estabelece diretrizes de desenvolvimento seguro, guiando e promovendo a aplicação das melhores práticas de segurança no ciclo de desenvolvimento de sistemas e na obtenção, paga ou não, de aplicativos de negócios;

MN TE177 – Diretrizes e Controles do Processo de Desenvolvimento de Sistemas - estabelece as diretrizes e controles institucionais para o processo de desenvolvimento de sistemas, ao qual esta norma complementa com as diretrizes de segurança.

As Unidades de Negócios (UN) e as Unidades Funcionais (UF), por meio de suas atribuições comuns, participam da Cadeia de Valor – Tecnologia da Informação, conforme MN OR005 – Arquitetura do Conglomerado CAIXA.

Por outro lado, têm-se as atuações da AUDTI – Auditoria Nacional Processos e TI quando da prestação de serviços que enfocam: (i) Tecnologia da Informação; (ii) Ativos; (iii) Arquitetura; (iv) Inovações; (v) Projetos; (vi) Operações; (vii) Serviços de segurança de TI; (viii) Desenvolvimento de sistemas; (ix) Processo de certificação digital.

Comunicação do Processo de Monitoração de Incidentes Tecnológicos

A CAIXA possui uma Equipe de Acompanhamento de Incidentes e Gestão de Crises na GESET - GN Segurança e Continuidade de Negócios em TI, vinculada à SUGTI - SN Governança de TI, denominada GRIST – Grupo de Resposta a Incidentes de Segurança Tecnológica, responsável por centralizar e auxiliar na divulgação das informações de incidentes tecnológicos, com tempestividade e adequado tratamento, e tem o objetivo de minimizar o impacto nas operações de negócios, ou seja, esta comunicação tem o propósito de estabelecer rotinas e fluxo de informações para o processo de gerenciamento de incidentes tecnológicos verificados nos ambientes computacionais, detectados de forma manual ou automática.

GRIST – Grupo de Resposta a Incidentes de Segurança Tecnológica

A CAIXA, por meio do GRIST, procura atuar, de forma proativa, na neutralização de ameaças de Segurança Tecnológica e, de forma reativa, na eliminação ou redução dos impactos causados por incidentes dessa natureza direcionados ao ambiente tecnológico.

Essa atuação compreende avaliar falhas de segurança em sistemas operacionais e mecanismos de proteção da rede, com intuito de aumentar a capacidade de resistência da rede a ataques externos, bem como reduzir as possibilidades de ataques originários do ambiente interno de rede de comunicações da CAIXA.

O GRIST une as informações colhidas do ambiente de acesso com as informações geradas pela análise dos computadores supostamente afetados e, em caso de incidentes complexos, elabora o RAI – Relatório de Análise de Incidentes – que é o documento do processo de análise do incidente, bem como a conclusão baseada nas evidências registradas sobre o caso.

Testes de Segurança dos Sistemas de Informações

A ferramenta SIEM - Security Incident and Event Management, sistema de correlação de eventos, encontra-se implantada desde o início do 2º semestre de 2012, sendo utilizada no gerenciamento de eventos (logs) e na segurança da informação, com foco na monitoração da segurança tecnológica. Por meio da correlação de eventos originados em diversas fontes, tais como: roteador, firewall, IPS, antivírus, Active

Directory, o SIEM gera alertas de incidentes que são tratados pela equipe GRIST/COS, por meio de notificações. O SIEM ainda fornece subsídios no tratamento de outros incidentes que dependam de algum log armazenado em sua base.

A CAIXA adquiriu, por meio de pregão, ferramenta de gestão de vulnerabilidade, cujo objetivo é a atuação preventiva aos incidentes de segurança tecnológica pelo GRIST. A solução vencedora foi a “McAfee Vulnerability Manager”, fornecida pela empresa Fast Help. A instalação foi concluída em abril/2014 e o processo está em execução, conforme o MN TE168.

O processo de gestão de vulnerabilidade, implementado com base em uma ferramenta de análise de vulnerabilidades, possibilita o acompanhamento da “saúde” dos ativos de TI no que diz respeito a atualização de versões, patches e outros pacotes de segurança fornecidos pelos respectivos fabricantes. Por meio de relatórios é possível saber se a situação está estável, se melhorou ou se piorou dentro de um determinado período. A ferramenta mantém o histórico das vulnerabilidades identificadas, permitindo, assim, o acompanhamento das correções aplicadas pelas equipes operacionais.

A ferramenta de monitoração de log DB2 (Guardium), para controle dos Administradores de Banco de Dados – DBA - foi implantada nas CN Operações de TI - CEPTI/BR, CEPTI/RJ e CEPTI/SP. O processo de instalação pela equipe CAIXA foi finalizado em junho/2014.

Relatório de Gestão 2017

Anexo IV – Plano de capacitação de TI

**PLANO DE CAPACITAÇÃO
ESCOLAS DE APRENDIZAGEM EM
NEGÓCIOS – ESCOLA DE TI
2017-2018**

Presidente da Escola
André Luiz Lopes
Gerente da Escola
Roberto Mauro Marques / GEDTI
Membros do Conselho da Escola
SUOTI Titular: Marcos César dos Santos - SN SUOTI – Suplente: Patricia Araújo Cortez – GE GERTI/SUOTI
SUOTI Titular: Livia Alves Veloso – Assessora SUOTI - Suplente: Marise de Jesus Lima Carneiro Freitas - Consultor Matriz GEOTI/SUOTI
SUCTI Titular: George Washington Menezes – SN SUCTI – Suplente: Sandro Lereno Taborda da Silva – GN GEABR/SUCTI
SUCTI Titular: Alexandre Lima Freire – GE SUCTI – Suplente: Silvia Maria Machado da Costa- Assessora DETEC
SUGTI Titular: André Luiz Lopes - SN /SUGTI – Suplente: Raquel Rocha Praxedes Rodrigues – Assessora SUGTI
SUGTI Titular: Fabiana Helena de Souza Cordeiro – GN GEDTI/SUGTI – Suplente: Roberto Mauro Marques – GE GEDTI

1. Diagnósticos (mapeamento de competências específicas, avaliação de desempenho e banco de sucessores)	
Necessidades identificadas	Competências relacionadas
<ul style="list-style-type: none"> • Gerir recursos/soluções tecnológicos • Gerir Processos Produtivos Centralizados • Gerir a conformidade, segurança e continuidade • Coordenar as atividades das filiais Certificação Digital • Gerir Prejuízo de Natureza Tecnológica • Gerir Níveis de Serviços Tecnológicos • Realizar a Gestão de bens e serviços dos Contratos de TI do Ambiente Centralizado • Disponibilizar e gerir a infraestrutura tecnológica necessária para a Solução Integrada de Gestão Empresarial (ERP) e Concessão de Crédito • Definir o Processo de Incidentes da CAIXA e realizar gestão de crise e incidentes críticos 	<ul style="list-style-type: none"> • Define o Processo de Incidentes da CAIXA e realiza gestão de crise e incidentes críticos. • Gere Nível de serviço de TI no ambiente descentralizado. • Gerencia segurança e continuidade de TI • Gere desempenho e estratégia de TI • Desenvolve a si mesmo • Domina seus assuntos • Atua como “dono” da CAIXA • Foca o Cliente • Incentiva a inovação
<ul style="list-style-type: none"> • Gerir Governança Estratégica, Financeira e Administrativa dos Recursos Tecnológicos e Serviços de TI sob Gestão da GN, além da Conformidade de Processos Internos de TI • Realizar Gestão dos Canais Agências e Unidades Funcionais • Realizar gestão dos Canais Loterias, Auto Atendimento, Atendimento Móvel e EDI - Transmissão de Arquivos Eletrônicos • Gerir processo de Telefonia, Telesserviços e Videoconferência • Gerir processo de Rede de comunicação WAN 	<ul style="list-style-type: none"> • Define, gerencia e mantém atualizados os padrões e as arquiteturas de armazenamento, processamento, hardware e software do ambiente centralizado da CAIXA. • Processos e rotinas de TIC no ambiente descentralizado. • Promove suporte, infraestrutura tecnológica e disponibilidade de canais. • Gere Serviços Regionais de TI • Gere arquitetura de TI • Gere operações tecnológicas • Age como “dono da Caixa” • Desenvolve a si mesmo • Domina seus assuntos
<ul style="list-style-type: none"> • Elaborar e Gerir o planejamento de demandas de TI • Elaborar e controlar o planejamento e organização da unidade • Suprir as necessidades de Tecnologia da Informação para os Negócios • Operar as Atividades Administrativas/Suporte/Apoio 	<ul style="list-style-type: none"> • Desenvolve e mantém soluções e projetos voltados para Crédito, Administração Financeira, Gestão Corporativa, Habitação e Portais Intranet, Internet e Extranet • Desenvolve e mantém soluções e projetos voltados para Fundos e Programas de Governo, Programas Sociais, Cadastro de Clientes e Fomento. • Desenvolve e mantém soluções e projetos voltados para Canais de Atendimento, Automação Bancária, Serviços Comerciais, Mercado Financeiro e Segmento Judiciário • Desenvolve a si mesmo • Domina seus assuntos • Incentiva a inovação

Necessidades identificadas	Competências relacionadas
<ul style="list-style-type: none"> • Elaborar Modelos e Termos de Referência de Contratos de Desenvolvimento de TI • Gerir desempenho de contratos de desenvolvimento de Software Terceirizado no âmbito da SUCTI • Elaborar Modelos de Métrica de Software e Padronizar o Processo de Gestão de Demandas de TI 	<ul style="list-style-type: none"> • Desenvolve modelo de contratação para desenvolvimento de soluções de TI • Padroniza o atendimento das demandas de TI • Atua como “dono” da CAIXA • Foca o cliente • Domina seus assuntos
<ul style="list-style-type: none"> • Elaborar e manter Arquiteturas em TI • Definir arquitetura de soluções e padrões para governança de dados e controle de informações • Definir políticas e processo para elaboração de arquitetura em TI • Disponibilizar soluções de TI do mercado para atendimento das necessidades de negócio • Definir metodologias, padrões e ferramentas para o processo de desenvolvimento de software 	<ul style="list-style-type: none"> • Gere metodologias/soluções tecnológicos, padrões e ferramentas para desenvolvimento de aplicativos que dão sustentação aos negócios da CAIXA • Prospecta soluções de mercado • Age como “dono da Caixa” • Desenvolve a si mesmo • Domina seus assuntos • Incentiva a inovação
<ul style="list-style-type: none"> • Monitorar os trabalhos de auditoria e conformidade da TI da Caixa • Gerenciar as Estratégias e o Desempenho de TI da CAIXA • Manter Informações Gerenciais e gerenciar Comunicação de TI • Gerir a Estratégia de Pessoas no Âmbito da VITEC • Operar a gestão do portfólio estratégico de projetos da VITEC • Gerenciar as Melhorias de Processos de TI 	<ul style="list-style-type: none"> • Gere o Portfólio Estratégico de Projetos da VITEC, • Gere a Plataforma Integrada e Gestão Empresarial. • Domina seus assuntos • Desenvolve a si mesmo e as pessoas • Age como “dono da Caixa”
<ul style="list-style-type: none"> • Prover centralizadamente a contratação de bens e serviços de TI • Gerir Bens e Serviços dos Contratos de TI do Ambiente de Desenvolvimento Centralizado • Gerir o Planejamento Financeiro e Orçamentário de TI • Apurar os Custos de TI • Gerir informações sobre fornecedores e contratos de TI • Gerir informações sobre Gestão Ativos de TI • Promover a adoção de critérios de sustentabilidade nas contratações de TI 	<ul style="list-style-type: none"> • Realiza a Gestão de bens e serviços dos Contratos de TI do Ambiente Centralizado. • Gere ativos de TI • Gere modelos de contratação de TI • Domina seus assuntos • Age como “dono da Caixa” • Desenvolve a si mesmo
<ul style="list-style-type: none"> • Definir padrões tecnológicos para o uso de criptografia e biometria na CAIXA • Suportar tecnologicamente o combate a fraudes nos canais SISAG, ATM, lotérico, CCA • Definir padrões e arquiteturas de segurança tecnológica • Coordenar as ações, padrões e políticas para continuidade dos serviços de TI • Prover Governança, Gestão de Risco e Conformidade nos processos de Segurança de TI • Monitorar e Tratar de Incidentes de Segurança Tecnológica • Gerir Soluções e Serviços de Segurança • Prover controle de acesso lógico a sistemas • Definir padrões para o Desenvolvimento de Sistemas com Segurança 	<ul style="list-style-type: none"> • Promove a segurança nos acessos lógicos • Garante segurança para a continuidade de negócios da TI. • Age como “dono da Caixa” • Desenvolve a si mesmo • Domina seus assuntos • Incentiva a inovação

Necessidades identificadas	Competências relacionadas
<ul style="list-style-type: none"> Definir a Arquitetura de Infraestrutura de TI Definir e Manter Arquitetura de TI para Plataforma Distribuída e Canais Definir, manter e gerenciar arquitetura tecnológica de Telecomunicações na CAIXA Gerir a Arquitetura de Gerenciamento das Plataformas Tecnológicas Gerir ciclo de vida das arquiteturas de sustentação aos sistemas de negócio 	<ul style="list-style-type: none"> Prospecta e homologa hardwares e softwares Planeja e administra infraestrutura tecnológica Define Arquitetura de Infraestrutura de TI Foca o Cliente Incentiva a inovação Atua como “dono” da CAIXA
<ul style="list-style-type: none"> Gerir soluções para otimização dos processos de Gestão de Pessoas Implantar Solução Integrada de Crédito e Agronegócio Operacionalizar, acompanhar e fiscalizar a execução contratual no âmbito de atuação da GEPEM Validar Arquitetura de Solução Gerir Modelagem de Processos no âmbito da GEPEM Gerir a Mudança Organizacional para facilitar as ações da implementação das soluções SAP na CAIXA Efetuar a definição Tributária e Contábil, bem como Gerir a Manutenção da Tributação e da Contabilidade, enquanto representantes da SUCON Gerenciar, definir e padronizar procedimentos de testes para as soluções SAP Garantir a definição e implementação da Segurança e Auditoria do Programa Atuar como Escritório de Gerenciamento de Programa e viabilizar a integração entre as equipes de projetos 	<ul style="list-style-type: none"> Promove soluções Integradas de Gestão Empresarial (ERP) Gere, define e padroniza procedimentos de testes para as soluções SAP Valida arquitetura de solução Viabiliza a integração entre as equipes de projetos Desenvolve a si mesmo Domina seus assuntos Age como “dono da Caixa” Foca o cliente
<ul style="list-style-type: none"> Atuar de forma proativa junto as áreas de negócio com a competência de “ADVISOR”, sendo consultor propositivo na solução de problemas e/ou oportunidades de negócio que envolvam automação, desenvolvimento e prospecção de tecnologia. Atuar de forma inovadora na construção de soluções experimentais e inéditas que possam gerar oportunidades de negócio e gerar produtos disruptivos para o negócio e a TI. Diversificar a forma de atendimento ao negócio, por meio de construção de esteiras de atendimento ágil. Desenvolver competências de transformação, integração e mudança, para atuação em modelos de gestão voltados sinergia e cadeias fim a fim (Centros de Competência). 	<ul style="list-style-type: none"> Age como “dono da Caixa” Desenvolve a si mesmo Domina seus assuntos Incentiva a inovação Prospecta soluções de mercado Foca o cliente Padroniza o atendimento das demandas de TI

Necessidades identificadas	Competências relacionadas
<ul style="list-style-type: none"> • Prover metodologia de Gerenciamento de Programas, Portfólio e Projetos baseado em boas práticas de mercado • Atuar na estruturação dos processos de Gerenciamento de Programas, Portfólio e Projetos • Capacitar e desenvolver competências de pessoas na gestão dos Programas, Portfólio e Projetos do Portfólio Estratégico da VITEC 	<ul style="list-style-type: none"> • Age como “dono da Caixa” • Desenvolve a si mesmo • Domina seus assuntos • Incentiva a inovação • Prospecta soluções de mercado • Foca o cliente • Gere o Portfólio Estratégico de Projetos da VITEC
<ul style="list-style-type: none"> • Conhecimento – processo, gestão e práticas • Mudança de cultura organizacional – gestão e método • Capacidade produtiva – método e processo • Planejamento e organização - métodos • Benchmarking - roteiro • Capacidade de síntese • Comunicação Escrita • Coordenação de reuniões • Pacote Office • Painel de Gestão VITEC • Sharepoint • SIPTI 	<ul style="list-style-type: none"> • Gestão da Estratégia de Pessoas da TI • Domina seus assuntos • Desenvolve a si mesmo e as pessoas • Age como “dono da Caixa”

Necessidades identificadas	Competências relacionadas
<ul style="list-style-type: none"> • Ciência dos dados • Qualidade e manutenção dos dados • Inteligência de negócios • Arquitetura de dados • Scrum • Engenharia de desenvolvimento • Marketing de conteúdo digital • Web / app editorial • Inovação digital / concepção de novos produtos digitais • Infra-estrutura em nuvem • Operações em nuvem • Grandes plataformas e ferramentas de dados • Manutenção e transformação de infra-estrutura de legado • Arquitetura corporativa • Arquitetura SoA • Desenvolvimento SoA • Desenvolvimento de aplicativos / sites para dispositivos móveis • Dados móveis e geolocalização • Q/A móvel • Design de experiência do usuário (UX) • Desenvolvimento front-end digital • Omni-canal • Risco de TI • Segurança tecnológica • Pagamentos digitais • Comércio eletrônico • Marketing de mídia social • Marca digital 	<ul style="list-style-type: none"> • Tem interesse pelas tecnologias digitais • Tem coragem para tomar decisões • É resistente a frustrações • Equilibra suas emoções • Define metas e objetivos para o próprio trabalho • Identifica e potencializa oportunidades de negócios • Se comunica de modo eficaz • Constrói redes de relacionamento • Administra seu tempo • É ágil no trabalho • Analisa e mitiga riscos • Define prioridades e alternativas • Gosta de estudar e aprender • Reconhece as próprias limitações e fraquezas • Compartilha o conhecimento • Fundamenta suas argumentações com fatos e dados • Avalia a qualidade das informações • É prestativo no atendimento ao cliente • É receptivo às solicitações, críticas e sugestões do cliente • Tem interesse em conhecer as necessidades do cliente

2. Objetivo geral do Plano de Capacitação

Promover ações de capacitação e educação profissional aos empregados da Área de Tecnologia da Informação, por meio de contratação de eventos externos ou de ações educacionais já existentes no portfólio ou a serem desenvolvidas pela UC, as quais estejam vinculadas ao planejamento institucional, potencializando o desenvolvimento das competências individuais e coletivas, bem como do desenvolvimento integral e valorização da qualidade de vida, buscando a excelência na qualidade dos serviços prestados e o alcance das metas institucionais.

3. Indicadores de Capacitação (Quantidade de empregados capacitados/Quantidade de empregados na Unidade) *100

Quantidade de empregados capacitados no período (Quantidade de empregados capacitados / Quantidade de empregados na Unidade) * 100

4. Soluções educacionais do portfólio

Solução Educacional	Metodologia/ Modalidade	Carga horária	Público alvo	Necessita atualização? S ou N
1.Os 7 Hábitos das Pessoas Altamente Eficazes	Presencial	3 dias	SUOTI - Corpo gerencial que ainda não fez o Curso e extensão aos Consultores MZ e Substitutos Eventuais dos Gerentes Executivos SUCTI e GEPEM - 30% do corpo gerencial que ainda não fez o Curso GEDTI - 50% do corpo gerencial que ainda não fez o Curso (GE e CPM); GEARQ - 30% do corpo gerencial que ainda não fez o Curso	N
2.Liderança e Resultados Sustentáveis	Presencial	4 dias	SUOTI - Corpo gerencial que ainda não fez o Curso e extensão aos Consultores MZ e Substitutos Eventuais dos Gerentes Executivos SUCTI e GEPEM - 30% do corpo gerencial que ainda não fez o Curso GEDTI - 50% do corpo gerencial que ainda não fez o Curso (GE e CPM) GEARQ - 30% do corpo gerencial que ainda não fez o Curso	N

Solução Educacional	Metodologia/ Modalidade	Carga horária	Público alvo	Necessita atualização? S ou N
3.Líder Coach	Presencial	3 dias	SUOTI - Corpo gerencial que ainda não fez o Curso e extensão aos Consultores MZ e Substitutos Eventuais dos Gerentes Executivos SUCTI e GEPEM - 30% do corpo gerencial que ainda não fez o Curso GEDTI - 50% do corpo gerencial que ainda não fez o Curso (GE e CPM) GEARQ - 30% do corpo gerencial que ainda não fez o Curso	N
4.Noções de Gerenciamento de Projetos	EAD	1 hora	Empregados que atuem em projetos nas GEAs, GERTI, GEOTI, Centralizadoras e Filiais 100% dos empregados da GEDTI 100% dos empregados da GEARQ	N
5.Fundamentos do Gerenciamento de Projetos - Módulo I	EAD	8 horas	Empregados que atuem em projetos nas GEAs, GERTI, GEOTI, Centralizadoras e Filiais GEDTI - 100% - Equipe de Projetos e 50% - demais células; GEARQ - Empregados da unidade que ainda não fez o Curso	N
6.Fundamentos do Gerenciamento de Projetos - Módulo II	EAD	10 horas	Empregados que atuem em projetos nas GEAs, GERTI, GEOTI, Centralizadoras e Filiais GEDTI - 50% - Equipe de Projetos GEARQ - Empregados da unidade que ainda não fez o Curso	N
7.Curso 1 - Introdução à Gestão de Bens e Serviços (Gestão de Bens e Serviços – Eficiência de Gastos)	EAD	10 horas	Todos empregados responsáveis por gestão de contratos das unidades GEGAT, GEARQ, GEDTI, GEOTI, GERTI, GESET, CEDES, CEPTI, CETAD, CETEC e GITEC	N
8.Curso 2 - Usuário do Bem ou Serviço - Gestão de Bens e Serviços – Eficiência de Gastos	EAD	10 horas	Todos empregados responsáveis por gestão de contratos das unidades GEGAT, GEARQ, GEDTI, GEOTI, GERTI, GESET, CEDES, CEPTI, CETAD, CETEC e GITEC	N
9.Curso 3 - Antes da Decisão de Contratar (Gestão de Bens e Serviços - Eficiência de Gastos)	EAD	7 horas	Todos empregados responsáveis por gestão de contratos das unidades GEGAT, GEARQ, GEDTI, GEOTI, GERTI, GESET, CEDES, CEPTI, CETAD, CETEC e GITEC	N
10.Curso 4 – Planejamento da Contratação (Gestão de Bens e Serviços – Eficiência de Gastos)	EAD	25 horas	Todos empregados responsáveis por gestão de contratos das unidades GEGAT, GEOTI, GERTI, GESET, CEDES, CEPTI, CETAD, CETEC e GITEC	N

Solução Educacional	Metodologia/ Modalidade	Carga horária	Público alvo	Necessita atualização? S ou N
11. Curso 5 – Gestão Operacional de Contratos (Gestão de Bens e Serviços – Eficiência de Gastos)	EAD	15 horas	Todos empregados responsáveis por gestão de contratos das unidades GEGAT, GEOTI, GERTI, GESET, CEDES, CEPTI, CETAD, CETEC e GITEC	N
12. A Influência da Sinergia nas Equipes de Trabalho	EAD	6 horas	Todos empregados das unidades GEOTI, GERTI e suas vinculadas	N
13. Risco Operacional	EAD	4 horas	Todos empregados das unidades GEOTI, GERTI e suas vinculadas. 70% dos empregados da GESET	N
14. Risco Operacional – Módulo Avançado	EAD	20 horas	Todos empregados das unidades GEOTI, GERTI e suas vinculadas	N
15. Conduzindo Reuniões Mobilizadoras	EAD	20 horas	Todos empregados das unidades GEOTI, GERTI e suas vinculadas	N
16. Cartilha de boas práticas em Segurança da informação	EAD	2 horas	70% dos empregados da GESET	N
17. DHG – Desenvolvimento de Habilidades Gerenciais	Presencial	3 dias	30% do corpo gerencial que ainda não fez o Curso	N
18. Controles Internos	EAD	30 horas	50% Equipe de Auditoria da GEDTI	N
19. Modelo de Gestão CAIXA	EAD	20 horas	100% dos empregados da GEDTI	N
20. A arte de falar em público	EAD	6 horas	50% dos empregados da GEDTI	N
21. A influência da sinergia nas equipes de trabalho –	EAD	6 horas	50% dos empregados da GEDTI	N
22. Comunicação e Relacionamento Interpessoal	EAD	4 horas	100% dos empregados da GEDTI	N
23. Comunicação eficaz	EAD	10 horas	50% dos empregados da GEDTI	N
24. Feedback – Ferramenta de Desenvolvimento	EAD	5 horas	100% dos empregados da GEDTI	N
25. Plano Estratégico Caixa	EAD	6 horas	100% Equipe de Desempenho de TI - GEDTI	N
26. Seja inovador	EAD	4 horas	30% dos empregados da GEDTI 100% Equipe de Desempenho de TI - GEDTI	N
27. Dicas para viver melhor	EAD	6 horas	30% dos empregados da GEDTI 100% Equipe de Desempenho de TI - GEDTI	N
28. COMUNICACAO EFICAZ: UMA QUESTAO DE EMPATIA Curso Virtual – GEDTI03	EAD		30% dos empregados da GEDTI 100% Equipe de Informações Gerenciais e Comunicação - GEDTI	N
29. Conduzindo apresentações	EAD	6 horas	Todos empregados	N
30. Introdução à Responsabilidade Socioambiental no Sistema Financeiro	EAD	4 horas	Todos empregados GEGAT	N

31. Gestão por Processos Caixa (Conceitos e Metodologia)	Presencial	12h	Todos Gestores	N
32. Design Thinking na Prática	Presencial	12h	Todos empregados e gestores	N
33. Gerenciando pessoas para resultado	Presencial	16h	Todos os gestores	N
34. Habilidades Básicas de Gestão	Presencial	16h	Todos os Gestores	N
35. Raciocínio Estratégico e Visão Sistêmica	Presencial	16h	Superintendentes Nacionais	N
36. COBIT Foundation – Elementos Fundamentais do COBIT05	EAD	15h	Todos os empregados	N
37. SDL (Security Development Lifecycle)	EAD		Empregados envolvidos com Segurança de TI	N
38. BABOK v3 (Business Analysis Body of Knowledge - BABOK® Guide)	EAD		Empregados das VITEC/SUCTI/GEABR, SP e RJ, SUGTI/GEDTI/GEARQ, SUOTI/GERTI Gedti - 50% Equipe de Melhoria de Processos e Participantes do Modelo Operativo	N
5. Estratégia de Oferta das Ações do Portfólio (que estratégias serão usadas para indicar/incentivar as participações)				
<ul style="list-style-type: none"> • Divulgação de Informe para as unidades VITEC (todos os empregados), contendo orientação de cursos a serem priorizados para realização; • Orientação aos empregados para utilização de outras fontes de aprendizado como exemplo: Cartilhas, tutoriais, cursos Ead, dentre outros que podem ser acessados no endereço http://unidades/sites/gedti/escoladeti. 				

6. Desenvolvimento de novas soluções educacionais (considerando as competências a serem desenvolvidas, identificadas nos diagnósticos)			
Solução educacional	Público alvo	Demandas verificadas nos diagnósticos	Competências relacionadas
PROTEC - O Programa de Execução de Ações Estratégicas e Projetos Distribuídos de TI é um programa cujo foco é estruturar gerenciamento de projetos. Esta ação educacional é dirigida, obrigatoriamente, aos empregados que desempenharão a função de gerente de projetos.	Empregados da VITEC/ SUOTI/ GERTI/CETEC/GITECs.	· Capacitação em gerenciamento de projetos, baseado na certificação PMP - Project Management Professional/PMI nos níveis básico, médio e avançado.	Domina seus assuntos Foca o cliente Incentiva a inovação Gere aplicativos de TI Gere estratégia e desempenho de TI
Curso de Testes de Software - CEDES RJ	Empregados da VITEC/ SUOTI/GERTI/CETEC/GIT EC E GEDTI - 25% Equipe de Metodologia de desenvolvimento	· Gerir desempenho de contratos de desenvolvimento de Software Terceirizado no âmbito da SUCTI; · Elaborar Modelos de Métrica de Software e Padronizar o Processo de Gestão de Demandas de TI.	Desenvolve modelo de contratação para desenvolvimento de soluções de TI Padroniza o atendimento das demandas de TI Atua como “dono” da CAIXA Foca o cliente Domina seus assuntos
Curso Gerenciamento de Projetos – Curso presencial desenvolvido pela SUICE	Gerente e substitutos	· Capacitação em Gerenciamento de Projetos.	Gere o Portfólio Estratégico de Projeto Gere arquitetura tecnológica Desenvolve a si mesmo Domina seus assuntos Incentiva inovação
Curso de SAP módulo RH	Equipes de gestão de pessoas das unidades GEAs e CEDES	· Gerir soluções para otimização dos processos de Gestão de Pessoas.	Viabiliza a integração entre as equipes de projetos Desenvolve a si mesmo Domina seus assuntos Age como “dono da Caixa” Foca o cliente

Curso de Formação de Desenvolvedores de TI – Módulo I	Empregados VITEC recém chegados na Unidade ou com pouca experiência em TI	<ul style="list-style-type: none"> · Dar conhecimento ao Processo Padrão de Desenvolvimento de Sistemas; · Capacitação em Modelagem de Negócios e Engenharia de Processos · Aprendizado do uso funcional da Ferramenta Rational Team Client (RTC); · Capacitação de técnicos em Análise de Requisitos e Contratação de serviços de TI. 	Gere metodologias/soluções tecnológicos, padrões e ferramentas para desenvolvimento de aplicativos que dão sustentação aos negócios da CAIXA Prospecta soluções de mercado Age como “dono da Caixa” Desenvolve a si mesmo Domina seus assuntos Incentiva a inovação
Workshops / Palestras Riscos de TI – ações de conscientização e disseminação das noções e conceitos de Riscos de TI	Gestores da VITEC	<ul style="list-style-type: none"> · Prover Governança, Gestão de Risco e Conformidade nos processos de Segurança de TI. 	Promove a segurança nos acessos lógicos Garante segurança para a continuidade de negócios da TI. Age como “dono da Caixa”
Curso Gerenciamento de Projetos – PM Canvas– Curso presencial desenvolvido pelo ECPTI	GEDTI - Gerentes e substitutos e Participantes do Modelo Operativo	<ul style="list-style-type: none"> · Capacitação em Gerenciamento de Projetos utilizando o método Project Model Canvas. 	Gere o Portfólio Estratégico de Projeto Gere arquitetura tecnológica Desenvolve a si mesmo Domina seus assuntos Incentiva inovação Foca o cliente
Curso Gerenciamento de Programas– Curso presencial desenvolvido pelo ECPTI	GEDTI - Gerentes e substitutos e Participantes do Modelo Operativo	<ul style="list-style-type: none"> · Capacitação em Gerenciamento de Programas pautados nos princípios da OGC (Office of Government Commerce) conforme o guia MSP (Managing Successful Programmes). 	Gere o Portfólio Estratégico de Projeto Gere arquitetura tecnológica Desenvolve a si mesmo Domina seus assuntos Incentiva inovação Prospecta soluções de mercado Foca o cliente Padroniza o atendimento das demandas de TI
Curso Gestão de Mudança Organizacional HCMBOK– Curso presencial desenvolvido pela GEDTI06 (a partir da segunda quinzena de agosto/2016)	GEDTI - 100% da equipe de Melhoria de Processos, 100% da equipe de Estratégia de Pessoas da TI e Participantes do Modelo Operativo	<ul style="list-style-type: none"> · Capacitação em Gestão de Mudanças Organizacionais pautadas nos princípios HUCMI (Human Change Management Institute) conforme o guia HCMBOK (Human Change Body of Knowledge). 	Desenvolve a si mesmo Domina seus assuntos Incentiva inovação Prospecta soluções de mercado Foca o cliente Padroniza o atendimento das demandas de TI

Gestão Estratégica Balanced Scorecard	GEDTI - 50% Equipe de Desempenho	<ul style="list-style-type: none"> · Capacitação em governança de TI (diferença entre Gestão e Governança); · Construção de indicadores voltados para a avaliação de desempenho: acompanhamento, avaliação e correção de desvios; · Compreender os processos e políticas da Governança Corporativa, suas relações com empregados, clientes e fornecedores, visando sua implementação e gestão. 	Gere desempenho e estratégia de TI Domina seus assuntos. Atua como “dono” da CAIXA Foca o Cliente Incentiva a inovação
Gestão Estratégica Metodologia para Definição de Indicadores de Desempenho	GEDTI - 50% Equipe de Desempenho	<ul style="list-style-type: none"> · Construção de indicadores voltados para a avaliação de desempenho: acompanhamento, avaliação e correção de desvios. 	Gere desempenho e estratégia de TI Domina seus assuntos. Atua como “dono” da CAIXA Foca o Cliente
Sharepoint básico – negociar com colegas da GEDTI que tem conhecimento para compartilhamento em forma de apresentação	(100% Equipe da Estratégia de Pessoas/Escola de TI)	<ul style="list-style-type: none"> · Capacitação em softwares e ferramentas de desenvolvimento de sites para armazenar, organizar, compartilhar e acessar informações executivas, em qualquer dispositivo. 	Domina seus assuntos Desenvolve a si mesmo e as pessoas Gestão da Estratégia de Pessoas de TI
Sharepoint - Intermediário Planilha Excel - Intermediário	GEDTI - 50% Equipe de Informações Gerenciais e Comunicação	<ul style="list-style-type: none"> · Capacitação em softwares e ferramentas de desenvolvimento de sites para armazenar, organizar, compartilhar e acessar informações executivas, em qualquer dispositivo. 	Desenvolve modelo de comunicação e informações executivas de TI Padroniza e customiza a disponibilização das informações de TI Atua como “dono” da CAIXA Foca o cliente Domina seus assuntos
Escrita Jornalística Escrita Técnica	GEDTI - 50% Equipe de Informações Gerenciais e Comunicação	<ul style="list-style-type: none"> · Capacitação em comunicação e técnica de redação jornalística e técnica. 	Foca o cliente Domina seus assuntos
Agenda de compartilhamento de conhecimento interno: Processos, Gestão conhecimento, Gestão da cultura, Normativos RH (071, 128,150,142, etc) Painel de Gestão e Portal VITEC, outros temas)	GEDTI - 100% Equipe da Estratégia de Pessoas/Escola de TI	<ul style="list-style-type: none"> · Conhecimento – processo, gestão e práticas; · Mudança de cultura organizacional – gestão e método; · Planejamento e organização – métodos; · Capacidade de síntese; · Coordenação de reuniões. 	Desenvolve a si mesmo e a equipe Domina seus assuntos Gestão da Estratégia de Pessoas de TI

Pacote OFFICE (Excel, PP e Word 2010) – Escola TI – agenda de cursos mensais	GEDTI - 30% dos empregados da 100% Equipe da Estratégia de Pessoas/Escola de TI 100% Equipe de Informações Gerenciais e Comunicação	<ul style="list-style-type: none"> · Capacitação para utilização de Word e Excell – cartilhas da Escola TI; 	Desenvolve a si mesmo e as pessoas Domina seus assuntos Gestão da Estratégia de Pessoas de TI
Academia de Liderança	Gedti - 100% Equipe da Estratégia de Pessoas/Escola de TI	<ul style="list-style-type: none"> · Conhecimento – processo, gestão e práticas; · Mudança de cultura organizacional – gestão e método; · Planejamento e organização – método e gestão; 	Domina seus assuntos Desenvolve a si mesmo e as pessoas Gestão da Estratégia de Pessoas de TI
Indicadores - negociar com colegas da GEDTI que tem conhecimento para compartilhamento em forma de apresentação	GEDTI - 100% Equipe da Estratégia de Pessoas/Escola de TI	<ul style="list-style-type: none"> · Planejamento e organização – método e gestão; 	Gestão da Estratégia de Pessoas de TI
Workshop Governança de TI – Curso presencial desenvolvido pela GEDTI06.	GEDTI	<ul style="list-style-type: none"> · Capacitação no modelo de governança de TI da VITEC conforme as práticas de mercado e as normas de compliance aplicadas à CAIXA; 	Gere desempenho e estratégia de TI Domina seus assuntos. Atua como “dono” da CAIXA Padroniza e customiza a disponibilização das informações de TI
Arquitetura Corporativa – TOGAF	Empregados das VITEC/SUCTI/GEABR, SP e RJ, SUGTI/GEDTI e GEARQ SUOTI/GERTI	<ul style="list-style-type: none"> · Elaborar e manter Arquiteturas em TI; · Definir arquitetura de soluções e padrões para governança de dados e controle de informações; · Definir políticas e processo para elaboração de arquitetura em TI; 	Foca o cliente Domina seus assuntos Planeja e administra infraestrutura tecnológica Define Arquitetura de Infraestrutura de TI Gere desempenho e estratégia de TI Define, gerencia e mantém atualizados os padrões e as arquiteturas de armazenamento, processamento, hardware e software do ambiente centralizados da CAIXA

7. Eventos externos (relacionar os eventos externos ou de oportunidade, programados para o exercício. Atender o disposto no RH 128)

Os eventos relacionados em planilha sintética tem o objetivo de direcionar a capacitação das pessoas da TI, onde as prioridades foram elencadas pelos Superintendentes. Assim, o total dos eventos propostos para a VITEC, aos quais estão discriminados na planilha sintetizada abaixo:

UNIDADE	TIPO	CURSO
SUGTI, SUCTI, GEPEM	Certificação	Certificação HCMBOK + HCMP
SUGTI SUCTI	Certificação	Certificação Scrum Master
SUGTI SUCTI	Certificação	Certificação SCUM PO
SUCTI	Evento	CHATBOT 4 DEVS
SUCTI	Treinamento	Treinamento Básico em Elasticsearch
SUGTI	Evento	Summit Gestão Integrada de Riscos - Resolução nº 4.557
SUGTI	Treinamento	Casos Práticos sobre contratação direta
SUCTI	Treinamento	Treinamento Análise de Negócios
SUGTI	Evento	User Group Guardium
SUGTI	Treinamento	Treinamento Chave Mestra
SUGTI	Treinamento	Como Mitigar Riscos em Contratos de TI
SUGTI	Treinamento	Avaliação e Qualificação de Fornecedores
SUOTI	Treinamento	z Systems Academic Initiative / IBM Systems Technical University
VITEC	Treinamento	Curso SOAP (Visual, Apresentações e Apresentador)
SUOTI	Treinamento	Curso Targettrust - Administrador e Suporte Linux
SUOTI	Treinamento	Curso SIP - Session Initiation Protocol e Telefonia IP
SUOTI	Treinamento	Curso HDI Brasil - KCS Knowledge-Centered Support
VITEC	Evento	Security & Risk Management Summit
VITEC	Evento	Gartner Data & Analytics Summit
VITEC	Evento	Gartner Data Center
VITEC	Evento	Symposium ITXPO

VITEC	Evento	Agile Trends GOV
VITEC	Evento	Agile Brazil
VITEC	Evento	Management 3.0
VITEC	Evento	Customer Experience Summit
VITEC	Evento	The Developer's Conference
VITEC	Evento	Imersão Agil
SUGTI	Evento	PMO SUMMIT 2017
SUCTI	Treinamento	Curso de Biometria e GBS
SUCTI	Evento	Summit Pagamentos Digitais e Tecnologias Distribuídas
VITEC	Treinamento	Treinamento em Design Thinking
VITEC	Evento	CIAB FEBRABAN
SUCTI	Treinamento	Introdução à Programação Orientada a Objeto
SUCTI	Treinamento	DevOps na Prática para Gestores
SUGTI	Treinamento	Archimate
SUGTI	Eventos	4º Seminário FEBRABAN sobre Controles Internos
SUGTI	Treinamento	Curso "Auditoria de Tecnologia da Informação"
SUGTI	Treinamento	Regulamento de Licitações e Contratos das Empresas Estatais de Acordo com a Lei 13.303/16
SUGTI	Treinamento	Fundamentals of Incident Handling
SUGTI	Evento	6ª edição do GRC International + 5ª edição DRIDAY Latin America
SUGTI	Evento	SUMMIT CYBERSECURITY: OS DESAFIOS E IMPACTOS NA REPUTAÇÃO CORPORATIVA
SUGTI	Evento	17º Encontro de Gerenciamento de Projetos
SUGTI	Evento	Gestão Estratégica Balanced Scorecard
SUGTI	Evento	Formação de Cultura e Indicadores de Gestão do Conhecimento
SUGTI	Evento	Workshop Lessons Learned (Mundo PM)
SUGTI	Evento	HSM EXPO Management
SUGTI	Evento	Barry Boehm & Friends
SUGTI	Evento	Hackers To Hackers Conference (H2HC)

SUGTI	Evento	Advanced Incident Handling for Technical Staff
SUGTI	Evento	CNASI - CONGRESSO DE SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO, AUDITORIA E GOVERNANÇA TIC
SUGTI	Evento	Riscos de TI com fundamento nas melhores práticas de Governança de TI e na moderna jurisprudência do TCU
SUGTI	Evento	SUMMIT FRAUDES NOS CANAIS ELETRÔNICOS
SUGTI	Evento	eSCM – Melhores práticas para desempenho das aquisições prestação de serviço de TI
SUGTI	Evento	Gestão e Fiscalização de Contratos Administrativos – Melhores Práticas
SUGTI	Evento	Gestão de Fornecedores
SUGTI	Evento	Gestão do Orçamento Público
SUGTI	Evento	Evento DAMA LATAM 2017 – Data Management Conference
SUGTI	Evento	IBM STU
GEPEM	Evento	CNASI DF
GEPEM	Evento	WCIT2017
GEPEM	Evento	Programa do Boot Camp & CBPP Exam
SUCTI	Evento	Cloud Forum Brasil - 7a. Edição
SUCTI	Evento	Informationshow 2017
SUCTI	Evento	TSO/ISPF e SDSF
SUCTI	Evento	Curso Planejamento, Gestão e Fiscalização de Contratos em TI (BR e RJ SP)
SUCTI	Evento	Programming in HTML5 with JavaScript and CSS3
SUCTI	Evento	Planejamento de Marketing Digital
SUCTI	Evento	Evento RIO INFO 2017

Soluções priorizadas (relacionar as ações a serem priorizadas em 2017-2018)		
Cursos ALURA		
Nome	Código	Carga Horária
3D Softimage: Modelagem, Texturização e Iluminação	3d-softimage	14
3ds Max: Modelagem para jogos	modelagem-para-jogos-com-3ds-max	13
Access: inicie suas consultas com agrupamento, classificação e mais	access-inicie-suas-consultas	8
After Effects I: Aprendendo a fazer animações 2D	after-effects-para-animacoes	10
After Effects II: Avançando na criação de animações 2D	avancando-after-effects-para-animacoes	10
After Effects: Composição e Sonorização de Animação	after-effects-composicao-e-sonorizacao-de-animacao	5
Algoritmos I: Selection, Insertion e Introdução a Análise	projetos-de-algoritmos-1	12
Algoritmos II: MergeSort, QuickSort, Busca Binária e Análise de Algoritmo	projetos-de-algoritmos-2	12
Amazon EC2: Faça um deploy da sua webapp com alta disponibilidade e escalabilidade.	introducao-ao-cloud-do-ec2-no-aws	20
Android com Web Service parte 1: Sincronize sua app com o servidor	android-sincronizacao-com-servidor	10
Android com Web Service parte 2: mais técnicas de sincronização	android-sincronizacao-com-servidor-parte-2	12
Android com Web Service parte 3: sincronização em modo offline	android-sincronizacao-com-servidor-parte-3	8
Android I: Crie sua App fantástica com Android Studio	android-studio	10
Android I: Crie sua App fantástica no Eclipse	android1	12
Android II: Imersão em interfaces e recursos	android2	8
Android II: Integração com apps e recursos do device	android-studio-ii-integracoes-e-recursos	8
Android III: Aprimore sua app com Fragments, Google Maps e GPS	android-studio-iii-fragments-maps-gps	8
Android III: Integrações e Mapas para turbinar sua App	android3	20
Android na prática: um aplicativo de Chat com Retrofit, EventBus e Dagger	android-chat	16
Angular 1: crie webapps poderosas	angularjs-mvc	16
Angular 2: webapps ainda mais poderosas parte 1	angular2-parte1	18
Angular 2: webapps ainda mais poderosas parte 2	angular2-parte2	18
Animação 3D com Softimage parte 1: Rigging, Controladores e Constrains	animacao-3d-com-softimage	5

Nome	Código	Carga Horária
Animação 3D com Softimage parte 2: Rotoscopia, Marking Sets e Deformadores	3d-softimage-rotoscopia-marketing-sets-deformadores	10
Animate (Flash): animações em swf e HTML5	banners-em-flash	16
Ant: Build robusto para projetos Java	ant	12
Apache Camel: O framework de integração entre sistemas	camel	16
Arduino: Do zero ao jogo	arduino	20
Arduino: Introdução à Robótica	arduino-robotica	12
ASP.NET Core parte 1: Crie uma aplicação MVC com EF Core e Bootstrap	webapp-asp-net-core-parte-1	8
ASP.NET Core parte 2: Melhorando sua webapp com validações e segurança.	webapp-asp-net-core-parte-2	8
ASP.NET MVC 5: O framework pronto para a web	desenvolvimento-web-asp-net-mvc-5	20
ASP.NET: Razor	razor	20
Blender 3D: Modelagem no mundo real	3d-blender	8
Bootstrap: criação de uma single-page responsiva	bootstrap-criacao-single-page-responsiva	12
Business Model Canvas parte I : Um modelo poderoso para o seu negócio	business-model-canvas	8
Business Model Canvas parte II : Avance no seu modelo de negócios	avance-na-construcao-de-negocios	8
C I: Introdução à Linguagem das Linguagens	introducao-a-programacao-com-c-parte-1	8
C II: Avançando na linguagem	introducao-a-programacao-com-c-parte-2	8
C III: Recursos avançados da linguagem	introducao-a-programacao-com-c-parte-3	8
C# I: Fundamentos da linguagem	fundamentos-de-csharp	12
C# II: Orientação a objetos	csharp-orientacao-a-objetos	12
C# III: Tópicos Avançados	csharp-topicos-avancados	12
C#: Paralelismo no mundo real	csharp-paralelismo-no-mundo-real	8
CakePHP I: Acelere o desenvolvimento web	cakephp	5
CakePHP II: Validação, emails e mais recursos	cake-php-2	9
CDI 1.2: Use uma das principais especificações do JavaEE.	cdi-usando-umas-das-principais-especificacoes-do-javaee	12
Certificação Cisco CCNA parte 1: Network Fundamentals I	certificacao-ccna-parte-1	8

Nome	Código	Carga Horária
Certificação Cisco CCNA parte 2: Network Fundamentals II	certificacao-ccna-parte-2	8
Certificação Cisco CCNA parte 3: LAN Switching Fundamentals	certificacao-ccna-parte-3	8
Certificação ITIL Foundation 1: Introdução ao gerenciamento de TI	certificacao-itil	8
Certificação ITIL Foundation 2: Estratégias e Desenho de Serviços	certificacao-itil-2	8
Certificação ITIL Foundation 3: Transição e Operação de Serviço	certificacao-itil-3	8
Certificação ITIL Foundation 4: Melhoria Contínua de Serviço	certificacao-itil-4	8
Certificação Java SE 7 Programmer I: Criando e usando Arrays	certificacao-java-usando-arrays	8
Certificação Java SE 7 Programmer I: Laços	certificacao-java-loops	8
Certificação Java SE 7 Programmer I: Lidando com exceções	certificacao-java-excecoes	8
Certificação Java SE 7 Programmer I: Métodos e encapsulamento	certificacao-java-metodos-encapsulamento	8
Certificação Java SE 7 Programmer I: O básico de Java	certificacao-java-basico	8
Certificação Java SE 7 Programmer I: Operadores	certificacao-java-operadores-decisao	8
Certificação Java SE 7 Programmer I: Relações entre classes	certificacao-java-heranca	8
Certificação Java SE 7 Programmer I: Tipos de Dados	certificacao-java-tipos-de-dados	8
Certificação Java SE 8 Programmer I: Conteúdo além da prova	certificacao-java-lambdas-api-de-datas	10
Certificação Linux LPI Essentials parte 1: Evolution and Distributions	linux-essentials-1	8
Certificação Linux LPI Essentials parte 10: Where Data is Stored	linux-essentials-10	4
Certificação Linux LPI Essentials parte 11: Your Computer on the Network	linux-essentials-11	4
Certificação Linux LPI Essentials parte 12: Security and File Permissions	linux-essentials-12	4
Certificação Linux LPI Essentials parte 2: Open Source Software and Licensing	linux-essentials-2	8
Certificação Linux LPI Essentials parte 3: Command Line Basics	linux-essentials-3	8
Certificação Linux LPI Essentials parte 4: Using the command line to get help	linux-essentials-4	8
Certificação Linux LPI Essentials parte 5: Directories and Listing Files and managing files	linux-essentials-5	5
Certificação Linux LPI Essentials parte 6: Archiving Files on the Command Line	linux-essentials-6	5
Certificação Linux LPI Essentials parte 7: Searching and Extracting Data from Files	linux-essentials-7	4

Nome	Código	Carga Horária
Certificação Linux LPI Essentials parte 8: Turning Commands into a Script	linux-essentials-8	5
Certificação Linux LPI Essentials parte 9: Understanding Computer Hardware	linux-essentials-9	4
Certificação Oracle SQL Fundamentals 1: Introduction to Oracle	certificacao-oracle	4
Certificação Oracle SQL Fundamentals 2: Retrieving Data	certificacao-oracle-2	4
Certificação Oracle SQL Fundamentals 3: Single Row Functions	certificacao-oracle-3	4
Certificação Oracle SQL Fundamentals 4: Group Functions	certificacao-oracle-4	4
Certificação Oracle SQL Fundamentals 5: Joins e Subqueries	certificacao-oracle-5	4
Certificação Oracle SQL Fundamentals 6: DML e Transaction Control	certificacao-oracle-6	5
Certificação Oracle SQL Fundamentals 7: Data definition language	certificacao-oracle-7	5
Certificação PMP e CAPM Parte 1: Processos de Gerenciamento de Projetos	certificacao-pmp-processos-de-gerenciamento-projetos	8
Certificação PMP e CAPM parte 10: Gerenciamento de Aquisições	certificacao-pmp-gerenciamento-de-aquisicoes	4
Certificação PMP e CAPM parte 11: Gerenciamento de partes interessadas	certificacao-pmp-gerenciamento-de-partes-interessadas	4
Certificação PMP e CAPM parte 12: Código de conduta e ética	certificacao-pmp-gerenciamento-codigo-de-conduta-etica	4
Certificação PMP e CAPM parte 2: Gerenciamento de Integração	certificacao-pmp-gerenciamento-de-integracao	5
Certificação PMP e CAPM parte 3: Gerenciamento de Escopo	certificacao-pmp-processos-de-gerenciamento-escopo	5
Certificação PMP e CAPM parte 4: Gerenciamento de Tempo	certificacao-pmp-gerenciamento-de-tempo	5
Certificação PMP e CAPM parte 5: Gerenciamento de Custos	certificacao-pmp-gerenciamento-de-custos	3
Certificação PMP e CAPM parte 6: Gerenciamento de Qualidade	certificacao-pmp-gerenciamento-de-qualidade	5
Certificação PMP e CAPM parte 7: Gerenciamento dos Recursos Humanos	certificacao-pmp-gerenciamento-de-recursos-humanos	5
Certificação PMP e CAPM parte 8: Gerenciamento de Comunicação	certificacao-pmp-gerenciamento-de-comunicacao	5
Certificação PMP e CAPM parte 9: Gerenciamento de Riscos	certificacao-pmp-gerenciamento-de-riscos	4
Chrome DevTools: analise, inspecione e depure suas páginas Web	chrome-devtools	9
Cinema 4D Lite: Adicionando 3D no After Effects	cinema-4d-lite	12
Cinema 4d: Vinhetas Animadas	cinema4d-vinhetas-animadas-texto-3d	12
Clojure: Introdução a programação funcional	introducao-a-programacao-funcional-com-clojure	8

Nome	Código	Carga Horária
COBIT 5 Foundations Parte 1: Introdução a Governança Corporativa	cobit5-foundations-parte-1	5
COBIT 5 Foundations Parte 2: Princípios do COBIT 5	cobit-5-foundations-parte-2	5
COBIT 5 Foundations Parte 3: Habilitadores do COBIT 5	cobit-5-foundations-parte-3	5
COBIT 5 Foundations Parte 4: Implementação e Avaliação de Processos	cobit-5-foundations-parte-4	5
CodeIgniter I: Programando elegantemente para a web	codeigniter	12
CodeIgniter II: Mais técnicas e boas práticas	codeigniter-avancado	12
Concursos: noções básicas de informática	informatica-para-concursos	8
Cordova & PhoneGap: Apps mobile com HTML, CSS e JS	cordova-phonegap	20
CorelDraw: Criando arte para o mundo impresso	coreldraw	8
Criação em Photoshop: Produzindo telas para vídeos	photoshop-para-animacoes	6
Data analysis: trabalhando com dados e estatísticas	data-analysis-trabalhando-com-dados	8
Design de Apresentação parte 2: Roteiro, Visual e Apresentador de impacto	apresentacao-design-2	8
Design de Apresentação: Princípios e Técnicas Visuais	apresentacao-design	8
Design editorial: Criação de materiais gráficos	design-editorial	8
Design Patterns C# I: Boas práticas de programação	design-patterns-dotnet	20
Design Patterns C# II: Boas práticas de programação	design-patterns-2-dot-net	24
Design Patterns Java I: Boas práticas de programação	design-patterns	20
Design Patterns Java II: Boas praticas de programação	design-patterns-2	16
Design Patterns PHP I: Boas práticas de programação	design-pattern-php	40
Design Patterns PHP II: Boas práticas de programação	design-patterns-php-2	16
Design Patterns Python I: Boas práticas de programação	design-patterns-python	16
Design Patterns Python II: Boas práticas de programação	design-patterns-python-2	16
Design Thinking parte 1: Utilize uma metodologia de design para solucionar desafios	design-thinking-parte-1	9
Design Thinking parte 2: Analise suas descobertas	design-thinking-parte-2	9
Design Thinking parte 3: Experimente suas ideias	design-thinking-parte-3	9

Nome	Código	Carga Horária
Django: programação web com Python e simplicidade	introducao-ao-django	16
Docker: Criando containers sem dor de cabeça	docker	8
Eclipse: Produtividade Extrema na IDE com Java	eclipse	12
EJB: O poder da Java EE	ejb	15
Elasticsearch 5: Pesquisas avançadas	elasticsearch5	10
Elasticsearch: Pesquisando e analisando os seus dados	elasticsearch	20
Electron: Crie aplicativos Desktop com as tecnologias da Web	electron	15
Email marketing: design do seu email	e-mail-marketing	8
Entity Framework: Banco de dados de forma eficiente	entity-framework	4
Entity LinQ parte 1: Crie queries poderosas em C#	linq-c-sharp	11
Entity LinQ parte 2: Store Procedures e consultas com o LinQPad	linq-c-sharp-parte-2	8
Espanhol: Candidate-se a vagas no exterior	vagas-espanhol	4
Estatística I: Entenda seus dados com R	introducao-a-estatistica-1	8
Estatística II: Aprofundando em hipóteses e correlações	introducao-a-estatistica-2	8
Estrutura de Dados: Computação na prática com Java	estrutura-de-dados	12
Excel II: Tabelas dinâmicas, validação e mais funções	excel-2	8
Excel III: Avançando em funções e criando suas macros	excel-3	8
Excel: Domine o editor de planilhas mais famoso do mundo	excel	8
Expressões regulares: Capturando textos de forma mágica	expressoes-regulares	12
Facebook Marketing: Como impulsionar a sua marca criando uma Fanpage	facebook-marketing	8
Facebook: criação de imagens e anúncios	imagens-ads-e-campanhas-para-facebook	10
Flexbox: Posicione elementos na tela	posicione-elementos-com-flexbox	9
Fotografia: filtros e recursos de fotos no celular.	fotografia-para-celular-1	8
Fotografia: introdução a composição	introducao-a-fotografia	4
Fotografia: Técnicas criativas e edição para celular	fotografia-para-celular-2	7

Nome	Código	Carga Horária
Gestalt: aplicando princípios em um layout Photoshop	design-gestalt	8
Git: Controle e compartilhe seu código	git	16
Google Adwords: Otimizando seus resultados	google-adwords-otimizando-campanhas	8
Google Adwords: publicando minha primeira campanha	introducao-ao-google-adwords	8
Google Chart Tools: Crie Gráficos Memoráveis na Web	google-chart-tools	12
Grunt: Automação de tarefas front-end	gruntjs	16
Gulp: automação de tarefas front-end	gulp	10
Hábitos: da produtividade às metas pessoais	habitos	8
HTML e CSS: Os seus primeiros passos	html-e-css	20
HTML5 e CSS3 I: Suas primeiras páginas da Web	introducao-html-css	32
HTML5 e CSS3 II: Turbinando as suas páginas	avancando-html-css	40
HTTP: Entendendo a web por baixo dos panos	http-fundamentos	14
Iconografia I: desenvolva representações gráficas a partir de uma identidade	iconografia-1	8
Identidade Visual I: do briefing ao papel	identidade-visual	8
Identidade Visual II: Digitalizando logos	introducao-a-illustrator	5
Illustrator: Acabamento final de personagem publicitário	illustrator-finalizacao-e-apresentacao-de-personagem	5
Illustrator: criação de ilustração vetorial	illustrator-vetorizacao	8
Illustrator: crie layouts fantásticos para a web	illustrator-para-web	8
Ilustração 3D com Softimage parte 1: Criação de personagem	3d-softimage-ilustracao-parte-1	8
Ilustração 3D com Softimage parte 2: Esqueleto, materiais e ambientação	3d-softimage-ilustracao-parte-2	10
Inbound marketing: Email marketing da segmentação ao AB	inbound-marketing-introducao	8
InDesign: criação de folhetos e folders	projetos-graficos-com-indesign	8
Indesign: diagramação no dia a dia de um projeto	introducao-ao-indesign	8
Inglês: Candidate-se a vagas no exterior	ingles-para-entrevistas	4
Instagram Marketing: Promova seu perfil e conquiste mais audiência	instagram-marketing	8

Nome	Código	Carga Horária
Integração Contínua: Maturidade e Produtividade no Desenvolvimento de Software	integracao-continua-jenkins	16
Internet das Coisas: Medindo e publicando dados com NodeMcu e MQTT	iot-com-nodemcu	12
Introdução ao After Effects	introducao-ao-after-effects	8
Ionic 1 parte 1: desenvolvimento de aplicações híbridas mobile	ionic	8
Ionic 1 parte 2: Plugins e Persistência de dados	ionic-2	6
Ionic 2 parte 1: aplicações híbridas mobile ainda mais poderosas	ionic2-parte1	10
Ionic 2 parte 2: aplicações híbridas mobile ainda mais poderosas	ionic2-parte2	10
Ivy: Gerenciamento de dependências flexível	ivy	12
Jasmine: Testes automatizados em JavaScript	testes-automatizados-em-javascript-com-jasmine	12
Jasper Reports: Relatórios com Java	jasper-reports	20
Java 8: Tire proveito dos novos recursos da linguagem	java8-lambdas	12
Java Brasil: Formate datas, cpf e números nacionais	java-brasil-lidando-com-datas-numeros-documentos	10
Java Debug: técnicas para entender e melhorar o seu código	java-debug	12
Java e JDBC: Trabalhando com um banco de dados	jdbc	8
Java e JPA: Otimizações com JPA2 e Hibernate	jpa-avancado	12
Java e JPA: Persista seus objetos com a JPA2 e Hibernate	persistencia-de-objetos-com-jpa-hibernate	17
Java e JSF 2 - II: Componentes ricos com Primefaces	jsf-primefaces	12
Java e JSF 2 - III: Integração com CDI	jsf-cdi	16
Java e JSF I: Sua aplicação web com JSF2	jsf	20
Java e JSTL: Tags para facilitar o desenvolvimento JSP	jstl	6
Java e XML: integração, parsing e validação	xml-java	8
Java EE parte 2: Sua loja online com HTML, REST e Cache	java-ee-webapp-2	8
Java EE: Crie sua loja online com CDI, JSF, JPA	java-ee-webapp	8
Java I: Primeiros passos	primeiros-passos-com-java	12
Java II: Orientação a Objetos	java-e-orientacao-a-objetos	12

Nome	Código	Carga Horária
Java III: Principais APIs e bibliotecas	java-e-bibliotecas	12
Java Reflection: mágica e meta programação	reflection-em-java	8
Java: Dominando as Collections	java-collections	20
Java: Laboratório com Testes, JSF e Design Patterns I	laboratorio-java	10
Java: Laboratório com Testes, JSF e Design Patterns II	laboratorio-java-2	10
Java: Laboratório web de práticas e tecnologias	projeto-javaee	20
JavaScript avançado I: ES6, orientação a objetos e padrões de projetos	javascript-es6-orientacao-a-objetos-parte-1	12
JavaScript Avançado II: ES6, orientação a objetos e padrões de projetos	javascript-es6-orientacao-a-objetos-parte-2	12
JavaScript Avançado III: ES6, orientação a objetos e padrões de projetos	javascript-es6-orientacao-a-objetos-parte-3	12
JavaScript: Programando na linguagem da web	javascript-programando-na-linguagem-web	20
JAX-RS e Jersey : Domine a criação de webservices REST	webservices-rest-com-jaxrs-e-jersey	12
JAX-WS : Domine a criação de webservices SOAP	web-services-soap	16
JMS e ActiveMQ: Mensageria com Java	jms	16
Jogos com Android: Desenvolva seu próprio Flappy Bird	desenvolvendo-jogos-em-android	8
Jogos mobile com Unity: Diversão com a Game Engine	jogos-mobile-com-unity	8
jQuery: Avance na biblioteca mais popular do mercado parte 2	jquery-a-biblioteca-do-mercado-parte-2	12
jQuery: Domine a biblioteca mais popular do mercado	jquery-a-biblioteca-do-mercado	12
jQuery: Manipulação dinâmica de conteúdo	jquery-manipulacao-dinamica-de-conteudo	12
Laravel II: Mais técnicas e webapps poderosas	laravel-2	12
Laravel: facilitando o desenvolvimento PHP	laravel	12
Lean Startup: Primeiros passos da sua startup enxuta	lean	1
LESS: CSS simples e produtivo	less-css-simples-e-produtivo	6
Lightroom II: Agilidade na organização e publicação de imagens.	lightroom-2	6
Lightroom: organização e edição de fotos como um profissional	lightroom	8
LinkedIn: Como fazer o seu perfil trabalhar para você	linkedin	8

Nome	Código	Carga Horária
Linux I: Conhecendo e utilizando o terminal	linux-ubuntu	4
Linux II: Programas, processos e pacotes	linux-ubuntu-processos	8
Lógica de programação I: Os primeiros programas com Javascript e HTML	logica-programacao-javascript-html	16
Lógica de programação II: pratique com desenhos, animações e um jogo	logica-programacao-pratica-com-desenho-animacoes-em-jogo	10
Machine Learning II: Avançando com tipos diferentes de classificação	machine-learning-classificacao-ii	4
Machine Learning: Introdução a classificação	introducao-a-machine-learning-com-classificacao	10
Machine Learning: Introdução ao sistemas de recomendações	machine-learning-introducao-aos-sistemas-de-recomendacoes	8
Manipulação Fotográfica: Construa imagens publicitárias	manipulacao-fotografica	6
Maratona de Programação: introdução e boas práticas de um programador maratonista	maratona-de-programacao-introducao-e-boas-praticas-de-um-programador-maratonista	12
Marketing de Conteúdo: Uma introdução ao Marketing de valor	marketing-conteudo	8
Marketing digital: Introdução aos canais não pagos	marketing-digital-canais-nao-pagos	3
Marketing Digital: Introdução aos canais pagos	marketing-digital-canais-pagos	7
Marketing digital: Medindo os resultados do seu site	marketing-digital-medir-os-resultados	5
Marketing digital: O primeiro passo antes de criar um site	primeiros-passos-antes-de-criar-um-site	4
Marketing Viral: os elementos que podem promover a sua ação digital	marketing-viral	8
Maven: Build do zero a web	maven-build-do-zero-a-web	6
MEAN Stack: criando aplicações completas com Javascript	mean-javascript	20
Meteor: Crie single page applications com JavaScript	meteorjs	8
Métodos Ágeis: Introdução	introducao-aos-metodos-ageis	12
Microcopy: a influência do micro copy na experiência do usuario	introducao-ao-microcopy	8
Minecraft: Estruturas lógicas com redstone	minecraft-estruturas-logicas-redstone	8
Mock: Testes de comportamentos automatizados em .NET	mocks-em-net	12
Mock: Testes de comportamentos automatizados em Java	mock	12

Nome	Código	Carga Horária
Modelagem de Banco de Dados Relacional: Índices e Normalização	modelagem-banco-relacional	5
MongoDB: Uma alternativa aos bancos relacionais tradicionais	mongodb	6
MySQL I: Iniciando suas consultas	introducao-a-banco-de-dados-e-sql	8
MySQL II: Consultas poderosas	banco-de-dados-e-sql-complexas	16
NHibernate: Persistência de dados com C#	nhibernate	16
Node.js e HTTP: desenvolvendo uma API seguindo o estilo REST	nodejs-avancado	16
Node.js: Inovando com Javascript no backend	node-js	16
Objective-C: programando para iPhone e iPad	objective-c	12
Oracle I: Aprenda SQL usando esse famoso banco de dados	oracle-sql	8
Oracle II: Consultas Complexas	oracle-sqls-complexas	8
Orientação a Objetos: Melhores técnicas com Java	orientacao-objetos-java	20
Orientação a Objetos: Melhores técnicas com Ruby	orientacao-objetos-ruby	10
Performance Web I: otimizando o front-end	otimizacao-performance-web	20
Performance Web II: Critical Path, HTTP/2 e Resource Hints	performance-http2-critical-path	20
Personal Branding: Entenda o que é e como você pode usá-la a favor da sua carreira	personal-branding	8
Photoshop para web I: Crie suas páginas da web	photoshop-web-1	20
Photoshop para web II: layouts avançados	photoshop-2	20
Photoshop: Acabamento e entrega de um poster de super herói	photoshop-acabamento-entrega-de-poster-super-heroi	15
Photoshop: Conceitue e esboce um personagem publicitário	esboco-personagens-publicitario	12
Photoshop: Contando histórias através de uma imagem	photoshop-contando-historias-atraves-de-imagens	4
Photoshop: Crie um esboço de um poster de super herói	photoshop-esboco-de-um-poster-de-super-heroi	15
Photoshop: tratamento de imagens I	photoshop-imagem	8
Photoshop: tratamento de imagens II	photoshop-imagem-2	8
PHP e MySQL I: Fundamentos para criar um sistema na Web	php-mysql-e-fundamentos-da-web	12
PHP e MySQL II: Cookies, sessões e mais recursos	php-mysql-e-fundamentos-da-web-parte-2	12

Nome	Código	Carga Horária
PHP I: Orientação a objetos com sua linguagem preferida	php-oo-1	12
PHP II: Avançando com Orientação a objetos	php-oo-2	12
Pintura Digital parte 1: Criando para publicidade no Photoshop	pintura-digital-parte-1	5
Pintura Digital parte 2: Acabamento de publicidade com Photoshop.	pintura-digital-parte-2	8
Play! Framework I: Crie webapps de modo rápido de fácil!	play-api	9
Play! Framework II: Envie emails e desenvolva sistemas de autenticação e segurança	play-seguranca	9
PostgreSQL I: Primeiros passos com suas consultas	introducao-a-banco-de-dados-e-sql-com-postgre	8
Premiere e o After effects: Edite vídeos com o pacote Adobe	editando-videos-com-pacote-adobe	10
Premiere: Introdução a edição de vídeos	premiere	10
Princípios da influência: persuasão com foco em negócios	principios-influencia	13
Progressive Web Apps: crie apps offline	progressive-webapp-offline	8
Projeto Completo: Controle Financeiro com Asp.NET MVC 5	projeto-asp-net-mvc-5-entity-framework	20
Python 2: Programando com a linguagem	introducao-ao-python	16
Python 3 parte 1: Introdução à nova versão da linguagem	python-3-introducao-a-nova-versao-da-linguagem	12
Python 3 parte 2: Avançando na linguagem	python-3-avancando-na-linguagem	12
Raspberry Pi: Carro espião com câmera, wifi e sensor	raspberrypi-carro-espiao-com-camera-wifi-e-sensor	16
Raspberry Pi: Controlando o mundo com GPIO	raspberrypi-controlando-o-mundo-com-gpio	16
Raspberry Pi: Da instalação ao Media Center	raspberrypi-da-instalacao-ao-media-center	12
React parte 1: componentes reutilizáveis para sua webapp	react	10
React parte 2: Container components e o ciclo de vida do react	react-parte-2	10
React parte 3: A arquitetura flux, implementação do Redux e server side rendering	react-parte-3	8
Redes parte 1: Introdução, Conceitos e Prática	redes-introducao	10
Redes parte 2: Montando um projeto do cliente até o provedor de serviços	redes-montando-um-projeto-cliente-ate-o-provedor	10
Redes parte 3: Defina as listas de controle e políticas de acesso de usuários	redes-parte-3-aplicando-acl-e-configuracao-nat	8

Nome	Código	Carga Horária
Redes parte 4: Configuração de protocolos de roteamento e IPv6	redes-parte-4-configuracao-de-protocolos-de-roteamento-ipv6	8
Redis I: Armazenando chaves e valores	nosql-chave-valor-com-redis-1	20
Redis II: Estruturas e recursos na sua base NoSQL	nosql-chave-valor-com-redis-2	10
Refatorando na prática	refatorando-na-pratica-com-java	8
Rest Assured: Testes automatizado de webservice	rest-assured	12
Revit: Introdução à Arquitetura com a plataforma BIM	arquitetura-com-revit	8
Ruby I: Introdução a lógica de programação com jogos	introducao-a-programacao-com-ruby-e-jogos-1	12
Ruby II: Continuando seus primeiros passos na programação	introducao-a-programacao-com-ruby-e-jogos-2	12
Ruby III: Mais lógica de programação em um novo jogo	introducao-a-programacao-com-ruby-e-jogos-3	12
Ruby on Rails 3 parte I	ruby-on-rails	16
Ruby on Rails 3 parte II	ruby-on-rails2	20
Ruby on Rails 3 parte III	ruby-on-rails3	12
Ruby on Rails 4: do zero à web	ruby-on-rails-4-do-zero	12
Sass e Compass: Descomplicando o CSS	sass	8
Screenflow: Crie seus screencasts e vídeos	screenflow	10
Scrum parte 1: Gerencie o seu projeto de forma ágil	scrum-parte-1	5
Scrum Parte 2: O Manifesto Ágil, Liderança e Organização em Scrum	scrum-parte-2	5
Scrum Parte 3: Iniciando Projetos com Agile	scrum-parte-3	6
Scrum Parte 4: Planejando Projetos com Agile	scrum-parte-4	7
Scrum Parte 5: Executando Projetos com Agile	scrum-parte-5	5
Scrum Parte 6: Revisão, Retrospectiva e Encerramento de Projetos com Agile	scrum-parte-6	4
Scrum: Agilidade em seu projeto	agile-scrum	10
Segurança de redes: Conheça as vulnerabilidades de servidores e clientes	seguranca-redes	10
Segurança de redes: Crie um firewall com pfSense e iptables	pfsense-iptables	10

Nome	Código	Carga Horária
Segurança Web: Vulnerabilidades do seu sistema e OWASP	seguranca-web-vulnerabilidades-do-seu-sistema	8
Selenium: Sua webapp testada de ponta a ponta em java	selenium	12
Selenium: Testes automatizados de aceitação em .NET	selenium-em-dotNet	4
SEO I: Rankeie bem no Google	seo-parte-1	8
SEO II: Mais técnicas para ranqueamento	seo-parte-2	5
SEO III: Métricas e Relatórios SEO	metricas-e-relatorios-seo	5
SEO Wordpress: Otimize o ranqueamento do seu site	seo-wordpress	4
Servlets: Fundamentos de Java na Web	servlet-3-e-fundamentos-web	16
Shopify I: Colocando sua loja online no ar	shopify	3
Shopify II: Customizações e ajustes para a sua loja online	shopify-2	4
Sketch: as 10 heurísticas de Nielsen na criação de um layout I	heurísticas-de-nielsen-1	8
Sketch: as 10 heurísticas de Nielsen na criação de um layout II	heurísticas-de-nielsen-2	8
Sketch: Os primeiros passos com layouts, grids e boas práticas	sketch	12
Social Media Marketing: como fazer marketing nas redes sociais	social-media-marketing	8
SOLID com C#: Orientação a Objetos com C#	orientacao-a-objetos-avancada-e-principios-solid-csharp	8
SOLID com Java: Orientação a Objetos com Java	orientacao-a-objetos-avancada-e-principios-solid	8
SOLID com PHP: Orientação a Objetos com PHP	orientacao-a-objetos-avancada-e-principios-solid-php	8
Spring Boot: Agilidade no desenvolvimento java com Spring	springboot	10
Spring MVC I: Criando aplicações web	spring-mvc-1-criando-aplicacoes-web	20
Spring MVC II: Integração, cache, segurança e templates	springmvc-2-integracao-cache-seguranca-e-templates	15
Spring MVC: É hora de criar uma webapp com Spring MVC4	spring-mvc	16
SQLServer I: desvendando o banco de dados	sqlserver	9
SQLServer II: Consultas poderosas	sqlserver-2	10
Swift 3: desenvolvendo para iOS no Xcode parte 1	desenvolvimento-em-swift-3-para-ios-parte1	8
Swift 3: desenvolvendo para iOS no Xcode parte 2	desenvolvimento-em-swift-3-para-ios-parte2	10

Nome	Código	Carga Horária
Swift 3: desenvolvendo para iOS no Xcode parte 3	desenvolvimento-em-swift-3-para-ios-parte3	9
Teste de Integração: Testes SQL e DAOs automatizados em java	teste-de-integracao	12
Testes: TDD com C#	test-driven-development-tdd-dotnet	12
Testes: TDD com Java	tdd	12
Testes: TDD com PHP	testes-com-php-unit	10
Threads 1: Programação paralela em Java	threads-java-1	16
Threads 2: Programação concorrente avançada	threads-java-2	16
Tipografia para web: trabalhe com fontes para compor páginas	tipografia-para-web	8
Twitter: uma ferramenta para ganhar visibilidade profissional.	twitter	8
TypeScript parte 1: Evoluindo seu Javascript	typescript-parte1	8
TypeScript parte 2: Mais técnicas e boas práticas	typescript-parte2	10
UML: Uma introdução à modelagem	introducao-a-uml	8
Unreal Engine I: Crie um ambiente em VR para arquitetura.	unreal-vr-arquitetura-parte-1	8
Unreal Engine II: Programação com Blueprints Visual Scripting	unreal-vr-programacao-com-blueprints	8
UX Design com Axure: aprimoramento de protótipo para App	ux-design-axure-prototipo-app-2	8
UX Design com Axure: protótipo para App mobile	ux-design-axure-prototipo-app-1	8
UX mitos: os erros frequentes de usabilidade e as boas práticas	ux-mitos-e-boas-praticas	6
UX Produto: monitore, mensure e teste o seu projeto	ux-melhorias-de-produto	2
UX Research: Comece a entender o seu usuário	ux-research	5
UX Strategy: divergindo e afinando ideias	ux-strategy	12
UX Usability: facilite a vida do seu usuário no mobile	ux-usabilidade	10
UX: do briefing ao protótipo	ux-do-briefing-ao-prototipo	6
UX: o que é experiência de usuário	ux-base	2
Vagrant: Automatização e implementação de entrega contínua	devops-com-vagrant-e-puppet	8
VBA: Automatizando tarefas no Excel	vba-automatizando-tarefas	8

Nome	Código	Carga Horária
VRaptor e JPA: Pratique Java com um sistema completo	projeto-controle-horas-java	20
VRaptor3: Suas aplicações web em java mais produtivas	vraptor	12
VRaptor4: Alta produtividade com aplicações web em java	desenvolvimento-web-com-vraptor-4	18
Vue.js parte 1: construindo Single Page Applications	vue-parte1	16
Vue.js parte 2: construindo Single Page Applications	vue-parte2	16
WCF : Distribua seus sistemas em .NET	wcf-framework	8
Web API 2 : O framework de criação web services REST no .NET	webservice-rest-api	8
Web Design Responsivo: Páginas que se adaptam do mobile ao desk	web-design-responsivo	10
Windows Server	windows-server	7
Windows: Introdução ao Prompt	prompt	5
WordPress I: hospedagem, administração e widgets	wordpress-hospedagem-administracao-widgets	6
WordPress II: páginas, temas e boas práticas	wordpress-paginas-temas-boas-praticas	8
Wordpress: Criação de um tema do zero	wordpress-criacao-tema-zero	8
Xamarin parte 1: crie aplicativos mobile com Visual Studio	xamarin-aplicativos-mobile-com-visual-studio-parte-1	7
Xamarin parte 2: crie aplicativos mobile com Visual Studio	xamarin-aplicativos-mobile-com-visual-studio-parte-2	8
Xamarin parte 3: crie aplicativos mobile com Visual Studio	xamarin-aplicativos-mobile-com-visual-studio-parte-3	8
Xamarin parte 4: crie aplicativos mobile com Visual Studio	xamarin-aplicativos-mobile-com-visual-studio-parte-4	8
XStream: Consumindo o XML sem esforço	xstream	12
Zend Framework: Mais prática do seu framework predileto	php-com-zend-framework-parte-1	8
Zend Framework: Seu desenvolvimento PHP acelerado	php-com-zend-framework-parte-2	8

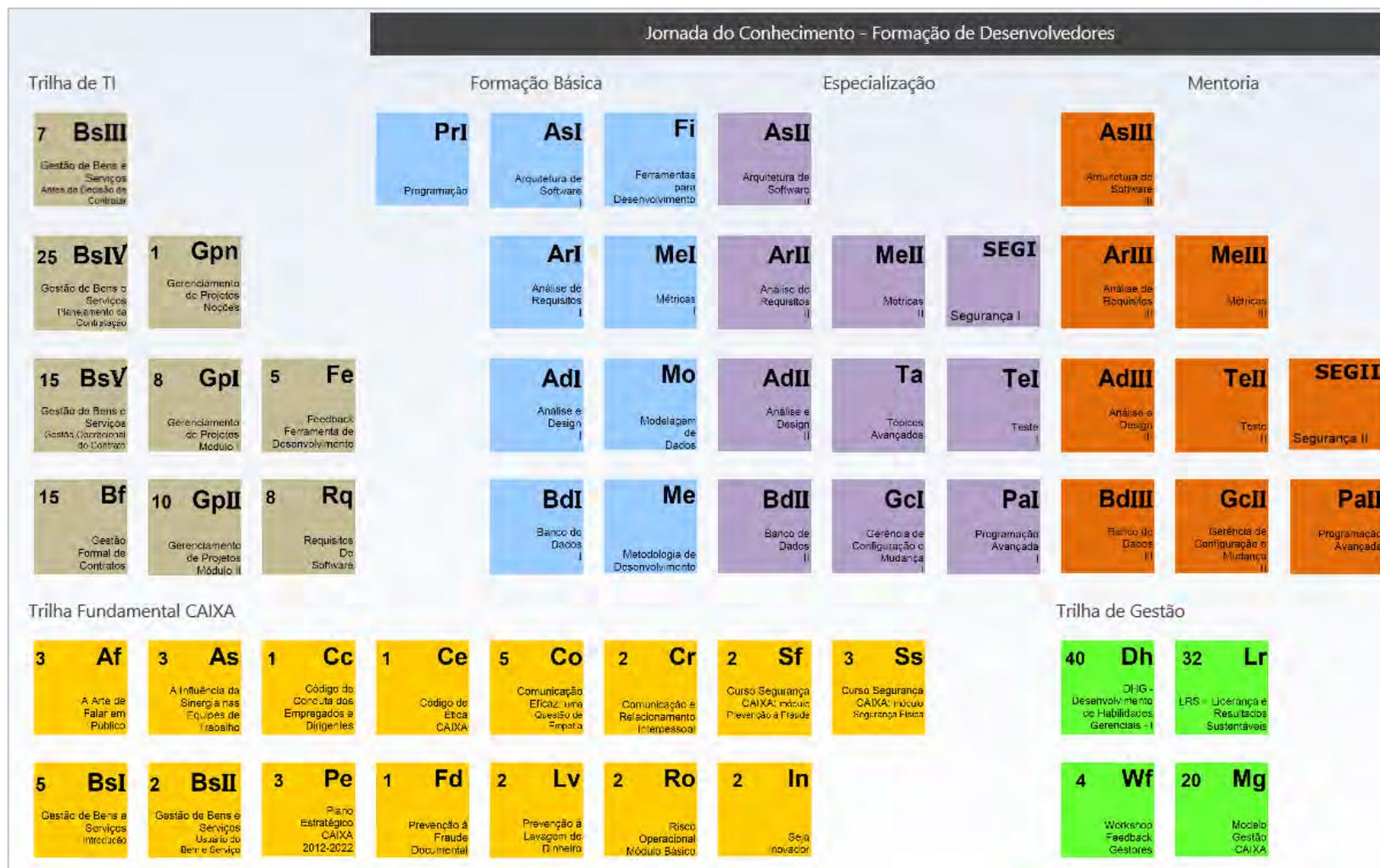
Treinamento em Desenvolvimento Ágil

NOME DO CURSO	PRIORIDADE	C/H	LOCALIDADES TREINAMENTO DAS TURMAS		
			Brasília	Rio de Janeiro	São Paulo
Construção do Backlog do Produto	1	8	1 TURMA	2 TURMAS	1 TURMA
DevOps	1	16	1 TURMA	2 TURMAS	1 TURMA
Agile Testing	1	16	1 TURMA	2 TURMAS	1 TURMA
TDD e BDD	1	8	1 TURMA	2 TURMAS	1 TURMA
Requisitos Ágeis	1	16	1 TURMA	2 TURMAS	1 TURMA
Extreme Programming - Teoria e Prática	2	16	1 TURMA	2 TURMAS	1 TURMA
Coach para Times Ágeis	2	16	1 TURMA	2 TURMAS	1 TURMA
Management 3.0	3	16	1 TURMA	2 TURMAS	1 TURMA
OKRs - Metodologia e Prática	3	8	1 TURMA	N/A	N/A
SAFe	3	16	1 TURMA	2 TURMAS	1 TURMA
TOTAL		136h	10	18	9

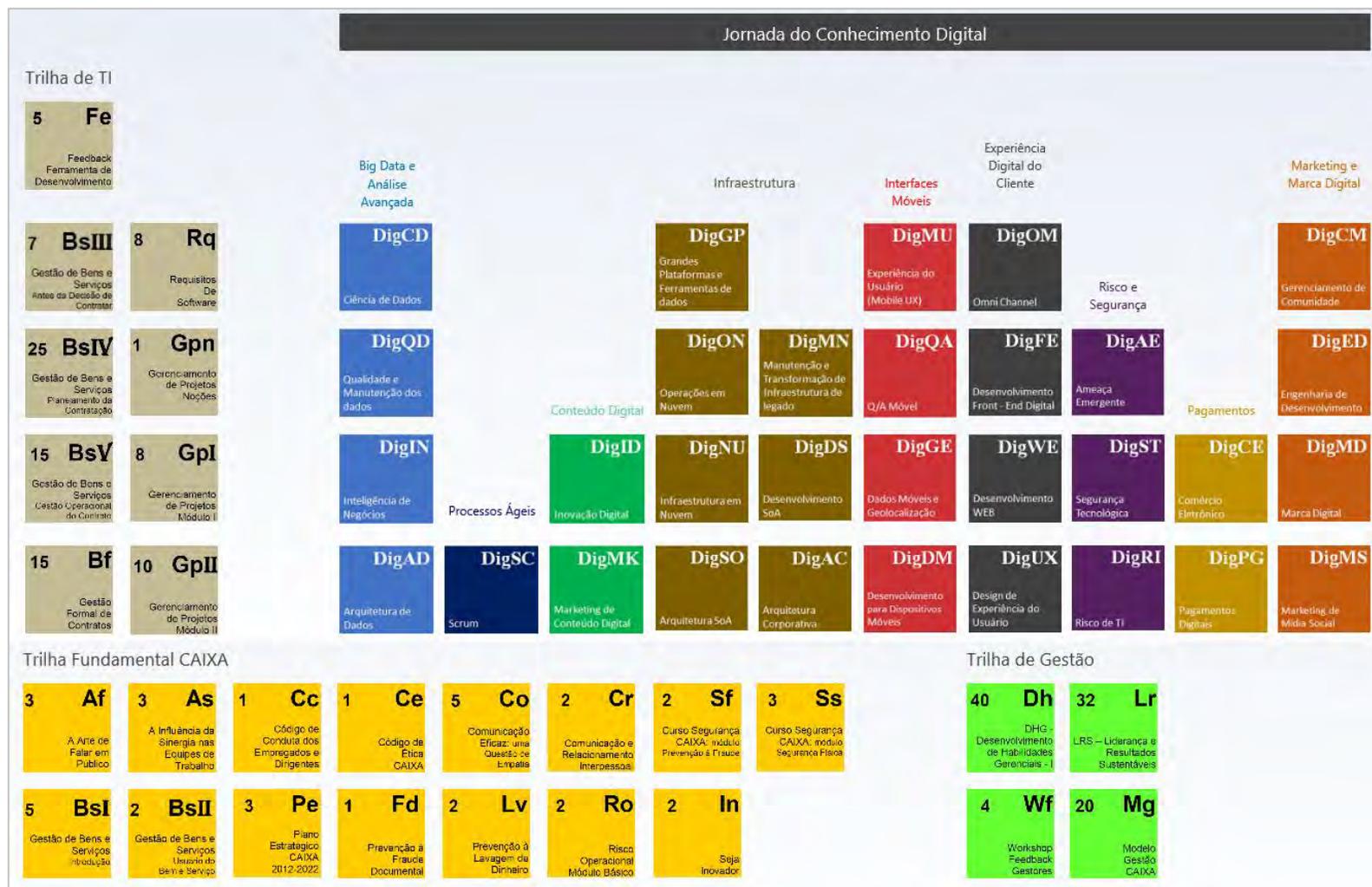
Trilha de Aprendizagem Desenvolvimento Ágil



Jornada do Conhecimento – Formação de Desenvolvedores



Jornada do Conhecimento – Jornada Digital



Jornada do Conhecimento – Governança



8. Observações

- O Mapeamento de competências específicas que será realizado no segundo semestre/2017 identificará os GAPs por GN da VITEC. Por meio destes, os representantes de RH avaliarão e delimitarão os cursos/ eventos a serem priorizados a fim de compor o Plano de Capacitação na TI, por Superintendência.
- A realização das capacitações externas estão condicionadas à disponibilidade orçamentária e priorização das Superintendências contidas neste Plano de Capacitação e serão validadas no Conselho da Escola de TI após a finalização do mapeamento de conhecimento e identificação dos GAPs.

Brasília, Agosto/2017.

Relatório de Gestão 2017

Anexo V -Fundo Socioambiental CAIXA- Operações 2017

Fundo Socioambiental CAIXA – Detalhamento dos projetos no exercício de 2017

Nº ACF	Projeto	Agente Executor	CNPJ	Data da Contratação	Valor FSA CAIXA	Desembolsos no exercício/2016	Total desembolsado até dez/2016	Município	UF
0006.006/2011	Cerrado - Turismo Ecocultural no Mosaico Sertao Veredas-Peruacu	Instituto Cultural e Ambiental Rosa e Sertao	09.251.933/001-26	09/12/2011	R\$ 1,646,063.00	R\$ 70,143.89	R\$ 1,560,444.50	Mosaico Sertão Veredas-Peruaçu	BA e MG
0069.061/2012	Caatinga - Manejo Florestal Regiao do Baixo Jaguaribe	SEMA - Secretaria do Meio Ambiente do Estado do Ceara	08.696.074/001-16	10/05/2012	R\$ 800,000.00	R\$ 55,999.90	R\$ 800,000.00	Alto Santo,Aracati, Beberibe,Ibicuitinga,Jaguaruana,Limoeiro do Norte,Morada Nova,Palhano,Quixere,Russas,Tabuleiro do Norte	CE
0070.062/2012	Caatinga - Eficiencia Energetica Industrias Ceramicas	SEMA - Secretaria do Meio Ambiente do	08.696.074/001-16	10/05/2012	R\$ 850,989.26	R\$ 148,694.00	R\$ 775,000.00	Alto Santo,Aracati, Beberibe,Ibicuitinga,Jaguaruana,Limoeir	CE

Nº ACF	Projeto	Agente Executor	CNPJ	Data da Contratação	Valor FSA CAIXA	Desembolsos no exercício/2016	Total desembolsado até dez/2016	Município	UF
		Estado do Ceara						o do Norte, Morada Nova, Palhano, Quixere, Russas, Tabuleiro do Norte	
0105.097/2013	RCD Bauru	Prefeitura Municipal de Bauru	46.137.410/0001-80	17/04/2013	R\$ 857,600.00	R\$ 784,115.42	R\$ 857,600.00	Bauru	SP
0121.113/2013	DIST - Arapiraca	IADH - Instituto de Assessoria para o Desenvolvimento Humano	05.773.404/0001-31	23/12/2013	R\$ 1,569,948.80	R\$ 270,492.00	R\$ 1,499,894.00	Arapiraca	AL
0124.116/2014	DIST - Goiania	IADH - Instituto de Assessoria para o Desenvolvimento Humano	05.773.404/0001-31	08/04/2014	R\$ 1,428,677.80	R\$ 296,112.00	R\$ 1,428,677.80	Goiânia	GO
0127.119/2014	Parque Fluvial Juazeiro	Prefeitura Municipal de Juazeiro	13.915.632/0001-27	04/06/2014	R\$ 3,324,402.25	R\$ 990,185.89	R\$ 990,185.89	Juazeiro	BA

Nº ACF	Projeto	Agente Executor	CNPJ	Data da Contratação	Valor FSA CAIXA	Desembolsos no exercício/2016	Total desembolsado até dez/2016	Município	UF
0132.001/2015	ODM Brasil- Programa Jovem Empreendedor Rural	ADEL - Agencia de Desenvolvimento Economico Local	09.347.574/0001-05	18/09/2015	R\$ 100,000.00	R\$ 49,902.00	R\$ 99,902.00	Pentecoste	CE
0133.002/2015	ODM Brasil- Agua Preservada - Seguranca Hidrica no Sertao	Associacao Caatinga	02.885.544/0001-03	18/09/2015	R\$ 100,000.00	R\$ 9,626.34	R\$ 99,626.34	Fortaleza	CE
0135.004/2015	ODM Brasil- Mare de Sabores	Associacao Redes de Desenvolvimento da Mare	08.934.089/0001-75	24/09/2015	R\$ 100,000.00	R\$ 7,985.10	R\$ 97,985.10	Rio de Janeiro	RJ
0136.005/2015	ODM Brasil- Reducao da Mortalidad e Infantil por Anemia Falciforme	AAFESP - Associacao de Anemia Falciforme do Estado de Sao Paulo	02.020.687/0001-52	29/09/2015	R\$ 100,000.00	R\$ 10,786.34	R\$ 98,857.68	Guarulhos	SP
0138.007/2015	ODM Brasil- Adapta Sertao	Redeh - Rede de Desenvolvimento Humano	39.064.233/0001-93	02/12/2015	R\$ 100,000.00	R\$ 10,000.00	R\$ 100,000.00	Rio de Janeiro	RJ

Nº ACF	Projeto	Agente Executor	CNPJ	Data da Contratação	Valor FSA CAIXA	Desembolsos no exercício/2016	Total desembolsado até dez/2016	Município	UF
0139.008/2015	ODM Brasil-Sertao Ecologico e Solidario	CEPFS - Centro de Educacao Popular e Formacao Social	24.226.128/0001-36	02/10/2015	R\$ 100,000.00	R\$ 40,000.00	R\$ 90,000.00	Joao Pessoa	PB
0140.009/2015	ODM Brasil-Encauchados de Vegetais da Amazonia	POLOPROBIO - Polo de Protecao da Biodiversidad e e Uso Sustentavel dos recursos naturais	04.858.245/0001-05	03/09/2015	R\$ 99,994.00	R\$ 10,300.00	R\$ 99,994.00	Castanhal	PA
0141.010/2015	ODM Brasil-Crescer Conversando com Adolescentes	Instituto Crescer - Movimento Cidadania e Juventude	05.605.871/0001-52	24/09/2015	R\$ 100,000.00	R\$ 10,000.00	R\$ 100,000.00	Itajai	SC
0143.012/2015	Lixo Eletronico e RSA - Fase 02	Instituto GEA - Etica e Meio Ambiente	03.562.070/0001-21	30/09/2015	R\$ 1,787,796.00	R\$ 478,829.00	R\$ 1,787,796.00	Goiania,Salvador,Fortaleza, Recife,Belem, Belo Horizonte,Rio de Janeiro,Sao	DF, GO, BA, CE, PE, PA, MG, RJ, SP, PR e RS

Nº ACF	Projeto	Agente Executor	CNPJ	Data da Contratação	Valor FSA CAIXA	Desembolsos no exercício/2016	Total desembolsado até dez/2016	Município	UF
								Paulo, Curitiba, Porto Alegre	
0145.014/2015	CAR - Alagoas	OACSAL - Organizacao de Apoio aos Agricultores e Criadores do Sertao e Semiarido de Alagoas	14.674.106/001-85	21/12/2015	R\$ 1,975,650.00	R\$ 214,179.48	R\$ 1,877,663.24	Água Branca, Arapiraca, Batalha, Belo Monte, Cacimbinhas, Canapi, Carneiros, Coité do Nória, Craíbas, Delmiro Gouveia, Igaci, Inhapi, Jacaré dos Homens, Jaramataia, Lagoa da Canoa, Major Isidoro, Maravilha, Minador do Negrão, Monteirópolis, Olho	AL

Nº ACF	Projeto	Agente Executor	CNPJ	Data da Contratação	Valor FSA CAIXA	Desembolsos no exercício/2016	Total desembolsado até dez/2016	Município	UF
								D'Água das Flores, Olho D'Água do Casado, Palestina, Pão de Açúcar, Pariconha, Piranhas, Poço das Trincheiras, São José da Tapera, Traipu, Senador Rui Palmeira	
0146.015/2015	CAR - Rio Grande do Norte	IDEC - Instituto Potiguar de Desenvolvimento de Comunidades	08.080.473/0001-58	21/12/2015	R\$ 1,712,992.05	R\$ 137,464.19	R\$ 1,712,992.05	Acari, Bodó, Caicó, Carnaúba dos Dantas, Cruzeta, Currais Novos, Equador, Ipueira, Jardim de Piranhas, Jardim do	RN

Nº ACF	Projeto	Agente Executor	CNPJ	Data da Contratação	Valor FSA CAIXA	Desembolsos no exercício/2016	Total desembolsado até dez/2016	Município	UF
								Seridó, Jucurutu, , Ouro Branco, Parelhas, Santana do Matos, Santana do Seridó, São Fernando, São João do Sabugi, São José do Seridó, São Vicente, Serra Negra do Norte, Timbaúba dos Batistas Bom Jesus, Santa Maria, São Tomé, Senador Elói de Souza, Barcelona, Ielmo Marinho, Lagoa de	

Nº ACF	Projeto	Agente Executor	CNPJ	Data da Contratação	Valor FSA CAIXA	Desembolsos no exercício/2016	Total desembolsado até dez/2016	Município	UF
								Velhos, Ruy Barbosa, São Pedro	
0147.016/2015	CAR - Alagoas, Pernambuco e Paraíba	CONTAG - Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura	33.683.202/0001-34	21/12/2015	R\$ 1,898,349.09	R\$ 692,031.94	R\$ 1,884,117.62	Maceio	AL
0148.017/2015	CAR - Paraíba	FUNETEC - Fundação de Educação Tecnológica e Cultural da Paraíba	02.168.943/0001-53	21/12/2015	R\$ 1,701,012.80	R\$ 313,861.17	R\$ 1,701,012.80	Água Branca, Amparo, Aparecida, Arara, Araruna, Aroeiras, Bananeiras, Barra de Santa Rosa, Barra de Santana, Barra de São Miguel, Belém do Brejo da Cruz, Boa Ventura, Bonito de Santa Fé,	PB

Nº ACF	Projeto	Agente Executor	CNPJ	Data da Contratação	Valor FSA CAIXA	Desembolsos no exercício/2016	Total desembolsado até dez/2016	Município	UF
								Boqueirão, Cachoeira dos Índios, Cacimba de Dentro, Cacimbas, Caiçara, Cajazeiras, Cajazeirinhas, Camalaú, Casserengue, Catingueira, Caturité, Conceição, Condado, Congo, Coremas, Coxixola, Cuité, Curral Velho, Damião, Desterro, Diamante, Dona Inês, Gurjão, Itaporanga, Itatuba, Joca	

Nº ACF	Projeto	Agente Executor	CNPJ	Data da Contratação	Valor FSA CAIXA	Desembolsos no exercício/2016	Total desembolsado até dez/2016	Município	UF
								Claudino, Junco do Seridó, Lagoa Seca, Logradouro, Mãe D'Água, Manaira, Maturéia, Monteiro, Natuba, Nova Olinda, Nova Palmeira, Olho D'Água, Ouro Velho, Passagem, Patos, Pedra Branca, Piancó, Picuí, Poço de José de Moura, Pombal, Princesa Isabel, Quixaba, Remígio, Riachão, Salgadinho,	

Nº ACF	Projeto	Agente Executor	CNPJ	Data da Contratação	Valor FSA CAIXA	Desembolsos no exercício/2016	Total desembolsado até dez/2016	Município	UF
								Santa Cecília, Santa Helena, Santa Luzia, Santana dos Garrotes, Santo André, São Bentinho, São João do Cariri, São João do Rio do Peixe, São José da Lagoa Tapada, São José de Espinharas, São José do Brejo da Cruz, São José do Sabugi, São Mamede, São Sebastião de Lagoa de Roça, São Sebastião do Umbuzeiro, Seridó, Soledade,	

Nº ACF	Projeto	Agente Executor	CNPJ	Data da Contratação	Valor FSA CAIXA	Desembolsos no exercício/2016	Total desembolsado até dez/2016	Município	UF
								Sossego, Souza, Sumé, Tavares, Teixeira, Triunfo, Várzea, Vieirópolis, Zabelê	
0149.001/2016	CAR - Pernambuco	ECOOTERRA - Cooperativa de Profissionais Especializados em Serviços para Agricultura Familiar	16.606.908/0001-83	22/01/2016	R\$ 1,999,245.24	R\$ 382,097.36	R\$ 1,907,223.25	Recife	PE
0150.002/2016	PAPP	IBAM - Instituto Brasileiro de Administração Municipal	33.645.482/0001-96	02/02/2016	R\$ 2,153,662.00	R\$ 730,862.00	R\$ 772,442.00	Rio de Janeiro	RJ
0154.006/2016	Monitoramento Cidadão	Baobá - Práticas Sustentáveis (PIVA E PENEDO)	09.616.362/0001-86	27/06/2016	R\$ 2,000,000.00	R\$ 1,566,271.00	R\$ 2,000,000.00	João Pessoa, Vitória, Florianópolis, Palmas,	PB, ES, SC, TP, GO, MS

Nº ACF	Projeto	Agente Executor	CNPJ	Data da Contratação	Valor FSA CAIXA	Desembolsos no exercício/2016	Total desembolsado até dez/2016	Município	UF
		CONSULTORIA LTDA)						Goiânia, Três Lagoas	
0155.007/2016	Educacao Financeira	Artemisia Negocios Sociais	07.835.977/0001-78	28/06/2016	R\$ 2,055,813.04	R\$ 1,000,000.00	R\$ 2,070,506.71	Goiania,Joao Pessoa,Palmas,Vitoria,Florianopolis	GO, PB, SC, ES e TO
0156.008/2016	DIST2 - Lauro de Freitas	UFBA - Universidade Federal da Bahia	15.180.714/0001-04	20/06/2016	R\$ 2,097,675.24	R\$ 412,868.94	R\$ 1,578,332.08	Lauro de Freitas	BA
0157.009/2016	DIST2 - Ribeirao das Neves	ISER - Instituto de Estudos da Religiao	43.021.658/0001-92	24/06/2016	R\$ 1,902,612.13	R\$ 1,030,108.19	R\$ 1,902,612.13	Ribeirao das Neves	MG
0158.010/2016	DIST2 - Rio Largo	IADH - Instituto de Assessoria para o Desenvolvimento Humano	05.773.404/0001-31	24/06/2016	R\$ 2,204,202.50	R\$ 1,076,185.00	R\$ 1,481,862.50	Rio Largo	AL
0159.011/2016	DIST2 - Campinas	Instituto Elos Brasil	04.241.216/0001-08	23/06/2016	R\$ 2,250,000.00	R\$ 1,102,920.00	R\$ 1,792,200.00	Campinas	SP
0160.012/2016	DIST2 - Fortaleza	IADH - Instituto de Assessoria para o	05.773.404/0001-31	01/07/2016	R\$ 2,249,515.02	R\$ 905,782.02	R\$ 1,439,745.02	Fortaleza	CE

Nº ACF	Projeto	Agente Executor	CNPJ	Data da Contratação	Valor FSA CAIXA	Desembolsos no exercício/2016	Total desembolsado até dez/2016	Município	UF
		Desenvolvimento Humano							
0162.014/2016	DIST2 - Sao Jose do Ribamar	NAPP (Núcleo de Assessoria, Planejamento e Pesquisa)	68.555.499/0001-37	16/11/2016	R\$ 2,099,500.20	R\$ 1,325,375.75	R\$ 1,325,375.75	São José do Ribamar	MA
0163/2017	Fortalecendo Comunidades para o Fortalecimento de Cidades Inclusivas, Resilientes e Sustentáveis	Fundo Socioambiental Casa	08.053.735/0001-95	28/08/2017	R\$ 6,500,000.00	R\$ 429,350.00	R\$ 429,350.00	São Paulo, Recife, Rio de Janeiro, Brasília, Palmas, Belém, Salvador, São Luis e Belo Horizonte	SP, PE, RJ, DF, TO, ES, PA, BA, MA e MG
0164/2017	Mulheres Quilombolas e Identidades Culturais	Instituto Nordestino de Cidadania e Moradia Popular - Habitar	20.112.552/0001-07	24/11/2017	R\$ 191,800.00	R\$ 74,007.92	R\$ 74,007.92	Palmeira dos Índios	AL
0166/2017	Caminhos do Frei -	Instituto Amazônia	05.158.585/0001-96	05/12/2017	R\$ 193,260.00	R\$ 83,140.00	R\$ 83,140.00	Manaus	AM

Nº ACF	Projeto	Agente Executor	CNPJ	Data da Contratação	Valor FSA CAIXA	Desembolsos no exercício/2016	Total desembolsado até dez/2016	Município	UF
	Espaço São Vicente								
0167/2017	Reforma Solidária	Papel Solidário	08.849.829/001-75	11/12/2017	R\$ 198,332.54	R\$ 66,110.85	R\$ 66,110.85	São Paulo	SP
0168/2017	Jovens e mulheres negras	Baobá - Fundo para Equidade Social	13.674.255/001-81	11/12/2017	R\$ 199,853.60	R\$ 109,258.90	R\$ 109,258.90	Salvador	BA
0169/2017	Mulheres em ação: Organização produtiva, trabalho e renda para as mulheres Amazônicas - Sustentabilidade na mesa	Instituto Vitória Régia	05.670.699/001-10	04/12/2017	R\$ 199,855.50	R\$ 81,404.50	R\$ 81,404.50	Belém	PA
0170/2017	A Revitalização e o Manejo de Seringais Nativos no	POLOPROBIO - Polo de Proteção da Biodiversidade e Uso Sustentável	04.858.245/001-05	04/12/2017	R\$ 199,324.56	R\$ 154,474.56	R\$ 154,474.56	Anajás	PA

Nº ACF	Projeto	Agente Executor	CNPJ	Data da Contratação	Valor FSA CAIXA	Desembolsos no exercício/2016	Total desembolsado até dez/2016	Município	UF
	Pará - Encauchados	dos recursos naturais							
0171/2017	Produção de artesanato em argila e de biojóias das comunidades rurais do município de Barbacena	Associação Agroextrativista - PAE Natureza e Arte do Município de Barcarena	07.549.478/001-14	04/12/2017	R\$ 200,000.00	R\$ 83,487.07	R\$ 83,487.07	Barcarena	PA
0172/2017	Mulheres Marajoaras	Instituto Internacional de Educação do Brasil - IEB	03.057.776/001-36	04/12/2017	R\$ 199,860.00	R\$ 50,390.00	R\$ 50,390.00	Portel	PA
0173/2017	Reviver	Associação Barraca da Amizade	00.463.368/001-96	06/12/2017	R\$ 200,000.00	R\$ 76,651.90	R\$ 76,651.90	Fortaleza	CE
0176/2017	Olhar do Futuro	Associação de Amigos do Bairro dom	13.133.630/001-86	21/12/2017	R\$ 200,000.00	R\$ 81,981.02	R\$ 81,981.02	Campo Grande	MS

Nº ACF	Projeto	Agente Executor	CNPJ	Data da Contratação	Valor FSA CAIXA	Desembolsos no exercício/2016	Total desembolsado até dez/2016	Município	UF
		Antonio Barbosa							
0006.006/2011	Cerrado - Turismo Ecocultural no Mosaico Sertao Veredas-Peruacu	Instituto Cultural e Ambiental Rosa e Sertao	09.251.933/001-26	09/12/2011	R\$ 1,646,063.00	R\$ 70,143.89	R\$ 1,560,444.50	Mosaico Sertão Veredas-Peruaçu	BA e MG
0069.061/2012	Caatinga - Manejo Florestal Regiao do Baixo Jaguaribe	SEMA - Secretaria do Meio Ambiente do Estado do Ceara	08.696.074/001-16	10/05/2012	R\$ 800,000.00	R\$ 55,999.90	R\$ 800,000.00	Alto Santo,Aracati, Beberibe,Ibicuitinga,Jaguaruana,Limoeiro do Norte,Morada Nova,Palhano, Quixere,Russas,Tabuleiro do Norte	CE
0070.062/2012	Caatinga - Eficiencia Energetica Industrias Ceramicas	SEMA - Secretaria do Meio Ambiente do Estado do Ceara	08.696.074/001-16	10/05/2012	R\$ 850,989.26	R\$ 148,694.00	R\$ 775,000.00	Alto Santo,Aracati, Beberibe,Ibicuitinga,Jaguaruana,Limoeiro do	CE

Nº ACF	Projeto	Agente Executor	CNPJ	Data da Contratação	Valor FSA CAIXA	Desembolsos no exercício/2016	Total desembolsado até dez/2016	Município	UF
								Norte, Morada Nova, Palhanos, Quixere, Russas, Tabuleiro do Norte	
0105.097/2013	RCD Bauru	Prefeitura Municipal de Bauru	46.137.410/0001-80	17/04/2013	R\$ 857,600.00	R\$ 784,115.42	R\$ 857,600.00	Bauru	SP
0121.113/2013	DIST - Arapiraca	IADH - Instituto de Assessoria para o Desenvolvimento Humano	05.773.404/0001-31	23/12/2013	R\$ 1,569,948.80	R\$ 270,492.00	R\$ 1,499,894.00	Arapiraca	AL
0124.116/2014	DIST - Goiania	IADH - Instituto de Assessoria para o Desenvolvimento Humano	05.773.404/0001-31	08/04/2014	R\$ 1,428,677.80	R\$ 296,112.00	R\$ 1,428,677.80	Goiânia	GO
0127.119/2014	Parque Fluvial Juazeiro	Prefeitura Municipal de Juazeiro	13.915.632/0001-27	04/06/2014	R\$ 3,324,402.25	R\$ 990,185.89	R\$ 990,185.89	Juazeiro	BA
0132.001/2015	ODM Brasil- Programa Jovem	ADEL - Agencia de Desenvolvimento	09.347.574/0001-05	18/09/2015	R\$ 100,000.00	R\$ 49,902.00	R\$ 99,902.00	Pentecoste	CE

Nº ACF	Projeto	Agente Executor	CNPJ	Data da Contratação	Valor FSA CAIXA	Desembolsos no exercício/2016	Total desembolsado até dez/2016	Município	UF
	Empreendedor Rural	nto Economico Local							

Relatório de Gestão 2017

Anexo VI - Demonstrações Contábeis - CEF Depósitos Judiciais e Extrajudiciais

As Demonstrações contábeis da CEF Depósitos Judiciais e Extrajudiciais e notas explicativas ” foram produzidas pela Coordenação Geral de Contabilidade e Custos (CGCON/SPOA), do Ministério da Fazenda, visto que o contador responsável pela unidade gestora do SIAFI pertence ao quadro de servidores daquele Órgão



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TÍTULO	BALANÇO FINANCEIRO - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	179104 - CEF/DEPOSITOS JUDICIAIS E EXTRAJUDICIAIS
ORGAO SUPERIOR	25000 - MINISTERIO DA FAZENDA

EXERCICIO 2017	PERIODO Anual
EMISSAO 19/03/2018	PAGINA 1
VALORES EM UNIDADES DE REAL	

INGRESSOS			DISPÊNDIOS		
ESPECIFICAÇÃO	2017	2016	ESPECIFICAÇÃO	2017	2016
Receitas Orçamentárias	-	-	Despesas Orçamentárias	-	-
Ordinárias	-	-	Ordinárias	-	-
Vinculadas	-	-	Vinculadas	-	-
(-) Deduções da Receita Orçamentária	-	-			
Transferências Financeiras Recebidas	6.429.000.000,00	10.658.315.184,91	Transferências Financeiras Concedidas	6.439.783.872,69	10.837.241.436,70
Resultantes da Execução Orçamentária	-	-	Resultantes da Execução Orçamentária	-	50.000.000,00
Independentes da Execução Orçamentária	6.429.000.000,00	10.658.315.184,91	Sub-repasse Devolvido	-	50.000.000,00
Demais Transferências Recebidas	6.429.000.000,00	10.658.315.184,91	Independentes da Execução Orçamentária	6.439.783.872,69	10.837.241.436,70
Aporte ao RPPS	-	-	Movimento de Saldos Patrimoniais	6.439.783.872,69	10.837.241.436,70
Aporte ao RGPS	-	-	Aporte ao RPPS	-	-
			Aporte ao RGPS	-	-
Recebimentos Extraorçamentários	1.397.034,30	807.967,27	Despesas Extraorçamentárias	981,55	-
Inscrição dos Restos a Pagar Processados	-	-	Pagamento dos Restos a Pagar Processados	-	-
Inscrição dos Restos a Pagar Não Processados	-	-	Pagamento dos Restos a Pagar Não Processados	-	-
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	981,55	-	Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	981,55	-
Outros Recebimentos Extraorçamentários	1.396.052,75	807.967,27	Outros Pagamentos Extraorçamentários	-	-
Restituições a Pagar	1.394.534,64	738.650,99			
Arrecadação de Outra Unidade	981,55	-			
Demais Recebimentos	536,56	69.316,28			
Saldo do Exercício Anterior	13.740.752,10	241.859.036,62	Saldo para o Exercício Seguinte	4.352.932,16	13.740.752,10
Caixa e Equivalentes de Caixa	13.740.752,10	241.859.036,62	Caixa e Equivalentes de Caixa	4.352.932,16	13.740.752,10
TOTAL	6.444.137.786,40	10.900.982.188,80	TOTAL	6.444.137.786,40	10.900.982.188,80



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TÍTULO	BALANÇO PATRIMONIAL - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	179104 - CEF/DEPOSITOS JUDICIAIS E EXTRAJUDICIAIS
ORGAO SUPERIOR	25000 - MINISTERIO DA FAZENDA

EXERCICIO 2017	PERIODO Anual
EMISSAO 19/03/2018	PAGINA 2
VALORES EM UNIDADES DE REAL	

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2017	2016	ESPECIFICAÇÃO	2017	2016
(-) Redução ao Valor Recuperável de Marcas, Direitos e Pat. Direitos de Uso de Imóveis	-	-			
Direitos de Uso de Imóveis	-	-			
Direitos de Uso de Imóveis	-	-			
(-) Amortização Acumulada de Direito de Uso de Imóveis	-	-			
(-) Redução ao Valor Recuperável Direito de Uso de Imóveis	-	-			
Diferido	-	-			
TOTAL DO ATIVO	4.352.932,16	13.740.752,10	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	4.352.932,16	13.740.752,10

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2017	2016	ESPECIFICAÇÃO	2017	2016
ATIVO FINANCEIRO	4.352.932,16	13.740.752,10	PASSIVO FINANCEIRO	2.133.185,63	738.650,99
ATIVO PERMANENTE	-	-	PASSIVO PERMANENTE	-	-
			SALDO PATRIMONIAL	2.219.746,53	13.002.101,11

Quadro de Compensações

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2017	2016	ESPECIFICAÇÃO	2017	2016
ESPECIFICAÇÃO / Saldo dos Atos Potenciais Ativos			ESPECIFICAÇÃO / Saldo dos Atos Potenciais Passivos		
SALDO DOS ATOS POTENCIAIS ATIVOS	-	-	SALDO DOS ATOS POTENCIAIS PASSIVOS	-	-
Execução dos Atos Potenciais Ativos	-	-	Execução dos Atos Potenciais Passivos	-	-
Garantias e Contragarantias Recebidas a Executar	-	-	Garantias e Contragarantias Concedidas a Executar	-	-
Direitos Conveniados e Outros Instrumentos Cong	-	-	Obrigações Conveniadas e Outros Instrum Congên	-	-
Direitos Contratuais a Executar	-	-	Obrigações Contratuais a Executar	-	-
Outros Atos Potenciais Ativos a Executar	-	-	Outros Atos Potenciais Passivos a Executar	-	-
TOTAL	-	-	TOTAL	-	-

DEMONSTRATIVO DO SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO APURADO NO BALANÇO PATRIMONIAL

DESTINAÇÃO DE RECURSOS	SUPERAVIT/DÉFICIT FINANCEIRO
Recursos Ordinários	-990.144,91
Recursos Vinculados	3.209.891,44
Previdência Social (RGPS)	3.209.891,44
TOTAL	2.219.746,53



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TÍTULO	DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	179104 - CEF/DEPOSITOS JUDICIAIS E EXTRAJUDICIAIS
ORGAO SUPERIOR	25000 - MINISTERIO DA FAZENDA

EXERCÍCIO 2017	PERÍODO Anual
EMISSÃO 19/03/2018	PÁGINA 1
VALORES EM UNIDADES DE REAL	

	2017	2016
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DAS OPERAÇÕES	-9.387.819,94	-228.118.284,52
INGRESSOS	6.430.397.034,30	10.659.123.152,18
Receitas Derivadas e Originárias	-	-
Receita Tributária	-	-
Receita de Contribuições	-	-
Receita Agropecuária	-	-
Receita Industrial	-	-
Receita de Serviços	-	-
Remuneração das Disponibilidades	-	-
Outras Receitas Derivadas e Originárias	-	-
Transferências Correntes Recebidas	-	-
Intergovernamentais	-	-
Dos Estados e/ou Distrito Federal	-	-
Dos Municípios	-	-
Intragovernamentais	-	-
Outras Transferências Correntes Recebidas	-	-
Outros Ingressos das Operações	6.430.397.034,30	10.659.123.152,18
Ingressos Extraorçamentários	981,55	-
Resituições a Pagar	1.394.534,64	738.650,99
Transferências Financeiras Recebidas	6.429.000.000,00	10.658.315.184,91
Arrecadação de Outra Unidade	981,55	-
Demais Recebimentos	536,56	69.316,28
DESEMBOLSOS	-6.439.784.854,24	-10.887.241.436,70
Pessoal e Demais Despesas	-	-
Legislativo	-	-
Judiciário	-	-
Essencial à Justiça	-	-
Administração	-	-
Defesa Nacional	-	-
Segurança Pública	-	-
Relações Exteriores	-	-
Assistência Social	-	-
Previdência Social	-	-
Saúde	-	-
Trabalho	-	-
Educação	-	-
Cultura	-	-
Direitos da Cidadania	-	-
Urbanismo	-	-
Habitação	-	-
Saneamento	-	-
Gestão Ambiental	-	-
Ciência e Tecnologia	-	-
Agricultura	-	-



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2017 PERÍODO Anual

TÍTULO	DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	179104 - CEF/DEPOSITOS JUDICIAIS E EXTRAJUDICIAIS
ORGAO SUPERIOR	25000 - MINISTERIO DA FAZENDA

EMISSION 19/03/2018 PAGINA 2

VALORES EM UNIDADES DE REAL

	2017	2016
Organização Agrária	-	-
Indústria	-	-
Comércio e Serviços	-	-
Comunicações	-	-
Energia	-	-
Transporte	-	-
Desporto e Lazer	-	-
Encargos Especiais	-	-
(+/-) Ordens Bancárias não Sacadas - Cartão de Pagamento	-	-
Juros e Encargos da Dívida	-	-
Juros e Correção Monetária da Dívida Interna	-	-
Juros e Correção Monetária da Dívida Externa	-	-
Outros Encargos da Dívida	-	-
Transferências Concedidas	-	-
Intergovernamentais	-	-
A Estados e/ou Distrito Federal	-	-
A Municípios	-	-
Intragovernamentais	-	-
Outras Transferências Concedidas	-	-
Outros Desembolsos das Operações	-6.439.784.854,24	-10.887.241.436,70
Despêndios Extrorçamentários	-981,55	-
Transferências Financeiras Concedidas	-6.439.783.872,69	-10.887.241.436,70
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	-	-
INGRESSOS	-	-
Alienação de Bens	-	-
Amortização de Empréstimos e Financiamentos Concedidos	-	-
Outros Ingressos de Investimentos	-	-
DESEMBOLSOS	-	-
Aquisição de Ativo Não Circulante	-	-
Concessão de Empréstimos e Financiamentos	-	-
Outros Desembolsos de Investimentos	-	-
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	-	-
INGRESSOS	-	-
Operações de Crédito	-	-
Integralização do Capital Social de Empresas Estatais	-	-
Transferências de Capital Recebidas	-	-
Intergovernamentais	-	-
Dos Estados e/ou Distrito Federal	-	-
Dos Municípios	-	-
Intragovernamentais	-	-
Outras Transferências de Capital Recebidas	-	-
Outros Ingressos de Financiamento	-	-
DESEMBOLSOS	-	-
Amortização / Refinanciamento da Dívida	-	-



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2017 PERÍODO Anual

TÍTULO DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - TODOS OS ORÇAMENTOS

EMISSÃO 19/03/2018

PÁGINA 3

SUBTÍTULO 179104 - CEF/DEPOSITOS JUDICIAIS E EXTRAJUDICIAIS

ÓRGÃO SUPERIOR 25000 - MINISTÉRIO DA FAZENDA

VALORES EM UNIDADES DE REAL

	2017	2016
Outros Desembolsos de Financiamento	-	-
GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	-9.387.819,94	-228.118.284,52
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA INICIAL	13.740.752,10	241.859.036,62
CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA FINAL	4.352.932,16	13.740.752,10



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO
2017

PERÍODO
Anual

TÍTULO	DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	179104 - CEF/DEPOSITOS JUDICIAIS E EXTRAJUDICIAIS
ORGAO SUPERIOR	25000 - MINISTERIO DA FAZENDA

EMISSAO
19/03/2018

PAGINA
1

VALORES EM UNIDADES DE REAL

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS		
	2017	2016
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	6.429.001.518,11	10.900.243.537,81
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	-	-
Impostos	-	-
Taxas	-	-
Contribuições de Melhoria	-	-
Contribuições	-	-
Contribuições Sociais	-	-
Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico	-	-
Contribuição de Iluminação Pública	-	-
Contribuições de Interesse das Categorias Profissionais	-	-
Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos	-	-
Venda de Mercadorias	-	-
Vendas de Produtos	-	-
Exploração de Bens, Direitos e Prestação de Serviços	-	-
Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras	-	-
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Concedidos	-	-
Juros e Encargos de Mora	-	-
Variações Monetárias e Cambiais	-	-
Descontos Financeiros Obtidos	-	-
Remuneração de Depósitos Bancários e Aplicações Financeiras	-	-
Aportes do Banco Central	-	-
Outras Variações Patr. Aumentativas Financeiras	-	-
Transferências e Delegações Recebidas	6.429.000.000,00	10.658.315.184,91
Transferências Intragovernamentais	6.429.000.000,00	10.658.315.184,91
Transferências Intergovernamentais	-	-
Transferências das Instituições Privadas	-	-
Transferências das Instituições Multigovernamentais	-	-
Transferências de Consórcios Públicos	-	-
Transferências do Exterior	-	-
Execução Orçamentária Delegada de Entes	-	-
Transferências de Pessoas Físicas	-	-
Outras Transferências e Delegações Recebidas	-	-
Valorização e Ganhos c/ Ativos e Desincorporação de Passivos	536,56	241.928.352,90
Reavaliação de Ativos	-	-
Ganhos com Alienação	-	-
Ganhos com Incorporação de Ativos	-	-
Ganhos com Desincorporação de Passivos	536,56	241.928.352,90
Reversão de Redução ao Valor Recuperável	-	-
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas	981,55	-
Variação Patrimonial Aumentativa a Classificar	-	-
Resultado Positivo de Participações	-	-
Operações da Autoridade Monetária	-	-



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2017	PERÍODO Anual
-------------------	------------------

TÍTULO	DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	179104 - CEF/DEPOSITOS JUDICIAIS E EXTRAJUDICIAIS
ÓRGÃO SUPERIOR	25000 - MINISTÉRIO DA FAZENDA

EMIÇÃO 19/03/2018	PÁGINA 2
----------------------	-------------

VALORES EM UNIDADES DE REAL

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS		
	2017	2016
Reversão de Provisões e Ajustes para Perdas	-	-
Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas	981,55	-
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	6.439.783.872,69	10.887.241.436,70
Pessoal e Encargos	-	-
Remuneração a Pessoal	-	-
Encargos Patronais	-	-
Benefícios a Pessoal	-	-
Outras Var. Patrimoniais Diminutivas - Pessoal e Encargos	-	-
Benefícios Previdenciários e Assistenciais	-	-
Aposentadorias e Reformas	-	-
Pensões	-	-
Benefícios de Prestação Continuada	-	-
Benefícios Eventuais	-	-
Políticas Públicas de Transferência de Renda	-	-
Outros Benefícios Previdenciários e Assistenciais	-	-
Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo	-	-
Uso de Material de Consumo	-	-
Serviços	-	-
Depreciação, Amortização e Exaustão	-	-
Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	-	-
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Obtidos	-	-
Juros e Encargos de Mora	-	-
Variações Monetárias e Cambiais	-	-
Descontos Financeiros Concedidos	-	-
Aportes ao Banco Central	-	-
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	-	-
Transferências e Delegações Concedidas	6.439.783.872,69	10.887.241.436,70
Transferências Intragovernamentais	6.439.783.872,69	10.887.241.436,70
Transferências Intergovernamentais	-	-
Transferências a Instituições Privadas	-	-
Transferências a Instituições Multigovernamentais	-	-
Transferências a Consórcios Públicos	-	-
Transferências ao Exterior	-	-
Execução Orçamentária Delegada a Entes	-	-
Outras Transferências e Delegações Concedidas	-	-
Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos	-	-
Reavaliação, Redução a Valor Recuperável e Ajustes p/ Perdas	-	-
Perdas com Alienação	-	-
Perdas Involuntárias	-	-
Incorporação de Passivos	-	-
Desincorporação de Ativos	-	-



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2017 PERÍODO Anual

TÍTULO DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - TODOS OS ORÇAMENTOS

EMISSÃO 19/03/2018 PÁGINA 3

SUBTÍTULO 179104 - CEF/DEPOSITOS JUDICIAIS E EXTRAJUDICIAIS

ORGAO SUPERIOR 25000 - MINISTERIO DA FAZENDA

VALORES EM UNIDADES DE REAL

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS		
	2017	2016
Tributárias	-	-
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	-	-
Contribuições	-	-
Custo - Mercadorias, Produtos Vend. e dos Serviços Prestados	-	-
Custo das Mercadorias Vendidas	-	-
Custos dos Produtos Vendidos	-	-
Custo dos Serviços Prestados	-	-
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas	-	-
Premiações	-	-
Resultado Negativo de Participações	-	-
Operações da Autoridade Monetária	-	-
Incentivos	-	-
Subvenções Econômicas	-	-
Participações e Contribuições	-	-
Constituição de Provisões	-	-
Diversas Variações Patrimoniais Diminutivas	-	-
RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO	-10.782.354,58	13.002.101,11
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUALITATIVAS		
	2017	2016

C) Declaração do contador sobre a fidedignidade dos registros contábeis do Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal – SIAFI

DECLARAÇÃO DO CONTADOR			
DECLARAÇÃO PLENA			
Denominação completa (UJ)		Código da UG	
Caixa Econômica Federal / Depósitos Judiciais e Extrajudiciais		179104	
<p>De acordo com a análise realizada nos demonstrativos, balancete e auditores contábeis (CONDESAUD), declaro que os demonstrativos contábeis constantes do SIAFI (Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e as Demonstrações das Variações Patrimoniais e do Fluxo de Caixa), regidos pela Lei nº 4.320/1964, pelas Normas Brasileiras de Contabilidade Técnicas do Setor Público – NBCT SP, pelo Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público – MCASP e o Manual SIAFI, relativos ao exercício de 2017, refletem adequadamente nos seus aspectos mais relevantes a situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada que apresenta Relatório de Gestão.</p> <p>Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.</p>			
Local	Brasília-DF	Data	19 de março de 2018
Contador Responsável	 Gilvan da Silva Dantas	CRC nº	9.687/O – 5 DF

Notas Explicativas (apenas com relação ao Balanço Patrimonial)

Balanço Patrimonial

Nota 01 – Caixa e Equivalentes de Caixa

O item Caixa e Equivalentes de Caixa compreende o somatório dos valores disponíveis na Conta Única do Tesouro e em outros bancos, bem como equivalentes, que representam recursos com livre movimentação para aplicação nas operações da entidade e para os quais não haja restrições para uso imediato.

Nota 02 – Demais Obrigações a Curto Prazo

O item Demais Obrigações a Curto Prazo compreende as obrigações relativas à indenizações, restituições e compensações.

Informações sobre a conformidade contábil dos atos e fatos da gestão orçamentária, financeira e patrimonial.

Processo de verificação da conformidade contábil

O processo de análise da conformidade contábil se inicia a partir da verificação da consistência dos itens que compõem as demonstrações contábeis geradas pelo Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (SIAFI), tendo por base a Lei nº 4.320/1964 e as demais normas de contabilidade. Após isso, são verificadas ocorrências na transação >CONDESAUD relativas aos dados contábeis da UG em análise. São verificadas também a ocorrência de saldos invertidos indevidos e saldos alongados em contas transitórias no balancete contábil, além dos registros de conformidade de gestão.

Informações sobre a quantidade de ocorrências em cada uma das classificações, alerta ou ressalva, observadas durante o exercício.

A seguir são apresentadas as ocorrências observadas durante o exercício.

179104- CEF/DJ E	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
Alerta	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Ressalva	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Total	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0

Ocorrências não sanadas até o final do exercício de referência do relatório de gestão e as justificativas da não regularização

Não há ocorrências não sanadas até o encerramento do exercício de 2017

Relatório de Gestão 2017

Anexo VII - Demonstrações Contábeis - FAS

31/01/2018		PZ.ARQ: 30A	CRF - CAIXA ECONOMICA FEDERAL	PAG. 1
11:00:32			SICOF - SISTEMA DE CONTABILIDADE DE ENTIDADES SOCIAIS ADMINISTRADAS	FAS630SA - #10
ENTIDADE: FAS			BALANCO PATRIMONIAL ATIVO	REF: 2017
CODIGO	DV	NOME		
1	-7	CIRCULANTE E NAO CIRCULANTE		25.232.188,78
1.1	-4	DISPONIBILIDADES		3.401.881,99
1.1.2	-0	DEPOSITOS BANCARIOS		3.401.881,99
1.1.2.10	-4	BANCO DO BRASIL - CONTA DEPOSITOS		1.205.865,57
1.1.2.10.01	-0	RECURSOS DA CONTA UNICA APLICADOS		1.205.865,57
1.1.2.10.01.01	-9	RECURSOS DA CONTA UNICA APLICADOS	1.205.865,57	
1.1.2.20	-8	DEPOSITOS BANCARIOS NA CAIXA		2.196.016,42
1.1.2.20.10	-3	DEPOSITOS REMUNERADOS NA CAIXA		2.196.016,42
1.1.2.20.10.01	-1	DEPOSITOS REMUNERADOS NA CAIXA	2.196.016,42	
1.6	-0	OPERACOES DE CREDITO		21.827.910,37
1.6.6	-0	FINANC DE INFRAESTRUTURA/DESENVOLVIMENTO		21.827.910,37
1.6.6.10	-3	FINANC DE INFRAESTRUTURA/DESENVOLVIMENTO		21.827.910,37
1.6.6.10.10	-9	FINANC DE INFRAESTRUTURA E DESENVOLVIMENTO		21.757.199,73
1.6.6.10.10.05	-0	FINANC DESENV URBANO ST PUBLICO	21.757.199,73	
1.6.6.10.10.06	-8	FINANC INFRAST E DESENV URBANO C/DIV NEGATIVA	0,05	
1.6.6.10.12.04	-4	FINANC DES URB ST PRIV/VLRS A RECEBER	5.118.545,25	
1.6.6.10.12.05	-2	FINANC. DESENV. URB. ST. PUBL/VLRS A RECEBER	1.258.781,04	
1.6.6.10.12.08	-7	FINANC. DESENV. URB ST PRIV-TRANSF E/ATR FAS(-)	-5.118.545,25	
1.6.6.10.12.09	-5	FINANC. DESENV. URB. ST PUB-TRANSF E/ATR FAS(-)	-1.258.781,04	
1.6.6.10.16	-7	FINANC DE INFRAESTRUTURA E DESENV-RDA A INCORP		70.710,59
1.6.6.10.16.05	-8	FINANC. DESENV. URB ST PUB-RDAS A INCORPORAR	70.710,59	
1.8	5	OUTROS CREDITOS		2.396,42
1.8.3	0	RENDAS A RECEBER		2.396,42
1.8.3.30	-0	REMUNERACAO A RECEBER		2.396,42
1.8.3.30.10	-6	REMUNERACAO A RECEBER		2.396,42
1.8.3.30.10.10	-3	RENDIMENTOS S/RECURSOS DA CONTA UNICA APLICADOS	2.396,42	
3	-0	COMPENSACAO		97.961.953,48
3.0	-0	COMPENSACAO		76.134.043,11
3.0.4	-2	CUSTODIA DE VALORES		508,00
3.0.4.90	-5	VALORES EM GARANTIA		508,00
3.0.4.90.10	-0	VALORES EM GARANTIA		508,00
3.0.4.90.10.11	-6	VALORES EM GARANTIA-FAS-DOTACOES UNIAO	508,00	
3.0.9	-3	CONTROLE		76.133.535,11
3.0.9.60	-5	CREDITOS BAIXADOS COMO PREJUZO		5.896.055,35
3.0.9.60.16	-9	CR BAIXADOS COMO PREJ-ST PRIV-ENTRE 13 E 48 MESE		4.672.870,35
3.0.9.60.16.11	-4	CR BAIX C/PREJ PRIV ENTRE 13 E 48 MESES-DESENV U	4.672.870,35	
3.0.9.60.26	-4	CR BAIXADOS COMO PREJ-ST PUB-ENTRE 13 E 48 MESES		1.223.185,00
3.0.9.60.26.03	-9	CR BAIX C/PREJ ST PUB 13 E 48 MESES - DES URBANO	1.223.185,00	
3.0.9.99	-7	OUTRAS CONTAS DE COMPENSACAO ATIVAS		70.237.479,76
3.0.9.99.54	-0	RNC EM ATRASO-FINANC DE INFRAST		70.237.479,76
3.0.9.99.54.03	-4	RNC EM ATRASO FINANC INFRAST-DESENV ST PUB	9.609.114,91	
3.0.9.99.54.04	-2	RNC EM ATRASO FINANC INFRAST-DESENV URB PRIVADO	60.628.364,85	
3.1	-7	CLASSIFICACAO DA CARTEIRA DE CREDITOS		21.827.910,37
3.1.1	-5	OPERACOES DE CREDITO - NIVEL AA		21.827.910,37
3.1.1.10	-9	OPERACOES DE CREDITO - NIVEL AA		21.827.910,37
3.1.1.10.15	-6	FINANC DE INFRAST E DESENV NIVEL AA		21.827.910,37
3.1.1.10.15.04	-9	FINANC DESENV URBANO ST PUB-NIVEL AA	21.827.910,37	
			TOTAL ATIVO:	123.194.142,26
UNIDADE RESPONSAVEL: 0000-0				
DESTINO: 1A.VIA: 0000-0 2A.VIA: 0000-0 3A.VIA: 0000-0 4A.VIA: 0000-0 5A.VIA: 0000-0				

31/01/2018 PZ.ARQ: 30A
 11:00:32
 ENTIDADE : FAS

CEF - CAIXA ECONOMICA FEDERAL
 SICOF - SISTEMA DE CONTABILIDADE DE ENTIDADES SOCIAIS ADMINISTRADAS
 BALANCO PATRIMONIAL PASSIVO

PAG. 2
 FAS6308A - #10
 RRF: 2017

CODIGO	DV	NOME		
4	-6	CIRCULANTE E NAO CIRCULANTE		37.365,92
4.9	-1	OUTRAS OBRIGACOES		37.365,92
4.9.9	-5	DIVERSAS		37.365,92
4.9.9.92	-7	CREDORES DIVERSOS - PAIS		37.365,92
4.9.9.92.36	-1	SALDOS CREDD A DEVOL HABIT SAN E DSSENV URB		0,05
4.9.9.92.36.01	-0	SIABF - SALDOS CREDORES	0,05	
4.9.9.92.91	-2	CREDORES DIVERSOS-OUTROS		37.365,87
4.9.9.92.91.56	-8	TAXA DE ADMINISTRACAO A PAGAR	37.365,87	
6	-9	PATRIMONIO LIQUIDO		25.194.822,86
6.1	-6	PATRIMONIO LIQUIDO		25.194.822,86
6.1.1	-4	CAPITAL SOCIAL		25.194.822,86
6.1.1.10	-8	CAPITAL AUTORIZADO		25.194.822,86
6.1.1.10.10	-3	CAPITAL		25.194.822,86
6.1.1.10.10.40	-2	PARTICIP. DAS LOTERIAS DE NUMEROS E PROGNOSTICO	11.039.023,96	
6.1.1.10.10.44	-5	RECURSOS DO PROGRAMA DE ESCOLAS RURAIS	12.058.422,48	
6.1.1.10.10.45	-3	FUNDO CONTA GERAL	2.097.376,42	
9	-8	COMPENSACAO		97.961.953,48
9.0	-8	COMPENSACAO		76.134.043,11
9.0.4	-0	CUSTODIA DE VALORES		508,00
9.0.4.90	-3	DEPOSITANTES DE VALORES EM GARANTIA		508,00
9.0.4.90.10	-9	DEPOSITANTES DE VALORES EM GARANTIA		508,00
9.0.4.90.10.11	4	ESP DE VALORES EM GARANTIA F A C	508,00	
9.0.9	-1	CONTROLE		76.133.535,11
9.0.9.60	-3	BAIXA DE CREDITOS DE LIQUIDACAO DUVIDOSA		5.896.055,35
9.0.9.60.15	-0	BAIXA DE CR LIQ DUVIDOSA-ENTRE 13 E 48 MESES		5.896.055,35
9.0.9.60.15.11	-6	BAIXA DE CR LIQUID DUVID ENTRE 13 E 48M-DESENV U	5.896.055,35	
9.0.9.99	-5	OUTRAS CONTAS DE COMPENSACAO PASSIVAS		70.237.479,76
9.0.9.99.50	-2	OUTRAS COMP PASSIVAS-ENCARGOS EM ATRASO		70.237.479,76
9.0.9.99.50.08	-8	ENCARGOS EM ATRASO-FINANC INFRAESTRUTURA	70.237.479,76	
9.1	-5	CLASSIFICACAO DA CARTEIRA DE CREDITOS		21.827.910,37
9.1.1	-3	OPERACOES DE CREDITO E ARRENDAMENTO MERCANTIL		21.827.910,37
9.1.1.10	-7	CARTEIRA DE CREDITOS CLASSIFICADOS		21.827.910,37
9.1.1.10.10	-2	CARTEIRA DE CREDITOS CLASSIFICADOS		21.827.910,37
9.1.1.10.10.01	-0	CART DE CREDITOS CLASSIF - OPERACOES FOMENTO	21.827.910,37	
TOTAL PASSIVO:				123.194.142,26

UNIDADE RESPONSAVEL: 0000-0

DESTINO: 1A.VIA: 0000-0 2A.VIA: 0000-0 3A.VIA: 0000-0 4A.VIA: 0000-0 5A.VIA: 0000-0

31/01/2018 PZ.ARQ: 30A
11:00:32
ENTIDADE : FAS

CEF - CAIXA ECONOMICA FEDERAL
SICOF - SISTEMA DE CONTABILIDADE DE ENTIDADES SOCIAIS ADMINISTRADAS
BALANCO PATRIMONIAL PASSIVO

PAG. 3
FAS6306A - #10
REF: 2017

TOTAL ATIVO: 123.194.142,26 TOTAL PASSIVO: 123.194.142,26

GILBERTO MAGALHÃES OCCHI
PRESIDENTE

ANTONIO CARLOS FERRIRA
VICE-PRESIDENTE

ARNO MEYER
VICE-PRESIDENTE

DEUSDINA DOS REIS PEREIRA
VICE-PRESIDENTE RESPONSÁVEL
PELOS FUNDOS E PROGRAMAS DO GO
VERNO FEDERAL

FABIO LENZA
VICE-PRESIDENTE

JOSE ANTONIO SIRADO NETO
VICE-PRESIDENTE

JOSE HENRIQUE MARQUES DA CRUZ
VICE-PRESIDENTE

MARCELO CAMPOS PRATA
VICE-PRESIDENTE

MARCOS FERNANDO FONTOURA DOS S. JACINTO
VICE-PRESIDENTE

NELSON ANTÔNIO DE SOUZA
VICE-PRESIDENTE

PAULO HENRIQUE ANGELO SOUZA
VICE-PRESIDENTE

ROBERTO DERZIS DE SANT'ANNA
VICE-PRESIDENTE

MARCOS BRASILEIANO ROSA
SUPERINTENDENTE NACIONAL DE CONTABILIDADE
E E TRIBUTOS

CONTADOR CRC/DF 022.351/O-1

UNIDADE RESPONSÁVEL: 0000-0
DESTINO: 1A.VIA: 0000-0 2A.VIA: 0000-0 3A.VIA: 0000-0 4A.VIA: 0000-0 5A.VIA: 0000-0*E

CODIGO	DV	NOME		
7	-5	CONTAS DE RESULTADO CREDORAS		812.141,63
7.1	-2	RECEITAS OPERACIONAIS		812.141,63
7.1.1	-0	RENDAS DE OPERACOES DE CREDITO		415.375,86
7.1.1.70	-6	RENDAS DE FINANC DE INFRAEST E DESENVOL		415.375,86
7.1.1.70.10	-1	RDAS DE ATUAL MONET S/ FINANC DE INFRAEST SAN E		127.881,40
7.1.1.70.10.05-2		RDAS DE AM S/FINTOS-OP DE DESENV URB-ST PUBLICO	127.881,40	
7.1.1.70.20	-7	RENDAS DE FINANC DE INFRAEST E DESENV-JUROS		287.494,46
7.1.1.70.20.05-8		RDAS DE JUROS S/FINTOS-OP DESENV URB-ST PUBLICO	287.494,46	
7.1.4	-5	RENDAS APLIC INTERFINANCEIRAS LIQUIDEZ		142.452,91
7.1.4.20	-2	RENDAS DE APLIC EM DEPOSITOS INTERFINANCEIROS		142.452,91
7.1.4.20.10	-8	RENDAS DE APLIC EM DEPOSITOS INTERFINANCEIROS		142.452,91
7.1.4.20.10.02-4		RENDAS SOBRE DEPOSITOS NA CAIXA	28.083,57	
7.1.4.20.10.10-5		RENDAS DE RECURSOS DA CONTA UNICA	114.369,34	
7.1.9	-6	OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS		254.312,86
7.1.9.20	-3	RECUPERACAO DE CREDITOS BAIXADOS COMO PREJUIZO		254.312,86
7.1.9.20.10	-9	RECUPERACAO DE CREDITOS BAIXADOS COMO PREJUIZO		254.312,86
7.1.9.20.10.01-7		RECUPERACAO DE CREDITOS BAIXADOS COMO PREJUIZO	254.312,86	
TOTAL RECEITAS				812.141,63

UNIDADE RESPONSÁVEL: 0000-0
 DESTINO: 1A.VIA: 0000-0 2A.VIA: 0000-0 3A.VIA: 0000-0 4A.VIA: 0000-0 5A.VIA: 0000-0

31/01/2018 PZ.ARQ: 30A CEF - CAIXA ECONOMICA FEDERAL PAG. 2
11:01:02 SICOF - SISTEMA DE CONTABILIDADE DE ENTIDADES SOCIAIS ADMINISTRADAS FAS631SA - #10
ENTIDADE : FAS DEMONSTRACAO DO RESULTADO DO EXERCICIO - DESPESAS REF: 2017

CODIGO	DV	NOME	
8	-1	CONTAS DE RESULTADO DEVEDORAS	912.462,06
8.1	-9	DESPESAS OPERACIONAIS	912.462,06
8.1.9	-2	OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS	912.462,06
8.1.9.94	-3	COMISSOES E TARIFAS	912.462,06
8.1.9.94.10	-9	COMISSOES E TARIFAS	912.462,06
8.1.9.94.10.01-7		TAXA DE ADMINISTRACAO	912.462,06
TOTAL DESPESAS			912.462,06

DEMONSTRATIVO DO RESULTADO		
TOTAL RECEITAS		812.141,63
TOTAL DESPESAS		912.462,06
LUCRO / PREJUIZO		-100.320,43

UNIDADE RESPONSÁVEL: 0000-0
DESTINO: 1A.VIA: 0000-0 2A.VIA: 0000-0 3A.VIA: 0000-0 4A.VIA: 0000-0 5A.VIA: 0000-0

31/01/2018 PZ.ARQ: 30A
11:01:02
ENTIDADE : FAS

CEF - CAIXA ECONOMICA FEDERAL
SICOF - SISTEMA DE CONTABILIDADE DE ENTIDADES SOCIAIS ADMINISTRADAS
DEMONSTRACAO DO RESULTADO DO EXERCICIO

PAG. 3
FAS631SA - #10
REF: 2017

CODIGO DV NOME

GILBERTO MAGALHANS OCCHI
PRESIDENTE

ANTONIO CARLOS FERREIRA
VICE-PRESIDENTE

ARNO MEYER
VICE-PRESIDENTE

DEUSDINA DOS REIS PEREIRA
VICE-PRESIDENTE RESPONSAVEL
PELOS FUNDOS E PROGRAMAS DO GO
VERNO FEDERAL

FABIO LENZA
VICE-PRESIDENTE

JOSE ANTONIO BIRADO NETO
VICE-PRESIDENTE

JOSE HENRIQUE MARQUES DA CRUZ
VICE-PRESIDENTE

MARCELO CAMPOS PRATA
VICE-PRESIDENTE

MARCO FERNANDO FONTOURA DO C. JACINTO
VICE-PRESIDENTE

NELSON ANTONIO DE SOUZA
VICE-PRESIDENTE

PAULO HENRIQUE ANGELO SOUZA
VICE-PRESIDENTE

ROBERTO DERZIS DE SANT'ANNA
VICE-PRESIDENTE

MARCOS BRASILEIRO ROSA
SUPERINTENDENTE NACIONAL DE CONTABILIDADE
E E TRIBUTOS
CONTADOR CRC/DF 022.351/0-1

UNIDADE RESPONSAVEL: 0000-0
DESTINO: 1A.VIA: 0000-0 2A.VIA: 0000-0 3A.VIA: 0000-0 4A.VIA: 0000-0 5A.VIA: 0000-0*E

Relatório de Gestão 2017

Anexo VIII – Manual Normativo AD244

PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NA CAIXA – ANÁLISE DA SOLICITAÇÃO DE CONTRATAÇÃO**SUMÁRIO DA NORMA**

1	OBJETIVO,4
2	DEFINIÇÕES,4
3	NORMAS,5
3.1	DISPOSIÇÕES GERAIS,5
3.2	AVALIAÇÃO DAS PROPOSTAS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS ACESSÓRIOS,5
3.3	ASPECTOS AVALIADOS NAS PROPOSTAS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS ACESSÓRIOS,5
3.3.1	NATUREZA DA ATIVIDADE OBJETO DA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS,5
3.3.2	ANÁLISE DA RELAÇÃO CUSTO/BENEFÍCIO DA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS,5
3.3.3	CRITÉRIOS GERAIS PARA A PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS ACESSÓRIOS,6
3.4	INFORMAÇÕES SOBRE A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS ACESSÓRIOS NA CAIXA,7
4	PROCEDIMENTOS,7
4.1	NOVA CONTRATAÇÃO,7
4.2	NOVAS PROPOSTAS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS ACESSÓRIOS,8
4.3	ANÁLISE DE CUSTO/BENEFÍCIO DA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS ACESSÓRIOS,8
4.4	INFORMAÇÕES SOBRE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS ACESSÓRIOS NA CAIXA,9
4.5	SUBSÍDIOS PARA DEFESA DA CAIXA,9
5	ARQUIVAMENTO DE DOCUMENTOS,10
6	ANEXOS,10
6.1	ANEXO I – SERVIÇOS ACESSÓRIOS A SEREM ANALISADOS PELA GEPER,11
6.2	ANEXO II – SERVIÇOS ACESSÓRIOS QUE NÃO NECESSITAM SEREM ANALISADOS PELA GEPER,12

PREFÁCIO**TÍTULO****PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NA CAIXA – ANÁLISE DA SOLICITAÇÃO DE CONTRATAÇÃO****UNIDADE GESTORA****GEPER - GN QUADRO DE PESSOAS E REMUNERACAO E REMUNERAÇÃO****UNIDADE(S) CORRESPONSÁVEL(IS)**

Não se aplica

CLASSIFICAÇÃO

Normativo Geral

PÚBLICO ALVO

Todas as unidades da CAIXA.

ALTERAÇÕES EM RELAÇÃO À VERSÃO ANTERIOR

Não se aplica

RELAÇÃO COM OUTROS NORMATIVOS[AD020 Solicitação de Contratação para Aquisição de Bens e Prestação de Serviços](#)[AD056 Serviços de Apoio Administrativo](#)[AE079 Apuração de Responsabilidade Disciplinar e Civil](#)[CR115 Gestão do Risco Operacional](#)[PO011 Política de Terceirização de Serviços na CAIXA](#)[RH037 Bancário Temporário](#)[RH200 Código de Conduta dos Empregados e Dirigentes da CAIXA](#)**REGULAMENTAÇÃO UTILIZADA**

Decreto-Lei nº 200, de 25/02/1967

Instrução Normativa nº 02, de 11/10/2010, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão;

Lei 13.303, de 30/06/2016;

Súmula 331 TST;

Termo de Ajuste de Conduta nº 62 de 30/06/2004 e Aditivos assinados em 2005, 2006 e 2008;

Termo de Conciliação referente à Ação Civil Pública – 00472-2001-008-10-8;

TC nº 005.312/2007-8 – Relatório de Monitoramento da Terceirização dos Serviços na CAIXA - Acórdão nº 2792/2016 do Tribunal de Contas da União.

DOCUMENTAÇÃO UTILIZADA

Regulamento de Licitações e Contratos da CAIXA – RLCC

ROTEIRO PADRÃO

17542

Vigência: 02/01/2018

NORMATIVOS REVOGADOS

Não se aplica

ATENDIMENTO DE DÚVIDAS

GEPER - GN QUADRO DE PESSOAS E REMUNERACAO

PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NA CAIXA – ANÁLISE DA SOLICITAÇÃO DE CONTRATAÇÃO

1 OBJETIVO

1.1 Estabelecer normas e procedimentos para a solicitação de contratação de empresa para prestação de serviços acessórios na CAIXA.

2 DEFINIÇÕES

- Atividades de caráter acessório: atividades de apoio. Secundárias em relação às atividades-fim da CAIXA;
- Conflito de interesses: é a situação gerada pelo confronto entre interesses da CAIXA e interesse pessoal, que possa comprometer o interesse coletivo ou influenciar o desempenho da função pública;
- Desvio de função: execução pelo prestador de serviço de atividades não previstas no objeto contratual;
- Evento Externo de T&D: ação educacional oferecida por entidades externas voltadas para capacitação, atualização ou aperfeiçoamento, realizadas fora da empresa, com participação do público em geral, na qual a CAIXA inscreve seus empregados, tais como: curso, seminário, congresso, workshop;
- Evento Exclusivo de T&D: ação educacional com participação exclusiva de empregados CAIXA, mediada por empresa/profissional externo contratado pela GILOG ou GECOT por solicitação do Gestor Concessor para atender necessidade de capacitação, atualização ou aperfeiçoamento da equipe sob sua gestão;
- GECOT: Gerência Nacional de Contratações;
- GEORC: Gerência Nacional de Orçamento;
- GEPER: Gerência Nacional de Quadro de Pessoas e Remuneração;
- GEPRE: Gerência Nacional de Precificação;
- GEROP: Gerência Nacional de Risco Operacional;
- Gestor Operacional: para fins deste normativo é o gestor responsável pela terceirização de serviços, seja na condição de proponente da contratação ainda não realizada, seja na condição de gestor dos contratos de prestação de serviços já vigentes.
- Habitualidade: prestação de serviços de forma contínua, não eventual;
- Jurídico: unidade da CAIXA responsável pela promoção das ações e defesa da CAIXA e da CAIXAPAR em juízo e o assessoramento técnico-jurídico.
- Onerosidade: pagamento de salários ao empregado pelos serviços prestados. A prestação de trabalho correspondente à contraprestação de salário;
- Pessoalidade: realização de atividade por certa e determinada pessoa, ou seja, o empregado obriga-se a prestar, pessoalmente, os serviços contratados;
- Posto de Serviço: é um posto guarnecido por prestador de serviço de empresa terceirizada;
- Serviço Contínuo: é aquele cuja necessidade se prolonga por um período indefinido ou definido e longo, essencial ao atingimento de um objetivo público de caráter indivisível. A necessidade permanente e contínua que caracteriza esse serviço é aquela que não se extingue instantaneamente, exigindo a execução prolongada, sem qualquer interrupção, devendo ser satisfeita sob pena de inviabilizar o objetivo público.
- Serviço Contínuo com Mão de obra dedicada: é aquele que constitui necessidade permanente da CAIXA, de natureza repetitiva, realizado pela disponibilização de empregados da empresa contratada nas dependências da CAIXA ou nas de terceiros indicados pela CAIXA, em horários/turnos preestabelecidos e que permanecem à disposição para executar, por conta e risco da contratada, exclusivamente os serviços objeto do respectivo contrato;
- Subordinação: situação na qual o empregado obedece às ordens do empregador;
- Prestação de Serviços Acessórios: é um recurso de gestão que estabelece relação de parceria por meio de contratos, com empresas especializadas na prestação dos serviços, para executar atividades de caráter acessório em relação às atividades necessárias à consecução dos objetivos finalísticos da empresa.
- Prestação de Serviços com mão de obra dedicada: modalidade da terceirização de serviços, mediante a qual a empresa contratada disponibiliza seus empregados de forma contínua e prolongada nas dependências da CAIXA ou nas de terceiros indicados pela CAIXA, em horários/turnos preestabelecidos; os referidos empregados permanecem à disposição para executar; sob direção da contratada, exclusivamente os serviços objeto do respectivo contrato.

- Termo de Referência: corresponde ao detalhamento do objeto a ser contratado, de modo a permitir a perfeita identificação do que é pretendido pela CAIXA e, com precisão, as circunstâncias e o modo como deverá ser realizado o contrato;

3 NORMAS

3.1 DISPOSIÇÕES GERAIS

3.1.1 A prestação de serviços acessórios na CAIXA dar-se-á por meio de contratação de serviços, sendo vedada a contratação de mão de obra.

3.1.2 A prestação de serviços acessórios é um processo de gestão que estabelece relação de parceria com empresas especializadas na prestação de serviços, para executar atividades de caráter acessório e secundário em relação ao objetivo principal da CAIXA e cuja relação custo/benefício lhe seja comprovadamente favorável, demonstrada pelo gestor operacional do serviço.

3.2 AVALIAÇÃO DAS PROPOSTAS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS ACESSÓRIOS

3.2.1 As prestações de serviços acessórios na CAIXA seguem as normas e disposições do [PO011](#).

3.2.2 A avaliação sobre a aderência das propostas de prestação de serviços à referida Política consideram as regras e os procedimentos descritos nesta norma.

3.2.3 A avaliação sobre a conformidade da prestação de serviços compõe o rol de informações obrigatórias para iniciar a Solicitação de Contratação, conforme o [AD020](#).

3.2.4 Os serviços contínuos de caráter acessório na CAIXA que precisam de avaliação da GEPER constam no [Anexo I](#).

3.2.5 As propostas de prestação de serviços listadas no Anexo II, não são submetidas ao presente Manual Normativo.

3.2.6 As propostas de prestação de serviços que não constam nos [Anexo I](#) e [II](#) necessitam da avaliação da GEPER.

3.3 ASPECTOS AVALIADOS NAS PROPOSTAS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS ACESSÓRIOS

3.3.1 NATUREZA DA ATIVIDADE OBJETO DA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

3.3.1.1 A CAIXA contrata empresas especializadas para a execução das atividades de caráter acessório em relação aos seus objetivos.

3.3.1.2 Os objetivos da CAIXA estão descritos no Art.5º do Estatuto da Empresa.

3.3.1.3 A CAIXA não contrata empresas para a execução de atividades de caráter acessório as quais exijam, para sua execução, que se estabeleça relação de pessoalidade e subordinação entre empregados da CAIXA e empregados da contratada.

3.3.1.4 Não são contratadas empresas para execução de serviços de retaguarda, os quais envolvam manuseio pelos prestadores de serviços de numerário ou de informações resguardadas pelo sigilo bancário.

3.3.2 ANÁLISE DA RELAÇÃO CUSTO/BENEFÍCIO DA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

3.3.2.1 A relação custo/benefício da prestação de serviços acessórios deve ser comprovadamente favorável à CAIXA e demonstrada pelo gestor operacional.

3.3.2.2 A análise de custo/benefício exprime os resultados esperados com a contratação em termos mesuráveis e coerentes, ressaltando as vantagens e desvantagens e a viabilidade econômica da proposta, de forma a dar o adequado suporte à tomada de decisão e é composta pela:

- Análise qualitativa: realizada pelo gestor operacional e evidencia a necessidade e a conveniência da contratação, a viabilidade e a aplicabilidade desse recurso, demonstrando que a execução de determinada atividade por empresas especializadas na prestação de serviços acessórios é a que melhor se coaduna aos interesses estratégicos da CAIXA e aos objetivos econômicos, sociais e ambientais e como a contratação trará inovação, qualidade, economia e produtividade para a CAIXA.

- Análise quantitativa: também é realizada pelo gestor operacional, mas é baseada nas análises da GEORC e da GEPRE, as quais realizam respectivamente os cálculos dos custos administrativos e a avaliação financeira, de acordo com os insumos fornecidos pelo gestor.

3.3.2.3 A análise de custo/benefício da contratação de empresa para prestação de serviços acessórios é realizada pelo gestor operacional obrigatoriamente no pedido de contratação.

3.3.2.3.1 A análise qualitativa é feita para todos os pedidos de contratação a serem avaliados pela GEPER.

3.3.2.3.2 A avaliação financeira realizada pela GEPRE contempla as informações disponibilizadas pela GEPER acerca das condenações judiciais trabalhistas de prestadores de serviços.

3.3.2.4 A análise custo/benefício é formalizada e faz parte da documentação encaminhada pelo gestor operacional à GEPER.

3.3.3 CRITÉRIOS GERAIS PARA A PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS ACESSÓRIOS

3.3.3.1 Na execução dos serviços acessórios não pode haver entre empregados da CAIXA e empregados da empresa contratada:

- pessoalidade;
- subordinação;
- habitualidade;
- onerosidade.

3.3.3.2 É vedado desvio de função de empregados da empresa contratada.

3.3.3.3 É vedada a concentração de serviços diversificados que envolvam mais de um gestor em um único contrato.

3.3.3.4 É vedada a contratação de empresas como forma de intermediar mão de obra para realizar serviços na CAIXA, exceto quando se tratar de contratação de empresa de trabalho temporário, nos termos do [RH037](#).

3.3.3.5 É vedada a contratação de sociedades cooperativas como forma de intermediar mão de obra para prestação de serviços na CAIXA.

3.3.3.6 A especialização da contratada pressupõe a qualificação técnica dos seus empregados para perfeita execução do serviço, razão pela qual a CAIXA não promove cursos ou treinamentos aos prestadores de serviço.

3.3.3.7 As solicitações de contratação de prestação de serviços estabelecem que a sua execução ocorra fora da CAIXA, em ambiente físico e com meios de produção fornecidos pela empresa contratada.

3.3.3.7.1 Apenas os serviços cuja execução esteja intrinsecamente ligada às instalações físicas da CAIXA, como limpeza, postos de apoio administrativo, conforme [AD056](#), central de cópias, vigilância e brigada contra incêndio, são prestados em ambientes internos à CAIXA.

3.3.3.7.2 Outros serviços, cuja execução necessite ser realizada nas instalações da CAIXA, por ocasião do pedido de contratação, devem ser justificados, tecnicamente, e submetidos pelo gestor operacional, contendo elementos que possam subsidiar a análise da GEPER, no tocante ao atendimento das disposições previstas neste normativo e no [PO011](#).

3.3.3.7.3 Para os serviços executados em ambiente interno da CAIXA, pelas características descritas neste normativo, observam-se os parâmetros a seguir:

- o Contrato de Prestação de Serviços contém cláusulas que dispõem sobre a obrigatoriedade da Contratada manter, nas unidades ou nos locais de execução dos serviços, prepostos, em caráter permanente ou volante, para orientar, coordenar, acompanhar, supervisionar, dar ordens ao contingente alocado e resolver quaisquer questões pertinentes à execução dos serviços, para correção de situações adversas às solicitações da CAIXA;
- a relação da CAIXA com a empresa dar-se-á, exclusivamente, por meio dos prepostos da Contratada;
- Os prestadores de serviços, mesmo aqueles que transitam pelas dependências da CAIXA ao fazer o seu trabalho, devem dispor de ambiente segregado em relação ao ambiente onde o empregado da CAIXA executa suas tarefas;
- os prestadores de serviços não assinam mensagens internas por meio impresso ou eletrônico, isoladamente ou em conjunto com empregado CAIXA;
- a autorização de acesso de prestadores de serviços às caixas postais, principais ou secundárias, de unidades no CAIXAM@IL é responsabilidade do gestor da unidade beneficiária, que deverá analisar os riscos advindos da utilização indevida de informações da CAIXA;
- os prestadores de serviços podem acessar somente os Manuais Normativos da CAIXA, disponibilizados pelo SISMN, com grau de sigilo # PUBLICO e # CONFIDENCIAL 5;
- os prestadores de serviços não são componentes da equipe da unidade beneficiária dos serviços;
- não é permitido ao prestador de serviço ser, no mesmo período, empregado CAIXA;
- não é permitido ao prestador de serviço ser, no mesmo período, prestador de serviço contratado através de duas empresas distintas, para prestar serviços na mesma unidade ou em unidades CAIXA distintas;

- não é permitido ao prestador de serviço ser, no mesmo período, prestador de serviço, estagiário ou bancário temporário em Unidades CAIXA.

3.3.3.8 Todas as contratações devem possuir métricas para avaliação do serviço contratado.

3.3.3.8.1 Os pedidos para contratação de serviços não são fixados em número de profissionais ou postos de serviços, à exceção dos serviços de vigilância, brigada contra incêndio, copa, ascensorista, carregador, garagista, garçom, operador de máquina copiadora, porteiro, recepcionista em portaria de unidade, recepcionista em ambiente de autoatendimento, telefonista, vigia e zelador

3.3.3.8.2 No caso dos serviços de limpeza e manutenção, a CAIXA efetua a contratação dos serviços por m².

3.3.3.9 O relacionamento do prestador de serviços, no exercício de sua atividade, com clientes, fornecedores e parceiros é pautado pelos valores éticos e socialmente responsáveis, estabelecidos pela CAIXA, evitando-se situações que possam caracterizar o conflito de interesses, conforme disposto no [RH200](#).

3.3.3.10 É vedada a contratação de pessoa física ou jurídica cujo(s) sócio(s), dirigente(s) ou administrador(es) seja(m) empregado(s) CAIXA ou dirigente ou possua(m) vínculo familiar com:

- empregado(s) detentor(es) de cargo comissionado que atue(m) em área da CAIXA com gerenciamento sobre o contrato ou serviço objeto do contrato;
- empregado(s) detentor(es) de cargo comissionado que atue(m) na área demandante da contratação;
- empregado(s) detentor(es) de cargo comissionado que atue(m) na área que realiza a contratação;
- autoridade da CAIXA hierarquicamente superior às áreas supramencionadas.

3.3.3.10.1 Na prestação de serviços é vedado alocar no contrato prestador que tenha vínculo familiar com dirigente ou empregado CAIXA que exerça cargo em comissão ou função de confiança:

- em área da CAIXA com gerenciamento sobre o contrato ou beneficiária do serviço objeto da contratação;
- na área demandante da contratação;
- na área que realiza a contratação.

3.3.3.11 Os riscos operacionais dos serviços terceirizados são identificados e monitorados, conforme CR115.

3.4 INFORMAÇÕES SOBRE A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS ACESSÓRIOS NA CAIXA

3.4.1 As informações sobre prestação de serviços contínuos com mão de obra dedicada são disponibilizadas sempre que solicitadas pelos órgãos externos e pelas unidades da CAIXA.

3.4.1.1 Os serviços contínuos com mão de obra dedicada são informados anualmente pela GECOT à GEPER.

3.4.2 O gestor operacional do contrato é responsável pela integridade e autenticidade das informações fornecidas.

3.4.2.1 As informações sobre Política de Terceirização de Serviços na CAIXA direcionadas ao público ou órgãos externos são elaboradas pela GEPER.

3.4.2.2 As autuações dos órgãos de controle e fiscalização relativas à prestação de serviços acessórios, bem como as ações judiciais que discutam essa relação são informadas à GEPER para controle e fornecimento de subsídios para defesa da CAIXA.

4 PROCEDIMENTOS

4.1 NOVA CONTRATAÇÃO

4.1.1 GESTOR OPERACIONAL

4.1.1.1 Identifica a necessidade de realizar nova contratação de serviços já previstos no [Anexo I](#).

4.1.1.2 Encaminha o pedido de contratação para a GEPER com pelo menos 3 meses de antecedência do fim do contrato vigente com a seguinte documentação:

- Contrato vigente;
- Termo de Referência da nova contratação;
- Análise da relação custo/benefício;
- Custo previsto na contratação anterior e o efetivamente pago até o momento.
- Informação do jurídico sobre as demandas judiciais relativas ao serviço contratado e outras questões legais pertinentes.

- Justificativa para os serviços serem executados em ambiente interno da CAIXA, conforme subitem [3.2.3.7.2](#).
- Outras informações que a GEPER solicitar.

4.1.1.3 Faz os ajustes necessários para que a proposta esteja conforme o item 3.3.3 e do [PO011](#).

4.1.2 GEPER

4.1.2.1 Recebe a documentação e avalia a proposta à luz do [PO011](#) no prazo de até 10 dias úteis.

4.1.2.2 Se a proposta estiver adequada às regras do [PO011](#), emite o parecer favorável, e o gestor operacional prossegue com o pedido de contratação de acordo com o [AD020](#).

4.1.2.3 Se identificar na proposta desvios em relação ao disposto no [PO011](#), orienta o gestor operacional sobre as adequações necessárias.

4.2 NOVAS PROPOSTAS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS ACESSÓRIOS

4.2.1 GESTOR OPERACIONAL

4.2.1.1 Identifica a necessidade de realizar contratação de serviços não listados no [Anexo I](#).

4.2.1.2 Encaminha o pedido de contratação para a GEPER com a seguinte documentação:

- Identificação da atividade acessória dentro do processo da área;
- Minuta do Termo de Referência contendo o detalhamento do objeto da contratação, descrição das atividades, metas de desempenho;
- Análise da relação custo/benefício;
- Justificativa para os serviços serem executados em ambiente interno da CAIXA, se for o caso;
- Outras informações que a GEPER solicitar.

4.2.2 GEPER

4.2.2.1 Avalia a proposta sob luz do [PO011](#) no prazo de até 15 dias úteis.

4.2.2.2 Se identificar na proposta desvios em relação ao disposto no [PO011](#), orienta o gestor operacional sobre as adequações necessárias.

4.3 ANÁLISE DE CUSTO/BENEFÍCIO DA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS ACESSÓRIOS

4.3.1 GESTOR OPERACIONAL

4.3.1.1 Elabora análise qualitativa para embasar o pedido de contratação.

4.3.1.2 Encaminha à GEORC os insumos necessários para embasar os cálculos dos custos administrativos da proposta de contratação de empresa para prestação de serviços, bem como os cálculos dos custos com a internalização.

4.3.1.3 Valida os custos encaminhados pela GEORC e encaminha para GEPRE para precificação da análise de custo/benefício.

4.3.1.4 Encaminha à GEPRE os custos e demais insumos necessários, se houver, para embasar os cálculos da avaliação financeira da proposta de empresa para a prestação de serviços acessórios.

4.3.1.5 Valida e formaliza a análise de custo/benefício e apresenta à GEPER.

4.3.2 GEPER

4.3.2.1 Disponibiliza anualmente à GEROP as informações sobre a quantidade de prestadores de serviços vinculados aos contratos vigentes de serviços de natureza contínua com mão de obra dedicada, bem como a quantidade de empregados CAIXA no dia 31 DEZ de cada ano.

4.3.2.2 Encaminha anualmente à GEPRE o valor médio unitário das despesas apurado acerca das condenações judiciais trabalhistas de prestadores de serviços e empregados CAIXA para utilização como insumo nas avaliações financeiras das contratações empresas para prestação de serviços.

4.3.3 GEROP

4.3.3.1 Fornece à GEPER o valor médio unitário das despesas apurado, considerando os dados fornecidos e os valores das condenações trabalhistas de prestadores e de empregados, pensionistas e ex-empregados.

4.3.4 GEORC

4.3.4.1 Realiza os cálculos dos custos administrativos da proposta de contratação de empresa para prestação de serviços e internalização.

4.3.5 GEPRE

4.3.5.1 Realiza a avaliação financeira da proposta.

4.4 INFORMAÇÕES SOBRE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS ACESSÓRIOS NA CAIXA**4.4.1 GECOT**

4.4.1.1 Fornece a pedido da GEPER, na primeira quinzena de janeiro de cada ano, arquivo com as informações sobre os contratos de prestação de serviço com mão de obra dedicada vigentes no exercício anterior, incluindo na lista aqueles encerrados no período e os novos contratos celebrados, mesmo que não efetivados.

4.4.1.1.1 O arquivo deverá conter os seguintes dados:

- Ano do contrato;
- Identificação do contrato no SIGES;
- Nº do contrato;
- Unidade gestora;
- Nome da empresa contratada;
- CNPJ da empresa contratada;
- Data início e fim da vigência do contrato;
- Natureza do contrato: Ordinária ou Emergencial;
- Situação do contrato: Ativo normal, Ativo Prorrogado, Encerrado ou Rescindido;
- Descrição do objeto do contrato.

4.4.2 GEPER

4.4.2.1 Solicita aos gestores operacionais os dados dos contratos para disponibilização aos órgãos externos e unidades da CAIXA.

4.4.3 GESTOR OPERACIONAL

4.4.3.1 Disponibiliza os dados até a data indicada.

4.5 SUBSÍDIOS PARA DEFESA DA CAIXA**4.5.1 UNIDADES CAIXA**

4.5.1.1 As unidades que recebem autuação dos órgãos de controle e fiscalização sobre prestação de serviços acessórios na CAIXA pedem subsídios à GEPER para defesa.

4.5.2 JURÍDICO

4.5.2.1 Solicita subsídios à GEPER para a defesa da CAIXA nas autuações dos órgãos de controle e fiscalização ou nos casos de ações trabalhistas que envolvem prestadores de serviços.

4.5.3 GEPER

4.5.3.1 Fornece os subsídios ao Jurídico para defesa da CAIXA em casos de atuação dos órgãos de fiscalização e controle e nas ações judiciais que envolvem prestadores de serviços.

5 ARQUIVAMENTO DE DOCUMENTOS

5.1 A documentação deve ser arquivada conforme item 5 constante no [AD069](#).

6 ANEXOS

Páginas subsequentes.

6.1 ANEXO I – SERVIÇOS ACESSÓRIOS A SEREM ANALISADOS PELA GEPER

- Administração do Projeto Gente Arteira;
- Apoio Administrativo, conforme [AD056](#);
- Auditoria médica;
- Brigada contra incêndio;
- Cobrança administrativa e renegociação de créditos;
- Cobrança extrajudicial de créditos habitacionais (agente fiduciário);
- Distribuição de documentos, materiais e volumes;
- Elaboração de projetos e manutenção em ambientes digitais (internet, intranet, dispositivos móveis e TV digital);
- Emissão/fornecimento de passagem aérea;
- Gerenciamento de projetos, suporte ao desenvolvimento, levantamento de requisitos, desenvolvimento de aplicativos e documentação de sistemas para os ambientes operacionais/produtos – Fábrica de *Software*;
- Gestão de contratos de arrendamento e administração de imóveis residenciais e condomínios, no âmbito do programa de arrendamento residencial – PAR;
- Guarda e distribuição de materiais;
- Guarda, recuperação e digitalização de documentos;
- Hospedagem;
- Marketing de incentivo, endomarketing, promoção e eventos;
- Microfilmagem;
- Operação de *help-desk*;
- Operação de mesas e equipamentos telefônicos e de PMA;
- Operação de microcomputador;
- Operação de telesserviços;
- Preparo, conferência e digitação de dados;
- Prestação de Serviços de Transporte de Pessoas a serviço da CAIXA e/ou pequenos volumes e documentos;
- Segurança eletrônica;
- Segurança pessoal privada;
- Serviços centralizados de operações tecnológicas;
- Serviços para viabilizar o Projeto Gente Arteira;
- Serviços técnicos sociais;
- Suporte à microinformática;
- Suporte e manutenção de software;
- Telecomunicação de dados, inclusive para canais alternativos;
- Transporte de documentos, bens e pessoas;
- Tratamento de documentos;
- Triagem e conferência de documentos;

6.2 ANEXO II – SERVIÇOS ACESSÓRIOS QUE NÃO NECESSITAM SEREM ANALISADOS PELA GEPER

- Parcerias com correspondentes bancários;
- Serviços, cuja contratação é determinada por Norma externa;
- Serviços já aprovados pelo Conselho Diretor ou decorrentes de projeto aprovado por esta instância, bem como aqueles decorrentes de Ação Operacional aprovada no Planejamento estratégico;
- Aferição de composições de serviços referentes à construção civil – e pertencentes ao SINAPI;
- Auditoria independente;
- Avaliação atuarial do FCVS;
- Cálculo atuarial;
- Licenciamento junto aos órgãos competentes visando o funcionamento das Unidades da CAIXA;
- Locação e monitorização de sistema de alarme;
- Operação e Manutenção de elevadores;
- Execução de obras;
- Seguros;
- Serviços de Vigilância;
- Serviços de conservação e limpeza;
- Consultorias;
- Contratações emergenciais;
- Eventos Externo T&D;
- Evento Exclusivo T&D;
- Contratação do Remanescente, cuja contratação original já tenha sido avaliada pela GEPER.
- Mensagens via Celular – SMS;
- Fornecimento, distribuição e descarte de soluções ácidas;
- Impressão, envelopamento, expedição e tratamento da devolução de extratos, avisos, carnês e comunicados em geral (internos e externos);
- Informações cadastrais, setoriais e de mercado;
- Postagem de correspondência (correios e telégrafos)
- Produção de insumos lotéricos tais como bilhetes, volantes, bobinas;
- Seguro de Riscos;
- Serviços de assessoria técnica à CAIXA na definição da programação e obtenção dos resultados oficiais da Loteca e Lotogol;
- Serviços de produção e distribuição do cartão Saúde CAIXA;
- Serviços de tradução de documentos;
- Serviços de personalização de cartões de crédito e débito e de impressão eletrônica de faturas e cartas do negócio cartões
- Serviços referentes à concessão de vale-transporte aos empregados;
- Serviços referentes à concessão de tíquetes alimentação/refeição aos empregados;
- Transmissão de dados, inclusive para canais alternativos
- Transporte de valores;
- Banco 24 horas;
- Encadernação de documentos;
- Execução itinerante de pequenos serviços de manutenção, limpeza e conservação (PSM);
- Operação de aparelhos de som e áudio;

- Leiloeiro;
- Serviços de Engenharia e de Arquitetura;
- Serviços Advocatícios;
- Serviço de obtenção de cópias digitalizadas de processos/procedimentos judiciais e extrajudiciais para as unidades jurídicas;
- Serviços de Clipping Eletrônico;
- Serviço de Pesquisa de Situação Processual nos Tribunais (depuração);
- Serviço de Localização de Bens e Endereços (Perdigueiro);
- Atendimento de disparo de alarme;
- Despachante;
- Elaboração de *clipping* e fornecimento de informações publicadas em diários oficiais;
- Manutenção de equipamentos, inclusive para canais alternativos;
- Manutenção de sistemas de climatização;
- Manutenção de sistemas de segurança;
- Manutenção predial;
- Outsourcing de impressão: serviços de impressão, incluindo a disponibilização de equipamentos, manutenção preventiva e corretiva, suporte técnico, fornecimento de software de controle, gestão e bilhetagem, peças e suprimentos;
- Publicidade e propaganda;
- Remoção de documentos e bens móveis (serviço braçal);
- Serviços de Campanhas de Relacionamento;
- Serviços de imobiliárias para auxiliar às atividades de alienação de imóveis;
- Serviços de pesquisa de marketing;
- Serviços necessários à realização de treinamentos e eventos;
- Serviços para viabilizar a instalação, infraestrutura e funcionamento de unidades da CAIXA e de canais alternativos;

Relatório de Gestão 2017

Anexo IX - Demonstrações Contábeis CAIXA



**Demonstrações Contábeis
Consolidadas - BrGaap
31/12/2017**

ÍNDICE GERAL

	Página
Demonstrativos Contábeis	02
Notas Explicativas da Administração	11
Resumo do Relatório do Comitê de Auditoria	110
Relatório do Auditor Independente	112
Parecer do Conselho Fiscal	123
Parecer do Conselho da Administração	124

Balço Patrimonial Consolidado

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

ATIVO	31/12/2017	31/12/2016
CIRCULANTE	578.542.521	601.935.701
DISPONIBILIDADES (Nota 4)	11.451.854	10.763.601
APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ (Nota 5)	144.232.795	156.944.929
Aplicações no mercado aberto	130.911.089	144.645.896
Aplicações em depósitos interfinanceiros	13.322.183	12.299.071
Provisões para perdas	(477)	(38)
TÍTULOS E VAL. MOBIL. e INST. FINANC. DERIVATIVOS (Nota 6)	123.013.495	127.523.817
Carteira própria - livre	34.812.304	86.937.378
Vinculados a compromissos de recompra	83.718.783	30.269.898
Instrumentos financeiros derivativos	35.581	390.684
Vinculados ao Banco Central	1.178.579	1.070.867
Vinculados a prestação de garantias	3.268.248	4.183.775
Carteira de livre movimentação		4.671.215
RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS	127.568.940	120.368.660
Pagamentos e recebimentos a liquidar	25.515	19.621
Créditos vinculados - depósitos no BACEN (Nota 7 (a))	126.690.810	119.658.776
Correspondentes	852.615	690.263
RELAÇÕES INTERDEPENDÊNCIAS	28.068	131.817
Recursos em trânsito de terceiros	326	250
Transferências internas de recursos	27.742	131.567
OPERAÇÕES DE CRÉDITO (Nota 8)	129.931.721	144.495.318
Setor público	8.044.383	13.201.644
Setor privado	136.716.197	148.680.680
Operações de crédito vinculadas à cessão	1.752.600	1.937.294
Provisão para operações de crédito	(16.581.459)	(19.324.300)
OUTROS CRÉDITOS (Nota 9)	34.028.485	36.524.340
Créditos por avais e fianças honrados	31.336	30.567
Carteira de câmbio	3.549.748	5.412.747
Rendas a receber	2.294.687	2.138.956
Negociação e intermediação de valores	813	15.800
Créditos específicos	1.001.150	937.833
Diversos	27.727.294	28.445.066
Provisão para outros créditos	(576.543)	(456.629)
OUTROS VALORES E BENS (Nota 10)	8.287.163	5.183.219
Outros valores e bens	7.948.678	5.289.756
Provisões para perdas	(272.551)	(177.004)
Despesas antecipadas	611.036	70.467

Balço Patrimonial Consolidado

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

ATIVO	31/12/2017	31/12/2016
NÃO CIRCULANTE	682.225.054	653.516.050
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	670.404.216	641.437.543
APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ (Nota 5)	-	130.232
Aplicações em depósitos interfinanceiros		130.232
TÍTULOS E VAL. MOBIL. e INST. FINANC. DERIVATIVOS (Nota 6)	65.121.666	53.820.292
Carteira própria - livre	35.972.597	12.236.898
Vinculados a compromissos de recompra	27.006.500	39.641.302
Instrumentos financeiros derivativos	961.631	488.131
Vinculados ao Banco Central		703
Vinculados a prestação de garantias	1.180.938	1.453.258
RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS	27.919.116	28.111.790
Créditos vinculados - SFH (Nota 7 (b))	27.919.116	28.111.790
OPERAÇÕES DE CRÉDITO (Nota 8)	528.303.295	516.941.701
Setor público	49.600.219	46.536.043
Setor privado	488.681.532	474.441.187
Operações de crédito vinculadas à cessão	10.355.526	11.931.092
Provisão para operações de crédito	(20.333.982)	(15.966.621)
OUTROS CRÉDITOS (Nota 9)	49.060.139	42.433.528
Diversos	49.070.794	42.461.465
Provisão para outros créditos	(10.655)	(27.937)
PERMANENTE	11.820.838	12.078.507
INVESTIMENTOS (Nota 11)	5.540.551	5.174.014
Participações em coligadas e controladas:	4.869.969	4.644.478
No país	4.869.969	4.644.478
Outros investimentos	782.680	780.971
Provisão para perdas	(112.098)	(251.435)
IMOBILIZADO DE USO (Nota 12)	3.065.388	3.419.634
Imóveis de uso	2.292.598	1.934.129
Reavaliações de imóveis de uso	693.987	710.140
Outras immobilizações de uso	7.776.974	7.582.219
Depreciações acumuladas	(7.698.171)	(6.806.854)
INTANGÍVEL (Nota 13)	3.214.899	3.484.859
Ativos intangíveis	5.115.260	5.169.088
Amortizações acumuladas	(1.900.361)	(1.684.229)
TOTAL	1.260.767.575	1.255.451.751

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis consolidadas

Balço Patrimonial Consolidado

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	31/12/2017	31/12/2016 (Nota 3(t))
CIRCULANTE	679.973.805	670.388.637
DEPÓSITOS (Nota 14)	412.992.266	403.115.342
Depósitos à vista	32.398.707	31.882.854
Depósitos de poupança	276.693.320	252.403.109
Depósitos interfinanceiros	425.953	315.402
Depósitos a prazo	92.561.172	101.907.035
Depósitos especiais e de fundos e programas	10.913.088	16.606.897
Outros depósitos	26	45
CAPTAÇÕES NO MERCADO ABERTO (Nota 15)	140.486.574	150.680.825
Carteira própria	101.921.284	60.578.808
Carteira de terceiros	38.565.290	86.046.055
Carteira de livre movimentação		4.055.962
RECURSOS DE ACEITES E EMISSÕES DE TÍTULOS (Nota 16)	62.515.796	49.792.920
Recursos de letras imobiliárias, hipotecárias, de crédito e similares	62.361.482	49.626.975
Obrigações por títulos e valores mobiliários no exterior	154.314	165.945
RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS	80.162	402.071
Recebimentos e pagamentos a liquidar	58.113	383.398
Correspondentes	22.049	18.673
RELAÇÕES INTERDEPENDÊNCIAS	1.366.748	1.350.005
Recursos em trânsito de terceiros	1.260.046	1.321.178
Transferências internas de recursos	106.702	28.827
OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMOS (Nota 17)		3.798.282
Empréstimos no exterior		3.798.282
OBRIGAÇÕES POR REPASSES DO PAÍS - INSTIT. OFICIAIS (Nota 17)	1.507.793	1.437.357
Tesouro Nacional - PIS	399.970	455.038
BNDES	1.024.075	662.750
FGTS	81.972	317.647
Outras	1.776	1.922
INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS (Nota 6 (g))	230.448	250.389
Instrumentos financeiros derivativos	230.448	250.389
OUTRAS OBRIGAÇÕES (Nota 18)	60.794.018	59.561.446
Cobrança e arrecadações de tributos e assemelhados	416.763	352.815
Carteira de câmbio	149.371	898.298
Sociais e estatutárias	3.686.370	1.065.283
Fiscais e previdenciárias	2.285.716	2.259.626
Negociação e intermediação de valores	45.770	17.968
Recursos para destinação específica:	13.766.453	9.814.956
Obrigações de operações com loterias	944.164	878.598
Obrigações por fundos e programas sociais	6.076.527	7.153.005
Obrigações por fundos financeiros e de desenvolvimento	6.745.762	1.783.353
Instrumentos híbridos de capital e dívida	54.115	460.234
Dívidas subordinadas	1.047.814	914.359
Diversas	39.341.646	43.777.907

Balço Patrimonial Consolidado

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	31/12/2017	31/12/2016 (Nota 3(t))
NÃO CIRCULANTE	509.410.217	521.429.525
EXIGÍVEL A LONGO PRAZO	509.410.217	521.429.525
DEPÓSITOS (Nota 14)	93.233.297	109.075.169
Depósitos interfinanceiros	151.448	292.877
Depósitos a prazo	93.081.849	108.782.292
CAPTAÇÕES NO MERCADO ABERTO (Nota 15)	8.040.692	8.747.172
Carteira própria	8.040.692	8.747.172
RECURSOS DE ACEITES E EMISSÕES DE TÍTULOS (Nota 16)	65.694.389	104.301.509
Recursos de letras imobiliárias, hipotecárias, de crédito e similares	55.166.852	91.286.308
Obrigações por títulos e valores mobiliários no exterior	10.527.537	13.015.201
OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMOS (Nota 17)	2.147.951	1.626.796
Empréstimos no exterior	2.147.951	1.626.796
OBRIGAÇÕES POR REPASSES DO PAÍS - INSTIT. OFICIAIS (Nota 17)	268.046.149	237.529.064
Tesouro Nacional - PIS		473.244
BNDES	29.790.078	30.686.611
FGTS	235.538.406	203.839.306
Outras	2.717.665	2.529.903
INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS (Nota 6 (g))	400.763	822.422
Instrumentos financeiros derivativos	400.763	822.422
OBRIGAÇÕES POR REPASSES DO EXTERIOR (Nota 17)	55.530	54.668
Repases do exterior	55.530	54.668
OUTRAS OBRIGAÇÕES (Nota 18)	71.791.446	59.272.725
Fiscais e previdenciárias	127.958	121.815
Recursos para destinação específica:	4.083.821	2.956.578
Obrigações por fundos e programas sociais	4.083.821	2.956.578
Instrumentos híbridos de capital e dívida	3.266.583	520.528
Dívidas subordinadas	9.695.095	10.183.670
Instrumentos de dívida elegíveis a capital	24.956.210	17.443.376
Diversas	29.661.779	28.046.758
PATRIMÔNIO LÍQUIDO (Nota 19)	71.383.553	63.633.589
Capital social:	29.630.119	24.837.171
Capital de domiciliados no país	45.000.000	35.000.000
Aumento de capital	4.792.948	
Capital a realizar	(20.162.829)	(10.162.829)
Instrumento elegível ao capital principal	36.975.702	36.453.645
Reserva de reavaliação	352.348	379.098
Reservas de lucros	13.923.642	9.074.710
Ajuste de avaliação patrimonial	(9.498.258)	(7.111.035)
Lucros/Prejuízos acumulados		
TOTAL	1.260.767.575	1.255.451.751

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis consolidadas

Demonstração Consolidada do Resultado

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	2017		2016	
	2º semestre	Exercício	2º semestre	Exercício
RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA (Nota 21)	62.434.470	133.400.619	76.971.826	149.697.220
Operações de crédito (Nota 8 (e))	42.824.834	88.516.444	48.365.483	94.191.989
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários (Notas 5 (a) e 6 (d))	16.260.890	36.642.280	22.390.395	50.680.569
Resultado com instrumentos financeiros derivativos (Nota 6 (j))	(1.082.928)	(2.757.954)	(1.129.903)	(8.892.854)
Resultado de câmbio (Nota 9 (c.1))	90.200	322.406	189.330	
Resultado das aplicações compulsórias (Nota 7 (c))	4.311.489	10.605.077	7.100.192	13.626.500
Operações de venda ou de transferência de ativos financeiros (Nota 8 (f.1))	29.985	72.366	56.329	91.016
DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA (Nota 22)	(45.920.559)	(102.191.304)	(63.833.281)	(125.596.050)
Operações de captação no mercado (Notas 14 (c); 15 (b); 16 (b) e 16 (d))	(27.940.821)	(64.626.050)	(43.463.766)	(85.246.586)
Operações de empréstimos, cessões e repasses (Nota 17 (d))	(8.439.183)	(17.129.804)	(9.755.882)	(16.179.377)
Resultado de câmbio (Nota 9 (c.1))				(1.225.286)
Operações de venda ou de transferência de ativos financeiros (Nota 8 (f.2))	(530.952)	(1.178.874)	(571.624)	(2.835.434)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa (Nota 8 (i))	(9.009.603)	(19.256.576)	(10.042.009)	(20.109.367)
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	16.513.911	31.209.315	13.138.545	24.101.170
OUTRAS RECEITAS/DESPESAS OPERACIONAIS	(5.943.089)	(16.615.534)	(9.878.934)	(20.066.458)
Receitas de prestação de serviços (Nota 23 (a))	9.634.827	19.111.423	8.982.005	17.481.594
Rendas de tarifas bancárias (Nota 23 (b))	3.176.725	5.929.659	2.611.048	4.981.827
Despesas de pessoal (Nota 24)	(11.178.955)	(22.443.498)	(10.987.379)	(21.047.978)
Outras despesas administrativas (Nota 25)	(6.140.566)	(11.918.821)	(6.334.967)	(12.199.538)
Despesas tributárias (Nota 29)	(1.893.937)	(3.875.552)	(1.883.076)	(3.726.483)
Resultado de participações em coligadas e controladas (Nota 11)	468.668	780.255	168.320	443.605
Outras receitas operacionais (Nota 26)	11.348.285	15.291.908	4.406.846	8.467.041
Outras despesas operacionais (Nota 27)	(11.358.136)	(19.490.908)	(6.841.731)	(14.466.526)
RESULTADO OPERACIONAL	10.570.822	14.593.781	3.259.611	4.034.712
RESULTADO NÃO OPERACIONAL (Nota 28)	(389.513)	(596.668)	(158.623)	(272.771)
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO	10.181.309	13.997.113	3.100.988	3.761.941
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL (Nota 20 (a))	(728.061)	(53.825)	(625.959)	1.549.447
Tributos correntes	621.909	(618.925)	(614.319)	(740.053)
Ativo fiscal diferido	(1.310.802)	873.722	480.842	1.519.915
Passivo fiscal diferido	(39.168)	(308.622)	(492.482)	769.585
PARTICIPAÇÕES DOS EMPREGADOS NO LUCRO	(1.011.471)	(1.427.167)	(785.881)	(1.174.730)
LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO	8.441.777	12.516.121	1.689.148	4.136.658

Informação suplementar

	2017	
	2º semestre	Exercício
Lucro líquido do Período	8.441.777	12.516.121
Exclusão dos efeitos não recorrentes (Notas 2 (a) e 34 (c))	(3.956.118)	(3.956.118)
LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO SEM OS EFEITOS NÃO RECORRENTES	4.485.659	8.560.003

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis consolidadas.

Demonstração Consolidada das Mutações do Patrimônio Líquido

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

EVENTOS	CAPITAL	INSTRUMENTO ELEGÍVEL AO CAPITAL PRINCIPAL	RESERVA DE REAVALIAÇÃO	RESERVA DE LUCROS		AJUSTE DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL	LUCROS/ PREJUÍZOS ACUMULADOS	TOTAL
				LEGAL	ESTATUTÁRIAS			
SALDOS AJUSTADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 (Nota (3t))	22.054.802	36.086.566	400.384	2.617.409	6.651.881	(5.107.599)	(392.522)	62.310.921
AJUSTES DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL						(2.003.436)		(2.003.436)
AUMENTO DE CAPITAL	2.782.369							
ENCARGOS TRIBUTÁRIOS S/ REAVALIAÇÃO			5.422					5.422
RECOLHIMENTO DE TRIBUTOS S/ RESERVA DE REAVALIAÇÃO							(10.396)	(10.396)
REALIZAÇÃO DE RESERVA			(25.200)				25.200	
REVERSÃO DE RESERVA DE REAVALIAÇÃO			(1.508)					(1.508)
INCORPORAÇÃO DE REMUNERAÇÃO DE IHCD		367.079						367.079
DISTRIBUIÇÃO DE DIVIDENDOS ADICIONAIS						(55.296)		(55.296)
LUCRO LÍQUIDO NO PERÍODO							4.136.658	4.136.658
DESTINAÇÕES DO LUCRO LÍQUIDO:								
Reserva Legal (Reservas de Lucros)				185.119			(185.119)	
Reserva de Loterias (Reserva de Lucros)					511.185		(511.185)	
Reserva de Margem Operacional (Reserva de Lucros)					1.946.781		(1.946.781)	
Juros sobre o capital próprio propostos							(681.562)	(681.562)
Juros sobre instrumentos de dívida elegíveis a capital							(434.293)	(434.293)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016	24.837.171	36.453.645	379.098	2.802.528	6.272.182	(7.111.035)		63.633.589
AJUSTES DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL						(2.387.223)		(2.387.223)
AUMENTO DE CAPITAL	4.792.948							
ENCARGOS TRIBUTÁRIOS S/ REAVALIAÇÃO			(6.143)					(6.143)
RECOLHIMENTO DE TRIBUTOS S/ RESERVA DE REAVALIAÇÃO							(16.013)	(16.013)
REALIZAÇÃO DE RESERVA			(20.607)				14.993	(5.614)
OUTROS IMPACTOS TRIBUTÁRIOS							73	73
INCORPORAÇÃO DE REMUNERAÇÃO DE IHCD		522.057						522.057
LUCRO LÍQUIDO NO PERÍODO							12.516.121	12.516.121
DESTINAÇÕES DO LUCRO LÍQUIDO:								
Reserva Legal (Reservas de Lucros)				623.073			(623.073)	
Reserva de Loterias (Reserva de Lucros)					562.905		(562.905)	
Reserva de Margem Operacional (Reserva de Lucros)					8.455.902		(8.455.902)	
Juros sobre o capital próprio propostos							(2.294.881)	(2.294.881)
Dividendos propostos							(523.752)	(523.752)
Juros sobre instrumentos de dívida elegíveis a capital							(54.661)	(54.661)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017	29.630.119	36.975.702	352.348	2.024.337	11.899.305	(9.498.258)		71.383.553

Demonstração Consolidada das Mutações do Patrimônio Líquido

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

EVENTOS	CAPITAL	INSTRUMENTO ELEGÍVEL AO CAPITAL PRINCIPAL	RESERVA DE REAValiaÇÃO	RESERVA DE LUCROS		AJUSTE DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL	LUCROS/ PREJUÍZOS ACUMULADOS	TOTAL
				LEGAL	ESTATUTÁRIAS			
SALDOS AJUSTADOS EM 30 DE JUNHO DE 2016 (Nota 3t)	22.054.802	36.453.645	389.873	2.717.002	6.818.915	(6.590.349)	112.528	61.956.416
AJUSTES DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL						(520.686)		(520.686)
AUMENTO DE CAPITAL	2.782.369				(2.782.369)			
RECOLHIMENTO DE TRIBUTOS S/ RESERVA DE REAValiaÇÃO							(4.849)	(4.849)
REALIZAÇÃO DE RESERVA			(10.775)				10.775	
REVERSÃO DE DESTAQUE DE JCP							492.189	492.189
REVERSÃO DE JUROS SOBRE IHCD							21.371	21.371
LUCRO LÍQUIDO NO PERÍODO							1.689.148	1.689.148
DESTINAÇÕES DO LUCRO LÍQUIDO:								
Reserva Legal (Reservas de Lucros)				85.526			(85.526)	
Reserva de loterias (Reservas de Lucros)					288.855		(288.855)	
Reserva de Margem Operacional (Reserva de Lucros)					1.946.781		(1.946.781)	
Juros sobre o capital próprio propostos								
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016	24.837.171	36.453.645	379.098	2.802.528	6.272.182	(7.111.035)		63.633.589
EVENTOS	CAPITAL	INSTRUMENTO ELEGÍVEL AO CAPITAL PRINCIPAL	RESERVA DE REAValiaÇÃO	RESERVA DE LUCROS		AJUSTE DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL	LUCROS/ PREJUÍZOS ACUMULADOS	TOTAL
				LEGAL	ESTATUTÁRIAS			
SALDOS AJUSTADOS EM 30 DE JUNHO DE 2017	24.837.171	36.975.702	364.105	3.006.218	6.520.858	(8.439.954)	2.612.740	65.876.840
AJUSTES DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL						(1.058.304)		(1.058.304)
AUMENTO DE CAPITAL	4.792.948			(1.401.264)	(3.391.684)			
ENCARGOS TRIBUTÁRIOS S/ REAValiaÇÃO			(6.143)					(6.143)
RECOLHIMENTO DE TRIBUTOS S/ RESERVA DE REAValiaÇÃO							(11.197)	(11.197)
REALIZAÇÃO DE RESERVA			(5.614)					(5.614)
OUTROS IMPACTOS TRIBUTÁRIOS							73	73
LUCRO LÍQUIDO NO PERÍODO							8.441.777	8.441.777
DESTINAÇÕES DO LUCRO LÍQUIDO:								
Reserva Legal (Reservas de Lucros)				419.383			(419.383)	
Reserva de loterias (Reservas de Lucros)					314.229		(314.229)	
Reserva de Margem Operacional (Reserva de Lucros)					8.455.902		(8.455.902)	
Juros sobre o capital próprio propostos							(1.276.012)	(1.276.012)
Dividendos propostos							(523.752)	(523.752)
Juros sobre instrumentos de dívida elegíveis a capital							(54.115)	(54.115)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017	29.630.119	36.975.702	352.348	2.024.337	11.899.305	(9.498.258)		71.383.553

Demonstração Consolidada dos Fluxos de Caixa

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	2017		2016	
	2º semestre	Exercício	2º semestre	Exercício
FLUXOS DE CAIXA NAS ATIVIDADES OPERACIONAIS				
LUCRO LÍQUIDO AJUSTADO	24.390.680	37.416.227	13.255.658	29.100.272
Lucro Líquido	8.441.777	12.516.121	1.689.148	4.136.658
Ajustes ao Lucro Líquido:	15.948.903	24.900.106	11.566.510	24.963.614
Ajustes ao Valor de Mercado de TVM e Inst. Financ. Derivativos (Ativos/Passivos)	(280.567)	(2.480.472)	(919.849)	1.617.400
(Ganho)/Perda em Investimentos	100.114	413.718	(50.332)	159.737
(Ganho)/Perda na Venda de Imobilizado	1.133	1.123	(10.826)	(10.826)
(Ganho)/Perda na Venda de Bens não de Uso Próprio	143.079	202.849	33.011	1.723
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	9.523.262	19.256.576	10.042.009	20.109.367
Ativo/Passivo Atuarial (Benefícios a empregados)	1.276.708	2.393.729	1.175.930	2.266.951
Depreciações e Amortizações	897.387	1.806.401	917.951	1.800.932
Impostos Diferidos	1.349.970	(565.100)	11.640	(2.289.500)
Despesas com provisões para causas judiciais	891.219	1.366.916	456.204	1.235.609
Resultado de Participação em Coligadas	(468.668)	(780.255)	(168.320)	(443.605)
Despesas com Dívidas Subordinadas e Instrumentos Híbridos	2.515.266	3.284.621	79.092	515.826
VARIAÇÃO PATRIMONIAL	(17.001.600)	(36.135.083)	(2.500.989)	(33.041.141)
(Aumento) Redução em Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	1.599.444	3.679.920	(3.952.627)	(4.899.964)
(Aumento) Redução em TVM para negociação	8.887.909	1.862.364	6.000.896	(8.221.187)
(Aumento) Redução em Depósitos Compulsórios no Banco Central do Brasil	1.059.540	(7.032.034)	(12.372.711)	(13.542.226)
(Aumento) Redução em Relações Interfinanceiras (Ativos/Passivos)	384.391	(297.481)	(983.231)	(2.067.329)
(Aumento) Relações Interdependências (Ativos/Passivos)	732.883	120.492	547.052	99.544
(Aumento) Redução em Operações de Crédito	604.281	(15.998.724)	(27.954.215)	(47.352.938)
(Aumento) Redução em Outros Créditos	(2.182.212)	(3.621.505)	(1.965.031)	(2.359.018)
(Aumento) Redução em Outros Valores e Bens	(1.875.963)	(3.306.793)	(1.386.945)	(2.608.222)
(Redução) Aumento em Depósitos	(21.806.718)	(5.964.948)	48.814.326	56.531.069
(Redução) Aumento em Captações no Mercado Aberto	2.499.822	(10.900.731)	(29.611.320)	(34.833.224)
(Redução) Aumento em Recursos por Emissão de Títulos	(17.108.962)	(25.884.244)	(9.888.316)	(15.295.930)
(Redução) Aumento em Instrumentos Financeiros Derivativos	(375.203)	(441.600)	180.573	915.029
(Redução) Aumento em Obrigações por Empréstimos e Repasses	14.766.824	27.311.256	14.348.234	22.367.259
(Redução) Aumento em Outras Obrigações	(4.727.731)	3.193.708	15.722.326	18.225.996
Imposto de renda e contribuição social pagos	540.095	1.145.237		
CAIXA LÍQUIDO PROVENIENTE NAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	7.389.080	1.281.144	10.754.669	(3.940.869)
FLUXOS DE CAIXA NAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS				
Aquisição e Resgate de TVM disponíveis para venda	(11.451.826)	(16.962.839)	(7.930.853)	(9.486.510)
Aquisição e Resgate de TVM mantidos até o vencimento	(869.328)	8.402.672	2.207.229	14.720.612
Alienação de Imobilizado de Uso	56.881	60.434	12.630	18.446
Aquisição de Imobilizado de Uso	(517.210)	(661.551)	(220.172)	(525.230)
Baixa de Intangível	183.106	479.757	17.039	48.760
Aquisição de Intangível	(843.695)	(1.061.957)	(716.105)	(1.124.273)
CAIXA LÍQUIDO APLICADO NAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS	(13.442.072)	(9.743.484)	(6.630.232)	3.651.805
FLUXOS DE CAIXA NAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS				
Incorporação de remuneração de IHCD		522.057		367.079
Dividendos complementares				(55.296)
Dividendos pagos antecipadamente	(73.130)	(73.130)		
Dividendos/Juros sobre o capital próprio			492.188	(681.562)
Remuneração IHCD pago		(460.780)		(1.401.544)
CAIXA LÍQUIDO APLICADO NAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS	(73.130)	(11.853)	492.188	(1.771.323)
AUMENTO (REDUÇÃO) LÍQUIDO EM CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	(6.126.122)	(8.474.193)	4.616.625	(2.060.387)
MODIFICAÇÕES EM CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA, LÍQUIDA				
Caixa e Equivalentes no início do período	148.489.064	150.837.135	146.220.509	152.897.521
Caixa e Equivalentes no fim do período	142.362.942	142.362.942	150.837.134	150.837.134
Aumento (Redução) de caixa e equivalentes de caixa	(6.126.122)	(8.474.193)	4.616.625	(2.060.387)

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis consolidadas.

Demonstração Consolidada do Valor Adicionado

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	2017				2016			
	2º semestre		Exercício		2º semestre		Exercício	
	R\$	%	R\$	%	R\$	%	R\$	%
1. RECEITAS	77.195.191		153.880.365		82.771.093		159.020.258	
Intermediação financeira	62.434.470		133.400.619		76.971.826		148.471.934	
Prestação de serviços com tarifas	12.811.552		25.041.082		11.593.053		22.463.421	
Provisão para devedores duvidosos - constituição	(9.009.603)		(19.256.576)		(10.042.009)		(20.109.367)	
Outras	10.958.772		14.695.240		4.248.223		8.194.270	
2. DESPESAS DE INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	36.910.956		82.934.728		53.791.272		104.261.397	
3. INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS	15.849.546		28.083.128		11.484.651		23.331.937	
Materiais, energia e outros	1.306.691		2.531.490		1.428.586		2.671.672	
Processamento de dados e comunicações	1.043.480		2.057.550		1.117.118		2.213.301	
Propaganda, publicidade e promoções	442.088		668.412		435.826		776.601	
Serviços de terceiros e especializados	1.236.451		2.431.876		1.217.048		2.353.450	
Serviços de vigilância e segurança	462.700		902.892		444.342		850.387	
Outras	11.358.136		19.490.908		6.841.731		14.466.526	
- Serviços delegados pelo Governo Federal	1.149.436		2.248.077		961.878		1.970.949	
- Despesa com lotérico e parceiros comerciais	1.339.332		2.561.296		1.193.152		2.232.430	
- Descontos de operações de crédito	281.497		596.756		179.191		302.049	
- Despesas com cartão de crédito/débito	491.157		922.094		565.886		1.057.910	
- Benefício pós-emprego	1.276.709		2.393.730		1.175.930		2.266.951	
- Provisões operacionais diversas	2.208.626		4.560.267		1.502.753		3.706.400	
- Demais	4.611.379		6.208.688		1.262.941		2.929.837	
4. VALOR ADICIONADO BRUTO (1-2-3)	24.434.689		42.862.509		17.495.170		31.426.924	
5. RETENÇÕES	897.387		1.806.401		917.951		1.800.931	
Depreciação, amortização e exaustão	897.387		1.806.401		917.951		1.800.931	
6. VALOR ADICIONADO LÍQUIDO (4-5)	23.537.302		41.056.108		16.577.219		29.625.993	
7. VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA	468.668		780.255		168.320		443.605	
Resultado de equivalência patrimonial	468.668		780.255		168.320		443.605	
8. VALOR ADICIONADO A DISTRIBUIR (6+7)	24.005.970		41.836.363		16.745.539		30.069.598	
9. DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO	24.005.970	100,00	41.836.363	100,00	16.745.539	100,00	30.069.598	100,00
Pessoal	10.786.939	44,93	21.059.181	50,34	10.333.340	61,71	19.434.269	64,63
- Remuneração direta	8.326.925		16.204.955		7.902.568		14.794.619	
- Benefícios	1.992.405		3.920.086		1.952.206		3.712.623	
- FGTS	467.609		934.140		478.566		927.027	
Impostos, taxas e contribuições	4.025.485	16,77	6.740.861	16,11	3.948.955	23,58	4.965.475	16,51
- Federais	3.626.276		5.889.422		3.597.997		4.231.682	
- Estaduais	523		1.037		395		832	
- Municipais	398.686		850.402		350.563		732.961	
Remuneração de capitais de terceiros	751.769	3,13	1.520.200	3,63	774.096	4,62	1.533.196	5,10
- Aluguéis	751.769		1.520.200		774.096		1.533.196	
Remuneração de capitais próprios	1.330.127	5,54	2.349.542	5,62	(21.371)	(0,13)	1.608.043	5,35
- Juros sobre o capital próprio e dividendos	1.276.012		2.294.881				1.173.750	
- Juros sobre instrumentos de dívida elegíveis a capital	54.115		54.661		(21.371)		434.293	
Lucros retidos	7.111.650	29,62	10.166.579	24,30	1.710.519	10,21	2.528.615	8,41

Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis consolidadas

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Índice das Notas Explicativas	Página
Nota 1 – Contexto operacional	12
Nota 2 – Apresentação das demonstrações contábeis consolidadas.....	13
Nota 3 – Principais práticas contábeis	15
Nota 4 – Caixa e equivalentes de caixa	24
Nota 5 – Aplicações interfinanceiras de liquidez.....	24
Nota 6 – Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos.....	25
Nota 7 – Relações interfinanceiras.....	34
Nota 8 – Carteira de crédito	35
Nota 9 – Outros créditos.....	42
Nota 10 – Outros valores e bens.....	44
Nota 11 – Participações em controladas e coligadas	45
Nota 12 – Imobilizado de uso	47
Nota 13 – Intangível.....	48
Nota 14 – Depósitos	49
Nota 15 – Captações no mercado aberto	53
Nota 16 – Recursos de aceites e emissões de títulos	54
Nota 17 – Obrigações por empréstimos e repasses	55
Nota 18 – Outras obrigações.....	56
Nota 19 – Patrimônio líquido	61
Nota 20 – Imposto de renda pessoa jurídica (IRPJ) e Contribuição social sobre o lucro líquido (CSLL).....	63
Nota 21 – Receitas da intermediação financeira.....	65
Nota 22 – Despesas da intermediação financeira.....	65
Nota 23 – Receitas de prestação de serviços e rendas de tarifas bancárias	66
Nota 24 – Despesas com pessoal.....	67
Nota 25 – Outras despesas administrativas.....	67
Nota 26 – Outras receitas operacionais	68
Nota 27 – Outras despesas operacionais	68
Nota 28 – Resultado não operacional	69
Nota 29 – Despesas tributárias	69
Nota 30 – Provisões, ativos e passivos contingentes e obrigações legais – fiscais e previdenciárias	70
Nota 31 – Partes relacionadas	74
Nota 32 – Benefícios a empregados	78
Nota 33 – Gerenciamento do risco corporativo.....	97
Nota 34 – Outras informações.....	108
Nota 35 – Eventos Subsequentes	109

Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis consolidadas

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Nota 1 – Contexto operacional

A Caixa Econômica Federal (CAIXA ou Instituição) é uma instituição financeira constituída pelo Decreto-Lei nº 759/1969, sob a forma de empresa pública com personalidade jurídica de direito privado, vinculada ao Ministério da Fazenda, com sede em Brasília – Distrito Federal. Sua atuação abrange todo o território nacional e, no exterior, opera por meio de escritórios de representação no Japão, nos Estados Unidos e na Venezuela. Seu capital social pertence integralmente à União.

A fim de cumprir seu objeto social, em conformidade com a Lei nº 11.908/2009, a CAIXA constituiu as subsidiárias integrais Caixa Participações S/A – CAIXAPAR, CAIXA Instantânea S/A e CAIXA Seguridade S/A.

Desenvolve suas atividades bancárias por meio da captação e aplicação de recursos em diversas operações nas carteiras comerciais, de operações de câmbio, de crédito ao consumidor, de crédito imobiliário e rural, da prestação de serviços bancários. Inclui ainda a administração de fundos e carteiras de investimento, e de natureza social, além de atividades complementares relacionadas à intermediação de títulos e valores mobiliários, a negócios com cartões de débito e crédito.

Atua também nos segmentos de seguros, previdência privada, capitalização e administração de consórcios por intermédio de participações societárias da CAIXA Seguridade S/A, na Caixa Seguros Holding S/A, na Pan Seguros S/A e na Panamericano Administração e Corretagem de Seguros e de Previdência Privada Ltda.

Como forma de financiamento de longo prazo de suas operações, a CAIXA emite títulos de dívida no mercado internacional por meio de Notas Sênior e de Bônus Subordinados elegíveis a compor o Capital de Nível II sob as regras de Basileia III.

A Instituição exerce papel fundamental na promoção do desenvolvimento urbano e da justiça social no País, é o principal parceiro do Governo Federal na promoção de políticas públicas, na execução dos programas de transferência de renda e na implantação da política nacional de habitação. Sua atuação se estende por diversas áreas, como habitação de interesse social, saneamento básico, infraestrutura, gestão ambiental, geração de trabalho e renda, desenvolvimento rural, e outras vinculadas ao desenvolvimento sustentável e direcionadas à melhoria da qualidade de vida dos brasileiros, principalmente os de baixa renda.

Delegada pelo Governo Federal, a instituição exerce o papel de agente operador de fundos e de programas sociais, dentre os quais se destacam o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), o Fundo de Compensação de Variações Salariais (FCVS), o Programa de Integração Social (PIS), o Fundo de Desenvolvimento Social (FDS), o Fundo de Arrendamento Residencial (FAR), o Fundo Garantidor de Habitação Popular (FGHAB), dentre outros, e administra, em caráter de exclusividade, os serviços das loterias federais, bem como exerce o monopólio das operações de penhor civil, em caráter permanente e contínuo. Os fundos e programas administrados são entidades jurídicas independentes, geridas por regulamentação e estrutura de governança específicas e possuem contabilidade própria.

Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis consolidadas

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Nota 2 – Apresentação das demonstrações contábeis consolidadas**a) Contexto**

As demonstrações contábeis consolidadas da CAIXA são de responsabilidade da Administração. As demonstrações contábeis consolidadas de 31/12/2017 foram aprovadas pelo Conselho Diretor em 06/03/2018 e pelo Conselho de Administração em 22/03/2018.

As demonstrações contábeis consolidadas foram elaboradas e estão sendo apresentadas independentemente de requerimento do Banco Central do Brasil para apresentação de demonstrações contábeis, dado que a Administração da CAIXA entende ser relevante para o mercado tal divulgação em função do volume de operações e atuação da CAIXA no mercado financeiro nacional.

Em função de orientação do Banco Central do Brasil para que os instrumentos híbridos de capital e dívida fossem reclassificados do patrimônio líquido para o passivo nas demonstrações contábeis individuais, a partir do trimestre findo em 31/03/2015, a Administração da CAIXA, optou por apresentar apenas as demonstrações contábeis consolidadas intermediárias de 31/12/2017 no sítio: <http://www.caixa.gov.br>, por entender que essas demonstrações contábeis consolidadas intermediárias fornecem os elementos necessários para o melhor entendimento da sua situação financeira, do volume total de suas operações e do cumprimento dos limites regulatórios e prudenciais do Banco Central do Brasil, onde os instrumentos híbridos de capital e dívida são classificados como elegíveis a capital e compõem o patrimônio líquido.

A Demonstração Consolidada do Resultado apresenta logo abaixo ao Lucro Líquido do Período o “Lucro Líquido sem os Efeitos não recorrentes”, destacando-se esse efeito como “Exclusão dos Efeitos não Recorrentes” (Nota 34 (c)).

b) Base de preparação e declaração de conformidade

As demonstrações contábeis consolidadas da CAIXA foram elaboradas a partir das diretrizes contábeis emanada da Lei nº 4.595/1964 (Lei do Sistema Financeiro Nacional) e da Carta Circular BACEN nº 1.273/1987 (COSIF). Além dessas normas, nos baseamos também na Lei nº 6.404/1976 (Lei das Sociedades por Ações), incluindo as alterações introduzidas pelas Leis nº 11.638/2007 e nº 11.941/2009, em consonância com as normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN), do Banco Central do Brasil (BACEN), do Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e das práticas contábeis adotadas no Brasil.

Essas demonstrações contêm registros que refletem os custos históricos das transações, com exceção da carteira de títulos e valores mobiliários classificados como mantidos para negociação e disponíveis para venda e os instrumentos financeiros derivativos, que são avaliados pelo valor justo.

As demonstrações contábeis consolidadas são apresentadas em reais e todos os valores arredondados para milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

As práticas contábeis adotadas no Brasil envolvem julgamento pela Administração quanto a estimativas e premissas relativas à mensuração de provisão para créditos de liquidação duvidosa; ativos fiscais diferidos; ao valor justo de determinados instrumentos financeiros; à provisão para causas judiciais cíveis, trabalhistas e fiscais; a perdas por redução ao valor recuperável (*impairment*) de ativos; a outras provisões; aos planos de previdência complementar; a ativos e passivos relacionados a benefícios pós-emprego a empregados; e à determinação da vida útil de determinados ativos. Os valores definitivos podem ser diferentes daqueles estabelecidos por essas estimativas e premissas, e somente serão conhecidos por ocasião da sua liquidação.

c) Consolidação

As demonstrações contábeis consolidadas incluem a CAIXA e suas subsidiárias CAIXAPAR, CAIXA Instantânea e CAIXA Seguridade. Foram elaboradas considerando a eliminação dos saldos das contas patrimoniais, as receitas, as despesas e os lucros não realizados entre as empresas.

As demonstrações contábeis da CAIXAPAR, da CAIXA Instantânea, da CAIXA Seguridade e da CAIXA são preparadas utilizando-se práticas contábeis consistentes. As participações em entidades sob controle conjunto e os investimentos em coligadas são contabilizados pelo método da equivalência patrimonial.

O resultado das subsidiárias adquiridas ou alienadas durante o período é incluído nas demonstrações consolidadas do resultado a partir da data da aquisição ou até a data da alienação. O custo de aquisição de uma controlada é mensurado pelo valor justo dos ativos ofertados, dos instrumentos patrimoniais emitidos e dos passivos incorridos ou assumidos na data da troca.

Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis consolidadas

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Os ativos identificáveis adquiridos, as contingências e os passivos assumidos em uma combinação de negócios são inicialmente mensurados pelo seu valor justo na data de aquisição, independente da proporção de qualquer participação na investida.

O valor excedente do custo de aquisição dos ativos líquidos identificáveis em relação ao valor justo de participação é registrado como ágio fundamentado em rentabilidade futura.

Quando o custo de aquisição for menor do que o valor justo dos ativos líquidos da controlada adquirida, a CAIXA reconhece a diferença diretamente no resultado.

As principais empresas que o conglomerado CAIXA detém participação direta ou indireta e que estão incluídas nas demonstrações contábeis consolidadas são apresentadas na Nota 11.

(d) Riscos relacionados a não conformidade com leis e regulamentos

Em razão das notícias divulgadas na imprensa a partir de 2015, em conexão com a operação “A Origem” e, a partir de 2017, em conexão com as operações “Cui Bono?”, “Sepsis” e “Patmos”, deflagradas pela Polícia Federal e pelo Ministério Público Federal, a Administração da CAIXA adotou ações acautelatórias de caráter interno, com o propósito de identificar eventuais descumprimentos de leis e regulamentos, e os eventuais impactos sobre os controles internos e as demonstrações contábeis consolidadas da CAIXA, por parte de seus empregados, administradores e fornecedores e passou a colaborar ativamente com as autoridades públicas responsáveis por aquelas investigações.

Adicionalmente, em agosto de 2017, o Conselho de Administração da CAIXA decidiu contratar uma investigação independente, conduzida por escritório de advocacia com reconhecida capacidade na matéria e com apoio de outros especialistas externos e supervisionada por um Comitê Independente com a finalidade de garantir que os trabalhos fossem desenvolvidos sem quaisquer interferências indevidas.

A primeira fase da investigação independente, já finalizada, gerou diversas recomendações que já foram adotadas ou estão em processo de adoção pela CAIXA, com destaque para as alterações estatutárias aprovadas na Assembleia Geral Extraordinária - AGE de 19/01/2018, que incluíram um novo processo para escolha e nomeação de Vice-presidentes. Essa investigação independente não indicou, até o momento, a existência de qualquer evento capaz de gerar impacto material nas demonstrações contábeis.

Novas investigações independentes estão em andamento, sendo conduzidas por escritório de advocacia com reconhecida capacidade na matéria e supervisionadas pelo Comitê Independente. A CAIXA continuará acompanhando e apoiando os processos de investigação das autoridades competentes até a sua conclusão e avaliando, sistematicamente, qualquer nova informação que possa demandar providências adicionais.

Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis consolidadas

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Nota 3 – Principais práticas contábeis

As principais práticas contábeis adotadas na elaboração dessas demonstrações contábeis consolidadas estão descritas a seguir:

(a) Conversão de moeda estrangeira

As demonstrações contábeis consolidadas são apresentadas em reais, moeda funcional da CAIXA. Os itens incluídos nas demonstrações contábeis consolidadas de cada entidade do grupo são mensurados com a mesma moeda funcional.

As transações em moeda estrangeira são inicialmente registradas à taxa de câmbio da moeda funcional em vigor na data da transação. Ativos e Passivos monetários denominados em moeda estrangeira são convertidos pela taxa de câmbio da moeda funcional na data do Balanço Patrimonial. Ganhos ou perdas decorrentes do processo de conversão são alocados no resultado do período.

(b) Apuração do resultado

Em conformidade com o regime de competência, as receitas e as despesas são registradas na apuração do seu fato gerador, simultaneamente, quando se correlacionarem e independentemente de recebimento ou pagamento.

As operações com encargos financeiros pré-fixados estão registradas pelo valor de resgate e as receitas e despesas correspondentes ao período futuro são apresentadas em conta redutora dos respectivos ativos e passivos. As operações com taxas pós-fixadas ou indexadas a moedas estrangeiras são atualizadas até a data do balanço.

As receitas e despesas de natureza financeira são reconhecidas pelo critério *pro rata die* e calculadas com base no método exponencial, exceto aquelas relativas a títulos descontados ou relacionadas a operações no exterior, que são calculadas com base no método linear.

(c) Caixa e equivalentes de caixa

Os valores reconhecidos como caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda nacional, moeda estrangeira e aplicações no mercado aberto contratadas com prazo até 90 dias e com risco insignificante de mudança no valor justo.

Os valores em espécie em moeda corrente nacional são apresentados pelo seu valor de face e os em moedas estrangeiras são convertidos pela taxa cambial divulgada pelo BACEN na data de fechamento das demonstrações contábeis consolidadas.

Os equivalentes de caixa caracterizam-se pela alta liquidez, são considerados na gestão dos compromissos de curto prazo, contratados com prazo de vencimento igual ou inferior a 90 dias e apresentam risco insignificante de mudança de valor justo.

A composição de caixa e equivalentes de caixa está apresentada na Nota 4.

(d) Aplicações interfinanceiras de liquidez

As aplicações interfinanceiras de liquidez são registradas ao custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço e deduzido de eventuais provisões para desvalorização, quando aplicável.

Os títulos de renda fixa utilizados para lastrear as operações compromissadas (venda com compromisso de recompra) são destacados em contas específicas do ativo na data da operação pelo valor médio contábil atualizado, por tipo e vencimento do papel. Considera-se como despesa a diferença entre o valor de recompra e o valor de venda e o reconhecimento contábil ocorre conforme regime de competência "pro rata" dia em função da fluência do prazo das operações.

Os financiamentos concedidos por meio de lastro com títulos de renda fixa de terceiros (compra com compromisso de revenda) são registrados pelo valor de liquidação. A renda da operação é representada pela diferença entre os valores de revenda e de compra. Os títulos utilizados para lastrear operações de venda com o compromisso de recompra são registrados em contas destacadas do Ativo, sendo transferidos da posição Bancada para a posição Financiada.

Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis consolidadas

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Para as operações compromissadas realizadas com acordo de livre movimentação, quando da venda definitiva do título, o passivo referente à obrigação de devolução do título é avaliado pelo valor de mercado.

A composição, os prazos e os rendimentos auferidos nas aplicações interfinanceiras de liquidez são apresentados na Nota 5.

(e) Títulos e valores mobiliários

Os títulos e valores mobiliários adquiridos para compor a própria carteira são registrados pelo valor efetivamente pago e administração classifica inicialmente os instrumentos financeiros de acordo com o propósito e a finalidade da sua aquisição, e suas características. Todos os instrumentos financeiros são mensurados inicialmente ao valor justo.

O registro e a avaliação da carteira de títulos e valores mobiliários estão em conformidade com a Circular BACEN nº 3.068/2001 e são classificados de acordo com a intenção da Administração em três categorias específicas:

- **Títulos para negociação:** são adquiridos com o objetivo de serem ativos e frequentemente negociados, sendo ajustados a valor justo em contrapartida ao resultado do período;
- **Títulos disponíveis para venda:** são instrumentos mantidos por um prazo indefinido e que podem ser vendidos em resposta a necessidade de liquidez ou mudanças de condição do mercado e que não se enquadram como títulos para negociação nem como mantidos até o vencimento. Esses títulos são ajustados a valor justo, líquido dos efeitos tributários, em contrapartida à conta destacada do patrimônio líquido, denominada "Ajuste de avaliação patrimonial". As valorizações ou desvalorizações são levadas ao resultado, pelo valor líquido dos efeitos tributários, quando das realizações dos respectivos títulos;
- **Títulos mantidos até o vencimento:** adquiridos com a intenção e a capacidade financeira de manter em carteira até o vencimento, sendo contabilizados ao custo de aquisição ou pelo valor de mercado quando reclassificado de outra categoria. Os títulos classificados nessa categoria são acrescidos dos rendimentos auferidos, em contrapartida ao resultado do período, não sendo avaliados pelo valor de mercado.

Os rendimentos dos títulos, independentemente de sua classificação, são apropriados *pro rata die*, observando o regime de competência, com base nas suas cláusulas de remuneração, e registrados em conta de resultado. As perdas com títulos, independentemente de sua classificação, são reconhecidas diretamente no resultado do período e passam a compor a nova base de custo do ativo.

A cada trimestre a CAIXA avalia se há qualquer evidência objetiva de perda nos instrumentos de dívida e nos instrumentos de patrimônio, classificados nas categorias títulos disponíveis para venda e títulos mantidos até o vencimento. Caso haja evidência que não seja considerada temporária, incluindo as mencionadas a seguir, seus efeitos são reconhecidos no resultado do período como perdas realizadas:

- Declínio significativo ou prolongado no valor de mercado dos títulos patrimoniais, abaixo do seu custo;
- Alterações significativas com efeito adverso que tenham ocorrido no ambiente tecnológico, de mercado, econômico ou legal no qual o emissor opera, e indica que o custo do investimento no instrumento patrimonial pode não ser recuperado;
- Significativa dificuldade financeira do emitente ou do obrigado ou quebra de contrato, tal como o descumprimento ou atraso nos pagamentos de juros ou de capital.

A classificação, composição e segmentação dos títulos e valores mobiliários são apresentadas na Nota 6 (a), (b) e (c).

Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis consolidadas

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(f) Instrumentos financeiros derivativos

A CAIXA utiliza instrumentos financeiros derivativos, como *swaps*, futuros de taxa de juros e de câmbio em moeda estrangeira detidos na carteira de negociação com a finalidade de hedge financeiro ou hedge contábil, contabilizados conforme a Circular BACEN nº 3.082/2002.

Os derivativos são contabilizados pelo valor justo e mantidos como ativos quando positivos, e como passivos, quando negativos. São reavaliados subsequentemente também a valor justo, com as valorizações ou desvalorizações reconhecidas diretamente no resultado do período, com exceção da parcela eficaz de hedge de fluxo de caixa que é reconhecida diretamente no patrimônio líquido.

Quando o derivativo é contratado em negociação, associado à operação de captação ou aplicação de recursos, nos termos da Circular BACEN nº 3.150/2002, a reavaliação é efetuada com base nas condições definidas em contrato, sem nenhum ajuste decorrente do valor justo do derivativo.

Os instrumentos financeiros derivativos utilizados para compensar, no todo ou em parte, os riscos provenientes das variações no valor de mercado de ativos ou passivos financeiros qualificados para hedge contábil são classificados como:

- **Hedge de Risco de Mercado:** Os instrumentos financeiros classificados nesta categoria, bem como os ativos e passivos financeiros relacionados, são ajustados ao valor de mercado com os ganhos e as perdas, reconhecidos diretamente na demonstração do resultado;
- **Hedge de Fluxo de Caixa:** Os instrumentos financeiros classificados nesta categoria têm parcela efetiva das valorizações ou desvalorizações registrada, líquida dos efeitos tributários, em conta destacada no patrimônio líquido. A parcela não efetiva do hedge é reconhecida diretamente na demonstração do resultado.

Ao aplicar a metodologia de hedge contábil, a CAIXA documenta, no início da operação, a relação entre os instrumentos de hedge (derivativos) e os itens protegidos, os objetivos da gestão de risco e a estratégia para a realização do hedge.

A documentação também contempla a natureza dos riscos protegidos, a natureza dos riscos excluídos, a demonstração prospectiva de eficácia da relação de hedge e a forma em que será avaliada a eficácia dos derivativos na compensação de variações no valor justo ou nos fluxos de caixa dos itens protegidos.

A composição dos valores registrados em instrumentos financeiros derivativos, tanto em contas patrimoniais quanto em contas de compensação, é apresentada na Nota 6 (g) e (h).

(g) Determinação do valor justo de instrumentos financeiros

O valor justo é estabelecido com observância a critérios consistentes e verificáveis, que levam em consideração o preço médio de negociação dos instrumentos financeiros na data de apuração ou, na falta desse, cotações de preços de mercado para ativos ou passivos com características semelhantes. Caso esse também não esteja disponível, o valor justo é obtido por cotações com operadores de mercado ou modelos de valorização que podem requerer julgamento pela Administração.

O valor justo de instrumentos financeiros negociados em mercados ativos na data-base do balanço é baseado no preço de mercado sem nenhuma dedução de custo de transação.

O método de valorização consiste na construção dos fluxos de caixa, a partir de dados observáveis, como preços e taxas de outros instrumentos financeiros disponíveis no mercado, tais como contratos futuros, títulos públicos e operações de *swap*.

Informações adicionais sobre como o valor justo dos instrumentos financeiros é calculado estão disponíveis na Nota 33.

Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis consolidadas

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(h) Operações de crédito, adiantamentos sobre contratos de câmbio, outros créditos com características de concessão de crédito e provisão para créditos de liquidação duvidosa

As operações de crédito, adiantamentos sobre contratos de câmbio e outros créditos com características de concessão de crédito são classificados em nove níveis de risco, sendo “AA” (risco mínimo) e “H” (risco máximo), de acordo com os parâmetros estabelecidos pela Resolução CMN nº 2.682/1999 e observando a avaliação periódica da Administração, que considera a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos e globais em relação às operações, aos devedores e aos garantidores.

Adicionalmente, também são considerados os períodos de atraso estabelecidos pela Resolução CMN nº 2.682/1999 para atribuição dos níveis de classificação dos clientes, da seguinte forma:

Período de atraso	Prazo em dobro (1)	Classificação do cliente
de 15 a 30 dias	de 30 a 60 dias	B
de 31 a 60 dias	de 61 a 120 dias	C
de 61 a 90 dias	de 121 a 180 dias	D
de 91 a 120 dias	de 181 a 240 dias	E
de 121 a 150 dias	de 241 a 300 dias	F
de 151 a 180 dias	de 301 a 360 dias	G
superior a 180 dias	superior a 360 dias	H

(1) Para as operações com prazo remanescente superior a 36 meses, a contagem dos períodos de atraso é realizada em dobro, conforme facultado pela Resolução CMN nº 2.682/1999.

A atualização das operações de crédito vencidas até o 59º dia é contabilizada em receitas de operações de crédito e, a partir do 60º dia, somente serão reconhecidas como receita quando efetivamente recebidas.

As operações classificadas como nível de risco “H” há mais de 6 meses e com atraso superior a 180 dias, são baixadas contra a provisão e controladas, por, no mínimo cinco anos, em contas de compensação.

As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível de risco em que estavam classificadas. As renegociações que já haviam sido baixadas a prejuízo e que estavam controladas em contas de compensação são classificadas como de risco nível “H”. Os eventuais ganhos oriundos da renegociação somente são reconhecidos quando efetivamente recebidos. Quando ocorrer amortização significativa da operação ou quando fatos novos relevantes justificarem a mudança do nível de risco, ocorrerá a reclassificação da operação para categoria de menor risco.

A provisão para créditos de liquidação duvidosa é apurada em valor suficiente para cobrir prováveis perdas, conforme as normas e instruções do CMN e do BACEN, associadas às avaliações procedidas pela Administração quanto à classificação do risco de crédito.

A partir de janeiro de 2012, conforme as Resoluções CMN nº 3.533/2008 e nº 3.895/2010, todas as cessões de crédito com retenção substancial de riscos e benefícios passaram a ter seus resultados reconhecidos pelos prazos remanescentes das operações. Os ativos financeiros objetos da cessão permanecem registrados como operações de crédito e o valor recebido como obrigações por operações de venda ou de transferência de ativos financeiros são registrados no ativo tendo como contrapartida, passivo referente a obrigação assumida.

As modalidades, os valores, os prazos, os níveis de risco, a concentração, a participação dos setores de atividade econômica, as renegociações e as receitas das operações de crédito, assim como a composição das despesas e das contas patrimoniais de provisão para créditos de liquidação duvidosa são apresentados na Nota 8.

(i) Imposto de renda e contribuição social (ativo e passivo)

A constituição dos créditos tributários é baseada na estimativa de sua realização, conforme estudos técnicos e análises realizadas pela Administração, considerando as alíquotas tributárias vigentes no período de realização destes ativos. O imposto de renda e a contribuição social diferidos, apurados sobre prejuízos fiscais, bases negativas e diferenças temporárias, são registrados como créditos tributários em “Outros Créditos – Diversos”, de acordo com a expectativa de geração de resultados futuros, em consonância aos critérios para constituição, manutenção e baixa estabelecidos pela Resolução CMN nº 3.059/2002, alterada pela Resolução CMN nº 3.355/2006.

Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis consolidadas

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Os créditos tributários são objeto de realização de acordo com a sua origem. Os originados de diferenças temporárias se realizam pela utilização ou reversão das provisões que serviram de base para sua constituição. Por sua vez, os créditos tributários sobre prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social realizam-se quando da geração de lucros tributáveis, por meio de compensação na base de cálculo dos referidos tributos, respeitando o limite de 30% da referida base. A CAIXA reconhece os créditos tributários de IRPJ, CSLL, PASEP e COFINS sobre os ajustes negativos originados da marcação a mercado de títulos e valores mobiliários e de instrumentos financeiros derivativos apropriados no resultado e em conta destacada do Patrimônio Líquido.

A provisão para IRPJ é constituída no passivo à alíquota-base de 15% do lucro tributável e adicional de 10%. Para o banco, a CSLL foi calculada considerando a alíquota de 15%, até agosto de 2015, e no período compreendido entre setembro de 2015 e dezembro de 2018, a alíquota foi alterada para 20%, conforme Lei nº 13.169/2015, retornando à alíquota de 15% a partir de janeiro de 2019. Para as demais empresas, a contribuição social é calculada considerando a alíquota de 9%.

Em virtude do aumento de alíquota da CSLL a partir de setembro/2015, vigente até dezembro/18, a CAIXA promoveu a constituição de créditos tributários de CSLL complementares, considerando os créditos tributários realizáveis no período de vigência a alíquota majorada, os quais foram estimados de acordo com os estudos técnicos que suportam o registro de tais ativos.

A composição dos valores de imposto de renda e contribuição social, a evidenciação dos cálculos, a origem e a previsão de realização dos créditos tributários são apresentados na Nota 20.

(j) Despesas antecipadas

As despesas antecipadas representam os pagamentos antecipados cujo benefício ou prestação de serviço ocorrerá em períodos futuros. São registradas no ativo, observado o princípio da competência para o devido reconhecimento em resultado, ocorrendo simultaneamente, quando se correlacionarem às receitas (Nota 10).

(k) Investimentos

Os investimentos em empresas controladas ou empresas cuja influência seja significativa estão avaliados pelo método de equivalência patrimonial. Para o cálculo da equivalência patrimonial dos investimentos em empresas não financeiras, os valores são ajustados para convergência com as normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN) e do Banco Central do Brasil (BACEN). Os demais investimentos permanentes são avaliados pelo custo de aquisição. Os investimentos, independentemente do método de avaliação, são submetidos a teste de redução ao valor recuperável de ativos em conformidade com as instruções e normas do BACEN.

O ágio constituído é a diferença entre o valor pago e o valor contábil do investimento adquirido, provenientes das expectativas de rentabilidade futura, fundamentados por análise econômica financeira, sendo amortizado e submetido a teste de recuperabilidade. A composição dos investimentos em empresas controladas e coligadas é apresentada na Nota 11.

(l) Imobilizado de uso

O imobilizado de uso é representado pelos direitos que tenham por objeto bens corpóreos de propriedade da CAIXA e destinados à manutenção de suas atividades operacionais, tais como: prédios, terrenos, móveis, equipamentos, hardware de computadores e outros utensílios. Esses ativos são registrados ao custo de aquisição ou formação e depreciados pelo método linear sem valor residual.

A despesa de depreciação do ativo imobilizado é reconhecida na demonstração do resultado e calculada basicamente utilizando-se as seguintes vidas úteis:

Grupo de bens do imobilizado	Prazo
Edificações	25 anos
Sistema de comunicação	10 anos
Móveis e equipamentos	10 anos
Sistema de processamento de dados	05 anos
Sistema de segurança	05 anos

Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis consolidadas

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A CAIXA não tem financiamento de ativos imobilizados nem custos de empréstimos relacionados a estes ativos. A Instituição avalia, na data-base das informações financeiras, se há qualquer indicativo de perda no valor recuperável de um ativo imobilizado. Se esse for o caso, o valor contábil do ativo é reduzido ao seu valor recuperável e as despesas de depreciação futuras são ajustadas proporcionalmente ao valor contábil revisado e à nova vida útil econômica remanescente, se esta for estimada novamente.

Similarmente, se houver indicação de recuperação do valor de um ativo imobilizado, a CAIXA efetua a reversão de perdas no valor recuperável registradas em períodos anteriores e ajusta, respectivamente, as despesas de depreciação futuras. Em nenhuma circunstância a reversão de uma perda no valor recuperável de um ativo poderá aumentar seu valor contábil acima do valor que teria se nenhuma perda tivesse sido reconhecida em exercícios anteriores.

As vidas úteis estimadas de bens do imobilizado de uso próprio são revisadas, no mínimo, ao final do exercício apresentado, com vistas a detectar variações significativas. Se forem detectadas variações, as vidas úteis dos ativos são ajustadas corrigindo-se a despesa de depreciação a ser reconhecida na demonstração consolidada do resultado em exercícios futuros com base nas novas vidas úteis.

A composição dos valores dos custos dos bens e suas depreciações, assim como a mais-valia não registrada para imóveis e os índices de imobilização estão apresentados na Nota 12.

(m) Intangível

O intangível é representado por bens incorpóreos destinados à manutenção das atividades da entidade ou exercidos com essa finalidade. São ativos não monetários identificáveis, separáveis de outros ativos, sem substância física, que resultam de uma operação legal ou que sejam desenvolvidos internamente pelas entidades consolidadas, cujo custo possa ser estimado de forma confiável e a partir dos quais a CAIXA considere provável que benefícios econômicos futuros sejam gerados.

Esses ativos são reconhecidos inicialmente pelo custo de aquisição ou produção e, subsequentemente, deduzida a amortização acumulada, calculada pelo método linear, observados os prazos contratuais e sujeitos a testes de redução ao valor recuperável (*impairment*), conforme estabelecem as Resoluções CMN nº 3.566/2008 e nº 4.534/2016.

Eles podem ter uma vida útil indefinida quando o período ao longo do qual se espera que o ativo tenha capacidade de gerar entradas de caixa, direta ou indiretamente, para as entidades consolidadas for imprevisível, com base em uma análise de todos os fatores relevantes. Ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados, porém, esses ativos são revisados ao final de cada período contábil, a fim de determinar se suas vidas úteis continuam indefinidas e, se esse não for o caso, tomar as medidas adequadas.

Os ativos intangíveis da CAIXA estão constituídos essencialmente de *software* e de aquisição de folhas de pagamento. Os intangíveis relacionados à aquisição de folhas de pagamento referem-se a valores pagos de contratos de parceria comercial com setores públicos e privados para assegurar serviços bancários de processamento de crédito de folha de pagamento e crédito consignado, manutenção de carteira de cobrança, serviços de pagamento a fornecedores e outros serviços bancários. *Softwares* desenvolvidos internamente são reconhecidos como um ativo intangível somente se a CAIXA puder identificar a capacidade de usá-los ou vendê-los e se a geração de benefícios econômicos futuros puder ser demonstrada com confiança.

A despesa de amortização de ativos intangíveis é reconhecida na demonstração do resultado sob a rubrica “depreciação e amortização”, em despesas com provisionamentos e ajustes patrimoniais e possuem prazos de amortização de 5 anos para Projetos logiciais – *software* e de acordo com a vigência dos respectivos contratos para Aquisição de folha de pagamento.

A composição dos ativos intangíveis e sua movimentação são apresentadas na Nota 13.

Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis consolidadas

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(n) Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros (*impairment*)

A CAIXA promove ao final de cada exercício a avaliação de seus ativos não financeiros no intuito de verificar se há evidência objetiva de perda ao seu valor recuperável.

Caso uma perda seja detectada, esta é reconhecida no resultado do período quando o valor contábil do ativo exceder o seu valor recuperável, o qual é apurado pelo potencial valor de venda ou valor de realização deduzido das respectivas despesas, ou pelo valor em uso calculado pela unidade geradora de caixa.

(o) Depósitos e captações no mercado aberto, recursos de aceites e emissão de títulos e obrigações por empréstimos e repasses

São demonstrados pelos valores das exigibilidades e consideram os encargos exigíveis até a data do balanço, reconhecidos na base *pro rata die*,

Os depósitos e captações no mercado aberto, recursos de aceites e emissão de títulos e obrigações por empréstimos e repasses tem seus prazos e valores contabilizados em contas patrimoniais e de resultado e seus encargos são apropriados mensalmente em razão da fluência de seus prazos, conforme demonstrado nas Notas 14, 15, 16 e 17, respectivamente.

Para as operações de captações de recursos mediante emissão de títulos e valores mobiliários, considerando tratar-se de taxa prefixada, as despesas são apropriadas ao resultado de acordo com o prazo da operação e apresentadas como redutoras do passivo correspondente.

(p) Ativos e passivos contingentes e obrigações legais – fiscais e previdenciárias

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, das contingências ativas e passivas, e das obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos pelo CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, aprovado pela Resolução CMN nº 3.823/2009:

- **Ativos contingentes:** são reconhecidos contabilmente somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não caibam mais recursos, tornando o ganho praticamente certo, e pela capacidade de sua recuperação por recebimento ou compensação com outro passível exigível. Os ativos contingentes, cuja possibilidade de êxito é provável, são divulgados em notas explicativas;
- **Passivos contingentes:** conforme preceitua o CPC 25, os passivos contingentes não são provisionados, as causas administrativas ou judiciais classificadas como perdas possíveis não são reconhecidas contabilmente, sendo apenas divulgadas nas notas explicativas quando individualmente relevantes, e aquelas classificadas como perdas remotas não requerem nem provisão, nem divulgação. A análise e classificação das perdas é realizada com base na opinião de assessores jurídicos e da Administração;
- **Provisões:** são constituídas levando em consideração a opinião de assessores jurídicos e da Administração, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento de tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável, o que ocasionará uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações, e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança;
- **Obrigações legais – fiscais e previdenciárias:** envolvem processos judiciais em andamento, cujo objeto de contestação é a legalidade e constitucionalidade da obrigação, e que, independente da probabilidade de sucesso, têm seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações contábeis consolidadas.

O detalhamento dos ativos e passivos contingentes e das provisões, além de suas movimentações, é apresentado na Nota 30.

Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis consolidadas

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(q) Provisão para garantias financeiras prestadas

A Provisão para Garantias Financeiras Prestadas é constituída com base no modelo de perda esperada, a qual é suficiente para cobertura das perdas prováveis durante todo o prazo da garantia prestada e reconhecida no passivo em contrapartida ao resultado do período, conforme Resolução CMN nº 4.512/2016.

(r) Benefícios a empregados

Os benefícios a empregados, relacionados a benefícios de curto prazo para os empregados atuais, são reconhecidos pelo regime de competência de acordo com os serviços prestados. Os benefícios pós-emprego de responsabilidade da CAIXA e relacionados a complemento de aposentadoria e assistência médica são reconhecidos de acordo com os critérios do Pronunciamento Técnico CPC 33 (R1), recepcionado pelo Banco Central por meio da Resolução nº 4.424/2015. As avaliações atuariais são semestrais.

No plano de aposentadoria do tipo benefício definido (BD), no qual são feitas contribuições a um fundo administrado de forma independente, o risco atuarial e o risco dos investimentos recaem parcial ou integralmente sobre a entidade patrocinadora. O reconhecimento dos custos requer a mensuração das obrigações e despesas do plano, diante da possibilidade de ocorrer ganhos ou perdas atuariais, e podendo gerar um registro de passivo quando o montante das obrigações atuariais supera o valor dos ativos do plano de benefícios. O valor presente das obrigações deste benefício, bem como o custo do serviço corrente e, quando aplicável, o custo do serviço passado, são determinados utilizando-se o Método de Crédito Unitário Projetado, atribuindo-se benefício aos períodos em que surge a obrigação de proporcionar benefícios pós-emprego. Caso o serviço do empregado em anos posteriores conduza a um nível materialmente mais elevado de benefício do que o verificado anteriormente, atribui-se o benefício de maneira linear até a data em que o serviço adicional do empregado conduza a uma quantia imaterial de benefícios adicionais.

No plano de aposentadoria do tipo contribuição definida (CD), o risco atuarial e o risco dos investimentos são assumidos pelos participantes. O reconhecimento dos custos é determinado pelos valores das contribuições de cada período que representam a obrigação da CAIXA e não há necessidade de nenhum cálculo atuarial para a mensuração da obrigação ou despesa, uma vez que não existe ganho ou perda atuarial.

No plano de aposentadoria do tipo contribuição variável (CV), durante a fase de contribuição não há garantia em relação ao valor do benefício a ser recebido no momento da aposentadoria, sendo, portanto, considerado como plano do tipo contribuição definida. Porém, a partir do momento da concessão da aposentadoria, o valor do benefício passa a ser fixo e há o enquadramento em plano do tipo benefício definido, devendo ser aplicados os procedimentos relacionados aos cálculos atuariais.

Outro benefício concedido é o programa de assistência à saúde – Saúde CAIXA, destinado aos empregados, aposentados e respectivos dependentes. Na apuração dos passivos e custos deste plano de saúde, foram adotadas hipóteses e premissas atuariais homologadas pela CAIXA, bem como o método atuarial Crédito Unitário Projetado.

A CAIXA fornece também aos empregados e dirigentes o auxílio-alimentação e a cesta-alimentação, na forma da legislação vigente e do Acordo Coletivo de Trabalho, com caráter indenizatório, não sendo considerados como verba salarial e nem incidindo encargos para a CAIXA ou seus empregados e dirigentes.

A participação dos empregados no resultado (PLR) é apropriada mensalmente com o cálculo sobre o resultado anual realizado. Após o fechamento do Acordo Coletivo de Trabalho, esse valor é ajustado considerando as regras aprovadas.

Destaca-se que o Pronunciamento CPC 33 (R1) estipula para a empresa patrocinadora os parâmetros específicos para mensuração dos ativos, obrigações e, por consequência, do superávit e déficit de planos de aposentadoria. Todavia, devido às disposições legais presentes no Brasil, as demonstrações contábeis dos respectivos planos devem ser elaboradas com a observância das disposições instituídas pelo órgão competente nacional, o que conduz a apurações de superávit e déficit distintas.

Tendo-se em vista que a CAIXA já constitui provisão atuarial, atendendo às disposições do Pronunciamento CPC 33 (R1), apenas existe prerrogativa de complemento dessa provisão na hipótese de o déficit, objeto de plano de equacionamento, apurado em conformidade à legislação local apresentar montante superior ao provisionado pelo Pronunciamento CPC 33 (R1).

Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis consolidadas

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Nessa hipótese, a complementação dá-se em contrapartida ao Patrimônio Líquido, conforme consta da Interpretação Técnica ICPC 20 – Limite de Ativo de Benefício Definido, Requisitos de Custeio (*Funding*) Mínimo e sua Interação.

O novo estatuto da CAIXA, aprovado em 14/12/2017, alterou as premissas do Saúde CAIXA com a implementação de teto vinculado à folha de pagamento como limitador de gastos da CAIXA. Os efeitos desta alteração foram classificados como custo de serviço passado e foram reconhecidos no resultado, conforme disposições do item 120 (a) do CPC 33 (R1).

O detalhamento dos benefícios a empregados e sua movimentação são apresentados na Nota 32.

(s) Outros ativos e passivos

Os demais ativos estão demonstrados pelos valores de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias e cambiais auferidos em base *pro rata die* e provisão para perda, quando julgada necessária. Os demais passivos demonstrados incluem os valores conhecidos e mensuráveis, acrescidos, quando aplicável, dos encargos e das variações monetárias e cambiais incorridos em base *pro rata die*.

(t) Reapresentação de Saldos Comparativos**(i) Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido**

As posições patrimoniais de abertura da Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido - DMPL relativas a 31/12/2015 (Patrimônio Líquido Individual R\$ 26.616.877 e Patrimônio Líquido Consolidado R\$ 62.703.443) estão sendo reapresentadas nas Demonstrações Contábeis divulgadas a partir de 31/03/2016 (Patrimônio Líquido Individual Ajustado R\$ 26.224.355 e Patrimônio Líquido Consolidado Ajustado R\$ 62.310.921).

O montante de R\$ 392.522 ajustado refere-se ao reconhecimento da despesa R\$ 497.188 com juros e atualização monetária do saldo de depósitos em contas de poupança simplificada, reclassificadas do grupo "Credores diversos – no país" para o grupo "Depósitos", deduzido do respectivo impacto tributário decorrente, no valor de R\$ 104.666.

(ii) Segregação dos Instrumentos Financeiros Derivativos no passivo em circulante e não circulante

Até 31/12/2016, a CAIXA alocou estes valores como passivo circulante. A partir de 01/01/2017, devido a aplicação do critério de relevância, estes passivos estão sendo segregados em passivos circulantes e não circulantes. As posições patrimoniais comparativas relativas a 31/12/2016 estão sendo reapresentadas conforme demonstrado a seguir:

Descrição	31/12/2016		
	Conforme apresentado anteriormente	Ajustes	Valor ajustado
Ativo			
Total do Ativo	1.255.451.751	-	1.255.451.751
Passivo e Patrimônio Líquido			
Circulante	671.211.059	(822.422)	670.388.637
Instrumentos Financeiros Derivativos	1.072.811	(822.422)	250.389
Não Circulante	520.607.103	822.422	521.429.525
Instrumentos Financeiros Derivativos	-	822.422	822.422
Patrimônio Líquido	63.633.589	-	63.633.589
Total do Passivo e Patrimônio Líquido	1.255.451.751	-	1.255.451.751

Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis consolidadas

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Nota 4 – Caixa e equivalentes de caixa

Descrição	31/12/2017	31/12/2016
Total de disponibilidades (caixa)	11.451.854	10.763.601
Disponibilidade em moeda nacional	10.054.701	8.926.964
Disponibilidade em moeda estrangeira	1.397.153	1.836.637
Aplicações interfinanceiras de liquidez (1)	130.911.088	140.073.534
Total	142.362.942	150.837.135

(1) Operações com vencimento igual ou inferior a 90 dias na data da aquisição e com risco insignificante de mudança no valor justo.

Nota 5 – Aplicações interfinanceiras de liquidez

Descrição	01 a 90 dias	91 a 180 dias	181 a 360 dias	31/12/2017	31/12/2016
Aplicações no mercado aberto - posição bancada	92.345.976	-	-	92.345.976	58.751.759
Letras financeiras do tesouro (1)	70.444.087	-	-	70.444.087	5.700.954
Letras do tesouro nacional	392.350	-	-	392.350	29.340.584
Notas do tesouro nacional	21.509.539	-	-	21.509.539	23.710.221
Aplicações no mercado aberto - posição financiada	38.565.113	-	-	38.565.113	85.894.137
Letras do tesouro nacional	38.565.113	-	-	38.565.113	15.189.270
Notas do tesouro nacional	-	-	-	-	70.704.867
Aplicações em depósitos interfinanceiros	8.412.658	1.280.043	3.629.005	13.321.706	12.429.265
Depósitos interfinanceiros	8.309.121	260.918	-	8.570.039	11.414.497
Depósitos interfinanceiros - crédito rural	103.552	1.019.321	3.629.271	4.752.144	1.014.806
Provisão para perdas em depósitos interfinanceiros	(15)	(196)	(266)	(477)	(38)
Total - ativo circulante	139.323.747	1.280.043	3.629.005	144.232.795	157.075.161

(1) Inclui os acordos de Compensação e Liquidação de Obrigações firmados com o BANCOOB no montante de R\$ 201.504 e com o SICRED no montante de R\$ 72.166 em 31/12/2017, conforme Resolução CMN n° 3.263/2005.

(2) Inclui os acordos de Compensação e Liquidação de Obrigações firmados com o BANCOOB no montante de R\$ 85.416, com o SICRED no montante de R\$ 36.500 e com o CRESOL no montante de R\$ 34.330 em 31/12/2017, conforme Resolução CMN n° 3.263/2005.

(a) Resultado com aplicações interfinanceiras de liquidez

Compõe “Resultado de operações com títulos e valores mobiliários” na Demonstração do Resultado.

Descrição	2017		2016	
	2º semestre	Exercício	2º semestre	Exercício
Rendas de aplicações no mercado aberto	6.286.714	15.468.985	10.297.483	23.370.728
Posição bancada	3.181.753	6.732.730	3.135.166	6.123.797
Posição financiada	3.104.961	8.736.255	7.162.317	17.246.931
Rendas de aplicações em depósitos interfinanceiros	497.249	1.222.787	788.190	1.510.141
Total	6.783.963	16.691.772	11.085.673	24.880.869

Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis consolidadas

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Nota 6 – Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos
(a) Composição

Descrição	Carteira Própria – Livre	Vinculados			Instrumentos Financeiros Derivativos	31/12/2017	31/12/2016
		Compromisso de Recompra	Prestação de Garantias	Banco Central			
Títulos públicos	58.904.519	107.746.546	4.449.186	1.178.579	-	172.278.830	160.189.270
Letras financeiras do tesouro	16.793.045	20.938.537	926.335	1.177.941	-	39.835.858	18.344.527
Letras do tesouro nacional	15.883.353	78.583.176	3.519.854	638	-	97.987.021	94.074.195
Notas do tesouro nacional	25.943.198	8.224.833	2.997	-	-	34.171.028	47.476.660
Tesouro nacional/securitização	284.923	-	-	-	-	284.923	293.888
Títulos – empresas	11.880.382	2.978.737	-	-	-	14.859.119	20.276.024
Debêntures (1)	4.019.751	576.260	-	-	-	4.596.011	8.770.564
Nota promissória	-	-	-	-	-	-	5.140
Letras financeiras	-	-	-	-	-	-	55.572
Cotas de fundos	350.075	-	-	-	-	350.075	240.449
Certificado de recebíveis imobiliários	1.084.225	2.402.477	-	-	-	3.486.702	3.428.557
Ações	6.426.331	-	-	-	-	6.426.331	7.775.742
Outros	-	-	-	-	997.212	997.212	878.815
Total	70.784.901	110.725.283	4.449.186	1.178.579	997.212	188.135.161	181.344.109

Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis consolidadas

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(b) Classificação da carteira por prazo

Posição em 31/12/2017	Custo	Ajuste Resultado	Ajuste Patr. Líquido (1)	Valor Contábil	Valor de Mercado	Sem Vencimento	01 a 90 dias	91 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias
Descrição										
Títulos públicos	169.626.045	2.384.756	268.029	172.278.830	174.901.028	-	11.801.262	177.075	9.127.537	151.172.956
Letras financeiras do tesouro	39.773.845	39.203	22.810	39.835.858	39.842.887	-	101.747	-	50.223	39.683.888
Letras do tesouro nacional	95.449.023	2.316.936	221.062	97.987.021	98.064.579	-	9.864.588	177.075	8.448.701	79.496.657
Notas do tesouro nacional	34.088.749	28.617	53.662	34.171.028	36.708.639	-	1.834.927	-	628.613	31.707.488
Tesouro nacional/ securitização	314.428	-	(29.505)	284.923	284.923	-	-	-	-	284.923
Títulos – empresas	16.193.992	(20.581)	(1.314.292)	14.859.119	15.146.645	7.981.328	78.935	43.082	44.966	6.710.808
Debêntures	5.235.458	(22.687)	(616.760)	4.596.011	4.452.980	1.204.922	75.483	43.082	41.588	3.230.936
Cotas de fundos	350.075	-	-	350.075	350.075	350.075	-	-	-	-
Certificado de recebíveis imobiliários	3.413.119	6	73.577	3.486.702	3.917.259	-	3.452	-	3.378	3.479.872
Ações	7.195.340	2.100	(771.109)	6.426.331	6.426.331	6.426.331	-	-	-	-
Total – TVM	185.820.037	2.364.175	(1.046.263)	187.137.949	190.047.673	7.981.328	11.880.197	220.157	9.172.503	157.883.764
Para negociação (2)	106.593.252	2.364.175	-	108.957.427	108.957.427	111.313	9.436.231	177.075	5.509.080	93.723.728
Disponíveis para venda	38.137.863	-	(1.046.263)	37.091.600	37.091.600	7.870.015	78.935	43.082	42.452	29.057.116
Mantidos até o vencimento (3)	41.088.922	-	-	41.088.922	43.998.646	-	2.365.031	-	3.620.971	35.102.920
Instrumentos financeiros derivativos	760.133	237.079	-	997.212	997.212	-	1.933	15.712	17.936	961.631
Total – TVM e Derivativos	186.580.170	2.601.254	(1.046.263)	188.135.161	191.044.885	7.981.328	11.882.130	235.869	9.190.439	158.845.395

(1) Inclui o ajuste a valor de mercado de TVM da controlada. O efeito da marcação a mercado registrada no patrimônio líquido é de (R\$ 233.202) em 31/12/2017 (31/12/2016 – (R\$ 181.614)), líquido dos efeitos tributários.

(2) Os títulos da categoria "Para negociação" são classificados no ativo circulante, conforme Circular BACEN nº 3.068/2001.

(3) Os títulos da categoria "Mantidos até o vencimento" foram marcados a mercado exclusivamente para fins de divulgação e análise, não produzindo efeitos no resultado ou no patrimônio líquido.

Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis consolidadas

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(c) Resumo da classificação dos títulos e valores mobiliários por prazo

O valor de mercado dos títulos e valores mobiliários baseia-se em cotação de preços na data do balanço. Se não houver cotação de preço de mercado, os valores são estimados a partir de modelo de marcação a mercado baseado na construção dos fluxos de caixa dos ativos e das curvas de juros de mercado.

Os fluxos de caixa são construídos a partir das características dos títulos e valores mobiliários e as curvas a partir das informações/dados dos preços/taxas de mercado dos instrumentos financeiros disponíveis, tais como: contratos futuros, títulos públicos ou operações de *swap*.

Os papéis que compõem a carteira de TVM da CAIXA não foram reclassificados entre as categorias I, II e III, nos períodos apresentados.

(c.1) Categoria I - Títulos para negociação

Descrição	31/12/2017								31/12/2016		
	Sem Vencimento	01 a 90 dias	91 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Custo	Ajuste Resultado	Valor de Mercado	Custo	Ajuste Resultado	Valor de Mercado
Títulos públicos	-	9.436.231	177.075	5.508.949	93.361.097	106.098.596	2.384.756	108.483.352	106.060.869	1.625.222	107.686.091
Letras financeiras do tesouro	-	101.747	-	50.223	24.705.306	24.818.073	39.203	24.857.276	7.589.399	(15.669)	7.573.730
Letras do tesouro nacional	-	7.499.557	177.075	5.458.726	67.576.078	78.394.500	2.316.936	80.711.436	87.425.613	1.634.174	89.059.787
Notas do tesouro nacional	-	1.834.927	-	-	1.079.713	2.886.023	28.617	2.914.640	11.045.857	6.717	11.052.574
Títulos – empresas	111.313	-	-	131	362.631	494.656	(20.581)	474.075	640.628	19.684	660.312
Debêntures	-	-	-	-	362.631	385.318	(22.687)	362.631	640.191	19.664	659.855
Certificado de recebíveis imobiliários	-	-	-	131	-	125	6	131	437	20	457
Ações	111.313	-	-	-	-	109.213	2.100	111.313	-	-	-
Total	111.313	9.436.231	177.075	5.509.080	93.723.728	106.593.252	2.364.175	108.957.427	106.701.497	1.644.906	108.346.403

Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis consolidadas

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(c.2) Categoria II - Títulos disponíveis para venda

Descrição	31/12/2017								31/12/2016		
	Sem Vencimento	01 a 90 dias	91 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Custo	Ajuste Patrimônio (1)	Valor de Mercado	Custo	Ajuste Patrimônio (1)	Valor de Mercado
Títulos públicos	-	-	-	-	24.973.527	24.705.498	268.029	24.973.527	5.336.555	(49.798)	5.286.757
Letras financeiras do tesouro	-	-	-	-	8.580.961	8.558.151	22.810	8.580.961	4.955.167	(447)	4.954.720
Letras do tesouro Nacional	-	-	-	-	11.920.579	11.699.517	221.062	11.920.579	-	-	-
Notas do tesouro nacional	-	-	-	-	4.187.064	4.133.402	53.662	4.187.064	35.473	2.676	38.149
Tesouro nacional/ securitização	-	-	-	-	284.923	314.428	(29.505)	284.923	345.915	(52.027)	293.888
Títulos – empresas	7.870.015	78.935	43.082	42.452	4.083.589	13.432.365	(1.314.292)	12.118.073	18.230.813	(890.273)	17.340.540
Debêntures	1.204.922	75.483	43.082	41.588	2.717.101	4.698.936	(616.760)	4.082.176	8.578.654	(609.079)	7.969.575
Nota promissória	-	-	-	-	-	-	-	-	5.097	43	5.140
Letras de crédito imobiliário	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Letras financeiras	-	-	-	-	-	-	-	-	55.773	(201)	55.572
Cotas de fundos	350.075	-	-	-	-	350.075	-	350.075	240.449	-	240.449
Certif. recebíveis imobiliários	-	3.452	-	864	1.366.488	1.297.227	73.577	1.370.804	1.318.561	(24.499)	1.294.062
Ações	6.315.018	-	-	-	-	7.086.127	(771.109)	6.315.018	8.032.279	(256.537)	7.775.742
Total	7.870.015	78.935	43.082	42.452	29.057.116	38.137.863	(1.046.263)	37.091.600	23.567.368	(940.071)	22.627.297

(1) Ajuste a valor de mercado. Inclui o ajuste a valor de mercado de TVM da controlada. O efeito da marcação a mercado registrada no patrimônio líquido é de (R\$ 233.202) em 31/12/2017 (31/12/2016 – (R\$ 181.614)), líquido dos efeitos tributários.

Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis consolidadas

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(c.3) Categoria III - Títulos mantidos até o vencimento

A CAIXA apresenta capacidade financeira para manter estes títulos até seus respectivos vencimentos em convergência com a intenção da Administração.

Descrição	31/12/2017						31/12/2016	
	01 a 90 dias	91 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Custo	Valor de Mercado	Custo	Valor de Mercado
Títulos públicos	2.365.031	-	3.618.588	32.838.332	38.821.951	41.444.149	47.216.422	48.530.232
Letras financeiras do tesouro	-	-	-	6.397.621	6.397.621	6.404.650	5.816.077	5.807.304
Letras do tesouro nacional	2.365.031	-	2.989.975	-	5.355.006	5.432.564	5.014.408	5.079.456
Notas do tesouro nacional	-	-	628.613	26.440.711	27.069.324	29.606.935	36.385.937	37.643.472
Títulos – empresas	-	-	2.383	2.264.588	2.266.971	2.554.497	2.275.172	2.355.985
Debêntures (1)	-	-	-	151.204	151.204	8.173	141.134	4.749
Certificado de recebíveis imobiliários	-	-	2.383	2.113.384	2.115.767	2.546.324	2.134.038	2.351.236
Total	2.365.031	-	3.620.971	35.102.920	41.088.922	43.998.646	49.491.594	50.886.217

(1) As debêntures, classificadas na categoria III, são passíveis de aplicação de testes de *impairment* periódicos, conforme estabelece a Circular BACEN nº 3.068/2001, o valor de 31/12/2017 inclui uma perda no valor recuperável em debêntures no montante de R\$ 220.767.

(d) Resultado com títulos e valores mobiliários

Descrição	2017		2016	
	2º semestre	Exercício	2º semestre	Exercício
Ativos financeiros mantidos para negociação	5.991.935	13.081.011	7.644.659	17.606.509
Ativos financeiros disponíveis para venda	1.648.049	2.715.564	1.018.760	1.780.558
Ativos financeiros mantidos até o vencimento	1.840.948	4.146.715	2.635.947	6.410.072
Outros	(4.005)	7.218	5.356	2.561
Total	9.476.927	19.950.508	11.304.722	25.799.700

Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis consolidadas

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(e) Instrumentos financeiros derivativos

A CAIXA se utiliza de instrumentos financeiros derivativos (IFD), registrados em contas patrimoniais e contas de compensação, que se destinam a atender necessidades próprias para administrar a sua exposição a risco (hedge). Essas operações envolvem contratos futuros de DI, dólar, cupom cambial e contratos de *swaps*.

Os instrumentos financeiros derivativos, quando utilizados como instrumentos de hedge, destinam-se à proteção contra variações cambiais e variações nas taxas de juros de ativos e passivos.

Os derivativos geralmente representam compromissos futuros para trocar moedas ou indexadores ou comprar ou vender outros instrumentos financeiros nos termos e datas especificadas nos contratos. Os contratos de *swap* são registrados com ou sem garantia na B3.

No caso do registro com garantia, há uma *clearing* que fica responsável pelo cálculo dos ajustes diários e da margem de garantia a ser depositada para o pagamento em caso de *default* de alguma das partes. Assim, é a *clearing* que se torna contraparte dos contratos. Neste tipo de registro, portanto, não há risco de crédito.

No caso de registro sem garantia, não há uma *clearing* que calcula os ajustes diários e garante os pagamentos e os valores são calculados entre as partes. Nestes casos, porém, há a possibilidade de assinatura de contratos (Contrato Global de Derivativos – CGD e Cessão Fiduciária) onde são estabelecidas cláusulas que garantem o pagamento entre as partes. Inclusive, nesta modalidade, há um limite de crédito definido que, quando ultrapassado, requer a necessidade de depósito de ativos em conta de garantia, que é administrado pelas partes. Neste caso há risco de crédito até o limite estabelecido em contrato.

As posições dos contratos futuros têm os seus valores referenciais registrados em contas de compensação e os ajustes em contas patrimoniais.

(f) Hedge Contábil

A CAIXA estabeleceu estruturas de hedge de valor justo para proteger a exposição à variação no risco de mercado no pagamento de juros e principal das emissões externas e das emissões em letras financeiras indexadas ao IPCA.

O hedge contábil das emissões externas tem como objetivo a proteção da variação do dólar e do cupom de dólar no pagamento do principal, dos juros e do imposto de 15% sobre o pagamento dos juros, objeto do hedge.

A estrutura é construída para os saldos internalizados e a proteção ocorre por meio de contratos de *swap*, conforme descrito:

- Ponta Ativa *Swap*: variação do Dólar + cupom;
- Ponta Passiva *Swap*: % da variação do DI.

O hedge contábil estruturado para as letras financeiras indexadas ao IPCA tem como objetivo a proteção da variação do IPCA e do cupom de IPCA, objeto do hedge, e a proteção ocorre por meio de contratos de *swap*, conforme descrito:

- Ponta Ativa *Swap*: variação do IPCA + cupom;
- Ponta Passiva *Swap*: % da variação do DI.

Pelo fato de haver o casamento dos fluxos futuros do objeto do hedge e da ponta ativa do *swap*, a efetividade das operações se mantém próxima de 100%, dentro do intervalo de 80% e 125% estabelecido na Circular BACEN n° 3.082/2002.

Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis consolidadas

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

HEDGE CONTÁBIL								
Estruturas	31/12/2017				31/12/2016			
	Instrumentos de Hedge			Objeto de Hedge	Instrumentos de Hedge			Objeto de Hedge
	Valor Principal	Juros	Ajuste a Valor de Mercado (1)	Valor Contábil	Valor Principal (2)	Juros (2)	Ajuste a Valor de Mercado (1)	Valor Contábil
Emissões externas	6.874.387	1.375.459	182.505	8.171.595	10.043.524	1.350.299	(27.922)	11.295.759
Empréstimos 4.131	-	-	-	-	1.583.710	72.116	(197.651)	1.643.963
Letras financeiras	845.660	543.295	183.497	1.392.658	1.020.660	479.802	31.578	1.504.461
Total	7.720.047	1.918.754	366.002	9.564.253	12.647.894	1.902.217	(193.995)	14.444.183

 (1) Ajuste acumulado dos contratos de *swap*.

(2) O "Valor Principal" de R\$ 17.478.815 e dos Juros de R\$ 615.172 apresentados em 31/12/2016 foram ajustados em decorrência de revisão da rotina de apuração destes valores, adotada a partir de 2017.

ESTRUTURA TEMPORAL						
Vencimento	31/12/2017			31/12/2016		
	Emissões Externas (1)	Empréstimos 4.131 (1)	Letras Financeiras	Emissões Externas (1)	Empréstimos 4.131 (1)	Letras Financeiras
2017	-	-	-	3.286.641	1.583.710	175.000
2018	915.366	-	21.500	899.065	-	21.500
2019	4.690.521	-	10.150	4.607.782	-	10.150
2020	50.076	-	16.360	49.348	-	16.360
2021	48.309	-	25.000	47.606	-	25.000
2022	1.170.115	-	-	1.153.082	-	-
2023	-	-	562.000	-	-	562.000
2024	-	-	203.450	-	-	203.450
2025	-	-	7.200	-	-	7.200
Total	6.874.387	-	845.660	10.043.524	1.583.710	1.020.660

Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis consolidadas

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(g) Composição da carteira de instrumentos financeiros derivativos por indexador, demonstrada pelo seu valor referencial e patrimonial

Descrição	Conta de Compensação / Valor Referencial		Valor Patrimonial a Receber (Recebido)/ A Pagar (Pago)	Ajustes ao Valor de Mercado (Res.)	Valor Patrimonial	
	31/12/2017	31/12/2016			31/12/2017	31/12/2016
	Contratos de futuros					
Compromissos de venda	83.110.386	98.199.829	-	-	-	-
Mercado interfinanceiro	84.400.204	99.475.047	-	-	-	-
Moeda estrangeira	(1.289.818)	(1.275.218)	-	-	-	-
Contratos de Swaps						
Posição ativa	6.732.293	10.540.683	408.623	588.589	997.212	878.815
Índices	845.660	1.020.660	30.940	152.557	183.497	34.094
Moeda estrangeira	5.886.633	9.520.023	377.683	436.032	813.715	844.721
Posição passiva	6.732.293	10.540.683	1.063.664	(432.453)	631.211	1.072.811
Índices	845.660	1.020.660	232	(232)	-	2.516
Moeda estrangeira	5.886.633	9.520.023	1.063.432	(432.221)	631.211	1.070.295

(h) Composição da carteira de instrumentos financeiros derivativos por contra parte e prazo de vencimento, demonstrada pelo seu valor patrimonial

Descrição	31/12/2017						Valor Patrimonial	Valor Patrimonial
	Valor Patrimonial a Receber (Recebido)/ A Pagar (Pago)	Ajuste ao Valor de Mercado (Res./ Patrim. Líquido)	01 a 90 dias	91 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias		
Posição Ativa								
Contratos de Swaps - Ajuste a Receber	408.623	588.589	1.933	15.714	17.935	961.630	997.212	878.815
B3	30.940	152.557	-	710	235	182.552	183.497	34.094
Inst. Financeiras	377.683	436.032	1.933	15.004	17.700	779.078	813.715	844.721
Posição Passiva								
Contratos de Swaps - Ajuste a Pagar	1.063.664	(432.453)	6.007	15.218	209.223	400.763	631.211	1.072.811
B3	232	(232)	-	-	-	-	-	2.516
Inst. Financeiras	1.063.432	(432.221)	6.007	15.218	209.223	400.763	631.211	1.070.295

Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis consolidadas

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(i) Composição da carteira de instrumentos financeiros derivativos por tipo de instrumento, prazo de vencimento, demonstrada pelo seu valor referencial

Descrição	31/12/2017					31/12/2016
	01 a 90 dias	91 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Valor de Mercado	Valor de Mercado
Contas de Compensação/ Valor Referencial						
Contratos futuros	8.759.366	186.916	5.466.274	68.697.830	83.110.386	98.199.829
Contratos de <i>swaps</i>	54.849	120.922	804.307	5.752.215	6.732.293	10.540.683

(j) Resultado realizado e não realizado na carteira de instrumentos financeiros derivativos

Descrição	2017		2016	
	2º semestre	Exercício	2º semestre	Exercício
<i>Swap</i>	674.956	426.848	(388.677)	(4.224.757)
Futuro	(1.757.884)	(3.184.802)	(741.226)	(4.668.097)
Total realizado	(1.082.928)	(2.757.954)	(1.129.903)	(8.892.854)

(k) Títulos e valores mobiliários vinculados ao BACEN e à prestação de garantias

A margem de garantia é o depósito requerido de todos que detenham posições de risco, visando assegurar o cumprimento dos contratos em aberto. A margem de garantia de operações com instrumentos financeiros é a seguinte:

Descrição	31/12/2017	31/12/2016
Títulos públicos	5.627.765	6.708.603
Letras financeiras do tesouro	2.104.276	1.910.805
Letras do tesouro nacional	3.520.492	4.794.905
Notas do tesouro nacional	2.997	2.893

Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis consolidadas

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Nota 7 – Relações interfinanceiras

(a) Os depósitos no BACEN são compostos, substancialmente, de recolhimentos compulsórios que rendem atualização monetária com base em índices oficiais e juros, exceto aqueles decorrentes de depósitos à vista, e não estão disponíveis para financiar as operações de rotina da CAIXA, portanto, não são considerados equivalentes de caixa.

Descrição	Remuneração	31/12/2017	31/12/2016
Compulsório sobre depósitos à vista	Não remunerado	17.673.837	8.730.689
Compulsório sobre depósitos de poupança (1)	TR + 6,17% a.a.	67.249.183	50.736.247
Compulsório sobre depósitos a prazo	Taxa SELIC	39.471.354	31.473.690
Compulsório adicional (2)	Taxa SELIC	-	28.718.150
Recursos do Crédito Rural	Não remunerado	2.296.436	-
Total		126.690.810	119.658.776

- (1) Para os depósitos realizados a partir de 04/05/2012, quando a taxa SELIC for menor ou igual a 8,5% a.a., a remuneração do compulsório sobre depósito de poupança será a TR + 70% da taxa SELIC anual.
- (2) Em 2017, exigibilidade extinta pela Circular BACEN nº 3.823/2017 e pela Resolução CMN nº 4.573/2017

(b) A rubrica "SFH - Sistema Financeiro da Habitação" inclui valores a ressarcir junto ao FGTS e os valores residuais de contratos encerrados a serem ressarcidos pelo FCVS que estão em processo de novação com aquele fundo.

Descrição	31/12/2017	31/12/2016
FCVS a receber - não homologados (1)	12.943.851	12.166.794
FCVS a receber - habilitados e homologados (2)	18.574.087	19.093.720
Provisão FCVS a receber	(3.704.747)	(3.258.997)
FCVS a receber - líquido de provisão	27.813.191	28.001.517
FGTS a ressarcir	105.925	110.273
Total (líquido de provisão)	27.919.116	28.111.790

- (1) Representam contratos ainda não submetidos à homologação do FCVS em processo de habilitação na CAIXA no montante de R\$ 1.337.188 e contratos já habilitados pela CAIXA em fase de análise por parte do FCVS para homologação final no montante R\$ 11.606.663.
- (2) Os créditos habilitados e homologados representam contratos já avaliados e aceitos pelo FCVS e dependem de processo de securitização para a sua realização, conforme previsto na Lei nº 10.150/2000.

Os contratos a serem ressarcidos pelo FCVS rendem juros de até 6,17% ao ano e são atualizados monetariamente de acordo com a variação da Taxa Referencial de Juros (TR). A efetiva realização desses créditos depende da aderência a um conjunto de normas e procedimentos definidos em regulamentação emitida pelo FCVS.

A administração da CAIXA implementou processo de análise e conferência das condições e dos dados desses contratos para enquadramento a tais normas e procedimentos, o que fundamentou o estabelecimento de critérios para estimar as provisões para prováveis perdas decorrentes de contratos que não venham a atender às normas e aos procedimentos definidos pelo FCVS. A provisão para créditos do FCVS é efetuada com base em estudos estatísticos trimestrais, levando-se em conta o histórico de perda por negativa de cobertura atribuída pelo referido fundo.

(c) Resultado das aplicações compulsórias

Descrição	2017		2016	
	2º semestre	Exercício	2º semestre	Exercício
Créditos vinculados ao BACEN	3.635.781	8.856.850	5.888.969	11.233.580
Créditos vinculados ao SFH	675.708	1.748.227	1.211.223	2.392.920
Total	4.311.489	10.605.077	7.100.192	13.626.500

Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis consolidadas

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Nota 8 – Carteira de crédito
(a) Composição da carteira de crédito por modalidades e níveis de risco

Operações de crédito	AA	A	B	C	D	E	F	G	H	31/12/2017	31/12/2016
Operações de crédito	363.671.374	71.921.498	121.636.836	70.681.963	29.380.424	7.840.745	8.795.633	2.844.059	18.377.925	695.150.457	696.727.940
Empréstimos e títulos descontados	14.481.103	20.689.464	64.264.268	19.401.620	8.376.134	3.722.866	1.617.766	1.469.324	10.686.939	144.709.484	160.465.361
Financiamentos	3.695.630	5.897.613	1.874.350	2.929.323	1.440.463	343.209	179.923	137.792	1.124.590	17.622.893	31.302.519
Financiamentos rurais e agroindustriais	1.371.571	2.261.366	1.856.935	1.118.742	46.900	51.205	22.283	19.423	165.978	6.914.403	7.216.913
Financiamentos imobiliários	294.672.535	21.256.876	44.586.290	42.087.466	17.826.797	3.009.098	3.910.758	1.199.499	2.638.245	431.187.564	405.495.272
Financiamentos de infraestrutura	48.603.246	11.314.122	8.709.287	4.927.288	1.610.168	676.837	3.039.825	-	3.727.212	82.607.985	78.379.486
Cessão de créditos	847.289	10.502.057	345.706	217.524	79.962	37.530	25.078	18.021	34.961	12.108.128	13.868.389
Outros créditos com característica de concessão de crédito	2.270.304	5.566.675	914.526	1.176.255	699.558	131.159	25.942	15.268	325.380	11.125.067	12.560.795
Cartão de crédito	1.406.739	4.957.816	360.207	265.815	190.258	34.467	17.239	13.262	151.172	7.396.975	6.948.154
Adiantamento de contratos de câmbio (1)	853.912	409.815	548.504	860.332	480.134	11.056	-	505	140.137	3.304.395	4.779.723
Créditos adquiridos (2)	-	196.469	-	44.491	8.051	79.175	-	-	-	328.186	735.567
Diversos	9.653	2.575	5.815	5.617	21.115	6.461	8.703	1.501	34.071	95.511	97.351
Total	365.941.678	77.488.173	122.551.362	71.858.218	30.079.982	7.971.904	8.821.575	2.859.327	18.703.305	706.275.524	709.288.735
Provisão p/ crédito de liquidação duvidosa (3)	(311.998)	(437.737)	(1.918.927)	(3.371.652)	(3.707.540)	(2.636.858)	(4.412.952)	(2.001.670)	(18.703.305)	(37.502.639)	(35.775.487)
Total líq. de provisões	365.629.680	77.050.436	120.632.435	68.486.566	26.372.442	5.335.046	4.408.623	857.657	-	668.772.885	673.513.248

(1) Os adiantamentos sobre contratos de câmbio estão registrados como redutores de "Outras Obrigações" (Nota 9 (c)).

(2) Créditos adquiridos com coobrigação dos Bancos Cruzeiro do Sul, BMG, Bonsucesso, BMB e Daycoval.

(3) Inclui a provisão para outros créditos com características de crédito (Nota 9 (a)).

Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis consolidadas

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(b) Composição da provisão para créditos de liquidação duvidosa

Operações de crédito	AA	A	B	C	D	E	F	G	H	31/12/2017	31/12/2016
Provisão regulamentar	-	(387.440)	(1.225.514)	(2.155.748)	(3.007.998)	(2.391.573)	(4.410.788)	(2.001.529)	(18.703.305)	(34.283.895)	(33.668.521)
Operações de crédito	-	(359.607)	(1.216.369)	(2.120.460)	(2.938.042)	(2.352.225)	(4.397.816)	(1.990.842)	(18.377.925)	(33.753.286)	(33.229.119)
Empréstimos e títulos descontados	-	(103.447)	(642.643)	(582.049)	(837.613)	(1.116.860)	(808.883)	(1.028.527)	(10.686.939)	(15.806.961)	(18.616.105)
Financiamentos	-	(29.488)	(18.744)	(87.880)	(144.046)	(102.963)	(89.961)	(96.454)	(1.124.590)	(1.694.126)	(2.283.553)
Financiamentos rurais e agroindustriais	-	(11.307)	(18.569)	(33.562)	(4.690)	(15.362)	(11.141)	(13.596)	(165.978)	(274.205)	(384.077)
Financiamentos imobiliários	-	(106.284)	(445.863)	(1.262.624)	(1.782.680)	(902.730)	(1.955.379)	(839.649)	(2.638.245)	(9.933.454)	(9.467.263)
Financiamentos de infraestrutura	-	(56.571)	(87.093)	(147.819)	(161.017)	(203.051)	(1.519.913)	-	(3.727.212)	(5.902.676)	(2.360.075)
Cessão de créditos	-	(52.510)	(3.457)	(6.526)	(7.996)	(11.259)	(12.539)	(12.616)	(34.961)	(141.864)	(118.046)
Outros créditos com característica de concessão de crédito	-	(27.833)	(9.145)	(35.288)	(69.956)	(39.348)	(12.972)	(10.687)	(325.380)	(530.609)	(439.402)
Cartão de crédito	-	(24.789)	(3.602)	(7.974)	(19.026)	(10.340)	(8.620)	(9.284)	(151.172)	(234.807)	(246.410)
Adiantamento de contratos de câmbio	-	(2.049)	(5.485)	(25.810)	(48.013)	(3.317)	-	(353)	(140.137)	(225.164)	(112.131)
Créditos adquiridos	-	(982)	-	(1.335)	(805)	(23.753)	-	-	-	(26.875)	(29.829)
Diversos	-	(13)	(58)	(169)	(2.112)	(1.938)	(4.352)	(1.050)	(34.071)	(43.763)	(51.032)
Provisão complementar (1)	(311.998)	(50.297)	(693.413)	(1.215.904)	(699.542)	(245.285)	(2.164)	(141)	-	(3.218.744)	(2.106.966)
Operações de crédito	(304.344)	(49.143)	(687.291)	(1.197.000)	(680.679)	(242.490)	(1.067)	(141)	-	(3.162.155)	(2.061.802)
Empréstimos e títulos descontados	(16.199)	(23.017)	(485.730)	(424.499)	(485.013)	(177.301)	(1.045)	(141)	-	(1.612.945)	(822.539)
Financiamentos	(1.782)	(3.057)	(19.722)	(77.867)	(115.571)	(65.179)	(15)	-	-	(283.193)	(288.607)
Financiamentos rurais e agroindustriais	(779)	(1.332)	(4.779)	(2.926)	(834)	-	-	-	-	(10.650)	(49.264)
Financiamentos imobiliários	(282.241)	(19.806)	(168.419)	(673.506)	(79.261)	(10)	(7)	-	-	(1.223.250)	(888.292)
Financiamentos de infraestrutura	(3.343)	(1.931)	(8.641)	(18.202)	-	-	-	-	-	(32.117)	(13.100)
Outros créditos com característica de concessão de crédito	(7.654)	(1.154)	(6.122)	(18.904)	(18.863)	(2.795)	(1.097)	-	-	(56.589)	(45.164)
Cartão de crédito	(4)	(125)	(941)	(3.314)	(4.888)	(2.134)	-	-	-	(11.406)	(8.810)
Adiantamento de contratos de câmbio	(2.023)	(463)	(2.817)	(11.128)	(473)	(60)	-	-	-	(16.964)	(10.246)
Créditos adquiridos	-	-	-	(628)	-	-	-	-	-	(628)	(1.333)
Diversos	(5.627)	(566)	(2.364)	(3.834)	(13.502)	(601)	(1.097)	-	-	(27.591)	(24.775)
Total Provisão	(311.998)	(437.737)	(1.918.927)	(3.371.652)	(3.707.540)	(2.636.858)	(4.412.952)	(2.001.670)	(18.703.305)	(37.502.639)	(35.775.487)

(1) Refere-se à provisão complementar aos percentuais mínimos requeridos pela Resolução CMN nº 2.682/1999 utilizando-se da metodologia de perda esperada, adotada na gestão de risco de crédito da instituição.

Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis consolidadas

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(c) Composição por faixas de vencimento e níveis de risco
(c.1) Operações de crédito em Curso normal

Descrição	AA	A	B	C	D	E	F	G	H	31/12/2017	31/12/2016
Parcelas vincendas	365.725.348	77.185.231	108.440.703	48.408.394	18.689.130	4.332.267	3.476.651	662.190	8.146.629	635.066.543	646.681.091
01 a 30 dias	5.268.760	5.717.526	3.107.493	1.530.128	775.281	297.181	133.518	54.945	324.725	17.209.557	26.671.021
31 a 60 dias	4.751.403	3.520.026	2.970.470	1.274.394	905.056	135.963	126.116	31.950	271.677	13.987.055	13.709.059
61 a 90 dias	4.107.204	2.849.200	2.336.564	1.452.652	625.344	133.278	123.746	30.509	235.543	11.894.040	12.623.311
91 a 180 dias	12.040.862	7.166.786	7.626.242	4.125.841	1.503.320	320.488	352.844	81.736	648.092	33.866.211	38.588.638
181 a 360 dias	21.481.183	9.579.583	14.111.467	5.972.726	2.494.433	637.721	615.770	71.257	846.170	55.810.310	57.332.734
Acima de 360 dias	318.075.936	48.352.110	78.288.467	34.052.653	12.385.696	2.807.636	2.124.657	391.793	5.820.422	502.299.370	497.756.328
Parcelas vencidas	216.330	302.942	179.683	156.737	73.352	15.076	5.262	3.379	23.974	976.735	859.895
01 a 14 dias	174.059	278.588	105.971	95.864	48.977	11.420	3.440	2.366	17.727	738.412	618.367
15 a 30 dias	42.271	24.354	73.712	60.873	24.375	3.656	1822	1013	6.247	238.323	241.528
Total	365.941.678	77.488.173	108.620.386	48.565.131	18.762.482	4.347.343	3.481.913	665.569	8.170.603	636.043.278	647.540.986

Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis consolidadas

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(c.2) Operações de crédito em Curso Anormal

Descrição	AA	A	B	C	D	E	F	G	H	31/12/2017	31/12/2016
Parcelas vincendas	-	-	13.313.000	21.658.678	9.567.301	2.246.138	4.100.241	961.702	3.686.183	55.533.243	44.479.319
01 a 30 dias	-	-	200.324	410.897	145.022	89.158	42.674	21.143	101.377	1.010.595	1.049.082
31 a 60 dias	-	-	196.355	289.481	149.191	45.535	42.726	21.534	86.537	831.359	847.150
61 a 90 dias	-	-	165.133	262.769	147.222	45.769	39.593	20.198	82.152	762.836	844.230
91 a 180 dias	-	-	515.318	783.467	404.221	133.499	131.680	58.439	246.851	2.273.475	2.252.152
181 a 360 dias	-	-	943.528	1.443.386	697.567	226.891	247.468	108.078	449.467	4.116.385	3.796.884
Acima de 360 dias	-	-	11.292.342	18.468.678	8.024.078	1.705.286	3.596.100	732.310	2.719.799	46.538.593	35.689.821
Parcelas vencidas	-	-	617.976	1.634.409	1.750.199	1.378.423	1.239.421	1.232.056	6.846.519	14.699.003	17.268.430
01 a 30 dias	-	-	451.186	305.028	183.103	46.011	87.091	21.690	96.959	1.191.068	1.100.864
31 a 60 dias	-	-	166.785	707.759	240.592	97.862	77.083	21.154	374.016	1.685.251	1.633.646
61 a 90 dias	-	-	5	484.523	1.002.291	396.921	159.649	87.557	631.897	2.762.843	2.036.277
91 a 180 dias	-	-	-	137.074	324.140	555.843	609.560	732.974	985.145	3.344.736	4.606.386
181 a 360 dias	-	-	-	25	73	281.786	306.038	368.681	3.837.103	4.793.706	6.830.346
Acima de 360 dias	-	-	-	-	-	-	-	-	921.399	921.399	1.060.911
Total	-	-	13.930.976	23.293.087	11.317.500	3.624.561	5.339.662	2.193.758	10.532.702	70.232.246	61.747.749

Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis consolidadas

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(d) Composição da carteira de crédito por setor de atividade

Descrição	31/12/2017	31/12/2016
SETOR PÚBLICO	57.644.602	59.737.687
Administração direta	36.423.408	34.138.953
Administração indireta – petroquímico	6.825.569	11.442.912
Administração indireta – saneamento e infraestrutura	4.833.829	4.612.824
Administração indireta – outros	9.561.796	9.542.998
SETOR PRIVADO	648.630.922	649.551.048
PESSOA JURÍDICA	115.630.610	133.474.909
Energia elétrica	19.472.897	16.043.669
Comércio varejista	17.176.879	21.188.753
Construção civil	16.450.943	16.650.759
Transporte	9.521.373	10.172.335
Siderurgia e metalurgia	9.190.287	9.607.243
Saneamento e infraestrutura	6.787.591	6.653.075
Outras indústrias	6.068.868	6.270.445
Comércio atacadista	6.022.380	7.289.830
Saúde	4.698.340	4.522.301
Agronegócio e extrativismo	3.546.648	4.330.213
Alimentação	2.400.554	2.291.769
Têxtil	1.441.135	1.872.246
Serviços financeiros	1.438.153	5.629.158
Comunicação	1.130.138	1.304.053
Petroquímico	549.047	1.775.383
Serviços pessoais	239.282	297.038
Outros serviços	9.496.095	17.576.639
PESSOA FÍSICA	533.000.312	516.076.139
Total	706.275.524	709.288.735

(e) Receitas de operações de crédito

Descrição	2017		2016	
	2º semestre	Exercício	2º semestre	Exercício
Empréstimos, títulos descontados e financiamentos	22.662.897	46.813.083	24.930.064	48.760.014
Financiamentos rurais e agroindustriais	276.407	538.408	229.445	457.400
Financiamentos imobiliários	16.528.606	34.179.812	19.546.168	37.970.862
Financiamentos de infraestrutura e desenvolvimento	3.351.876	6.977.153	3.653.163	6.991.120
Outros créditos	5.048	7.988	6.643	12.593
Total	42.824.834	88.516.444	48.365.483	94.191.989

Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis consolidadas

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(f) Operações de Venda ou Transferência de Ativos Financeiros

Em vigor a partir de 1º de janeiro de 2012, a Resolução CMN nº 3.533/2008 estabelece procedimentos para a classificação, registro contábil e divulgação das operações de venda ou de transferência de ativos financeiros.

A classificação como retenção substancial dos riscos e benefícios, nas operações de cessões de crédito, configura-se pela coobrigação nas cessões de crédito. Na referida classificação, as operações cedidas permanecem registradas no ativo da instituição cedente e os recursos recebidos são registrados no ativo com a contrapartida no passivo, em função da obrigação assumida. As receitas e despesas referentes às cessões de crédito realizadas são reconhecidas no resultado, conforme prazo remanescente das operações.

(f.1) Rendas vinculadas à aquisição de carteiras de crédito

Descrição	2017		2016	
	2º semestre	Exercício	2º semestre	Exercício
CARTEIRAS ADQUIRIDAS COM COBRIGAÇÃO				
Banco Cruzeiro do Sul	7.979	13.700	4.306	9.595
BMG	3.062	6.993	4.933	10.795
BMB	214	921	2.122	6.309
Bonsucesso	787	2.154	2.317	5.779
Daycoval	17.943	48.598	42.651	58.538
Total	29.985	72.366	56.329	91.016

(f.2) Despesas vinculadas à cessão de carteiras de crédito

Descrição	2017		2016	
	2º semestre	Exercício	2º semestre	Exercício
CARTEIRAS CEDIDAS COM COBRIGAÇÃO				
Despesas vinculadas à cessão	(526.207)	(1.174.129)	(571.624)	(921.006)
CIBRASEC	(340.955)	(769.467)	(313.871)	(387.847)
Gaia	(56.289)	(122.927)	(78.467)	(159.703)
RB Capital Securitizadora	(128.963)	(281.735)	(179.286)	(373.456)
CARTEIRAS CEDIDAS SEM COBRIGAÇÃO				
Despesas vinculadas à cessão	(4.745)	(4.745)	-	(1.914.428)
EMGEA	52	52	-	-
Omni S/A	-	-	-	(933.775)
RCB Planejamento Financeiro LTDA	(216)	(216)	-	(980.653)
Renova Companhia Securitizadora S.A	(4.581)	(4.581)	-	-
Total	(530.952)	(1.178.874)	(571.624)	(2.835.434)

Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis consolidadas

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(f.3) Recuperação de Prejuízo e Reversão de Provisão com carteira de crédito cedidas

No primeiro semestre de 2016 foram realizadas cessões de crédito, sem coobrigação, entre a CAIXA, a Omni S.A e a RCB Planejamento Financeiro LTDA. Tais operações resultaram em uma recuperação de prejuízo de R\$ 34.372 e em uma reversão de provisão de R\$ 2.014.038.

(g) Créditos Recuperados

Descrição	2017 (1)		2016	
	2º semestre	Exercício	2º semestre	Exercício
Operações de crédito	2.081.888	3.722.827	575.560	760.112
Empréstimos e títulos descontados	976.520	1.725.211	301.132	336.678
Financiamentos	481.518	843.977	20.379	28.161
Financiamentos imobiliários	615.963	1.144.302	254.049	395.273
Cessão de crédito	7.887	9.337	-	-
Outros créditos com característica de concessão de crédito	20	20	-	-
Diversos	20	20	-	-
Total	2.081.908	3.722.847	575.560	760.112

(1) O volume de créditos recuperados em 2017, decorre da realização de campanhas de recuperação de crédito com destaque para a ação #Quitafácil que oferece descontos a clientes na liquidação de dívidas com atrasos acima de 360 dias.

(h) Créditos Renegociados

Descrição	2017		2016 (1)	
	2º semestre	Exercício	2º semestre	Exercício
Operações comerciais	2.015.354	4.619.753	3.824.361	8.196.974
Operações habitacionais	14.286.047	27.014.057	15.127.475	28.917.272
Total	16.301.401	31.633.810	18.951.836	37.114.246

(1) O valor de R\$ 18.951.836 do 2º semestre de 2016 foi ajustado (anteriormente – R\$ 7.365.881) e está apurado com os novos critérios de apuração das operações renegociadas, adotados a partir de 2017. O valor de R\$ 37.114.246 do Exercício de 2016 foi ajustado (anteriormente – R\$ 15.242.818) e está apurado com os mesmos critérios da nova rotina adotada a partir de 2017.

Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis consolidadas

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(i) Movimentação da provisão para crédito de liquidação duvidosa

Descrição	2017		2016	
	2º semestre	Exercício	2º semestre	Exercício
Saldo inicial	(35.778.333)	(35.775.487)	(36.768.715)	(33.880.851)
Constituição de provisão no período	(14.579.165)	(28.668.093)	(13.227.321)	(28.822.303)
Reversão de provisão no período	5.569.562	9.411.517	3.185.312	8.712.936
Transferência para prejuízo	7.285.297	17.529.424	11.035.237	18.214.731
Saldo final	(37.502.639)	(37.502.639)	(35.775.487)	(35.775.487)

(j) Concentração dos principais devedores

Descrição	31/12/2017	%	31/12/2016	%
Principal devedor	8.748.920	1,24	11.442.912	1,61
10 maiores devedores	45.636.295	6,46	48.532.191	6,84
20 maiores devedores	63.970.927	9,06	68.613.692	9,67
50 maiores devedores	86.220.949	12,21	92.962.442	13,11
100 maiores devedores	101.196.331	14,33	108.755.508	15,33

Nota 9 – Outros créditos**(a) Composição**

Descrição	31/12/2017	31/12/2016
Créditos por avais e fianças honrados	31.336	30.567
Carteira de câmbio (Nota 9 (c))	3.549.748	5.412.747
Rendas a receber	2.294.687	2.138.956
Dividendos e JCP a receber	260.067	235.103
Convênios setor privado	124.844	85.734
Convênios setor público	428.881	363.628
Administração de fundos de investimento	43.447	82.378
Administração de fundos e programas sociais	1.374.119	1.315.650
Outras rendas a receber	63.329	56.463
Negociação e intermediação de valores	813	15.800
Créditos específicos	1.001.150	937.833
Diversos (Nota 9 (b))	76.798.088	70.906.531
Provisão para outros créditos (1)	(587.198)	(484.566)
Total	83.088.624	78.957.868
Ativo circulante	34.028.485	36.524.340
Ativo não circulante	49.060.139	42.433.528

(1) Refere-se à provisão para as carteiras de cartão de crédito e de adiantamento de contratos de câmbio, que possuem característica de concessão de crédito (Nota 8 (b)).

Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis consolidadas

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(b) Outros créditos – diversos

Descrição	31/12/2017	31/12/2016
Créditos tributários (Nota 20 (d))	40.114.535	38.580.898
Devedores por depósitos em garantia (Nota 30 (e))	16.654.094	15.417.738
Adiantamentos e antecipações salariais	207.291	224.402
Antecipação de dividendos e de juros sobre capital próprio	73.130	681.562
Impostos e contribuições a compensar	1.488.793	721.485
Cartão de crédito (1)	502.050	292.788
Prêmio em aquisição de carteiras	3.339.036	2.506.533
Seguros a receber	582.357	359.916
Créditos adquiridos	328.186	735.567
Valores a receber – transações de pagamento (1)	7.396.975	6.948.155
Valores a receber – administração de fundos e programas sociais	93.454	99.795
Valores a receber – royalties	611.962	578.362
Valores a receber – Fundo Nacional de Desenvolvimento	517.425	500.466
Valores a receber - correspondentes bancários	119.048	109.212
Valores a receber - resgate de bônus	122.503	114.701
Valores a apropriar (2)	3.854.490	2.978.657
Outros devedores	792.759	1.467.381
Desconto em outros ativos financeiros (3)	-	(1.411.087)
Total	76.798.088	70.906.531
Ativo circulante	27.727.294	28.445.066
Ativo não circulante	49.070.794	42.461.465

- (1) Créditos com característica de concessão de crédito (Nota 8 (a)) que em 2017 foram reclassificados do item Cartão de crédito para o item Valores a receber – transações de pagamento, em atendimento à Carta Circular BACEN nº 3.828/2017.
- (2) Ativos classificados em contas transitórias, principalmente liberações de crédito imobiliário e resgates de aplicações financeiras.
- (3) Em 2017, reclassificado para Créditos Vinculados ao FCVS (Nota 7 (b)), deságio registrado na cessão de créditos ocorrida entre a CAIXA e a EMGEA em SET/14.

(c) Carteira de câmbio

Descrição	31/12/2017	31/12/2016
Ativo - outros créditos		
Câmbio comprado a liquidar – moeda estrangeira	3.406.445	4.877.853
Direitos sobre vendas de câmbio – moeda nacional	69.648	455.814
Rendas a receber de adiantamentos concedidos - ACC/ACE	79.552	85.150
(-) Adiantamentos recebidos – moeda nacional	(5.897)	(5.920)
(-) Adiantamentos recebidos – moeda estrangeira	-	(150)
Ativo circulante (Nota 9 (a))	3.549.748	5.412.747
Passivo - outras obrigações		
Câmbio vendido a liquidar – moeda estrangeira	69.665	455.487
Obrigações por compras de câmbio – moeda nacional	3.304.549	5.130.709
(-) Adiantamentos sobre contratos de câmbio - ACC/ACE	(3.224.843)	(4.687.898)
Passivo circulante (Nota 18 (a))	149.371	898.298

Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis consolidadas

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(c.1) Resultado de operações de câmbio

Descrição	2017		2016	
	2º semestre	Exercício	2º semestre	Exercício
Variações cambiais - disponibilidade em moeda estrangeira	24.356	50.313	35.779	(1.809.566)
Variações cambiais – outras	(33.707)	60.649	52.456	403.139
Operações de câmbio	99.551	211.444	101.095	181.141
Resultado de câmbio	90.200	322.406	189.330	(1.225.286)

Nota 10 – Outros valores e bens

Compostos por:

- Bens não de uso próprio (imóveis adjudicados, imóveis recebidos em dação de pagamento de empréstimos e imóveis que não são mais usados nas operações da CAIXA), submetidos a teste de redução ao valor recuperável;
- Despesas antecipadas relativas, essencialmente, ao prêmio de performance das carteiras comerciais adquiridas do Banco PAN (31/12/2017 e 31/12/2016);
- Estoque de material de consumo.

Descrição	31/12/2017	31/12/2016
Bens não de uso próprio	7.903.899	5.254.320
Imóveis patrimoniais não de uso	1.743.706	992.886
Imóveis adjudicados/arrematados	6.160.193	4.261.434
Despesas antecipadas	611.036	70.467
Material de consumo	44.779	35.436
Provisões para perdas com desvalorização de imóveis (Nota 10 (a))	(272.551)	(177.004)
Total	8.287.163	5.183.219

(a) Provisão para perdas com desvalorização de imóveis

Descrição	2017		2016	
	2º semestre	Exercício	2º semestre	Exercício
Saldo inicial	(238.918)	(177.004)	(163.896)	(133.958)
Constituição	(100.750)	(201.790)	(81.365)	(142.771)
Baixas	67.117	106.243	68.257	99.725
Saldo final	(272.551)	(272.551)	(177.004)	(177.004)

Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis consolidadas

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Nota 11 – Participações em controladas e coligadas

a) Participações societárias incluídas nas demonstrações contábeis consolidadas:

A carteira de investimento consolidada é composta por empresas coligadas e com controle conjunto, sobre as quais a CAIXAPAR e a CAIXA Seguridade exercem influência significativa ou possuem controle compartilhado, sendo avaliadas pelo método da equivalência patrimonial.

Carteira de participações societárias da CAIXAPAR	Quantidade de ações		Participação %	
	O.N.	P.N.	Cap. votante	Cap. social
Banco PAN	262.164.546	112.732.358	49,00	40,35
Branes	2.200.010	-	2,00	2,00
FIP Veneza	170.873	-	-	75,00
Habitar	1.887.839.025	-	49,98	49,98
Capgemini	63.764.544	-	20,70	19,11
Cia. Brasileira de Securitização (CIBRASEC)	4.000	20	9,65	9,65
Crescer	54.652.415	-	49,00	49,00
Elo Serviços	62.779	837.031.603	0,01	33,33
TECBAN	375.508.013	-	10,00	10,00
Gestora de Inteligência de Crédito (GIC)	3.559.600	3.559.600	20,00	20,00

Carteira de participações societárias da CAIXA Seguridade	Quantidade de ações		Participação %	
	O.N.	P.N.	Cap. votante	Cap. social
CAIXA Securitária (1)	100.000	-	100,00	100,00
PAN Seguros	166.210.711	51.313	48,99	48,99
PAN Corretora	149.940	-	49,00	49,00
CAIXA Seguros Holding S.A.	2.278.822	-	48,21	48,21

(1) A participação de 100% da CAIXA Seguridade na CAIXA Securitária é eliminada quando da elaboração das demonstrações contábeis consolidadas da CAIXA Seguridade que são utilizadas para a consolidação do Conglomerado CAIXA.

Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis consolidadas

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Descrição	Investimento		Resultado de Equivalência Patrimonial			
	31/12/2017	31/12/2016	2017		2016	
			2º semestre	Exercício	2º semestre	Exercício
CAIXA Seguros Holding	3.402.526	3.046.972	464.384	936.206	411.727	801.830
Banco PAN (1)	759.948	878.142	32.417	(118.540)	(201.169)	(305.187)
Capgemini (2)	13.178	117.889	(33.170)	(67.851)	(43.173)	(77.960)
Elo Serviços	44.692	23.111	15.886	22.657	1.937	5.993
Cia. Bras. de Securitização - CIBRASEC	7.025	6.994	106	288	133	259
Crescer	-	-	(7.878)	(13.600)	(5.048)	(8.124)
Habitar	3.479	-	-	-	-	-
Branes	1.898	1.874	8	24	22	34
Galgo Sistemas de Informações S.A	1.285	1.752	(116)	(467)	-	-
BIAPE	-	-	-	-	(104)	(244)
FGO – Fundo Garantia de Operações (3)	467.384	287.712	-	-	-	-
FGHAB – Fundo Garantidor Habitação Popular	265.210	265.210	-	-	-	-
Fundo de Investimento em Participações	27.156	32.685	(5.702)	(6.232)	(568)	(1.073)
TECBAN	112.049	106.537	2.318	5.512	(218)	(467)
GIC - Gestora de Inteligência de Crédito	28.724	-	(5.431)	(5.431)	-	-
PAN Corretora (4)	26.698	33.130	1.952	5.340	1.022	3.749
PAN Seguros	368.764	363.179	3.894	22.349	3.759	24.795
Outros investimentos (5) (6)	10.535	8.827	-	-	-	-
Total	5.540.551	5.174.014	468.668	780.255	168.320	443.605

- (1) Lucro não realizado no valor de (R\$6.457) no 2º semestre/2017 e (R\$ 176.162) no Exercício/2017 (2º semestre/2016 – (R\$ 183.439); Exercício/2016 – (R\$ 210.318).
- (2) Valor do investimento ajustado por perda no valor recuperável no montante de R\$ 72.514 (31/12/2016 - R\$ 32.179).
- (3) Valor do investimento líquido de provisão de R\$ 28.464 (31/12/2016 - R\$ 208.136).
- (4) Valor do investimento líquido de provisão de R\$ 33 (31/12/2016 - R\$ 33).
- (5) Valor do investimento líquido de provisão de R\$ 11.087 (31/12/2016 - R\$ 11.087).
- (6) Investimentos avaliados pelo custo de aquisição.

(b) Movimentação dos ágios na aquisição de investimentos em empresas controladas

Descrição	2017		2016	
	2º semestre	Exercício	2º semestre	Exercício
Saldo anterior	127.902	145.351	162.841	180.531
Amortizações	(9.521)	(26.970)	(17.490)	(35.180)
Saldo atual	118.381	118.381	145.351	145.351

Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis consolidadas

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Nota 12 – Imobilizado de uso

Com o índice de imobilização apurado de 11,03% (31/12/2016 – 14,45%), a CAIXA está enquadrada na forma definida pela Resolução CMN nº 2.669/1999, a qual estabelece o limite de 50% do Patrimônio de Referência a partir de 31/12/2002.

(a) Composição

Descrição	31/12/2017			31/12/2016		
	Custo	Depreciação	Líquido	Custo	Depreciação	Líquido
Imóveis de uso	2.292.598	(1.277.338)	1.015.260	1.934.129	(951.218)	982.911
Edificações	2.209.434	(1.277.338)	932.096	1.872.597	(951.218)	921.379
Terrenos	83.164	-	83.164	61.532	-	61.532
Reavaliações de imóveis de uso	693.987	(231.903)	462.084	710.140	(211.910)	498.230
Edificações	506.919	(231.903)	275.016	519.239	(211.910)	307.329
Terrenos	187.068	-	187.068	190.901	-	190.901
Outras imobilizações de uso	7.776.974	(6.188.930)	1.588.044	7.582.219	(5.643.726)	1.938.493
Imobilizações em curso	-	-	-	3.417	-	3.417
Instalações, móveis e equipam. de uso	1.718.989	(1.021.636)	697.353	1.688.698	(937.174)	751.524
Sistema de comunicação	94.476	(81.687)	12.789	95.304	(79.839)	15.465
Sistema de processamento de dados	5.458.031	(4.693.093)	764.938	5.335.906	(4.280.182)	1.055.724
Sistema de transporte e segurança	505.478	(392.514)	112.964	458.894	(346.531)	112.363
Total	10.763.559	(7.698.171)	3.065.388	10.226.488	(6.806.854)	3.419.634

(b) Movimentação

Descrição	31/12/2016	Transfe- rências	Adições	Baixas	Depreciação	31/12/2017
Imóveis de uso	982.911	(175)	428.235	(68.915)	(326.796)	1.015.260
Edificações	921.379	430	405.830	(68.747)	(326.796)	932.096
Terrenos	61.532	(605)	22.405	(168)	-	83.164
Reavaliação de imóveis de uso	498.230	-	-	(14.975)	(21.171)	462.084
Edificações	307.329	-	-	(11.142)	(21.171)	275.016
Terrenos	190.901	-	-	(3.833)	-	187.068
Outras imobilizações de uso	1.938.493	-	257.723	(1.898)	(606.274)	1.588.044
Imobilizações em curso	3.417	-	(3.417)	-	-	-
Instalações, móveis e equipam. de uso	751.524	(4.788)	38.698	(246)	(87.835)	697.353
Sistema de comunicação	15.465	168	4	(25)	(2.823)	12.789
Sistema de processamento de dados	1.055.724	3.611	174.494	(1.615)	(467.276)	764.938
Sist. de transp./segurança	112.363	1.009	47.944	(12)	(48.340)	112.964
Total	3.419.634	(175)	685.958	(85.788)	(954.241)	3.065.388

Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis consolidadas

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Nota 13 – Intangível
(a) Composição

Descrição	31/12/2017				31/12/2016			
	Custo	Amort. Acumulada	Redução ao valor recuperável	Líquido	Custo	Amort. Acumulada	Redução ao valor recuperável	Líquido
Aquisição de folha de pagamento	3.347.049	(1.412.750)	(2.429)	1.931.870	3.191.039	(1.162.601)	(1.109)	2.027.329
Outros ativos intangíveis	-	-	-	-	366.655	(73.130)	-	293.525
Projetos logiciais - Software	1.770.640	(487.611)	-	1.283.029	1.612.502	(448.497)	-	1.164.005
Total	5.117.689	(1.900.361)	(2.429)	3.214.899	5.170.196	(1.684.228)	(1.109)	3.484.859

(b) Movimentação

Descrição	31/12/2016	31/12/2017			Líquido
	Líquido	Movimentação			
		Adições	Baixas	Amortizações	
Aquisição de folha de pagamento	2.027.329	767.890	(187.526)	(675.823)	1.931.870
Outros ativos intangíveis	293.525	-	(292.232)	(1.293)	-
Projetos logiciais - Software	1.164.005	294.068	-	(175.044)	1.283.029
Total	3.484.859	1.061.958	(479.758)	(852.160)	3.214.899

Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis consolidadas

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Nota 14 – Depósitos

(a) Composição

Descrição	31/12/2017	31/12/2016
Depósitos à vista – sem remuneração	32.398.707	31.882.854
Pessoas físicas	15.571.635	15.149.797
Pessoas jurídicas	12.246.363	12.608.920
Vinculados	2.172.783	1.976.511
Governo	1.511.492	1.569.328
Moedas estrangeiras	9.205	-
Instituições do sistema financeiro	26.820	22.272
Entidades públicas	572.551	326.537
Contas encerradas	29.606	24.889
Outros	258.252	204.600
Depósitos de poupança – remuneração pós fixada	276.693.320	252.403.109
Pessoas físicas	272.495.932	248.301.920
Pessoas jurídicas	2.011.728	2.062.215
Vinculados	2.082	2.149
Contas encerradas	2.183.578	2.036.825
Depósitos interfinanceiros	577.401	608.279
Depósitos a prazo	185.643.021	210.689.327
Remuneração prefixada	79.494.147	97.181.904
Depósitos a prazo em moeda nacional	79.494.147	97.181.904
Remuneração pós-fixada	106.148.874	113.507.423
Depósitos a prazo em moeda nacional	31.344.424	39.344.026
Depósitos judiciais com remuneração	74.804.450	74.163.397
Depósitos especiais e de fundos e programas	10.913.088	16.606.897
Sem remuneração	64.705	141.746
Remuneração prefixada	566.369	624.067
Remuneração pós-fixada	10.282.014	15.841.084
Outros	26	45
Total	506.225.563	512.190.511
Passivo circulante	412.992.266	403.115.342
Passivo não circulante	93.233.297	109.075.169

Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis consolidadas

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(b) Depósitos por prazo de exigibilidade

Depósitos	Sem vencimento	01 a 90 dias	91 a 360 dias	Acima de 360 dias	31/12/2017	31/12/2016
Depósitos à vista	32.398.707	-	-	-	32.398.707	31.882.854
Depósitos de poupança	276.693.320	-	-	-	276.693.320	252.403.109
Depósitos interfinanceiros	-	162.033	263.920	151.448	577.401	608.279
Depósitos a prazo	74.939.123	4.915.559	12.706.490	93.081.849	185.643.021	210.689.327
CDB	134.673	4.915.559	12.706.490	93.081.849	110.838.571	136.525.930
Depósitos judiciais	74.804.450	-	-	-	74.804.450	74.163.397
Depósitos especiais e de fundos e programas	10.913.088	-	-	-	10.913.088	16.606.897
Outros	26	-	-	-	26	45
Total	394.944.264	5.077.592	12.970.410	93.233.297	506.225.563	512.190.511

(c) Despesas de captações com depósitos

Descrição	2017		2016	
	2º semestre	Exercício	2º semestre	Exercício
Depósitos de poupança	(7.656.841)	(16.165.454)	(9.537.003)	(18.579.568)
Depósitos interfinanceiros	(223)	(53.008)	(46.570)	(128.834)
Depósitos a prazo CDB/RDB	(4.997.716)	(12.740.131)	(8.816.761)	(16.216.880)
Depósitos judiciais	(2.066.112)	(4.432.537)	(2.388.087)	(4.506.568)
Depósitos especiais e de fundos e programas (d.1)	(632.913)	(1.584.506)	(1.017.080)	(1.912.890)
Outras captações	(385.069)	(778.170)	(381.635)	(750.697)
Total	(15.738.874)	(35.753.806)	(22.187.136)	(42.095.437)

(d) Obrigações por depósitos especiais e de fundos e programas

Descrição	31/12/2017	31/12/2016
Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS	3.580.263	7.488.435
Depósitos - Especiais com remuneração	2.245.150	2.246.651
Fundo de Amparo ao Trabalhador - FAT (d.2)	577.319	1.277.657
Depósitos – PRODEC	64.725	60.667
Programa de Integração Social – PIS	303.829	40.848
Fundo Garantia Safrá – FGS	386.909	365.364
Fundo de Arrendamento Residencial – FAR	1.621.973	2.534.465
Fundo de Desenvolvimento Social – FDS	746.517	896.922
Depósitos – PREVHAB	867.229	793.951
Saúde CAIXA	64.705	141.746
Outros	454.469	760.191
Total	10.913.088	16.606.897

Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis consolidadas

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(d.1) Despesas com depósitos especiais e de fundos e programas

Descrição	Taxa de Remuneração	2017		2016	
		2º semestre	Exercício	2º semestre	Exercício
Depósitos - FGTS	Selic	(234.033)	(688.564)	(479.297)	(947.580)
Depósitos - FAT	Selic e TJLP	(29.497)	(76.601)	(53.779)	(111.101)
Depósitos - PRODEC	TR + Juros 0,4868% a.m.	(1.901)	(4.058)	(2.349)	(4.580)
Depósitos - PIS	Extra mercado	(121.350)	(162.770)	(77.693)	(163.566)
Depósitos - FGS	Selic fator dia/ Extra mercado	(9.837)	(21.813)	(17.472)	(23.340)
Depósitos - FAR	Selic	(89.065)	(251.929)	(147.894)	(203.864)
Depósitos - FDS	Selic fator dia	(25.754)	(70.938)	(36.477)	(67.315)
Depósitos - Tesouro Nacional	Selic	(18.484)	(42.792)	(27.359)	(52.531)
Depósitos - PREVHAB	Selic	(33.866)	(78.691)	(50.850)	(97.941)
Depósitos - Caução	TR	(3.006)	(9.097)	(9.523)	(17.099)
Depósitos - FCA	Extra - mercado	(7.780)	(27.674)	(33.243)	(63.551)
Depósitos – Fundo Paulista de Habitação	CDI	(14.894)	(41.129)	(23.485)	(46.376)
Outros		(43.446)	(108.450)	(57.659)	(114.046)
Total		(632.913)	(1.584.506)	(1.017.080)	(1.912.890)

Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis consolidadas

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(d.2) Obrigações por depósitos especiais e de fundos e programas – FAT

O FAT é um fundo especial de natureza contábil e financeira, instituído pela Lei nº 7.998/1990, vinculado ao Ministério do Trabalho e Emprego e gerido pelo Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador – CODEFAT.

As principais ações financiadas com recursos do FAT para a promoção do emprego estão estruturadas em torno dos programas de geração de emprego e renda, cujos recursos são alocados por meio dos depósitos especiais, criados pela Lei nº 8.352/1991, nas instituições financeiras oficiais federais conforme programas e linhas de créditos identificados no quadro anterior.

Os depósitos especiais do FAT enquanto disponíveis são remunerados, “pro-rata” dia, pela Taxa Média Selic (TMS) e, à medida que são aplicados nos financiamentos, passam a ser remunerados pela Taxa de Juros de Longo Prazo – TJLP durante o período de vigência do financiamento.

As remunerações sobre os depósitos são recolhidas ao FAT mensalmente, conforme estipulado pelas Resoluções CODEFAT nº 439/2005 e nº 489/2006.

Descrição	Res/ TADE	Devolução de Recursos do FAT		31/12/2017			31/12/2016		
		Forma	Data	Disponível	Aplicado	Total	Disponível	Aplicado	Total
Programas				303.455	199.171	502.626	214.871	988.036	1.202.907
Proger urbano				243.786	108.521	352.307	153.052	785.400	938.452
Investimento	008/2005	RA	10/10/2005	243.786	108.521	352.307	153.052	785.400	938.452
FAT infraestrutura				59.245	87.722	146.967	61.436	198.742	260.178
Infraestrutura econômica	013/2006	RA	08/08/2008	59.245	87.722	146.967	61.436	198.742	260.178
FAT – PNMP				424	2.928	3.352	383	3.894	4.277
FAT – microcrédito	015/2006	RA	10/05/2007	424	2.928	3.352	383	3.894	4.277
Linhas de crédito especiais				415	74.278	74.693	444	74.306	74.750
FAT - vila pan-americana	001/2005	SD	09/12/2005	415	74.278	74.693	444	74.306	74.750
Total				303.870	273.449	577.319	215.315	1.062.342	1.277.657

Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis consolidadas

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Nota 15 – Captações no mercado aberto

(a) Composição

Descrição	31/12/2017	31/12/2016
Carteira própria (1)	109.961.976	69.325.980
Letras financeiras do tesouro	20.857.128	10.267.869
Letras do tesouro nacional	77.682.536	18.925.512
Notas do tesouro nacional	8.533.004	34.291.865
Debêntures	524.349	5.070.596
Certificados de recebíveis imobiliários	2.364.959	770.138
Carteira de terceiros	38.565.290	86.046.055
Letras do tesouro nacional	38.565.290	15.319.851
Notas do tesouro nacional	-	70.726.204
Carteira de livre movimentação	-	4.055.962
Letras do tesouro nacional	-	4.055.962
Total	148.527.266	159.427.997
Passivo circulante	140.486.574	150.680.825
Passivo não circulante	8.040.692	8.747.172

(1) Valores calculados considerando o PU de lastro (PU de Garantia) do papel vinculado.

(b) Despesas de captações no mercado aberto

Descrição	2017		2016	
	2º semestre	Exercício	2º semestre	Exercício
Carteira própria	(2.925.231)	(6.490.693)	(4.884.932)	(10.396.942)
Carteira de terceiros	(3.075.196)	(8.420.826)	(6.842.619)	(16.554.234)
Carteira de livre movimentação	(254.651)	(503.080)	(242.907)	(358.295)
Total	(6.255.078)	(15.414.599)	(11.970.458)	(27.309.471)

Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis consolidadas

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Nota 16 – Recursos de aceites e emissões de títulos

(a) Recursos de letras

Descrição	Vencimento				31/12/2017	31/12/2016
	01 a 90 dias	91 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias		
Letra de crédito imobiliária (IGP-M)	-	-	-	-	-	10.676
Letra de crédito imobiliária (CDI)	5.978.271	9.998.630	15.918.059	50.431.193	82.326.153	100.830.134
Letra de crédito imobiliária (TR)	-	-	-	56.682	56.682	61.643
Letra hipotecária (IGP-M)	-	-	-	733.162	733.162	737.113
Letra hipotecária (INPC)	-	-	-	16.414	16.414	16.107
Letra financeira (CDI)	4.050.119	6.805.940	19.439.242	2.891.778	33.187.079	37.538.141
Letra financeira (IPCA)	-	19.415,00	10.027	1.037.623	1.067.065	1.208.175
Letra de crédito do agronegócio (CDI)	-	141.779	-	-	141.779	511.294
Total	10.028.390	16.965.764	35.367.328	55.166.852	117.528.334	140.913.283
Passivo circulante					62.361.482	49.626.975
Passivo não circulante					55.166.852	91.286.308

(b) Despesas com recursos de letras

Descrição	2017		2016	
	2º semestre	Exercício	2º semestre	Exercício
Letras de crédito imobiliárias	(3.031.419)	(7.598.484)	(6.138.195)	(12.587.563)
Letras hipotecárias	(48.052)	(72.718)	(47.396)	(123.509)
Letras financeiras	(1.630.683)	(3.828.980)	(2.372.105)	(5.139.866)
Letras de crédito do agronegócio	(7.438)	(27.879)	(40.227)	(96.380)
Total	(4.717.592)	(11.528.061)	(8.597.923)	(17.947.318)

(c) Obrigações por títulos e valores mobiliários no exterior

A CAIXA realiza emissão de títulos no exterior com o objetivo de construir uma fonte alternativa de captar recursos de longo prazo para financiamento de suas operações ativas. Foram realizadas cinco emissões internacionais, sendo 4 tranches seniores, cujas características são apresentadas a seguir e 1 tranche subordinada, apresentada na Nota 18 (d1).

Título	Moeda	Valor emitido (1)	Remuner. a.a.	Data Captação	Vencim.	31/12/2017	31/12/2016
1ª série	US\$	1.000.000.000	2,38%	nov/12	nov/17	-	3.249.000
2ª série	US\$	500.000.000	3,50%	nov/12	nov/22	1.758.256	1.548.581
3ª série	US\$	1.250.000.000	4,50%	out/13	out/18	4.229.278	4.122.982
4ª série	US\$	1.300.000.000	4,25%	mai/14	mai/19	4.694.317	4.260.583
Total						10.681.851	13.181.146

(1) Valores em milhares de US\$.

Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis consolidadas

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(d) Resultado com obrigações por títulos e valores mobiliários no exterior

Descrição	2017		2016	
	2º semestre	Exercício	2º semestre	Exercício
Despesa de TVM no exterior - sem subordinação	(786.243)	(1.355.750)	(559.864)	1.926.070
Despesa de TVM no exterior - com subordinação	(443.034)	(573.834)	(148.385)	179.570
Total	(1.229.277)	(1.929.584)	(708.249)	2.105.640

Nota 17 – Obrigações por empréstimos e repasses

Descrição	31/12/2017	31/12/2016
Repasses no país	269.553.942	238.966.421
FGTS	235.620.378	204.156.953
BNDDES	30.814.153	31.349.361
Tesouro Nacional – PIS	399.970	928.282
Fundo da marinha mercante	2.380.023	2.256.745
Outras instituições	339.418	275.080
Repasses no exterior	55.530	54.668
Empréstimos no exterior	2.147.951	5.425.078
Tomados junto a instituições financeiras no exterior	2.147.951	3.798.282
Demais linhas de crédito	-	1.626.796
Total de obrigações por empréstimos e repasses	271.757.423	244.446.167
Passivo circulante	1.507.793	5.235.639
Passivo não circulante	270.249.630	239.210.528

(a) Repasses no país

Compostos por recursos repassados pelo FGTS para aplicação em operações de infraestrutura, desenvolvimento urbano e crédito imobiliário. Tais repasses estão sujeitos à atualização monetária de acordo com a variação da Taxa Referencial (TR), taxa média de juros de 5,10 % a.a. (habitação 5,03 % a.a., infraestrutura 5,67 % a.a. e saneamento 5,65 % a.a.) e prazo médio de retorno de 233 meses (habitação 239 meses, infraestrutura 205 meses e saneamento 163 meses).

(b) Repasses no exterior

O saldo de repasses no exterior, referente a contrato firmado entre a CAIXA e o Banco Mundial – BIRD, para aplicação no Programa de Financiamento para Gestão de Resíduos Sólidos Urbanos e Mecanismo de Desenvolvimento Limpo está sujeito à variação cambial do dólar americano (US\$), taxa de juros de 0,8% a.a., acrescido de LIBOR. O prazo de vencimento da operação varia entre 12 e 15 anos.

(c) Empréstimos no exterior

O saldo dos empréstimos no exterior é composto por linhas de crédito captadas no exterior para financiamento de exportações de clientes, sujeitas a taxa de juros de até 3,44% ao ano, substancialmente atreladas ao dólar dos Estados Unidos, com vencimentos até 2018.

No item “Demais linhas de crédito” as operações da CAIXA em moeda estrangeira foram liquidadas em julho/2017.

Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis consolidadas

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(d) Despesas com obrigações por empréstimos/repasses

Descrição	2017		2016	
	2º semestre	Exercício	2º semestre	Exercício
Repasses no país	(8.430.726)	(17.007.770)	(9.520.317)	(17.760.456)
FGTS	(7.143.907)	(14.415.254)	(8.154.522)	(15.276.517)
BNDES	(1.169.637)	(2.335.834)	(1.218.818)	(2.326.551)
Tesouro Nacional – PIS	(15.940)	(41.612)	(30.357)	(54.810)
Fundo da marinha mercante	(69.653)	(139.976)	(68.192)	(10.412)
Outras instituições	(31.589)	(75.094)	(48.428)	(92.166)
Repasses no exterior	475	(2.028)	(1.726)	10.706
Empréstimos no exterior	(8.932)	(120.006)	(233.839)	1.570.373
Total	(8.439.183)	(17.129.804)	(9.755.882)	(16.179.377)

Nota 18 – Outras obrigações

(a) Composição

Descrição	31/12/2017	31/12/2016
Cobrança e arrecadações de tributos e assemelhados	416.763	352.815
Carteira de câmbio (Nota 9 (c))	149.371	898.298
Sociais e estatutárias	3.686.370	1.065.283
Fiscais e previdenciárias (Nota 18 (b))	2.413.674	2.381.441
Negociação e intermediação de valores	45.770	17.968
Recursos para destinação específica (Nota 18 (c))	17.850.274	12.771.534
Instrumentos híbridos de capital e dívida (Nota 18 (d))	3.320.698	980.762
Dívida subordinada (Nota 18 (d))	10.742.909	11.098.029
Instrumentos de dívida elegíveis a capital (Nota 18 (d))	24.956.210	17.443.376
Diversas (Nota 18 (e))	69.003.425	71.824.665
Total	132.585.464	118.834.171
Passivo circulante	60.794.018	59.561.446
Passivo não circulante	71.791.446	59.272.725

Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis consolidadas

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(b) Fiscais e previdenciárias

Descrição	31/12/2017	31/12/2016
Tributos sobre salários a recolher	462.102	476.261
Tributos sobre serviços a recolher	316.370	348.113
Tributos sobre lucros a recolher	116.448	239.049
Imposto de renda	11.448	22.743
Contribuição social	4.228	2.886
COFINS	87.182	184.044
PASEP	13.590	29.376
Tributos diferidos	1.518.754	1.167.080
Reavaliação – edificações	127.958	121.815
Ajustes ao valor de mercado - títulos para negociação	1.124.343	782.275
Ajustes ao valor de mercado - títulos disponíveis para venda	266.453	262.990
Provisão para riscos fiscais (Nota 30 (a)) (1)	-	150.938
Total	2.413.674	2.381.441
Passivo circulante	2.285.716	2.259.626
Passivo não circulante	127.958	121.815

(1) A partir de 2017, em atendimento a reclassificação do plano contábil do COSIF instituída pela Carta Circular BACEN nº 3.782/2016, as provisões para riscos fiscais serão apresentadas em "Outras obrigações – Diversas", Nota 18 (e).

(c) Recursos para destinação específica

Referem-se às obrigações decorrentes de recursos de operações relacionadas com loterias, obrigações decorrentes de recursos de fundos e programas sociais geridos pela CAIXA e recursos de fundos ou programas especiais alimentados com recursos do Governo ou entidades públicas, administrados pela CAIXA.

Descrição	31/12/2017	31/12/2016
Fundos e programas sociais	10.160.348	10.109.583
FGTS	5.997.018	4.508.345
Minha Casa Minha Vida	3.390.447	4.711.315
Programa de Subsídio à Habitação (PSH)	312.138	295.412
Programas de transferência de renda	239.997	419.494
Outros fundos e programas	220.748	175.017
Fundos financeiros e de desenvolvimento	6.745.762	1.783.353
PIS (1)	5.900.384	1.222.949
FAT	843.897	558.934
FINSOCIAL	1.481	1.470
Operações com loterias	944.164	878.598
Total	17.850.274	12.771.534

(1) A variação no período decorre do aporte de recursos retidos ocorrido em outubro/2017, para pagamento de cotas e rendimentos do PIS, conforme MP 797/2017.

Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis consolidadas

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(d) Instrumentos de Dívida elegíveis a capital**(d.1) Instrumentos Financeiros Subordinados – Nível II**

A CAIXA possui 22 Instrumentos Financeiros Subordinados – IFS autorizados a compor o Nível II do Patrimônio de Referência – PR, sendo 09 Instrumentos de Dívida Subordinada – IDS, 12 Letras Financeiras Subordinadas – LFS e 01 Nota Subordinada – NS no Exterior, conforme detalhamento nos itens subsequentes.

O valor total captado por meio destes IFS compõe o capital da instituição, refletindo positivamente no Patrimônio de Referência - PR, na Margem Operacional, no Índice de Basileia, além de outros indicadores como, por exemplo, o de imobilização e endividamento do setor público.

Instrumento de Dívida Subordinada – IDS

A CAIXA possui 09 instrumentos de dívida subordinada autorizados pelo Banco Central do Brasil na composição do Nível II do PR, em acordo com o disposto na Resolução CMN nº 4.192/2013, contratados com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS nos anos de 2005, 2011, 2012, 2014, 2015, 2016 e 2017.

Sobre o valor total das dívidas incide atualização monetária, mediante a aplicação de coeficiente de atualização idêntico ao utilizado para a remuneração das contas vinculadas do FGTS e juros capitalizados mensalmente.

Letras Financeiras Subordinadas – LFS

A CAIXA possui 12 Letras Financeiras Subordinadas captadas no mercado local, no valor de face total de R\$ 234.900, todas consideradas elegíveis ao Nível II do PR pelo BACEN.

Nota Subordinada – NS

A CAIXA captou US\$ 500.000 (quinhentos milhões de dólares) no mercado internacional, no dia 23/07/2014, por meio da emissão de bônus subordinados elegíveis a compor o capital de Nível II sob as regras de Basileia III. Os títulos emitidos possuem prazo de 10 anos, com possibilidade de resgate (*call*) no 5º ano e uma taxa de retorno de 7,25% ao ano.

Esta transação foi a primeira emissão de capital Nível II de acordo com as regras de Basileia III realizada por um banco brasileiro e a quinta transação da CAIXA no mercado de capitais internacional. As Notas possuem *reset* de cupom após o 5º ano e cláusula de “absorção de perdas” com eventual *write off* de principal e juros. Ou seja, as notas podem ser baixadas permanentemente em um montante pelo menos igual ao montante contabilizado como capital Nível II nas seguintes hipóteses: (i) Capital Principal inferior a 4,5%, (ii) Execução de um compromisso de fazer um aporte de capital emergencial na Emissora, (iii) Determinação pelo Banco Central do Brasil de não viabilidade do banco. Em outubro de 2014 o BACEN considerou a NS elegível. Assim, a partir de outubro de 2014 o instrumento passou a compor o Nível II do Patrimônio de Referência da CAIXA.

Informações adicionais sobre os Instrumentos Financeiros Subordinados estão disponíveis no Relatório de Gerenciamento de Riscos e Capital – Pilar 3, em: www.caixa.gov.br, menu “Sobre a Caixa”.

Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis consolidadas

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Vencim.	Rem. a.a. (%)	Data captação	Valor emitido	Atualização monetária e juros	Amort.	Impacto Hedge Contábil Risco de Mercado	Saldo devedor 31/12/2017	Saldo devedor 31/12/2016
Obrigações de Empréstimos - Recursos do FGTS								
fev/20	6,30%	out/05	3.439.717	2.659.562	(4.168.312)	-	1.930.967	2.805.229
abr/26	6,00%	ago/11	3.000.000	1.633.878	-	-	4.633.878	4.342.775
jul/32	5,08%	jun/12	3.000.000	1.178.064	-	-	4.178.064	3.950.025
dez/33	5,15%	out/14	3.000.000	701.615	-	-	3.701.615	3.497.310
fev/38	4,80%	dez/14	4.000.000	830.426	-	-	4.830.426	4.579.214
dez/40	4,75%	set/15	3.000.000	449.607	-	-	3.449.607	3.271.725
mai/44	4,75%	set/16	4.000.000	302.865	-	-	4.302.865	4.082.991
ago/44	4,86%	mai/17	4.000.000	135.636	-	-	4.135.636	-
mai/44	5,23%	set/17	2.000.000	26.513	-	-	2.026.513	-
Letra Financeira elegível – Nível II								
jun/20	110%CDI	jun/14	10.000	5.726	-	-	15.726	14.168
jul/19	110%CDI	jul/14	17.400	9.720	-	-	27.120	24.432
dez/21	110%CDI	dez/14	1.500	724	-	-	2.224	2.003
jun/24	100%IPCA + 6,95%	jun/14	200.000	116.996	-	51.555	368.551	287.223
fev/25	100%IPCA + 6,74%	fev/15	1.200	523	-	228	1.951	1.609
fev/25	100%IPCA + 6,65%	fev/15	1.200	516	-	218	1.934	1.588
fev/25	100%IPCA + 6,58%	fev/15	2.400	1050	-	431	3.881	3.146
mar/25	100%IPCA + 6,45%	mar/15	1.200	508	-	196	1.904	1.550
TVM no exterior elegível – Nível II								
jul/24	7,25%	jul/14	1.106.450	610.593	-	369.214	2.086.257	1.676.417
Total			30.781.067	8.664.522	(4.168.312)	421.842	35.699.119	28.541.405

(d.2) Instrumentos híbridos de capital e dívida

O Nível I do Patrimônio de Referência é dividido em Capital Principal e Capital Complementar. A CAIXA possui 06 Instrumentos Híbridos de Capital e Dívida – IHCD autorizados a compor o seu Capital Principal e não tem instrumentos subordinados contratados com características de Capital Complementar.

A Resolução CMN nº 4.192/2013 determina, para fins de divulgação das demonstrações financeiras, a reclassificação para o patrimônio líquido dos instrumentos que atendam às características de Capital Principal.

Assim, informações adicionais sobre os instrumentos financeiros subordinados elegíveis a capital principal podem ser verificadas na Nota 19 (b).

Os contratos possuem cláusulas de remuneração integralmente variáveis, a atualização monetária é incorporada anualmente, após o pagamento dos juros atinentes ao exercício anterior.

Os juros remuneratórios a pagar e a atualização monetária não incorporada compõem os Instrumentos Híbridos de Capital e Dívida, classificados em Outras Obrigações – Instrumentos híbridos de capital e dívida, perfazendo um montante de R\$ 3.320.698 em 31/12/2017 (31/12/2016 – R\$ 980.762).

Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis consolidadas

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(e) Diversas

Descrição	31/12/2017	31/12/2016
Passivos atuariais - Benefícios pós-emprego (Nota 32 (a))	22.274.820	22.816.082
Saúde CAIXA	10.122.889	13.541.692
Auxílio e cesta alimentação	1.422.383	1.331.503
Planos de benefícios - Previdência privada	10.729.548	7.942.887
Provisões para pagamentos a efetuar (1)	2.667.915	3.196.141
Credores diversos - País (Nota 18 (f))	12.283.183	11.134.902
Provisões para causas judiciais - demandas trabalhistas (Nota 30)	4.283.853	4.267.274
Provisões para causas judiciais - demandas cíveis (Nota 30)	3.080.057	3.298.765
Provisões para causas judiciais - demandas fiscais (Nota 30 (a)) (2)	281.425	-
Provisões para outras contingências (1)	1.745.257	1.559.809
Financiamentos imobiliários a liberar	2.341.570	5.287.471
Recursos vinculados a operações de crédito (3)	261.876	190.153
Recursos vinculados a cessão de crédito (4)	12.181.955	13.935.592
Obrigações por convênios	916.130	856.953
Obrigações por transações de pagamento (5)	3.967.431	3.213.764
Obrigações por contribuições ao SFH	25.636	29.397
Recursos do FGTS para amortizações	1.171.442	959.467
Valores a pagar a sociedades ligadas	1.520.875	1.078.523
Credores diversos - exterior	-	372
Total	69.003.425	71.824.665

- (1) A partir de 2017 os pagamentos a efetuar vinculados a operações de crédito imobiliário subsidiados com recursos do FGTS foram reclassificados para "Provisões para outras contingências" em atendimento às disposições da Carta Circular nº 3.782/2016.
- (2) Até 31/12/2016, as provisões para riscos fiscais foram apresentadas em "Outras obrigações – Fiscais e previdenciárias", Nota 18 (b), a partir de 2017, em atendimento a reclassificação do plano contábil do COSIF instituída pela Carta Circular nº 3.782/2016, estas provisões estão sendo apresentadas em "Provisões para causas judiciais – demandas fiscais".
- (3) Recursos apropriados nas contas vinculadas a operações de crédito em nome de clientes, não movimentadas por estes e remunerados com os mesmos encargos incidentes nas respectivas operações.
- (4) Operações de Crédito de Habitação securitizadas com retenção de riscos – Resolução CMN nº 3.533/2008.
- (5) Obrigações vinculadas às operações com cartão de crédito, que em 2017 foram reclassificados para este item em atendimento à Carta Circular BACEN nº 3.828/2017.

(f) Credores diversos – País

Descrição	31/12/2017	31/12/2016
Cartões de crédito (1)	4.321.167	3.867.412
Empresa Gestora de Ativos (EMGEA) (2)	20.338	59.179
Fornecedores	1.154.921	1.114.535
Aquisição de folhas de pagamento - valores a liberar	273.043	490.437
Crédito comercial – repasses	36.584	70.062
Crédito imobiliário – repasses	1.058.585	1.167.649
Obrigações com a União – repasses	54.894	50.484
Contas a pagar	123.697	296.308
Fundo Garantidor de Créditos – FGC	62.482	63.439
Valores a restituir – penhor	68.906	81.648
Valores a apropriar	4.852.525	3.562.379
Outros credores diversos	256.041	311.370
Total	12.283.183	11.134.902

- (1) Em 2017, as "Obrigações por transações de pagamento" vinculadas às operações com cartão de crédito foram reclassificados em atendimento à Carta Circular BACEN nº 3.828/2017 (Nota 18 (e)). O valor divulgado em 31/12/2016 foi R\$ 7.126.843.
- (2) EMGEA: referem-se aos valores financeiros de prestação de contas das arrecadações e contratos recebidos.

Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis consolidadas

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Nota 19 – Patrimônio líquido**(a) Capital social**

O Decreto nº 7.973/2013 da Presidência da República, aprovou o Estatuto da CAIXA. O artigo 7º deste Decreto foi alterado pelo Decreto nº 8.830/2016, que aprovou o Capital Social da CAIXA, exclusivamente integralizado pela União Federal, no montante de R\$ 29.630.119.

(b) Instrumentos de dívidas elegíveis a capital principal

O artigo 16 da Resolução CMN nº 4.192/2013 autoriza instituições financeiras públicas federais a comporem seu Nível I – Capital Principal com elementos patrimoniais, instrumentos financeiros subordinados e instrumentos híbridos de capital e dívida, desde que atendam requisitos elencados na norma como, por exemplo, possuir remuneração integralmente variável, características de perpetuidade e de absorção de perdas durante o funcionamento das atividades (*going-concern*).

Essa norma determina, ainda, que os instrumentos que atendam às características de Capital Principal devem ser reclassificados como patrimônio líquido para fins de divulgação das demonstrações contábeis consolidadas.

Dessa forma, nas demonstrações contábeis individuais, os Instrumentos Híbridos de Capital e Dívida elegíveis a compor o Capital Principal são registrados no passivo e seus encargos financeiros reconhecidos como despesas operacionais, enquanto nas demonstrações contábeis consolidadas são reclassificados para o patrimônio líquido, com base no entendimento e nas orientações do Banco Central do Brasil, com o objetivo de melhorar a qualidade dessas demonstrações contábeis consolidadas.

Assim, todos os Instrumentos Híbridos de Capital e Dívida da CAIXA são classificados como Capital Principal e, portanto, compõem o Patrimônio Líquido da CAIXA para fins de evidenciação. A tabela a seguir apresenta a posição dos contratos:

Discriminação	31/12/2017	31/12/2016
Contrato 348/2007	7.851.945	7.593.569
Contrato 504/2009	8.013.159	7.749.478
Contrato 752/2012	6.800.000	6.800.000
Contrato 754/2012	6.310.598	6.310.598
Contratos 868 e 869/2013	8.000.000	8.000.000
Total	36.975.702	36.453.645

Para fins de composição do Patrimônio de Referência, considera-se apenas o valor de face dos contratos somado à atualização monetária incorporada de exercícios anteriores. Tendo em vista que os contratos possuem cláusulas de remuneração integralmente variáveis, a atualização monetária é incorporada anualmente, após o pagamento dos juros atinentes ao exercício anterior.

(c) Enquadramento nos níveis exigidos pela Resolução CMN nº 2.099/1994 (Acordo de Basileia)

Conforme determinações da Resolução CMN nº 2.099/1994 e regulamentações posteriores, que estabelecem os níveis mínimos de patrimônio de referência para as instituições financeiras, com base nos volumes de suas operações, a CAIXA apresenta em 31/12/2017 índice de 17,65% (31/12/2016 – 13,54%) (Nota 33), acima do mínimo regulamentar exigido no Brasil.

Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis consolidadas

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(d) Reservas de reavaliação e de lucros

As reservas de lucros são constituídas por reserva legal, calculada à base de 5% sobre o lucro líquido, reserva de loterias e reserva de margem operacional.

As reservas de loterias são constituídas por 100% do resultado da administração das loterias federais que couberem à CAIXA como executora destes serviços públicos para incorporação ao seu patrimônio líquido, depois de deduzida a parcela apropriada ao Fundo para Desenvolvimento de Loterias. O Fundo para Desenvolvimento de Loterias tem por objeto fazer face a investimentos necessários à modernização das loterias e a dispêndios com sua divulgação e publicidade, nos termos da legislação específica, vedada sua aplicação no custeio de despesas correntes.

A reserva de margem operacional destinada à manutenção de margem de Patrimônio Líquido compatível com o desenvolvimento das operações ativas da CAIXA é constituída mediante justificativa do percentual considerado de até 100% do saldo do lucro líquido deduzido da destinação para reserva legal, para reservas de lucros a realizar, para reservas para contingências, para reserva de incentivos fiscais e para pagamento mínimo (25% do lucro líquido ajustado) de dividendos e juros sobre capital próprio, até o limite de oitenta por cento do capital social.

A Assembleia Geral, em reunião extraordinária realizada no dia 14/12/2017, aprovou o aumento do Capital Social para R\$ 29.630.119 (Nota 19 (a)), por meio da incorporação do montante de R\$ 2.880.499 das Reservas de margem operacional, R\$ 1.401.264 da Reserva legal e R\$ 511.185 da Reserva estatutária - loterias.

Descrição	31/12/2017	31/12/2016
Reservas de reavaliação	352.348	379.098
Reservas de lucros	13.923.642	9.074.710
Reserva legal	2.024.337	2.802.527
Reserva estatutária – loterias	562.905	511.185
Reservas margem operacional	11.336.400	5.760.998

(e) Dividendos e juros sobre o capital próprio

Em 2015, a CAIXA formalizou seus princípios e diretrizes para distribuição de resultado e aprovou a Política de Gerenciamento de Capital e de Distribuição de Resultado, que apresenta limites prudenciais de capital para o Capital Principal, Nível I e Basileia de 1,5% acima do mínimo regulatório estabelecido pelo Conselho Monetário Nacional (CMN).

De acordo com a Política de Gerenciamento de Capital e de Distribuição de Resultado, a distribuição de resultado do exercício é de 50% (cinquenta por cento) do Lucro Líquido Ajustado (LLA). Pode, excepcionalmente, a) ultrapassar 50% (cinquenta por cento) do LLA, desde que sejam respeitados os limites prudenciais e suas respectivas projeções para os próximos 24 meses; ou b) ser inferior a 50% (cinquenta por cento) do LLA, observada a distribuição mínima legal de 25%, quando a projeção para os próximos 12 meses indicar desenquadramento dos limites prudenciais estabelecidos.

Assim, são assegurados dividendos sobre o LLA de no mínimo 25%, após apuração de resultado do período.

Para efeito do cálculo da obrigação com dividendos são computados os juros sobre o capital próprio, calculado pela remuneração da TJLP do período sobre o patrimônio líquido ajustado, limitado a 50% do lucro líquido do período. O total dos juros sobre o capital próprio perfaz um montante de R\$ 2.294.881 (31/12/2016 – R\$ 681.562) e proporcionou uma redução na despesa com encargos tributários de IR e CSLL no montante de R\$ 1.032.697 no exercício de 2017 (R\$ 306.703 no exercício de 2016).

Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis consolidadas

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Nota 20 – Imposto de renda pessoa jurídica (IRPJ) e Contribuição social sobre o lucro líquido (CSLL)**(a) Demonstração da despesa de IRPJ e CSLL**

Descrição	2017		2016	
	2º semestre	Exercício	2º semestre	Exercício
Tributos Correntes	621.909	(618.925)	(614.319)	(740.053)
Tributos Diferidos	(1.349.970)	565.100	(11.640)	2.289.500
Passivo Fiscal Diferido	(39.168)	(308.622)	(492.482)	769.585
Ativo Fiscal Diferido	(1.310.802)	873.722	480.842	1.519.915
Diferenças Temporárias - constituição / realização	(1.450.546)	967.808	713.051	1.782.454
Prejuízo Fiscal / Base Negativa	139.744	(94.086)	(138.326)	(155.202)
CSLL - MP 2.158-35/01	-	-	(93.883)	(107.337)
Imposto de Renda e Contribuição Social do Período	(728.061)	(53.825)	(625.959)	1.549.447

(b) Demonstração do cálculo dos encargos com IRPJ e CSLL

Descrição	2017		2016	
	2º semestre	Exercício	2º semestre	Exercício
Resultado antes dos tributos e participações	10.181.309	13.997.113	3.100.988	3.761.941
Encargo IRPJ e CSLL	(4.581.577)	(6.298.677)	(1.395.431)	(1.692.849)
Efeitos tributários adições e exclusões	4.816.557	4.890.931	356.682	(197.604)
Juros sobre o capital próprio	574.205	1.032.696	-	528.188
Participação em coligadas e controladas	217.803	444.825	99.334	240.014
Outros	(405.079)	(688.700)	325.096	382.198
Imposto de Renda e Contribuição Social Correntes	621.909	(618.925)	(614.319)	(740.053)

(c) Passivo fiscal diferido

Obrigações Fiscais Diferidas - IRPJ/CSLL		
Descrição	31/12/2017	31/12/2016
Despesa diferida/marcação a mercado	1.219.405	908.121
Outros	127.958	121.815
Imposto de Renda e Contribuição Social do Período	1.347.363	1.029.936

Obrigações Fiscais Diferidas - PASEP/COFINS		
Descrição	31/12/2017	31/12/2016
Despesa diferida/marcação a mercado	171.390	137.146
Outros	-	1.011
PASEP e COFINS do Período	171.390	138.157

Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis consolidadas

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(d) Ativo fiscal diferido

Composição dos Créditos Tributários - IRPJ/CSLL				
Descrição	31/12/2016	Constituição	Reversão	31/12/2017
Diferenças temporárias:	31.919.610	21.286.328	(20.318.520)	32.887.418
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	21.501.351	13.530.705	(12.610.299)	22.421.757
Passivos atuariais	3.441.610	269.459	(395.708)	3.315.361
Provisões trabalhistas	1.849.152	140.068	(222.131)	1.767.089
Provisões cíveis	1.368.649	2.544.838	(2.635.569)	1.277.918
Provisões fiscais	49.632	88.452	(51.340)	86.744
Ajuste a valor de mercado de tít. p/ negociação	558.248	162.052	(5.228)	715.072
Provisão para desvalorização - bens não de uso	53.477	115.560	(77.519)	91.518
Provisão para Perdas - FCVS a receber	1.014.857	228.029	(125.962)	1.116.924
Outros	2.082.634	4.207.165	(4.194.764)	2.095.035
Prejuízo fiscal e base negativa de CSLL:	1.382.756	-	(94.086)	1.288.670
Prejuízo fiscal a realizar	1.382.756	-	(94.086)	1.288.670
Total dos créditos com impacto no resultado	33.302.366	21.286.328	(20.412.606)	34.176.088
Ajuste a valor de mercado - títulos disp. p/ venda	684.298	49.265	-	733.563
Perdas atuariais CPC 33	4.460.142	587.750	-	5.047.892
Total dos créditos com impacto no PL	5.144.440	637.015	-	5.781.455
Total dos créditos tributários	38.446.806	21.923.343	(20.412.606)	39.957.543
Total dos créditos não constituídos	1.992.142	-	(732.743)	1.259.399

Composição dos Créditos Tributários - PASEP/COFINS				
Descrição	31/12/2016	Constituição	Reversão	31/12/2017
Total dos créditos com impacto no resultado	59.933	17.562	-	77.495
Ajuste a mercado	59.933	17.562	-	77.495
Despesas de Captação não Incorridas - IHCD	-	-	-	-
Total dos créditos com impacto no patrim. líq.	74.159	5.338	-	79.497
Ajuste a valor de mercado – tít. disp. para venda	74.159	5.338	-	79.497
Total	134.092	22.900	-	156.992

(e) Expectativa de realização

A CAIXA realiza semestralmente estudo técnico quanto à expectativa de realização de créditos tributários em 10 anos. Os valores apurados no estudo de 31/12/2017 estão representados a seguir:

VALOR CONTÁBIL			
Ano de Realização	Prejuízo Fiscal / CSLL 18%	Diferença Temporal	TOTAL
2018	1.099.531	10.132.352	11.231.883
2019	189.139	1.906.152	2.095.291
2020	-	6.103.235	6.103.235
2021	-	2.931.867	2.931.867
2022	-	4.169.084	4.169.084
2023	-	3.799.730	3.799.730
2024 a 2028	-	9.783.445	9.783.445
Total	1.288.670	38.825.865	40.114.535
Valor Presente	1.275.267	31.249.512	32.524.779

Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis consolidadas

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Nota 21 – Receitas da intermediação financeira

Descrição	2017		2016	
	2º semestre	Exercício	2º semestre	Exercício
Resultado de operação de crédito	42.824.834	88.516.444	48.365.483	94.191.989
Operações compromissadas	6.286.714	15.468.985	10.297.483	23.370.728
Ativos financeiros mantidos para negociação	5.991.935	13.081.011	7.644.659	17.606.509
Ativos financeiros disponíveis para venda	1.648.049	2.715.564	1.018.760	1.780.558
Ativos financeiros mantidos até o vencimento	1.840.948	4.146.715	2.635.947	6.410.072
Resultado de instrumentos financeiros derivativos	(1.082.928)	(2.757.954)	(1.129.903)	(8.892.854)
Depósitos compulsórios junto ao Banco Central	3.635.781	8.856.850	5.888.969	11.233.580
Créditos vinculados ao SFH	675.708	1.748.227	1.211.223	2.392.920
Resultado de operações de câmbio	90.200	322.406	189.330	-
Outras	523.229	1.302.371	849.875	1.603.718
Total	62.434.470	133.400.619	76.971.826	149.697.220

Nota 22 – Despesas da intermediação financeira

Descrição	2017		2016	
	2º semestre	Exercício	2º semestre	Exercício
Operações com clientes	(19.823.330)	(45.644.354)	(29.721.409)	(58.001.031)
Operações com instituições financeiras	(223)	(53.008)	(46.570)	(128.834)
Operações compromissadas	(6.255.078)	(15.414.599)	(11.970.458)	(27.309.471)
TVM no exterior	(1.229.277)	(1.929.584)	(708.249)	2.105.640
Empréstimos, cessões e repasses	(8.439.183)	(17.129.804)	(9.755.882)	(16.179.377)
Resultado de operações de câmbio	-	-	-	(1.225.286)
Depósitos especiais de fundos e programas	(632.913)	(1.584.505)	(1.017.080)	(1.912.890)
Provisões para créditos de liquidação duvidosa	(9.009.603)	(19.256.576)	(10.042.009)	(20.109.367)
Operações de venda ou de transferência de ativos financeiros	(530.952)	(1.178.874)	(571.624)	(2.835.434)
Total	(45.920.559)	(102.191.304)	(63.833.281)	(125.596.050)

Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis consolidadas

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Nota 23 – Receitas de prestação de serviços e rendas de tarifas bancárias

a) Receitas de prestação de serviços

Descrição	2017		2016	
	2º semestre	Exercício	2º semestre	Exercício
Administração de fundos sociais	3.757.162	7.382.943	3.633.098	7.028.568
Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS)	2.418.583	4.935.342	2.467.467	4.852.492
Fundo de Compensação de Variações Salariais (FCVS)	91.701	162.730	72.823	144.801
Programa de Integração Social (PIS)	156.297	227.759	104.664	170.131
Loterias Federais	741.187	1.347.248	667.767	1.241.334
Financiamento Estudantil - (FIES)	289.916	586.173	258.151	500.635
Fundo de Arrendamento Residencial (FAR)	37.131	75.488	38.514	69.739
Seguro-desemprego	21.474	46.740	22.828	46.650
Outros	873	1.463	884	2.786
Repasse da Secretaria do Tesouro Nacional (STN)	63.401	135.384	51.950	79.696
Rendas de cartões	714.553	1.416.732	675.761	1.464.580
Operações de crédito e garantias prestadas	1.028.156	2.124.043	1.048.039	1.992.315
Cobranças	491.883	993.616	496.266	913.814
Arrecadações	1.590.784	3.161.057	1.388.633	2.716.176
Fundos de investimentos e carteiras administradas	925.105	1.826.239	779.073	1.549.958
Conta corrente	249.848	472.129	193.180	403.875
Programas de transferência de renda	224.989	438.597	217.867	422.531
Prestados a ligadas - Fundos de Investimentos	22.568	44.610	20.529	39.779
Prestados a ligadas	363.324	717.876	290.802	495.999
Outros serviços	203.054	398.197	186.807	374.303
Total	9.634.827	19.111.423	8.982.005	17.481.594

b) Rendas de Tarifas Bancárias

Descrição	2017		2016	
	2º semestre	Exercício	2º semestre	Exercício
Rendas de cartões	348.751	687.282	331.355	638.784
Operações de crédito e cadastro	596.987	1.175.636	576.039	1.134.037
Pacote de serviços	1.527.772	2.712.638	1.150.874	2.181.256
Contas de depósito	389.271	739.391	324.950	608.611
Transferência de recursos	180.013	319.876	125.350	242.595
Outras	133.931	294.836	102.480	176.544
Total	3.176.725	5.929.659	2.611.048	4.981.827

Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis consolidadas

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Nota 24 – Despesas com pessoal

Descrição	2017		2016	
	2º semestre	Exercício	2º semestre	Exercício
Salários	(6.229.900)	(12.935.574)	(6.349.103)	(12.228.971)
Indenizações trabalhistas	(1.083.399)	(1.838.965)	(766.556)	(1.388.972)
Benefícios	(1.329.253)	(2.614.328)	(1.322.481)	(2.427.699)
Encargos sociais:	(2.465.527)	(4.921.573)	(2.472.893)	(4.852.138)
FGTS	(467.609)	(934.140)	(478.671)	(927.091)
Previdência social	(1.403.488)	(2.812.265)	(1.440.635)	(2.789.681)
Previdência complementar	(442.756)	(888.864)	(400.704)	(854.971)
Outros encargos	(151.674)	(286.304)	(152.883)	(280.395)
Outros	(70.876)	(133.058)	(76.346)	(150.198)
Total	(11.178.955)	(22.443.498)	(10.987.379)	(21.047.978)

Nota 25 – Outras despesas administrativas

Descrição	2017		2016	
	2º semestre	Exercício	2º semestre	Exercício
Comunicações	(261.991)	(527.528)	(273.744)	(568.914)
Manutenção e conservação de bens	(527.714)	(993.966)	(491.726)	(932.866)
Água e energia	(228.972)	(455.276)	(215.537)	(486.341)
Aluguéis e arrendamento de bens	(751.769)	(1.520.201)	(774.096)	(1.533.196)
Material	(65.072)	(139.931)	(70.691)	(138.881)
Processamento de dados	(781.489)	(1.530.022)	(843.262)	(1.644.276)
Promoções e relações públicas	(227.608)	(387.253)	(189.901)	(366.957)
Propaganda e publicidade	(214.480)	(281.158)	(245.925)	(409.644)
Serviços do sistema financeiro	(273.651)	(544.081)	(281.132)	(553.620)
Serviços de terceiros	(924.979)	(1.856.656)	(931.678)	(1.802.737)
Serviços especializados	(311.472)	(575.220)	(285.370)	(550.713)
Serviços de vigilância e segurança	(462.700)	(902.892)	(444.342)	(850.387)
Amortização (Nota 13 (b))	(423.926)	(852.160)	(421.667)	(838.194)
Depreciação (Nota 12 (b))	(473.461)	(954.241)	(496.284)	(962.738)
Outras administrativas	(211.282)	(398.236)	(369.612)	(560.074)
Total	(6.140.566)	(11.918.821)	(6.334.967)	(12.199.538)

Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis consolidadas

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Nota 26 – Outras receitas operacionais

	2017		2016	
	2º semestre	Exercício	2º semestre	Exercício
Comissões e taxas sobre operações	276.853	566.973	191.240	356.944
Comissões e taxas sobre operações - agente financ. FGTS	2.134.005	3.898.336	1.645.594	3.299.376
Recuperação de despesas	754.668	1.587.201	826.624	1.574.077
Reversão de outras provisões operacionais (1)	2.145.395	2.456.770	620.865	1.133.788
Atualização de depósitos em garantia	379.939	798.179	483.847	961.805
Rendas de créditos específicos	38.058	85.848	54.663	104.846
Receita de deságio na aquisição de royalties	39.167	88.133	43.619	76.647
Atualização monetária sobre operações diversas	18.062	70.090	172.540	295.857
Reversão prov. atuariais - custo de serviços passados (2)	5.260.510	5.260.510	-	-
Outras receitas operacionais	301.628	479.868	367.854	663.701
Total	11.348.285	15.291.908	4.406.846	8.467.041

- (1) Variação da receita em 2017 com relação a 2016 relativo essencialmente a reversão de provisões para causas judiciais e de provisões para processos de apuração de perdas operacionais com o efetivo reconhecimento das respectivas perdas operacionais.
- (2) Reversão de provisões atuariais - custo de serviços passados do Saúde CAIXA, (Nota 32 (g.1)) e (Nota 32 (i.4)).

Nota 27 – Outras despesas operacionais

Descrição	2017		2016	
	2º semestre	Exercício	2º semestre	Exercício
FCVS a receber - provisão/perdas	(397.471)	(640.288)	(404.520)	(670.360)
Obrigações com fundos e programas	(479.649)	(1.040.366)	(499.555)	(1.055.621)
Instrumentos híbrido de capital e dívida – AM (1)	(2.515.266)	(3.284.621)	(79.093)	(515.826)
Despesas com cartão	(491.157)	(922.094)	(565.886)	(1.057.910)
Despesas com loterias	(116.980)	(228.185)	(115.690)	(226.359)
Despesas com lotéricos e parceiros comerciais	(1.339.332)	(2.561.296)	(1.193.152)	(2.232.430)
FGTS - arrecadação/pagamento	(309.019)	(643.668)	(228.118)	(467.559)
Serviços automatizados	(260.319)	(515.546)	(240.287)	(447.376)
Alavancagem de negócios	(406.176)	(807.223)	(491.314)	(831.873)
Operações de financiamentos imobiliários	(243.788)	(512.891)	(234.326)	(472.845)
Ágio na aquisição de carteiras comerciais	(355.172)	(678.499)	(247.957)	(459.460)
Descontos de operações de crédito	(281.497)	(596.756)	(179.191)	(302.050)
Despesas com operações de fomento – AM	(11.015)	(14.322)	(5.394)	(10.996)
Despesas com provisões operacionais	(578.446)	(1.115.277)	(235.907)	(659.211)
Provisão para causas judiciais	(891.219)	(1.366.916)	(456.204)	(1.235.609)
Condenações judiciais	(341.490)	(399.322)	(60.531)	(120.376)
Benefícios sociais	(72.391)	(164.460)	(118.514)	(221.409)
Benefício pós-emprego	(1.276.709)	(2.393.729)	(1.175.930)	(2.266.951)
Ajustes operacionais em operações de crédito	(51.861)	(258.805)	(129.226)	(617.260)
Outras (2)	(939.179)	(1.346.644)	(180.936)	(595.045)
Total	(11.358.136)	(19.490.908)	(6.841.731)	(14.466.526)

- (1) Instrumentos celebrados com a União que possuem remuneração variável vinculada ao resultado auferido pela CAIXA no exercício.
- (2) O volume de despesa em 2017 foi afetado essencialmente pelo reconhecimento de perdas operacionais decorrentes da Reversão de outras provisões operacionais (Nota 26).

Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis consolidadas

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Nota 28 – Resultado não operacional

Descrição	2017		2016	
	2º semestre	Exercício	2º semestre	Exercício
Receitas não operacionais	287.853	526.211	199.192	489.614
Lucro na alienação de valores e bens	63.737	110.199	38.318	83.429
Alienação de bens imóveis	58.112	110.918	34.807	63.486
Sobras de caixa não reclamadas	32.242	65.220	27.414	54.827
Multas e penalidades	16.707	29.431	14.420	30.537
Ganhos de capital com ajuste de valores pendentes	183	783	4.890	5.851
Recuperação de perdas com fraudes	6.799	9.607	4.900	11.720
Reversão de perdas em investimentos permanentes	98.074	179.673	67.246	226.971
Outras rendas não operacionais	11.999	20.380	7.197	12.793
Despesas não operacionais	(677.366)	(1.122.879)	(357.815)	(762.385)
Desvalorização de outros valores e bens	(93.842)	(203.466)	(41.218)	(93.309)
Indenizações por perdas e danos	(153.100)	(281.897)	(142.742)	(286.705)
Perdas em imóveis	(46.466)	(85.004)	(23.062)	(52.897)
Prejuízo com saque eletrônico fraudulento	(32.453)	(77.418)	(43.286)	(102.717)
Prejuízos na alienação de valores e bens	(215.955)	(315.966)	(75.279)	(84.167)
Constituição de perdas em investimentos permanentes	-	(1)	(11.675)	(90.330)
Despesas por fraude em cartões de crédito	(96.775)	(96.774)	-	(4.158)
Outras despesas não operacionais	(38.775)	(62.353)	(20.553)	(48.102)
Total	(389.513)	(596.668)	(158.623)	(272.771)

Nota 29 – Despesas tributárias

	2017		2016	
	2º semestre	Exercício	2º semestre	Exercício
COFINS	(1.272.186)	(2.556.211)	(1.279.581)	(2.520.644)
PIS/PASEP	(207.975)	(417.837)	(208.934)	(415.656)
ISS	(388.295)	(754.261)	(337.884)	(645.538)
IPTU	(6.574)	(77.322)	(8.157)	(73.338)
Outras	(18.907)	(69.921)	(48.520)	(71.307)
Total	(1.893.937)	(3.875.552)	(1.883.076)	(3.726.483)

Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis consolidadas

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Nota 30 – Provisões, ativos e passivos contingentes e obrigações legais – fiscais e previdenciárias**(a) Ativos contingentes**

A CAIXA não possui ativos contingentes cuja entrada de benefícios econômicos seja classificada como provável.

(b) Provisões para causas judiciais e obrigações legais – fiscais e previdenciárias

A CAIXA é parte em processos judiciais e administrativos de natureza tributária, cível e trabalhista, decorrentes do curso normal de seus negócios. Com base em pareceres dos seus advogados e levando em consideração que os procedimentos adotados pela CAIXA guardam conformidade com as previsões legais e regulamentares, a Administração entende que as provisões constituídas são suficientes para contingenciar os riscos de eventuais decisões desfavoráveis nesses processos.

Considerando o elevado número de processos administrativos e judiciais, a CAIXA utiliza a seguinte metodologia para calcular o valor em risco:

a) para ações relevantes, a análise é feita individualmente, na qual se estima o valor provável da condenação (valor provisionado); este cálculo parte da repercussão econômica dos pedidos feitos pelo autor e é ponderado com a situação do processo e a jurisprudência predominante em causas similares; tais ações são classificadas como provável, possível ou remota;

b) para as demais ações (não relevantes), o valor provisionado corresponde ao valor médio histórico de condenação pago em processos similares nos últimos 36 meses e são classificadas como prováveis.

As ações são agrupadas em demandas fiscais, cíveis e trabalhistas considerando a matéria tratada e a relevância econômica do grupo.

Não existem, nas provisões judiciais da CAIXA, expedientes classificados como de perdas possíveis ou prováveis, em que se espera que parte ou todo o desembolso necessário para liquidar a provisão seja reembolsado por outra parte.

(b.1) Movimentação das provisões para causas judiciais e obrigações legais – fiscais e previdenciárias

Descrição	31/12/2016	Movimentação em 2017					31/12/2017
		Novas provisões	Atualização monetária	Adições de provisões existentes	Reversões de provisões existentes	Baixas por pagamento	
Fiscais (Nota 18 (b) e (e))	150.938	98.037	4.649	66.499	(28.297)	(10.401)	281.425
INSS	13.613	8	313	9.894	(6)	(18)	23.804
IPTU	25.370	1.312	943	21.970	(4.936)	(1.067)	43.592
ISSQN	94.213	19.127	2.972	34.381	(14.527)	(8.476)	127.690
Outros	17.742	77.590	421	254	(8.828)	(840)	86.339
Cíveis (Nota 18 (e))	3.298.765	473.566	24.115	254.051	(393.284)	(577.156)	3.080.057
Feitos Diversos	756.596	227.999	5.072	61.706	(126.649)	(301.062)	623.662
Poupança - Planos Econômicos	1.445.236	140.628	877	97.837	(109.462)	(117.560)	1.457.556
Habitacional	225.587	69.612	1.300	93.695	(14.206)	(76.571)	299.417
Contingenciamento do FGTS	871.346	35.327	16.866	813	(142.967)	(81.963)	699.422
Trabalhistas (Nota 18 (e))	4.267.274	1.011.316	17.064	790.375	(897.662)	(904.514)	4.283.853
Total	7.716.977	1.582.919	45.828	1.110.925	(1.319.243)	(1.492.071)	7.645.335

Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis consolidadas

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(b.2) Ações trabalhistas

A CAIXA é parte passiva em ações ajuizadas por empregados, ex-empregados próprios ou de prestadoras de serviços e sindicatos, relacionadas com a atividade laboral, planos de cargos, acordos coletivos, indenizações, benefícios, aposentadorias, subsidiariedade, entre outros.

Em 31/12/2017, constavam 62.674 processos trabalhistas provisionados, sendo 59.452 “não relevantes” e 3.222 “relevantes”.

Visando reduzir o litígio judicial e diminuir os valores despendidos nos processos, a CAIXA continua executando sua política de conciliação judicial e extrajudicial, realiza o cumprimento espontâneo de certas decisões judiciais e faz a análise das perdas incorridas a fim de mitigar novos litígios de causas semelhantes. Em virtude disto, as ações relevantes não são individualmente divulgadas para não inviabilizar a realização de acordos.

(b.3) Ações cíveis

A CAIXA é parte passiva em ações cíveis de natureza indenizatória/contratual relativas a seus produtos, serviços e atendimento. Em 31/12/2017, constavam 325.399 processos cíveis provisionados, sendo aproximadamente 324.352 “não relevantes” e 1.047 “relevantes”.

Destacam-se demandas que contestam o expurgo de indexadores de planos econômicos, como parte da política econômica do governo federal no combate aos índices inflacionários no passado, quando da correção de saldos em depósitos em cadernetas de poupança.

A CAIXA cumpriu a ordem legal vigente à época, entretanto, considerando as ações efetivamente notificadas e a análise da jurisprudência atual do Superior Tribunal de Justiça – STJ, em 31/12/2017, foi provisionado R\$ 1.457.553 para estes processos (31/12/2016 – R\$ 1.445.236).

Cabe ressaltar que o direito a novas postulações encontra-se prescrito, caracterizando a inexistência de passivo potencial representativo. O Supremo Tribunal Federal – STF suspendeu a análise de todos os recursos interpostos até que seja proferida, por essa Corte, decisão vinculativa a todos os casos relacionados que discutam esta matéria.

No final do exercício de 2017 FEBRABAN e CONSIF celebraram acordo com as principais entidades de defesa do consumidor para equacionamento do problema. Este acordo foi homologado pelo STF no dia 01/03/2018 e a CAIXA aderiu a seus termos.

Também são significativos os processos que visam reparação de danos envolvendo o contingenciamento de repasses de recursos do FGTS. O valor provisionado, em 31/12/2017, para estes processos foi de R\$ 699.424 (31/12/2016 – R\$ 871.346).

As ações indenizatórias de perdas e danos se referem a eventuais problemas ocorridos no atendimento bancário, na prestação de serviços ou na aquisição/manutenção de algum produto.

Em 2017, a CAIXA realizou 46.683 acordos processuais (63% referentes a ações indenizatórias e 37% referentes a recuperações de Crédito) reduzindo o montante que seria despendido caso persistisse a condenação judicial e oportunizando ao cliente uma solução rápida para o problema. Além disto, continua executando sua política de conciliação judicial e extrajudicial, realizando o cumprimento espontâneo de decisões judiciais e analisando perdas incorridas a fim de mitigar novos litígios de causas semelhantes.

(b.4) Obrigações legais – fiscais e previdenciárias

A CAIXA, como instituição cumpridora regular das obrigações fiscais e tributárias que repercutem sobre suas atividades, operações e serviços, discute em sede judicial a legitimidade dos parâmetros de cobrança levados a efeito por órgãos fazendários dos diversos entes da Federação, de acordo com a especificidade ínsita a cada caso.

As provisões constituídas sob avaliação de risco provável com base em pareceres dos assessores jurídicos se referem a ações sobre tributos e contribuições. A CAIXA acompanha regularmente o ciclo das ações judiciais em andamento, as quais, a médio e longo prazo, poderão apresentar desdobramentos favoráveis à instituição com a reversão das respectivas provisões.

Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis consolidadas

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Destacam-se, neste tomo, as autuações do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) para o recolhimento de contribuições previdenciárias sobre pagamentos a empregados da CAIXA, em que se discute o caráter indenizatório e não remuneratório de algumas verbas, tais como auxílio alimentação, APIP e licença prêmio, cujos valores, repositados para 31/12/2017, correspondem ao total de R\$ 1.580.215 (31/12/2016 – R\$ 1.546.733), para as quais a provisão constituída com base no histórico de êxito e do cenário jurisprudencial, considerados em recente análise técnica e jurídica acerca da matéria, é de R\$ 23.806 (31/12/2016 – R\$ 13.613).

Em relação ao ISSQN, a CAIXA aplica as diretrizes da Lei Complementar Federal nº 116/2003, em adequação de seus sistemas e procedimentos para apuração da base de cálculo e recolhimento do tributo sobre serviços prestados.

Não obstante, as fiscalizações tributárias de municípios diversos da federação autuaram a instituição sob a alegação de falta de recolhimento ou recolhimento a menor, instaurando discussão a partir de interpretação distinta de aspectos como materialidade, alíquotas aplicáveis e local de incidência do tributo, cujo valor total, em 31/12/2017, corresponde ao montante de R\$ 738.238 (31/12/2016 – R\$ 657.331).

Em face do histórico de êxito e do cenário jurisprudencial, avaliados em análise técnica e jurídica acerca da matéria, na posição de 31/12/2017, o valor da provisão constituída é de R\$ 127.689 (31/12/2016 – R\$ 94.213).

Ainda, como destaque, a CAIXA vem discutindo a materialidade de débitos de CSLL e de IRPJ decorrentes de não homologações de PER/DCOMP, os quais, em 31/12/2017, totalizam R\$ 79.160 (31/12/2016 – R\$ 2.735), em referência a questões procedimentais, no que, com base nos pronunciamentos jurisdicionais sobre cada matéria, a análise dos advogados foi pela constituição da provisão integral do valor.

(c) Provisão para pré-pagamentos do crédito imobiliário com recursos do FGTS

Os financiamentos habitacionais concedidos com recursos do FGTS e contemplados com subsídio para redução da prestação remuneraram o Agente Financeiro com pagamento total ou parcial do subsídio pelo FGTS, conforme definição descrita na Resolução do Conselho Curador do FGTS nº 702/2012 e suas atualizações.

Estes valores são repassados ao Agente Financeiro CAIXA no ato da contratação, a fim de fazer frente a todo período da operação. Alterações no fluxo inicialmente contratado, tais como liquidação antecipada, amortização extraordinária, amortização extraordinária com redução de prazo, transferência ou redução do prazo contratado do financiamento, exige que a CAIXA devolva ao FGTS parte da remuneração recebida, proporcionalmente.

Para fazer frente à essa devolução de recursos ao FGTS é feita a provisão para risco de devolução de receitas em caso de pré-pagamentos. Os valores provisionados são apurados com base na média de antecipações dos fluxos de pagamentos e seus respectivos impactos sobre o saldo de valores de remuneração do Agente Financeiro CAIXA. Em 31/12/2017 o montante provisionado é R\$ 1.745.257.

(d) Passivos contingentes classificados como perdas possíveis

Com base na Resolução CMN nº 3.823/2009, as contingências classificadas como de perdas possíveis são dispensadas de constituição de provisão:

Descrição	31/12/2017	31/12/2016
Demandas fiscais	5.849.212	5.890.434
Demandas cíveis	1.918.840	1.996.985
Total	7.768.052	7.887.419

(d.1) Ações fiscais

A CAIXA mantém acompanhamento de processos fiscais administrativos e judiciais em que figura como polo passivo ou ativo e, sob o amparo dos pareceres de suas unidades jurídicas, classificou como risco de perda possível processos que totalizam o valor de R\$ 5.849.212 em 31/12/2017 (31/12/2016 – R\$ 5.890.434), dentre os quais se destacam as seguintes demandas em razão dos valores em discussão:

Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis consolidadas

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

- a) Autuação de PIS/PASEP, no valor total de R\$ 4.887.110 em 31/12/2017 (31/12/2016 – R\$ 4.771.962), pautada em insuficiência no recolhimento relativo ao período de janeiro de 1991 a dezembro de 1995, ao tempo da vigência dos Decretos-Leis nº 2.445/1988 e nº 2.449/1988, que alteraram a sistemática de cálculo da contribuição, e suposta compensação indevida de recolhimentos efetuados a maior no período de janeiro de 1992 a maio de 1993;
- b) Autuação de PIS/PASEP, no valor total de R\$ 221.528 em 31/12/2017 (31/12/2016 – R\$ 215.203), com base em apuração de diferenças de base de cálculo para recolhimento relativo ao período de janeiro de 1996 a dezembro de 1998, e janeiro a outubro de 1999, decorrente de exclusão ou não inclusão de receitas e cômputo de despesas consideradas indevidas e não dedutíveis sobre a base tributável, respectivamente;
- c) CSLL, no valor de R\$ 173.278 em 31/12/2017 (31/12/2016 – R\$ 165.782), relativa a crédito oriundo de pagamento a maior declarado em DIPJ e compensado no exercício de 2003, havendo discussão quanto a questões procedimentais; e
- d) Autuação de ICMS (Fazenda do Estado de São Paulo), no valor total de R\$ 263.943 em 31/12/2017 (31/12/2016 – R\$ 248.609), sobre a qual se discute a exigência do imposto diante da não retenção e recolhimento na fonte sobre serviços enquadrados pela fiscalização no conceito de “comunicação” para efeitos fiscais e tributários, e ainda, a determinação de sujeição passiva por responsabilidade tributária mediante convênio do Conselho Nacional de Política Fazendária (CONFAZ).

As matérias relacionadas aos processos contingentes em discussão são monitoradas sob a perspectiva de eventual sedimentação ou modificação do cenário jurisprudencial, possibilitando a manutenção como decorrência de avaliação contínua por parte da CAIXA das respectivas classificações de risco.

(d.2) Ações cíveis

A CAIXA, com base na opinião de seus advogados, acompanha sistematicamente todos os processos com classificação de risco possível ou remoto.

No montante de R\$ 1.918.840 (31/12/2016 – R\$ 1.996.985) merece destaque como probabilidade de perda possível, uma ação popular na qual se alega a prática de ilegalidade por parte da CAIXA na gestão de recursos provenientes do PREVHAB, quando da sucessão do BNH. E uma Ação Civil Pública de Planos Econômicos de Poupança movida pela associação PROJUST na qual a CAIXA moveu ação rescisória questionando a legitimidade da associação. As execuções vinculadas a esta ACP encontram-se suspensas por decisão do STJ.

(e) Composição dos depósitos em garantia de recursos

Os saldos dos depósitos em garantia constituídos para as causas judiciais passivas prováveis, possíveis e/ou remotas:

Descrição	31/12/2017	31/12/2016
Demandas fiscais	11.595.707	10.999.076
Demandas cíveis	986.923	975.694
Demandas trabalhistas	4.071.464	3.442.968
Total (Nota 9 (b))	16.654.094	15.417.738

Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis consolidadas

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Nota 31 – Partes relacionadas**(a) Entidade Controladora**

A CAIXA é uma instituição financeira sob a forma de empresa pública, vinculada ao Ministério da Fazenda, cujo capital social foi exclusivamente integralizado pela União. Dessa forma, encontra-se sob controle direto da União.

(b) Partes Relacionadas

Considerando a existência de transações com partes relacionadas no período coberto pelas demonstrações contábeis, abaixo é apresentada a natureza do relacionamento da CAIXA com essas entidades:

Entidade	Relacionamento
União (1)	Controladora Direta
CAIXA Participações S.A. – CAIXAPAR (2)	Controlada Direta
CAIXA Seguridade (2)	
CAIXA Instantânea (2)	
Banco PAN S.A.	Controladas em Conjunto Indiretas (Joint Venture)
Capgemini S.A.	
ELO Serviços S.A.	
Tecnologia Bancária S.A. - TECBAN	
CAIXA Seguros Holding S.A. (3)	Coligada Indireta
Cia Brasileira de Securitização - CIBRASEC	
Petrobras (4)	Entidades controladas pela União
Elatrobras (4)	
Banco do Brasil (4)	
Banco Nacional de Desenvolvimento – BNDES (4)	
Fundação dos Economiários Federais – FUNCEF	Plano de Benefícios Pós-Emprego

- (1) Refere-se, essencialmente às operações com a União, representada por seus respectivos Ministérios e Secretaria do Tesouro Nacional.
- (2) As transações realizadas com estas entidades são eliminadas quando da elaboração das demonstrações contábeis consolidadas da CAIXA, visto que são integrantes do consolidado.
- (3) Entidade constituída com o objetivo de controlar as empresas do Grupo CAIXA Seguros que apresenta a seguinte composição: CAIXA Seguros Participações Societárias Ltda., CAIXA Seguradora S.A., CAIXA Vida e Previdência S.A., CAIXA Capitalização S.A., CAIXA Administradora de Consórcios S.A., CAIXA Seguros Especializada em Saúde S.A., CAIXA Seguros Assessoria e Consultoria Ltda., CAIXA Seguros Participações do Sul Ltda. e Companhia de Seguros Previdência do Sul S.A.
- (4) Entidades que são controladas, ou sofrem influência significativas de forma direta ou indireta da União, onde seus saldos estão evidenciados no item “Outras entidades”.

Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis consolidadas

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(c) Transações com partes relacionadas

As transações com partes relacionadas são realizadas no curso das atividades operacionais da CAIXA e de suas atribuições estabelecidas em regulamentação específica.

O Código de Conduta dos Empregados e Dirigentes da CAIXA veda aos seus empregados e dirigentes estabelecer relações comerciais ou profissionais, diretamente ou por terceiros, com seus controladores e empresas do mesmo grupo econômico.

A CAIXA mantém transações diversas com a CAIXA Seguros Holding, incluindo suas investidas, mencionadas no rodapé do quadro (b) – Partes Relacionadas. Destaca-se a disponibilização de sua rede de atendimento para comercialização, por partes das referidas investidas, de seguros, títulos de capitalização, planos de previdência e consórcios. Além disso, em contrapartida, a CAIXA presta serviços bancários diversos para essas partes relacionadas, tais como manutenção de contas de depósito, aplicações financeiras e convênios de arrecadação e pagamento.

Em 28/09/2017, foi comunicado ao mercado a assinatura de um acordo de “Memorando de Entendimento”, não vinculante entre a controlada CAIXA Seguridade Participações S.A. e a CNP Assurances S.A, com propósito de formar uma nova sociedade com vigência a partir de 01/01/2018, tendo como objeto a exploração conjunta dos ramos de seguros de vida, prestamista e previdência privada, com exclusividade, na rede de distribuição da Caixa Econômica Federal.

Com relação às transações realizadas com o Banco PAN, destaca-se, dentre outras, a manutenção de acordo operacional que estabelece um limite reutilizável para aquisição de carteiras de crédito e para aplicações em depósitos interfinanceiros.

A CAIXA mantém com a Capgemini contratos de prestação de serviços em tecnologia da informação, voltados para o desenvolvimento de soluções corporativas para uso próprio. Com a TECBAN, a CAIXA mantém contratos de prestação de serviços voltados para a utilização de caixas eletrônicos. Em 31/12/2017, o montante dos numerários da CAIXA em poder da TECBAN era de R\$ 2.414.846 (31/12/2016 – R\$ 2.237.473). A ELO presta à CAIXA serviços relacionados a soluções e meios de pagamento. A CAIXA mantém contratos de prestação de serviços bancários e de locação de imóveis de propriedade da FUNCEF.

No curso de suas operações, a CAIXA gera valores a receber de seu Controlador, que, em 31/12/2017, totalizavam R\$ 2.818.279 (31/12/2016 – R\$ 3.353.977).

Do montante apresentado em 31/12/2017, R\$ 1.601.346 está constituído por saldos relativos a operações antigas, para os quais a Administração da CAIXA está em tratativas com a União com a finalidade de quitação dos valores envolvidos.

Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis consolidadas

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

O quadro a seguir apresenta os saldos patrimoniais decorrentes de transações com partes relacionadas, considerando a natureza do relacionamento com essas entidades.

Descrição	31/12/2017			31/12/2016		
	Controladora	Controladas em conjunto	Outras entidades(3)	Controladora	Controladas em conjunto	Outras entidades (3)
ATIVO:	2.818.279	30.229.427	7.605.403	3.353.977	32.566.753	7.507.886
Aplicações interfinanceiras de liquidez	-	8.913.230	55.401	-	11.229.180	-
Títulos e Valores Mobiliários	-	-	7.457.539	-	-	7.438.872
Rendas a receber	1.125.017	1.392	27.966	1.017.098	18.565	-
Operações de crédito - Setor Público (1)	71.439	-	-	184.413	-	-
Operações de crédito - Setor Privado	-	17.382.296	-	-	18.746.764	-
Outros créditos (2)	1.621.823	3.339.036	-	2.152.466	2.506.533	-
Outros valores e bens	-	593.473	64.497	-	65.711	69.014
PASSIVO:	13.234.600	1.638.672	40.676.864	9.085.025	1.409.960	43.886.748
Depósitos	585.458	13.609	65.571	347.121	24.699	703
Captações no mercado aberto	-	-	-	-	-	-
Repasses do país - instituições oficiais	2.781.769	-	30.814.153	3.186.949	-	31.349.361
Obrigações por fundos e programas sociais	3.045.131	-	-	3.694.266	-	-
Obrigações por fundos financeiros e de desenvolvimento	6.745.762	-	-	1.783.353	-	-
Obrigações diversas	76.480	1.625.063	9.797.140	73.336	1.385.261	12.536.684

(1) Valor do grupo Controladora alterado em decorrência de atualização de sua composição. O valor divulgado em 31/12/2016 foi R\$ 13.980.

(2) Valor do grupo Controladora alterado em decorrência de atualização de sua composição. O Valor divulgado em 31/12/2017 foi R\$ 945.424.

(3) O grupo "Outras entidades" é composto pelo Banco do Brasil, BNDES, CAIXA Seguros Holding, CIBRASEC, Eletrobrás, FUNCEF e pela Petrobras.

Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis consolidadas

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

O quadro a seguir apresenta os saldos que compõem o resultado decorrentes de transações com partes relacionadas, demonstrados considerando a natureza do relacionamento com essas entidades.

Descrição	2º semestre - 2017			Exercício - 2017			2º semestre - 2016			Exercício - 2016		
	Controladora	Controladas em conjunto	Outras entidades	Controladora	Controladas em conjunto	Outras entidades	Controladora	Controladas em conjunto	Outras entidades	Controladora	Controladas em conjunto	Outras entidades
RECEITAS:	382.903	800.665	539.947	778.392	1.763.933	1.060.850	381.786	1.280.952	219.323	742.873	2.387.653	372.154
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários	-	436.067	-	-	1.095.629	-	-	786.256	-	-	1.507.318	-
Rendas de prestação de serviços	63.677	-	362.867	135.943	-	716.937	52.239	290.314	-	80.307	494.992	-
Outras receitas operacionais	319.226	364.598	177.080	642.449	668.304	343.913	329.547	204.382	219.323	662.566	385.343	372.154
DESPESAS:	(6.485)	(969.594)	(2.106.686)	(15.286)	(1.931.651)	(4.317.501)	(8.001)	(720.627)	(1.952.580)	(13.474)	(1.488.914)	(3.662.867)
Operações de captação no mercado	-	(294)	-	-	(498)	-	-	369	-	-	(823)	-
Pessoal	-	-	(442.756)	-	-	(888.864)	-	-	(400.704)	-	-	(854.971)
Administrativas	-	-	(37.973)	-	-	(73.677)	-	-	(34.260)	-	-	(67.738)
Operações de venda ou de transferência de ativos financeiros	-	-	(340.955)	-	-	(769.468)	-	-	(141.523)	-	-	(221.939)
Outras despesas operacionais (1) (2)	(6.485)	(969.300)	(1.285.002)	(15.286)	(1.931.153)	(2.585.492)	(8.001)	(720.996)	(1.376.093)	(13.474)	(1.488.091)	(2.518.219)

- (1) Nas "Controladas em conjunto" é composto essencialmente pelas despesas com taxa de performance relativas à aquisição de carteiras de crédito junto ao Banco PAN e pelas despesas de transações de clientes com terminais de auto atendimento da TECBAN.
- (2) Nas "Outras entidades" é composto pelas despesas com remuneração de operações de repasses relativas ao Fundo da Marinha Mercante, BNDES, FAR, FAT e pelas despesas de compartilhamento de rede com o Banco do Brasil.

Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis consolidadas

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(d) Remuneração do pessoal-chave da administração

Os custos com remunerações e outros benefícios atribuídos ao pessoal-chave da administração (Conselho de Administração, Conselho Fiscal, Conselho Diretor e Comitê de Auditoria) são apresentados como segue:

Descrição	2017		2016	
	2º semestre	Exercício	2º semestre	Exercício
Benefícios de curto prazo	19.652	36.353	17.075	40.133
Proventos	14.908	26.925	12.636	29.666
Encargos Sociais	4.744	9.428	4.439	10.467

Descrição	31/12/2017 (valores em R\$)		31/12/2016 (valores em R\$)	
	Administrador	Empregado	Administrador	Empregado
Maior salário	56.196	45.163	56.196	42.903
Salário médio	45.346	9.207	45.346	8.925
Menor salário	41.867	2.697	41.867	2.624
Benefícios	10.745	2.217	5.835	2.983

A CAIXA não possui remuneração variável baseada em ações e outros benefícios de longo prazo e não oferece benefícios pós-emprego aos seus administradores. Os benefícios pós-emprego estão restritos aos funcionários do quadro da CAIXA.

Nota 32 – Benefícios a empregados**(a) Composição da provisão para benefícios a empregados**

As provisões para benefícios a empregados contemplam as expectativas de despesas no curto prazo e no período pós-emprego. As provisões de curto prazo são direcionadas a liquidação de despesas de natureza salarial e de participação dos empregados nos lucros. Quanto às provisões para benefícios pós-emprego, referem-se às expectativas (cálculos atuariais) de despesas com os planos de aposentadoria, pensão, assistência à saúde e Auxílio e cesta-alimentação sob responsabilidade da CAIXA.

A tabela abaixo apresenta a composição dessas provisões:

Descrição	31/12/2017	31/12/2016
Benefícios de curto prazo	3.358.812	3.025.456
Natureza salarial	2.491.076	2.641.734
Participação dos empregados no lucro	867.736	383.722
Benefícios pós-emprego (Nota 18 (e))	22.274.820	22.816.082
Saúde CAIXA (cálculo atuarial (g.1))	10.122.889	13.541.692
Auxílio e cesta-alimentação (cálculo atuarial (g.2))	1.422.383	1.331.503
Planos de benefícios – Previdência privada (cálculo atuarial (g.4))	10.729.548	7.942.887
Total	25.633.632	25.841.538

(b) Benefícios de curto prazo:

As provisões relacionadas com benefícios de curto prazo são compostas predominantemente por salários a pagar, 13º salário, férias, licença prêmio, abono assiduidade e participação dos empregados nos lucros, vencíveis no curso de até doze meses após o período a que se referem as demonstrações contábeis.

Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis consolidadas

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(c) Benefícios pós-emprego:

A CAIXA é patrocinadora de planos de aposentadoria, pensão, saúde complementar e auxílio/cesta alimentação. Esses benefícios são disponibilizados a seus empregados, dirigentes, aposentados e pensionistas em decorrência das relações de trabalho ou da sucessão, em direitos e obrigações, de outras entidades (situação do extinto Banco Nacional de Habitação – BNH).

(d) Gestão dos planos, estrutura organizacional e governança corporativa

Em relação aos planos de aposentadoria e pensão patrocinados pela CAIXA, sua administração é realizada pela Fundação dos Economistas Federais – FUNCEF, entidade fechada de previdência complementar, sem fins lucrativos e com autonomia administrativa e financeira, criada com base na Lei nº 6.435/1977 (revogada pela Lei Complementar nº 109/2001).

A fundação é regida pela legislação específica do setor (<http://www.previdencia.gov.br/a-previdencia/previc/legislacao-da-previdencia-complementar/>), por seu Estatuto, pelos regulamentos dos Planos de Benefícios e por atos de gestão, a exemplo do Código de Conduta Corporativa e do Código de Melhores Práticas de Governança Corporativa (www.funcef.com.br).

A FUNCEF apresenta na sua estrutura organizacional Conselho Deliberativo, Diretoria Executiva e Conselho Fiscal, em conformidade com a Lei Complementar nº 108/2001, sendo os dois primeiros órgãos de administração e o último de controle interno.

O Conselho Deliberativo é o órgão máximo da estrutura organizacional da FUNCEF. Tem como função principal deliberar sobre o Plano de Custeio da Fundação, sobre as alterações no Estatuto nos planos de benefícios. Também avalia os balancetes trimestrais, o balanço anual e a prestação de contas da empresa, analisando e aprovando seus conteúdos e pareceres. Formado por seis membros - três indicados pela Patrocinadora e três pelos participantes.

O Conselho Fiscal é responsável pelo exame de contas, livros e registros. Emite pareceres sobre balanços, contas, atos econômico-financeiros e demonstrativos. Examina o cumprimento, por parte da administração, de seus deveres legais e estatutários. É composto por quatro membros.

A Diretoria Executiva tem como missão executar os atos provenientes do Conselho Deliberativo e de seu Regimento Interno; autorizar serviços e decidir sobre bens; aprovar balancetes, prestar contas; decidir planos e critérios necessários à administração; deliberar acordos que envolvam responsabilidade econômico-financeira e aprovar convênios destinados aos associados.

Os três órgãos possuem regimento interno e têm suas obrigações, competências, composição e critérios relacionados aos mandatos definidos no Estatuto da FUNCEF.

No Estatuto também estão previstos Comitês de Assessoramento Técnico, vinculados ao Conselho Deliberativo, e com seus regimentos internos aprovados por este órgão. Com o objetivo de subsidiar os trabalhos dos três órgãos estatutários, os Comitês de Investimentos, de Benefícios, de Ética e de Qualidade das Informações Contábeis e de Auditoria são compostos por integrantes indicados pelo Conselho Deliberativo, pela Patrocinadora CAIXA e pela Diretoria Executiva.

Quanto aos planos de saúde complementar, auxílio/cesta alimentação e Assistidos PREVHAB, são diretamente administrados pela CAIXA.

(e) Riscos atuariais

Entre os demais riscos relevantes aos quais a CAIXA está exposta, há o risco atuarial, proveniente da condição de patrocinadora de Planos de Previdência geridos pela Fundação dos Economistas Federais – FUNCEF (REG/REPLAN, REB e Novo Plano), de Plano de Saúde (Saúde Caixa) e de auxílio alimentação, além do EX-PREVHAB administrado pela CAIXA.

O conceito de risco atuarial pode ser caracterizado pela impossibilidade de acumular e/ou manter recursos compatíveis com os compromissos assumidos com os participantes de um Fundo de Pensão, com os beneficiários de planos de saúde e de outros benefícios.

O risco atuarial surge, especialmente, da inadequação de hipóteses e premissas atuariais estabelecidas, que podem trazer volatilidade aos Planos de Benefícios.

Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis consolidadas

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A CAIXA considera o risco atuarial como um risco de pilar 2 relevante e, por esse motivo, revisou a metodologia do modelo de risco atuarial, dimensionando adequadamente a abrangência das premissas adotadas, a volatilidade dos ativos e a variação do passivo atuarial. O modelo foi validado pelas instâncias internas e encontra-se implementado.

(f) Estratégia de confrontação de ativos/passivos

Somente os Planos de Previdência geridos pela FUNCEF (REG/REPLAN, REB e Novo Plano), possuem ativos financeiros para cobertura dos riscos atuariais.

Conforme estabelece a Resolução CMN nº 3.792/2009, para a determinação da meta de alocação dos recursos garantidores dos planos de benefícios por segmento de investimento, a FUNCEF utiliza modelo próprio de gestão integrada de ativos e passivos, do inglês *Asset Liability Management (ALM)*, que utiliza cenários estocásticos para evolução de ativos e passivos, considerando desde cenários pessimistas até cenários otimistas construídos a partir dos cenários aprovados pela Diretoria Executiva com amplo debate em comitês de assessoramento técnico e de investimentos – que conta com representantes de entidades representativas dos participantes, patrocinadora e FUNCEF. Esse modelo busca minimizar o risco dos planos de benefícios com rentabilidade esperada para cinco anos superando a meta atuarial acumulada mais de 1% a.a., considerando as características individuais dos planos, tais como pagamentos de benefícios, recebimentos de contribuições, capital comprometido, fluxo de recebimento de ativos e liquidez necessária.

Com relação a gestão do passivo atuarial, e o gerenciamento de risco a ele associado para fins de projeções futuras destinadas ao ALM, é utilizada metodologia estocástica, em que são geradas diversas simulações do passivo atuarial com variações simultâneas em todas as premissas previamente estabelecidas, utilizando-se o sistema SAS. Os fluxos estocásticos consideram variações sobre as principais hipóteses atuariais, quais sejam:

- Variáveis econômicas de taxa real de juros e de crescimento real dos salários de participação;
- Variáveis biométricas e demográficas de sobrevivência ou morte do participante válido (ativo ou assistido), sobrevivência ou morte do participante inválido, sobrevivência ou morte do cônjuge, permanência do participante como válido ou entrada deste em invalidez, e rotatividade do participante.

(g) Planos de benefícios - detalhamento

(g.1) Plano de Saúde – Saúde CAIXA e PAMS

O Saúde CAIXA é o programa de assistência à saúde instituído pela CAIXA, sob a modalidade de autogestão. Tem por finalidade o atendimento médico, hospitalar, laboratorial, radiológico, odontológico, psicológico, fisioterápico, terapêutico ocupacional, serviço social, fonoaudiológico e nutricional aos titulares e seus respectivos dependentes. São titulares deste plano, os empregados da CAIXA e os aposentados vinculados a FUNCEF, PREVHAB, SASSE, Fundo PMPP ou INSS.

O novo estatuto da CAIXA, aprovado por meio da Assembleia Geral Extraordinária realizada em 14/12/2017, definiu um teto de 6,5% da folha de pagamento como limite máximo de dispêndio total da CAIXA com a oferta de benefício de assistência à saúde. Em função do limitador dos desembolsos por parte da empresa no custeio do Saúde CAIXA, os estudos técnicos elaborados pela empresa Deloitte Touche Tohmatsu indicaram redução no Valor Presente das Obrigações (VPO), uma vez que a provisão constituída, à luz do pronunciamento CPC 33 (R1), levava em consideração a premissa de que ao percentual de 70% das despesas assistenciais, todos os desembolsos futuros seriam arcados sem limite pela CAIXA.

Considerando a alteração das regras do plano com implementação do limite anual de responsabilidade da CAIXA, de 6,5% da folha de pagamento, observou-se uma redução na necessidade de constituição do passivo pós-emprego do Saúde CAIXA e os respectivos impactos na demonstração do resultado podem ser observados na Nota Explicativa 34 – Outras Informações, item (c).

O PAMS é um benefício concedido pela CAIXA aos titulares e respectivos dependentes que se encontram sob liminar judicial pendentes de julgamento e ações judiciais. Foi instituído pela CAIXA e é por ela administrado, sob a modalidade de autogestão, oferecendo cobertura médica, hospitalar, odontológica e psicológica, com atendimento por uma rede de credenciados, em âmbito nacional, obedecidas às normas e a Tabela do PAMS.

O montante da provisão atuarial obtido pelo cálculo a valor presente de todos os fluxos de despesas assistenciais relativos aos atuais e futuros aposentados e pensionistas é de R\$ 10.122.889 (31/12/2016 – R\$ 13.541.692).

Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis consolidadas

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(g.2) Auxílio e cesta-alimentação

A CAIXA oferece aos empregados e dirigentes o Auxílio e cesta-alimentação na forma da legislação vigente e do Acordo Coletivo de Trabalho. Os resultados atuariais apresentados, relativos ao Auxílio e cesta-alimentação, referem-se somente aos benefícios concedidos aos participantes assistidos que possuem direito na data da avaliação.

O Auxílio e cesta-alimentação são benefícios pagos exclusivamente aos aposentados e pensionistas mediante determinação judicial, acordo judicial ou extrajudicial. Em 2017 foram concedidos 697 novos benefícios (Em 2016 foram 600).

Os valores mensais do Auxílio e cesta-alimentação são definidos em setembro de cada ano. Para o período de setembro de 2017 a agosto de 2018 o valor do auxílio-alimentação/refeição é de R\$ 737,00 para aquisição de refeições prontas em restaurantes e similares. O Auxílio e cesta-alimentação para o período de setembro de 2017 a agosto de 2018 é de R\$ 580,83 para a aquisição de gêneros alimentícios em supermercados ou em estabelecimento comercial do mesmo gênero. Têm caráter indenizatório, e não são considerados como verba salarial. Portanto, não incidem encargos nem para a parte empregadora nem para a parte empregada.

O montante da provisão atuarial obtido pelo cálculo a valor presente de todos os fluxos de despesas relativos aos atuais e futuros aposentados e pensionistas com Auxílio e cesta-alimentação é de R\$ 1.422.383 (31/12/2016 – R\$ 1.331.503).

(g.3) Plano de benefícios - Assistidos PREVHAB

Por força do Decreto nº 2.291/1986, o Banco Nacional de Habitação –BNH foi extinto e a CAIXA passou a sucedê-lo em todos os direitos e obrigações, inclusive aquelas decorrentes da relação de trabalho dos empregados do referido Banco.

Dentre as obrigações herdadas pela CAIXA em relação aos empregados do BNH, estava a manutenção da Associação de Previdência dos Empregados do BNH – PREVHAB, Fundo de Pensão responsável por complementar os benefícios previdenciários dos empregados do BNH.

Visando a absorção da PREVHAB pela Fundação dos Economiários Federais – FUNCEF ou a transferência dos beneficiários daquela para esta, observadas as normas de direito privado aplicáveis às respectivas situações, foram estudadas e realizadas pela CAIXA/FUNCEF estratégias previdenciais, entretanto, por não concordarem com a proposta da CAIXA ou não reunirem as condições estabelecidas, 65 assistidos permanecem recebendo os proventos da CAIXA.

Dada a característica do Plano, o Ativo Líquido será integralizado pela Patrocinadora no mesmo montante da obrigação.

(g.4) Planos de previdência – Previdência complementar

A CAIXA adotou o conceito de Compartilhamento de Riscos (*Risk Sharing*) para todos os planos, considerando que o Passivo Atuarial deverá ser custeado 50% pela Patrocinadora e 50% pelos Participantes. Ressaltamos que a adoção do compartilhamento de risco é de responsabilidade da CAIXA, tendo esta efetuado todas as análises necessárias para a sua conceituação técnica.

Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis consolidadas

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A seguir apresentamos os benefícios assegurados aos participantes e assistidos de cada plano:

Benefícios assegurados	REG/REPLAN		REB	Novo Plano
	Saldado	Não saldado		
Suplementação de aposentadoria por tempo de serviço	-	Sim	-	-
Suplementação de aposentadoria por invalidez	-	Sim	-	-
Suplementação de aposentadoria por idade	-	Sim	-	-
Suplementação de aposentadoria especial	-	Sim	-	-
Suplementação de pensão por morte	-	Sim	-	-
Suplementação de abono anual	-	Sim	-	-
Auxílio funeral	-	Sim	-	-
Institutos de autopatrocínio, benefício proporcional diferido, portabilidade e resgates	-	Sim	Sim	Sim
Benefício programado pleno	Sim	-	-	Sim
Benefício programado antecipado	Sim	-	-	Sim
Benefício por invalidez	Sim	-	-	Sim
Abono anual	Sim	-	Sim	Sim
Benefício único antecipado	Sim	-	-	Sim
Pensão por morte	Sim	-	Sim	Sim
Pecúlio por morte	Sim	-	Sim	Sim
Renda vitalícia por tempo de contribuição	-	-	Sim	-
Renda vitalícia por aposentadoria por invalidez do participante licenciado	-	-	Sim	-
Renda vitalícia por aposentadoria por invalidez	-	-	Sim	-

- **REG/REPLAN**

A CAIXA patrocina o Plano de Benefícios REG/REPLAN, administrado pela FUNCEF, estruturado na modalidade Benefício Definido. Este plano foi aprovado por órgão competente em 17 de maio de 1977, tendo seu início operacional em 01 de agosto de 1977. O plano agrega os regulamentos instituídos em 1977 (REG) e 1979 (REPLAN), considerados como um só plano.

O referido plano teve saldamento de benefícios definido por meio de alterações em seu regulamento, sendo esta alteração regulamentar ocorrida em 14 de junho de 2006. Tal procedimento implica que o valor do Benefício Saldado, calculado e reajustado com base no Índice do Plano, com a desvinculação do Salário de Participação e da concessão e manutenção por Órgão Oficial da Previdência, implicando no cancelamento da Contribuição Normal para este Plano e na adesão no caso do Ativo, a outro Plano de Benefícios oferecido pela Patrocinadora.

A exemplo do ocorrido na modificação dos planos anteriores, inclui institutos fixados pela Lei Complementar nº 109/2001, tais como: a garantia de condições de resgate e portabilidade do saldo da conta individual de participante.

Em relação ao plano de custeio do REG/REPLAN, definido como o cálculo elaborado pelo atuário responsável pelo plano que define o nível de contribuição necessário à constituição das reservas garantidoras de benefícios, fundos, provisões e à cobertura das demais despesas do plano de benefícios, visando seu equilíbrio atuarial, este definirá os percentuais de contribuição a serem praticados no Plano e será segregado entre optantes e não optantes pelo saldamento, com revisão de periodicidade mínima anual, conforme regulamento do plano (disponível em: www.funcef.com.br/).

Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis consolidadas

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Devido ao Plano de Previdência REG/REPLAN saldado, patrocinado pela CAIXA, ter registrado em 2014 seu terceiro ano consecutivo de déficit técnico acumulado, foi aprovado pela Administração o plano para equacionamento, que segue a regra aprovada pelo Conselho Nacional de Previdência Complementar (CNPC) em 25 de novembro de 2015 e efetivada pela Resolução MPS/CNPC nº 22/2015 publicada no Diário Oficial de 3 de dezembro de 2015.

A CAIXA, conforme regulamento do próprio plano e Leis Complementares nº 108/2001 e nº 109/2001, arca paritariamente com os participantes do referido plano o déficit acumulado objeto do plano de equacionamento.

O montante a ser aportado pela CAIXA, atualizado para a data base de 31/12/2017, totaliza R\$ 9.592.356, sendo R\$ 1.172.898 referente ao déficit do exercício de 2014, cujo prazo de amortização estabelecido é de 17,4 anos ou 208 meses; R\$ 3.562.488 referente ao déficit do exercício de 2015, cujo prazo de amortização estabelecido é de 17,6 anos ou 211 meses; e R\$ 4.856.970 referente ao déficit do exercício de 2016 que ainda não foi equacionado. Os pagamentos da CAIXA à FUNCEF relativos aos respectivos planos de equacionamento, em 2017, montam R\$ 245.331 (31/12/2016 – R\$ 72.470).

Em relação aos planos REG/REPLAN, em função das disposições do Pronunciamento Técnico CPC 33 (R1), a CAIXA mantém provisionado em 31/12/2017 o montante de R\$ 10.351.681 (31/12/2016 – R\$ 7.654.277), para fazer face ao déficit atuarial levantado para o referido plano.

Dessa forma, em detrimento do fato de haver perspectiva de elevação de despesas correntes (contribuições extraordinárias a FUNCEF), o montante de provisão atuarial previamente constituído pela CAIXA, nos termos do Pronunciamento Técnico CPC 33 (R1), é suficiente para suportar a necessidade de desembolsos futuros relacionados ao plano de equacionamento do déficit técnico levantado pela FUNCEF.

- **REB**

A CAIXA patrocina o Plano de Benefícios REB, administrado pela FUNCEF. O Plano de Benefícios REB foi aprovado por órgão competente em 05 de agosto de 1998, tendo seu início operacional nessa mesma data.

O REB é estruturado na modalidade de Contribuição Variável, sendo a contribuição normal do participante calculada mediante a aplicação de percentual incidente sobre o Salário de Participação, definido no ato de sua inscrição, não podendo ser inferior a 2% (dois por cento).

Diante de sua criação, foram interrompidas novas adesões ao REG/REPLAN e este foi oferecido aos empregados da CAIXA admitidos a partir de 1998. Em 04 de fevereiro de 2002, seu regulamento foi alterado para permitir a migração de participantes do REG/REPLAN para o REB, processo contestado por associados. Essa experiência influenciou o processo de elaboração da proposta do REG/REPLAN Saldado e da criação do Plano de Benefícios Novo Plano.

Conforme Ofício nº 160/2008/GENEP, o Plano de Benefícios REB que estava segregado virtualmente em REB 1998 e REB 2002, foi unificado.

Em relação ao plano de custeio do plano REB, definido como o cálculo que determina o nível das contribuições do patrocinador, dos participantes e dos assistidos, de forma a fixar o custo do plano de benefícios, este será estabelecido com periodicidade mínima anual, de forma a fixar adequadamente o nível das contribuições sociais devidas e dos custos administrativos, constando obrigatoriamente do resultado da avaliação atuarial do plano, conforme definido no regulamento do plano (disponível em: www.funcef.com.br/).

- **Novo Plano**

A CAIXA patrocina o Plano de Benefícios Novo Plano, administrado pela FUNCEF. Aprovado por órgão competente em 16 de junho de 2006, teve seu início operacional em 01 de setembro de 2006.

O Novo Plano é estruturado na modalidade de Contribuição Variável, com contribuição definida na fase de formação de reservas e benefício definido na etapa de recebimento de benefícios, bem como nos casos de benefícios de risco, como invalidez e pensão por morte. Inclui institutos fixados pela Lei Complementar nº 109/2001 – tais como a garantia de condições de resgate e portabilidade do saldo da conta individual de participante. Adota também nova base de contribuição, aumentando a parcela destinada pela CAIXA ao saldo de conta do associado. A contribuição normal do participante, calculada mediante a aplicação de percentual incidente sobre o Salário de Participação, definido no ato de sua inscrição, não podendo ser inferior a 5% (cinco por cento).

O custeio das despesas administrativas será de responsabilidade paritária entre Patrocinador, Participantes e Assistidos, devendo ser aprovado pela Diretoria Executiva e Conselho Deliberativo da FUNCEF, observados os limites e critérios estabelecidos pelo órgão regulador.

Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis consolidadas

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

O plano de custeio do Novo Plano estabelecerá o nível de contribuição necessário à constituição das reservas garantidoras de benefícios, institutos, fundos, provisões e à cobertura das demais despesas, sendo aprovado pela Diretoria Executiva, submetido à deliberação do Conselho Deliberativo da FUNCEF e aprovação do patrocinador, em conformidade com critérios fixados pelo órgão regulador e fiscalizador, conforme regulamento do plano (disponível em: www.funcef.com.br/).

O plano de custeio terá periodicidade anual, mas poderá ser revisto a qualquer tempo se houver necessidade devidamente justificada pela FUNCEF e ocorrerá sob responsabilidade do patrocinador e participantes, inclusive assistidos.

A despesa administrativa da FUNCEF será custeada pelo patrocinador e participantes, inclusive assistidos, observado o limite e os critérios estabelecidos pelo órgão regulador e fiscalizador.

(h) Quantidade de participantes – benefícios pós-emprego:

Descrição	31/12/2017(1)			31/12/2016 (1)		
	Ativos	Assistidos	Total	Ativos	Assistidos	Total
Saúde CAIXA (incluindo dependentes)	87.379	72.471	159.850	93.246	59.649	152.895
Auxílio e cesta alimentação (aposentados e pensionistas)	-	16.020	16.020	-	15.153	15.153
Assistidos PREVHAB (aposentados e pensionistas)	-	65	65	-	65	65
REG/REPLAN salgado	15.104	41.868	56.972	20.726	36.422	57.148
REG/REPLAN não salgado	1.170	4.341	5.511	2.371	3.761	6.132
REB	6.686	874	7.560	7.063	757	7.820
Novo Plano	78.237	6.365	84.602	84.217	5.274	89.491

(1) Conforme posições de 30/09/2017 e 30/09/2016.

(i) Avaliação atuarial dos planos de benefício

A empresa Deloitte Touche Tohmatsu foi contratada para realizar avaliação atuarial dos planos de benefícios patrocinados pela CAIXA. A referida avaliação atuarial contemplou os planos de benefícios Saúde CAIXA, Auxílio e Cesta Alimentação, Assistidos PREVHAB, REG/REPLAN, REB e Novo Plano.

Os cálculos atuariais e levantamentos realizados pela consultoria, em consonância com o Pronunciamento Técnico CPC 33 (R1), aprovado pela Resolução CMN nº 4.424/2015, respaldam as contabilizações patrimoniais e de resultado realizadas pela CAIXA.

A CAIXA é parcialmente responsável pela cobertura do passivo dos planos Saúde CAIXA, REG/REPLAN, REB e Novo Plano, e totalmente responsável pela cobertura dos compromissos mantidos de Auxílio e cesta-alimentação e aos Assistidos PREVHAB.

Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis consolidadas

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(i.1) Reconhecimento dos ganhos e perdas atuariais

A política contábil da CAIXA, no reconhecimento dos ganhos e perdas atuariais contabilizados em seus demonstrativos financeiros, para os planos previdenciários, assistenciais e benefícios pós-emprego estruturados na modalidade de Benefício Definido, conforme determinado no Pronunciamento Técnico CPC 33 (R1), consiste no reconhecimento de todos os ganhos e perdas atuariais no período em que ocorrem em ajuste de avaliação patrimonial.

Nos planos em que se observou ativo atuarial líquido, os mesmos são limitados ao valor do benefício econômico que a CAIXA porventura possa usufruir, sendo calculado como o valor presente do fluxo de caixa dos valores revertidos dos planos a CAIXA ou a redução efetiva de contribuições futuras, caso existam. Em 31/12/2016, não foram apurados benefícios econômicos passíveis de reconhecimento pela patrocinadora.

Com relação aos planos previdenciários que possuem benefícios estruturados na modalidade de Contribuição Definida, de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 33 (R1) e de acordo com a natureza do benefício, os mesmos não geram ganhos ou perdas atuariais a serem reconhecidos pela CAIXA.

(i.2) Principais premissas utilizadas na avaliação atuarial dos planos:

Conforme determina o pronunciamento técnico CPC 33 (R1), na avaliação atuarial dos planos de benefícios definidos devem ser utilizadas premissas (financeiras e demográficas) que reflitam as melhores estimativas da entidade sobre as variáveis que determinarão o custo final de prover esses benefícios aos seus empregados.

O cálculo da taxa de juros de desconto atuarial anual considera a taxa de remuneração dos títulos públicos federais de primeira linha utilizados como referência, tendo em vista a inexistência de títulos e valores mobiliários com as condições previstas pelo Pronunciamento Técnico CPC 33 (R1). Essa alternativa é prevista pelo referido normativo.

Dentre as principais premissas atuarias adotadas no Saúde CAIXA, destacamos o *Aging Factor*, utilizado para mensurar a diferença do custo entre as diferentes idades dos participantes cobertos pelo plano. O *Aging Factor* adotado para 2017 foi de 3,42%, obtido com base na experiência do Plano Saúde CAIXA de 2016.

Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis consolidadas

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(i.3) Premissas financeiras e demográficas consideradas nos cálculos atuariais dos planos de benefícios:

Descrição	Saúde CAIXA		Auxílio/Cesta-alimentação		Assistidos PREVHAB	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Taxa anual de juros	9,71%	9,88%	9,60%	10,00%	9,49%	10,07%
Aumento anual dos salários (projeção)	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Aumento anual dos benefícios (projeção)	N/A	N/A	N/A	N/A	4,00%	4,00%
Taxa de inflação média anual	4,00%	4,00%	4,00%	4,00%	4,00%	4,00%
Expectativa de retorno dos ativos do plano	N/A	N/A	N/A	N/A	9,49%	10,07%
Taxa de rotatividade	0,92%	1,08%	N/A	N/A	N/A	N/A
Tábua de mortalidade geral	RP 2000 Suavizada em 20%	RP 2000 Suavizada em 20%				
Tábua de entrada em invalidez	Light Fraca	Light Fraca	N/A	N/A	N/A	N/A
Tábua de mortalidade de inválidos	CSO - 58					
Entrada em aposentadoria	H - 55 / M - 52	H - 55 / M - 52	N/A	N/A	N/A	N/A

Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis consolidadas

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Descrição	REG/REPLAN Saldado		REG/REPLAN Não Saldado		REB		Novo Plano	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Taxa anual de juros	9,60%	10,01%	9,63%	9,99%	9,62%	10,06%	9,57%	10,00%
Aumento anual dos salários (projeção)	4,00%	4,00%	6,35%	6,43%	7,17%	7,31%	7,31%	6,49%
Aumento anual dos benefícios (projeção)	N/A	N/A	4,00%	5,79%	4,00%	4,00%	4,00%	4,00%
Taxa de inflação média anual	4,00%	4,00%	4,00%	4,00%	4,00%	4,00%	4,00%	4,00%
Expectativa de retorno dos ativos do plano	9,60%	10,01%	9,63%	9,99%	9,62%	10,06%	9,57%	10,00%
Taxa de rotatividade	N/A	N/A	N/A	N/A	Experiência FUNCEF REB 2013	Experiência FUNCEF REB 2013	Experiência FUNCEF Novo Plano 2015	Experiência FUNCEF Novo Plano 2015
Tábua de mortalidade geral	RP 2000 Suavizada em 20%	RP 2000 Suavizada em 20%	RP 2000 Suavizada em 20%	RP 2000 Suavizada em 20%				
Tábua de entrada em invalidez	Light Fraca	Light Fraca	Light Fraca	Light Fraca				
Tábua de mortalidade de inválidos	CSO - 58	CSO - 58	CSO - 58	CSO - 58				
Entrada em aposentadoria	H - 53 / M - 48	H - 53 / M - 48	H - 53 / M - 48	H - 55 / M - 52	100% - 1ª elegibilidade	100% - 1ª elegibilidade	100% - 1ª elegibilidade	H - 55 / M - 52

(i.4) Conciliação dos saldos do Valor Presente da Obrigação Atuarial dos planos:

O Valor Presente da Obrigação Atuarial – VPOA representa os custos finais, levantados a valor presente, dos planos de benefício definido para as entidades patrocinadoras. Para levantar esses custos são consideradas diversas variáveis, tais como salários na data da concessão do benefício, rotatividade e mortalidade, contribuições de empregados e tendências de custos médicos. Trata-se, portanto, de levantamento atuarial cujo objetivo precípuo é apurar, com a maior fidedignidade possível, o montante de obrigação resultante do serviço do empregado nos períodos correntes e passados.

O Método do Crédito Unitário Projetado é utilizado para determinar o valor presente das obrigações de benefício definido e o respectivo custo do serviço corrente e, quando aplicável, o custo do serviço passado. Também é conhecido como “método de benefícios acumulados” e observa cada período de serviço como a origem de uma unidade adicional do direito ao benefício e mensura cada unidade separadamente para construir a obrigação final.

Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis consolidadas

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Descrição	Saúde CAIXA			Auxílio/Cesta-alimentação			Assistidos PREVHAB		
	2º semestre 2017	Exercício 2017	Exercício 2016	2º semestre 2017	Exercício 2017	Exercício 2016	2º semestre 2017	Exercício 2017	Exercício 2016
VPOA no início do período	(14.496.623)	(13.541.692)	(12.068.398)	(1.376.451)	(1.331.503)	(1.097.455)	(55.576)	(51.831)	(41.116)
Custo do serviço corrente	(121.357)	(235.069)	(199.468)	-	-	-	-	-	-
Custo de juros	(704.063)	(1.363.490)	(1.686.282)	(64.717)	(128.240)	(157.553)	(2.615)	(4.751)	(5.307)
Remensurações de ganhos/ (perdas) atuariais:	(300.101)	(692.250)	36.327	(46.069)	(89.484)	(191.150)	(7.119)	(11.220)	(10.451)
Ajuste de experiência	213.856	(129.993)	2.788.480	(17.270)	(46.775)	(53.755)	(4.710)	(7.991)	(4.980)
Alterações premissas demográficas	(54.561)	(54.561)	93.408	-	-	-	-	-	-
Alterações premissas financeiras	(459.396)	(507.696)	(2.845.561)	(28.799)	(42.709)	(137.395)	(2.409)	(3.229)	(5.471)
Benefícios pagos diretamente pelo plano	-	-	-	-	-	-	2.879	5.371	5.043
Benefícios pagos diretamente pela empresa	238.745	449.102	376.129	64.854	126.844	114.655	-	-	-
Custo do serviço passado	5.260.510	5.260.510	-	-	-	-	-	-	-
VPOA no final do período	(10.122.889)	(10.122.889)	(13.541.692)	(1.422.383)	(1.422.383)	(1.331.503)	(62.431)	(62.431)	(51.831)

Descrição	REG/REPLAN Saldado			REG/REPLAN Não saldado			REB			Novo Plano		
	2º semestre 2017	Exercício 2017	Exercício 2016	2º semestre 2017	Exercício 2017	Exercício 2016	2º semestre 2017	Exercício 2017	Exercício 2016	2º semestre 2017	Exercício 2017	Exercício 2016
VPOA no início do período	(54.569.635)	(49.346.014)	(38.512.812)	(5.888.078)	(5.083.154)	(3.901.853)	(391.866)	(341.032)	(277.605)	(1.333.214)	(1.206.044)	(861.103)
Custo do serviço corrente	-	-	-	(6.612)	(12.846)	(3.087)	(1.349)	(2.311)	(1.839)	(3.914)	(4.417)	(9.606)
Custo de juros	(2.604.674)	(4.986.596)	(5.069.593)	(282.487)	(528.933)	(516.800)	(18.661)	(35.185)	(34.526)	(64.313)	(123.833)	(123.692)
Contribuições esperadas de participantes	-	(63.575)	(142.051)	(17.358)	(33.523)	(28.085)	(1.542)	(2.088)	(842)	(501)	(701)	(71)
Remensurações de ganhos/ (perdas) atuariais:	901.545	(3.533.846)	(8.072.610)	(571.746)	(1.225.654)	(841.398)	(27.369)	(75.189)	(50.846)	(540.819)	(647.575)	(260.192)
Ajuste de experiência	2.352.516	(2.024.881)	(2.915.029)	(356.500)	(1.005.924)	(176.182)	(11.884)	(55.743)	(12.902)	(386.471)	(455.811)	(41.934)
Alterações premissas demográficas	-	722.919	(44.954)	-	(22.363)	(23.329)	-	-	(168)	(9.270)	(48.930)	(5.253)
Alterações premissas financeiras	(1.450.971)	(2.231.884)	(5.112.627)	(215.246)	(197.367)	(641.887)	(15.485)	(19.446)	(37.776)	(145.078)	(142.834)	(213.005)
Benefícios pagos diretamente pelo plano	1.476.960	3.134.227	2.451.052	135.059	252.888	208.069	14.348	29.366	24.626	42.069	81.878	48.620
VPOA no final do período	(54.795.804)	(54.795.804)	(49.346.014)	(6.631.222)	(6.631.222)	(5.083.154)	(426.439)	(426.439)	(341.032)	(1.900.691)	(1.900.691)	(1.206.044)

Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis consolidadas

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(i.5) Perfil de vencimento da obrigação de benefício definido:

Descrição	Saúde CAIXA	Auxílio e cesta-alimentação	Assistidos PREVHAB	REG/REPLAN Saldado	REG/REPLAN Não saldado	REB	Novo Plano
Pagamento de benefícios esperados no encerramento do semestre fiscal 31/12/2018	693.379	131.560	5.958	3.532.188	344.660	29.971	82.844
Pagamento de benefícios esperados no encerramento do semestre fiscal 31/12/2019	665.029	120.838	6.370	3.404.455	336.997	28.304	82.968
Pagamento de benefícios esperados no encerramento do semestre fiscal 31/12/2020	626.482	111.009	5.807	3.290.183	331.083	26.715	82.715
Pagamento de benefícios esperados no encerramento do semestre fiscal 31/12/2021	597.280	101.942	5.278	3.145.787	321.616	25.202	81.856
Pagamento de benefícios esperados no encerramento do semestre fiscal 31/12/2022 ou posterior	7.540.719	957.034	39.018	41.423.191	5.296.866	316.247	1.570.308
Total	10.122.889	1.422.383	62.431	54.795.804	6.631.222	426.439	1.900.691
<i>Duration do passivo atuarial na data base 31/12/2017</i>	20,86 anos	12,23 anos	8,69 anos	12,24 anos	13,45 anos	9,62 anos	11,58 anos

(i.6) Conciliação dos saldos do Valor Justo dos Ativos dos Planos:

Os ativos dos planos representam os montantes de recursos (principal e rentabilidade de juros, dividendos e outras receitas) mantidos pela entidade ou fundo de pensão para fazer frente às obrigações atuariais de cada plano de benefício patrocinado pela CAIXA. Esses recursos são mensurados a valor justo, ou seja, considerando o que efetivamente seria recebido pela venda de um ativo ou o que seria pago pela transferência de um passivo em transações não forçadas entre participantes do mercado na data da mensuração. Alguns ativos do plano referem-se a fundos estruturados cujo critério de mensuração é objeto de avaliação específica, efetuada pela CAIXA.

Os planos de saúde complementar e auxílio/cesta alimentação são diretamente administrados pela CAIXA e não possuem ativos. A conciliação apresentada abaixo demonstra a evolução do Valor Justo dos Ativos dos Planos – VJAP:

Descrição	Assistidos PREVHAB			REG/REPLAN Saldado			REG/REPLAN Não saldado		
	2º semestre 2017	Exercício 2017	Exercício 2016	2º semestre 2017	Exercício 2017	Exercício 2016	2º semestre 2017	Exercício 2017	Exercício 2016
VJAP no início do período	55.576	51.831	41.116	35.380.324	34.863.940	33.898.116	4.252.308	4.256.614	3.988.451
Receitas de juros	2.615	4.751	5.307	1.687.871	3.350.581	4.294.906	202.810	408.555	519.467
Rendimentos sobre os ativos maior (menor) que a taxa de desconto	7.119	11.220	10.451	484.728	865.492	(1.132.023)	(2.053)	(120.307)	(94.069)
Contribuições do empregador	-	-	-	162.325	228.867	111.942	11.472	21.339	22.749
Contribuições de participantes do plano	-	-	-	138.541	202.116	142.051	17.358	33.523	28.085
Benefícios pagos pelo plano	(2.879)	(5.371)	(5.043)	(1.476.960)	(3.134.227)	(2.451.052)	(135.059)	(252.888)	(208.069)
VJAP no final do período	62.431	62.431	51.831	36.376.829	36.376.769	34.863.940	4.346.836	4.346.836	4.256.614

Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis consolidadas

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Descrição	REB			Novo Plano		
	2º semestre 2017	Exercício 2017	Exercício 2016	2º semestre 2017	Exercício 2017	Exercício 2016
VJAP no início do período	344.222	318.259	250.893	937.653	651.598	344.443
Receitas de juros	16.366	31.771	32.992	47.233	79.642	60.183
Rendimentos sobre os ativos maior (menor) que a taxa de desconto	35.050	59.524	57.294	214.911	484.284	247.776
Contribuições do empregador	1.553	2.110	865	28.782	52.664	47.745
Contribuições de participantes do plano	1.542	2.087	841	501	701	71
Benefícios pagos pelo plano	(14.348)	(29.366)	(24.626)	(42.069)	(81.878)	(48.620)
VJAP no final do período	384.385	384.385	318.259	1.187.011	1.187.011	651.598

(i.7) Informações patrimoniais dos ativos dos planos:

Os planos de saúde complementar e auxílio/cesta alimentação são diretamente administrados pela CAIXA e não possuem ativos.

Descrição	Assistidos PREVHAB		REG/REPLAN Saldado		REG/REPLAN Não saldado		REB		Novo Plano	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Renda Fixa	100,00%	100,00%	58,71%	56,04%	58,30%	55,99%	61,42%	58,50%	69,93%	69,25%
Renda Variável	-	-	22,01%	22,29%	25,06%	25,17%	24,64%	24,61%	20,30%	19,45%
Investimentos Estruturados	-	-	5,10%	7,56%	4,68%	6,92%	4,34%	5,21%	2,89%	3,09%
Investimentos Imobiliários	-	-	11,26%	11,09%	10,49%	10,38%	3,34%	3,54%	0,50%	0,47%
Operações com Participantes	-	-	2,92%	3,01%	1,47%	1,54%	6,27%	8,14%	6,38%	7,74%
Outros Investimentos	-	-	-	0,01%	-	-	-	-	-	-
Total	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%

Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis consolidadas

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(i.8) Instrumentos de própria emissão mantidos como ativos dos planos e imóveis de propriedade dos planos ocupados pela CAIXA:

Descrição	Saúde CAIXA	Auxílio e cesta-alimentação	Assistidos PREVHAB	REG/REPLAN Saldado	REG/REPLAN Não saldado	REB	Novo Plano
Caderneta de poupança – Carteira própria	-	-	-	3.497.274	309.564	202.240	1.132.507
Fundos de investimentos – Carteira própria	-	-	-	30.998.731	3.790.929	1.596.129	11.229.442
Imóveis – Locados à CAIXA	-	-	-	4.564.415	488.750	63.493	63.393
Total	-	-	-	39.060.420	4.589.243	1.861.862	12.425.342

(i.9) Valor líquido do ativo/passivo dos planos reconhecido no Balanço Patrimonial:

O valor líquido do ativo/passivo decorre da confrontação dos montantes de obrigação atuarial dos planos com seus respectivos montantes de ativos avaliados a valor justo. A existência de eventual déficit (passivo) propicia, por parte da entidade patrocinadora, a necessidade de provisionamento de recursos para fazer frente a obrigação atuarial incremental levantada, na medida de sua participação no plano (efeito de compartilhamento). A existência de superávit (ativo), por sua vez, poderá ensejar reversão de valores do plano em favor da entidade patrocinadora e dos patrocinados, na medida de suas participações, devendo-se levar em consideração o limitador de reconhecimento de ativo atuarial (efeito de teto de ativo).

Descrição	Saúde CAIXA			Auxílio e cesta-alimentação			Assistidos PREVHAB		
	2º semestre 2017	Exercício 2017	Exercício 2016	2º semestre 2017	Exercício 2017	Exercício 2016	2º semestre 2017	Exercício 2017	Exercício 2016
VPOA no final do período	(10.122.889)	(10.122.889)	(13.541.692)	(1.422.383)	(1.422.383)	(1.331.503)	(62.431)	(62.431)	(51.831)
VJAP no final do período	-	-	-	-	-	-	62.431	62.431	51.831
Superávit/ (déficit) do plano	(10.122.889)	(10.122.889)	(13.541.692)	(1.422.383)	(1.422.383)	(1.331.503)	-	-	-
Efeito da restrição sobre a obrigação atuarial(1)	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Efeito do teto do Ativo(2)	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Ativo/ (passivo) líquido	(10.122.889)	(10.122.889)	(13.541.692)	(1.422.383)	(1.422.383)	(1.331.503)	-	-	-

(1) Refere-se ao cálculo do efeito de compartilhamento de riscos com os participantes e assistidos do plano, de forma a limitar a responsabilidade atuarial a ser reconhecida pela CAIXA.

(2) Refere-se ao cálculo do benefício econômico disponível que trata o item 65(c) do CPC 33 (R1) e Deliberação CVM nº 695/2012, de forma a limitar o ativo atuarial a ser reconhecido pela CAIXA.

Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis consolidadas

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Descrição	REG/REPLAN Saldado			REG/REPLAN Não saldado			REB			Novo Plano		
	2º semestre 2017	Exercício 2017	Exercício 2016	2º semestre 2017	Exercício 2017	Exercício 2016	2º semestre 2017	Exercício 2017	Exercício 2016	2º semestre 2017	Exercício 2017	Exercício 2016
VPOA no final do período	(54.795.804)	(54.795.804)	(49.346.014)	(6.631.222)	(6.631.222)	(5.083.154)	(426.439)	(426.439)	(341.032)	(1.900.691)	(1.900.691)	(1.206.044)
VJAP no final do período	36.376.829	36.376.829	34.864.000	4.346.836	4.346.836	4.256.614	384.385	384.385	318.259	1.187.011	1.187.011	651.598
Superávit/ (déficit) do plano	(18.418.975)	(18.418.975)	(14.482.014)	(2.284.386)	(2.284.386)	(826.540)	(42.054)	(42.054)	(22.773)	(713.680)	(713.680)	(554.446)
Efeito da restrição sobre a obrigação atuarial(1)	9.209.488	9.209.488	7.241.007	1.142.193	1.142.193	413.270	21.027	21.027	11.387	356.840	356.840	277.223
Efeito do teto do Ativo(2)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Ativo/ (passivo) líquido	(9.209.487)	(9.209.487)	(7.241.007)	(1.142.193)	(1.142.193)	(413.270)	(21.027)	(21.027)	(11.387)	(356.840)	(356.840)	(277.223)

(1) Refere-se ao cálculo do efeito de compartilhamento de riscos com os participantes e assistidos do plano, de forma a limitar a responsabilidade atuarial a ser reconhecida pela CAIXA.

(2) Refere-se ao cálculo do benefício econômico disponível que trata o item 65(c) do CPC 33 (R1) e Deliberação CVM nº 695/2012, de forma a limitar o ativo atuarial a ser reconhecido pela CAIXA.

(i.10) Movimentação do (passivo) ativo líquido reconhecido no Balanço Patrimonial:

Descrição	Saúde CAIXA			Auxílio e cesta-alimentação			Assistidos PREVHAB		
	2º semestre 2017	Exercício 2017	Exercício 2016	2º semestre 2017	Exercício 2017	Exercício 2016	2º semestre 2017	Exercício 2017	Exercício 2016
(Passivo) / Ativo líquido reconhecido no início do período	(14.496.623)	(13.541.692)	(12.068.398)	(1.376.451)	(1.331.503)	(1.097.455)	-	-	-
Custo do serviço	(121.357)	(235.069)	(199.468)	-	-	-	-	-	-
Juros líquidos sobre (Passivo)/Ativo líquido	(704.063)	(1.363.490)	(1.686.281)	(64.717)	(128.240)	(157.553)	-	-	-
Contribuições da empresa	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Benefícios pagos diretamente pela empresa	238.745	449.102	376.128	64.854	126.844	114.655	-	-	-
Valor reconhecido em outros resultados abrangentes	(300.101)	(692.250)	36.327	(46.069)	(89.484)	(191.150)	-	-	-
Custo do serviço passado	5.260.510	5.260.510	-	-	-	-	-	-	-
(Passivo) / Ativo reconhecido no final do período	(10.122.889)	(10.122.889)	(13.541.692)	(1.422.383)	(1.422.383)	(1.331.503)	-	-	-

Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis consolidadas

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Descrição	REG/REPLAN Saldado			REG/REPLAN Não saldado			REB			Novo Plano		
	2º semestre 2017	Exercício 2017	Exercício 2016	2º semestre 2017	Exercício 2017	Exercício 2016	2º semestre 2017	Exercício 2017	Exercício 2016	2º semestre 2017	Exercício 2017	Exercício 2016
(Passivo) / Ativo líquido reconhecido no início do período	(9.594.656)	(7.241.007)	(2.307.318)	(817.885)	(413.270)	(60.215)	(23.822)	(11.387)	(13.356)	(197.780)	(277.223)	(258.331)
Custo do serviço	-	-	-	(6.612)	(12.846)	(7.358)	(1.349)	(2.311)	(1.840)	(3.914)	(4.417)	(9.605)
Juros líquidos sobre (Passivo)/Ativo líquido	(458.401)	(818.007)	(387.344)	(39.838)	(60.189)	(3.162)	(1.148)	(1.708)	(856)	(8.540)	(22.095)	(31.755)
Contribuições da empresa	162.325	228.867	111.942	11.471	21.338	11.290	1.553	2.110	865	28.782	52.664	47.745
Benefícios pagos diretamente pela empresa	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Valor reconhecido em outros resultados abrangentes	681.245	(1.379.340)	(4.658.287)	(289.329)	(677.226)	(353.825)	3.739	(7.731)	3.800	(175.388)	(105.769)	(25.277)
(Passivo) / Ativo reconhecido no final do período	(9.209.487)	(9.209.487)	(7.241.007)	(1.142.193)	(1.142.193)	(413.270)	(21.027)	(21.027)	(11.387)	(356.840)	(356.840)	(277.223)

Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis consolidadas

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(i.11) Despesas/Receitas e Pagamentos esperados para o semestre:

(Despesa) / Receita esperada – CPC 33 (R1)						
Descrição	Saúde CAIXA	Auxílio/Cesta-alimentação	REG/REPLAN Saldado	REG/REPLAN Não saldado	REB	Novo Plano
	1º semestre 2018	1º semestre 2018	1º semestre 2018	1º semestre 2018	1º semestre 2018	1º semestre 2018
Custo do serviço corrente líquido	(136.690)	-	-	(3.821)	(727)	(6.460)
Custo de juros líquidos	(475.632)	(65.084)	(422.187)	(54.413)	(925)	(15.677)
Total da (despesa)/ receita a reconhecer no próximo período	(612.322)	(65.084)	(422.187)	(58.234)	(1.652)	(22.137)

Pagamentos esperados – CPC 33 (R1)						
Descrição	Saúde CAIXA	Auxílio/Cesta-alimentação	REG/REPLAN Saldado	REG/REPLAN Não saldado	REB	Novo Plano
	1º semestre 2018	1º semestre 2018	1º semestre 2018	1º semestre 2018	1º semestre 2018	1º semestre 2018
Benefícios	346.689	65.780	-	-	-	-
Contribuições de risco	-	-	-	8.729	1.574	23.886
Contribuições extraordinárias	-	-	409.525	2.970	10	470
Total dos pagamentos esperados para o plano	346.689	65.780	409.525	11.699	1.584	24.356

Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis consolidadas

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(i.12) Análise de sensibilidade das principais premissas financeiras e demográficas:

O objetivo da análise de sensibilidade é mensurar como a obrigação de benefício definido seria afetada por mudanças em determinadas premissas atuariais relevantes, mantidas todas as outras constantes.

Análise de sensibilidade das principais hipóteses - CPC 33 (R1)									
Descrição	Tábua Biométrica		Taxa de Desconto		Crescimento Salarial		Aging Factor (1)		Exercício 2017
	+ 1 Idade	- 1 Idade	+ 0,25%	-0,25%	-1,00%	+1,00%	+1,00%	-1,00%	
Saúde CAIXA									
Custo dos juros	(477.760)	(472.661)	(475.567)	(475.633)	N/A	N/A	(577.450)	(397.528)	(1.363.490)
Valor presente das obrigações atuariais	(10.177.672)	(10.049.543)	(9.876.703)	(10.380.711)	N/A	N/A	(12.312.672)	(8.446.647)	(10.122.889)
Auxílio e cesta-alimentação									
Custo dos juros	(63.394)	(66.762)	(65.470)	(64.679)	N/A	N/A	N/A	N/A	(128.240)
Valor presente das obrigações atuariais	(1.387.157)	(1.457.359)	(1.395.759)	(1.450.008)	N/A	N/A	N/A	N/A	(1.422.383)
EX-PREVHAB									
Custo dos juros	(2.788)	(2.933)	(2.879)	(2.842)	N/A	N/A	N/A	N/A	(4.751)
Valor presente das obrigações atuariais	(60.432)	(63.506)	(60.790)	(63.206)	N/A	N/A	N/A	N/A	(62.431)
REG/REPLAN Saldado									
Custo dos juros	(2.528.266)	(2.757.924)	(2.624.694)	(2.648.501)	N/A	N/A	N/A	N/A	(4.986.596)
Valor presente das obrigações atuariais	(152.529.076)	(57.300.498)	(53.152.142)	(56.494.221)	N/A	N/A	N/A	N/A	(54.795.804)
REG/REPLAN Não saldado									
Custo dos serviços	(3.099)	(3.912)	(3.205)	(3.775)	N/A	N/A	N/A	N/A	(12.846)
Custo dos juros	(271.849)	(297.296)	(282.318)	(285.387)	N/A	N/A	N/A	N/A	(528.933)
Valor presente das obrigações atuariais	(15.820.321)	(6.349.003)	(5.889.358)	(6.259.666)	N/A	N/A	N/A	N/A	(6.631.222)
REB									
Custo dos serviços	(604)	(731)	(316)	(697)	N/A	N/A	N/A	N/A	(2.311)
Custo dos juros	(19.086)	(20.852)	(19.997)	(19.840)	N/A	N/A	N/A	N/A	(35.185)
Valor presente das obrigações atuariais	(408.799)	(445.932)	(417.187)	(435.919)	N/A	N/A	N/A	N/A	(426.439)
Novo Plano									
Custo dos serviços	(5.045)	(6.836)	(2.680)	(6.447)	N/A	N/A	N/A	N/A	(4.417)
Custo dos juros	(172.469)	(188.315)	(89.917)	(90.024)	N/A	N/A	N/A	N/A	(123.833)
Valor presente das obrigações atuariais	(1.822.066)	(1.987.571)	(1.851.187)	(1.951.636)	N/A	N/A	N/A	N/A	(1.900.691)

(1) Aging Factor adotado a partir de 31/12/2017 em substituição ao HCCTR (Taxa de Crescimento dos Custos Médicos)

Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis consolidadas

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Análise de sensibilidade das principais hipóteses - CPC 33 (R1)									
Descrição	Tábua Biométrica		Taxa de Desconto		Crescimento Salarial		HCCTR (1)		Exercício 2016
	+ 1 Idade	- 1 Idade	+ 0,25%	-0,25%	+0,25%	-0,25%	+1,00%	-1,00%	
Saúde CAIXA									
Custo dos juros	(680.807)	(637.815)	(649.372)	(669.813)	(1.686.282)	N/A	(786.277)	(560.921)	(860.518)
Valor presente das obrigações atuariais	(13.985.105)	(13.087.938)	(13.013.408)	(14.104.324)	(13.541.692)	N/A	(16.110.553)	(11.546.833)	(13.541.692)
Auxílio e cesta-alimentação									
Custo dos juros	(61.976)	(65.053)	(63.838)	(63.191)	(157.553)	N/A	N/A	N/A	(75.132)
Valor presente das obrigações atuariais	(1.300.562)	(1.362.114)	(1.306.674)	(1.357.262)	(1.331.503)	N/A	N/A	N/A	(1.331.503)
EX-PREVHAB									
Custo dos juros	(4.763)	(5.218)	(4.990)	(4.965)	(5.307)	N/A	N/A	N/A	(2.813)
Valor presente das obrigações atuariais	(49.686)	(54.200)	(50.740)	(52.946)	(51.831)	N/A	N/A	N/A	(44.811)
REG/REPLAN Saldado									
Custo dos juros	(4.647.072)	(5.077.189)	(4.839.317)	(4.860.725)	(5.069.592)	N/A	N/A	N/A	(2.430.499)
Valor presente das obrigações atuariais	(47.304.726)	(51.601.600)	(48.047.262)	(50.682.946)	(49.346.014)	N/A	N/A	N/A	(49.346.014)
REG/REPLAN Não saldado									
Custo dos serviços	(16.252)	(18.262)	(8.263)	(17.909)	(3.086)	N/A	N/A	N/A	(7.359)
Custo dos juros	(479.334)	(523.552)	(497.528)	(502.881)	(516.800)	N/A	N/A	N/A	(246.446)
Valor presente das obrigações atuariais	(4.872.880)	(5.315.503)	(4.933.414)	(5.237.794)	(5.083.154)	N/A	N/A	N/A	(5.083.154)
REB									
Custo dos serviços	(24.146)	(26.364)	(12.251)	(25.918)	(1.839)	N/A	N/A	N/A	(1.148)
Custo dos juros	(112.467)	(122.969)	(117.012)	(117.835)	(34.525)	N/A	N/A	N/A	(17.132)
Valor presente das obrigações atuariais	(1.156.154)	(1.261.172)	(1.173.047)	(1.240.048)	(341.032)	N/A	N/A	N/A	(341.032)
Novo Plano									
Custo dos serviços	(806)	(3.023)	(581)	(2.577)	(9.606)	N/A	N/A	N/A	(1.306)
Custo dos juros	(114.198)	(124.669)	(118.784)	(119.522)	(123.692)	N/A	N/A	N/A	(64.220)
Valor presente das obrigações atuariais	(1.156.154)	(1.261.172)	(1.173.047)	(1.240.048)	(1.206.044)	N/A	N/A	N/A	(1.206.044)

(1) HCCTR - Taxa de Crescimento dos Custos Médicos

Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis consolidadas

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(j) Despesas reconhecidas com planos de previdência com características de contribuição definida:

Descrição	2º semestre 2017	Exercício 2017	Exercício 2016
REB	21.309	43.014	41.381
Novo Plano	412.886	841.409	850.860
Total	434.195	884.423	892.241

(k) Despesas reconhecidas para cobertura de riscos com causas judiciais relacionados aos planos de benefícios:

Descrição	2º semestre 2017	Exercício 2017	Exercício 2016
Causas judiciais	3.749	7.626	8.941
Total	3.749	7.626	8.941

Nota 33 – Gerenciamento do risco corporativo

A CAIXA adota boas práticas nacionais e internacionais no gerenciamento dos riscos de crédito, operacional, mercado, liquidez, taxa de juros, concentração, contraparte, estratégico, reputação, atuarial e socioambiental, incluindo uma gestão ativa de capital, em consonância aos princípios, valores, diretrizes e limites estabelecidos pelo Conselho de Administração.

O gerenciamento de riscos e de capital é percebido pela Alta Administração como fator de diferencial competitivo no mercado financeiro e principal meio para preservação da solvência, liquidez e rentabilidade da CAIXA.

As estruturas de gerenciamento de riscos e de capital estão em conformidade com a regulação vigente, adequadas à natureza e à complexidade dos instrumentos financeiros, produtos, serviços e operações da CAIXA e às boas práticas de governança corporativa, permitindo à Alta Administração identificar o comprometimento do capital para fazer frente aos riscos, avaliar os impactos sobre os resultados e decidir prontamente sobre limites de exposição aceitos.

A Política de Gerenciamento de Riscos, a Política de Gerenciamento de Capital e de Distribuição de Resultado e os limites de exposição são revisados, no mínimo, anualmente de acordo com a estratégia, fatores macroeconômicos, ambiente de negócios e capacidade de assumir risco, e suas revisões são claramente comunicadas a todos os empregados no sistema interno de divulgação normativa.

A descrição detalhada das estruturas de gerenciamento de riscos e de capital, incluindo responsabilidades, práticas, processos, procedimentos e modelos, está disponível no sítio: <http://www.caixa.gov.br>, menu Sobre a CAIXA, Informações Financeiras, Relatórios de Gerenciamento.

Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis consolidadas

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Gestão de Capital

A estrutura de gestão de capital, o processo de gerenciamento de capital e o Processo Interno de Avaliação da Adequação de Capital (Icaap) encontram-se implementados na CAIXA, em conformidade com a Resolução CMN nº 4.557/2017 e Circular BACEN nº 3.846/2017.

A CAIXA adota boas práticas nacionais e internacionais no gerenciamento de capital, conforme princípios, valores, diretrizes e limites estabelecidos pelo Conselho de Administração e recomendações do Comitê de Basileia e órgãos reguladores.

A gestão de capital tem como um de seus objetivos garantir a manutenção de capital suficiente para a execução de estratégias e concretização de negócios, com a premissa de que o processo seja compatível com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e serviços oferecidos e a dimensão da exposição a riscos.

Desta forma, a gestão de capital é realizada por meio de:

- Mecanismos que possibilitem a identificação e avaliação dos riscos relevantes incorridos pela instituição;
- Políticas e estratégias para o gerenciamento de capital, que estabeleçam mecanismos e procedimentos destinados a manter o capital compatível com os riscos incorridos pela instituição;
- Plano de capital abrangendo o horizonte mínimo de três anos;
- Simulações de eventos severos e condições extremas de mercado (testes de estresse) e avaliação de seus impactos no capital;
- Relatórios gerenciais periódicos sobre a adequação do capital para a Diretoria e para o Conselho de Administração; e
- Processo Interno de Avaliação da Adequação de Capital (Icaap).

Por meio desse gerenciamento a CAIXA controla e avalia a necessidade de capital para fazer frente aos riscos, avalia potenciais impactos, planeja metas através dos objetivos estratégicos e em observação às diretrizes do Conselho de Administração, e busca a adoção prospectiva com aplicação de cenários de normalidade e estresse para verificar e planejar a composição e o consumo de capital.

Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis consolidadas

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Exigência de Capital Regulatório

Em conformidade com as Resoluções CMN nº 4.192/2013 e nº 4.193/2013, desde janeiro/2015 o cálculo do patrimônio de referência e o cálculo dos requerimentos mínimos de capital passaram a considerar o Conglomerado Prudencial. O quadro abaixo apresenta o detalhamento desses indicadores de capital.

Cálculo da exigência de capital regulamentar		
Descrição	31/12/2017	31/12/2016
Patrimônio de Referência – PR	93.464.469	77.719.299
Nível I	59.387.930	54.397.312
Capital Principal – CP	59.387.930	54.397.312
Patrimônio Líquido (1)	34.407.851	27.179.943
Instrumentos híbridos de capital e dívida autorizados conforme Resolução CMN nº 4.192/2013	36.975.702	36.453.644
Excesso ao limite estabelecido no art. 25 da Resolução CMN nº 4.192/2013	-	-
Ajustes prudenciais	(11.995.623)	(9.236.275)
Capital Complementar – CC	-	-
Instrumentos híbridos de capital e dívida autorizados conforme Resolução CMN nº 3.444/2007	-	-
Nível II	34.076.539	23.321.987
Instrumentos de dívida subordinada	33.189.571	22.446.278
Instrumentos de dívida subordinada (dedução 0%)	-	-
Instrumentos de dívida subordinada (dedução 40%)	-	(1.122.092)
Instrumentos de dívida subordinada (dedução 60%)	(1.158.580)	-
Notas subordinadas	1.706.463	1.681.237
Letras financeiras	370.662	336.890
Letras financeiras (dedução 0%)	-	-
Letras financeiras (dedução 20%)	(445)	-
Letras financeiras (dedução 40%)	-	(5.667)
Letras financeiras (dedução 60%)	(9.436)	(14.659)
Letras financeiras (dedução 80%)	(21.696)	-
Ativos ponderados pelo risco – RWA	529.502.315	574.167.634
Risco de crédito - RWA_{CPAD}	458.355.599	509.291.713
Risco de mercado – carteira de negociação - RWA_{MPAD}	9.657.268	12.094.327
Taxa de juros – RWA_{JUR}	4.706.200	6.362.640
Commodities – RWA_{COM}	1.709.383	1.809.534
Ações – RWA_{ACS}	192.542	-
Câmbio – RWA_{CAM}	3.049.143	3.922.153
Risco operacional - RWA_{OPAD}	61.489.448	52.781.594
Adicional de Capital Principal - ACP	7.942.535	3.588.548
Patrimônio de Referência Mínimo Requerido – PRMR ($RWA \times \text{Fator F}$) + ACP	56.921.499	60.316.310
Risco de mercado – carteira de não negociação - R_{BAN}	1.333.900	6.912.474
Margem de capital (PR - PRMR - R_{BAN})	35.209.070	10.490.515
Índice de capital principal (CP / RWA)	11,22%	9,47%
Índice de capital nível I (Nível I / RWA)	11,22%	9,47%
Índice de Basileia (PR / RWA)	17,65%	13,54%
Fator F (Resolução CMN nº 4.193/2013)	9,25%	9,88%

(1) Patrimônio Líquido descontado dos Instrumentos híbridos de capital e dívida autorizados conforme Resolução CMN nº 4.192/2013

Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis consolidadas

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Risco de Crédito

O risco de crédito é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas associadas ao não cumprimento pelo tomador ou contraparte de suas respectivas obrigações financeiras nos termos pactuados no instrumento contratual, à desvalorização de contratos de crédito originada da deterioração na classificação de risco do tomador, à redução de ganhos ou remunerações, às vantagens concedidas na renegociação e aos custos de recuperação.

O controle e acompanhamento do risco de crédito ocorre por meio da identificação, mensuração, avaliação e monitoramento de indicadores de atraso, perda realizada, esperada e inesperada, perda efetiva à partir de julho de 2017, provisão e exigência de capital regulatório e econômico, em diversas granularidades e agrupamentos, possibilitando, a partir da informação de cada contrato, ampla visão do perfil das exposições, por tomador, operação, segmentos da carteira, região geográfica e setor de atividade, dentre outros. Permitindo, dessa forma, a proposição de alternativas à mitigação do risco de crédito e reportes aos gestores de produtos e serviços e às instâncias deliberativas da Instituição.

As exposições de crédito da CAIXA são submetidas à avaliação de risco em modelos baseados em critérios consistentes e verificáveis, capazes de mensurar e classificar os riscos envolvidos em cada operação.

As novas operações são avaliadas a partir de modelos de *Credit Scoring* – CS ou de análise especialista, a depender das características do tomador e da operação. As operações em carteira sofrem reavaliação periódica, no mínimo anualmente, sendo aplicados modelos de *Behavior Scoring* – BS nas exposições com perfil de varejo e reavaliação de rating nas demais

A CAIXA possui rotina anual de revisão dos modelos, políticas, estratégias, limites de exposição ou extrapolação, para reporte e aprovação pelo Conselho Diretor e Conselho de Administração, como parte do aprimoramento contínuo do processo de controle e acompanhamento do risco de crédito. Essas revisões periódicas visam manter a CAIXA aderente às melhores práticas do mercado e ao atendimento aos requerimentos do Novo Acordo de Capitais e dos órgãos supervisores.

Os modelos de mensuração dos indicadores utilizados no acompanhamento das exposições são avaliados e homologados previamente por unidade interna e autônoma, tendo sua capacidade preditiva permanentemente monitorada.

Risco de Mercado

O risco de mercado consiste na possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de posições detidas pela Instituição, incluídas as operações sujeitas à variação cambial, de taxas de juros, de preços de ações e de mercadorias (commodities).

A CAIXA mantém estrutura de gerenciamento de risco de mercado compatível à natureza e complexidade dos instrumentos financeiros, produtos e operações e à dimensão de sua exposição a este risco.

As atividades de administração do risco de mercado são segregadas das atividades negociais e de auditoria, sendo mantidas estruturas independentes de desenvolvimento e monitoração de modelos, de forma a evitar conflitos de interesses e resguardar a imparcialidade dos trabalhos executados.

A identificação prévia dos riscos inerentes a novos instrumentos financeiros, produtos e operações, a análise de sua adequabilidade aos procedimentos e controles adotados pela CAIXA, o monitoramento dos limites de exposição e concentração a riscos de mercado, tanto das operações incluídas na carteira de negociação quanto das demais posições, abrangendo todas as fontes relevantes de risco de mercado e o reporte tempestivo para as instâncias deliberativas visam assegurar uma menor volatilidade dos resultados da Instituição, o alinhamento às melhores práticas de mercado e o atendimento à exigência legal.

Mensuração do Risco de Mercado

A mensuração do risco de mercado inicia-se com a marcação a mercado dos títulos e valores mobiliários que consiste no cálculo dos preços de negociação destes instrumentos no mercado secundário, a partir da identificação de todas as posições mantidas pela CAIXA e no cálculo dos seus fluxos de caixa, descontados pelas taxas de juros de mercado de cada instrumento financeiro.

Essas taxas de juros que subsidiam a precificação de instrumentos de renda fixa, são demonstradas por meio da estrutura a termo de taxas de juros, que é a representação gráfica do relacionamento entre as taxas de juros de instrumentos de mesma qualidade de crédito e diferentes prazos.

Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis consolidadas

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Na CAIXA estas estruturas são estimadas a partir de informações das taxas ou preços negociados no mercado secundário de títulos e nos mercados de derivativos ou, no caso de ativos sem negociação, por meio de metodologia apropriada.

Value at Risk – VaR

A CAIXA utiliza a abordagem Delta-Normal para o cálculo do VaR modelo interno, metodologia paramétrica baseada no modelo analítico de matriz de covariância, que supõe que os retornos da carteira são normalmente distribuídos.

As volatilidades e as correlações são calculadas diariamente para um período histórico de dados de 252 dias úteis a partir da série dos retornos das curvas de mercado dos diversos fatores de risco.

Para o cálculo do VaR, o sistema de mensuração de risco de mercado utiliza técnica de ponderação dos dados EWMA – *Exponentially Weighted Moving Average*, método de suavização exponencial que pondera as observações conforme o parâmetro de decaimento escolhido, desde que o resultado do VaR seja mais conservador que o resultado calculado pela variância amostral.

A acurácia desse modelo é monitorada diariamente por meio da execução do programa de testes de aderência, utilizando-se duas metodologias que contam o número de violações, um procedimento padrão estabelecido no Acordo de Basileia e o teste de proporção de falhas proposto por Kupiec. Esses testes verificam se os ganhos ou perdas não realizados são menores que o VaR calculado para os níveis de confiança de 95%, 97,5% e 99%.

A contagem de violações para aplicação dessas metodologias é realizada por meio da mensuração das perdas não realizadas e resultados efetivos.

Na primeira, é considerado violação o resultado negativo decorrente de perdas não realizadas maior que o VaR projetado para o dia. Na segunda, é considerado violação o resultado negativo decorrente da variação do valor da carteira, considerando as negociações realizadas no dia, maior que o VaR projetado para o dia. Nos dois casos, essa contagem de violações em determinado período deve estar de acordo com o intervalo de confiança estabelecido para o modelo.

Testes de Estresse

O Programa de Testes de Estresse, que complementa a visão fornecida pelo cálculo do VaR, adota cenários históricos, datas históricas, cenários prospectivos e análise de sensibilidade, de forma a reproduzir períodos históricos, datas relevantes, simular adversidades baseadas em características da carteira e do ambiente macroeconômico que representem condições severas e as variações graduais nas curvas de mercado, respectivamente.

A análise de cenários históricos utiliza os piores cenários de curvas de juros já ocorridos (a partir de JAN/2004) para mensurar seus impactos sobre o valor do portfólio da CAIXA.

São utilizados dois cenários para avaliação dos impactos: o primeiro consiste em encontrar a pior data existente na base de dados para definir o valor em risco de estresse, e o segundo, em encontrar a pior data para cada fator de risco existente na carteira e somar esses resultados, considerando dessa maneira uma possível quebra de premissa.

A análise de datas históricas apura o VaR a partir de datas relevantes e conhecidas de estresse ocorridas entre 2000 e 2003. São determinados os piores choques ocorridos no período e aplicados às curvas de taxas de juros de forma a mensurar a perda no valor da carteira caso estes choques venham a se repetir.

A análise de cenários prospectivos consiste em verificar os impactos no valor do portfólio da CAIXA, caso o cenário projetado ocorra. Na CAIXA, os cenários prospectivos são propostos pela Vice-Presidência de Finanças e Controladoria com a explicação das premissas e hipóteses adotadas para cada variável explicativa dos modelos e aprovados pelo Comitê de Risco, para que possam ser utilizados como insumos para os modelos de risco.

Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis consolidadas

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

São utilizados dois tipos de cenários prospectivos para o gerenciamento do risco de mercado:

- Estresse de alta, ponderando possíveis adversidades internas e externas que impactem em elevação da taxa de juros acima das taxas do cenário de referência;
- Estresse de baixa, considerando hipóteses alternativas que impactem em redução da taxa de juros para patamares abaixo das taxas do cenário de referência.

A análise da sensibilidade da carteira a possíveis alterações nas taxas dos fatores de risco é realizada com a aplicação de pontos percentuais à estrutura a termo de cada um dos fatores de risco, de modo a simular a elevação nas taxas e a consequente redução dos preços dos ativos.

Os resultados dos testes de estresse são considerados em todo o processo de gerenciamento do risco de mercado, inclusive para estabelecer ou rever as políticas e limites de exposição a risco.

Carteira de negociação

A carteira de negociação da CAIXA é composta por todas as operações com títulos e valores mobiliários, instrumentos financeiros e mercadorias, inclusive derivativos, detidas com intenção de negociação ou destinadas a hedge de outros elementos desta carteira e que não estejam sujeitas à limitação da sua negociabilidade. A evolução do valor em risco da carteira, segmentado por fator de risco é apresentado a seguir:

Valor em Risco em Cenário de Normalidade ⁽¹⁾		
Fatores de Risco	31/12/2017	31/12/2016
PRE	38.478	15.199
Cupom IPCA	-	2.492
Cupom SELIC	3	(39)
Ações Bovespa	538	-
VaR com ED	39.019	17.652

(1) Todos os valores apresentados consideram o efeito diversificação da carteira.

Operações na carteira bancária

As operações na carteira bancária abrangem os títulos e valores mobiliários classificados nas categorias II - disponíveis para venda e III - mantidos até o vencimento, as operações ativas das carteiras comercial, habitacional e de saneamento e infraestrutura, e as operações passivas de captações e depósitos.

Visando assegurar que o Patrimônio de Referência - PR seja suficiente para fazer frente aos riscos de mercado assumidos pela CAIXA, a área de risco mensura e avalia o risco de taxas de juros destas operações considerando a sua natureza, a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição a este risco.

A metodologia adotada a partir de agosto/2017 para mensuração do risco das operações da carteira bancária e sujeitas à variação de taxas de juros é baseada nas abordagens por valor econômico e intermediação financeira, aderente ao que determina a Resolução BACEN n.º 4.557/2017.

São realizados testes de estresse em conformidade ao estabelecido na Circular BACEN n.º 3.365/2007. Adicionalmente, realiza-se análises de sensibilidade, que permitem verificar a variação no valor da carteira a partir da aplicação de pontos percentuais à estrutura a termo de cada um dos fatores de risco, simulando a elevação nas taxas e a consequente redução dos preços dos ativos.

Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis consolidadas

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Instrumentos Financeiros – Valor de mercado

Descrição	INDIVIDUAL					
	Valor Contábil		Valor Marcado a Mercado		Valores a Pagar ou a Receber	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Comparativo entre os instrumentos financeiros registrados em contas patrimoniais e seu valor marcado a mercado – ATIVOS						
Aplicações em depósitos interfinanceiros	13.321.706	12.429.265	13.322.055	12.429.667	349	402
Aplicações em operações compromissadas	130.911.089	144.645.896	130.887.147	144.595.084	(23.942)	(50.812)
Títulos e valores mobiliários	186.141.225	179.646.715	189.050.950	181.060.818	2.909.725	1.414.103
Títulos para negociação	108.957.427	108.346.402	108.957.427	108.346.402	-	-
Títulos disponíveis para venda	36.094.876	21.808.716	36.094.876	21.808.716	-	-
Títulos mantidos até o vencimento	41.088.922	49.491.597	43.998.647	50.905.700	2.909.725	1.414.103
Operações de crédito, arrendam. mercantil e outros créditos	690.863.001	690.640.624	651.764.237	633.458.493	(39.098.764)	(57.182.131)
Comercial	162.332.377	191.767.880	179.389.730	208.162.537	17.057.353	16.394.657
Rural	6.914.403	7.216.914	6.651.071	7.216.914	(263.332)	-
Habitação	431.187.564	405.495.273	381.369.897	342.401.818	(49.817.667)	(63.093.455)
Infraestrutura/desenvolvimento	82.607.985	78.379.488	76.532.867	67.896.155	(6.075.118)	(10.483.333)
Outros créditos	7.820.672	7.781.069	7.820.672	7.781.069	-	-
Comparativo entre os instrumentos financeiros registrados em contas patrimoniais e seu valor marcado a mercado – PASSIVOS						
Captações de recursos	239.942.916	291.527.948	250.953.842	298.464.519	11.010.926	6.936.571
CDB/RDB	111.732.731	137.433.519	113.079.432	139.001.542	1.346.701	1.568.023
Letras de Crédito (LF, LH, LCI e LCA)	117.528.334	140.913.283	125.568.844	145.806.273	8.040.510	4.892.990
Obrigações por TVM no exterior	10.681.851	13.181.146	12.305.566	13.656.704	1.623.715	475.558
Captação em operações compromissadas	148.663.402	159.545.749	148.100.885	159.509.724	(562.517)	(36.025)
Obrigações por empréstimos e repasses e outras	266.924.358	239.472.800	208.286.137	178.245.547	(58.638.221)	(61.227.253)
Exterior	2.147.951	5.425.078	2.173.575	5.448.083	25.624	23.005
Tesouro	54.895	53.145	55.585	51.303	690	(1.842)
FGTS	235.620.378	204.156.954	180.590.773	147.563.794	(55.029.605)	(56.593.160)
BNDES	28.745.475	28.894.894	25.123.457	24.349.112	(3.622.018)	(4.545.782)
Depósitos não remunerados	355.659	942.729	342.747	833.255	(12.912)	(109.474)
Instrumento híbrido de capital e dívida	39.019.817	28.541.406	21.351.298	18.599.007	(17.668.519)	(9.942.399)

Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis consolidadas

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Determinação de valor de mercado dos instrumentos financeiros

Os preços dos instrumentos financeiros da carteira de títulos e valores mobiliários são determinados a partir das taxas ou dos preços praticados nas transações diárias, desde que obedecida a condição de ocorrência de uma quantidade mínima de negócios na data da apuração.

O preço de mercado das ações listadas em bolsa de valores corresponde ao preço de fechamento do dia, e o dos derivativos padronizados ao preço de ajuste do dia.

Os preços de negociação dos instrumentos de renda fixa são calculados mediante a construção de fluxos de caixa descontados pelas taxas de juros de mercado de cada instrumento.

As taxas de juros são demonstradas por meio de estrutura a termo de taxas de juros estimadas a partir de informações disponíveis de taxas e preços de negociação no mercado secundário ou, no caso de ativos sem negociação, por metodologia apropriada, utilizando-se as seguintes premissas nesta ordem:

- a) Utilização de preços e taxas indicativas apuradas e divulgadas pela ANBIMA.
- b) Construção da estrutura a termo pela agregação à taxa ou sobretaxa do papel do *spread* entre uma curva de taxa de juros de títulos públicos e uma da B3 com características semelhantes ou uma curva de um ativo com mesma característica e que possua liquidez no mercado secundário.

O processo de marcação a mercado das operações classificadas na carteira bancária, sujeitas ao risco de taxas de juros, é baseado na construção dos fluxos de caixa dos ativos e passivos e das estruturas a termo de taxas de juros de mercado.

Os fluxos de caixa são construídos a partir das características das operações, com utilização de modelos estatísticos para aquelas que não possuem vencimento definido. Estes fluxos são descontados pelas estruturas a termo estimadas a partir de informações disponíveis de taxas e preços de negociação de mercado dos instrumentos financeiros disponíveis, tais como: contratos futuros, títulos públicos ou operações de *swap*.

Análise de Sensibilidade das Posições Relevantes - Instrução CVM nº 475

A análise de sensibilidade permite verificar o impacto das variações das taxas de juros sobre os preços dos ativos e passivos, por fator de risco. Estes estudos hipotéticos tornam-se ferramenta de gestão do risco de mercado, possibilitando a definição de medidas de mitigação em caso de concretização de tais cenários, uma vez que as exposições são monitoradas diariamente e movimentos adversos do mercado produzem a imediata atuação das unidades envolvidas no processo visando minimizar eventuais perdas que venham a ocorrer.

Em atendimento à Instrução CVM nº 475/2008, as análises de sensibilidade para cada tipo de risco de mercado considerado relevante pela Alta Administração, ao qual a CAIXA estava exposta, incluíram todas as operações relevantes com instrumentos financeiros e consideraram as maiores perdas em cada um dos cenários a seguir:

Cenário I: Cenário provável considerando a trajetória mais provável das variáveis e indicadores macroeconômicos;

Cenário II: Cenário eventual que considera um choque paralelo no cenário I, de mais ou menos 25% nas variáveis de risco na data de fechamento do balanço;

Cenário III: Segundo cenário eventual que considera um choque paralelo de mais ou menos 50% no cenário I, nas variáveis de risco na data de fechamento do balanço, sendo consideradas as piores perdas resultantes.

Os resultados dos Instrumentos Financeiros em 31/12/2017 apurados estão sintetizados no quadro a seguir:

Descrição	Risco	Cenário Provável	Var. de 25%	Var. de 50%
Prefixado	Aumento de taxa de juros	(254.440)	(6.147.422)	(11.835.994)
Índice de preços	Aumento de cupons de índice de preços	(29.403)	(719.657)	(1.393.367)
TR/TBF/TJLP	Aumento de cupom de TR	(260.473)	(5.345.212)	(8.941.236)
Variação cambial	Queda nas taxas de câmbio	(400)	(10.264)	(21.254)

Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis consolidadas

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Risco de Liquidez

O risco de liquidez é definido como a possibilidade de a Instituição não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, inclusive as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas; e na possibilidade de a Instituição não conseguir negociar a preço de mercado uma posição, devido ao seu tamanho elevado em relação ao volume normalmente transacionado ou em razão de alguma descontinuidade no mercado.

A CAIXA mantém estrutura de gerenciamento de risco de liquidez em conformidade ao estabelecido nas Resoluções CMN nº 4.090/2012, nº 4.388/2014 e nº 4.557/2017.

Os princípios e diretrizes da gestão do risco de liquidez estão explicitados na Política de Gerenciamento de Riscos do Conglomerado CAIXA.

A CAIXA desenvolveu e implementou modelos proprietários para a projeção dos fluxos de caixa das operações bancárias em cenário de normalidade e de estresse e para a mensuração do potencial diário de negociação dos títulos e do colchão de risco de liquidez.

No gerenciamento da liquidez de curto prazo é realizado o monitoramento da liquidez intradia e da relação entre os títulos de alta convertibilidade, que são os ativos disponíveis para negociação e/ou realização de operações compromissadas, e o colchão de risco de liquidez, que é definido como a reserva estratégica mínima de recursos para fazer frente a uma situação de crise, composta por ativos de alta qualidade de liquidez em carteira, necessários para assegurar a capacidade da Instituição de cumprir com as obrigações do fluxo de caixa previstas para 30 dias.

Adicionalmente, foi estabelecido o Plano de Contingência de Liquidez com definição de Limites para avaliação e antecipação de possíveis problemas ou crises de liquidez. A violação de qualquer dos limites ou qualquer evento externo que produza impacto severo na liquidez da CAIXA é comunicada tempestivamente ao Conselho Diretor para avaliação quanto à decretação do regime de contingência de liquidez.

No Plano são definidas as responsabilidades das unidades e instâncias envolvidas na sua execução, as ações para incremento de liquidez e o fluxo de acionamento do plano para conduzir a CAIXA a uma situação aceitável ou restabelecer o seu nível de liquidez.

A mensuração e o monitoramento dos níveis de exposição ao risco de liquidez são reportados diariamente às Vice-Presidências de Risco e de Finanças e Controladoria, mensalmente, ao Comitê Delegado de Risco e Capital e, semestralmente, ao Conselho de Administração.

Risco Operacional

A Resolução CMN 4.557/2017 define risco operacional como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de eventos externos ou de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas. Essa definição inclui o risco legal associado à inadequação ou deficiência em contratos firmados, bem como as sanções em razão de descumprimento de dispositivos legais e indenizações por danos a terceiros decorrente das atividades desenvolvidas pela CAIXA.

Identificar, avaliar, mensurar, mitigar, monitorar, controlar e reportar são as fases para o perfeito ciclo de Gestão do Risco Operacional. Na CAIXA este processo está embasado em uma estrutura composta por três premissas básicas:

- Ambiente adequado de gerenciamento de Risco Operacional, formado pelo patrocínio da Alta Administração, por um conjunto de políticas e normas e por um processo segregado de auditoria;
- Processo de gerenciamento de Risco Operacional, composto pelas etapas de Identificação, Avaliação, Mensuração, Controle/Mitigação, Monitoramento e Reporte. Todas essas etapas estão interligadas de forma que o fluxo de análise tem começo, meio e fim bem definidos; e
- Divulgação de informações de Risco Operacional, definida segundo o objetivo e público alvo.

A avaliação do Risco Operacional na CAIXA é realizada por meio de duas análises: a análise preventiva e a análise reativa. A análise preventiva busca encontrar variáveis e indicadores que possam sinalizar prováveis ocorrências de perdas para agir antes que essas ocorram. A análise reativa busca estudar o comportamento das perdas para então encontrar possíveis causas. Em ambos os casos, a avaliação tenta fornecer instrumentos e informações suficientes para que o risco seja controlado/mitigado, monitorado e reportado. As diversas Unidades Gestoras da CAIXA são as maiores fontes de informação para a Identificação e Avaliação do Risco Operacional.

A CAIXA está implementando o modelo de Linhas de Defesa que corresponde a uma forma de estruturação dos processos da empresa de maneira a organizar os papéis e responsabilidades no que se refere ao Ambiente de Controle e Gestão de Riscos.

Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis consolidadas

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Em virtude da reorganização de mandatos para a gestão do Sistema de Controles Internos na CAIXA, houve a criação da SN Integração de Controle e Risco – SUICR em janeiro de 2017 e revisão de mandatos e atividades da SN Controle Institucional do Conglomerado – SUCOI. Assim, além da migração, para a SUICR, da GEROP, da GEMON/CEMON (ambas anteriormente vinculadas à SUCOI) e da GEGAR (antes vinculada à SURIC), também foi criada a GN Modelagem de Linhas de Defesa – GELDE.

A GELDE, por sua vez, possui como atribuições a responsabilidade pela modelagem e implantação das Linhas de Defesa na CAIXA. Tais responsabilidades inerentes ao gerenciamento de riscos estão organizadas em três Linhas de Defesa, conforme disposto abaixo:

- 1ª Linha de Defesa, composta por todas as unidades da CAIXA, incluindo unidades de Rede, Filiais e Matriz. Possui como responsabilidade identificar, mensurar, avaliar, monitorar, reportar, controlar e mitigar os riscos inerentes às suas atividades.
- 2ª Linha de Defesa, composta pelas unidades da VICOR, considerando-se a seguinte divisão:
 - DECOR e unidades subordinadas em relação aos riscos de crédito, carteira, mercado, liquidez, operacional, capital, partes relacionadas, socioambiental, reputacional, dentre outros;
 - SUCOI como responsável pelo Sistema de Controles Internos da CAIXA e gestão de Compliance.
- 3ª Linha de Defesa, composta pela auditoria interna, que atua de forma independente das demais unidades.

Metodologia de Cálculo Adotada na CAIXA

Em atenção aos critérios contidos na Circular BACEN nº 3.640/2013 para fins de cálculo do capital requerido para risco operacional pelo método padronizado (RWAopad), foi desenvolvida uma ferramenta para realizar cálculo integrando as três abordagens previstas:

- Abordagem do Indicador Básico – BIA;
- Abordagem Padronizada Alternativa – ASA; e
- Abordagem Padronizada Alternativa Simplificada - ASA2.

A CAIXA adota a abordagem ASA em virtude desta metodologia conferir caráter mais granular à utilização do resultado bruto que as demais e, por conseguinte, apresenta-se mais sensível à exposição ao risco operacional.

Modelos Internos

Os modelos internos de Risco Operacional, desenvolvidos por meio da abordagem avançada, visam mensurar as perdas esperadas e inesperadas utilizando em seu cálculos insumos internos, tornando os resultados mais aderentes às especificidades da instituição, além de estar em linha com as melhores práticas de gestão e mensuração do Risco Operacional.

O modelo requer, no mínimo, o uso e integração de quatro elementos:

- Dados internos de perdas operacionais – a base de dados internos dos eventos associados aos riscos e perdas operacionais deve ser composta com informações das áreas gerenciais em consonância com as da contabilidade.
- Dados externos de perdas operacionais – a base de dados externos auxilia na quantificação dos eventos de risco operacional ocorridos em outras instituições e contribui para a quantificação de eventos nunca ocorridos internamente, aqueles de baixíssima frequência.
- Indicadores relativos ao ambiente de negócios e aos controles internos - Refletem o controle interno e o ambiente operacional e de negócios a que a CAIXA está exposta a riscos operacionais e que servirão como mitigadores da exposição.
- Análise de cenários - Permite representar as mudanças no ambiente de negócio interno e externo incorporando situações que não estão nos dados internos, pois possibilita considerar o impacto de eventos extremos nas suas operações.

Embora a utilização de modelos internos para o cálculo de capital regulamentar esteja em processo de revisão pelo WGOR (*Working Group of Operational Risk*) do Comitê de Basileia, sobretudo com a possibilidade da adoção de um novo modelo padronizado denominado SMA (*Standardized Measurement Approach*), a exigência regulatória de desenvolvimento e estruturação dos quatro elementos de Risco Operacional, citados anteriormente, será mantida e intensificada, visto que estes elementos visam o aprimoramento contínuo da gestão de risco operacional.

Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis consolidadas

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Monitoramento, Controle Operacional e Mitigação

Os registros de perdas decorrentes de eventos de risco operacional são monitorados e apresentados com o objetivo de refinar a tomada de decisão e direcionar a elaboração de ações de mitigação. Também são monitoradas sistematicamente as informações provenientes dos indicadores da exposição da CAIXA às ocorrências dos eventos de risco operacional.

Para o controle operacional de produtos e serviços é utilizada ferramenta específica, onde se encontram consolidados os pareceres de diversas áreas, cuja contribuição perpassa desde a apresentação de projetos até a avaliação do comportamento dos produtos e serviços em relação aos níveis de risco projetados.

Visando a redução de riscos e a melhoria de controles, são elaboradas ações de mitigação do risco operacional, que representam medidas preventivas, corretivas ou de aprimoramento da gestão, e para se obter um melhor monitoramento, essas ações são registradas em sistema corporativo.

Gestão da Continuidade dos Negócios

A Gestão da Continuidade dos Negócios é parte do gerenciamento de risco operacional e sua atuação se dá por meio do Programa de Continuidade dos Negócios – PCN CAIXA frente às possíveis interrupções nos serviços e atividades, como fator fundamental para o sucesso de qualquer iniciativa de preservação ou recomposição da capacidade de realizar negócios.

Gestão da Segurança da Informação e Comunicações

A gestão de Segurança da Informação e Comunicações é um elemento importante na estrutura da CAIXA, cujo envolvimento de todas as suas áreas na construção e consolidação de modelos, procedimentos, estrutura, ferramentas e cultura corporativa resultam numa gestão focada fundamentalmente na proteção dos ativos de informações da Instituição.

Gestão de Crise

A Gestão de Crise é um componente da Gestão de Continuidade dos Negócios, que busca gerenciar de forma efetiva eventos de impacto significativo que abalem um ou mais pilares: pessoas, negócios, infraestrutura, informações, TI e fornecedores. Esta gestão envolve ações de preparação, identificação, resposta, resolução e, ao final, a observação das lições aprendidas, o chamado pós-crise.

NA CAIXA, o gerenciamento de crise está estruturado num modelo que contempla premissas, responsabilidades e formas de atuação sempre coordenadas por um Grupo de Gestão.

Transparência e Divulgação

A transparência e a divulgação de informações sobre o risco operacional da CAIXA são fatores imprescindíveis para que os participantes do mercado possam avaliar a qualidade do gerenciamento dessa categoria de risco na instituição.

Existe um processo estruturado de comunicação interna e de divulgação ao mercado com o objetivo de integrar a transparência à rotina da CAIXA e demonstrar o seu compromisso com a consistência dos dados, com o ambiente bancário seguro e com a sociedade brasileira.

Disseminação de Cultura de Risco Operacional

Estão disponíveis na Universidade CAIXA dois cursos sobre risco operacional, módulos Básico e Avançado de fácil acesso para os empregados da Instituição, com o objetivo de disseminar internamente a cultura de gerenciamento dessa categoria de risco. Nesta mesma linha, existem manuais normativos referentes à Política de Risco Operacional, bem como a procedimentos associados ao ciclo de gestão.

Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis consolidadas

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Nota 34 – Outras informações

(a) Ativos de Fundos/Programas Sociais administrados pela CAIXA

Descrição	31/12/2017 (1)	31/12/2016 (2)
FGTS	489.114.370	502.029.048
PIS	31.240.929	31.476.213
FAR	39.844.589	43.439.305
FCVS	13.800.682	12.754.057
FDS	3.011.455	2.528.756
FGCN	50.440	52.102
FGHAB	1.868.767	1.801.570
FGS	1.901.419	1.313.593
FAS	25.252	28.457
Total	580.857.903	595.423.101

(1) Fundos e programas sociais com posição 30/11/2017, com exceção do FGTS com posição de 31/10/2017.

(2) Posição de 30/11/2016.

(b) Ativos de Fundos de Investimento administrados pela CAIXA

Descrição	31/12/2017	31/12/2016
Fundos de ações	14.068.151	15.048.884
Fundos de investimento financeiro	202.325.000	186.996.963
Fundos de investimento em cotas (1)	142.961.908	115.387.486
Total	359.355.059	317.433.333

(1) Inclui Fundos de aplicação em cotas, que não são considerados no ranking ANBIMA.

(c) Efeitos não recorrentes na Demonstração do Resultado

Descrição	Exercício 2017
Reversão de provisões atuariais - custo de serviços passados (Nota 26)	5.260.510
Reversão de créditos tributários (Nota 20 (d))	(561.069)
Despesas com atualização monetária de Instrumentos Híbridos de Capital e Dívida (Nota 27)	(1.090.000)
Participações no lucro	(286.000)
Despesas tributárias - PASEP/COFINS (Nota 29)	27.877
Tributos correntes - IRPJ e CSLL (Nota 20 (a))	604.800
Total	3.956.118

(d) Garantias prestadas a terceiros

Registra-se o valor de R\$ 100.188 em 31/12/2017 (31/12/2016 - R\$ 69.554), referente aos imóveis patrimoniais e títulos penhorados em garantias prestadas a terceiros, relativo a ações judiciais contra a CAIXA.

(e) FIES

O risco de crédito das operações contratadas a partir de 12 de junho de 2001 é da CAIXA na qualidade de Agente Financeiro e devedor solidário no limite percentual de 25%, conforme estabelecido no art. 5º da Lei nº 10.260/2001, atualizado pela Lei nº 11.552/2007. O resultado da avaliação desse risco de crédito, descontado dos valores honrados e repassados ao MEC é reconhecido como provisão na CAIXA em "Obrigações diversas" no montante de R\$ 32.726.

Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis consolidadas

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Nota 35 – Eventos Subsequentes**Plano de desligamento de empregados**

Considerando a autorização da Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais – SEST, a CAIXA disponibilizou o Programa de Desligamento de Empregados – PDE aos empregados que possuem maior tempo de trabalho na empresa, com público alvo de 2.964 empregados.

O prazo de adesão ao PDE foi finalizado no dia 05/03/2018 e 1.450 empregados aderiram ao programa.

Gilberto Magalhães Occhi
Presidente

Arno Meyer
Vice-presidente

Fabio Lenza
Vice-presidente

Jair Luis Mahl
Vice-presidente interino

Jose Antonio Eirado Neto
Vice-presidente

Jose Henrique Marques da Cruz
Vice-presidente

Marcelo Campos Prata
Vice-presidente

Marcos Fernando Fontoura dos Santos Jacinto
Vice-presidente

Nelson Antonio de Souza
Vice-presidente

Paulo Henrique Angelo Souza
Vice-presidente

Roberto Barros Barreto
Vice-presidente interino

Marcos Brasileiro Rosa
Superintendente Nacional
Contador CRC 022351/O-1-DF

RESUMO DO RELATÓRIO DO COMITÊ DE AUDITORIA SEGUNDO SEMESTRE DE 2017

O Comitê de Auditoria é órgão estatutário de assessoramento, vinculado diretamente ao Conselho de Administração da Caixa Econômica Federal, e tem como principais atribuições: revisar, previamente à publicação, o conjunto das demonstrações contábeis e avaliar a efetividade dos sistemas de controles internos e das auditorias interna e independente. Seu Regimento Interno está disponível no site <http://www.caixa.gov.br> e sua atuação é orientada pelas normas aplicáveis, pelo Estatuto da CAIXA e pelo Plano de Trabalho aprovado para o exercício.

A administração da CAIXA é responsável pela elaboração das demonstrações contábeis, com base em processos e controles capazes de garantir sua qualidade e integridade.

A auditoria interna inclui, entre seus trabalhos regulares, o exame do ambiente e das atividades de controle existentes, com reflexo na elaboração dessas demonstrações.

A PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes é responsável por auditar as demonstrações contábeis, individual e consolidada, devendo atestar se elas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da CAIXA, de acordo com as práticas contábeis aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

ATIVIDADES REALIZADAS

Ao longo do segundo semestre de 2017 o Comitê participou de reuniões com integrantes do Conselho Diretor e de todas aquelas realizadas pelo Conselho de Administração. Promoveu encontros, isolada ou conjuntamente, com diversas áreas da CAIXA, com prioridade, em vista da natureza de suas atividades, para as áreas de controle institucional, de gerenciamento de riscos, de contabilidade e tributos, de controladoria e de ouvidoria.

Em todos os encontros anteriormente mencionados, colheu informações, observações e diagnósticos de aspectos relevantes ou críticos, debateu procedimentos e oportunidades de aperfeiçoamento, discutiu planos e ações corretivas e formulou apontamentos.

O Comitê também acompanhou os resultados de inspeções e apontamentos feitos pelos órgãos reguladores ou supervisores, e manteve reuniões específicas com seus representantes. Informou-se sobre os estágios das recomendações ou determinações das diversas instâncias de controle, analisando a consistência e a efetividade das respectivas soluções.

Manteve-se atento ao ambiente regulatório e econômico com implicações para a CAIXA e ao reflexo das ações de gestão sobre a dinâmica de atuação da instituição, em particular quanto aos aspectos relacionados à governança, à conformidade, aos controles internos, à gestão de riscos e às atividades de auditoria.

Resumo do Relatório do Comitê de Auditoria

Com as equipes de auditoria interna e independente, tomou conhecimento dos resultados dos principais trabalhos, conclusões e recomendações decorrentes. Em relação à ressalva apresentada no relatório do auditor independente, o Comitê vem acompanhando os resultados das investigações efetuadas e debatendo seus desdobramentos com os auditores.

Revisou, além disso, as demonstrações contábeis, incluindo as respectivas notas explicativas e relatórios da administração e do auditor independente, emitido com ressalva.

CONCLUSÕES

Em razão das atividades desenvolvidas, o Comitê reuniu um conjunto de informações que constituiu a base para suas avaliações. Assim, em função das análises efetuadas, ponderadas as responsabilidades e limitações inerentes ao escopo de sua atuação e reconhecendo a necessidade de aprimoramentos em alguns processos e sistemas internos, o Comitê concluiu que:

- i) os sistemas de controle interno e de gerenciamento de riscos da CAIXA revelam satisfatório nível de efetividade;
- ii) a auditoria interna se mostra efetiva, atuando com adequada independência e objetividade;
- iii) a auditoria independente é efetiva e não foram identificadas situações que pudessem comprometer sua independência; e,
- iv) todos os assuntos pertinentes que chegaram ao seu conhecimento estão adequadamente divulgados nas demonstrações contábeis, individual e consolidada, que foram elaboradas pela administração em consonância com as normas vigentes e refletem, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Caixa Econômica Federal e suas controladas em 31.12.2017.

Brasília (DF), 27 de março de 2018.

CARLA ALESSANDRA TREMATORE

CLÁUDIO LYSIAS DE TOLEDO PEREIRA

REINALDO BUSCH ALVES CARNEIRO
Presidente



Caixa Econômica Federal - CAIXA

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis consolidadas

Aos Administradores e Acionista
Caixa Econômica Federal - CAIXA

Opinião com ressalva

Examinamos as demonstrações contábeis consolidadas da Caixa Econômica Federal – CAIXA (“CAIXA” ou “Instituição”) e suas controladas, que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, exceto pelos possíveis efeitos do assunto descrito na seção a seguir intitulada “Base para opinião com ressalva”, as demonstrações contábeis consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Caixa Econômica Federal – CAIXA e suas controladas em 31 de dezembro de 2017, o desempenho consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa consolidados para o semestre e exercício findos nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Base para opinião com ressalva

Conforme mencionado na Nota 2(d) às demonstrações contábeis consolidadas, em conexão com os processos de investigação pelas autoridades públicas federais nas operações citadas na referida Nota, a administração da CAIXA tomou conhecimento de supostos atos ilegais por parte de certos administradores e ex-administradores. Em decorrência, conforme aprovado pelo Conselho de Administração, foi constituído um Comitê Independente específico e contratados especialistas independentes para conduzir investigações relacionadas às alegações e identificar eventuais descumprimentos de leis e regulamentos e os eventuais consequentes impactos sobre os controles internos e as demonstrações contábeis consolidadas da CAIXA.

Considerando que as ações relacionadas à investigação desses assuntos estão em andamento, os possíveis impactos decorrentes da resolução desses temas não são conhecidos. Conseqüentemente não foi possível determinar se havia necessidade de ajustes ou divulgações adicionais relacionados a esse assunto sobre as demonstrações contábeis consolidadas de 31 de dezembro de 2017.

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis consolidadas”. Somos independentes em relação à CAIXA e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas.



Caixa Econômica Federal - CAIXA

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva.

Ênfase

Créditos com FCVS

Chamamos a atenção para a Nota 7(b) às demonstrações contábeis consolidadas, que descreve que, em 31 de dezembro de 2017, a CAIXA possui créditos junto ao Fundo de Compensação de Variações Salariais – FCVS no montante líquido de R\$ 27.813 milhões. Os financiamentos habitacionais encerrados com cobertura do FCVS, ainda não homologados, montam a R\$ 12.944 milhões e a sua efetiva realização depende da aderência a um conjunto de normas e procedimentos definidos em regulamentação emitida pelo FCVS. A CAIXA estabeleceu critérios estatísticos para estimar as perdas decorrentes de operações que não venham a atender a essas normas, para as quais constituiu provisão no valor de R\$ 3.705 milhões. A realização dos créditos relacionados a financiamentos habitacionais já homologados pelo FCVS, no montante de R\$ 18.574 milhões, em 31 de dezembro de 2017, segue um processo de securitização (emissão de títulos por parte da União), conforme previsto na Lei 10.150 de 2000. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis consolidadas e o relatório do auditor

A administração da CAIXA é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis consolidadas ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Conforme descrito na seção "Base para opinião com ressalva" acima, considerando que as ações relacionadas à referida investigação estão em andamento, não foi possível determinar se havia necessidade de ajustes ou divulgações adicionais relacionados a esse assunto sobre as demonstrações contábeis consolidadas de 31 de dezembro de 2017. Portanto, não foi possível concluir se as outras informações apresentam distorção relevante, ou não, com relação a esse assunto.

Principais Assuntos de Auditoria

Principais Assuntos de Auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do período corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Além do assunto descrito na seção "Base para opinião com ressalva", determinamos que os assuntos descritos abaixo são os principais assuntos de auditoria a serem comunicados em nosso relatório.



Porque é um PAA

Provisão para crédito de liquidação duvidosa (Notas 3(h) e 8)

A estimativa da provisão para créditos de liquidação duvidosa envolve julgamento por parte da Administração. A determinação da provisão para créditos de liquidação duvidosa envolve a avaliação de várias premissas e fatores internos e externos alinhados com Resolução do Conselho Monetário Nacional no. 2.682, incluindo os níveis de inadimplência e garantias das carteiras, política de renegociação, cenário econômico atual e prospectivo. Dessa forma, essa área foi considerada uma área de foco em nossa auditoria.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Procedemos ao entendimento e testes dos controles internos relevantes na mensuração e reconhecimento da provisão para créditos de liquidação duvidosa, contemplando substancialmente os seguintes principais processos: Aprovação da política de crédito; Análise de crédito; Concessão de crédito e operações renegociadas; Atribuição de rating considerando o risco do valor recuperável das operações; Processamento e contabilização das provisões; Reconciliação dos saldos contábeis com a posição analítica; e Elaboração das notas explicativas.

Efetuamos, também, testes em relação a integridade e totalidade da base de dados utilizada para o cálculo da provisão para créditos de liquidação duvidosa, além de testes para observar a aplicação da metodologia de cálculo dessa provisão em relação aos ratings atribuídos, bem como confronto dos saldos contábeis e as informações divulgadas nas notas explicativas com os relatórios analíticos.

Consideramos que os critérios e premissas adotados pela Administração são razoáveis em relação ao previsto nas normas regulamentares e nas políticas internas para a determinação da provisão para créditos de liquidação duvidosa.



Porque é um PAA

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Crédito tributário (Notas 3(i) e 20)

O crédito tributário decorrente de diferenças temporárias na base de cálculo dos tributos, bem como de prejuízos fiscais, é reconhecido contabilmente na medida em que haja expectativa de lucros tributáveis futuros para realização do mesmo.

A expectativa de realização dos créditos tributários está baseada em projeções de lucros tributários de curto e longo prazo e que requerem a aplicação de julgamento por parte da Administração da CAIXA e de suas investidas, incluindo utilização de premissas cuja concretização depende da confirmação dos cenários utilizados.

Considerando a subjetividade inerente a esse processo, uma vez que a utilização de diferentes premissas na projeção do lucro tributário poderia modificar significativamente os prazos e os valores previstos para realização dos créditos tributários, essa foi considerada uma área de foco em nossa auditoria.

Realizamos o entendimento do processo de apuração dos créditos tributários decorrentes das diferenças temporárias e prejuízos fiscais, bem como do estudo de realização dos créditos tributários de acordo as projeções de lucros tributários elaborados pela Administração.

Analisamos premissas críticas incluídas nas projeções de lucros tributários e, comparamos com dados macroeconômicos disponíveis e informações históricas e prospectivas da CAIXA e de suas investidas em seus aspectos mais relevantes.

Testamos a natureza e os montantes das diferenças temporárias e prejuízos fiscais passíveis de serem deduzidos das bases de tributos futuros com o auxílio de nossos especialistas na área tributária.

Discutimos com a Administração e inspecionamos a aprovação do estudo técnico que suporta a realização do crédito tributário pelo Conselho Diretor e apreciação pelo Conselho de Administração.

Consideramos que os critérios e premissas adotados pela Administração para a determinação e manutenção dos créditos tributários são razoáveis no contexto das demonstrações contábeis consolidadas.



Porque é um PAA

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Provisões para passivos contingentes (Notas 3(p) e 30)

A CAIXA é parte em processos judiciais e administrativos de natureza tributária, trabalhista e cível, decorrentes do curso normal de suas atividades.

Normalmente os referidos processos são encerrados após um longo período e envolvem não só discussões acerca do mérito, mas também aspectos processuais complexos, de acordo com a jurisprudência e legislação vigente.

A decisão de reconhecimento de um passivo contingente e as bases de mensuração levam em consideração os pareceres dos assessores jurídicos e exercício de julgamento feito pela Administração da CAIXA. Consequentemente, essa foi considerada uma área de foco em nossa auditoria.

Nossos procedimentos de auditoria, abrangeram dentre outros:

O entendimento dos controles relacionados a identificação e constituição de passivos e as divulgações em notas explicativas, bem como os modelos de cálculo adotados para a constituição das provisões de natureza tributária, cível e trabalhistas, que consideram a análise individualizada para as ações relevantes e o valor médio histórico de condenação pago para as demais ações.

Efetuamos testes em relação aos valores provisionados das ações relevantes, bem como, com o apoio de nossos especialistas, discutimos a razoabilidade do prognóstico de perda das causas mais significativas de natureza tributária, trabalhista e cíveis.

Testamos a aplicação dos modelos matemáticos de apuração das médias históricas de perda relacionadas as demais contingências, bem como testamos a quantidade de casos em aberto na data-base das demonstrações contábeis consolidadas.

Efetuamos procedimentos de confirmação com os advogados que são responsáveis pela análise dos processos judiciais e administrativos relevantes para confirmar a avaliação do prognóstico, a totalidade das informações e o valor correto das provisões.

Consideramos que os critérios e premissas adotados pela Administração fornecem uma base razoável para a determinação da provisão para passivos contingentes no contexto das demonstrações contábeis consolidadas.

Porque é um PAA

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Plano de benefício pós-emprego (Notas 3(r) e 32)

A CAIXA tem planos de benefício pós emprego com característica de benefício definido, cujos valores são relevantes no contexto das demonstrações contábeis consolidadas e envolvem a necessidade de utilização de uma adequada base de dados, da aplicação das características de cada plano quanto a responsabilidade da CAIXA como patrocinadora, incluindo a paridade contributiva, bem como a determinação de premissas por parte da administração com elevado grau de subjetividade, tais como: taxas de desconto, de inflação, de evolução de custos médicos e de mortalidade.

Além disso, a CAIXA aprovou um novo estatuto em 14 de dezembro de 2017 alterando as premissas do plano econômico Saúde CAIXA com a implementação de teto de contribuição vinculado à folha de pagamento como limitador de gastos da CAIXA.

Essa foi uma área de foco em nossa auditoria, pois alterações nas premissas podem resultar em impactos relevantes nas obrigações relacionadas aos planos de benefício definido.

Procedemos ao entendimento dos processos que envolvem a constituição e a mensuração dos passivos decorrentes dos planos de benefícios pós emprego.

Entre outros, nossos testes consideraram os controles relacionados à completude e base de dados consideradas nos cálculos atuariais, além da paridade contributiva do déficit.

Com o auxílio de nossos especialistas atuários procedemos à reperformance de cálculos em base de testes e discutimos as metodologias e os julgamentos relevantes utilizados pela Administração na determinação das premissas aplicadas no cálculo das obrigações em comparação com os parâmetros de mercado. Realizamos o confronto do saldo contábil com o saldo apresentado no pareceres atuariais.

Avaliamos os estudos e análises feitos pela Administração quanto ao reconhecimento contábil das alterações de premissas dos planos.

Consideramos que os critérios e premissas adotados pela Administração para a determinação da provisão para os planos de benefícios pós emprego são, em todos os seus aspectos relevantes, razoáveis no contexto das demonstrações contábeis consolidadas.



Porque é um PAA

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Mensuração do valor justo dos ativos dos planos de benefícios a empregados com pouca liquidez e sem mercado ativo (Nota 3(g), 3(r) e 32 (i.6 a i.8))

A mensuração do valor justo dos instrumentos financeiros dos ativos dos planos de benefício a empregados foi considerada uma área de foco em nossa auditoria devido à sua relevância no contexto das demonstrações contábeis consolidadas e o envolvimento de elevado nível de julgamento por parte da Administração, uma vez que dependem de técnicas de avaliação realizadas por meio de modelos internos baseados em determinadas premissas para valorização de instrumentos com pouca liquidez e sem mercado ativo e/ou dados observáveis. Esses instrumentos financeiros são substancialmente compostos por aplicações em títulos emitidos por empresas.

Realizamos o entendimento sobre a mensuração, reconhecimento e divulgação do valor justo dos ativos dos planos de benefícios a empregados.

Analisamos a razoabilidade das principais premissas utilizadas pela Administração nas construções de curvas e modelos internos de precificação, bem como analisamos o alinhamento dessas principais premissas e destes modelos com as práticas utilizadas de mercado, inclusive para os ativos que foram objeto de constituição de provisão para perda.

Efetuamos testes independentes de valorização de determinadas operações, selecionadas em base amostral.

Consideramos que os critérios e premissas adotados pela Administração na mensuração do valor justo desses ativos fornecem uma base razoável, em seus aspectos relevantes, para sua utilização da determinação do valor justo dos instrumentos financeiros dos planos de benefícios pós emprego no contexto das demonstrações contábeis consolidadas.

Porque é um PAA

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Ambiente de Tecnologia da informação

A CAIXA opera em um ambiente de negócio altamente dependente de tecnologia requerendo uma infraestrutura complexa para suportar o elevado número de transações processadas diariamente em seus diversos sistemas.

Os riscos inerentes à tecnologia de informação, associados a processos e controles que suportam o processamento dos sistemas de tecnologia, considerando os sistemas legados e os ambientes de tecnologia existentes, podem, eventualmente, ocasionar processamento incorreto de informações críticas, inclusive aquelas utilizadas na elaboração das demonstrações contábeis consolidadas. Por essa razão, essa foi considerada uma área de foco em nossa auditoria.

Com o auxílio de nossos especialistas de sistemas, avaliamos o desenho e testamos a efetividade operacional dos principais controles relacionados à gestão do ambiente de tecnologia da informação, incluindo os controles compensatórios estabelecidos.

Os procedimentos executados envolveram a combinação de testes de controles e, quando aplicável, testes dos controles compensatórios, relacionados à segurança da informação, desenvolvimento e manutenção de sistemas e operação de computadores sobre a infraestrutura que suportam as informações relevantes no processo de elaboração das demonstrações contábeis consolidadas, incluindo gestão de acessos, tratamento de incidentes e segregação de função.

Por meio dos resultados dos trabalhos mencionados, determinamos a natureza e a extensão de nossos procedimentos de auditoria e consideramos que os processos e controles do ambiente de tecnologia, associados aos controles compensatórios e testes realizados, proporcionaram uma base razoável para a auditoria sobre as demonstrações contábeis consolidadas.

Outros assuntos

Demonstração do Valor Adicionado

A Demonstração do Valor Adicionado (DVA) referente ao semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2017, elaborada sob a responsabilidade da administração da CAIXA e apresentada como informação suplementar para fins do Banco Central do Brasil, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis consolidadas da CAIXA. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações contábeis consolidadas e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - "Demonstração do Valor Adicionado". Em nossa opinião, exceto pelos possíveis efeitos do assunto descrito na seção "Base para opinião com ressalva", a demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e é consistente em relação às demonstrações contábeis consolidadas tomadas em conjunto.



Caixa Econômica Federal - CAIXA

Apresentação das demonstrações contábeis individuais

A CAIXA elaborou, adicionalmente, um conjunto de demonstrações contábeis individuais referentes ao semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2017, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, sobre o qual emitimos relatório de auditoria, datado de 26 de março de 2018, contendo a mesma ressalva e ênfase, bem como os mesmos principais assuntos de auditoria acima descritos.

Auditoria dos valores correspondentes ao exercício e semestre anteriores

O exame das demonstrações contábeis consolidadas do semestre e do exercício findo em 31 de dezembro de 2016 foi conduzido sob a responsabilidade de outros auditores independentes, que emitiram relatório de auditoria, com data de 23 de março de 2017, com ressalva referente à ausência de laudo de avaliação relativo a determinada entidade investida do fundo de pensão patrocinado pela CAIXA, providenciado para o primeiro semestre de 2017, bem como com parágrafos de ênfases referentes a realização dos créditos com FCVS, realização do crédito tributário da investida Banco PAN S.A. e aspectos relacionados à não conformidade de leis e regulamentos.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis consolidadas

A Administração da CAIXA é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis consolidadas livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a CAIXA continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis consolidadas, a não ser que a administração pretenda liquidar a CAIXA ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da CAIXA e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis consolidadas.



Caixa Econômica Federal - CAIXA

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis consolidadas.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da CAIXA e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da CAIXA. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a CAIXA a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis consolidadas, inclusive as divulgações e se essas demonstrações contábeis consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.



Caixa Econômica Federal - CAIXA

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis consolidadas do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Brasília, 26 de março de 2018

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes
CRC 2SP000160/O-5

Guilherme Naves Valle
Contador CRC 1MG070614/O-5

Parecer do Conselho Fiscal

Parecer nº 01/2018, da Ata nº 741, de 26/03/2018

Assunto: Balancete Mensal de dezembro, Demonstrações Contábeis Individuais, Demonstrações Contábeis Consolidadas e Execução Orçamentária da Caixa Econômica Federal, referentes ao Exercício de 2017 – Resolução do Conselho Diretor nº 7916/2018, de 06/03/2018.

O Conselho Fiscal da Caixa Econômica Federal, em cumprimento ao disposto no Inciso III do Artigo 59 do Estatuto Social da Empresa, **examinou** as Demonstrações Contábeis Individuais, Demonstrações Contábeis Consolidadas e Execução Orçamentária da Caixa Econômica Federal, referentes ao Exercício de 2017, aprovados pela Resolução do Conselho Diretor nº 7916/2018, de 06/03/2018, e tomando por base a manifestação da Auditoria Interna, o Parecer da PriceWaterhouseCoopers (PWC) e o Relatório Resumido do Comitê de Auditoria (COAUD), **é de opinião que devem ser observadas, integralmente, de modo a considerar os riscos inerentes aos controles internos e aprimorar a gestão contábil, financeira e patrimonial da CAIXA: 1) as recomendações da Auditoria Interna; 2) as ênfases da Auditoria Independente; e 3) a ressalva da Auditoria Independente, a saber: “considerando que as ações relacionadas à investigação desses assuntos [detalhados por meio da Nota Explicativa 2 (d) às Demonstrações Contábeis] estão em andamento, os possíveis impactos decorrentes da resolução desses temas não são conhecidos. Conseqüentemente não foi possível determinar se havia necessidade de ajustes ou divulgações adicionais relacionados a esse assunto sobre as demonstrações contábeis consolidadas de 31 de dezembro de 2017.”** Observado o exposto, o Colegiado nada tem a opor à divulgação das referidas Demonstrações Contábeis.

Brasília, 26 de março de 2018.

ANDRÉ PROITE
Conselheiro

DANIEL DE SABÓIA XAVIER
Conselheiro

MÁRCIA FERNANDA
DE OLIVEIRA TAPAJÓS
Conselheira

MANUEL AUGUSTO ALVES SILVA
Presidente

Parecer do Conselho da Administração**P A R E C E R**

O Conselho de Administração da Caixa Econômica Federal, em cumprimento ao disposto no artigo 25, inciso XVIII, alínea “d”, do Estatuto Social da Companhia, tomando por base os Relatórios da Auditoria Interna, da PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes e do Comitê de Auditoria, **aprovou** as Demonstrações Contábeis Individuais e Consolidadas da Caixa Econômica Federal, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017.

Brasília, 22 de março de 2018.

ANDRÉ NUNES
Conselheiro

ANELIZE LENZI RUAS DE ALMEIDA
Conselheira

CLAUDIO XAVIER SEEFELDER FILHO
Conselheiro

GILBERTO OCCHI
Conselheiro

MARIA RITA SERRANO
Conselheira Representante dos
Empregados

PRISCILA GRECOV
Conselheira

ANA PAULA VITALI JANES VESCOVI
Presidente

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

2017

CAIXA

À Sociedade Brasileira,

Apresentamos o Relatório da Administração e as Demonstrações Contábeis Consolidadas da Caixa Econômica Federal, relativas ao quarto trimestre de 2017, de acordo com as práticas e normas contábeis estabelecidas no País, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Principais Números (R\$ milhões)	2S17	2S16	Δ 12M	2017	2016	Δ 12M
Lucro Líquido Contábil	8.442	1.689	399,8%	12.516	4.137	202,6%
Ativos Totais	1.260.768	1.255.452	0,4%	1.260.768	1.255.452	0,4%
Carteira de Crédito Ampla	706.276	709.289	-0,4%	706.276	709.289	-0,4%
Captações	1.016.155	984.113	3,3%	1.016.155	984.113	3,3%
Depósitos	506.226	512.191	-1,2%	506.226	512.191	-1,2%
Depósitos de Poupança	276.693	252.403	9,6%	276.693	252.403	9,6%
Índice de Basileia	17,7%	13,5%	4,1 p.p.	17,7%	13,5%	4,1 p.p.
Índice de Eficiência Operacional ¹	49,8%	52,1%	- 2,3 p.p.	49,8%	52,1%	- 2,3 p.p.
Empregados	87.654	94.978	-7.324	87.654	94.978	-7.324
Agências e Postos de Atendimento - unidades	4.198	4.249	-51	4.198	4.249	-51
Caixas Eletrônicos - unidades	29.972	31.212	-1.240	29.972	31.212	-1.240
Pagamento de benefícios sociais	14.455	14.694	-1,6%	28.689	28.234	1,6%
Pagamento de benefícios ao trabalhador	135.356	123.269	9,8%	313.658	242.057	29,6%

¹ Desconsidera o efeito não recorrente da reversão da provisão atuarial de benefício pós-emprego.

1) Destaques

1. 1 - Acordo sobre perdas de planos econômicos das décadas de 80 e 90

A CAIXA junto com alguns bancos chegaram a um acordo sobre as perdas de rendimentos que as poupanças sofreram com as mudanças dos planos econômicos (Bresser, Verão, Collor 1 e Collor 2). A previsão é de encerrar quase um milhão de processos, efetuando o pagamento de mais de R\$ 10 bilhões que beneficiarão cerca de 3 milhões de pessoas, o dinheiro já está disponível nos bancos, sendo necessária a comprovação da existência da ação judicial pelo poupador.

1. 2 - CAIXA aprova atualização do seu plano de capital

O plano de contingência de capital vem sendo implementado desde o início de 2017, com adoção de medidas para fortalecer a governança corporativa e a gestão da estrutura de capital. Dentre as medidas previstas, destacam-se: recapitalização pelo Tesouro Nacional dos dividendos a serem pagos pela CAIXA; redução de despesas, ajuste dos processos de alocação de capital, utilização da métrica do Retorno Ajustado ao Risco no Capital (RAROC) para gestão da carteira de crédito, disseminação da cultura de risco, entre outras.

1. 3 - Aprovação do novo estatuto da CAIXA

A elaboração do novo estatuto teve início em 2016 com participação de várias áreas da empresa e dos ministérios da Fazenda e do Planejamento. O novo estatuto está alinhado à Lei das Estatais (nº 13.303/2016), à Lei 6.404/1976 e ao Programa de Destaque em Governança das Estatais da B3. Este documento é um marco na gestão e governança da CAIXA, promovendo maior transparência nos processos decisórios e criação de novos comitês estatutários.

1. 4 - Prêmios e Reconhecimentos

Em 2017, destacam-se os seguintes prêmios e reconhecimentos recebidos pela CAIXA:

- Prêmio Top of Mind pela 16ª vez consecutiva na categoria Poupança pelo jornal Folha de São Paulo.
- A CAIXA está entre as 50 empresas mais inovadoras em relacionamento com o cliente, conforme ranking divulgado pela revista Exame, em agosto de 2017.

2) Desempenho - Resultado

Em R\$ milhões	2S17	2S16	Δ 12M	2017	2016	Δ 12M
Margem Financeira	25.524	23.181	10,1%	50.466	44.211	14,1%
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	(9.010)	(10.042)	-10,3%	(19.257)	(20.109)	-4,2%
Resultado Intermediação Financeira	16.514	13.139	25,7%	31.209	24.101	29,5%
Receita de Prestação de Serviços e Tarifas Bancárias	12.812	11.593	10,5%	25.041	22.463	11,5%
Despesas de Pessoal e Outras Despesas Adm.	(17.320)	(17.322)	0,0%	(34.362)	(33.248)	3,4%
Outras Receitas/Despesas Operacionais ¹	(10)	(2.435)	-99,6%	(4.199)	(5.999)	-30,0%
Despesas Tributárias	(1.894)	(1.883)	0,6%	(3.876)	(3.726)	4,0%
Resultado de Part. em Coligadas e Controladas	469	168	178,4%	780	444	75,9%
Imposto de Renda, Contrib. Soc. e Part. nos Lucros	(1.740)	(1.412)	23,2%	(1.481)	375	-495,2%
Lucro Líquido Contábil	8.442	1.689	399,8%	12.516	4.137	202,6%
ROE - Retorno sobre o PL ¹	12,9%	6,6%	6,3 p.p.	12,9%	6,6%	6,3 p.p.
ROA - Retorno sobre o Ativo ¹	0,7%	0,3%	0,3 p.p.	0,7%	0,3%	0,3 p.p.

¹ Desconsidera o efeito não recorrente da reversão da provisão atuarial de benefício pós-emprego.

A CAIXA encerrou 2017, com lucro líquido de R\$ 12,5 bilhões, alta de 202,6% em 12 meses. O Lucro Líquido recorrente alcançou R\$ 8,6 bilhões em 2017, desconsiderando o impacto gerado pela reversão de provisão atuarial de benefício pós-emprego.

No segundo semestre, o lucro líquido totalizou R\$ 8,4 bilhões, aumento de 399,8% em relação ao mesmo período de 2016, tendo como principais destaques:

2.1 Resultado Bruto da Intermediação Financeira: alcançou R\$ 31,2 bilhões no ano de 2017, crescimento de 29,5% em 12 meses, influenciado por um recuo de 10,9% nas receitas da intermediação financeiras, compensadas, pela redução de 19,3% nas despesas de captação.

2.2 Despesas com Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa: queda de 4,2% na comparação com 2016, reflexo da melhoria da qualidade do crédito concedido e dos processos de recuperação de crédito. O índice de inadimplência total acima de 90 dias totalizou 2,25% em dezembro de 2017, redução de 0,6 p.p. em 12 meses e abaixo da média do mercado de 3,25%.

2.3 Receitas com Prestação de Serviços: aumento de 11,5% em 12 meses, com o alcance de R\$ 25,0 bilhões em 2017, influenciado pelas receitas com serviços de convênio e cobrança, administração de fundos de investimento e conta corrente. O índice de cobertura das despesas administrativas evoluiu 5,3 p.p e atingiu 72,9%, o índice de cobertura das despesas de pessoal totalizou 111,6%, melhora de 4,8 p.p em 12 meses.

2.4 Despesas Administrativas: crescimento de 3,4% em 12 meses, impactados pelas despesas de pessoal, com aumento de 6,6% em virtude do impacto do Programa Desligamento Voluntário Extraordinário e do Acordo Coletivo de Trabalho. As outras despesas administrativas reduziram 2,3% em 12 meses, demonstrando o esforço contínuo da Instituição na racionalização de gastos. Com isso o Índice de Eficiência Operacional-IEO recorrente alcançou 49,8% melhora de 2,3 p.p em 12 meses.

2.5 Resultado Operacional: O resultado operacional de R\$ 14,6 bilhões foi o melhor já alcançado pela instituição em 2017, evolução de 261,7% em comparação ao alcançado em 2016. No segundo semestre, o resultado operacional alcançou R\$ 10,6 bilhões, 224,3% maior que o verificado no segundo semestre de 2016, demonstrando que as ações tomadas pela administração da CAIXA levam a Instituição a uma melhora contínua e sustentável de seu desempenho.

3) Circular BACEN 3.068/2001

Em atendimento ao disposto no artigo 8º da Circular BACEN 3.068/2001, a CAIXA declara ter a intenção de manter os títulos classificados na categoria III, os quais totalizaram R\$ 41,1 bilhões no período, até os seus respectivos vencimentos, bem como possuir capacidade financeira para tanto.

4) Desempenho - Ativos e Passivos

Em R\$ milhões	Dez17	Dez16	Δ 12M
Ativos Totais	1.260.768	1.255.452	0,4%
Carteira de Crédito Ampla	706.276	709.289	-0,4%
TVM e Derivativos	188.135	181.344	3,7%
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	(37.503)	(35.775)	4,8%
Passivo ¹	1.189.384	1.191.818	-0,2%
Depósitos	506.226	512.191	-1,2%
Letras	128.210	154.094	-16,8%
Patrimônio Líquido	71.384	63.634	12,2%

¹ Exclui o Patrimônio Líquido.

Os ativos da CAIXA totalizaram R\$ 1,3 trilhão, crescendo 0,4% em 12 meses. O total de ativos administrados somou R\$ 2,2 trilhões, aumento de 1,9% em relação a dezembro de 2016, com destaque para o FGTS, com saldo de R\$ 489,1 bilhões, e os Fundos de Investimento que apresentaram evolução de 17,3% e totalizaram R\$ 337,0 bilhões. O patrimônio líquido da CAIXA totalizou saldo de R\$ 71,4 bilhões, avanço de 12,2% em 12 meses.

5) Carteira de Crédito Ampla

A carteira de crédito ampla da CAIXA alcançou saldo de R\$ 706,3 bilhões no segundo semestre de 2017, queda de 0,4% na comparação com o segundo semestre de 2016. Em linha com a estratégia de otimização do portfólio e de rentabilização da carteira de crédito atual.

5.1 Crédito Comercial

A carteira de crédito comercial totalizou saldo de R\$ 161,8 bilhões, redução de 15,3% em 12 meses, em função da baixa demanda por crédito e do Plano de Capital da Empresa. A carteira PJ totalizou saldo de R\$ 68,1 bilhões no quarto trimestre, redução de 23,1% em 12 meses. As operações comerciais com pessoas físicas atingiram o saldo de R\$ 93,7 bilhões, recuo de 8,6% em 12 meses. O produto que apresentou maior crescimento no segmento foi o de crédito consignado que alcançou saldo de R\$ 64,3 bilhões. A participação da CAIXA nesse mercado totalizou 20,7% no período.

5.2 Crédito Imobiliário

O saldo da carteira de crédito habitacional apresentou evolução de 6,3% em 12 meses, totalizando R\$ 431,7 bilhões em dezembro de 2017, dos quais R\$ 237,6 bilhões com recursos FGTS e R\$ 194,1 bilhões com recursos CAIXA/SBPE. A CAIXA é líder nesse mercado com 69,0% de participação, ganho de 2,1 p.p em 12 meses.

Em 2017, foram contratados pela CAIXA R\$ 57,8 bilhões no Programa Minha Casa Minha Vida, o equivalente a 482.844 novas unidades habitacionais. Desde o início do Programa Minha Casa Minha Vida, foram contratados pela CAIXA R\$ 398,6 bilhões, o equivalente a 5,0 milhões de novas unidades habitacionais. Dessas novas moradias, 35,4% foram destinadas à FAIXA 1 do Programa.

5.3 Crédito Infraestrutura

As operações de infraestrutura cresceram 5,2% em 12 meses, alcançando saldo de R\$ 82,7 bilhões ao final de 2017, esse segmento é estratégico para a CAIXA por proporcionar importantes avanços no desenvolvimento econômico do País e gerar relacionamento de longo prazo com os clientes pessoas jurídicas.

5.4 Crédito Rural

O Crédito Rural CAIXA atingiu saldo de R\$ 6,9 bilhões em dezembro de 2017, com destaque para a modalidade disponível para Pessoa Física, que apresentou 10,7% de aumento em comparação com dezembro de 2016. Com esse saldo a CAIXA alcançou 2,8% de participação nesse mercado.

6) Captações

As captações totais apresentaram saldo de R\$ 1.016 bilhões em dezembro de 2017, evolução de 3,3% em relação ao mesmo período do ano anterior. Os depósitos alcançaram saldo de R\$ 506,2 bilhões. Os depósitos à vista totalizaram R\$ 32,4 bilhões, evolução de 1,6% em 12 meses.

Uma das principais fontes de recursos para o crédito imobiliário, a poupança da CAIXA apresentou saldo de R\$ 276,7 bilhões, alta de 9,6% em 12 meses. Com esse saldo, a CAIXA é líder do mercado com 38,2% de participação, ganho de 0,23 p.p. em 12 meses.

Em dezembro de 2017, a Instituição possuía 74,8 milhões de contas de poupança, incremento de 6,0 milhões de contas em relação ao registrado em dezembro de 2016.

As Letras totalizaram R\$ 117,5 bilhões, redução de 16,6% em 12 meses, em linha com a estratégia de captação da Instituição.

Captações (R\$ milhões)	Dez17	Dez16	Δ 12M
Depósitos à Vista	32.399	31.883	1,6%
Depósitos de Poupança	276.693	252.403	9,6%
Depósitos a Prazo	185.643	210.689	-11,9%
Outros Depósitos	11.491	17.215	-33,3%
Letras ¹	117.528	140.913	-16,6%
Emissões Internacionais	10.682	13.181	-19,0%
Compromissadas Carteira Própria	109.962	73.382	49,8%
Empréstimos e Repasses	271.757	244.446	11,2%
Total	1.016.155	984.113	3,3%

¹ Inclui letras imobiliárias, hipotecárias, financeiras e agrícolas.

7) Serviços de Governo

Como principal agente operador dos programas sociais do Governo Federal, a CAIXA, contribui ativamente para a erradicação da pobreza e para a melhoria da distribuição de renda da população brasileira. Em 2017, a CAIXA pagou 158,4 milhões de benefícios sociais, o que corresponde a R\$ 28,7 bilhões.

Pelo programa Bolsa Família, foram pagos 153,8 milhões de benefícios totalizando R\$ 27,8 bilhões no ano de 2017, o programa é fundamental para a redução da taxa de mortalidade infantil e da evasão escolar.

Em relação aos programas voltados ao trabalhador, a Instituição foi responsável por realizar 292,3 milhões de pagamentos de benefícios, que totalizaram R\$ 313,7 bilhões no período. Entre eles o Seguro-Desemprego, Abono Salarial e PIS, corresponderam a R\$ 52,0 bilhões.

As aposentadorias e pensões aos beneficiários do INSS totalizaram 71,7 milhões de pagamentos, somando R\$ 94,7 bilhões no ano. A arrecadação do FGTS atingiu R\$ 123,5 bilhões em 2017 e os saques incluindo o pagamento das contas inativas, totalizaram R\$ 166,9 bilhões.

8) Loterias

As Loterias CAIXA arrecadaram quase R\$ 13,9 bilhões no ano de 2017, evolução de 8,0% em 12 meses. A Mega-Sena foi o produto mais demandado pelos apostadores, correspondendo a 42,0% do total arrecadado pelas Loterias da CAIXA no período.

Além de alimentar os sonhos de milhões de apostadores por seus prêmios milionários, as Loterias CAIXA constituem uma importante fonte de recursos para o desenvolvimento social do País.

Dos valores arrecadados, cerca de R\$ 5,2 bilhões foram transferidos, no período, aos programas sociais do governo federal nas áreas de seguridade social, esporte, cultura, segurança pública, educação e saúde, o que corresponde a 37,1% do total, conforme quadro abaixo:

Destinação das Loterias (R\$ milhões)	2S17	2S16	Δ 12M	2017	2016	Δ 12M
Destinação Social	2.847	2.581	10,3%	5.160	4.792	7,7%
Prêmios	2.671	2.434	9,7%	4.884	4.519	8,1%
Custeio e Manutenção	1.464	1.324	10,6%	2.658	2.458	8,1%
Tributos	666	589	13,1%	1.189	1.095	8,7%
Total Arrecadado	7.648	6.928	10,4%	13.891	12.863	8,0%

9) Participações Estratégicas

O Conglomerado CAIXA, grupo de empresas formada pela instituição financeira CAIXA e suas participações diretas e indiretas, busca otimizar seu desempenho a partir da obtenção de ganhos originados da integração junto às suas participações. A Política do Conglomerado CAIXA estabelece orientações para a gestão, a realização de seus investimentos e contratações, abrangendo o relacionamento comercial e a governança entre a CAIXA e as empresas integrantes desse Conglomerado, buscando estabelecer parcerias estratégicas que viabilizem o acesso, em condições competitivas, a mercados considerados estratégicos e a serviços que possibilitem atingir seus objetivos.

Composição da Carteira de Participações (em R\$ mil)	Dez17	Dez16
CAIXA Seguros Holding	3.402.526	3.046.972
Banco PAN	759.948	878.142
Capgemini	13.178	117.889
Elo Serviços	44.692	23.111
Cia. Bras. de Securitização - CIBRASEC	7.025	6.994
Crescer	3.479	-
Branes	1.898	1.874
Galgo Sistemas de Informações S.A	1.285	1.752
BIAPE	-	-
FGO – Fundo Garantia de Operações	467.384	287.712
FGHAB – Fundo Garantidor Habitação Popular	265.210	265.210
Fundo de Investimento em Participações	27.156	32.685
TECBAN	112.049	106.537
GIC - Gestora de Inteligência de Crédito	28.724	-
PAN Corretora	26.698	33.130
PAN Seguros	368.764	363.179
Outros Investimentos	10.535	8.827
Total	5.540.551	5.174.014

Mais informações nas Notas Explicativas nº 11.

10) Governança Corporativa

A CAIXA mantém a sua atuação visando tornar-se referência em práticas de governança corporativa, seja pelo Modelo de Gestão vigente, que tem a governança como um de seus componentes, seja pela adoção de práticas de gestão alinhadas a princípios como transparência, equidade, prestação de contas, responsabilidade sócio empresarial, conformidade, gestão estratégica de riscos e sustentabilidade. Princípios que se concretizam em instrumentos variados de gestão, como o Código de Ética, os Regimes de Alçadas e as Políticas de Atuação da CAIXA.

A governança corporativa da Instituição está estruturada em um sistema que privilegia a decisão colegiada ágil e descentralizada, mediante a instrumentalização da decisão estratégica, da organização dos níveis decisórios, da agenda de trabalho e da visão dos temas essenciais à gestão.

A CAIXA dispõe de colegiados e unidades específicas que executam as atribuições relativas à supervisão e à fiscalização da gestão dos administradores da Instituição, além dos órgãos de fiscalização e controle externos.

Como parte de seu sistema de governança, a CAIXA dispõe de instrumentos que asseguram a inibição de conflitos de interesses entre suas diversas instâncias de gestão.

Além das regras relativas à não participação dos Vice-Presidentes das áreas segregadas como membros do Conselho Diretor, o Estatuto da CAIXA contém outras regras de segregação de funções que devem ser observadas pelos órgãos da Administração.

Em reunião realizada em 14/12/2017, a Assembleia Geral da CAIXA aprovou a alteração do Estatuto da CAIXA para incluir a Assembleia Geral e suas atribuições, estipular mandato unificado para os administradores e membros do Conselho Fiscal, em cumprimento ao Decreto nº 8.945/2016, que regulamenta, no âmbito da União, a Lei nº 13.303/2016, que dispõe sobre o estatuto jurídico da empresa pública, da sociedade de economia mista e de suas subsidiárias, bem como aprovou incorporação de Reserva de Lucros ao Capital Social da CAIXA e incorporação de Reserva de Loterias.

Em função das investigações em curso relacionadas com as operações "A Origem", "Cui Bono?", "Sepsis" e "Patmos" o Conselho de Administração da CAIXA promoveu medidas que visam garantir a transparência e apoio necessário para a apuração dos fatos.

Neste sentido, a CAIXA constituiu Comitê Independente com a finalidade de garantir que os trabalhos fossem desenvolvidos de maneira isenta. Além disso, contratou escritório de advocacia com reconhecida capacidade em investigação dessa natureza, com o intuito de identificar eventuais descumprimentos de leis e regulamentos por parte de seus empregados, administradores e fornecedores, colaborando ativamente com as autoridades públicas responsáveis pelas investigações.

A investigação independente foi concluída e não indicou a existência de qualquer evento capaz de gerar impacto material nas demonstrações contábeis da CAIXA. Contudo, para ampliar o universo de apuração, novas investigações estão em curso e contam com o total apoio da CAIXA e o acompanhamento do Comitê Independente.

No constante processo de aprimoramento de seus instrumentos de governança e controles internos, a CAIXA promoveu alterações estatutárias, com destaque para o novo processo para escolha e nomeação de Dirigentes, visando o alinhamento às melhores práticas de governança corporativa do mercado.

11) Controles Internos

A Política de Controles Internos e Compliance da CAIXA foi subdividida em 2017, com a criação da Política de Compliance, que tem por objetivo promover condições para assegurar o cumprimento de normas externas e internas, bem como a gestão do risco de compliance, de modo a fortalecer a governança corporativa e reputação da CAIXA.

Essa Política foi fundamentada no documento *Compliance and the compliance function in banks - Basel Committee on Banking Supervision* e Documento Consultivo - A função Compliance nos Bancos - Comitê de Supervisão Bancária de Basileia, bem como em leis e regulamentos federais, normas estas que ressaltam a importância da existência de uma Política de Compliance, entre as quais citamos a Lei nº 13.303, a Resolução CGPAR nº 18, as Resoluções CMN nº 2.554, nº 4.553 e nº 4.557.

12) Gestão de Risco e Capital

A CAIXA adota boas práticas nacionais e internacionais no gerenciamento dos riscos de crédito, operacional, mercado, liquidez, taxa de juros, concentração, contraparte, estratégia, reputação, atuarial e socioambiental, incluindo uma gestão ativa de capital, em consonância aos princípios, valores, diretrizes e limites estabelecidos pelo Conselho de Administração.

O gerenciamento de riscos e de capital é percebido pela Alta Administração como fator de diferencial competitivo no mercado financeiro e principal meio para preservação da solvência, liquidez e rentabilidade da CAIXA.

As estruturas de gerenciamento de riscos e de capital estão em conformidade com a regulação vigente, adequadas à natureza e à complexidade dos instrumentos financeiros, produtos, serviços e operações da CAIXA e às boas práticas de governança corporativa, permitindo à Alta Administração identificar o comprometimento do capital para fazer frente aos riscos, avaliar os impactos sobre os resultados e decidir prontamente sobre limites de exposição aceitos.

O controle do risco da carteira de crédito ocorre por meio do monitoramento de indicadores de atraso, inadimplência, perda realizada, esperada e inesperada, provisão e exigência de capital regulatório e econômico, em diversas granularidades e segmentações, possibilitando, a partir da informação de cada contrato, ampla visão do perfil das exposições, por tomador, operação, segmentos da carteira, região geográfica e setor de atividade, entre outros.

A descrição detalhada das estruturas de gerenciamento de riscos e de capital, incluindo responsabilidades, práticas, processos, procedimentos e modelos, está disponível na rede mundial de computadores, no sítio: <http://www.caixa.gov.br>, menu: Sobre a CAIXA/Administração de Riscos.

13) Responsabilidade Socioambiental

A CAIXA possui Política de Responsabilidade Socioambiental normatizada nos termos da Resolução BACEN n.º 4.327/2014, que leva em consideração princípios como: ética, conformidade e combate à corrupção; gestão participativa; promoção do desenvolvimento sustentável; inclusão social; eficiência ambiental; proteção e conservação ambiental e transparência.

Cumprindo as diretrizes da PRSA, a CAIXA adota as melhores práticas de gestão de risco socioambiental, observando, na concessão de crédito, a regularidade das atividades dos projetos e das atividades dos clientes. Em 2017, cerca de R\$ 11,6 bilhões de empréstimos foram submetidos a análise de regularidade socioambiental de clientes. Já no financiamento de grandes empreendimentos (hidrelétricas, rodovias, portos, etc.) mais de R\$ 8,6 bilhões propostos em projetos passaram por análise e/ou monitoramento dos impactos socioambientais.

Desde 2011, a CAIXA destina até 2% do seu Lucro Líquido Ajustado para projetos relacionados à cidades sustentáveis, proteção de biomas e das águas, energias limpas e promoção socioeconômicas, por meio do Fundo Socioambiental CAIXA. Em 2017 foram desembolsados R\$ 16,25 milhões e investidos em 37 projetos, dentre o total de 50 projetos ativos. Entre eles, estão projetos para preservação da Caatinga e do Cerrado, projetos para recuperação de mananciais em regiões metropolitanas em crise hídrica, projetos de desenvolvimento sustentável de território de baixa renda, além de projetos de apoio a disseminação de tecnologias sociais como biodigestores e reciclagem de resíduo eletroeletrônico.

Em continuidade ao Desafio Negócios de Impacto Social, os cinco negócios inovadores selecionados (DimDim, Jeitto, Poupe Mai\$, Quero Quitar! e SmartMei) iniciaram o piloto em empreendimentos do Minha Casa Minha Vida, nos municípios de São Paulo, Belo Horizonte, Curitiba, Campinas e com beneficiários do Bolsa Família em todo território nacional.

O Desafio de Negócios de Impacto Social: Educação Financeira e Serviços Financeiros para Todos é uma iniciativa de inovação aberta. O objetivo do Desafio é potencializar uma nova geração de negócios de impacto social que possuam soluções escaláveis e inovadoras e que promovam educação financeira e produtos e serviços financeiros adequados às necessidades das pessoas de menor renda.

14) Apoio à Cultura e ao Esporte

A CAIXA, uma das mais importantes incentivadoras do esporte brasileiro, contempla em seu planejamento estratégico ações de marketing cultural orientadas para os seguintes aspectos: inclusão social, desenvolvimento humano, valores nacionais, democratização, descentralização e transparência.

No quarto trimestre de 2017, foram investidos cerca de R\$ 27,9 milhões em projetos de teatro, cinema e exposições, em diversos eventos realizados nas unidades da CAIXA Cultural pelo Brasil, que contaram com o comparecimento de mais de 333 mil pessoas.

A CAIXA também é a maior patrocinadora do esporte nacional, vinculando sua marca a modalidades como Atletismo, Ginástica, Ciclismo e Luta Olímpica, além do apoio ao Paradesporto. O objetivo dos recursos é impulsionar o crescimento e a popularização desses esportes, contribuindo para a disseminação de sua prática. A CAIXA também apoia os atletas brasileiros e investe em projetos que visam à inclusão social por meio do esporte. O valor total investido em patrocínios esportivos, até o quarto trimestre de 2017, foi de aproximadamente R\$ 245 milhões.

Agradecimentos

Os resultados alcançados no período refletem o trabalho comprometido e incansável de todos os nossos empregados e colaboradores, aos quais agradecemos o empenho. Agradecemos também aos nossos clientes e parceiros pela confiança e fidelidade com que nos impulsionam na constante busca pelo aprimoramento tão essencial ao desenvolvimento da CAIXA e do Brasil.

CAIXA

